

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

RÔMULO DE PAULA ANDRADE

**A AMAZÔNIA NA *ERA DO DESENVOLVIMENTO*:
SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E MEIO AMBIENTE (1946-1966)**

Rio de Janeiro
2012

RÔMULO DE PAULA ANDRADE

**A AMAZÔNIA NA *ERA DO DESENVOLVIMENTO*:
SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E MEIO AMBIENTE (1946-1966)**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Hochman

Rio de Janeiro
2012

A553 Andrade, Rômulo de Paula

A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966) / Rômulo de Paula Andrade – Rio de Janeiro : s.n., 2012.

378 f .

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2012.

Bibliografia: f.357-378

1. Saúde Pública. 2. Alimentação. 3. Meio Ambiente. 4. Desenvolvimento Regional. 5. História. 6. Amazônia. 7. Brasil.

CDD 614.098113

RÔMULO DE PAULA ANDRADE

A AMAZÔNIA NA ERA DO DESENVOLVIMENTO: SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E MEIO AMBIENTE (1946-1966)

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovada em 28 de agosto de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto Hochman – Orientador
Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

Prof.^a Dr.^a Lise Fernanda Sedrez
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Maria Celina Soares D'aráújo
Departamento de Ciências Sociais (PUC-RJ)

Prof. Dr. Marcos Chor Maio
Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

Prof.^a Dr.^a Dominichi Miranda de Sá
Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

SUPLENTE

Prof. Dr. Júlio César Schweikardt
Instituto Leônidas e Maria Deane (Fiocruz-AM)

Prof.^a Dr.^a Nísia Trindade Lima
Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

Rio de Janeiro
2012

AGRADECIMENTOS

Creio que as reflexões presentes nesta tese de doutorado são uma culminância da minha trajetória no mundo acadêmico e profissional. O presente trabalho é fruto de uma série de ensinamentos, orientações e discussões em meu percurso. Por isso, penso que, se a escrita é um ato solitário, ela é resultado de um processo coletivo.

Agradeço inicialmente à CAPES pela bolsa concedida nesses quatro anos e que possibilitou a realização deste trabalho.

A Gilberto Hochman, pela orientação, pelo debate, pelas conversas sempre esclarecedoras, e por ter tido paciência com um orientando que se casou no decorrer do doutorado. Gilberto teve a incrível capacidade de enxergar meus tortuosos escritos de uma forma objetiva, dando um sentido que mesmo eu, muitas vezes, não conseguia perceber à primeira vista. Por isso, compartilho com o meu orientador todos os elogios que por ventura venha a receber neste trabalho. E assumo as críticas de forma solitária, pois, suporte por parte de Gilberto não faltou nestes sete anos de orientação.

Agradeço, também, à Caroline Cantanhede Lopes, que presenciou, nestes quatro anos, o namorado tornar-se seu esposo, e tentou de todas as formas dar-lhe o suporte, carinho, amor e, principalmente, paciência, para que o trabalho fosse realizado.

À minha família, que buscou de todas as formas dar apoio e participar ativamente da feitura da tese; em especial, à minha mãe, Marísia Maria Adão de Andrade, leitora crítica de muitos dos capítulos desse trabalho. À Margarida Rosa Martins, Francisco Adão de Paula Andrade, Luciana Adão de Paula Andrade, Rômulo Garcia de Andrade, Argos e Lucock. Sem eles, nada disso aconteceria.

Aos amigos, que vi se distanciarem nestes quatro anos, resultado da reclusão necessária para realizar este trabalho.

Aos professores e profissionais que encontrei neste longo período, desde a bolsa PIBIC, em 2001, até o término desta tese. Em especial, os professores e colegas da Casa de Oswaldo Cruz, lugar que me formou como pesquisador. Busco, nessa tese, retribuir o que a instituição me ofereceu nestes 11 anos, através dos congressos, cursos e conversas informais nos corredores da COC, que também muito me ensinaram sobre História.

RESUMO

Resumo: A tese trata das relações entre saúde e desenvolvimento nos projetos para a região amazônica entre 1946 e 1966. O recorte cronológico se relaciona ao início das discussões parlamentares sobre a criação de uma agência estatal que seria responsável pela recuperação da Amazônia. Em 1953, foi criada a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que teria sua trajetória interrompida em 1966, quando a ditadura militar brasileira acabou com a agência, substituindo-a pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Estes debates ocorreram em um contexto internacional de urgência do desenvolvimento, que, através de discurso e ação, tinha como objetivo evitar o avanço do comunismo sobre os países considerados subdesenvolvidos e ampliar a influência dos Estados Unidos da América na América Latina. A saúde passou a ser considerada como mais uma ferramenta neste processo, em especial devido à crença otimista de que a ciência e a tecnologia disponíveis seriam capazes de controlar e até mesmo erradicar as doenças existentes. Sob a coordenação da SPVEA, foram elaboradas políticas de saúde voltadas para elevar os índices de alimentação dos habitantes da Amazônia e para o controle (e posterior erradicação) da malária, considerada a principal doença da região. Este foi também o período da ascensão da nutrição brasileira. Médicos como Josué de Castro e Dante Costa escreveram e elaboraram projetos que tinham o intuito de acabar com a desnutrição e a fome na Amazônia. Por fim, a tese aborda a construção da Rodovia Belém-Brasília, erguida durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Conceitos sobre a natureza, a civilização e a própria Amazônia foram mobilizados para a construção da rodovia. Com intensa propaganda dos colaboradores do governo, a Belém-Brasília foi divulgada como sendo a vitória definitiva da civilização sobre a natureza bravia e aterradora. Permeando o recorte temporal da tese, está a dinâmica política do período democrático, no qual os planos de desenvolvimento da Amazônia foram debatidos sob um intenso contexto de disputas políticas regionais, nacionais e entre os principais partidos políticos da época.

ABSTRACT

This thesis focuses on the relation between health and development in projects to the Amazonian region between the years of 1946 and 1966. The chronological cutout interrelates with the beginning of the parliamentarian discussions about the creation of a State agency which would be responsible for the Amazonia recuperation. In 1953, Superintendence of Economic Recovery of the Amazon (the SPVEA) was set up, which would have its trajectory interrupted in 1966, when the Brazilian military dictatorship finished off with the agency, replacing it by the Superintendence of Development for the Amazon (SUDAM). These debates took place in an international context of the development urgency, that, through discourse and action, aimed to avoid the communism advance on countries considered underdeveloped and widen the influence of the United States in Latin America. Health started being considered as one more tool in this process, particularly due to the belief in the optimism that the available science and technology would be able to control and even eradicate the existing illnesses. Under the coordination of SPVEA, health policies were drawn up aimed at elevating the feeding index of the Amazonia inhabitants and control (and subsequent eradication) malaria, considered the main illness of that region. It was also the rising period of Brazilian nutrition. Doctors like Josué de Castro and Dante Costa wrote and drew up projects which focused on ending with malnutrition and hunger in Amazonia. Finally, this thesis broaches the construction of the highway, built up during Juscelino Kubitschek's government (1956-1961). Concepts on nature, civilization and Amazonia itself were mobilized to the construction of the highway. With intense campaign of government contributors, Belém-Brasília was disclosed as being the decisive victory of the civilization on the bravio and appalling nature. Permeating the temporal cut of this thesis, it is the dynamic policy of democratic period, in which the development plans of Amazonia were discussed under an intense context of regional national policies disputes and among the main political parties of that time.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A AMAZÔNIA DOS ANOS 1950: ENTRE AS NARRATIVAS E O DESENVOLVIMENTO	23
1.1 – A SPVEA a partir da SUDAM: narrativas de um fracasso	25
1.2 – SPVEA: uma experiência pioneira	33
1.3 – Surge o Desenvolvimento	37
1.4 – Múltiplas faces do Desenvolvimento: um discurso construído historicamente, um conceito em constante transformação – críticas, respostas e contribuições dos <i>Post-Developmentists</i>	42
1.5 – Das relações entre saúde e desenvolvimento	52
1.6 – O (Sub)Desenvolvimento do Brasil e da Amazônia: ideias e conceitos	64
CAPÍTULO II – <i>QUE SABE VOCÊ DA SPVEA?</i> CONCEITOS, DEBATES E DEMANDAS NA VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA	83
2.1 – Os planos de Estado Novo para a Amazônia (1938-1940)	84
2.2 – Do <i>Plano de Saneamento da Amazônia</i> ao fracasso da <i>Batalha da Borracha</i> (1941-1945)	86
2.3 – A <i>Valorização Econômica da Amazônia</i> entre pessedistas, udenistas e comunistas	92
2.4 – Valorização Econômica da Amazônia em sua época: conceitos e demandas	108

2.5 – O Que Sabe Você da SPVEA? A Formação de técnicos na Era do Planejamento	114
2.6 – A Corte do Rei Arthur ou o Reino da Dinamarca: SPVEA em xeque	128

CAPÍTULO III – A CIVILIZAÇÃO DA MANDIOCA SOB OS CUIDADOS DA NUTRIÇÃO: ESCRITOS SOBRE A ALIMENTAÇÃO DA AMAZÔNIA **143**

3.1 – A civilização da mandioca: a monotonia alimentar da Amazônia na mira dos intelectuais	145
3.2 – A emergência da Nutrição: da <i>League of Nations Health Office</i> aos primeiros anos da <i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>	151
3.3 – A fome no Brasil: autores e (breve) percurso histórico	160
3.4 – A busca pela <i>Alimentação e Progresso</i> na <i>Geografia da Fome</i>	168
3.5 – Dante Costa e os hábitos alimentares dos amazônidas	180
3.6 – Inquéritos sobre a alimentação na Amazônia (1940-1955)	189

CAPÍTULO IV – IDEIAS AMPLAS, AÇÕES PONTUAIS: AGÊNCIAS INTERNACIONAIS E PROGRAMAS DE SAÚDE NA VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA **197**

4.1 – Da desnutrição e outras doenças: a saúde no <i>Primeiro Plano Quinquenal</i> (1955-1960)	200
4.2 – A alimentação do amazônida entre inquéritos e organizações internacionais	210
4.3 – A FAO na Amazônia: pouca nutrição, muita economia florestal	214
4.4 – Notas sobre educação sanitária, alimentar e merenda escolar ou leite em pó: a panaceia universal	228
4.5 – O sal cloroquinado e o sonho da erradicação da malária	238

CAPÍTULO V – E A SELVA FOI CONQUISTADA...: NATUREZA E PROGRESSO NA CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA	262
5.1 – Um histórico do <i>isolamento</i> da Amazônia: textos e efemérides	264
5.2 – JK: otimismo e desenvolvimento	270
5.3 – Ideias que fazem o Estado andar: Imaginação Espacial, Pensamento Brasileiro e Território na Belém-Brasília	280
5.4 – Enguiçou, morreu: loas e críticas à Belém-Brasília	289
5.5 – A conquista da selva: uma aventura <i>ciclópica</i>	295
5.6 – O presidente bossa-nova encontra o <i>Inferno Verde</i>: autobiografia e narrativas de progresso	299
5.7 – Um exemplo do espírito bandeirante: Bernardo Sayão	307
5.8 – Amazônia: a <i>wilderness</i> brasileira	312
5.9 – Da Natureza	317
5.10 – A epopeia chega ao fim...	327
CONSIDERAÇÕES FINAIS	337
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	343

Índice de Imagens

Imagem 1: Gráfico do Primeiro Plano Quinquenal	112
Imagem 2: Divisão territorial em 1943	113
Imagem 3: a Amazônia Legal (lei 1.806/53)	113
Imagem 4: Capa do folheto informativo <i>QUE SABE VOCÊ DA SPVEA?</i> de Luiz Augusto C. Soares	125
Imagem 5: A Nutrição e o Desenvolvimento	175
Imagem 6: As Áreas Alimentares do Brasil	176
Imagem 7: Latrinas a serem feitas	204
Imagem 8: Nutrição – Problema Número 1 de Saúde Pública	208
Imagem 9: A Alimentação	209
Imagem 10: Barco utilizado pela Missão FAO	220
Imagem 11: Exposição de cinco anos de atividades da SPVEA realizada em Belém	222
Imagem 12: Riquezas minerais da Amazônia recolhida pelos técnicos da Missão FAO	223
Imagem 13: Crianças aprendendo a plantar nos Clubes de Saúde (1949)	231
Imagem 14: Sistema de Estradas previsto pela lei Jales Machado (1948)	269
Imagem 15: Esquema de ligação da Belém-Brasília	275
Imagem 16: O encontro das três frentes	276
Imagem 17: Caravana de Integração Nacional	277
Imagem 18: Juscelino Kubitschek e Lúcio Meira	318
Imagem 19: Nelson de Mello, Juscelino Kubitschek e outros na construção da rodovia Belém-Brasília	319
Imagem 20: JK e autoridades estrangeiras na Belém-Brasília	320
Imagem 21: Lambaios sob o local da morte de Bernardo Sayão	323
Imagem 22: Picada na mata	324

Siglas

ACA – Associação Comercial do Amazonas

BCB – Banco de Crédito da Borracha

CARE – Cooperative for American Relief Everywhere

CEM – Comitê de Erradicação da Malária

CEPVEA – Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

CCAW – Comissão de Controle dos Acordos de Washington

CNA – Campanha Nacional de Alimentação

CNAE – Campanha Nacional de Alimentação Escolar

CVSF – Comissão do Vale de São Francisco

DNERU – Departamento Nacional de Endemias Rurais

DNI – Departamento Nacional de Imigração

EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

ESG – Escola Superior de Guerra

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FISI – Fundo Internacional de Socorro à Infância

IAN – Instituto Agrônomo do Norte

IIHA – Instituto Internacional da Hileia Amazônica

ILO – International Labour Office

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

INPA – Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica

LNHO – League of Nations Health Organization

ONU – Organização das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPA – Operação Pan-Americana

OPSA – Oficina Sanitária Pan-Americana

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RDC – Rubber Development Corporation

SAPS – Serviço de Alimentação e Previdência Social

SAVA – Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico

SCA – Serviço Central de Alimentação

SEMTA – Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SNAPP – Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Porto do Pará

SPVEA – Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

**UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization –
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**

UNICEF – United Nations Children’s Funds

UDN – União Democrática Nacional

INTRODUÇÃO

Esta não é a terra nula e não é o espaço vazio dos militares e da sua geopolítica. Esta terra tem uma história densa (...). Numa sucessão muito rica de uma história muito complicada, é assim a história da Amazônia, eventualmente tocando na história do Brasil (...). Se de um lado nós temos a história da natureza, como ela é, de outro temos a história da cultura de quem viu a Amazônia a partir de expectativas, preconceitos e verdades pré-estabelecidas, raramente conseguindo ver a Amazônia como ela é. Imediatamente se lhe atribuem valores e muitas vezes os valores nada têm a ver com a constituição física e mesmo com a tradição histórica da região: o Eldorado, a Terra das Amazonas, o Inferno Verde, o Celeiro do Mundo, o Deserto Vermelho. Se nós não conseguimos ver essa história real, a natureza como ela é, nós vamos sempre impor um padrão que temos na cabeça em relação à Amazônia. A aproximação do real resultará sempre em distorção e colonialismo, em destruição. (...) Todos nós achamos que a Amazônia é o nosso ponto em comum, que é o pressuposto, mas esse pressuposto é falso. Porque raros conseguem ver a Amazônia. É preciso ter lentes especiais para vê-la, sem as quais não se conseguirá vê-la, por mais que se tenha informação cultural, tecnológica e científica.¹

O trecho acima é de um artigo onde o jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto expõe um panorama da história da Amazônia no século XX. Para ele, a maior dificuldade encontrada pelos atores políticos que interferiram na região foi enxergá-la por trás dos mitos, clichês e preconceitos. Este é também um desafio lançado para o historiador que se debruça sobre o tema. Estudar a Amazônia é confrontar-se constantemente com conflitos e visões pré-estabelecidas sobre a região. A melhor forma de evitar possíveis estigmas é através da pesquisa de fontes primárias e secundárias, muitas vezes dispersas e em precárias condições de acondicionamento. Dedico-me ao estudo da história da Amazônia desde a monografia de fim de curso apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), continuando o estudo desse tema no mestrado e, por fim, no doutorado. Se, em um primeiro momento, a tese poderia apresentar-se como uma simples continuação do trabalho já empreendido anteriormente, a tarefa mostrou-se muito mais árdua por conta dos desdobramentos que o contexto histórico enfrentado trouxe.

¹Pinto, Lúcio Flávio. A Amazônia que mudou quatro décadas depois. *Observatório de Políticas Públicas Ambientais da América Latina e Caribe*. Disponível em:< <http://www.opalc.org.br>>. Acesso em 7/7/2012.

O objetivo desta tese é analisar as políticas de desenvolvimento na região amazônica no período compreendido entre 1946 e 1966. O recorte cronológico privilegia a gestação e o fim da primeira experiência de planejamento regional no Brasil: a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). O período de análise percorre o início das discussões sobre a recuperação econômica da Amazônia após o fracasso da “Batalha da Borracha”, na Segunda Guerra Mundial. O Brasil saía do regime autoritário de Getúlio Vargas e vivia uma época democrática, que se iniciava sob a presidência do General Eurico Gaspar Dutra, em 1946. O argumento do trabalho é que o desenvolvimento para a Amazônia foi sendo conceituado, debatido e problematizado no recorte temporal proposto, adaptando-se ao contexto do período, incorporando ao discurso e às práticas discussões travadas nas arenas internacionais e nacionais, as quais serão pormenorizadas no decorrer da tese.

A intenção aqui é problematizar o percurso histórico da região, entrecruzando-o com os contextos nacionais e internacionais, quando observamos a emergência do desenvolvimento como uma bandeira das nações industrializadas. Esse período também passou a ser compreendido como um desafio pelos países periféricos, que passaram a atender por novas nomenclaturas: subdesenvolvidos ou terceiro mundo. Sob a égide do desenvolvimento, políticas públicas foram formuladas com diferentes preocupações: a criação de estradas para acabar com o “isolamento histórico” da Amazônia; ações voltadas para elevar os índices de nutrição; a erradicação da malária (uma antiga preocupação dos médicos), e a formação de técnicos e profissionais aptos a trabalhar na região. Tal ideia reafirmou uma concepção sobre Amazônia, de ser uma região despovoada, insalubre, dona de uma natureza selvagem e, principalmente, inimiga do progresso. Como demonstraremos, este enquadramento da região Amazônica não representava uma novidade, mas sim, tratava-se da adaptação de mitos e construções anteriores a este novo período do desenvolvimento. Antes, é necessário recuar um pouco no tempo para identificar a trajetória histórica percorrida pela região amazônica.

Na dissertação de mestrado, trabalhamos com as políticas de saúde pública do Primeiro Governo Vargas (1930-1945), tendo como foco espacial a Amazônia. O diagnóstico da época era de que se tratava de uma região vazia e insalubre. Assim, colonização, saúde e saneamento foram as palavras-chave de um discurso que buscou aliar as duas dimensões por meio de suas práticas, vistas em planos de saneamento de controle à malária e na

produção de discursos que buscaram reconfigurar a Amazônia a partir do projeto do Estado Novo (1937-1945). Os escritos oficiais da época davam conta de um presidente que estaria redescobrimo a região, livrando-a de um atraso secular e recolocando-a em seu destino histórico. Uma relevante ruptura neste processo foi a inserção da Amazônia e do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Se o projeto anterior era uma ampla colonização da região por meio de uma *Marcha para o Oeste*, o novo programa propunha que a Amazônia se tornasse uma região provedora de borracha para a elaboração de armas e equipamentos para os aliados e, para este tento, ações pontuais deveriam ser feitas. A partir daí (1942), criou-se o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), com a finalidade de controlar a malária nas regiões produtoras de borracha para os aliados. Seria uma tentativa de resgatar os melhores anos do chamado *Ciclo da Borracha*, que, entre 1890 e 1910, colocou o Brasil na ponta da exportação mundial de látex. Porém em um curto período de três anos (1942-1945), a tentativa de ressuscitar a *Belle Époque* amazônica fracassara: a produção de borracha não tinha chegado nem perto dos áureos anos de 1910. O principal drama, entretanto, era outro. Getúlio Vargas, em meio a sua deposição, sofreu diversas acusações a respeito do destino dos homens (em sua maioria, cearenses) que foram enviados aos seringais para a extração do látex: os chamados *Soldados da Borracha*.

O ano era 1946. O ditador fora deposto, mas, graças às eleições de 02 de dezembro do ano anterior, retornara à cena política como senador pelo agrupamento político que arregimentava grande parte de seus seguidores: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Brasil e a Amazônia entravam em um novo período histórico: democrático e plural, no qual discussões e alternativas que antes não eram propostas puderam enfim ser trazidas à tona. A elite política da região, que participara da fracassada tentativa de recuperar a produção de borracha, estava, em sua maioria, no Partido Social Democrata (PSD), que também contava com grande número de interventores que fizeram parte da ditadura do Estado Novo. Fato é que, se velhas personalidades da vida política brasileira ainda se faziam presentes, estas teriam que se adaptar a um contexto completamente diferente daquele em que conquistaram o poder. A discussão política sobre a região amazônica é um exemplo disso. No período histórico privilegiado neste trabalho, a multiplicação das vozes antes silenciadas pela ditadura de Getúlio Vargas renovou as discussões acerca dos rumos do país e, no que tange ao nosso trabalho, da região amazônica. Querelas envolvendo diferenças regionais e partidárias permearam os

debates iniciais sobre a prometida recuperação da região, cristalizada no dispositivo constitucional da *Carta Magna* de 1946.

O desaparecimento dos *Soldados da Borracha* foi o primeiro episódio envolvendo a Amazônia no plenário do Congresso Nacional, então ocupado com a feitura de uma nova constituição. Antigos opositores do Estado Novo se aproveitavam da nova correlação de forças para realizar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a fim de investigar o drama dos trabalhadores enviados à Amazônia para um esforço de guerra, questão que povoava os noticiários da época. Números extraoficiais davam conta do desaparecimento de 30.000 trabalhadores e invadiam o noticiário cotidiano, livres da censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Vargas. Este fato relaciona-se diretamente com o lugar que a região passou a ocupar nos projetos do novo contexto que então surgia: a constituição brasileira de 1946 dedicou 3% do orçamento total do governo federal para um programa de *Valorização Econômica da Amazônia*, visando o soerguimento e recuperação da região. Os meandros desta discussão serão aprofundados no capítulo dois. Por ora, temos que destacar que a análise que percorrerá esta tese não privilegia uma ordem necessariamente cronológica, mas sim temática. Como o título do trabalho destaca, serão abordados os temas relacionados à política, à nutrição e à natureza. Para uma melhor localização histórica dos temas abordados, iremos, a seguir, apresentar os acontecimentos destacados no foco temporal proposto, 1946-1966. O período histórico percorre o mandato de cinco presidentes e o início da ditadura civil-militar.

No Governo Dutra (1946-1950), foram lançadas as pedras fundamentais dos planos de recuperação econômica para a região amazônica, através do dispositivo constitucional e da discussão sobre a criação de um instituto internacional de pesquisas na região, a Hileia Amazônica. Este debate trouxe à tona os “fantasmas” de internacionalização da Amazônia, presentes também em períodos posteriores da história republicana brasileira. Tais acontecimentos conferiram contornos nacionalistas aos rumos das querelas sobre os projetos para a região. Além disso, 1946 foi o ano em que se formou a Comissão para a Valorização Econômica da Amazônia (CPVEA), para fiscalizar a região e propor ações. Durante o segundo Governo Vargas (1951-1954), foi criada oficialmente a Superintendência de Valorização Econômica da Região Amazônica (SPVEA), órgão responsável pela coordenação dos recursos destinados pela Constituição brasileira.

Através da criação da primeira experiência regional de planejamento do país, outras ações foram planejadas, como o *Programa de Emergência*, documento redigido em 1952 a partir da reunião de grupos de discussão sobre as áreas consideradas essenciais para a recuperação.

Uma importante ruptura deste processo foi o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. A presidência, durante esse período, foi ocupada por Café Filho. No ano de 1955, o principal documento de planejamento para o trabalho na região foi publicado: o *Primeiro Plano Quinquenal*, que previa metas que seriam avaliadas em 1960. Foi durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) que a questão do desenvolvimento se tornou mais explícita, com a Amazônia enquadrada neste contexto. O diagnóstico para o isolamento da região passava por programas de cooperação entre agências nacionais e internacionais, além da construção de estradas de rodagens. Foi nessa época que a principal obra por parte da SPVEA foi construída: a rodovia Belém-Brasília. Trabalhos na área de saúde também mereceram destaque nesta época, como a experiência de cloroquinização do sal de cozinha para a erradicação de malária na região (e, posteriormente, no mundo). Agências internacionais, como a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), trabalharam ativamente na região, realizando pesquisas sobre a alimentação dos homens da Amazônia e investigando as possibilidades de criar uma indústria madeireira. Organizações nacionais, como a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) também buscaram mapear, ainda que de forma precária, os hábitos alimentares dos nativos.

O *Plano de Valorização Econômica da Amazônia* não ficaria incólume ao conturbado contexto dos anos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1962-1964). Nesse período, aumentaram as críticas à agência regional, taxada pelos opositores como um meio para corrupção e loteamento de cargos. O curto período da SPVEA no período ditatorial (1964-1966), então sob o comando de uma interventoria militar, serviu para a elaboração de relatórios que visavam a apontar os erros do passado para não repeti-los no futuro. Em 1966, a agência foi desfeita e refundada, passando a se chamar Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Na concepção do governo militar, representaria a nova tentativa de incorporação da região amazônica ao restante do país. A recém-criada agência teria sua relevância divulgada a partir de uma

contraposição ao governo anterior, considerado pelos militares como corrupto e à mercê das articulações das facções políticas.

Longe de representar um período linear, o percurso histórico que será mais detalhado no corpo deste trabalho apresentou rupturas, permanências e intensos debates sobre os rumos da SPVEA e do país. A República que se abre com o fim da ditadura do Estado Novo e com a promulgação da Constituição de 1946 representa o período da experiência liberal-democrática, caracterizada pela dominância de três grandes partidos na cena da política nacional: os já citados PSD, PTB e UDN.² Estas agremiações políticas conviveram através de acordos com outros partidos de menor porte e de importância eleitoral mais regionalizada e colaboraram para a construção de um período democrático:

A República que se instala com a Constituição de 1946 e é encerrada com o movimento civil e militar de 1964 está sendo aqui considerada um dos momentos de maior aprendizado político da história republicana do Brasil. Sobretudo se tomarmos a ótica da construção de um sistema de representação e participação políticas marcado pelo funcionamento de um Legislativo e pela atuação de partidos reconhecidos por um eleitorado que cresce quantitativamente e estabelece vínculos com estes e outros instrumentos organizacionais de vocalização de ideias e interesses.³

Um dos aspectos da vida política brasileira deste período é o nacionalismo, considerado como uma das características mais significativas desta conjuntura histórica, tornando-se, portanto, um de seus substratos.⁴ Na segunda metade dos anos 1950, a sociedade brasileira foi ‘contaminada’ pela proposição da modernização desenvolvimentista, que tinha como uma de suas principais metas a superação definitiva do subdesenvolvimento estrutural que assolava o Brasil e que era um forte impedimento ao ingresso do país na era da modernidade.⁵ Para Delgado, o nacionalismo se tornou elemento fundamental para o clima de otimismo característico da década de 1950, quando a proposição de transformação pela via nacional desenvolvimentista era considerada o mote da vida

²Gomes, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: Ferreira, Jorge. Reis, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil. Volume 2 – Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 55.

³ Idem, p. 56.

⁴ Delgado, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: Ferreira, Jorge. Reis, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil. Volume 2 – Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 362.

⁵ Idem, *ibidem*.

política nacional.⁶ Em um período também marcado também por uma forte agitação cultural (*Bossa Nova* e *Cinema Novo* são exemplos disso), estas novas temáticas e experiências estavam alinhadas a uma convicção de que, “para ser cosmopolita, o Brasil precisava ser, antes de tudo, nacionalista”.⁷ Assim, reformismo, modernização desenvolvimentista e nacionalismo eram considerados, nas palavras de Lucília Neves Delgado, “notas de uma mesma sinfonia”.⁸

No âmbito internacional, esse período foi intitulado por um grupo de pesquisadores como a *Era do Desenvolvimento*, quando a crença sobre o avanço tecnológico das instituições científicas deu origem a um discurso que se pretendia hegemônico e que criava parâmetros de ‘desenvolvimento’ e ‘subdesenvolvimento’, a partir dos padrões estabelecidos pelos países ricos.⁹ Conceito pertinente aos interesses das disputas geopolíticas resultantes da Guerra Fria, a criação dos ‘subdesenvolvidos’ seria uma forma de afastar esses países da influência soviética. Além do discurso, o desenvolvimento resultou em ações que buscavam atender a uma demanda histórica para as regiões consideradas periféricas. O conceito de desenvolvimento e sua contraparte, o subdesenvolvimento, longe de serem ideias fechadas, estiveram em constante discussão no curso dos anos. Como vamos demonstrar, existiu certo desafio lançado pelas potências ocidentais sobre o desenvolvimento de regiões pobres; estas, por sua vez, reconfiguraram o conceito e o apropriaram às suas necessidades.

No curso desta tese, veremos momentos em que ocorreram ações que desconsideraram as particularidades locais. Contudo, também existiram períodos nos quais ocorreram discussões envolvendo intelectuais brasileiros e latino-americanos sobre possíveis definições de desenvolvimentos. Se houve, em algumas vezes, um discurso fechado, este teve que se adaptar às reais possibilidades dos lugares e do período. Na maior parte dos casos, estes agentes buscavam conhecer os hábitos e a forma de viver das populações que seriam atingidas por tais políticas. A educação e os hábitos alimentares das pessoas deveriam ser conhecidos, assim como os termos utilizados por eles em seu cotidiano. A partir deste levantamento de dados, técnicos e médicos buscavam mudar as

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ Idem, p. 363.

⁸ Delgado, *op. cit.*, p. 363.

⁹ Esta concepção está presente no grupo de estudos intitulado *Post-development studies*, que será analisado e problematizado no capítulo 1. Esta definição encontra-se em Sachs, Wolfgang. Introduction. In: Sachs, Wolfgang (Ed.). *The Development Dictionary – A Guide to Knowledge as Power*. New York: Zed Books, 1999.

práticas desses nativos, consideradas ‘arcaicas’, para adaptá-las a padrões estipulados pelas nações industriais. Todavia, a população buscou resistir nos momentos em que havia uma interferência forte em seu dia-dia. Em 1950, a simples instalação de um hidrômetro em comunidades pobres da Amazônia deu origem a reações e questionamentos quanto à mercantilização de um recurso de que a população local dispunha em abundância. Mesmo a perspectiva de mudança divulgada pelas agências internacionais tinha seus limites. A alteração dos hábitos e da cultura agrícola regional sofria interferência direta da arcaica estrutura encontrada na Amazônia, como o latifúndio e o seringal. Como veremos, não seria fácil a vitória dos padrões ‘desenvolvidos’ sobre os ‘subdesenvolvidos’.

A criação da SPVEA se relaciona com os projetos de desenvolvimento para o Brasil, que, entre críticas e debates, se tornaram importantes plataformas políticas para os governos que se seguiriam nos anos posteriores. Tendo em vista as ações realizadas no Brasil por instituições nacionais e internacionais, a saúde ocupava posto relevante neste processo. Essas agências estavam imbuídas do espírito do “otimismo sanitário”, caracterizado pela crença na capacidade dos avanços tecnológicos do período no que se refere à intervenção em situações concretas. Transformações importantes na saúde em âmbito nacional e internacional ocorreram naquela época. Foi o período de institucionalização da saúde pública global, uma vez que o mundo dos anos 1950 herdou as concepções e as ideias dos locais que atuavam em grande parte do planeta desde décadas anteriores. De certa forma, estes organismos lançaram agendas de trabalho que seriam incorporadas pelos Estados nacionais de todos os continentes. Foi o caso de instituições criadas antes da Segunda Guerra Mundial e que tiveram atuação destacada na saúde global, como a *League of Nations Health Office* (LNHO), criada em 1923, a Oficina Sanitária Panamericana, fundada em 1902, além do trabalho realizado pela *International Health Division* da Fundação Rockefeller, em diversas partes do mundo (o Brasil incluso) entre as quatro primeiras décadas do século XX.

A LNHO teve papel crucial durante o período entre guerras, tornando-se um *locus* de discussão sobre a padronização da saúde internacional. Não por acaso, essa foi uma época de ascensão da ciência da nutrição em escala global, com a formatação dos índices que classificariam a população em “nutridos”, “desnutridos” e “famintos”. Como aponta Birn, em países tão diversos como Costa Rica, Brasil e Colômbia, os

médicos foram elementos centrais na institucionalização da saúde, a qual resultou, mesmo que de forma tímida, na melhoria de vida das populações.¹⁰ De qualquer forma, a estabilização desta era de conformação burocrática só ocorreria em 1946, com a criação da Organização Mundial de Saúde (OMS), como uma agência de saúde internacional permanente. A OMS ficaria associada com os Estados Unidos, envolvendo-se em políticas que visavam ao alcance de todo o globo.¹¹ Outras agências de fundamental importância para o trabalho é a *Food And Agriculture Organization of The United Nations* (FAO) e a *United Nations Children's Fund* (UNICEF), criadas também em 1946. Mesmo com o advento da Guerra Fria, a OMS contou com um verdadeiro caráter internacionalista.

Um exemplo é a participação da URSS, que colaborou financeiramente com a instituição, chegando a fazer parte dela no fim da década de 1950. Lado a lado com o crescimento burocrático, ocorreu também a preocupação em formar profissionais gabaritados para as novas funções que o campo da saúde global exigia: administradores, pesquisadores, formuladores de políticas e trabalhadores de campo constituíam os profissionais desta era da saúde internacional. Mesmo com o fracasso da campanha de erradicação de malária, que mobilizou grande parte dos recursos de Estados e agências internacionais entre os anos de 1950 e 1960, o período ficou sedimentado como sendo a época da profissionalização e burocratização das ações de saúde internacionais.¹² Além disso, estas ações sofreram interferência direta das disputas entre os blocos ocidentais e orientais, que buscaram influenciar e dominar antigas colônias europeias e os chamados países subdesenvolvidos¹³, por meio de práticas como as políticas de saúde.

Outro tema relacionado à saúde pública que é fundamental para o andamento desta tese é a fome, assim como as políticas criadas para combatê-la. A fome e a miséria, bem como todos os aspectos da vida humana, têm história, como têm afirmado historiadores nos últimos tempos. Pobreza e fome têm desempenhado papel diferente no curso da história humana. Inicialmente, é necessário apontar as diferentes definições de fome,

¹⁰ Birn, Anne-Emanuelle. Latin America. In: Mark, Jackson. (ed.). *The Oxford Handbook of History of the Medicine*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 244.

¹¹ Birn, Anne Emanuelle. The stages of international (global) health: Histories of success or successes of history? *Global Public Health*. v. 4, n. 1, jan. 2009, p. 56.

¹² Idem, p. 56.

¹³ Idem, p. 57

que se constitui em um aspecto seminal na história da alimentação.¹⁴ Meneses e Carneiro afirmam que a modernidade econômica caracterizou-se pela transformação do estatuto social da pobreza e da fome, sendo uma época de estratificação social acelerada, com grandes camadas de excluídos, reduzidos à desnutrição crônica.¹⁵

Desta forma, é possível pensar a alimentação e a fome em suas dimensões técnicas, por meio de estatísticas; em sua dimensão cultural, a partir do relato de partícipes do período em estudo, ou pelas impressões de médicos e cientistas sociais sobre os padrões de nutrição de determinadas populações. James Vernon aponta que a preocupação estatal sobre o assunto é relativamente recente, datando da passagem do século XIX para o XX. De acordo com o autor, durante o século XIX, a fome era considerada uma condição natural, inevitável ou necessária, fora do controle humano.¹⁶ A situação alimentar das pessoas era vista como algo bom e necessário: ensinaria aos preguiçosos e indigentes a disciplina moral do trabalho.¹⁷ Ensinaria também às pessoas como adentrar a modernidade enquanto indivíduos capazes de competir em uma economia de mercado, conseguindo ser autossuficientes.¹⁸ A fome era vista então como uma boa punição aos pobres, que cresciam aos olhos das elites das cidades, cada vez mais invadidas pelos antigos camponeses. O império britânico teve um papel importante na redefinição do que seria a fome e nas formas como os Estados se esforçaram em combatê-la. A experiência histórica daquela região, com a Primeira Revolução Industrial no século XVIII e as possessões coloniais, foi decisiva para a “descoberta” da fome e dos famintos.

Se antes as elites tinham uma relação distante com os pobres, em grande parte moradores do campo, após o fenômeno da industrialização, grande parte daqueles contingentes populacionais invadiram as cidades de Manchester e Birmingham, praticamente forçando o “reconhecimento” de que sim, a fome, longe de uma punição, constituir-se-ia em um problema social. Mais que um mero castigo, os famintos passaram a ser tratados como um problema humanitário e social que expressava as falhas do livre-mercado em gerar o bem-estar das nações e dos Estados em resguardar

¹⁴ Meneses, Ulpiano T. Beserra. Carneiro, Henrique. *A História da Alimentação: balizas historiográficas. Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 5, jan/dez, 1997, p. 9.

¹⁵ Idem, p. 43.

¹⁶ Vernon, James. *Hunger – A Modern History*. Cambridge, Massachusetts and London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007, p. 2.

¹⁷ Idem, ibidem.

¹⁸ Idem, ibidem.

seus cidadãos de crises econômicas, fora do controle das políticas liberais.¹⁹ Segundo Vernon, no Império Britânico a história da modernidade tornou-se parcialmente organizada em torno da conquista da fome ou seu banimento para regiões que ainda aguardavam um desenvolvimento.²⁰ Para ele, mais que analisar a história da fome, é necessário compreender como ela foi entendida historicamente e por que razão questões como causas e soluções emergiram em diferentes contextos - porém, em especial, no contexto pós-Segunda Guerra Mundial.²¹

Isto posto, como entender a fome em perspectiva histórica? Seguiremos as sugestões de Vernon, que em seu trabalho pesquisa não apenas as causas e consequências materiais da fome, mas suas mudanças e significados históricos específicos. Desta forma, é sugerido analisar esse fenômeno mais como uma categoria cultural que uma condição eminentemente material (por mais que as duas dimensões se encontrem no percurso histórico). Dessa forma, é possível fugir de um simplismo em encará-la como uma mera ilustração de eventos históricos – ascensão do capitalismo, imperialismo, crescimento dos Estados democráticos e do Estado de Bem Estar Social – tornando-se um resultado de interesses socioeconômicos pré-existentes ou disputa de grupos, geralmente, centrados nos Estados-Nação.²² A fome criou sua própria história, pois se transformou em uma categoria para as pessoas pensarem sobre o mundo em que habitam.

No caso brasileiro, existe um percurso histórico de criação de espaços de saúde pública que vem desde os anos de 1920, com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública. De acordo com uma série de trabalhos, a institucionalização da saúde pública no Brasil é compreendida como um processo macro-histórico que se inicia na Primeira República.²³ Nas primeiras décadas do século XX, disseminaram-se, concomitante a questões sanitárias, ideias em torno da construção de uma identidade nacional para o Brasil. Um dos impedimentos para a formação desta nacionalidade seria a má situação de saúde em que se encontrava grande parte da população e, em especial, a do sertão. A criação de um movimento em prol do saneamento foi reflexo dessa visão e se

¹⁹ Idem, p. 4.

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ Vernon, *op. cit.*, p. 4.

²² Idem, p.8.

²³ Hochman, Gilberto. Cambio político y reformas de la salud pública en Brasil. El primer gobierno Vargas (1930-1945). *Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Ilus. Dynamis*, n. 25, p. 199-226, 2005; Fonseca, Cristina. *Local e Nacional: Dualidades da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007; e Campos, André Luiz Vieira. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas – O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

manifestou no combate às epidemias de febre amarela, peste e varíola e na realização de expedições científicas ao interior do Brasil para o combate a endemias rurais, como a malária e a doença de Chagas. Segundo Hochman, um esboço de política nacional de saúde pública só foi possível a partir do encontro das elites com seus interesses. Suas bases foram estabelecidas a partir de uma negociação entre os estados e o poder central.²⁴

Esse encontro promovido pelo movimento sanitarista brasileiro buscou redefinir, entre 1919 e 1920, as fronteiras entre os sertões e o litoral e entre o Brasil rural e urbano, em função do que se considerava o principal problema nacional: a saúde pública.²⁵ Para o autor, o período que se iniciou em 1930 herdou o processo de criação do poder público que vinha sendo forjado nas décadas anteriores. O foco das políticas sanitárias continuaria sendo as grandes endemias rurais e a atenção às populações incorporadas ao mundo do trabalho regulado pelo Estado. O principal argumento de autores que trabalharam o tema é a ênfase no papel das políticas sanitárias como indicadores do fortalecimento do poder público, através da expansão da autoridade estatal nas diversas localidades.²⁶ Este processo teve como impulso os investimentos do Estado no saneamento dos sertões na Primeira República. Desta forma, estariam lançadas as bases de uma concentração e centralização de poder e de um ativismo estatal não previsto pelas elites no momento do cálculo e da decisão de transferir atividades para o poder central.²⁷ A bandeira do saneamento, presente na Primeira República, fora incorporada ao projeto político do governo Vargas, atendendo ao interesse do Estado de garantir presença no interior do país.²⁸

Já no período após o Estado Novo, o campo da saúde pública presenciou o advento do chamado “sanitarismo desenvolvimentista”. Esta ideia começou a se constituir a partir do segundo Governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e então se consolidou adquirindo um estatuto de orientação institucional até o golpe civil-militar de 1964. A concepção deste pensamento passava pela ideia de que o nível de saúde de uma população dependia, em primeiro lugar, do grau de desenvolvimento econômico de um país ou de

²⁴ Ver Hochman, Gilberto, *A Era do Saneamento – As bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC – ANPOCS, 1998, p. 16.

²⁵ Hochman, op. cit., p. 236.

²⁶ Ver Campos, op.cit., p. 25

²⁷ Hochman, op. cit., p. 242.

²⁸ Fonseca, op. cit., p. 20.

uma região e que as medidas de assistência médico-sanitária seriam, em boa parte, inócuas quando não acompanhassem ou não integrassem esse processo.²⁹ Em contraposição, existiriam ações e ideias na área de saúde calcados na crença em intervenções técnicas e pontuais, com o mesmo objetivo, cujo local de excelência seria o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que trabalhava no país desde 1942. Como Hochman destacou, na prática, tal oposição não alterou de forma significativa as políticas de saúde pública dirigidas para o país no período entre os anos 1950 até o golpe civil-militar de 1964.³⁰

Importantes marcos institucionais ocorreram neste período, como a criação do Ministério da Saúde, em 1953. Desde sua criação até 1964, o ministério caracterizou-se pela transitoriedade de seus titulares, evidenciando ser objeto de intensa e frequente barganha política.³¹ Em 1956, foi criado o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), cujo principal objetivo era unificar sob uma mesma coordenação os cerca de 15 órgãos envolvidos no combate, controle ou erradicação de doenças específicas. No mesmo período em que o DNERu estava atuando, voltado para determinadas doenças nas áreas rurais, o SESP expandia seus serviços de assistência à saúde. De um órgão criado para o esforço de guerra em 1942, cuja atuação limitava-se à Amazônia e ao Vale do Rio Doce, o SESP passou a ter presença em grande parte do país, adquirindo, inclusive, a centralidade das ações de saúde pública da SPVEA, a partir de 1955. Retornaremos a essa discussão envolvendo a saúde pública dos anos 1950 no capítulo 1.

Dessa forma, as relações entre saúde, desenvolvimento, conjuntura interna e externa constituem elementos centrais para a análise. A principal meta do planejamento para a Amazônia visava a sua integração ao restante do Brasil, que ocorreria principalmente através da formação de técnicos, do saneamento e da colonização. Não era uma novidade, já que é possível encontrar neste período permanência das políticas que o primeiro Governo Vargas dirigiu à região. Um processo que tem origem nos anos 1930 e se intensifica dos anos 1940 em diante, foi o crescimento de posição estratégica da Amazônia para o poder central. O que ocorreu no período democrático foi uma

²⁹ Labra, Maria Eliana. 1955-1964: O sanitarismo desenvolvimentista. In: Teixeira S. M. F. *Antecedentes da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: PEC, Ensp, 1988.

³⁰ Hochman, Gilberto. O Brasil não é só doença: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 15, supl. 1, jul. 2009, p. 318.

³¹ Escorel, Sarah; Teixeira, Luiz Antonio. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista. In: Giovanella, Lígia et al. *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

constante readaptação de visões e estigmas da região aos projetos políticos em curso. As antigas questões trouxeram soluções com as marcas do desenvolvimento, com a ampla participação de órgãos nacionais e internacionais sob um contexto de crença no poder da ciência para superá-los. Mas como pensar o trajeto histórico da região amazônica nestes vinte anos?

A historiadora Barbara Weinstein afirma que uma de suas maiores dificuldades em estudar a Amazônia era o local ser tratado como uma região “sem história”, tanto pela historiografia estrangeira, quanto pela brasileira: uma bela adormecida em quem a história deixava apenas pálidos traços.³² Assim a tendência dos poucos estudos a que a autora recorreu era tratar o ciclo da borracha como uma anomalia dentro do processo histórico local. Segundo a autora “a bela adormecida fora brevemente acordada pelo beijo do capital estrangeiro, só para voltar a dormir”, e “logo que o príncipe achou outro lugar mais lindo e lucrativo para fazer seus investimentos, foi embora”.³³

Edna Castro busca estabelecer uma relação entre o presente da Amazônia e seu mito fundador. A alusão à Amazônia “celeiro do mundo”, o *El Dorado*, de matas e tesouros intermináveis se relacionariam às raízes que estão constituídas no imaginário do presente.³⁴ A invenção da Amazônia pelo olhar ocidental faz parte deste processo.³⁵ Ela seria a síntese moderna e universal dessa reconstrução contínua de velhos mitos que povoam o imaginário da sociedade atual:

O mito do *El Dorado* e as representações sobre a ética civilizatória atravessaram os séculos e ainda são a chave do entendimento das sociedades atuais e dos sonhos que mobilizam seus atores. Assim é construída, no nível do imaginário, a relação do homem com a natureza, e, necessariamente, com os modelos utilizados para sua transformação em mercadorias. Dessa forma se confunde com o avanço sobre os limites e fronteiras do humano, enquanto estrutura ideológica e instrumento do poder que visa a consolidar interesses econômicos, políticos e sociais dominantes.³⁶

³² Weinstein, Bárbara. Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 9, n. 2, maio-ago. 2002, p. 262.

³³ Idem, p.263.

³⁴ Castro, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: Bolle, Willi; Castro, Edna; Vejmelka, Marcel. *Amazônia – Região Universal e Teatro do mundo*. São Paulo: Editora Globo, 2010, p.106.

³⁵ “Invenção da Amazônia” entendida aqui a partir do estudo de Neide Gondim, que compreende este processo segundo o ponto de vista do colonizador europeu, como um mundo a ser descoberto e decifrado. Cf. Gondim, Neide. *A Invenção da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2007.

³⁶ Idem, ibidem.

Como demonstraremos na tese, uma perspectiva que perpassa as ações do Estado brasileiro é a de integração nacional. Ideia esta executada principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek por uma melhora da infraestrutura e por obras de engenharia de transporte, que apresentaram certa eficácia no avanço da fronteira agrícola e econômica. Foi o caso da rodovia Belém-Brasília, que atravessou - e atravessa até os dias atuais - territórios dos estados do Pará, Maranhão e Goiás. Colonização, estradas e grandes projetos constituíram, segundo Castro, elementos do pilar da política de integração nacional.³⁷ Para realizar este tento, foram mobilizadas pelos atores daquele período concepções acerca da formação histórica, civilização, saúde e natureza da Amazônia. A ideia de que a natureza submetia o homem a um regime de carestia permanecia, mas, graças às ferramentas disponíveis pelos homens daquele período, isso não seria mais um problema. Constituída como um entrave para o progresso, a natureza poderia ser vencida com os tratores e máquinas que o governo possuía àquele momento. A vitória do homem sobre a terra se transformou, no período de construção da rodovia, em uma epopeia que representaria a vitória do novo bandeirantismo, presente no governo de Juscelino Kubitschek. O homem, considerado um elemento estranho àquele lugar, e sua saúde, despertaram preocupações dos homens de ciência daquele período. A Amazônia era vista como um lugar em que malária encontrara um lar, e de lá nunca sairia. Com a ascensão da ciência da nutrição brasileira, essa doença e muitas outras seriam fruto do péssimo regime alimentar daqueles homens. Uma vez que o objetivo desta tese é analisar políticas de desenvolvimento em uma região tida como periférica, cabe a inclusão de determinado modelo, ou “arcabouço” teórico? Podemos tomar as proposições de Elias a respeito de nomenclaturas classificatórias para regiões ditas “atrasadas”:

Expressões como “países subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” (...) apontam para uma peculiaridade da perspectiva dos representantes da parcela mais rica e mais desenvolvida do mundo. (...) Seu uso implica que as sociedades mais industrializadas não estão no curso de um processo: o patamar no qual se encontram é percebido como uma etapa sem futuro, um estágio final.³⁸

Privilegiaremos no trabalho as discontinuidades deste processo e as particularidades deste contexto histórico. Edna Castro coloca como tarefa relevante para os

³⁷ Castro, op.cit., p.110.

³⁸ Elias, Norbert. Processos de formação de Estados e construção de nações. In: *Escritos & Ensaios I – Estado, Processo, Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006, p.154.

pesquisadores que se dedicam ao tema desmontar os mitos da terra prometida e da terra liberta que povoam o imaginário social, assim como o ideário de paraíso ligado aos conceitos de progresso e modernidade.³⁹ Estas noções explicariam a relação de dominação, imperante na sociedade sul-americana e brasileira, e a relação entre homem e natureza, com o poder legitimador de destruir a floresta e os recursos naturais.⁴⁰ Para Castro, a construção da ideia de progresso ao mesmo tempo se confunde com a noção de fronteira entre o conhecido e o desconhecido, sendo esta um lugar de atualização dos mitos que muitas vezes escondem os reais conflitos sociais.⁴¹ Assim, um desafio lançado ao conhecimento é a desconstrução dos mitos que se produzem e reproduzem na Amazônia.⁴² Se há uma “invenção”, é possível afirmar também que ideias e noções sobre a região são alteradas ao longo do tempo, e, de forma mais constante, adaptadas de acordo com o projeto político que vigora no período. Trazendo para o contexto histórico que será trabalhado na tese, cabe a pergunta: como a Amazônia era vista às vésperas da *Era do Desenvolvimento*?

Em artigo publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Barbara Weinstein analisa um documentário intitulado *The Amazon Awakens*, lançado em 1944 e feito sob os auspícios do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* e do Estúdio de Walt Disney.⁴³ Ele fazia parte de uma série de filmes comerciais e documentários dedicados a promover a chamada “Política da Boa Vizinhança” na América Latina durante a Segunda Guerra Mundial. O documentário trouxe uma mudança em relação às percepções presentes em décadas anteriores, surgidas durante o ápice do neocolonialismo estadunidense, no século XIX. No período anterior a esse, a *missão civilizadora* dava o tom das ações e políticas europeias e dos EUA para as regiões

³⁹ Castro, op.cit., p.11.

⁴⁰ Idem, ibidem.

⁴¹ Idem, ibidem.

⁴² Idem, ibidem.

⁴³ Em 1940 foi criado o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, renomeado em 1941 *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, e em 1945, *Office for Inter-American Affairs*. A agência foi criada com o objetivo de rechaçar as influências do Eixo sobre os países da América Latina, além de arregimentar os habitantes para o esforço de guerra que ocorria. Posteriormente, o *Office* passou a agir contra a “influência vermelha” nas Américas. A maior parte do trabalho voltou-se para a produção de filmes e documentários, com ênfase na área cultural, reforçando uma certa noção de “identidade” latino-americana. Mas como demonstra Campos (2006), a agência estabeleceu importante papel em ações de saúde e saneamento, os quais colaboraram na institucionalização da saúde pública, em países como o Brasil. Um exemplo da atuação do *Office* no país é o próprio Serviço Especial de Saúde Pública, que iniciou seus trabalhos na região amazônica durante a Segunda Guerra Mundial, e que subsequentemente, passou a atuar em todo o país. Cf. Campos, André Luiz Vieira. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas - O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

pobres: era enfatizada a necessidade de educar os povos considerados “atrasados” no tocante aos aspectos rudimentares da civilização e da cultura moderna. Assim, as visões estadunidenses sobre a América Latina tendiam a ser uma mistura de elementos oriundos de fontes como a ideia dos trópicos como um local de degeneração, o racismo “científico”, dentre outros.⁴⁴ Segundo Weinstein, a peculiaridade do documentário é que, apesar de datar dos anos 1940, elementos da teoria da modernização manifestam-se claramente nele. Esta teoria é normalmente considerada uma tendência acadêmica da fase pós-Segunda Guerra Mundial, tendo sido forjada principalmente por sociólogos preocupados com as questões relativas à modernização do chamado ‘Terceiro Mundo’ nos anos de 1950.⁴⁵

O retrato da região no documentário é de um local pronto para o desenvolvimento, desde que os recursos tecnológicos e financeiros se tornassem acessíveis. Assim, a aspiração humana para o progresso e para uma vida melhor seriam atributos dos homens da Amazônia: suas potencialidades para a modernidade e o progresso estariam adormecidas, mas já estariam presentes no cotidiano e na cultura desses habitantes.⁴⁶ Para despertar essa região, faltaria apenas o estímulo do capital e da tecnologia estrangeiros.⁴⁷ No mesmo período, Earl Parker Hanson, geógrafo ligado também ao *Office*, lançou *Amazon: A New Frontier?* Nessa obra, por mais que concordasse em alguns pontos com o documentário, apresentava divergências quanto às potencialidades da Amazônia. Para Hanson, a modernização da Amazônia viria apenas com a colonização de refugiados da Segunda Guerra Mundial, a partir da formação de colônias agrícolas. Um exemplo era o que tinha ocorrido na Austrália, cujo governo expulsara os asiáticos e africanos e povoara a região com famílias de brancos que trabalhavam em pequenas lavouras.⁴⁸ Weinstein analisa estas diferenças como o reflexo da instabilidade e das ambiguidades das ideias sobre a modernização que antecedia a consolidação destes estudos.⁴⁹

⁴⁴ Weinstein, Barbara. *Modernidade Tropical: visões norte-americanas da Amazônia nas vésperas da Guerra Fria*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 45, p. 156, 2007. Parte do documentário está disponível para visualização on-line no sítio Youtube: <<http://www.youtube.com/watch?v=Pe83FcC9AkW>>. Acesso em: 13/07/2012, 10h56min.

⁴⁵ Idem, ibidem.

⁴⁶ Idem, ibidem.

⁴⁷ Idem, ibidem.

⁴⁸ Idem, p.160.

⁴⁹ Idem, p.158.

Começando nos anos 1940, os “missionários” da Política da Boa Vizinhança já esboçavam os pressupostos fundamentais do conceito de modernização. As premissas dessa teoria - os povos do Terceiro Mundo em geral (e da América Latina em particular) terem as mesmas aspirações e metas que os norte-americanos, existir um impulso universal e natural para o progresso e só faltarem os meios suficientes para consolidar estes valores potencialmente “universais” (o conhecimento científico e técnico adequado e o capital de investimento) – já estavam expostas visualmente no filme *The Amazon awakens*. (...) Talvez seja razoável atribuir as teorias da modernização ao *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, de Nelson Rockefeller, e aos estúdios da Disney, em vez de aos cientistas sociais como Walt R. Rostow, Joseph Kahl (...) ⁵⁰.

Mais que uma discussão sobre uma possível visão “imperialista” sobre a Amazônia, é interessante notar que imagens e representações continuaram a ser reforçadas nos anos subsequentes. Diferente da visão prefigurada pelo *Office*, veremos na presente tese que, entre os governos brasileiros, na maior parte do tempo, vigorou uma noção de terra selvagem sobre a Amazônia, que só poderia se desenvolver por meio de uma modernização calcada na técnica e na ciência daquele período. Os habitantes, nesta percepção do estado brasileiro, encontrar-se-iam em péssimas condições devido às doenças, à desnutrição e à submissão à natureza, que os sufocava naquela terra. Amplos programas que tinham o objetivo de reerguer o homem da Amazônia foram pensados por importantes atores políticos do período. Josué de Castro e Dante Costa, personalidades centrais na institucionalização da nutrição no Brasil, tinham a resposta: era necessário elevar os índices alimentares destes habitantes, por meio de programas com caráter abrangente, que buscava mudar os hábitos e aumentar a produção dos alimentos, com modernas técnicas agrícolas. Mas antes de isso ocorrer, seria necessário realizar inquéritos que buscavam conhecer a alimentação destes habitantes e realizar levantamentos e pesquisas sobre os índices nutritivos dos produtos locais. Somente assim, seria possível realizar uma mudança nas dietas destes homens e em seus hábitos. Para diminuir (e até mesmo erradicar) o problema da principal doença endêmica na Amazônia, a malária, um método brasileiro que consistia em adicionar cloroquina ao sal de cozinha foi visto como a solução. Este último exemplo demonstra as relações envolvendo política e saúde. A ascensão e queda deste método se relacionaram diretamente à carreira política de seu criador, o malariologista Mario Pinotti.

⁵⁰ Weinstein, op. cit., p.168.

A natureza, que, em representações anteriores, era vista como um grande problema para o desenvolvimento da Amazônia, poderia ser domada pelas ferramentas disponíveis aos homens daquele tempo.⁵¹ A construção de estradas que visavam a integrar a região ao restante do país seria o verdadeiro alçó de esta natureza. Problemas históricos, nos projetos dos atores políticos daquele período, encontrariam suas soluções à luz de modernas técnicas de planejamento. O que traremos para a discussão é que, se existiram projetos e planos, as práticas mostraram que o desafio de desenvolver a região amazônica seria muito mais complicado. Os profissionais que lá trabalharam buscaram conhecer os hábitos e a cultura dos cidadãos, para poder alterá-los. Estas tentativas esbarraram na resistência dos habitantes e em aspectos históricos da região - como tentar criar uma economia florestal em um lugar dominado pelo latifúndio e pela economia do barracão? Os relatórios dos técnicos e engenheiros florestais da FAO demonstram que, em alguns casos, o trabalho não pôde ser feito da forma que tinha sido planejado, justamente pelo choque existente entre estas ações e a realidade local, que trazia problemas históricos. Estranhamentos envolvendo agências internacionais e a SPVEA também contribuem para problematizar este percurso histórico.

Para tentar compreender os meandros destas políticas, pesquisamos em diversas instituições. A primeira etapa do trabalho de campo ocorreu na antiga sede da SPVEA (atual SUDAM), em Belém do Pará. Lá foi possível, por meio da leitura e crítica das fontes encontradas, estabelecer um panorama da agência regional no período proposto na tese. Periódicos, relatórios e publicações lançadas pela editora da SPVEA colaboraram para atingirmos grande parte do nosso objetivo. Na Biblioteca da Universidade Federal do Pará foi possível fazer o levantamento de fontes primárias produzidas por órgãos ligados ao governo brasileiro que tiveram atuação decisiva na região durante os anos 1950 e 1960. Não menos importante foi o trabalho realizado na biblioteca e nos arquivos sob guarda da Casa de Oswaldo Cruz, destacando assim o Arquivo histórico da Fundação SESP e o acervo de Rostan Soares. A partir destes locais, pudemos problematizar as ações de saúde pública realizadas pelo governo federal e pela SPVEA durante este período. Para mapear o contexto político e discussões partidárias envolvendo a região amazônica, pesquisamos no periódico

⁵¹ Estas noções de uma natureza aterradora que escravizava os homens da Amazônia são vistas em estudos e romances sobre a Amazônia. Destacamos três trabalhos que operam com este referencial: *Inferno Verde*, de Alberto Rangel; *Terra Imatura*, de Alfredo Ladislau e os escritos incompletos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, como *À Margem da História*.

Diários do Congresso Nacional, disponível no sítio da câmara dos deputados (www.camara.gov.br), e nos acervos particulares sob tutela do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Dividimos o presente trabalho em cinco capítulos. O primeiro constitui uma revisão bibliográfica dos principais temas pertinentes à tese, objetivando destacar o panorama dos estudos sobre o desenvolvimento da Amazônia, nos quais as críticas à SPVEA colaboram para a construção do olhar sobre o *modus operandi* daquela agência. Privilegiaremos neste capítulo estudos sobre a Amazônia no recorte temporal proposto, a partir da análise de autores que apontaram os caminhos e descaminhos do processo histórico e do desenvolvimento amazônida, como Samuel Benchimol e Artur César Ferreira Reis. Mais que escritores, estes homens também foram importantes atores políticos da Amazônia, comandando instituições estatais e interferindo na realidade local. Outro ponto será balizado por artigos e livros que problematizam um conceito fundamental ao nosso trabalho: o desenvolvimento. Tal concepção foi vista por autores aqui destacados como um constructo cultural responsável por novas agendas de políticas públicas para os países e regiões chamados periféricos. Autores do chamado *post development studies* serão privilegiados, com o objetivo de buscar possíveis diálogos entre estes escritos e autores que analisaram o desenvolvimentismo brasileiro, como Celso Furtado e Luiz Carlos Bresser-Pereira. A saúde não ficaria alheia a esta discussão. Importantes inflexões neste campo ocorreram nesta época. A crença na superação e erradicação de doenças tinha relação direta com o otimismo quanto à capacidade da tecnologia do período em superar os problemas. Além disso, os programas realizados pelas agências internacionais do período foram importantes capitais políticos utilizados pelos EUA no combate ao comunismo, uma preocupação característica da Guerra Fria. A pluralidade dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento demonstra como o debate foi apropriado pelos países como respostas às demandas internacionais do mundo pós-guerra.

No segundo capítulo, a análise recairá sobre os momentos em que os planos para a região amazônica estavam sendo definidos. Inicialmente, destacaremos, de forma breve, o percurso histórico da localidade nos anos 1940. A partir de programas de governo que prometiam a integração efetiva da Amazônia ao resto do país, projetos relacionados à saúde e colonização foram idealizados e abandonados. Também abordaremos os debates

parlamentares na constituinte de 1946, quando deputados e senadores dos diversos partidos discutiram as formas pelas quais a *Valorização Econômica da Amazônia* seria efetivada. Denúncias, críticas e Comissões Parlamentares deram o tom dos debates sobre os rumos da Amazônia. Por fim, examinaremos o funcionamento da agência, tendo como base o lançamento do *Primeiro Plano Quinquenal*, documento de análise e apontamentos para o projeto governamental de Valorização. Tendo em vista a necessidade da formação de técnicos para a empreitada, palestras e panfletos foram produzidos para os trabalhadores que fariam parte da estrutura da SPVEA. Os embates relacionados ao ocaso da agência serão também privilegiados, como a tensa relação entre os dirigentes e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), bem como as constantes críticas por parte de parlamentares opositores aos recursos destinados à agência. Cotejado pela historiografia, fontes primárias e secundárias, vamos analisar o panorama geral de funcionamento da SPVEA, seus conceitos, demandas e problemas.

No capítulo três, a alimentação e desnutrição do amazônida em perspectiva histórica serão consideradas a partir de duas questões específicas: os debates envolvendo a nutrição como um elemento vital para a sobrevivência humana, tanto no Brasil quanto no exterior, e o *Plano de Política Alimentar*, de 1954, desenvolvido pelo médico Josué de Castro, onde metas e diagnósticos para ações organizadas e dirigidas pelo Estado brasileiro para a Amazônia foram apontados. Os relatórios médicos deste período apontavam a desnutrição como o principal fator do ‘subdesenvolvimento’ da região. Assim, acompanharemos neste capítulo a introdução da fome como uma nova forma de enxergar a região amazônica, através da análise de obras e artigos de autores que lançaram seus olhares sobre o assunto. Além do supracitado Josué de Castro, o nutrólogo Dante Costa também receberá destaque no capítulo.

No quarto capítulo, será destacado o lugar da região amazônica nos planos de saúde e colaboração internacional daquela época. Abordaremos neste capítulo a inserção da Amazônia na Campanha da Merenda Escolar e na Campanha do Aleitamento Materno, e os relatórios da Comissão Nacional de Alimentação e seus inquéritos nas localidades amazônicas durante os anos 1950. Outro trabalho relacionado à política alimentar para a região foi o acordo envolvendo a FAO, o governo brasileiro e a SPVEA, no qual a preparação de técnicos que colaborassem com a possibilidade de emergência de uma

economia florestal da Amazônia estava na agenda do dia. O acordo FAO-SPVEA é uma oportunidade de problematizar as relações entre agências nacionais e internacionais. Aconteceram ruídos e estranhamentos entre as duas. Os relatórios dos técnicos da FAO demonstram que, em muitos casos, a perspectiva otimista na mudança dos hábitos e da economia local encontrou obstáculos na própria constituição da Amazônia, como a precária situação da terra e das doenças na região. Também abordaremos a experiência com o sal cloroquinado, método que procurava, em um primeiro momento, controlar, e posteriormente, erradicar a malária na Amazônia. O também chamado sal medicamentoso consistia na mistura de um remédio antimalárico, a cloroquina com o sal de cozinha. Esta experiência criada pelo malariologista Mario Pinotti ganhou destaque internacional e foi utilizado na campanha de erradicação de malária, que teve origem nos anos 1950.

No capítulo cinco, vamos abordar os debates e o contexto que tornaram possíveis a construção da estrada Belém-Brasília, a maior obra da SPVEA na Amazônia. Nas tintas de jornalistas e colaboradores do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), a rodovia constituiu-se como um grande epepeia, mobilizando percepções históricas sobre a Amazônia, e “vencendo” os mitos que estariam impedindo o desenvolvimento da região, como o “vazio demográfico” e a natureza. Esta última seria, nas palavras do próprio Kubitschek, a grande vilã do processo de integração nacional da região amazônica com o país. A Belém-Brasília, como será demonstrado, foi também, a cristalização da política desenvolvimentista para a Amazônia, reforçando e apropriando-se de estigmas históricos acerca da população e do local.. Outro aspecto que reforçamos neste capítulo é de que os aspectos “heroicos” deste período têm relação direta com o conturbado contexto partidário (característico de uma época democrática) e a rede de confiança estabelecida pelo então presidente Kubitschek. O presidente foi visto pela historiografia como um mandatário que soube se articular entre as forças governistas (representadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – e o Partido Social Democrata – PSD) e opositoristas (representadas pela União Democrática Nacional – UDN). A construção da estrada e seu percurso histórico é também uma oportunidade de refletir sobre a forma como a própria região amazônica foi vista pelos regimes republicanos, que buscaram, a partir destas percepções, formular as possíveis soluções para o chamado “atraso histórico” da Amazônia.

CAPÍTULO I

A AMAZÔNIA DOS ANOS 1950: ENTRE AS NARRATIVAS E O *DESENVOLVIMENTO*

Introdução

Quando o historiador se dedica aos debates sobre o desenvolvimento da Amazônia, defronta-se com duas memórias cristalizadas: a primeira, a de um grande fracasso resultante dos trabalhos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a segunda, as discussões envolvendo as diferentes correntes sobre as teorias de desenvolvimento brasileiro. Sendo nosso foco a Amazônia dos anos 1950, vamos realizar o mapeamento de obras que tiveram como objetivo estudar os temas que perpassam a análise que será desenvolvida nesta tese. Inicialmente, abordaremos os livros e artigos que tiveram como tema a agência regional para, a seguir, problematizar um conceito recorrente em nosso estudo: o “desenvolvimento” e as implicações teóricas e históricas imbricadas nestas análises. Por fim, destacaremos estudos nacionais e regionais que têm como objeto de estudo a análise do processo de desenvolvimento brasileiro e amazônida. Trata-se aqui de uma revisão bibliográfica pertinente aos principais temas da tese.

Como vamos apontar a seguir, o conceito de desenvolvimento tem sido alvo de debates entre os círculos acadêmicos. Contribuições do grupo pós-estruturalista liderado por Arturo Escobar têm tratado o fenômeno histórico do desenvolvimento como discurso e regime de representação que, baseados na noção foucaultiana de poder, entenderam este processo como uma submissão dos ditos países “subdesenvolvidos” aos desmandos dos projetos de cooperação internacional dos chamados países avançados. Também abordaremos neste capítulo a forma pela qual economistas brasileiros ressignificaram o desafio lançado pelas potências estrangeiras para as conjunturas locais. Buscando textos da época na qual tal conceito foi trazido à baila, reforçaremos que a própria palavra trazia diferentes significados, de acordo com o contexto em que foi utilizada, tanto no exterior, quanto no país. Em resumo, pretendemos mostrar aqui que, longe de ser um conceito fechado e definitivo, o desenvolvimento tem várias definições, que trazem

consigo um projeto político. Desta forma, a ideia sobre o que seria este processo não poderá ser definida apenas a partir de um postulado teórico. Partindo das análises de Celso Furtado e Luiz Carlos Bresser-Pereira sobre o “subdesenvolvimento” brasileiro, vamos abordar a forma pela qual autores locais apontaram as (im)possibilidades de desenvolvimento na região amazônica. Por fim, trataremos a forma pela qual o campo da saúde trabalhou com estas ideias, imbuído de um espírito otimista, em que a ciência e a técnica do período poderiam resolver os problemas endêmicos que assolavam a população mundial. Este foi o período da burocratização e especialização da saúde, com a criação de instituições que pretendiam ser globais, através de acordos com diversos governos e agências nacionais.

De forma geral, ao analisar os resultados obtidos pela SPVEA, os autores apontam neles os motivos pelos quais a “valorização econômica da Amazônia” não foi alcançada. Para melhor fundamentar nossos argumentos a respeito do assunto, tomamos dois autores contemporâneos a esta discussão, Samuel Benchimol e Djalma Batista, os quais escreveram suas obras no momento em que a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi remodelada a partir das conceituações do regime militar (1964-1985), dando origem à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Além de produtores de vários livros sobre a região, Batista e Benchimol foram também homens de ação. O primeiro comandou o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia entre 1959 e 1968. Benchimol, por sua vez, foi professor durante cinquenta anos da Universidade Federal do Amazonas, onde lecionou para os cursos de Direito e Economia. Desta forma, suas reflexões sobre este processo histórico não podem ser ignoradas.

O que iremos destacar também é o fato de, em muitos casos, as pesquisas sobre o período de políticas de planejamento e desenvolvimento regional para a Amazônia pautarem-se mais sobre o *resultado* das ações estatais e menos sobre o *processo histórico* no qual elas foram gestadas. O estudo que iremos desenvolver desse período reside, assim, na análise bibliográfica e documental que privilegie a localização desses planos de Valorização Econômica em seu contexto histórico específico, apontando os conceitos que pautaram a criação da SPVEA, bem como os caminhos e descaminhos resultantes das acaloradas discussões da época sobre seus objetivos e *modus operandi*.

1.1– A SPVEA a partir da SUDAM: narrativas de um fracasso

Um pioneiro trabalho acadêmico sobre o assunto foi a dissertação intitulada *Paradoxos da Burocracia – Um Estudo de Caso na Amazônia Brasileira*, de Potyara Pereira. No trabalho, a razão pela qual a SPVEA não foi considerada a primeira experiência de planejamento regional por seus contemporâneos: a agência falhara em seus objetivos. Tal pioneirismo recaiu sobre a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pelos bons resultados alcançados à época.¹ A autora pretendeu analisar as condições em que foi formulado o planejamento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Como opção metodológica, realizou várias entrevistas com técnicos e dirigentes da agência estatal e, entre as questões levantadas, algumas envolviam a predecessora da SUDAM, buscando conhecer a opinião de profissionais que, em muitos casos pertenceram ao quadro de funcionários da antiga agência regional. No capítulo dedicado à SPVEA, Pereira afirma que

(...) se não nos empenhássemos em analisar a SPVEA mediante uma postura científica, talvez fôssemos envolvidos pela gama de pessimismo e, até certo ponto, repúdio contra a antiga organização, manifestada em grande escala nos dias atuais. (...) A SPVEA parece, dessa forma, configurar não apenas uma organização que não correspondeu às expectativas de um plano formalmente concebido, mas principalmente o instrumento de poder de uma ordem política rechaçada e combatida. (...) Ao tentarmos conhecer a SPVEA, avistamo-nos com um grande impasse (...): a SPVEA passou a ser vista como o exemplo de demagogia funcional mais contundente e de corrupção administrativa.²

Tal concepção foi marcante a ponto de, segundo a autora, ter sido praticamente impossível obter mais detalhes sobre a antiga superintendência, pois pessoas que ocupavam os escalões ministeriais e regionais evitavam demonstrar simpatia pela SPVEA dado o seu passado e sua condenação política pelo governo militar.³ A agência passou a encarnar a imagem de um exemplo político moralmente negativo, construído pela divulgação de escândalos pela imprensa. As entrevistas permitiram o mapeamento de três tipos de manifestações de repúdio à organização: manifestação de conteúdo

¹ Pereira, Potyara Amazoneida P. *Paradoxos da Burocracia – Um Estudo de Caso na Amazônia Brasileira*. Dissertação entregue ao Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1976, p. 199.

² Pereira, op.cit., p.86.

³ Idem, p.87.

político, ou seja, receio de apontar críticas à entidade; manifestação de conteúdo moral, ou receio de ser considerado corrupto, e manifestação de conteúdo ideológico, expressa pela convicção de que o ordenamento político-militar seria o único capaz de imprimir o desenvolvimento regional.⁴

Na concepção de Pollack, as memórias coletivas formam um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade.⁵ Assim, a afirmação da SUDAM se insere no novo contexto social e político de sua época de criação, quando ocorreu a construção de certo tipo de memória do período democrático anterior, em que as instituições estariam à mercê de interferências exógenas à sua existência, dando margem à corrupção e ao clientelismo. A SPVEA, portanto, na concepção dos homens públicos pertencentes ao governo militar e da população que dela tomou conhecimento, pertencia a um passado amoral, constituía uma anomalia que a caracterizava mais como um órgão burocrático sem finalidades desenvolvimentistas.⁶ O plano teria se chocado com um quadro real de dificuldades que sequer haviam sido abordadas anteriormente, ou seja, existiria um paradoxo entre os objetivos abrangentes e ambiciosos do plano e a realidade a ser modificada.⁷ Daí viria a desilusão causada pela “supremacia das maquinações políticas sobre as atividades políticas” e pela demagogia e corrupção que caracterizariam o funcionamento da SPVEA.⁸ O governo vigente no país após 1964 não restringiu a ineficiência dos organismos estatais à região amazônica. Foi, na realidade, um processo que permeou toda a organização estatal do país.⁹ Outros autores reforçaram a memória da agência regional tendo como ponto de vista o “fracasso”.

Samuel Benchimol (1923-2002) era catedrático da disciplina de Economia Política na faculdade de direito do Amazonas. Produtor de uma extensa obra sobre a região, o advogado buscou problematizar sobre o processo de desenvolvimento da Amazônia. A partir de sua atuação acadêmica, Benchimol criou a cátedra “Introdução à Amazônia”. Em outubro de 1964, poucos meses após o golpe militar, ele palestrou na Faculdade de

⁴ Idem, p.89.

⁵ Pollak, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricas*, v. 2, n. 3, p. 10.

⁶ Nas palavras da autora: “O burocrático aqui é referido como um sintoma de inutilidade, como algo que ao invés de promover e facilitar racionalmente os serviços de sua competência, dificulta-os, emperra-os.” Cf. Pereira, op.cit., p. 84.

⁷ Idem, p. 75.

⁸ Idem, ibidem.

⁹ Brito, Daniel Chaves. *A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia*. Belém, Ed.UFPA/NAEA, 2001, p. 146.

Direito da Universidade do Amazonas, analisando de maneira global o processo de integração da Amazônia à economia brasileira. Para Benchimol, a conceituação da Amazônia como região subdesenvolvida seria errônea, pois não havia a ocupação humana em sua natureza, ao contrário de outras regiões assim assinaladas.¹⁰ O mais correto seria especificá-la como área não desenvolvida ou economia desarticulada, reserva estratégica, ou potencialidades à espera do *fiat* criador do homem.¹¹

Em seu entendimento, o domínio da Amazônia residiria em quatro frentes históricas, numa das quais a SPVEA está inserida. A primeira seria herdeira da tradição bandeirante dos séculos XVIII e XIX, quando a pressão demográfica e as oportunidades econômicas passaram a atuar como focos de expulsão e apelo.¹² Seu clímax residiria no momento em que a população brasileira atingisse duzentos milhões de habitantes.¹³ A segunda seria constituída pela rota clássica de penetração e conquista do Vale do Amazonas, que teve a função histórica de criar a Amazônia Clássica colonial, promovendo a implantação da cultura portuguesa, assegurando a soberania brasileira sobre a área.¹⁴ Essa frente recebeu, no curso do século XIX a população nordestina e fugitiva da seca, assim como futuramente receberia a imigração estrangeira, no momento em que a região se abrisse para os excedentes populacionais resultantes da explosão demográfica do período.¹⁵ Esta seria uma fronteira de tensão, pois através dela se realizariam os contatos e os intercâmbios do espaço amazônico com o mundo exterior. A terceira estaria sendo formada na fronteira amazônica não brasileira, que no momento estaria morta, mas tenderia a se vitalizar por meio do processo de desenvolvimento que se processaria nas repúblicas limítrofes, desejosas de participar efetivamente da ocupação da Amazônia.¹⁶

A quarta frente histórica seria endógena, deslocando-se internamente à procura de oportunidades, só conseguindo sobreviver economicamente quando o extrativismo florestal, “empírico e primário” resultasse em épocas nas quais determinados produtos

¹⁰ Benchimol, Samuel. O Problema do Desenvolvimento Econômico: Política, Economia e Planejamento – Conferência proferida na faculdade de Direito da Universidade do Amazonas, outubro, 1964. In: Benchimol, Samuel. *Amazônia – Pouco Antes e Além Depois*. Coleção Amazoniana – 1. Manaus: Editora Umberto Calderano, 1977, p. 473.

¹¹ Idem, ibidem.

¹² Benchimol, op. cit. 473.

¹³ Idem, p.474.

¹⁴ Idem, ibidem.

¹⁵ Idem, ibidem.

¹⁶ Idem, ibidem.

alcançassem alto valor por unidade coletada.¹⁷ Pontos positivos desta frente de ocupação seriam a infraestrutura formada por rede de portos e armazéns, bancos e casas comerciais, energia elétrica, esgotos, vias de transporte e comunicações, escolas e hospitais.¹⁸ Agregadas a esses fatores estariam as mudanças institucionais ocorridas na política brasileira e o crescente intervencionismo estatal. O dispositivo constitucional de 1946, que deu origem à Valorização Econômica da Amazônia, representaria o ápice desta frente histórica. Ao contrário do extrativismo simples do período anterior, a nova política gravitaria sobre a ação metodizada, que se apoiaria em articulações táticas e estratégicas, conduzidas no espaço geoeconômico sob o signo do tempo tecnológico.¹⁹ O ponto fundamental da crítica de Benchimol à agência regional foi a filosofia conceitual adotada. Teria ocorrido o entendimento de que o programa de valorização fosse realizado mediante um conjunto global de medidas, executadas em todo o *front* social e econômico. Ou seja, a doutrina adotada resultaria em uma metodologia ampla demais em relação aos poucos recursos que a agência possuía:

(...) o princípio norteador dessa política reside no lema “você-não-pode-fazer-nada-antes-de-ter-feito-tudo”, e, por isso, ela ganha em superfície o que perde em profundidade. A dispersão é a nota tônica de tal sistema desenvolvimentista, de ação mais lenta, porque pretende dar cobertura global estratégica. (...) a ausência de uma programação técnica partindo do inventário do que já existe para chegar aos objetivos e metas pré-determinadas (...) constitui a crítica fundamental à execução desse empreendimento valorizador, responsável pelo desperdício que poucos aproveitam. (...) Assim como está, o plano torna-se mais um horóscopo que um calendário.²⁰

Posteriormente, Benchimol voltaria a avaliar os rumos do desenvolvimento da Amazônia, em um curso ministrado na Universidade do Amazonas. Para o autor, a SPVEA sofria um processo contínuo de frustrações e desgaste, resultante das dificuldades de se afirmar como projeto válido, viável e operacional para o desenvolvimento amazônico. Junto à crítica conceitual, outras causas colaboravam com o fracasso da agência, tais como: inadequação da estrutura administrativa, excessiva centralização em nível de decisão e execução, escassez de equipes técnicas, falta de

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Idem, p. 475.

¹⁹ Idem.

²⁰ Benchimol, *op.cit.*, p.476.

incentivos para motivar o empresariado regional, ingerência político-partidária, insuficiência, irregularidade, desperdício e pulverização de recursos orçamentários.²¹

Djalma Batista (1916-1979) foi médico e escritor. Membro da Academia Amazonense, exerceu cargos diretivos em instituições locais, como a Liga Amazonense contra a Tuberculose, além de ter trabalhado em dispensários da região e ministrado cursos na Escola Técnica de Manaus. Durante o período de atividade da SPVEA foi o primeiro diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Escreveu livros na área médica, como *O Paludismo na Amazônia*, além de reflexões sobre a realidade local. O texto selecionado aqui é a síntese de sua análise sobre a Amazônia, intitulado *O Complexo da Amazônia*. Neste livro, Batista busca entender o porquê de a região amazônica estar ainda, em sua opinião, na etapa pré-capitalista, mesmo tendo em algum momento histórico ocupado o segundo lugar entre as regiões brasileiras de maior receita de exportação, como no caso do “ciclo da Borracha”. A obra foi publicada em 1976, momento no qual a SUDAM completava sua primeira década de funcionamento. A análise do processo de desenvolvimento da região reside, segundo o autor, no período após a Revolução de 1930, quando o Brasil iniciou sua industrialização. Mesmo com o advento do Estado Novo, a região teria ficado à margem do processo vivido pelo país. Experiências como os Acordos de Washington, em 1942, e o dispositivo constitucional de 1946, não teriam sido suficientes para a integração efetiva da região amazônica à vida econômica brasileira.²² O processo desenvolvimentista só tomaria corpo de maneira sistemática a partir do governo Castelo Branco (1964-1967) e seus sucessores nos governos militares, quando um elenco de iniciativas estaria em andamento com ritmo acelerado e novos horizontes se descortinavam para a Amazônia com os trabalhos da recém-criada agência de desenvolvimento capitaneada pelos governos militares.

O autor reconhece o otimismo gerado pela aprovação do dispositivo constitucional de 1946, porém a estruturação da agência de desenvolvimento já trazia problemas que se ampliariam posteriormente. Entre as dificuldades encontradas, estava a novidade que representava no Brasil a existência de um organismo visando à recuperação, a

²¹ Benchimol, Samuel. Estrutura Geo-Social e Política da Amazônia: uma síntese com achegas de Cordel. In: *Amazônia – Pouco Antes e Além Depois*. Coleção Amazoniana – 1. Manaus: Editora Umberto Calderano, 1977, p. 560.

²² Batista, Djalma. *O Complexo da Amazônia – (Análise do Processo de Desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1976, p. 25.

valorização ou o desenvolvimento regional.²³ Outro óbice era a inexistência de pessoal habilitado para participar do empreendimento, além da “mentalidade vigorante de que tudo deveria provir do governo, largamente explorada pelos políticos que disputavam recursos”.²⁴ O investimento excessivo em comunicação e publicidade da SPVEA também receberia críticas, pois ocorrera o endeusamento dos dirigentes, levando a segundo plano quaisquer realizações positivas da entidade.²⁵ Batista teceu elogios ao Primeiro Plano Quinquenal, de 1955, que traçou metas ambiciosas para a região, dividindo-a em 28 zonas de planejamento econômico. O problema é que tal zoneamento, na prática, nunca ocorreu, pois faltara à Superintendência tanto mão-de-obra técnica especializada para sua implantação satisfatória, quanto equipes executoras de projetos integrados de produção de alimentos, matérias primas, transportes, saúde e elevação do nível cultural das populações amazônicas.²⁶ Foi sorte, portanto, não ter ocorrido a execução plena do Plano Quinquenal, pois teria sido um desperdício financeiro destinado a “um desastre completo”, que desmoralizaria ainda mais o empreendimento.²⁷

Outras razões para o fracasso da SPVEA seriam a instabilidade política do período (refletida na flutuação do cargo de superintendente e na heterogeneidade da Comissão de Planejamento), a criação de uma máquina burocrática que nada deixava funcionar, além das dificuldades atravessadas pelo programa de assistência técnica da FAO, devido à demora no pagamento das verbas. Uma crítica comum é a excessiva centralização executiva da agência regional, que a transformou em um “super-estado”, com poderes maiores que os dos governadores e dos chefes militares, pois detinha o dinheiro recebido pelo governo federal. Tais problemas levariam à desconfiança popular sobre a entidade, seus dirigentes e servidores.²⁸

Em uma perspectiva acadêmica, outros estudos ligados à área da Sociologia, Economia e Ciência Política buscaram compreender o ocaso da SPVEA. Para Cardoso, a agência propunha-se a realizar tarefas de difícil execução, com prazos muito longos e que

²³ Idem, p.207.

²⁴ Idem, ibidem.

²⁵ Idem, p.210.

²⁶ Idem, ibidem.

²⁷ Batista, op. cit., 210.

²⁸ Idem, ibidem.

requeriam um conhecimento da região muito maior do que se dispunha na época.²⁹ Já Dennis J. Mahar destacava que os problemas da agência residiam em seus documentos-base: o decreto-lei que a criou e seu plano de atividades, o Primeiro Plano Quinquenal, porquanto o caráter abrangente das metas conflitava com o conhecimento rudimentar da estrutura sócio-econômica e do potencial da região.³⁰ Em estudo dedicado à relação entre Estado, desenvolvimento e a Amazônia, Daniel Chaves Brito afirma que a política de desenvolvimento para implantar os fundamentos de uma nova ordem sócio-econômica foi sendo sacrificada em consequência da inserção de diversos elementos considerados disfuncionais (baixa qualidade do quadro técnico e interferência política) na concepção e na execução do plano de valorização.³¹ Segundo ele, as opiniões sobre a crise e o fim da SPVEA apontam duas direções contrárias: as críticas “regionalista” e “governista”.³² A primeira assinala a incapacidade do governo federal para implementar efetivamente o planejamento.³³ A segunda aponta os processos socioeconômicos e políticos da região como responsáveis pela ineficácia da agência, tais como ingerência partidária e concentração excessiva de poderes nas mãos dos superintendentes.³⁴

Em tese de 2004, Antônio Rabello trouxe outra leitura para este processo histórico. O autor critica as leituras do desenvolvimento amazônico realizadas por Potyara Pereira e Daniel Brito, pois elas esbarram em uma visão que colocaria esse processo histórico em uma espécie de “redoma de technicalidades”, atrapalhado por interferência política de elites regionais.³⁵ A deficiência desta abordagem consistiria em atribuir ao olhar técnico uma suposta isenção política.³⁶ Na sua visão, uma possível agenda de pesquisa residiria nas relações estabelecidas pela SPVEA no momento de sua gestação, quando múltiplas vozes e grupos políticos estabeleceram relações com a agência. A crítica formulada pelo autor centra-se na pouca participação da Amazônia no processo de desenvolvimento

²⁹ Cardoso, Fernando Henrique e Müller, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense – CEBRAP, 2ª Edição, 1978, p.113.

³⁰ Mahar, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia* – uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978, p. 17.

³¹ Brito, Daniel Chaves. *A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia*. Belém: Ed.UFPA/NAEA, 2001, p.142.

³² Idem, p.145.

³³ Brito, op. cit. 2001.

³⁴ Idem, ibidem.

³⁵ Rabello, Antônio Cláudio Barbosa. *A invenção do outro: representações do desenvolvimento e da fronteira amazônicas*. Tese de doutorado apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, 2004, p. 61.

³⁶ Idem, ibidem.

liderado pelo Estado brasileiro, mesmo com a abertura de estradas como a Belém-Brasília, considerada por ele como a grande herança da instituição:

A abertura de vias de penetração na região amazônica durante o governo JK representou a tentativa de incorporar essas regiões. A Amazônia, apesar de pertencer ao território nacional (fisicamente), não pôde determinar sua inclusão ou não ao projeto de nação que se gestava. O procedimento de expansão do capital operou uma inclusão forçada na região amazônica ao centro dinâmico. (...) A incorporação (da região) ao modelo de desenvolvimento não implicava torná-la central. Apesar de ser incluída, a Amazônia permaneceu como marginal ou de fronteira. Ao construir estradas, abria-se, concomitantemente, a possibilidade de inventar a fronteira e inventar o outro. O lugar do diferente, apto a receber o igual.³⁷

É possível apontar nos autores o descontentamento com os poucos avanços obtidos pela agência regional, especialmente quando há a confrontação entre os objetivos e resultados apresentados. A contribuição das obras destacadas reside na formulação das seguintes questões, que serão desenvolvidas no decorrer do nosso trabalho: qual percurso histórico levou a SPVEA, nas palavras de Djalma Batista, a se tornar um “super-estado”? De que forma as discussões no período de sua gestação (a câmara dos deputados) contribuíram para o caráter centralizador da agência de desenvolvimento?

Uma característica comum a todos os trabalhos aqui apresentados é que a análise sobre o período da SPVEA faz parte de estudo mais amplo sobre o processo de desenvolvimento da Amazônia. Dessa forma, sobre a experiência da SPVEA residiriam poucas páginas nestas obras. A SPVEA seria assim um degrau até o momento em que o governo militar a substituiria pela SUDAM. Para nosso estudo, compreendemos que as conclusões sobre êxito e fracasso da agência têm papel relevante, porém não fundamental no desenrolar da tese. O percurso histórico desse recorte temporal será compreendido sem uma perspectiva endógena/exógena, mas através das relações e interações estabelecidas entre a Amazônia e os contextos nacional/internacional. Na maior parte das obras indicadas, a SPVEA é tratada como uma etapa na história da região amazônica, constituindo um caminho até a chegada da agência definitiva. Poucos textos apontam esse período como uma época na qual a Amazônia vivenciou uma experiência pioneira de planejamento. No curso do trabalho, vamos analisar a agência regional *per se*, apontando os caminhos e descaminhos pelos quais ela teria passado no curso de seus vinte anos de existência. Privilegiaremos a análise do processo histórico

³⁷ Idem, p.84.

no qual ela conviveu, destacando políticas, atores e instituições que constituíram o mosaico do período no qual a Amazônia vivenciou sua primeira experiência de desenvolvimento e planejamento dirigido pelo Estado, entre 1946 e 1966.

1.2 – SPVEA: uma experiência pioneira

O tema abordado, ao largo da discussão acerca da eficiência ou não da SPVEA, deve ser analisado a partir de sua época e conceitos, a localização da agência no contexto nacional e internacional, bem como seu percurso histórico. O contexto democrático após o período ditatorial se guiava pelas regras do planejamento, cujo subproduto foi aplicado a partir da criação de agências regionais, como a Comissão do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1946), Comissão do Vale de São Francisco (1948) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (1959).³⁸ Esse modelo ganhou vigor com a Carta de 1946, e tinha por objetivo trazer as regiões mais atrasadas e pobres para o mesmo nível de desenvolvimento das áreas mais ricas do país. Como meta subjacente havia a preocupação em conseguir uma estratégia equilibrada de desenvolvimento para toda a nação. As regiões-alvo de tal iniciativa eram o Nordeste (em função basicamente das secas), a Amazônia, (marcada por uma longa agenda de desafios), e o Vale do São Francisco (tendo em vista as condições de navegação daquele que era o rio da “integração nacional”).³⁹ Dessa forma, a “integração” da Amazônia passaria necessariamente pela experiência do planejamento e as tentativas de colonização da área, recuperando uma ideia recorrente nos discursos governamentais dos anos 1940: o vazio demográfico. A chave analítica para se compreender este processo da região reside em três palavras: o planejamento, a colonização e o jogo do poder.⁴⁰ A gestação do plano de valorização da Amazônia é reflexo também do período constitucional vivido pelo país a partir de 1946, das ideias de planejamento que pautavam a agenda política da época e das pressões características de um período democrático.

Entre fins do século XIX até a II Guerra Mundial, a questão regional era tratada como uma matéria de localização das atividades agrícolas e industriais. Até aquele momento, a questão urbana ainda não havia emergido como um problema social e político, à

³⁸ D’Araújo, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 19, ano 7, junho de 1992, p. 5.

³⁹ Idem, *ibidem*.

⁴⁰ Idem, p.15.

exceção dos Estados Unidos da América.⁴¹ A primeira experiência de planejamento regional pode ser considerado o Plano de Eletrificação Nacional, União Soviética, em 1925, que teve como resultado a construção de várias usinas hidrelétricas, com vistas ao aproveitamento da região como base para o desenvolvimento.⁴² O plano ganhou vulto com a invasão alemã durante a Segunda Grande Guerra, levando ao planejamento de várias cidades na Sibéria e em localidades mais distantes, como Novosibirsk.⁴³ Após a Crise de 1929, ocorreu nos países ocidentais a tomada de consciência das desigualdades regionais. A transformação das ideias em torno do papel do Estado na economia (Keynesianismo), aliada ao avanço das técnicas e práticas de planejamento, incentivou a criação de políticas de redução de desigualdades regionais de reordenamento do território em vários países. Instituições foram criadas com esse intuito: o *Tennessee Valley Authority* (TVA), nos EUA (1933), objetivando a recuperação da bacia hidrográfica do Tennessee; a *Comissão Barlow* (1937), com ideia de recuperar as indústrias do norte da Inglaterra; a *Cassa del Mezzogiorno* (1950), que buscava a recuperação do sul da Itália pós-fascismo e o *Delegation D'amenagement du Territoire* (Datar), que, em 1963, tentava integrar o interior da França ao dinamismo industrial de Paris.⁴⁴ Os países latino-americanos não ficaram imunes a este processo. Até 1972, foram listados cerca de 73 planos ou programas de desenvolvimento regional nos países do continente, inclusos aí, a SPVEA e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE.⁴⁵

Além da expansão das políticas de desenvolvimento regional, ocorreu um grande esforço de interpretação teórica sobre a questão das desigualdades regionais e da elaboração de técnicas de planejamento e intervenção pública.⁴⁶ Diniz aponta duas escolas teóricas que refletiram sobre esta questão. Uma, capitaneada por Walter Isnard, trabalhou com a noção de modelos de equilíbrio, com ênfase no papel dos custos do transporte, em mercados concorrenciais, desenvolvendo paralelamente um conjunto de técnicas de análise regional.⁴⁷ A segunda, liderada por François Perroux, partiu da noção de economia dominante e dos efeitos interindustriais, desenvolvendo o conceito

⁴¹ Diniz, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, maio-agosto de 2009, p. 227.

⁴² Idem, ibidem.

⁴³ Idem, ibidem.

⁴⁴ Diniz, op. cit., p.230.

⁴⁵ Idem, ibidem.

⁴⁶ Idem, p.6.

⁴⁷ Idem, p.231.

de polo de crescimento, além da irradiação de uma empresa motriz para os outros locais.⁴⁸ Autores como Myrdal, Hirschman e Kaldor trouxeram contribuições para estes estudos, analisando os efeitos da polarização econômica em determinadas regiões, dando origem às desigualdades regionais.⁴⁹ A partir dos anos 1960, a criação e fortalecimento de polos de desenvolvimentos passaram a ser generalizadamente utilizados como metodologia e instrumento de desenvolvimento regional na maior parte dos países.⁵⁰

No Brasil, este debate também deu origem à análise de diversos autores, tendo como foco, em especial a questão do planejamento e sua influência no desenvolvimento de regiões ditas subdesenvolvidas. A principal inspiração dos órgãos de planejamento regional brasileiros seria o *Tennessee Valley Authority* (TVA), criado pelo governo estadunidense em 1933. O TVA foi apontado à época como o principal modelo de planejamento regional e de administração planificada.⁵¹ O plano, gerenciado por um órgão descentralizado e flexível, consistiu na recuperação do vale do Tennessee, cujas condições naturais (terras destruídas pela erosão) e sociais tinham como consequência o baixo nível de renda da população.⁵² O plano desenvolvido pelo governo estadunidense tornar-se-ia um modelo graças ao êxito obtido em várias áreas como: planejamento integral; execução rápida dos projetos; concentração dos recursos na execução dos projetos básicos; prestação de contas frente ao Congresso; integração das comunidades locais na empresa; espírito pioneiro e missionário; aplicação de recursos e técnicas científicas.⁵³

Partindo do referencial norte-americano, como analisar a SPVEA? Retornemos à Potyara Pereira, cujo trabalho aponta as críticas em relação à instituição, mas registra também seus méritos:

O certo é que a SPVEA como um primeiro esforço de planejamento regional, sob a égide do governo da União, inaugurou um período de intervenção nos assuntos regionais, guiada por um procedimento que pretendia ser “racional”. (...) A partir desse momento, as burocracias estatais e paraestatais passaram a ser cogitadas como novos

⁴⁸ Idem, ibidem.

⁴⁹ Idem, ibidem.

⁵⁰ Idem, ibidem.

⁵¹ D’Araújo, op.cit., p.8. Sobre o tema do Planejamento e suas implicações sobre a região, trataremos no próximo capítulo.

⁵² Idem, ibidem.

⁵³ Idem, ibidem.

instrumentos de trabalho em favor do processo de desenvolvimento brasileiro. (...) Esse fenômeno (...) desenvolvimentista sob o comando estatal assumiu características peculiares na Amazônia.⁵⁴

A SPVEA, como uma instituição sujeita às pressões do meio e à variedade de acontecimentos que interferem no plano nacional, relaciona-se ao contexto internacional no qual foi gestada. Outra crítica recorrente à instituição é a falta de pesquisas científicas e tecnológicas, assim como a ausência de centros avançados universitários que pudessem colaborar com a *Valorização* de forma mais efetiva.⁵⁵ Porém, é importante ressaltar que o trabalho de médicos e organizações científicas internacionais se fazem presentes na região amazônica desde o início do século XX, como a Fundação Rockefeller, na colaboração ao combate à malária. No período pós-guerra, essas instituições deram continuidade aos trabalhos na Amazônia ou realizaram novos acordos com o governo brasileiro. Neste referencial, podemos inserir a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Nos trabalhos mapeados, a documentação, de forma geral, se restringiu aos documentos oficiais emitidos pela SPVEA nos períodos de avaliação, assim como os relatórios divulgados pela instituição. Entre estes, destacamos: *Programa de Emergência Para a Região Amazônica* (1954), *Primeiro Plano Quinquenal* (1955), *SPVEA* (1954-1960) e *Da SPVEA à SUDAM* (1964-1967), todos produzidos pelo departamento de comunicação e divulgação da instituição. Sem dúvida, tais textos constituem a base para qualquer estudo sobre o intervalo de tempo aqui tratado, porém, para atingirmos os objetivos propostos inicialmente, buscamos outras fontes primárias e secundárias.

Tendo em vista a contextualização de políticas públicas na região amazônica, iremos a seguir, apontar como se dá a “construção” da ideia-força que impulsionou os planos dos governos democráticos para a Amazônia: o **desenvolvimento**. Tal conceito reverberou nas falas governamentais durante todo o período, em especial, após 1947, quando um grande programa de colaboração para as nações ditas subdesenvolvidas é lançado, em meio ao contexto de disputa entre as duas potências pela influência no mundo: a Guerra Fria.

⁵⁴ Pereira, op.cit., p.90.

⁵⁵ Idem, p.91.

1.3 – Surge o Desenvolvimento

More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas.

For the first time in history, humanity possesses the knowledge and the skill to relieve the suffering of these people..

The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for the assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible.

Misled by this philosophy, many peoples have sacrificed their liberties only to learn to their sorrow that deceit and mockery, poverty and tyranny, are their reward. (...) That false philosophy is communism.

(...) Democracy maintains that government is established for the benefit of the individual, and is charged with the responsibility of protecting the rights of the individual and his freedom in the exercise of his abilities

Communism maintains that social wrongs can be corrected only by violence.⁵⁶

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América, sob o signo do contexto de disputa de influência territorial com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e do temor pela reascensão de regimes fascistas, iniciaram um amplo programa de reerguimento das nações aliadas envolvidas no conflito armado. Enquanto a URSS consolidava a sua posição no Leste europeu, a esquerda mostrava-se muito forte na França, Itália e Grécia. Esta situação levou os EUA a elaborar a Doutrina Truman, eixo norteador de sua política externa no alvorecer da Guerra Fria, servindo também de inspiração e base ideológica ao plano que viria a seguir. Em 5 de junho de 1948, o secretário de Estado George Marshall, defendeu a ajuda econômica à Europa, lançando assim, as bases doutrinárias e programáticas do Plano Marshall: reconstruir a sociedade capitalista global, recompor a economia europeia, integrar o Ocidente europeu à economia americana, além de adequar a imensa defasagem entre os dólares e

⁵⁶ Truman, Harry S. *Inaugural Address – 20/01/1949*. Disponível em: <<http://www.bartleby.com/124/pres53.html>>. Acesso em: 12/04/2010, 03h10min.

o ouro existentes nos EUA e a falta deles entre os aliados ocidentais.⁵⁷ A Doutrina Truman e o Plano Marshall materializaram a partilha da Europa, lançando as bases para a formação de blocos político-militares. Como aponta Vizentini, ainda existia uma forte opinião pública mundial marcada pelo antifascismo e pacifismo, atrasando de certa forma o início da Guerra Fria.⁵⁸ De acordo com Padarós, era necessário criar mitos e imagens que desarticulassem essa corrente e condicionassem a população a uma visão maniqueísta. Assim se constituiu a “ameaça soviética” e a “defesa do mundo livre”, mitos mobilizadores e legitimadores da Guerra Fria.⁵⁹

No discurso de posse em janeiro de 1949, Harry Truman deu início ao programa *Ponto IV*, cujo objetivo era estender a ajuda econômica aos países da América Latina, África e Ásia, tendo em vista a disputa de influência geopolítica da Guerra Fria e da crença estadunidense, à época, de que o mundo ocidental possuía tecnologia o suficiente para superar os problemas que grassavam nas regiões mais pobres do mundo. A fala de Truman é considerada pela *Antropologia do desenvolvimento* como o marco zero de uma invenção: o desenvolvimento e sua contraparte, o subdesenvolvimento.⁶⁰ Tendo como base estatísticas e padrões de vida ocidentais, esse período teria correspondido a um intenso processo de controle e de "ocidentalização" dos países periféricos envolvidos, devido ao caráter autoritário e hegemônico do processo em pauta. A partir desta premissa, ou seja, o desenvolvimento como um discurso historicamente construído, cabe a formulação de algumas questões para o andamento da tese:

– De que forma o desenvolvimento foi apropriado em contextos históricos locais específicos?

⁵⁷ Padarós, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de Bem Estar Social. In: Filho, Daniel Reis et al. *O Século XX – O Tempo das Crises – Revoluções, Fascismo e Guerras*. Rio de Janeiro, 2000, p. 233.

⁵⁸ Vizentini, Paulo Fagundes. A Guerra Fria. In: Filho, Daniel Reis et al. *O Século XX – O Tempo das Crises – Revoluções, Fascismo e Guerras*. Rio de Janeiro, 2000, p. 202.

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰ “Antropologia do desenvolvimento” é uma tradução livre de *Anthropology of development*, termo cunhado por Arturo Escobar para definir sua "filiação" na academia. A *Anthropology of development* surgiu como oposição à *Development Anthropology*. A diferença entre as duas, segundo Grillo é que, enquanto a primeira se ocuparia na análise sócio-científica do desenvolvimento como um processo político, cultural e econômico, a segunda estaria engajada diretamente na aplicação de projetos de desenvolvimento (avaliação de projetos ou assessoria política). Tal divisão e demonização da *Development Anthropology* também tem sido alvo de trabalhos acadêmicos. Cf. Grillo, R. D. Discourses of Development: The View from Anthropology. In: Grillo, R.D.; Stirrat, R.L. (Eds.) *Discourses of Development: Anthropological Perspectives (Explorations in Anthropology)*. [S.I]: Berg Publishers, 1997, p.2.; e Gow, David. *Anthropology and development: Evil twin or moral narrative?*. *Human organization*, v. 61, n. 4, 2002, p. 299-313.

– Como atores locais ressignificaram tal discurso a partir de suas necessidades específicas?

A resposta a essas questões partem necessariamente de um problema específico: as concepções de desenvolvimento envolvidas na *Valorização Econômica da Amazônia*, por meio das contribuições teóricas deste grupo de autores e de fontes históricas da época, com o intuito de compreender as apropriações deste discurso nos projetos para a região amazônica. O argumento que será desenvolvido aqui é de que as concepções e colaborações internacionais com o objetivo de melhorar as condições locais da Amazônia nestes planos (tais como o *Programa de Emergência* e o *Primeiro Plano Quinquenal*) vieram ao encontro de discussões intelectuais e projetos governamentais em curso – em especial a partir dos anos de 1940, com as práticas e discursos do Estado Novo para a região. Os escritos deste período se caracterizaram por uma busca do "fim das lendas", pedindo uma efetiva ação social do poder público sobre a região. Desta forma, a seguir, localizaremos o contexto histórico e debates envolvendo o conceito de desenvolvimento.

Os *post-development studies* apontam, de forma geral, o discurso de Truman como o início do que se convencionou chamar de desenvolvimento, bem como o ponto inicial da construção discursiva dos EUA para com demais países que passariam a ser chamados de terceiro mundo. Sem se prender ao surgimento do conceito de "desenvolvimento", Collin Leys aponta um início anterior, no século XIX, e encontra em Marx e Hegel os verdadeiros criadores das chamadas "Teorias do Desenvolvimento".⁶¹ Segundo o autor, o pioneirismo dos dois pensadores reside no fato de ambos reconhecerem que a aceleração súbita nas mudanças provocadas pelo estabelecimento da produção capitalista e na sociedade burguesa possibilitou a análise do processo histórico de forma inovadora.⁶² Esta concepção levaria a um entendimento racional desta sociedade (Hegel) ou à busca de formas para superá-la (Marx), mas ambos perceberam que a sociedade capitalista era resultado de um processo

⁶¹ Leys, Collin. *The Rise and Fall of Development Theory*. In: Edelman, Marc; Hauguerud, Angélique. *The Anthropology of Development and Globalization: From Classical Political Economy to contemporary neoliberalism*. Oxford: Blackweel Publishing, 2005, p.109.

⁶² Idem, *ibidem*.

evolucionista, possibilitando o estudo de sociedades anteriores a partir do "ponto de chegada" capitalista.⁶³

Lleys relaciona o ponto inicial da "Teoria do Desenvolvimento" propriamente dita a partir de dois eventos históricos localizados: a problemática em torno da incorporação das antigas colônias africanas e asiáticas ao capitalismo, e a necessidade estratégica em estabelecer zonas de influência em decorrência da Guerra Fria.⁶⁴ Cooper e Packard apontam que, para intelectuais e cientistas sociais europeus, a ideia de desenvolvimento forneceu um meio de narrar a história mundial.⁶⁵ Os autores aprofundam o argumento de Lleys ao relacionar o surgimento dessas teorias ao desmantelamento do império colonial europeu na África e Ásia. Nas décadas de 1930 e 1940, além da importância econômica e estratégica da América Latina, este conceito tornou-se um meio de intervenção política das metrópoles nas antigas colônias com o objetivo explícito de melhorar os padrões de vida destas populações, além de incorporá-las ao mundo capitalista:

O conceito colonizador de que 'outras' pessoas precisavam adotar novas formas de viver foi internacionalizado, fazendo do desenvolvimento um problema global e uma questão para os Estados. Os padrões de vida de um bengali pobre se tornou um assunto a ser debatido em Genebra e Dacca. (...) Assim, antigos oficiais coloniais se agarravam a um futuro no qual sua concepção sobre economia poderia ser um modelo para o futuro.⁶⁶

Dessa forma, a necessidade de gerar desenvolvimento através de assistência e cooperação técnica teve um importante papel na criação de agências internacionais entre os anos de 1940 e 1950.⁶⁷ Outro aspecto importante do período do discurso do desenvolvimento foi o avanço das pesquisas científicas e os consequentes avanços tecnológicos. A corrida espacial, a energia nuclear, a eletrônica e a robótica foram alguns setores privilegiados por essa revolução tecnológica. A aplicabilidade da ciência passou a ser quase direta, exemplos disso são o desenvolvimento da energia atômica, a indústria farmacêutica, produtos sintéticos, produções de plástico e as transfusões de

⁶³ Idem, *ibidem*.

⁶⁴ Idem, p. 110.

⁶⁵ Cooper, Frederick; Packard, Randall. *History and Politics of development knowledge*. Edelman, Marc; Hauguerud, Angelique. *The Anthropology of Development and Globalization: From Classical Political Economy to contemporary neoliberalism*. Oxford: Blackweel Publishing, 2005, p. 129.

⁶⁶ Cooper; Packard, *op. cit.*, p. 129. Tradução do autor.

⁶⁷ Entre as agências criadas neste período estão a FAO, UNESCO, UNICEF, ONU e OMS.

sangue e órgãos.⁶⁸ A expansão desse fenômeno histórico ocorreu também por uma necessidade estratégica: a disputa de influência de territórios com a URSS e o temor de expansão do Socialismo bolchevique nas nações asiáticas, africanas e latino-americanas.

O discurso inaugural de Harry S. Truman em 1949 significou uma maior atenção dos EUA à América Latina. Mesmo que no início da Guerra Fria a maior parte da ajuda financeira estadunidense tenha se dirigido à Europa (através do Plano Marshall), a América Latina recebeu apoio financeiro relevante devido à sua importância política e econômica.⁶⁹ Até 1955, Os EUA dedicaram 35% de seus investimentos para aquele continente, além de conduzir 50% do comércio exterior da região.⁷⁰ Mais que fatores econômicos, as colaborações tinham dimensões estratégicas no período inicial de Guerra Fria: políticos estadunidenses temiam que a URSS pudesse influenciar os governantes e intelectuais locais em um possível projeto de expansão do comunismo.⁷¹ Nesse sentido, trocas comerciais, ajuda externa e políticas de saúde internacionais para a região colaborariam na demonstração de que progresso social seria possível sem qualquer revolução.⁷² Na prática, isso significaria, no ideário da época, uma gradual eliminação da pobreza, a melhoria de condições rurais e o controle de movimentos nacionalistas, que poderiam ser manipulados pelo comunismo.⁷³ A partir desse breve panorama histórico, iremos, na próxima seção apontar os debates em torno do desenvolvimento, visto por estes pesquisadores não apenas como uma prática, mas também discurso.

⁶⁸ Padarós, op. cit., p.238.

⁶⁹ Cueto, Marcos. International Health, the Early Cold War and Latin America. *Canadian Bulletin of Medical History*, Volume 25:1, 2008, p. 27.

⁷⁰ Idem, ibidem.

⁷¹ Cueto, op.cit., p.28.

⁷² Idem, ibidem.

⁷³ Idem, ibidem.

1.4 – Múltiplas faces do Desenvolvimento: um discurso construído historicamente, um conceito em constante transformação – críticas, respostas e contribuições dos *Post-Developmentists*

O objetivo desta seção é estabelecer um breve panorama do debate envolvendo o conceito de desenvolvimento, para, a seguir, estabelecer as relações destes estudos com o trabalho em curso. Nos últimos cinquenta anos, a conceituação do "desenvolvimento" nas ciências sociais passou por três momentos principais correspondentes a três orientações teóricas contrastantes: a teoria da modernização nas décadas de 1950 e 1960; a teoria da dependência e perspectivas relacionadas nos anos de 1960 e 1970; e aproximações críticas ao desenvolvimento como discurso cultural na segunda metade dos anos de 1980 e 1990.⁷⁴ Os dois trechos a seguir expõem de forma significativa as concepções do último grupo destacado.

As análises antropológicas do desenvolvimento têm dado ao desenvolvimento uma crise de identidade nas ciências sociais. Em uma chave semelhante, os movimentos sociais não estão dizendo alto e claro que o mundo de acordo com o discurso do desenvolvimento não é tudo isso?⁷⁵

Os últimos 40 anos podem ser chamados de A Era do Desenvolvimento. Esta época está chegando ao fim. É hora de escrever seu obituário.⁷⁶

Os trechos acima contribuem para a compreensão das origens das formulações de Arturo Escobar e seu grupo frente à desconstrução do discurso do desenvolvimento, analisado por eles como um meio de o Ocidente se representar nos países pobres, desconsiderando formações e grupos locais, partindo de uma padronização do homem e da sociedade do ponto de vista estadunidense. Sua crítica ao desenvolvimento, tendo como objetivo e prática social seu fim, é parte de um projeto denominado "pós-desenvolvimento", conceituado como "uma conscientização de que a realidade pode ser definida em termos distintos aos do desenvolvimento e, que, por consequência, as pessoas possam atuar sobre as bases destas diferentes definições".⁷⁷ Para estes autores,

⁷⁴ Escobar, Arturo. El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. In: Mato, Daniel (coord.) *Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005, p. 18.

⁷⁵ Escobar, Arturo. Anthropology and Development. *International Social Science Journal*, n. 154, 1997, p. 511. Tradução do autor.

⁷⁶ Sachs, Wolfgang. Introduction. Sachs, Wolfgang (Ed.). *The Development Dictionary – A Guide to Knowledge as Power*. New York: Zed Books, 1999, p. 1.

⁷⁷ Escobar, 2005, p.22.

as críticas são formuladas a partir de uma preocupação com as ações sociais.⁷⁸ A “filiação” teórica deste grupo é o pós-estruturalismo, que toma como pressupostos as bases teóricas propostas por Michel Foucault e suas problematizações do discurso, além de grande influência de Edward W. Said e seu "Orientalismo", apropriado por esses estudiosos como um “Ocidentalismo”, ou seja, o desenvolvimento como projeto político teria representado na prática uma imposição dos valores, conceitos e padrões dos países ricos aos países pobres, passando a denominá-los como "terceiro mundo" ou "subdesenvolvidos". De acordo com Peet, os temas tratados pelos Post-Development Studies emergem devido à fascinação que temas como a posição do desenvolvimento na imaginação da geopolítica ocidental exerceram sobre pesquisadores ligados ao pós-estruturalismo.⁷⁹

O principal elemento-chave da crítica pós-estruturalista não teria sido tanto propor outras visões de desenvolvimento, mas questionar os modos como Ásia, África e América Latina chegaram a ser definidas como subdesenvolvidas e, conseqüentemente, necessitadas de melhorias.⁸⁰ Na obra considerada uma das mais importantes deste grupo de estudos acadêmicos, Arturo Escobar aponta o desenvolvimento como um discurso e o desconstrói, à moda pós-estruturalista, com o objetivo de demonstrar como a palavra "desenvolvimento" reúne um conjunto de práticas de controle e homogeneização de culturas ditas periféricas.⁸¹

Escobar se propõe a analisar o desenvolvimento como uma experiência historicamente singular, como a criação de um domínio de pensamento e ação. Dessa forma, aponta as características e inter-relações em especial do sistema de poder que regula sua prática e as formas de subjetividade deste discurso, aquelas por cujo intermédio as pessoas reconhecem a si mesmas como “desenvolvidas” ou “subdesenvolvidas”.⁸² Este discurso se caracterizava por ser excludente: as populações atingidas pelas práticas desenvolvimentistas não teriam sido partícipes deste processo. Para o autor, o

⁷⁸ Arturo Escobar cita como exemplo de prática pós-desenvolvimentista e de "modernidade alternativa" o *Proceso de Comunidades Negras* (PCN), do Pacífico Sul Colombiano. Segundo o autor, os ativistas e as comunidades dessa região têm reclamado seus direitos como produtores de conhecimento e desenvolvido uma conceituação da região do Pacífico Sul Colombiano como um "território-região" de grupos étnicos, fugindo da construção habitual do lugar conhecido como "foco de desenvolvimento regional". Cf. Escobar, 2005, p. 22.

⁷⁹ Peet, Richard. *Theories of Development*. New York: The Guilford Press, 1999, p.145.

⁸⁰ Escobar, 2005, p. 18.

⁸¹ Escobar, Arturo. *La invención del tercer mundo: Construcción e desconstrucción del desarrollo*. [S.I]: Grupo Editorial Norma, 1998, p. 14.

⁸² Idem, p. 31.

desenvolvimento era, e continua sendo, em grande parte, um enfoque de cima para baixo, etnocêntrico e tecnocrático, que trata a população e as culturas locais como conceitos abstratos, cifras estatísticas que se moviam de um lado para o outro sob o signo do progresso.⁸³ Para Escobar, as pessoas teriam passado a pensar e agir através de categorias ocidentais (“Ocidentalização”), vendo o mundo não como ele é, mas sim, através de categorias dos países ditos desenvolvidos. Em uma chave semelhante a Escobar, o autor suíço Gilbert Rist caracteriza o desenvolvimento como um ponto que distinguiria, no imaginário ocidental todas as sociedades modernas das anteriores. Para Rist, o desenvolvimento consiste em uma série de práticas, as vezes em conflito, que requerem a transformação e a subsequente destruição meio ambiente e das relações sociais. O objetivo destas práticas seria a produção de bens e serviços enquanto um meio para produzir uma mudança.⁸⁴

O desenvolvimento se daria pela definição de problemas (crescimento populacional, práticas agrícolas arcaicas e pobreza) e identificação de “anormais” (analfabetos, desnutridos, e pequenos camponeses) para serem observados e tratados. O resultado foi a criação de um espaço de pensamento e ação, no qual o discurso de poder do desenvolvimento passou a ser legitimado. A agenda pós-estruturalista busca responder de diferentes formas o seguinte questionamento: "Por que, por meio de que processos históricos e com que consequências Ásia, África e América Latina foram compreendidas como o 'Terceiro Mundo' através de discursos e práticas de desenvolvimento?"⁸⁵ As respostas a esses questionamentos compreendem, segundo Escobar, muitos elementos, dentre os quais destacamos os mais válidos para o trabalho em curso:

a) Como discurso histórico, o "desenvolvimento" surgiu no período pós-Segunda Grande Guerra, tendo raízes em processos históricos mais profundos da modernidade e do capitalismo. Durante os anos de 1945-1960, os *experts* do desenvolvimento passaram a chegar de forma intensa na Ásia, África e América Latina, dando realidade à construção do Terceiro Mundo.⁸⁶

⁸³ Idem, p. 94.

⁸⁴ Rist, Gilbert. *The History of development – from Western Origins to Global Faith*. Zed Books: London, 2002, p. 13.

⁸⁵ Escobar, 2005, p.18.

⁸⁶ Idem, p.19.

b) Este discurso possibilitou a criação de um vasto aparato institucional que se converteu em uma força social real e efetiva de transformação da realidade econômica, social, cultural e política das sociedades em questão. Este aparato compreendeu uma variada gama de organizações, desde as instituições oriundas de *Bretton Woods* (como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional), organizações internacionais (como a Organização das Nações Unidas), até agências nacionais de planificação, assim como projetos de desenvolvimento em escala local.⁸⁷

c) O discurso do desenvolvimento teria operado através dos seguintes mecanismos: a profissionalização dos problemas, possibilitando o aparecimento de conhecimentos especializados, assim como campos para lidar com todos os aspectos do subdesenvolvimento e a institucionalização do desenvolvimento, por meio da criação de variadas agências internacionais e locais.⁸⁸

d) A análise pós-estruturalista destacou, por fim, as formas de exclusão deste discurso institucionalizado, em especial a exclusão dos conhecimentos, vozes e preocupações daqueles que, paradoxalmente, deveriam se beneficiar do desenvolvimento: a população pobre da Ásia, África e América Latina.⁸⁹

Richard Peet resume as opiniões deste grupo acadêmico: de forma geral, rejeitam a forma de pensar e o modo de agir produzido pelo desenvolvimento moderno, em favor de visões revitalizadas de sociedades e culturas não ocidentais e arcaicas.⁹⁰ Quase uma busca pelo paraíso perdido. As interpretações dos "pós-desenvolvimentistas" têm despertado algumas críticas, bem como respostas desses autores. Interessa-nos aqui analisar como críticos e estudiosos deste fenômeno histórico o definem em sua análise e as possíveis contribuições deste debate ao recorte temporal e regional proposto. A guisa de término desta seção, vamos apontar as contribuições destes debates à nossa análise das políticas de desenvolvimento para a região amazônica nos anos de 1950.

Retomando Peet, o autor critica o caráter "radical" da crítica dos pós-desenvolvimentistas, chamados por ele de *pós-desenvolvimentistas*, por não reconhecerem também os avanços que o processo trouxe para a humanidade. Desta

⁸⁷ Idem, *ibidem*.

⁸⁸ Idem, *ibidem*.

⁸⁹ Escobar, 2005, p.18.

⁹⁰ Peet, *op.cit.*, p.153.

forma, estaria ocorrendo a troca de possíveis aspectos positivos por uma ideologia utópica. A crítica ao desenvolvimento, de acordo com ele, deveria apontar dois aspectos: de um lado, mostrar avanços deste período, como a medicina; de outro, demonstrar os trágicos usos do conhecimento científico e da tecnologia para a produção de uma sociedade consumista, usufruída por poucos. A ciência ocidental teria demonstrado que seria capaz de melhorar os padrões de vida da população. Assim, a luta, de acordo com Rist, seria mais reorientar estas práticas do que desconsiderar tudo o que foi feito durante os anos de desenvolvimento.⁹¹ Críticas agudas, como as de Lehmann, sugerem uma malfadada pretensão de Escobar e seu grupo em substituírem as teorias da dependência como o principal método de análise do desenvolvimentismo. Segundo o autor, as denúncias feitas às práticas do desenvolvimento não seriam nada mais que uma atualização das antigas denúncias imperialistas.⁹²

Mais interessantes para nossa análise, as considerações críticas de Ralph Grillo são contundentes ao se referirem à análise de Escobar como a construção de um discurso monolítico, pouco atento às particularidades locais. O caráter assimétrico das considerações de Escobar daria origem ao que Grillo chama de "Mito do desenvolvimento". Segundo o autor, há uma tendência exagerada nos pós-estruturalistas, em ver o desenvolvimento como uma empreitada monolítica, extremamente controlada pelo "topo", convencido de sua superioridade e sabedoria em relação ao saber local. Dessa forma, diferentes experiências históricas locais estariam submetidas a uma única voz toda-poderosa, reduzindo a história dos anos de 1950 e 1960 apenas à construção da ideia de um conflito entre os *developers* contra as vítimas do desenvolvimento.⁹³

Ralph Grillo questiona: seria correto falar sobre "o" discurso do desenvolvimento? Para o autor, pensar neste discurso como monolítico demonstra-se limítrofe, pois ignora que existe uma grande diversidade dentro da comunidade dos "desenvolvimentistas", além do desenvolvimento conter em seu interior múltiplas vozes e conhecimentos, mesmo havendo uma hierarquia entre eles.⁹⁴ Grillo afirma que, na prática, há uma distância significativa entre as ideias e práticas das agências de desenvolvimento e as das

⁹¹ Peet, op.cit., p.161.

⁹² Lehman, David. An Opportunity Lost: Escobar's deconstruction of development. *Journal of Development Studies*. April, 1997, v. 33 n. 4, p. 568.

⁹³ Grillo, op.cit., p. 20-21.

⁹⁴ Idem, p. 21-22.

populações locais.⁹⁵ No curso dos trabalhos destas organizações ocorreria a apropriação e uso dos saberes locais de ideias emanadas das agências de desenvolvimento, fazendo com que estas ações se tornassem incompatíveis com um modelo padrão previamente estabelecido.⁹⁶

As análises do grupo de Escobar trazem uma importante contribuição para o debate das origens do desenvolvimento, ao inseri-lo em uma lógica discursiva de poder sobre as demais nações. Porém, quando o historiador se debruça sobre os escritos da época, encontra múltiplas definições de um conceito que não se encontrava fechado, muito diferente das caracterizações do pós-desenvolvimentismo. O debate sobre *o que é e como fazer* o desenvolvimento foi muito intenso entre as décadas de 1950 e 1960. *Teoria do Desenvolvimento econômico*, de Schumpeter, é tido como o primeiro livro a problematizar a atenção aos problemas econômicos das nações industrializadas e pobres. Naquele trabalho, publicado em 1912, o economista austríaco expôs sua tese de que a iniciativa individual seria o motor do crescimento de do desenvolvimento. O estudo de Schumpeter constituiu-se em um novo ponto de partida, tendo sido redescoberto pelos especialistas em desenvolvimento no período após a II Guerra Mundial. Na obra seminal *A economia do subdesenvolvimento*, de Agarwala e Singh, é possível mapear este debate em seu início, com contribuições de economistas que pertenciam, até aquele momento, à dita escola clássica.

Como apontam Bastos e Britto, esta teoria que emergiu após a Segunda Grande Guerra, não escapou à regra dos outros avanços da teoria econômica. Foi fruto do seu tempo, das condições sociais e ideológicas que marcaram seu nascimento quanto à forma que assumiu.⁹⁷ O economista ortodoxo Norbert Viner, em conferência realizada em 1953, definia os países subdesenvolvidos como

[Países] que [têm] boas perspectivas potenciais para usar mais capital e mais mão de obra, ou mais recursos naturais disponíveis, ou as três coisas ao mesmo tempo, a fim de manter sua população atual em um nível de vida mais elevado, ou, no caso de seu nível de renda per capita já ser elevado, manter uma população maior em um nível de vida não inferior. (...) Um país pode ser subdesenvolvido, quer seja densa ou escassamente povoado; quer seja rico ou pobre em capital;

⁹⁵ Idem, p. 25.

⁹⁶ Idem, ibidem.

⁹⁷ Bastos, Carlos Pinkusfeld; Britto, Gustavo. Introdução. In: Agarwala, A.N.; Singh, S.P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto - Centro Internacional Celso Furtado, 2010, p. 8.

quer seja um país de elevada ou baixa renda per capita; quer seja industrializado ou agrícola⁹⁸

Ideias que depois seriam consagradas como etapas necessárias para o desenvolvimento das nações, como industrialização, povoamento e riqueza, não eram consideradas centrais no início do debate. Definição mais semelhante aos padrões encontrados posteriormente são as de Kuznets, em conferência de 1954, ao comparar o padrão de vida dos ditos países desenvolvidos com os outros:

Os países adiantados, cujo desempenho alcançado permite medir o atraso econômico, são uma demonstração inegável de que são atingíveis níveis econômicos superiores, e não somente potencialidades entrevistas de maneira obscura pelo acervo de conhecimento. A tensão nos países subdesenvolvidos é gerada pelo conhecimento dos sucessos em outras partes do mundo.⁹⁹

A própria noção de “etapismo histórico”, uma das principais críticas realizadas *a posteriori* ao conceito, foi problematizada à época de sua gestação. No mesmo texto supracitado, é sugerido um contraste entre os países subdesenvolvidos e os ditos países adiantados, pois a situação histórica de cada grupo seria diferente no momento anterior às transformações tecnológicas que deram origem ao mundo industrial moderno.¹⁰⁰ Enquanto no século XVIII, os países desenvolvidos já haviam tido um período consistente de crescimento econômico sustentado e gozado de independência política, os países subdesenvolvidos eram herdeiros de uma longa sujeição política que, de acordo com Kuznetz, até trouxera alguns benefícios, porém retardava seu avanço rumo ao panteão das nações avançadas.¹⁰¹

Textos da época já apontavam uma noção crítica sobre o conceito de desenvolvimento. Se radicalizarmos as elaborações dos pós-desenvolvimentistas, podemos encontrar ecos dessas críticas em autores dos anos 1950, como o ultraliberal Wilhem Röpke, contemporâneo do também liberal Ludwig Von Mises. Em obra publicada no Brasil em 1963 pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Röpke denunciava a “nova

⁹⁸ Viner, Jacob. A economia do desenvolvimento. In: Agarwala, A.N.; Singh, S.P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto - Centro Internacional Celso Furtado, 2010, p. 48.

⁹⁹ Kuznets, Simon. Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados: uma tentativa de comparação. In: Agarwala, A.N.; Singh, S.P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto - Centro Internacional Celso Furtado, 2010, p.164.

¹⁰⁰ Idem, p.168.

¹⁰¹ Idem, ibidem.

intenção coletivista” que estaria por trás das colaborações internacionais.¹⁰² Um dos pontos criticados seria a crença do desenvolvimento de que o comunismo seria afastado dos países subdesenvolvidos apenas elevando o padrão de vida material das nações. Para realizar tal feito, o ocidente deveria incentivar o livre-mercado, em conjunto com uma política de forte repressão aos movimentos soviéticos nesses países.¹⁰³ Ao adotarem medidas como o planejamento e o fortalecimento do setor público, as potências ocidentais estariam atraindo, e não rechaçando a infiltração comunista nas nações subdesenvolvidas. Além disso, há a crítica ao caráter homogeneizante do processo que estava em curso:

(...) por detrás do tema do “desenvolvimento dos países subdesenvolvidos” oculta-se nada menos do que a ideia de que diante de nossos olhos está sucedendo algo sem paralelo no transcurso da história: a propagação, aparentemente irrefreável de uma forma cultural (...), a ocidental. (...) É problemático que disto resulte uma completa ocidentalização do mundo. Somente uma coisa negativa é segura: o choque, a enfermidade, a decomposição e destruição das formas culturais, sociais e de vidas não ocidentais, a tensão e a efervescência, pelo menos, que produz nos povos e raças mais distantes o contato contínuo e cada vez mais estreito com o mundo ocidental “moderno”.¹⁰⁴

A tragédia dos subdesenvolvidos seria o fato de se verem forçados a adotar as técnicas do ocidente. Este processo de “aculturação” teria um final imprevisível: de acordo com Röpke, tais políticas de cooperação internacional teriam como consequência o avanço das ideias soviéticas nos países atrasados.¹⁰⁵ Como exemplo desta destruição dos valores locais, o autor menciona a ilha de Bali, na Indonésia, que passara àquela época (1951), segundo ele, por um processo intenso de devastação cultural.¹⁰⁶ O “Progresso ocidental” levara para Bali o fim da cultura malaia e a invasão do modelo ocidental de sociedade, esportes e família.¹⁰⁷

¹⁰² Röpke, Wilhelm. *Os países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora Saraiva, 1963. O Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) foi o responsável pela tradução do livro. Fundado em 1961, o IPES, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), teve o objetivo de catalisar o pensamento e as ações contra o governo do então presidente João Goulart. Além da publicação de livros de autores ligados ao pensamento liberal, o Instituto produziu uma série de filmes que atentavam sobre o “perigo comunista” que “assolava” o Brasil daquele período. Não há, na edição brasileira, informação sobre a obra de Röpke da qual o livro foi retirado. Possivelmente, trata-se de uma tradução de trechos da obra *International Order and Economic Integration*, de 1959.

¹⁰³ Röpke, op.cit., p.124.

¹⁰⁴ Röpke, op.cit., p. 23.

¹⁰⁵ Idem, ibidem.

¹⁰⁶ Idem, p. 80.

¹⁰⁷ Idem, ibidem.

Uma diferente análise sobre o processo de construção dos países de Terceiro Mundo encontra-se na obra *A Construção do Terceiro Mundo*, de Joseph Love, que demonstra o processo a partir do ponto de vista da recepção destas ideias nos próprios países ditos “subdesenvolvidos”. O protagonismo da análise não reside, em Love, no discurso, no poder ou em uma etnografia das práticas do desenvolvimento, mas sim, na forma pela qual os países responderam a este imperativo global dos anos de 1950. Tendo como foco Brasil e Romênia, o objetivo do estudo é mapear e problematizar o que os economistas destes países escreveram sobre o problema do atraso, em meio às transformações que então ocorriam em nível nacional e internacional.¹⁰⁸ “Atraso econômico”, segundo o autor, era o termo padrão utilizado antes do fim da II Guerra Mundial, que seria suplantado por “subdesenvolvimento”. Fugindo a estas caracterizações, Love assinala que o desenvolvimento era entendido como:

(...) um estado de alta renda per capita, ou o processo de alcançá-la, mas conotava também uma diversidade de produção e consumo, bem como um maior grau de justiça social, para uma determinada população, do que o existente antes de o desenvolvimento ocorrer.¹⁰⁹

Desta forma, *atraso* ou *subdesenvolvimento* são entendidos pelo autor como sinônimos, conotando um abismo existente entre as nações desenvolvidas e aquelas que apresentam baixa renda per capita e estruturas sociais arcaicas, caracterizadas pelos próprios teóricos do “Terceiro Mundo”, tendo o Ocidente como referência.¹¹⁰ Partindo desta perspectiva, essas economias não se situavam apenas em posições menos avançadas ao longo da mesma trajetória, mas enfrentavam “barreiras” para entrar no rol das nações modernas e avançadas.¹¹¹ Relembrando as críticas ao pós-desenvolvimentismo formuladas por Grillo, Love ressalta que, no bojo das ideias econômicas estruturalistas, existiam discordâncias quanto a um diagnóstico definitivo em relação à possibilidade de ascensão dos países do chamado Terceiro Mundo: enquanto para alguns não havia possibilidade alguma de repetição dos padrões já alcançados pelos principais países industrializados, outros acreditavam que os estágios de desenvolvimento econômico poderiam guardar alguma semelhança com os dos países industrializados, ocorrendo de forma mais complexa devido às particularidades locais.¹¹² Love dedica aos estudos de

¹⁰⁸ Love, Joseph L. *A Construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998, p. 21.

¹⁰⁹ Love, op.cit., p. 23.

¹¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹¹ Idem, ibidem.

¹¹² Idem, p. 26.

Escobar uma nota de pé-de-página, apenas apontando o estudo como “pós-moderno”. Mesmo formulando críticas, acreditamos que as sugestões analíticas do *post-development* não devem ser ignoradas. Como veremos adiante, é possível perceber o desenvolvimento como discurso, mas também como prática. A emergência do desenvolvimento trouxe novas questões para diversas áreas, dentre elas, a saúde. A saúde das populações apresentava-se então como imperativa para o processo de desenvolvimento. Uma consequência disso foi criação de novas agências internacionais. Na próxima seção, este campo será privilegiado em nossa análise.

1.5 – Das relações entre saúde e desenvolvimento

No processo de desenvolvimento econômico, o homem ocupa um papel duas vezes importante: é fator de desenvolvimento e é também destinatário final dos benefícios do desenvolvimento. (...) Saúde é a crescente aptidão para a vida em termos de trabalho, eficiência e felicidade. (...) E isto só se consegue (...) como consequência das modificações gerais operadas globalmente no curso do desenvolvimento econômico. (...) Saúde e Economia são dois termos de um binômio que não pode ser destruído nem mutilado sem trágico prejuízo para o destino do homem. A sobrevivência e o progresso das áreas subdesenvolvidas dependem, em grande parte, do que sanitaristas, nutricionistas e economistas em trabalho firmemente associado.¹¹³

Dante Costa era diretor da Divisão de Cooperação e Divulgação do Departamento Nacional de Endemias Rurais (Dneru), docente da Faculdade Nacional de Medicina. Em 1963, discursou sobre a importância da saúde nos planos de desenvolvimento econômico em Genebra, na sessão da *Conferência das Nações Unidas para a Ciência e a Tecnologia em Áreas Pouco Desenvolvidas*. O médico, cuja trajetória se relacionou diretamente à ascensão da nutrição e da educação alimentar nas políticas públicas brasileiras, buscou estabelecer a relação entre as duas esferas.¹¹⁴ Na visão deles e de muitos economistas daquele período, a saúde e a economia constituíam dimensões indissociáveis para o processo do desenvolvimento das nações. Para Costa, o homem podia e devia ser atingido pelos planos de saúde realizados em seu favor, mas, como

¹¹³ Costa, Dante. A Importância da Saúde nos Planos de Desenvolvimento Econômico. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*, v. 15, n. 1, jan.-mar. 1963, p. 133.

¹¹⁴ Retornaremos a Dante Costa no capítulo 3.

destinatário final dos benefícios do desenvolvimento, ele dependia (em especial nas áreas ditas “subdesenvolvidas”) da modificação da estrutura econômica do país. Para ele, a conceituação de um binômio saúde/desenvolvimento tinha a vantagem de possibilitar uma atuação eficiente e construtiva, pois os dois grupos sabiam que dependiam do outro para a consecução de vitórias.¹¹⁵ Nesta perspectiva, o homem surgiria como duas vezes atuante no processo de desenvolvimento econômico das áreas pobres do mundo.¹¹⁶

Longe de afetar apenas o planejamento político e institucional, a emergência do desenvolvimento também representou inflexões nas ideias sobre as políticas de saúde da época. Hochman destaca que, do final da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1950, a saúde internacional e seus especialistas estavam convencidos de que a erradicação de doenças seria uma pré-condição para o desenvolvimento das nações pobres.¹¹⁷ Um meio para se atingir tal objetivo seriam as campanhas organizadas verticalmente. O otimismo em relação às possibilidades de sucesso era tanto que o secretário de Estado dos EUA, George Marshall, discursou em 1948 sobre possibilidade de vitória possível e rápida sobre as doenças infecciosas. A ciência e a tecnologia passariam a ser compreendidas como fundamentais para o acesso dos países pobres às nações desenvolvidas.¹¹⁸ Assim, a saúde serviria de ferramenta no contexto da Guerra Fria, em que as ações neste campo visavam também ao avanço das ideologias ligadas ao comunismo.

Randall Packard destaca semelhanças entre as práticas existentes no campo da saúde no contexto da Guerra Fria e as ações das potências europeias em suas colônias na época do Imperialismo (fim do século XIX e início do século XX).¹¹⁹ O interesse político e econômico dos países ricos continuou a ser predominante nestas ações internacionais e, assim como o período colonial, houve pouca troca de informações entre os profissionais. Isso caracterizaria, para Packard, uma relação que se daria de forma assimétrica, pois informação, conhecimento, tecnologia e expertise se moveriam

¹¹⁵ Costa, op.cit., p. 134.

¹¹⁶ Idem, ibidem.

¹¹⁷ Hochman, 2009, p. 318.

¹¹⁸ Idem, ibidem.

¹¹⁹ Packard, Randall. Visions of the Postwar Health and Development and Their Impact on Public Health Interventions in the Developing World. In: Cooper, Frederick; Packard, Randall. *International Development and the Social Sciences*. [S.I] University of California Press, 1997, p. 96.

predominantemente dos “desenvolvidos” para os “subdesenvolvidos”¹²⁰. Após a Segunda Guerra Mundial, as políticas de saúde, assim como a retórica do desenvolvimento, refletiam a necessidade de estender a provisão dos cuidados de saúde para populações inteiras, e não somente em pequenas comunidades.

A crença e fé nas inovações científicas da época deram essa certeza aos técnicos e gestores de saúde dos anos de 1950. Grande parte dos homens daquele período acreditava que a eficácia destas novas tecnologias poderia controlar e até mesmo erradicar doenças. As discussões sobre a saúde de pessoas vivendo em áreas consideradas subdesenvolvidas do planeta se relacionaram diretamente com a preocupação econômica das nações ocidentais industriais. O futuro econômico destas populações dependia em grande parte da produção de matéria prima e da exportação de bens manufaturados. Packard insere nesta chave as ações voltadas para o aumento dos índices de saúde das populações pobres do mundo. Um exemplo desta questão está na fala de Alberto Missiroli. O médico italiano disse, em discurso de 1948, que a “África não poderia ser plenamente explorada devido aos perigos com os mosquitos; se não os controlarmos, a prosperidade da Europa estaria em risco”.¹²¹

Os Estados Unidos da América também manifestavam interesse no progresso das nações subdesenvolvidas. A razão seria a preocupação do país com os rumos de sua economia, pois havia o medo de uma recessão no pós-guerra. Seria necessário, na visão dos EUA, um tipo de desenvolvimento que não acompanhasse apenas o aumento da produção de matéria prima dos países pobres, mas também que elevasse os índices de consumo de bens manufaturados estadunidenses. Além da questão econômica, uma preocupação típica da Guerra Fria também era considerada relevante para os países desenvolvidos: o controle e a possível erradicação das doenças tropicais no Terceiro Mundo seria importante propaganda na guerra contra o comunismo.¹²² Como Cueto demonstra, em razão deste contexto, a linguagem militar tomou conta das campanhas contra as doenças tropicais; as palavras de ordem passaram a ser a “guerra contra a malária”. Nesta perspectiva, esta doença foi escolhida como alvo ideal de combate.¹²³

¹²⁰ Idem, *ibidem*.

¹²¹ Packard, 1997, p. 97.

¹²² Idem, p. 98.

¹²³ Cueto, Marcos. *Cold War, Deadly Fevers*. [S.I]: The Johns Hopkins University Press, 2007, p. 7.

Este período ficou marcado pelos esforços do governo dos EUA em evitar o avanço do comunismo nos países pobres, considerados terrenos férteis para o avanço da ideologia. Ao mesmo tempo, o país não só desenvolvia uma liderança na Organização das Nações Unidas (ONU) e em outras agências como a Organização Mundial de Saúde, mas também começava a costurar sua própria rede de cooperação bilateral, indo de país a país. Esse tipo de intervenção era considerado fundamental para a segurança nacional dos EUA. Como demonstra Cueto, a ajuda técnica bilateral e multilateral estadunidense foi reforçada após o líder soviético, Stalin, falecer em 1953.¹²⁴ Durante os anos de 1950, o departamento de Estado dos EUA considerou a cooperação técnica essencial para evitar o comunismo nos países pobres. Cientistas sociais, com apoio de universidades, fundações e do governo daquele país poliram um modelo de modernização que apoiou programas bilaterais nos países pobres para educar as elites e transferiu tecnologia para superar a pobreza e as doenças.¹²⁵ Em 1956, um oficial do departamento de Estado discursou que a modernização e os programas de saúde internacional tinham importância na diminuição de possibilidades de infiltração de ideologias às quais as populações pobres estariam suscetíveis, como o comunismo.¹²⁶ Começando em 1950, instituições privadas, multilaterais, governamentais e universitárias estadunidenses trabalharam para a consolidação da saúde internacional, como um campo de pensamento e práticas.¹²⁷

No primeiro encontro da OMS do grupo que tinha como objetivo a erradicação da malária, a relação entre a enfermidade e o desenvolvimento econômico e social dos países foi plenamente estabelecida. Entre as recomendações do grupo para o secretário geral da OMS estava o fato de que campanhas anteriores de controle da doença tiveram como consequência a melhora de índices de saúde dos países atingidos, e sinalizavam que, face ao grau de progresso dos países pobres, a erradicação tornar-se-ia um importante fator de desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, em pouco tempo, o fim da doença estava relacionado diretamente a um problema mais amplo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.¹²⁸ Testado durante a guerra e popularizado a partir de 1945, a borrifação com DDT obteve êxito no controle da doença e deu

¹²⁴ Idem, p. 5.

¹²⁵ Cueto, op. cit., p. 6.

¹²⁶ Idem, p. 6.

¹²⁷ Idem, ibidem.

¹²⁸ Packard, Randall. *Malaria Dreams: Postwar Visions of Health and Development in the third world.* *Medical Anthropolgy*, v. 17, 1997, p. 284.

esperança aos cientistas e médicos ligados à Organização Mundial de Saúde que a erradicação da doença seria possível. Além do DDT, outras descobertas aumentaram a impressão de que a medicina estava atingindo seu ápice. A isoniazida (INH) e a streptomina, medicamentos desenvolvidos durante os anos de 1940, providenciaram uma cura efetiva para a tuberculose. O desenvolvimento de um novo tipo de vacina para a varíola possibilitou a criação de campanhas globais de erradicação da doença. Fossem armas nucleares, energia atômica ou penicilina, o mundo do pós-guerra acreditava que a tecnologia tinha um grande poder de transformação. Mas, como veremos no capítulo 4, a campanha de erradicação da malária não logrou êxito.

De acordo com Packard, de igual importância para a fé no crescimento da tecnologia foi a expansão das ciências sociais no período, em especial a ciência política, a sociologia e uma nova disciplina, voltada para o estudo do desenvolvimento econômico.¹²⁹ Na década de 1950, os cientistas sociais tinham convicção de prever resultados e controlar variáveis sociais econômicas e culturais.¹³⁰ Com isso, foi possível desenvolver estratégias para a venda e exportação de produtos como fertilizantes, detergentes e remédios antimaláricos.¹³¹ A erradicação de doenças, enquanto uma forma de mudança social e econômica, foi reflexo da fé crescente na habilidade da ciência e tecnologia ocidentais em transformar os países subdesenvolvidos. As ideias e práticas associadas à erradicação da malária também foram um produto típico da visão do pós-guerra, uma forma de pensar sobre problemas do subdesenvolvimento e sobre como eles podem ser superados através da intervenção tecnológica direcionada pelos países considerados desenvolvidos.¹³²

Esta crença está inserida no que Packard denomina “cultura do desenvolvimento”, que emergiu após a Segunda Guerra Mundial e foi incorporada pelo já citado programa Ponto Quatro, durante a presidência de Truman, e pelos programas de assistência técnica que tiveram o apoio dos EUA.¹³³ Packard destaca, por fim, que uma outra característica dos anos de 1950 em comum com o período do colonialismo europeu nas Américas e na África foi a pouca atenção dada aos conhecimentos dos médicos e

¹²⁹ Packard, 1997b, p. 288.

¹³⁰ Idem, *ibidem*.

¹³¹ Idem, *ibidem*.

¹³² Idem, p. 287.

¹³³ Packard, 1997a, p. 101.

pesquisadores dos países pobres.¹³⁴ Segundo o autor, esta era uma construção clássica da relação entre a assessoria técnica dos países desenvolvidos e a contraparte esperada nos países trabalhados. Enquanto os primeiros levariam o *know-how* para estes lugares, os nativos teriam uma mera função de “informantes” para levar o trabalho adiante.¹³⁵ Para Packard, o aparente desinteresse dos “desenvolvidos” nas dinâmicas locais foi reflexo de uma visão de que as pessoas e locais que se beneficiaram dos programas de erradicação eram comunidades paradas no tempo, que sofriam de uma séria de doenças endêmicas e tinham conhecimentos rudimentares de saneamento.¹³⁶ Em muitos casos, essas populações foram vistas também como entraves ao processo de desenvolvimento e progresso.¹³⁷ Em grande parte dos relatórios das agências internacionais responsáveis por levar os programas adiante, a culpa por falhas no planejamento e execução era atribuída aos comportamentos e mentalidades primitivas dos nativos.¹³⁸

Este período presenciou também o processo de “americanização” da América Latina. Os esforços dos EUA em aumentar a cooperação internacional nas áreas econômicas e sociais caminharam lado a lado com a busca por uma hegemonia cultural. Este processo não é novo, pois, a *Política da Boa Vizinhaça*, elaborada pelo *Office of Inter-American Affairs* já buscava estabelecer certo domínio cultural nas Américas, desde a década de 1940, através da concessão de bolsas de estudos e intercâmbio. De acordo com Cueto, a partir da década de 1950, as agências estadunidenses perceberam que, devido aos conflitos da guerra, a cooperação europeia tinha diminuído consideravelmente. Desta forma, programas como o *Fulbright* (ligado ao setor intercâmbio educacional do departamento de Estado daquele país), e agências filantrópicas como a Fundação Rockefeller aumentaram o intercâmbio, a colaboração e a formação de milhares de estudantes latino-americanos.¹³⁹ Com a intensificação de bolsas concedidas a pesquisadores e profissionais desde o início do século XX e atingindo seu ápice nos anos de 1950, a influência anterior, francesa, foi perdendo espaço pouco a pouco nas instituições e nos países. A partir deste período, as universidades estadunidenses se tornaram o destino preferido dos médicos latino-americanos.¹⁴⁰ A “americanização”

¹³⁴ Idem, p. 109.

¹³⁵ Idem, ibidem.

¹³⁶ Packard, 1997b, p. 291.

¹³⁷ Idem, ibidem.

¹³⁸ Idem, ibidem.

¹³⁹ Cueto, 2007, p. 28.

¹⁴⁰ Cueto, Marcos, International Health, the Early Cold War and Latin America. *Canadian Bulletin of Medical History*, Volume 25:1, 2008.

encontrou defensores entre intelectuais latinos americanos, que foram fundamentais na resistência que as universidades tinham a esta mudança de paradigma. Nesta mesma década, houve intensa competição entre as instituições locais para conseguir o auxílio financeiro e cultural estadunidense.¹⁴¹ Importante ressaltar que parte dos líderes dos países pobres se beneficiou desta cooperação como plataforma política, pois a ajuda das agências internacionais poderia proporcionar um valioso retorno eleitoral e foram vistas, em muitos casos, como o investimento desses governantes em questões sociais. Dessa forma, é possível afirmar que este processo não ocorreu de forma tão assimétrica quanto pode parecer. Os governantes dos países considerados subdesenvolvidos foram partícipes no processo de “americanização” da cultura global. As organizações de saúde na América Latina também sofreram mudanças durante este intenso processo histórico.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) foi fundada em 1902 e desenvolveu, no curso do século XX, importantes ações e debates sobre os rumos das políticas de saúde no continente latino-americano. Essa organização não ficara de fora dos desafios e discussões sobre a incorporação dos programas de saúde ao desenvolvimento socioeconômico dos países-membros. Este processo se acentuou no começo dos anos de 1960, momento em que a Revolução Cubana, ocorrida no último ano da década anterior, desafiou a hegemonia dos Estados Unidos e dos regimes conservadores do continente. Muitas das reformas ocorridas nas áreas econômicas, sociais e sanitárias foram reflexos diretos de um contexto cada vez mais marcado pelo acirramento da disputa geopolítica das duas potências da Guerra Fria.¹⁴² Primeiro diretor latino-americano da OPAS, Abraham Horwitz buscou, em sua gestão (1959-1975), tornar mais clara a associação entre desenvolvimento econômico e saúde. Para ele, as condições sanitárias dependiam do nível de desenvolvimento econômico alcançado, e que um exemplo disso era a queda de taxa de mortalidade infantil.¹⁴³

A redução destes índices mediante intervenções médicas teria um razoável resultado, mas para atingir resultados mais amplos, seria necessária a presença de outros fatores, como boa alimentação, moradia e saneamento adequados, além de uma renda razoável. Ou seja, a atenção médica seria insuficiente se não fossem acompanhadas de medidas

¹⁴¹ Cueto, 2007, p. 30.

¹⁴² Cueto, Marcos. *O Valor da Saúde: História da Organização Pan-Americana da Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 151.

¹⁴³ Idem, *ibidem*.

mais amplas de melhoria econômica das populações.¹⁴⁴ Outro ponto era que a saúde da população, em especial a economicamente ativa, era fundamental para melhorar a produtividade e consumo da sociedade em geral.¹⁴⁵ Estes postulados reconheceram que existia um círculo vicioso de falta de saúde e subdesenvolvimento. Nas palavras dele, “a falta de recursos causa índices elevados de doença, enquanto os níveis elevados de doença impossibilitam a produção dos recursos necessários para melhor as condições de saúde da população e da economia em geral.”¹⁴⁶ As ideias de Horwitz estavam relacionadas, como dissemos, à “urgência” do desenvolvimento e também às formulações sobre os modelos de modernização das sociedades em geral.

Sobre este assunto foi escrito por Walt Whitman Rostow, economista e assessor do governo dos EUA, um texto fundamental intitulado *Etapas do Desenvolvimento Econômico*, publicado originalmente em 1953. De forma geral, ele acreditava que o processo de desenvolvimento era basicamente idêntico em todos os países, e que sua história conduzia de uma etapa agrícola tradicional para uma etapa moderna capitalista. Para que isso ocorresse, deveria haver a criação de condições suficientes para uma decolagem (*take-off*) econômica rápida e irreversível.¹⁴⁷ Nas palavras de Rostow, todas as sociedades chamadas por ele de “pós-tradicionais” tiveram suas economias, estruturas sociais, valores e política alteradas de forma a obterem um crescimento regular.¹⁴⁸ Rostow analisava o processo de desenvolvimento de todas as nações de forma regular, como se todos os países passassem pelo mesmo processo. O subtítulo *Um Manifesto Não-Comunista* indicava a intenção de oferecer um método para o desenvolvimento econômico que fosse alternativo ao comunismo. A visão homogeneizante buscava oferecer um modelo geral de desenvolvimento, que poderia ser compartilhado tanto por países industrializados quanto pelas sociedades tradicionais. O Brasil não estava alheio a estes debates. Membro atuante da OPAS, o país acompanhou os debates envolvendo os rumos da saúde no continente. Como demonstra Fonseca, a institucionalização da saúde pública durante o Primeiro Governo Vargas (1930-1945) tinha forte relação com as propostas debatidas em fóruns internacionais da área de saúde. Desta forma, existia um duplo movimento entre os interesses e

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁶ Cueto, 2007a, p. 152.

¹⁴⁷ Análise feita por Cueto, 2007a, p. 154.

¹⁴⁸ Rostow, Walt Whitman. *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960, p. 4.

especificidades do Brasil e a agenda sanitária em debate nas arenas internacionais, preconizadas pelos EUA, e que incorporava as prioridades de ação de saúde defendidas em congressos e conferências da OPAS.¹⁴⁹ Os debates sobre os rumos da saúde no Brasil no período entre 1946 e 1966 acompanharam o crescimento das atribuições e do raio de ação do Serviço Especial de Saúde Pública e debate sobre os modelos das ações de saúde pública no país, que se intensificaram na década de 1950.

Como demonstram Escorel e Teixeira, durante o governo Dutra (1946-1950), o sanitarismo campanhista, centralizador e autoritário atingiu seu ápice.¹⁵⁰ Este modelo era baseada na forte centralização promovida pelo Estado Novo e no combate a doenças específicas, com a criação de campanhas voltadas para as enfermidades que impediam o progresso do Brasil. Outro importante marco institucional foi a criação do Ministério da Saúde, em 1953. De acordo com Escorel e Teixeira, da data de sua criação até março de 1964, o Ministério caracterizou-se pela transitoriedade de seus titulares, evidenciando ser um objeto de intensa e frequente barganha política. Nos primeiros dez anos de funcionamento, teve 14 ministros. A maior parte deles permaneceu no cargo por poucos meses, sendo de um ano a gestão mais duradoura.

Segundo Labra, existiu uma disputa sobre os rumos da saúde pública no país nos anos 1950 e 1960. De um lado, estavam os chamados ‘sempianos’, ligados ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), aliados dos técnicos do Ministério da Saúde, e defensores do modelo de campanhas nacionais, verticais e não coordenadas entre si. Em outro extremo, estavam os partidários do “sanitarismo desenvolvimentista”, que acreditavam que o grau de desenvolvimento de uma população dependia, em primeiro lugar, do grau de desenvolvimento econômico de um país, fazendo com que as medidas de assistência médico-sanitária fossem incapazes de realizar uma mudança efetiva sem acompanhar este processo.¹⁵¹ Essa corrente de pensamento criticava o SESP pelo fato de o modelo ser de alto custo, de estrutura sofisticada e elevada qualificação, mas o impacto das ações locais era reduzido. A peculiar trajetória do SESP no Brasil ajuda a compreender o percurso histórico vivido pelas ações de saúde pública no país.

¹⁴⁹ Fonseca. 2007, p.180.

¹⁵⁰ Escorel, op. cit., p. 367.

¹⁵¹ Labra, op. cit. p. 130.

O SESP foi criado a partir de um acordo entre o *Office of Interamerican Affairs* e o governo brasileiro, em 1942. Concebido no contexto da Segunda Guerra Mundial, a agência seria inicialmente, temporária, pois fora encarregada de realizar políticas sanitárias pontuais em regiões produtoras de matérias primas estratégicas – a Amazônia e o Vale do Rio Doce. Porém, como demonstra Campos, as políticas sanitárias do SESP adequavam-se à agenda do então ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema, e acabavam por integrar-se ao projeto varguista de expansão da autoridade central sobre o território brasileiro. Continuando sua análise, o autor demonstra que, apesar de seu caráter internacional e de seu modelo de administração sanitária inspirado em padrões norte-americanos, as políticas de saúde do SESP no Brasil nunca constituíram uma via de mão única, e sim, foram marcadas por conflitos, negociações e adaptações. A tradição sanitária brasileira, a diversidade política, econômica e cultural do país e os interesses do Estado brasileiro determinaram respostas locais aos enunciados do Office.¹⁵²

Apesar de ter sido criada como uma agência temporária de guerra, o SESP existiu durante 48 anos (18 como agência independente e mais 30 sob jurisdição do Ministério da Saúde) e foi alvo de grandes polêmicas, motivadas por suas ações e prioridades no campo da saúde pública e pelo seu modelo institucional. Entre as razões para estes impasses, estava a autonomia que a agência gozava dentro do Ministério da Saúde, operando até 1960 com um orçamento e plano de carreira superior a grande parte da administração pública direta.¹⁵³ No imediato momento pós-guerra, o SESP reorientou seus objetivos no Brasil, associando-se aos projetos desenvolvimentistas, construindo saúde pública nas ditas regiões subdesenvolvidas do país, servindo assim, de agência-modelo a demonstrar os efeitos positivos da “cooperação técnica” entre os Estados Unidos e o Brasil.¹⁵⁴

Em 1953, quando o Segundo Governo Vargas (1951-1954) regulamentou e criou a SPVEA, o SESP passou a ser também destinatário dos recursos previstos para a região, oferecendo seus serviços de saúde e saneamento nas áreas atingidas pela agência de desenvolvimento regional. Como veremos no próximo capítulo, o SESP assinou contrato com as regiões que compreendiam a jurisdição da SPVEA, como o Maranhão,

¹⁵² Campos, op.cit., p.15.

¹⁵³ Idem, p.18.

¹⁵⁴ Idem, p.15.

Goiás e Mato Grosso, com o objetivo de organizar os serviços sanitários que faziam parte da chamada “Amazônia Legal”. No campo da higiene industrial, o SESP assinou acordos com os governos do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de prestar serviços de Engenharia Sanitária para o Vale do São Francisco, Ceará e Minas Gerais. Assim, é perceptível o crescimento do SESP no território brasileiro, tornando-se não só uma agência prestadora de serviços, mas também de diretrizes para a organização sanitária brasileira.

A agência de saúde contribuiu para expandir o chamado “modelo horizontal de saúde”, formado por uma rede de unidades de saúde. Retornando ao “sanitarismo desenvolvimentista”, esta corrente acreditava ser uma oposição ao modo de agir do Serviço Especial de Saúde Pública. Os médicos identificados com o sanitário desenvolvimentista acusavam o SESP de não considerar os aspectos econômicos e sociais dos problemas sanitários, abordando a saúde pública como um problema técnico. Campos destaca que a perspectiva sanitária sespiana era baseada na noção de “ciclo vicioso” da doença e da pobreza. Esta abordagem supõe assim que as doenças têm raízes na ignorância e nos maus hábitos de alimentação e higiene da população. Dessa forma, acreditavam que, com conhecimento técnico, profissionais qualificados e uma moderna infraestrutura, os problemas sanitários poderiam ser resolvidos e, conseqüentemente, o subdesenvolvimento, a pobreza e a baixa produtividade do trabalho poderiam ser resolvidos. Para os sanitaristas desenvolvimentistas, estas questões se resolveriam de outra forma: eles argumentavam que o desenvolvimento econômico e social eram pré-requisito para o aumento dos níveis de saúde. Dessa forma, enquanto o SESP acreditava que, pela técnica, as questões sanitárias e sociais poderiam ser resolvidas, os sanitaristas enfatizavam as raízes econômicas e sociais da pobreza.¹⁵⁵

Hochman, em balanço historiográfico sobre as concepções de saúde do período em foco, critica a excessiva dicotomia existente nos trabalhos acadêmicos da área de saúde coletiva entre esses dois modelos de ação estatal, vistos como contrapostos nos anos 1950 e 1960.¹⁵⁶ Em análise ao programa de saúde de 1955 do então candidato Juscelino Kubitschek, o autor indica que tal polarização é artificial pelo menos até o final dos

¹⁵⁵ Uma discussão mais aprofundada sobre estas concepções de saúde pública e o embate entre eles está no capítulo nove de Campos, 2007.

¹⁵⁶ Hochman, 2009, p. 316.

anos de 1950 e foi construída contemporaneamente por uma bibliografia, oriunda do campo da saúde coletiva, que o fez à luz da reforma sanitária dos anos de 1980.¹⁵⁷ De acordo com Hochman, esta polarização ocorreu no campo das ideias, não chegando a afetar as políticas públicas do setor. Nos anos de 1950, os médicos que vocalizavam essa polarização percebiam a necessidade de se estabelecer as relações entre saúde e desenvolvimento, sendo que as diferenças eram postas nas ênfases dadas a cada elemento dessa relação. As críticas assim, não eram direcionadas tanto para o “modelo campanhista” como forma de organização, mas sim para a perspectiva que separava as ações de saúde pública do desenvolvimento econômico e social. Um exemplo destacado pelo autor para exemplificar essa falsa oposição é o fato de Samuel Pessoa, símbolo do chamado sanitarismo desenvolvimentista, ter dedicado sua obra *Ensaio médico-sociais* a um ícone do modelo vertical e das campanhas de erradicação, o médico Mario Pinotti. De acordo com Hochman, o que ocorreu ao longo da década de 1950 foi um leve deslocamento lento de posições e ênfases para uma das posições da relação entre saúde e desenvolvimento.¹⁵⁸ Assim, o protagonismo, neste período não foi do “sanitarismo desenvolvimentista”, pois esta corrente só ganharia destaque mesmo no início da década de 1960.¹⁵⁹

Um reflexo das proposições e ideais da saúde pública dos anos de 1950 está no programa de saúde de Juscelino Kubitschek. No programa do candidato, estava uma crença na superação do passado e apontamentos futuros para a sociedade urbana que surgia nos anos de 1950. O homem do interior não deveria mais ser visto como um homem doente e nem o Brasil como um imenso hospital.¹⁶⁰ Assim, tanto em seu programa de saúde como em suas primeiras medidas como presidente eleito, buscou apresentar uma perspectiva positiva para as relações entre enfermidade e nação, tanto quanto as propostas para o desenvolvimento do país.¹⁶¹ A prioridade da agenda de saúde pública nacional continuaria a ser relacionada ao combate às endemias rurais, mas com a crença característica do período de que elas poderiam ser derrotadas, como, na

¹⁵⁷ Idem, ibidem. Para o autor, essas análises foram fruto da necessidade de se contrapor de modo enfático aos modelos de saúde estabelecidos desde o Primeiro Governo Vargas e aos rumos da política de saúde e assistência médica depois do golpe civil-militar, e acabaram sendo reproduzidas acriticamente.

¹⁵⁸ Hochman, 2009, p. 316.

¹⁵⁹ Idem, p.317.

¹⁶⁰ Como aponta Hochman, Juscelino Kubitschek estabelece um diálogo com a frase proferida por Miguel Pereira, em 1916, de que o Brasil era ainda um imenso hospital.

¹⁶¹ Hochman, 2009, p. 314.

percepção deles, teria ocorrido com a malária.¹⁶² O programa apontava as mazelas sanitárias do interior do país, mas compartilhava um otimismo e comprometimento em superá-las.¹⁶³ Nas palavras de Hochman:

As campanhas sanitárias que eliminariam as doenças de massa também removeriam os obstáculos que impediam a incorporação do trabalhador rural ao processo de desenvolvimento econômico. Em sua insistência de negá-la, o candidato acaba por reafirmar a força da chave interpretativa da doença como identidade do Brasil.¹⁶⁴

Apontando também para o futuro, Juscelino destacou a necessidade de incorporar novos aspectos à agenda de saúde pública (doenças crônico-degenerativas, como o câncer) de um país que estava prestes a se tornar urbano e industrial. Uma das primeiras decisões tomadas por Kubitschek em seu primeiro ano de mandato foi a criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais (Dneru), que tinha o objetivo de combater as doenças de massa do interior brasileiro. Serviços criados em 1941 dedicados a enfermidades como malária, boubá, ancilostomose, dentre outros, foram unificados no Instituto Nacional de Endemias Rurais (Ineru), subordinado ao DNERU. Neste intenso e dinâmico contexto, novas especialidades médicas foram incorporadas aos discursos relacionando desenvolvimento e saúde. Uma delas foi a nutrição, que passou a fazer parte dos planos nacionais e internacionais na área de saúde pública.¹⁶⁵

Não foram apenas as políticas de saúde brasileiras que seriam atingidas pelas querelas envolvendo economia, desenvolvimento e subdesenvolvimento. Como veremos a seguir, os debates internacionais foram recebidos e discutidos pelos intelectuais latino-americanos, brasileiros e da própria Amazônia. Longe de receberem estas ideias de forma acrítica, veremos a seguir que o problema sobre a ‘urgência’ do desenvolvimento nacional foi adaptado para as condições locais e adaptados aos problemas pelos quais os locais passavam. O Desenvolvimento veio ao encontro de debates locais, como a busca da identidade nacional. Assim, o meio para se chegar a um determinado estágio avançado variava de acordo com autores e escolas de pensamento. Como ilustra

¹⁶² Como Hochman demonstra, o trabalho com o DDT liderado pelo Serviço Nacional de Malária nos anos anteriores tinha alcançado grande sucesso. O índice da enfermidade tinha reduzido e grande parte dos malariologistas e médicos da época compartilhavam um otimismo quanto a doenças, considerada controlada na época. Como veremos no capítulo 4, esta posição seria alterada frente ao contexto interno e externo do período, com o lançamento da Campanha de Erradicação de Malária.

¹⁶³ Hochman, 2009, p. 325.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁵ Esse assunto será aprofundado no capítulo 3.

Cepêda, “sob uma mesma e genérica rubrica (o desenvolvimentismo), inúmeros projetos, filiações e interesses se abrigaram”.¹⁶⁶

1.6 – O (Sub)Desenvolvimento do Brasil e da Amazônia: ideias e conceitos

A partir das contribuições do pós-estruturalismo e das críticas a seus teóricos, podemos estabelecer um diálogo entre o processo histórico local da Amazônia e o discurso do desenvolvimento em escala global. Reconhecemos que, entre os anos de 1940 e 1950, ocorreu a expansão do discurso dos países ricos em colaborar com regiões desfavorecidas e de práticas envolvendo colaborações técnicas e ajuda financeira para estes lugares. Mas é importante assinalar que este processo também ocorreu em escala local, como no caso do Brasil. O desenvolvimento brasileiro se relaciona diretamente à difusão da ideologia nacional industrializante dos anos de 1930.¹⁶⁷ No período entre 1930-1945, ocorreria uma limitada tomada de consciência da problemática da industrialização, pois as questões de alcance nacional conduziam os técnicos do período a forçosamente pensar no assunto.¹⁶⁸

Neste período surgiriam também, quatro fatores ideológicos fundamentais ao futuro projeto desenvolvimentista. Primeiro, a consciência de que era necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais. Segundo, a consciência necessária para instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida. Terceiro, a ideia de intervenção governamental em apoio à iniciativa privada ganha legitimação entre as elites empresariais e técnicas do país. Quarto, o surgimento do nacionalismo econômico, até então pouco expressivo, ganhando força no país, devido ao acirramento do sentimento antiimperialista clássico, de defesa de barreiras alfandegárias e do controle nacional

¹⁶⁶ Cepêda, Vera. Capital, trabalho e intelligentsia: modernização e desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado. *Revista Ideias*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2010, p.8.

¹⁶⁷ Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 5ª Edição, 2000, p. 248.

¹⁶⁸ Idem, p.250.

sobre os recursos naturais.¹⁶⁹ O desenvolvimentismo visto como uma ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos de 1950.¹⁷⁰ Junto com as ideias industrialistas e desenvolvimentistas, o nacionalismo ganhou força no período inicial deste processo, em especial durante o Primeiro Governo Vargas. Como aponta Ianni, o nacionalismo passou a ser um elemento importante nos debates sobre problemas políticos e econômicos brasileiros, passando a figurar nos discursos de governantes, diretrizes constitucionais e nas próprias realizações do governo.¹⁷¹

O que o processo histórico de tomada do industrialismo acentuou, nas décadas intermediárias, foi o suporte histórico para a conscientização desenvolvimentista. Entre os principais responsáveis pela difusão de tal ideia, estava Roberto Simonsen. O autor associava ao avanço do desenvolvimento industrial qualquer possibilidade de melhoria dos salários, aumento da renda nacional ou acesso aos bens de consumo – ou seja, a elevação do padrão de vida das populações dos países pobres a níveis comparáveis aos da civilização moderna.¹⁷² Para o economista, a desigualdade entre os “países altamente desenvolvidos” e os de “economia incipiente” não poderia ser superada pela liberdade de forças do mercado, mas sim por meio de uma intervenção consciente, através do planejamento, de modo a induzir uma ampla reestruturação econômica no país.¹⁷³ Como afirma Colistete, a ideologia industrialista não se codificou em princípios rígidos e afastados dos conflitos e práticas sociais concretas, mas emergiu e foi sendo constantemente reformulada ao longo de um processo histórico de disputas.¹⁷⁴

O Governo de Dutra presenciou o início do debate sobre desenvolvimento no país, apontando três fórmulas principais, mesmo que nenhuma delas representasse uma estratégia detalhada: a neoliberal, a desenvolvimentista-nacionalista e a nacionalista radical.¹⁷⁵ Bielschowsky, aprofundando o debate a partir do conceito de desenvolvimentismo, apontou também três correntes econômicas que seguiram este

¹⁶⁹ Idem, p.251.

¹⁷⁰ Idem, p.250.

¹⁷¹ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 3ª edição, 1979, p. 58.

¹⁷² Colistete, Renato Perim. A Força da idéias: a CEPAL e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50. In: Szmrecsányi, Tamás e Suzigan, Wilson. *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: EDUSP - Editora Hucitec, 2002, p. 123.

¹⁷³ Idem, ibidem.

¹⁷⁴ Idem, p. 128.

¹⁷⁵ Skidmore, Thomas. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1975.

debate no período entre 1945 e 1964: a corrente neoliberal, a corrente desenvolvimentista e a corrente nacionalista.¹⁷⁶ A corrente neoliberal seria aquela formada por economistas que defendiam a prioridade da livre movimentação das forças de mercado como meio para atingir a eficiência econômica, sendo sua marca característica a omissão quanto a propostas desenvolvimentistas.¹⁷⁷ As correntes desenvolvimentistas estariam subdivididas em três, concernentes aos locais de onde estes agentes falavam.

A primeira subcorrente estaria localizada no setor privado, que reunia uma corrente de economistas de posição antiliberal e desenvolvimentistas, que tinham diferentes opiniões acerca do grau de participação estatal no processo.¹⁷⁸ A segunda subcorrente teria voz no setor público e foi denominada por Bielschowsky de “não nacionalista”; os economistas que a apoiavam eram favoráveis ao apoio estatal à industrialização, mas apresentavam marcadas preferências por soluções privadas para as questões nacionais.¹⁷⁹ Também no setor público encontrava-se a subcorrente “nacionalista”, que recebia o suporte de economistas que defendiam a ação do estado em setores considerados estratégicos, como mineração, energia, transporte, telecomunicações e indústrias básicas.¹⁸⁰ Havia também a corrente socialista, que defendia a industrialização como uma etapa correspondente ao desenvolvimento das forças produtivas necessárias ao processo de transição para o socialismo.¹⁸¹

O principal responsável pela elaboração do discurso nacional-desenvolvimentista foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955.¹⁸² Era objetivo do instituto forjar uma precisa e determinada ideologia: a de que a nação deveria tomar consciência de seu subdesenvolvimento e lutar pela superação deste estágio, mediante um esforço desenvolvimentista.¹⁸³ Inspirados nas ideias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que procurava diagnosticar os males e soluções para o problema do subdesenvolvimento, os teóricos do ISEB identificavam este último com a coexistência de dois setores antagônicos na sociedade brasileira: o arcaico ou

¹⁷⁶ Bielschowsky, op.cit., p.34.

¹⁷⁷ Idem, ibidem.

¹⁷⁸ Idem, ibidem.

¹⁷⁹ Bielschowsky, op.cit., p.34.

¹⁸⁰ Idem, ibidem.

¹⁸¹ Idem, ibidem.

¹⁸² Mendonça, Sônia. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2ª edição, 1986, p. 58.

¹⁸³ Toledo, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

tradicional, equivalente às forças agrárias e ao imobilismo social, e o setor moderno ou urbano, que seria o verdadeiro símbolo das forças dinâmicas da nação que deveriam ser estimuladas para superar a situação subdesenvolvida.¹⁸⁴ O que parecia incorporar a assimilação das ideias cepalinas era a sintonia com interesses muito concretos e particulares, antes de uma identificação com princípios teóricos mais abstratos, porque as ideias da instituição vieram a reforçar a emergência de uma perspectiva hegemônica de condução da economia e da sociedade brasileira.¹⁸⁵ A introjeção dessas teses ocorreria de forma sempre seletiva e sistematizada pelos interesses de classe, de acordo com as distintas situações concretas vivenciadas pelos políticos brasileiros.¹⁸⁶

Mais que ideias, as concepções sobre os rumos do desenvolvimento no país foram se redefinindo através das práticas dos governos que lideraram o Brasil neste interregno democrático. A despeito de dificuldades recorrentes da economia brasileira no pós-guerra, o governo buscava manter uma política econômica de estímulo à industrialização. Continuavam a ser criadas novas condições (econômicas, financeiras, administrativas e técnicas) para o desenvolvimento econômico.¹⁸⁷ Só nos anos de 1952-53 foram criados o Banco do Nordeste, a SPVEA, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Petrobrás e, em 1954, a Eletrobrás. Desta forma, o Estado criava condições para a expansão e diferenciação do sistema econômico brasileiro, assumindo para si a responsabilidade de liderar estas políticas.¹⁸⁸ Tais experiências históricas caminharam *pari-passu* com as constantes formulações e revisões que economistas locais trouxeram à questão do desenvolvimento do país.

Relembrando as questões de Love, o desenvolvimento não foi apenas um discurso dirigido e aceito acriticamente pelas nações ditas “atrasadas”, mas foi reformulado e apropriado às questões locais. Tão importante quanto o debate acerca do desenvolvimento nacional, o debate sobre o que seria o subdesenvolvimento também mobilizou os economistas locais. Se é fato que o desenvolvimento foi (e é) discurso e poder, também é fato que se encontrava em constante discussão. Houve um

¹⁸⁴ Mendonça, Sônia. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. 2ª edição, Rio de Janeiro, editora Graal, 1986, p.62.

¹⁸⁵ Colistete, Renato Perim. A força da idéias: a CEPAL e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50. In: Szmrecsányi, Tamás e Suzigan, Wilson. *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: EDUSP, Editora Hucitec, 2002, p.123.

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁷ Ianni, *op.cit.*, p. 121-122.

¹⁸⁸ Bielschowsky, *op.cit.*, p. 251.

chamamento às nações sobre o imperativo do desenvolvimento, mas que veio ao encontro de questões locais sobre os rumos do progresso e futuro de um determinado país, como foi o caso brasileiro. Longe de representar uma caixa fechada com códigos e símbolos herméticos, essas ideias ocasionaram uma das mais ricas discussões que existiram em solo brasileiro: qual o lugar do país neste contexto? Seria válido “exportar” uma fórmula fechada em si mesma? Em uma análise histórica diferente de Bielchowsky, Vera Cepêda faz uma ressalva sobre o estudo do desenvolvimentismo no Brasil:

O desenvolvimentismo tem sido tratado na literatura nacional como um fenômeno histórico, como um conceito-síntese para uma época e sob essa homogeneidade conceitual deixou de lado a riqueza do processo histórico que o gerou. O problema é que sob a rubrica do subdesenvolvimentismo três pontos ficaram obscurecidos: sua imbricação original na tese do subdesenvolvimento (produto cognitivo e teórico); usa conversão em estratégia ou técnica para promoção do desenvolvimento (campo da ação política) e a qualidade da finalidade que se propõe alcançar (projeto político-social, campo das ideologias, definição de que tipo de desenvolvimento deve ser alcançado).¹⁸⁹

Mais que uma análise ou conceito-chave, a teoria do subdesenvolvimento seria também uma interpretação do Brasil, estabelecendo um diálogo com a anterior tradição intelectual que tinha como objeto privilegiado de reflexão o problema da identidade nacional.¹⁹⁰ Esta teoria promoveu um história nacional e, no momento de sua formulação, avaliou o presente vivido pelos personagens daquela época e possibilitou uma alternativa de futuro.¹⁹¹ Como ressalta Cepêda, neste desdobramento pragmático a teoria do subdesenvolvimento torna-se um projeto de desenvolvimento.¹⁹² Um dos mais destacados economistas brasileiros que pensou e problematizou tal questão foi Celso Furtado, que trouxe a discussão a nível histórico, ao acentuar os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento:

A teoria do desenvolvimento tem que baixar ao plano histórico (...). É nesse sentido que falamos de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas; de economias autônomas e dependentes, etc. (...) A teoria do desenvolvimento para adquirir maior precisão deverá assumir formulações especiais relativas a determinados processos históricos de desenvolvimento. (...) Seria totalmente irreal assimilar os problemas dessas economias [latino-americanas] àqueles que

¹⁸⁹ Cepêda, op.cit., p.3.

¹⁹⁰ Idem, p.5.

¹⁹¹ Idem, ibidem.

¹⁹² Idem, ibidem.

conheceram outras, atualmente mais desenvolvidas, em etapas anteriores de seu crescimento, ou ao de economias que apenas agora estão saindo do sistema colonial.¹⁹³

Dessa forma, o subdesenvolvimento não constituiria uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas, apresentando-se assim sob várias formas e em diferentes estágios.¹⁹⁴ Seria um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas em estruturas arcaicas, como o caso brasileiro, no qual a economia apresentava-se em três setores: um de subsistência, outro, voltado para a exportação, e o terceiro, um núcleo industrial voltado para o mercado interno suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessitava para seu próprio crescimento.¹⁹⁵ Furtado entendia o subdesenvolvimento não apenas como contraparte do desenvolvimento, mas como um fenômeno cuja explicação necessitaria de um esforço teórico autônomo, pois a ausência de tal análise levava muitos economistas a explicá-lo por mera analogia com a experiência das economias desenvolvidas. Este problema só poderia ser equacionado se fosse levada a cabo uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento.¹⁹⁶ De acordo com Cepêda, a proposta de Furtado (em comparação com as teorias que emergiram nos anos de 1950/1960) foi a única na qual o cruzamento entre política e economia não assumiu um caráter meramente instrumental.¹⁹⁷ Valores como participação, democracia, racionalidade e disputa foram incorporados e utilizados como elementos que combinavam a modernização econômica e social.¹⁹⁸

A teoria furtadiana do subdesenvolvimento afirmava que a inserção na economia mundial geraria estruturas sociais e políticas locais anacrônicas. Somadas à lógica de transferência – e não de repartição dos frutos do progresso técnico – esta teoria estabeleceria outro tipo de economia e sociedade, dando origem ao subdesenvolvimento, um “filho bastardo” da mão invisível.¹⁹⁹ Os países subdesenvolvidos não eram atrasados porque não adentraram a modernidade, e sim

¹⁹³ Furtado, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. São Paulo, Editora Fundo de Cultura, 1961, p. 108.

¹⁹⁴ Idem, p. 191.

¹⁹⁵ Idem, p. 192.

¹⁹⁶ Furtado, 1961, p.193.

¹⁹⁷ Cepêda, op.cit., p.16.

¹⁹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹⁹ Idem, p.8.

porque adentraram com o “pé esquerdo”, tarde e em posição subalterna.²⁰⁰ As estruturas arcaicas da sociedade subdesenvolvida deveria ser combatida, para, só assim, alcançar o desenvolvimento holístico e autossustentado. Desta forma, além da mudança econômica, seria necessária e primordial uma mudança social, destruindo o velho e implantando o novo.²⁰¹

Posterior a Furtado, outro economista pensou e refletiu sobre o processo de desenvolvimento brasileiro: Luiz Carlos Bresser-Pereira. Datada de 1968, *Desenvolvimento e Crise no Brasil* reflete as preocupações e os impasses com que se deparavam os intelectuais brasileiros da época: o baixo crescimento verificado no interregno entre o auge do Plano de Metas e o início do Milagre Econômico. O desafio consistia em desvendar as razões do contraste entre a crise vivenciada naquela época e os períodos anteriores, responsáveis por profundas transformações na sociedade brasileira, com a superação do modelo agroexportador e de uma sociedade marcadamente agrária e oligárquica.²⁰² Bresser-Pereira vê o desenvolvimento como um processo global, em que as estruturas sociais, econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Na origem do conceito, há o ponto de partida de que o desenvolvimento emerge como crescimento do PIB, mas como conceito em construção, vai tomando vulto até alcançar versão mais acabada, na qual se transforma em quase sinônimo de aumento de padrão de vida.²⁰³ Desta forma, a visão holística do conceito é trazida à baila por Bresser-Pereira:

Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social (...) se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social (...) será porque de fato não teremos desenvolvimento. (...) o desenvolvimento é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante (...) é o crescimento do padrão de vida da população. É por isso que, geralmente, se usa a expressão “desenvolvimento econômico” como sinônimo de “desenvolvimento”.²⁰⁴

²⁰⁰ Cepêda, Vera. O Pensamento político de Celso Furtado – Desenvolvimento e Democracia. Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Rego, Marcio (Org.). *A Grande Esperança de Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 7.

²⁰¹ Cepêda, op.cit., p.11.

²⁰² Fonseca, Pedro Cezar Dutra. O ecletismo inovador: Bresser-Pereira e o desenvolvimento brasileiro. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), abr. 2007, p. 23.

²⁰³ Idem, p.24.

²⁰⁴ Bresser-Pereira, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972, p. 21-23.

Em uma chave explicativa semelhante a de Furtado, Bresser-Pereira afirma que, para que esse processo ocorresse, seria essencial que a classe dominante tradicional fosse substituída no controle político da sociedade por um grupo de classe média.²⁰⁵ Assim, a tomada do poder por um desses grupos de classe média representaria o sinal de partida do processo de desenvolvimento, dando ênfase ao rompimento com o estado de estagnação crônica que caracterizava as sociedades tradicionais.²⁰⁶ O processo de desenvolvimento em um país de capitalismo tardio como o Brasil, deveria ser entendido como o conjunto de transformações, iniciadas na Revolução de 1930, que podem ser sintetizadas como a *Revolução Nacional Brasileira*, em contraste com o período anterior, “semicolonial”.²⁰⁷ Para Fonseca, a percepção do processo como revolução não se reduz à mera retórica, pois dela resultariam implicações analíticas como pensar o desenvolvimento como sendo historicamente situado, fruto de uma época.²⁰⁸ O mesmo autor destaca que *Desenvolvimento e Crise no Brasil* foi das obras pioneiras do campo da Economia no que tange à incorporação do entrosamento entre economia e política, integrando as classes sociais no processo histórico. Tal procedimento restringia-se às análises de intelectuais caracterizados como historiadores ou sociólogos, como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe e Florestan Fernandes.²⁰⁹

No caso da Amazônia, as discussões vieram ao encontro de um percurso histórico local, ocorrido entre os anos de 1930 e 1940, quando a região passou a ter certa relevância para as políticas públicas nacionais. Dois fatores colaboraram com isto: o programa de governo *Marcha Para o Oeste*, que definiu a Amazônia como um lugar “a ser conquistado” pelo poder central, e a viagem de Getúlio Vargas à região, quando proferiu o discurso denominado posteriormente de *Discurso do Rio Amazonas*, amplamente divulgado pela propaganda governamental como a “nova descoberta da região”. Tais acontecimentos acompanharam um amplo plano de saneamento para a localidade, tendo em vista posterior ocupação, com o objetivo de acabar com o “vazio demográfico” da Amazônia, detectado pelo governo Vargas como o grande problema da região. Em virtude do período de guerra, o projeto político do Estado Novo foi interrompido para o acordo bilateral entre os Estados Unidos da América e o governo brasileiro, que utilizaram a região como colaboradora no esforço de guerra de extração

²⁰⁵ Bresser-Pereira, op. cit., p. 23.

²⁰⁶ Idem, op.cit., p. 24.

²⁰⁷ Fonseca, 2007, p. 24.

²⁰⁸ Idem, p. 25.

²⁰⁹ Fonseca, 2007, p. 28

de borracha para o exército aliado. Porém, as preocupações dos intelectuais da região e do resto país resultaram em artigos e obras que tentavam identificar a razão da calamidade local.

Os escritos sobre a Amazônia produzidos nos anos de 1940 refletiam uma preocupação de intelectuais locais que, entre os anos de 1930 e 1950, foram partícipes no processo de ações governamentais para a região amazônica e buscavam em seus textos, superar as imagens lendárias da região e sua representação, como "Inferno Verde", cunhada a partir da obra de Alberto Rangel.²¹⁰ Os discursos estadunidenses acerca do desenvolvimento foram bem recebidos pela elite política e intelectual amazônica, vindo ao encontro de demandas locais por um lugar mais destacado da região nas políticas governamentais. Porém, é importante destacar que as discussões acerca do papel do capital estrangeiro e da própria participação internacional nos rumos da região não passaram incólumes nos debates locais. Muito pelo contrário, as discussões em âmbito nacional, em conjunto com os acontecimentos importantes no fim da década de 1940, apontaram diferentes rumos para o desenvolvimento da Amazônia.

Um fato que influenciou de maneira decisiva a própria gestação da agência regional de desenvolvimento da Amazônia foi o episódio envolvendo a criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônia, o qual será melhor desenvolvido posteriormente. Cabe aqui, apontar as ideias de seu principal incentivador, Paulo Barredo Carneiro. Para Carneiro, só “os povos primitivos” poderiam viver isolados. O autor defendia assim, a integração da Amazônia, e do Brasil, à comunidade internacional:

A medida do progresso está (...) no caráter planetário que reveste gradualmente todas as relações humanas. Nos seres, como nas sociedades, em seu pleno desenvolvimento, tudo conspira, tudo converge, tudo concorre. Esse consenso orgânico é o atributo por excelência da evolução social. A predominância da vida internacional no mundo contemporâneo decorre de imperativos inexoráveis.

²¹⁰ Selda Vale da Costa aponta a carência e uma possível agenda de pesquisa para este período: *Os anos 30 e 50 na Amazônia são de ouça pesquisa crítica; constituem um período ainda não resolvido pela historiografia regional. Seria fundamental para sua compreensão medir o peso da produção intelectual em relação ao que se produzia no Brasil na mesma época, saber quais preocupações temáticas envolviam a todos ou que originalidades foram possíveis. Mas, principalmente, perceber as transformações que se processam no papel do intelectual em relação à sociedade e ao Estado, principalmente durante o Estado Novo. Na Amazônia, a grande maioria dos intelectuais colabora em ações governamentais, quando não é partícipe direta.* Cf. Costa, Selda Vale da. Por rios amazônicos: conversas epistolares com Nunes Pereira. In: Bastos, Elide Rugai; Pinto, Renan Freitas (orgs.). *Vozes da Amazônia – Investigação sobre o Pensamento Social Brasileiro*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 306.

Transcende das vontades ou dos caprichos dos homens ou dos povos. (...) infringi-la será retrogradar a formas primárias de estrutura, com todas as perturbações que as involuções arrastam: fome, guerras, revoluções.²¹¹

Para Carneiro a ampliação do espírito internacional decorrente das novas organizações criadas no pós-II Guerra Mundial (Organização Internacional do Trabalho, Organização da Agricultura e Alimentação, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Organização Mundial da Saúde) faz parte das aspirações crescentes da espécie humana por uma ordem internacional capaz de assegurar sua continuidade histórica e solidariedade. Assim posta, a colaboração internacional não implicaria de maneira alguma na integridade ou soberania dos povos, pois o perigo estaria no isolacionismo em que se retraíam os Estados totalitários. Assim, a solução estaria na intensificação da cooperação e das intercomunicações desenvolvidas pelos regimes democráticos.²¹²

Carneiro afirmava que todos os grandes problemas relativos á conservação e ao aperfeiçoamento humanos foram trazidos, à sua época, ao plano internacional, pois o homem do século XX estaria definitivamente consciente da precariedade de suas condições de existência, das ameaças que pesariam sobre o seu porvir, da complexidade e da conexão de todas as questões que o afetariam.²¹³ O argumento fundamental do autor para uma possível ajuda internacional à Amazônia residiria no fato de todos os países estarem em um grau cada dia mais acentuado de interdependência, exigindo para, questões locais, respostas globais. A partir dessas concepções, o autor propôs, em 1947, a criação do *Instituto Internacional da Hileia Amazônica* (IIHA), instituição que seria criada em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO):

O caráter internacional dado ao Instituto da Hileia reflete apenas esse propósito de se estenderem os seus estudos às várias nações em virtude dos problemas afins que apresentam e de exigirem para a sua

²¹¹ Carneiro, Paulo E. de Berredo. *O Instituto Internacional da Hileia Amazônica – Razões e Objetivos de sua criação*. Rio de Janeiro, Brasil, 1951, p. 5-6.

²¹² Carneiro, op.cit, p.6. Para uma discussão aprofundada sobre as concepções e debates envolvendo Paulo Carneiro e a criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, Cf. Magalhães, Rodrigo César. ; Maio, Marcos Chor. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 14, 2007 p. 169-189, e Maio, Marcos Chor; Sá, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), Rio de Janeiro, v. 6, 2000, p. 975-1017.

²¹³ Carneiro, op. cit., p. 8.

eficiente solução o concurso de homens e de centros de pesquisa de diversos países. É ele internacional porque internacional é o problema ecológico que se propõe resolver (...) ²¹⁴

A proposta versava sobre a criação de um órgão internacional responsável pela promoção, condução, coordenação e divulgação de estudos sobre a Amazônia, incluídos aí, os países que possuíam territórios na região (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, França, Grã-Bretanha, Países Baixos, Peru e a Venezuela). A reação de setores locais a este projeto resultaram no reforço a visões nacionalistas sobre os rumos do desenvolvimento da região. Na Assembleia Constituinte, um dos principais críticos à Hileia foi Arthur Bernardes, ex-presidente da República e à época, deputado federal pelo Partido Republicano. Mesmo com o apoio de parte do exército nacional e da Comissão do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (CEPEVEA), o projeto foi duramente combatido pelo deputado, sendo citado posteriormente como um dos perigos que a Amazônia corria frente à “Cobiça Internacional”, como “alertava” a obra de Arthur César Ferreira Reis.

Acompanhando a “tendência nacionalista” que guiou estudos posteriores sobre a região, Bernardes reforçou sua posição em prefácio ao livro de Osny Duarte Pereira, cujo título *Desnacionalização da Amazônia*, já dá uma breve ideia do conteúdo da obra, assim como seu subtítulo *Um chamamento à consciência dos Brasileiros*. O livro é resultado de uma viagem do autor pelo Rio Amazonas, no desempenho de tarefas solicitadas por uma comissão de engenheiros florestais da FAO. O autor menciona em sua obra diversas tentativas históricas de divisão da Amazônia para outras nações do mundo, entre elas, a Hileia Amazônica. Bernardes, no prefácio ao livro afirma que nutre grande apreço pelos Estados Unidos e Inglaterra, mas isso não o impediria de defender os interesses do Brasil. ²¹⁵ O ex-presidente refuta outras acusações, como a de nutrir repulsa a estrangeiros, dizendo considerá-los necessários à imigração de regiões de escassa densidade populacional, e assegura não ser contrário à chegada de capital estrangeiro ao país. ²¹⁶ Bernardes coloca-se em uma posição de defesa dos “interesses nacionais”, pois os capitalistas norte-americanos teriam a intenção de assenhorar-se das terras brasileiras, não se conformando com juro normais decorrentes dos constantes

²¹⁴ Idem, p. 17.

²¹⁵ Bernardes, Arthur. Prefácio. In: Pereira, Osny Duarte. *Desnacionalização da Amazônia – Um chamamento à consciência dos Brasileiros*. São Paulo: Editora Fulgor, 1958, p. 14.

²¹⁶ Idem, p. 13.

empréstimos tomados pelo governo brasileiro junto àquele país.²¹⁷ Em sua opinião, os estadunidenses se apropriariam de nossas riquezas mineiras como forma de ressarcimento do capital investido no país.²¹⁸ Assim, Bernardes reforça sua posição:

É preciso reconhecer que os Estados Unidos não podem ter interesse no desenvolvimento dos estados latino-americanos. Estes estão crescendo e podem tornar-se (..) competidores daquela grande nação. O capital americano (...) pretende mesmo ser dono de nossas riquezas, prevalecendo-se das nossas necessidades ou da nossa insistência em solicitar empréstimos. Chamam-me – e aos que defendem esses interesses fundamentais do Brasil – de nacionalista. (...) Não há nacionalismo de minha parte. Se se pode chamar de nacionalismo o interesse pela defesa das coisas do Brasil, então, sim, sou nacionalista, deve sê-lo o país inteiro, pois este é o dever elementar de todos nós.²¹⁹

As discussões em torno do projeto de Paulo Carneiro – IIIHA – ocorreram durante os debates parlamentares sobre a *Valorização Econômica da Amazônia*, tendo reflexos nas discussões da Comissão Parlamentar incumbida do assunto. Mais que um acontecimento político, podemos inferir que o episódio da “Hileia” representou também uma “guinada nacionalista” nos planos de desenvolvimento para a região. O período compreendido entre o fim do Estado Novo e o golpe militar (1945-1964) caracterizou-se pela disputa entre dois projetos: os “nacionalistas” e os “entreguistas”.²²⁰ O primeiro grupo (representado pelo já citado ISEB), buscava certa margem de autonomia frente aos EUA para impulsionar o projeto de desenvolvimento industrial. Já o segundo grupo, apoiando-se nas fronteiras ideológicas da Escola Superior de Guerra (ESG) e no liberalismo econômico, destacava as vantagens comparativas da agricultura e a agenda de segurança nacional defendida pelos EUA.

As propostas do exército brasileiro para a Amazônia relacionavam-se a uma ocupação estratégica da fronteira (entendida como fronteira política brasileira). O alicerce que norteava este pensamento não estava no espaço a ser ocupado, porém no espaço a ser defendido, através da nacionalização das regiões, cuja vulnerabilidade poderia transformar-se em risco para a civilização e para a nação brasileira.²²¹ O pensamento de

²¹⁷ Idem, p.14.

²¹⁸ Idem, ibidem.

²¹⁹ Idem, p. 15.

²²⁰ Vizentini, Paulo G. Do Nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília Neves (org.). *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, p. 197.

²²¹ Rabello, op. cit., p. 123.

Golbery Couto e Silva se relaciona às questões militares e de soberania envolvendo a região. Nas formulações dele, persistia para a Amazônia a pecha de lugar “mal habitado”, ou seja, uma reinvenção histórica do “vazio demográfico”. A região correria grande perigo por representar uma área extensa sem a ocupação necessária para uma eventual defesa, por conta do perigo que corria. Em análise ao pensamento militar para a região amazônica, Rabello assinala que a região passou a ser tratada pela instituição como “natureza selvagem”, o que levaria à necessidade de grandes projetos. Tal quadro se completava com o fato de o inexpressivo contingente populacional da região amazônica não representar, para o general, o “sentido da brasilidade” e não reunir condições de defender o país, em caso de guerra. Como aponta Rabello:

A identidade negativa [dos homens da Amazônia] produzida se reforçou através da imagem de incapacidade criadora do homem amazônico, transformando assim, em fator de “desunião” (uma ilha) e em um perigo à soberania nacional. Caberia ao Estado, enquanto agente qualificado, utilizando suas forças armadas, transformar ou socorrer essa população com identidade negativa ou fraca, por outra, forte e capaz de salvaguardar a soberania.²²²

Para Golbery, a Amazônia deveria ser “inundada de civilização”, pois o padrão de ocupação existente não serviria para uma efetiva segurança nacional. Assim, a Amazônia faria parte de um “oeste marginal”:

A oeste, o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar à nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva.²²³

Como demonstra Fonseca, em estudo de caso do Segundo Governo Vargas (1951-1954), o nacionalismo do governante deve ser sempre entendido em confronto com sua principal frente de oposição, a União Democrática Nacional (UDN). Associava-se esta ideologia a uma luta anti-imperialista armada ou a um rompimento total com os Estados Unidos, e que, portanto, só pode ser entendido em seu contexto histórico. A contradição básica do nacionalismo brasileiro dos anos de 1950 estaria em depender dos investimentos estrangeiros para acelerar e viabilizar o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, nem sempre haver coincidência plena de interesses entre este projeto e o dos Estados Unidos da América:

²²² Rabello, op.cit., p. 135.

²²³ Silva, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, editora José Olympio, 1967, p.39.

Os discursos nacionalistas mais exaltados (...) ocorriam criticando a ausência de ajuda norte-americana, o “descaso” desse país com relação aos problemas nacionais: reclamava-se mais a ausência do que presença do capital estrangeiro. Se isto pode parecer absurdo numa análise lógica, é perfeitamente inteligível do ponto de vista histórico, pois tratava-se do nacionalismo possível (e, portanto do nacionalismo histórico).²²⁴ (...) o “nacional-desenvolvimentismo” supunha o capitalismo, mas o omitia. Grande parte de sua força como ideologia vinha da amplificação com os interesses externos, apagando os laços em comum.²²⁵

Para Fonseca, a própria ideologia “nacional-desenvolvimentista” apontava para a convergência entre os “interesses nacionais” e o “bloco ocidental”.²²⁶ Desta forma, indo além do discurso e em busca da prática, o “nacional-desenvolvimentismo” não deve ser compreendido como uma busca exclusiva e autônoma do desenvolvimento, mas sim, concomitante ao capital externo. Por isso, o autor menciona que existiu uma ideologia nacional-desenvolvimentista que, no nível discursivo, relacionava o desenvolvimento econômico à independência e à autonomia nacional, porém, na prática, não expressava repulsa ao capital estrangeiro. Assim também deve ser pensado o nacionalismo dos anos de 1950 que, mesmo sendo uma importante ideologia de coesão nacional, nunca excluiu o desenvolvimento associado ao investimento externo.²²⁷

O já citado Celso Furtado também teceu considerações sobre as possibilidades de desenvolvimento para a Amazônia. Durante o período de discussão que culminou na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1958, o economista escreveu sobre as (im)possibilidades de desenvolvimento para a região amazônica. Para Furtado, a Amazônia era uma área praticamente despovoada, e, nesse sentido, a preocupação central deveria ser evitar a dispersão de esforços. Incrédulo quanto ao desenvolvimento da região, afirmou: “A Amazônia brasileira, como problema a ser enfrentado em conjunto, está fora do alcance de qualquer economia de nossos dias. Os recursos de que atualmente se dispõe para aplicar na Amazônia são apenas suficientes para que a região não se despoeve ainda mais”.²²⁸ Desta forma, seria necessário concentrar esforços nos setores suscetíveis de utilização econômica a curto e médio prazo, como o manganês do Amapá, a celulose e a juta. Em exposição e debate do

²²⁴ Fonseca, Pedro Cezar Dutra. Nacionalismo e economia: o segundo Governo Vargas. *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, EDUSP, Editora Hucitec, 2002, p. 26.

²²⁵ Fonseca, op.cit., p. 29.

²²⁶ Idem, ibidem.

²²⁷ Fonseca, op. cit., p. 28.

²²⁸ Furtado, Celso. *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, MEC-ISEB, 1958, p. 58.

lançamento da “Operação Nordeste”, que deu origem à SUDENE, em 1959, Furtado foi inquirido sobre as possibilidades de recuperação do vale amazônico. A região seria um “deserto econômico de quatro milhões de quilômetro quadrados” que, para ser recuperada, deveria contar com uma estratégia de pontos germinativos, a serem localizados no conjunto da região:

Nenhum país do mundo, nem os Estados Unidos, nem a União Soviética, teria meios para empreender o desenvolvimento em bloco da Amazônia, tão complexo e imenso é o problema. (...) seria ingênuo pensar numa solução esquemática para esse grande problema. A minha ideia é a de que primeiramente devemos perfurar a floresta do sul para o norte, mediante a expansão da economia nordestina (...) Não se deve jamais imaginar desenvolver um vale, por exemplo, o vale do Rio Negro, incluindo toda uma sub-região da Amazônia, o que acabaria por nos afogar no rio Amazonas.²²⁹

Isto posto, buscamos mapear, em linhas gerais, as diferentes vertentes para o desenvolvimento da Amazônia, assim como o cunho nacionalista presente nos projetos para a região. Porém, no desenrolar do tema, não pretendemos trabalhar com sistemas de interpretação previamente imputados. Tais formulações trazem os projetos do período sobre “o que fazer” em relação a uma região diagnosticada como periférica e esquecida pelas elites políticas anteriores do país. É importante ressaltar que tais concepções foram possíveis graças às novas possibilidades que o período trouxe para a discussão dos rumos envolvendo o Brasil e a Amazônia.

Importante reconhecer também, que a própria concepção de “nacionalismo” do período se deu por uma série de confrontos entre o poder estabelecido e as múltiplas vozes deste período democrático. Os nacionalistas levam a crer que a nação seria uma categoria inventada e, sendo assim, eles aspirariam a um passado mítico, inclusive quando fabricado para fins políticos.²³⁰ Mas mesmo “inventando” este passado glorioso, este movimento nacional tem que ser construído e, de forma hegemônica, sustentado. Como superar as visões e interpretações sobre o projeto de desenvolvimento para a Amazônia? Uma das principais formas é vivê-lo por meio das fontes históricas da época, tendo consciência de que, nos anos de 1945 a 1964, o país viveu uma de suas poucas experiências democráticas, nas quais as possibilidades políticas e de projetos eram

²²⁹ Furtado, Celso. A Operação Nordeste. In: Furtado, Celso. *O Nordeste e a saga da Sudene:1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto - Centro internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2009, p. 58.

²³⁰ Smith, Anthony D. O Nacionalismo e os historiadores. Balakrishnan, Gopal (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.187.

ilimitadas face ao fim do Estado Novo. Mais que um período fadado inexoravelmente ao fracasso, era uma época otimista, nas quais as expectativas quanto à recuperação da Amazônia (em especial após o fracassado plano de valorização da borracha na Segunda Grande Guerra) eram altas.

O historiador Koselleck afirma que a expectativa “é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto (...); análise racional, visão receptiva ou curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.”²³¹ Afinal, o interregno democrático foi um período no qual as esperanças da sociedade brasileira diante de suas possibilidades caracterizava-se por um discurso otimista. Para Mello e Novais, havia, na década de 1950, a sensação de grande parte dos brasileiros que faltavam poucos passos para o país tornar-se uma nação moderna.²³² Alguns até imaginavam que o Brasil estava acompanhando o nascimento de uma civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter atribuídos ao povo brasileiro: cordialidade, criatividade e tolerância.²³³ Por fim, a análise de Lucília Neves expõe as principais características deste período:

A história brasileira a partir dos anos 40 e, mais especificamente, dos anos 50, tem, dentre outras, uma marca muito especial, a da crença na transformação do presente com o objetivo de construção de um futuro alternativo ao próprio presente. Nesse sentido, as ações humanas projetavam-se, deliberadamente, para a construção do amanhã.²³⁴

Como ressalta a autora, havia, à época, um forte sentido de esperança, caracterizado principalmente pela consciência da capacidade de intervenção humana na dinâmica da História, implementando um projeto de nação comprometido com o desenvolvimento. Esta é a época que iremos estudar, verificando principalmente como os conceitos-chaves de desenvolvimento para a região amazônica relacionavam-se a esse período.

Conclusão

²³¹ Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Puc-Rio, 2000, p. 310.

²³² Mello, João Manuel Cardoso e Novais, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: Novais, Fernando e Schwarcz, Lilia Moritz (orgs.) *História da Vida Privada no Brasil Volume 4 – Contrastes da Intimidade Contemporânea*. São Paulo, Cia das Letras, 1998, p. 560.

²³³ Idem, *ibidem*.

²³⁴ Neves, Lucília Delgado. Trabalho, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: Ferreira, Jorge (Org.). *O Populismo e sua história*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2001, p.171.

O objetivo deste capítulo foi estabelecer um mapeamento das principais questões que norteiam a escrita da tese. Em mira as contribuições de trabalhos, acadêmicos ou não, que se debruçaram sobre a problemática envolvendo o debate acerca do desenvolvimento como um conceito historicamente construído, e suas implicações para o Brasil e a Amazônia. Inicialmente, procuramos pontuar e estabelecer o ponto de partida das análises sobre os projetos para a Amazônia nos anos de 1950, vistos como um grande fracasso à luz da reestruturação dos órgãos públicos nos governos militares, que construíram a memória de uma época caracterizada pela corrupção, desmandos e fracassos. Tais conclusões não são necessariamente erradas, mas precisam ser problematizadas a partir do percurso histórico vivido pela região amazônica, Brasil e mundo no período do pós guerra. E, para tanto, estabelecemos a problematização do próprio conceito de desenvolvimento que, a partir de sua desconstrução nos trabalhos dos autores autorreferidos como pós-estruturalistas, implica em novas questões para a análise deste período.

As críticas às contribuições trazidas pelos grupos do *post-development* colaboram para a compreensão do desenvolvimento como um processo de múltiplas faces. Demonstramos que, mesmo na gestação deste processo, não havia uma ideia clara e fechada sobre o que seria e como se procederia o desenvolvimento. Se nos países ocidentais existia uma questão estratégica e geopolítica sobre a necessidade de melhorar os índices dos países considerados subdesenvolvidos, estes, através de seus intelectuais, buscaram formular e problematizar esta ideia a partir de suas realidades e dos percursos históricos locais. Todos os autores trazidos para a discussão neste capítulo trouxeram múltiplas opiniões sobre o conceito. Mesmo com ideias em muitos casos diametralmente opostas, estes intelectuais tinham um ponto em comum: a necessidade de mudança nas condições de vida dessas populações. A forma como levar isso adiante resultou, como veremos adiante, em diferentes maneiras de interferir nas realidades locais. Em alguns casos, existia a necessidade de conhecer-se a cultura e os hábitos dos nativos para que estes fossem mudados; isso fez com que estes habitantes deixassem uma realidade considerada “arcaica”, para outra, considerada “moderna”. Diferentes formas de intervenção nas realidades locais foram postuladas e discutidas na era do desenvolvimento.

Além do debate conceitual, destacamos neste capítulo a forma como o discurso do desenvolvimento relacionou-se com o ascendente campo da saúde, cada vez mais internacional àqueles anos, através da criação de agências que se pretendiam globais. Além de uma crença tecnicista, de que a ciência daria conta de todos os problemas sanitários enfrentados pelas populações dos países pobres nos anos 1950, vimos que a saúde foi também utilizada como bandeira política, que visava a “proteger” os países pobres de uma possível “ameaça comunista”. Erradicação de doenças e campanhas com amplo alcance sobre os habitantes do terceiro mundo seriam aliadas dos EUA na Guerra Fria.

O desenvolvimento não se relaciona apenas um discurso, mas também com práticas estabelecidas em diversas regiões do mundo, dentre elas, o Brasil e a Amazônia. Mais que um período caracterizado pela égide do fracasso, o contexto histórico da SPVEA é cercado pela crença no avanço tecnológico das instituições científicas e, sobretudo, pela liberdade que múltiplas vozes tiveram para falar, agir, criticar e estabelecer novos parâmetros para a região amazônica, cujos discursos maniqueístas restringiam-se a concepções internacionalistas, como a de Paulo Carneiro, ou a concepções ditas nacionalistas, construídas no debate parlamentar envolvendo governistas e oposicionistas. O caminho metodológico apontado é o estudo deste percurso histórico a partir da fala de atores do período, bem como suas discussões, a partir da ampliação do leque de fontes históricas. Como a Valorização Econômica foi definida? A partir de quais parâmetros? Serão estas as questões do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

QUE SABE VOCÊ DA SPVEA?

CONCEITOS, DEBATES E DEMANDAS NA VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Introdução

Quais foram os caminhos que levaram ao dispositivo parlamentar que previa parte da receita da união para o soerguimento econômico da região Amazônica? Como argumentamos no primeiro capítulo, a particularidade dos projetos de desenvolvimento para a região relacionam-se a uma demanda anterior e ao percurso histórico dos anos 1940. Nesse segundo momento, alongamos o espaço cronológico para além do período ditatorial do Estado Novo, buscando aprofundar a trajetória da região num tempo em que as discussões sobre suas possibilidades de aproveitamento econômico pautavam os debates parlamentares no contexto democrático. Nossa abordagem envolve três variáveis, essenciais aos projetos da época e definidoras das ações políticas ligadas àquela divisão do território nacional: Recuperação, Valorização e Planejamento. A partir desses conceitos é que foram postos os debates sobre a agenda política da Amazônia

Dividimos o capítulo em quatro partes. Inicialmente, abordaremos, de forma breve, o percurso trilhado pela região na década de 1940, na qual projetos governamentais como a *Marcha para o Oeste* prometiam a ocupação e conseqüente integração do vale amazônico ao resto do país. Num segundo momento, identificaremos continuidades e rupturas nas concepções do poder central sobre a região, que ocupava os debates parlamentares a partir de duas questões: o dispositivo constitucional que, enfim, a integraria ao país; e o fracasso da *Campanha da Borracha*, ocorrida nos anos anteriores. Tais fatos ressaltariam a necessidade de uma política de desenvolvimento efetiva para a Amazônia. O terceiro e quarto momentos traçados pelo capítulo dizem respeito a um período posterior, quando foi escrito, em 1952, o Plano de Emergência, documento

histórico que apontava as principais questões colocadas pelos grupos de estudos e subcomissões formadas pelo governo.

Os temas postos pelo debate acerca do planejamento serão tratados na subsequente análise do Primeiro Plano Quinquenal, de 1955, que apontava os planos de ação para o intervalo 1955-1960. Mesmo repetindo grande parte das questões postas no Programa de Emergência, o documento teve como uma de suas premissas básicas a necessidade de formação dos técnicos para o trabalho, carência apontada também anteriormente. Na seção seguinte do capítulo, a análise destacará a formação de funcionários da agência regional realizada na Fundação Getúlio Vargas (FGV), bem como o folheto explicativo que buscava “conscientizar” os futuros funcionários da SPVEA sobre a importância do trabalho que eles iriam desenvolver.

O capítulo se encerrará com um breve estudo das gestões dos dois mais significativos dirigentes máximos da agência: Arthur César Ferreira Reis e Waldir Bouhid. O primeiro ficaria pouco tempo na agência, mas sua indicação ao cargo objetivava transformar a SPVEA em uma agência suprapartidária, na qual os interesses locais seriam sobrepostos aos imperativos da Amazônia. Uma superintendência já criada sob o estigma das disputas partidárias não conseguiria blindar seu dirigente máximo das acusações. Já Bouhid seria o dirigente mais longevo, ficando quase sete anos no poder. Diferente de Reis, Bouhid já ocupara diversos cargos políticos até sua indicação ao cargo máximo da SPVEA. Ele seria o superintendente responsável pela implantação da Belém-Brasília, tido como a principal herança da agência regional. Como encerramento do capítulo, vamos entrecruzar a trajetória da SPVEA com os estudos de autores que analisaram as peculiaridades do desenvolvimento no Brasil, para assim, apontar as razões do decantado fracasso da agência.

2.1 – Os planos do Estado Novo para a Amazônia (1938-1940)

Após o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, a Amazônia ganhou relevância para o governo Vargas, principalmente a partir da *Marcha Para o Oeste* (1938), programa de governo que buscava a integração econômica nacional a partir da colonização de regiões consideradas longínquas e desabitadas. Nós nos deteremos mais

sobre a Marcha para o Oeste no capítulo 5. Por ora, interessa-nos apontar que este projeto trouxe resultados mais simbólicos que práticos, o que não diminui sua importância, pois constituiu uma grande fonte de inspiração para que os intelectuais ligados (ou não) ao Estado Novo produzissem seus textos e artigos, colaborando na construção de uma retórica hegemônica sobre a região.

Entre 6 e 14 de outubro de 1940, Getúlio Vargas foi aos estados do Pará e do Amazonas com a estratégia de legitimar o Estado Novo junto às populações locais. A divulgação da excursão foi extensa pela mídia impressa, e, durante o mês de outubro, diversos editoriais e reportagens foram escritos relatando as efemérides da visita. Uma palavra de ordem nos editoriais era a superação da “Amazônia ilusória” e do “Inferno Verde”, como o editorial intitulado “Ação, não poesias!”, afirmando que a região nada tinha sido até o momento, apenas um lugar lendário, desprezado pela civilização.¹ No dia 10, em visita à capital do Amazonas, o presidente pronunciou um discurso de grande impacto, que ficou conhecido posteriormente como o *Discurso do Rio Amazonas*, que foi distribuído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão oficial do governo responsável.² Entre 1941 e 1945, comemorou-se o aniversário da palestra com festas e explicações de líderes locais.³ Na sua fala, Vargas assinalou que o grande inimigo do progresso amazonense era o espaço imenso e despovoado, considerado o grande entrave da integração da economia amazônica à nacional. As alegorias faziam referência ao futuro que estaria reservado à região, tendo como um novo marco histórico o dia 10 de outubro de 1940. A partir daquele momento o país inteiro teria os olhos voltados para a Amazônia:

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento.⁴

¹Brasil. *A visita do presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas*. Manaus: Imprensa Pública, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Amazonas, 1940, p. 9.

² Na seção de Periódicos da Biblioteca Nacional e no Arquivo Getúlio Vargas (AGV), encontram-se algumas cópias de divulgação do “Discurso”. Este acervo encontra-se sob guarda do CPDOC.

³ Não foram encontrados registros de comemorações ao “Discurso do Rio Amazonas” posteriores a 1945.

⁴ Vargas, Getúlio. O Discurso do Rio Amazonas. *Cultura Política – Revista de Estudos Brasileiros*, v. 1, n. 8, 1941, p. 228-229.

Durante a viagem, Vargas, em visita ao 8º destacamento militar de Belém, anunciou um plano de saneamento para a região, que seria formulado com o apoio de duas instituições que faziam pesquisas científicas na Amazônia desde 1935: o Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN) e o Serviço de Estudo das Grandes Endemias (SEGE).

2.2 – Do Plano de Saneamento da Amazônia ao fracasso da Batalha da Borracha (1941-1945)

O *Plano de Saneamento da Amazônia* era liderado pelo presidente do SEGE e líder do IPEN: Evandro Chagas. Junto ao médico, existia a *Comissão de Saneamento da Amazônia*, da qual faziam parte Felipe Nery Guimarães, Ernani Agrícola, João de Barros Barreto e Valério Konder. Em poucos meses, conseguiram realizar um grande inquérito, produzindo 20.000 fichas de doentes, envolvendo 48 cidades do Vale Amazônico. Tendo como base esses dados, foram levantadas informações sobre as condições de ocorrência da doença, incluindo características dos domicílios, características ambientais da área peridomiciliar, existência de focos de transmissão e, por fim, um mapeamento das áreas endêmicas. Após a morte de Evandro Chagas, em 1940, a *Comissão de Saneamento da Amazônia* foi reestruturada, passando a ser composta por João de Barros Barreto, Ernani Agrícola, Manuel J. Ferreira e Valério Konder. O posto ocupado por cada membro da equipe é revelador da importância dada ao plano por Vargas e Capanema: João de Barros Barreto era o diretor do principal órgão de saúde pública do país, o DNS; Ernani Agrícola foi nomeado em 1941 o diretor do Serviço Nacional de Leprosia; Manuel José Ferreira era médico com especialidade em malariologia e Valério Konder era o responsável pela 2ª Delegacia Federal de Saúde. Uma primeira apresentação do *Plano de Saneamento da Amazônia* foi enviada ao Ministro Capanema em 14 fevereiro de 1941 e publicada em forma de relatório de recomendações em dezembro de 1941 nos *Arquivos de Higiene*, periódico do Departamento Nacional de Saúde (DNS).

O relatório da Comissão estava alinhado à concepção do Estado Novo sobre a região: uma área inabitada e, além disso, inabitável, justamente por causa da malária. A

conquista, além de física, deveria ser sanitária. Segundo essa premissa, os povos amazônicos enfim encontrariam a redenção, após afastar esses problemas. O Estado seria o veículo de recuperação da Amazônia através da ação coordenada e centralizada no DNS, via serviços nacionais criados em 1941, principalmente os da malária, lepra e tuberculose. Nesse sentido, o Plano de Saneamento da Amazônia é uma das expressões da política de saúde que se conformava desde 1937 e se consolidava em 1941.⁵ A partir de 1942, a Comissão de Saneamento sofreu cortes de verba em função de fatores externos, como as negociações Brasil-EUA para a assinatura dos Acordos de Washington. Interesses do governo brasileiro e pressões norte-americanas levaram os dois países a assinarem o tratado bilateral, fatores decisivos para o fim do Plano de Saneamento da Amazônia. O contexto externo interferiu diretamente nesta ação, a partir da situação de guerra e de pressões dos Estados Unidos para a assinatura de acordos econômicos. O resultado foi o abandono do plano de saneamento original devido à criação de um novo órgão, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que se tornou responsável pelas ações de saúde e saneamento no Vale do Amazonas.

Concomitante ao contexto interno, ocorria, nos anos 1930 a 1940, uma aproximação entre os governos brasileiro e estadunidense, fruto de uma equidistância pragmática que o governo brasileiro procurava manter entre as duas potências militares e econômicas do período: Estados Unidos da América e Alemanha.⁶ Essa política conduziu à declaração de neutralidade em julho de 1939, aumentando o poder de barganha do Brasil nos anos seguintes. Porém, no ano de 1942, a neutralidade perdeu força entre seus seguidores. Fatores externos motivaram essa mudança, como o bombardeio à base militar norte americana de Pearl Harbor em dezembro de 1941, em conjunto com pressões internas resultantes de acontecimentos capitais, como o bombardeio a navios brasileiros no nordeste.⁷ Em 3 de Março de 1942, o governo brasileiro firmou os “Acordos de Washington”, acordos militares que, entre suas cláusulas, previam a fixação de preços para a compra de uma série de produtos brasileiros. Interessava aos norte-americanos aumentar a produção de matérias-primas de importância estratégica na situação de

⁵ Sobre as políticas de saúde na Era Vargas, Cf. Fonseca, Cristina, op. cit.; Hochman, Gilberto. A Saúde Pública em Tempos de Capanema: Inovações e Continuidades. In: Helena Bomeny (Org.). *Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 127-151, e Hochman, Gilberto, 2005, p. 199-226.

⁶ Moura, Gerson. *Autonomia na dependência – A política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

⁷ Idem, *ibidem*.

guerra vigente. A borracha adquiriu este *status* porque os grandes centros produtores de látex estavam ocupados pelos países que constituíam o chamado “Eixo do Mal” (Itália, Japão e Alemanha). Segundo o acordo, para o aumento de produção da borracha deveria ser feito um prévio saneamento da região a ser explorada, o vale do Amazonas. Assim, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) foi criado com o objetivo de controlar doenças (principalmente a malária) e dar assistência aos trabalhadores que chegariam à região.

Nos primeiros anos do Serviço Especial de Saúde Pública, foi criada uma rede de 34 unidades sanitárias no vale do Amazonas e realizados diversos programas de rádio e filmes pelo Serviço de Educação Sanitária do SESP. Todavia, o programa de incentivo à produção da borracha e o desempenho do SESP foram avaliados negativamente por Djalma Batista, renomado médico local que, embora reconhecendo os méritos do SESP, criticou a falta de unidade da direção do serviço, que teria trazido soluções norte-americanas para problemas regionais:

Sei que o SESP contratou médicos e engenheiros, vem treinando enfermeiros e guardas; tem feito, em 30 localidades do vale, inspeções preliminares, luta antilarvária, drenagem dos pântanos, medicação preventiva e curativa (...) construiu centros de saúde em algumas cidades e dois hospitais, em Santarém e Breves; promoveu a educação sanitária (...) Julgo, porém, que a tudo tem faltado unidade de pontos de vista na direção (já foram vários os dirigentes dos setores paraense e amazonense). Houve também choques inevitáveis, entre técnicos brasileiros e americanos. A direção-geral, até meados de 1944, entregue a sanitaristas americanos (...) não foi feliz: procurou trazer, para problemas especificamente regionais, as soluções obtidas nos Estados Unidos. Ainda hoje é um sério problema esse da cooperação (...). Esses fatos, no seu conjunto, têm entravado grandemente o desenvolvimento das atividades saneadoras na Amazônia.⁸

Em 1944, começaram a surgir críticas da Associação Comercial do Amazonas (ACA), que apoiou o programa desde o início. Cosme Ferreira Filho, sócio benemérito da organização, fez críticas fortes à Rubber Development Corporation (RDC), instituição responsável pelo plano de recuperação da borracha:

Desde que se iniciou na Amazônia a execução do programa de borracha surgiram dúvidas sobre o seu êxito (...) sua planificação [foi] feita à revelia dos elementos do comércio, da indústria, da produção e da administração pública regionais, íntimos conhecedores das condições que regem a produção de nossa borracha, (...) as usinas de

⁸ Batista, Djalma. *O Paludismo na Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, 1946, p. 190.

beneficiamento de borracha foram submetidas a um regime de intervenção de seus processos de trabalho ; proibiu-se a fabricação de essência de pau-rosa; extinguiu-se a produção de castanha, negando-se-lhe transporte; impunha-se, de modo geral a limitação das restantes indústrias extrativas da Amazônia, para que todos os braços se voltassem para a colheita do látex e, por, fim, estabeleceu-se a consignação obrigatória de borracha ao banco [de crédito da borracha].⁹

A ACA calculou que o custo de vida entre 1939 e 1943 crescera 103% e que, considerando somente o período entre março de 1942 a outubro de 1943, o custo crescera 42,6%. As críticas da ACA se ressentem principalmente da maneira como a RDC se impôs, pois no ano anterior, assim como no início do programa, o órgão recebeu de forma bastante positiva a ação norte-americana na Amazônia. Além da questão econômica, o projeto teve como maior consequência o drama humano dos trabalhadores que foram para a região em busca de melhores condições de vida: os chamados “Soldados da Borracha”.

Os números divergem em relação ao total de mortos, mas ao menos uma estimativa do número total de ‘soldados’ demonstra as trágicas consequências do programa de migração para a Amazônia: 39.995 (estimativa) pessoas foram enviadas à região e grande parte permaneceu lá. Samuel Benchimol, que esteve em contato durante dois anos com os imigrantes, afirmou que “a história das imigrações humanas jamais registrou um drama de igual proporção, somente comparável com os judeus no êxodo”.¹⁰ Complementando sua avaliação, prosseguiu:

As seringueiras vão ser sangradas, e de seu choro e de seu látex surgirão os pneus das fábricas para os aviões de guerra combaterem muitas batalhas. Os aliados ganharam a guerra, mas o seringueiro ficou sozinho, na solidão da mata e nos ermos da floresta, sem poder comemorar a vitória, porque a sua – a Batalha da Borracha – não teve para ele, nem começo nem fim.¹¹

Um editorial de Costa Rêgo (à época, editor do “Correio da Manhã”) no Boletim da Associação Comercial do Amazonas traçou um triste histórico para a região:

E lá se foi a missão chefiada pelo Sr. Sousa Costa rumo a Washington (...). Incluía um técnico em algodão, outro em finanças, além do próprio Sr. Sousa Costa (...). Apenas não incluía ninguém que entendesse do assunto gomífero, ninguém portanto capaz de defender

⁹ Boletim da ACA, ano II, n. 31, fev. 1944, p. 5.

¹⁰ Benchimol, Samuel, 1977, p. 257.

¹¹ Idem, p. 309.

os interesses da Amazônia e com eles a própria sobrevivência de dois milhões de brasileiros (...). Organizaram serviços oficiais de alto custo, com pessoal numeroso e incompetente, sem direção adequada e cujo fracasso se traduziu pela inutilidade que lhes caracterizou a ação durante dois anos consecutivos. (...) destruíram a ordem econômica da Amazônia e seu aparelho de produção, por efeito de intervenção direta numa e noutra, desprezando tudo o que existia, (...) tudo foi em vão (...). Provam-no de sobra os dois anos decorridos entre o primeiro e segundo convênio de Washington, sem que haja sido alcançado num um só dos objetivos do primeiro. (...) E o pior é que tudo isso, ainda assim, se reveste de importância secundária, ante a gravidade infinitamente maior da circunstância de não se ter aproveitado de uma oportunidade que jamais se repetirá, de transformar a mísera Amazônia numa fonte colossal e inesgotável de riqueza e prosperidade para a nação brasileira. Não se esquecerá a História, quando sobre o caso for chamada a pronunciar seu veredito.¹²

Em termos econômicos, a “batalha da borracha” também foi um grande fracasso. A expectativa era exportar 50.000 toneladas/ano para o exterior. Entre 1942 e 1944, o máximo de exportação atingiu 21.192 toneladas no último ano. Os americanos não consideraram as diferenças locais, além de se integrarem ao comércio dos aviadores (donos dos seringais) da região, que submetiam os seringueiros a um regime de quase escravidão.¹³ Tal situação ocorria devido à proibição para o trabalhador de vender sua borracha a outros negociantes, e o patrão muitas vezes empregava capangas para reforçar o acordo e desencorajar quem quisesse desertar.¹⁴ Agnello Bittencourt, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Amazonense, criticou os ‘soldados’ escolhidos:

Não foi um pessoal selecionado para o fim que o destinou o empreendimento. Boa parte não passou desta capital (Manaus). Vagabundos e inadaptáveis vieram misturados a homens honestos e dispostos a trabalhar, causando sérias inquietações à polícia e despesas para os cofres públicos.¹⁵

É importante a contextualização dessas opiniões. A guerra acabara (7/9/1945) e o Estado Novo enfrentava forte oposição interna, levando o governo a marcar eleições gerais em dois de dezembro de 1945. No mesmo ano, durante as comemorações do quinto aniversário do “Discurso do Rio Amazonas”, Ruy Mário de Medeiros, ex-presidente do Banco de Crédito da Borracha, discursou para a Sociedade Paraense de

¹² Boletim da ACA, ano III, n. 33, 04/1944.

¹³ Dean, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 147

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ Boletim da ACA, ano IV, n. 48, 07/1945, p. 34

Estudos Econômicos. O tom de seu discurso foi pessimista, afirmando que a exploração da Amazônia até o momento desprezara totalmente a economia regional. Relembrou também as decepções do último período de queda da borracha, no início de século. E, por fim, propôs a expansão de negócio das culturas amazonenses, plantando cana, milho e feijão como forma de a região superar o fracasso da “Batalha da Borracha”. Os projetos do governo Vargas para a região amazônica resultaram, pois, em péssimo desempenho econômico e imenso drama humano. A Amazônia, que, enfim, encontraria em Vargas o seu novo descobridor, continuaria, na visão dos políticos da época, uma região alienígena ao território nacional.

No novo período que se iniciava, a região continuava a ser um problema aos olhos do Estado Brasileiro, mas sob um novo contexto democrático, encerrando a ditadura de Getúlio Vargas. Nessa perspectiva, a Amazônia fora agraciada por um dispositivo constitucional na carta de 1946, que deu origem à Comissão do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (CEPVEA), a qual seria responsável pela elaboração e fiscalização dos projetos que visassem ao desenvolvimento da região. Tal ato teria origem também no processo histórico vivido pela localidade desde o início dos anos 1940, no qual grandes planos não saíram do papel e, segundo os homens que entrariam no poder após o período ditatorial, necessitava de recuperação. A seguir, destacaremos os momentos de definição da Valorização Econômica da Amazônia, tendo em vista os conceitos de desenvolvimento e de Amazônia que serão trabalhados pela agência regional. Desta forma, serão privilegiados os acontecimentos que influenciaram os rumos do debate do período: a proposta constitucional do deputado Leopoldo Peres (PSD/AM), a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Batalha da Borracha, e, por fim, as ideias contidas nos documentos de atividade inicial da SPVEA (Programa de Emergência e Primeiro Plano Quinquenal).

2.3 – A Valorização Econômica da Amazônia entre pessedistas, udenistas e comunistas

Como apontamos no capítulo anterior, o cenário mundial pós-guerra e a reconstrução da Europa sob a égide do Plano Marshall contribuíram para que se alterassem as formulações teóricas acerca do papel dos Estados nacionais nos processos de desenvolvimento dos países latino-americanos. Passou a ser predominante a ideia de que a intervenção do Estado na economia não era somente benéfica, mas necessária para o desenvolvimento econômico. Tratou-se de afirmar uma visão sobre o papel do Estado nos processos de desenvolvimento que se contrapunha a um conjunto de ideias que defendiam o mercado como o melhor instrumento para dirigir a alocação dos recursos com vistas à promoção do desenvolvimento de diferentes regiões e nações. As décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial ficariam marcadas, em termos gerais, pelo relativo otimismo em relação às possibilidades de generalização do desenvolvimento e à necessidade da participação do Estado nacional nesses processos. Também ganhou impulso o pressuposto da eficácia do planejamento e do desenvolvimento, que poderia ser alcançado por meio de uma racionalização da aplicação de capitais, principalmente sob a coordenação estatal.¹⁶

Este contexto relaciona-se diretamente aos planos e políticas para a Amazônia no pós-guerra e o panorama político brasileiro após os quinze anos de governo de Getúlio Vargas, sendo oito deles, um período ditatorial, cujo fim relacionou-se aos acontecimentos vividos pelo Brasil e pelos países ocidentais. Do lado externo, a vitória dos países aliados na guerra, comprometidos com os valores e ideias liberais, influenciaram de forma determinante na queda de Getúlio Vargas. Internamente, mesmo com o apoio de segmentos expressivos da população, sofreu pressões de diversos setores, como empresários, bacharéis, militares de alta patente, além de intelectuais comprometidos com princípios liberais.¹⁷ A transição política do Estado Novo à nova ordem democrática foi permeada por contradições, pois, de um lado, pode ser entendida como um momento de ruptura que apontou alternativas de transformação do antigo

¹⁶ Monteiro, Maurílio de Abreu; Coelho, Maria Célia Nunes. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v. 7, n. 1, jun. 2004, ISSN 1516-6481, p. 93.

¹⁷ Delgado, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, p. 129.

regime político, e, por outro, um marco de permanência na mudança, pois a transição foi pressionada pelas elites e pelo próprio governo que estava sendo destituído.¹⁸

Diante do novo contexto, só restava ao governo integrar-se ao processo em curso, procurando dirigi-lo, para assim evitar o afastamento definitivo de Getúlio Vargas do cenário nacional. Ademais, poderia também criar instrumentos de controle que garantissem a manutenção de bases materiais e simbólicas para a preservação do poder na nova ordem que se anunciara. Entre os atos do período de transição, estava a convocação de eleições proporcionais para o parlamento, convocação de eleições majoritárias para presidente da república e implantação de um sistema pluripartidário de bases nacionais, este último possível graças à lei Agamenon, de 1945, que adotou a abrangência nacional como condição *sine qua non* para a formação e registro de partidos políticos. Desta forma, rompeu-se de forma definitiva a tradição brasileira de estruturação partidária regional, que durante anos fortaleceu o poder das oligarquias locais. A lei buscava dar dois sentidos ao sistema partidário: o pluralismo e a abrangência nacional.

Como consequência, configurou-se, ao contrário do pluralismo idealizado, uma estrutura triangular de disputa pelo poder, formada pelo partidos que se destacaram nas urnas: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).¹⁹ Os três partidos representaram as oposições presentes na vida política brasileira do período: o getulismo (posteriormente trabalhismo), incorporado e defendido pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD; e o antigetulismo, representado pela UDN, que reuniu todos os principais opositores do ditador deposto. Após as eleições de 2 de dezembro de 1945, os eleitores escolheram os deputados que fariam a quarta constituição do Brasil desde 1889. Entre as principais discussões envolvendo a Amazônia, estava a situação econômica da extração gomífera após o *débâcle* da Batalha da Borracha e a situação dos imigrantes que estiveram na região para colaborar com o esforço de guerra. A partir dos discursos dos políticos, é possível compreender o sentido da valorização econômica da Amazônia neste contexto e, principalmente, perceber tal projeto como um esforço integrado das bancadas do Amazonas e do Pará, em especial os partidários do PSD, o qual abrigou desde ex-interventores (Álvaro Maia/AM e Magalhães Barata/PA) até antigos colaboradores que

¹⁸ Delgado, op. cit., p. 131.

¹⁹ Idem, p. 135.

exerceram cargos no governo de Vargas, podendo assim, identificar certa linha de continuidade política nos discursos sobre a região, como um lugar com problemas de saúde, cujo clima era caluniado, além do “discurso do abandono” e “da reparação”, que reafirmavam a situação de eterno desamparo da região.

Nos pronunciamentos da Câmara, a responsabilidade pelos fracassos políticos da região sempre recaíam em administrações anteriores, que nunca teriam se esforçado o suficiente para o soerguimento do vale amazônico. O detalhe é que a maioria dos parlamentares havia participado dos governos anteriores, porém a culpa, na maior parte dos discursos, recaía no poder central, e não nas administrações regionais. O PSD, por exemplo, tinha em seus quadros políticos conhecidos à época como “raposas”, considerados habilidosos em costurar alianças e projetos. Essa característica rendeu ao partido o papel de fiador da estabilidade política do regime de 1946.²⁰ Dito de outra forma, o partido não havia nascido por geração espontânea, mas por deliberação da própria elite dominante no período autoritário anterior, no sentido de criar instrumentos que lhe permitissem operar a transição para um regime democrático.²¹

É neste contexto que se insere a fala de Leopoldo Peres sugerindo o dispositivo constitucional para a recuperação econômica da Amazônia. O deputado do PSD fora, antes de seu ingresso na constituinte, deputado estadual pelo Amazonas e, no período do Estado Novo, chefe de gabinete do então interventor do estado, Álvaro Maia, além de Presidente do Conselho Administrativo do Estado.²²

Em 8 de maio de 1946, Peres apresentou à Comissão Constitucional um pedido, subscrito por toda a bancada do Acre, Pará, Mato Grosso e Goiás, requisitando que a Amazônia e sua recuperação fossem parte integrante do texto constitucional.²³ A emenda contava com a assinatura de 75 deputados, dos diversos partidos, dentre eles, Café Filho, do Partido Social Progressista (PSP) do Rio Grande do Norte, Flores da Cunha, da UDN do Rio Grande do Sul, e Hermes Lima, da UDN do distrito federal.²⁴ Sete dias depois, o deputado faria a defesa de seu projeto. A Amazônia constituía para

²⁰ Hippolito, Lucia. *De Raposas e Reformistas – O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986, p. 22.

²¹ Idem, p. 48.

²² Ver Braga, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946 - Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, Coordenação de Publicações, 1998.

²³ Brasil. Diário do Congresso Nacional. 8/05/1946, p. 1560.

²⁴ Idem, 19/05/1946, p. 1943.

ele o problema nacional por excelência, o mais árduo e complexo pelo qual o país passava. Sua justificativa baseava-se no dispositivo da constituição de 1934, que dedicava 4% da renda nacional à defesa permanente contra as secas no nordeste.²⁵ A Amazônia, como uma região que traria problemas tão graves quanto, mereceria especial atenção por parte dos políticos. Como os problemas da região, em especial a colonização e o saneamento, não teriam uma solução imediata, seria necessário um plano em longo prazo, cujo reflexo seria um dispositivo constitucional. Outra justificativa do deputado passava por um discurso comum do período do Estado Novo: o abandono histórico.

Não é possível (...) que a Amazônia continue a ser o que sempre foi nestes quase sessenta anos de vida republicana, (...) não é possível que a Amazônia continue a ser, em atestado desabonador para o critério de nossos estadistas, uma região quase mitológica, acervo apenas do lendário brasílico, terá ignorada (...) e tanto mais brasileira quanto mais repulsada pelo Brasil.²⁶

Assim, a região não poderia ser relegada à própria sorte, “à mercê dos ciclos climáticos de uma economia arrasadora e dispersiva”, como estaria ocorrendo nos últimos séculos e, em especial, durante os regimes republicanos.²⁷ Peres cita como exemplo de abandono do poder central a negativa dada à proposta do então deputado (e também romancista) Araújo Lima na constituição de 1934, que objetivava organizar um serviço especial de colonização para a localidade, mantido pela União. Em sua concepção, a história da Amazônia se resumia até aquele momento, a um período de exploração irracional e busca de lucro fácil:

Essa terra não é inferno nem paraíso; não é terra misteriosa nem paradoxal (...) é simplesmente uma terra lastimavelmente fraudada e saqueada. Uma terra que atingiu a decrepitude em plena adolescência. (...) Entrou em crise antes da perfeita formação. Decaiu antes de alcançar a maturidade. Envelheceu na plenitude da mocidade. Uma terra precocemente valetudinária.²⁸

²⁵ Art 177 - *A defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União, que dependerá, com as obras e os serviços de assistência, quantia nunca inferior a quatro por cento da sua receita tributária sem aplicação especial.* Cf. BRASIL Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 22/07/2010, 3h10min.

²⁶ Brasil. Diário do Congresso Nacional. Anais, vol. IX, 1948, 15/05/1946, p. 145.

²⁷ Idem, ibidem.

²⁸ Idem, p. 146.

A recuperação da Amazônia não seria, portanto, um favor, um privilégio, um gesto munificente ou magnânimo dos poderes federais. Seria uma restituição histórica para a região. A estratégia do deputado em associar a região ao nordeste era clara, ao afirmar que, se a União tinha gasto cerca de 1 bilhão e 395 milhões de cruzeiros no combate às secas e assistência às populações fustigadas pela estiagem, nada mais justo que ocorresse uma inversão dos dinheiros federais para a solução de um problema que, assim como o do nordeste, era eminentemente nacional. Fernandes Távora, deputado pela UDN do Ceará, interveio no discurso de Leopoldo Peres com o intuito de concordar e reforçar os pedidos de ajuda às localidades do extremo norte. Porém, junto com os elogios, viriam as críticas ao período de Vargas no poder. Alegou que já tinha avisado sobre a situação de abandono da Amazônia durante os debates da Assembleia Constituinte de 1934, pois as fronteiras nacionais ficariam despovoadas. Para o deputado cearense, a “coisa mais ridícula que um governo poderia pretender” era o saneamento da região que o governo Vargas tentou realizar: “uma fantasia de saneamento”, nas palavras de Távora, pois “quem fala em sanear a Amazônia não a conhece”.²⁹

Hugo Carneiro, deputado pelo PSD do Acre discordou de Távora, pois o plano de saneamento, mesmo forjado em tempos de ditadura, teria sido um grande programa com falhas na execução e seus idealizadores não poderiam ser culpados pelo fracasso.³⁰ Álvaro Adolfo, senador pelo PSD do Pará, fez notar que a ferrovia Madeira-Mamoré seria um exemplo perfeito de êxito das políticas de saneamento, já que na região não grassavam mais as endemias de outrora. Para Dário Cardoso, do PSD de Goiás, a única coisa que estava sendo feita para a população do extremo norte era taxá-la de indolente e preguiçosa.³¹ Citando o “Discurso do Rio Amazonas”, Leopoldo Peres destacou que apenas durante o governo de Getúlio Vargas a Amazônia conseguira inaugurar uma verdadeira política de reestruturação e soerguimento econômico. Agostinho Monteiro, da UDN do Pará, e Severiano Nunes, da UDN do Amazonas discordaram veementemente da afirmação. Por fim, o deputado amazonense divulgou o dispositivo constitucional:

²⁹ Brasil. Diário do Congresso Nacional. Anais, vol. IX, 1948, 15/05/1946, p. 148.

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ Idem, *ibidem*.

Art. – A valorização econômica da Amazônia, de modo a possibilitar-lhe o efetivo enquadramento na órbita da economia brasileira, constituirá encargo nacional e serviço permanente da União.

1º Para a execução desse serviço, (...) ficam reservados 4% da receita tributária, sem aplicação especial, nos orçamentos federais.

2º Os Estados e territórios compreendidos naquela região, e seus municípios, reservarão 4% das receitas.

3º No primeiro semestre de cada ano financeiro, submeterá o Poder Executivo ao Congresso Nacional um esquema de trabalhos realizados e das despesas efetuadas.

4º (...) Poderá o Brasil, mediante os convênios ou tratados que se fizerem necessários, interessar na execução do plano de recuperação econômica da Amazônia as nações vinculadas à economia ou ao sistema hidrográfico do vale.³²

Em 19 de maio, a votação da emenda foi julgada. Entre os seus defensores, estavam Waldemar Pedrosa (Senador/PSD/AM), Deodoro da Mendonça (Partido Popular Sindicalista – PPS/PA) e Magalhães Barata (PSD/PA), antigo interventor no Pará durante o Estado Novo. O primeiro afirmou que a Amazônia revestia-se de importância internacional, pois a produção de borracha para os aliados fora o principal fator da vitória na Segunda Guerra Mundial perante o nazismo e o fascismo.³³ Segundo o senador, o problema amazônico era um dos grandes imperativos do Brasil e permanecera, até então, sem o amparo devido, sem recursos para que a região pudesse se desenvolver.³⁴ A Amazônia seria a região mais “atrasada” do país, por não ter tido as mesmas oportunidade que o sul de garantir seu próprio desenvolvimento. Magalhães Barata utilizou como justificativa para a emenda o abandono histórico destinado à região pelos regimes republicanos.

O nordeste há muito vem sendo protegido pelos governos, com as obras de defesa contra as secas. Os estados sulistas têm sido igualmente ajudados. Faltávamos somente nós da Amazônia, que vimos de obter duas vitórias nessa comissão que ora presenciamos e a de organização permanente da defesa contra as inundações, mal de que tanto nos ressentimos.³⁵

Para Deodoro de Mendonça, a necessidade de aprovação da emenda deveria passar necessariamente por uma recuperação econômica baseada em saneamento, povoamento

³² Brasil. Diário do Congresso Nacional. Anais, vol. IX, 15/05/1946, p. 143.

³³ Brasil. Diário da Assembleia, 19/05/1946, p. 1943.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ Idem, *ibidem*.

e educação, pois o maior mal da região era o desamparo do povo amazônico, “indefeso diante das endemias mortíferas, resignado pela ignorância a uma existência melancólica que a solidão transforma em ambientes selvagens”.³⁶ As discussões continuariam na câmara. Entre os tópicos dos debates estavam até mesmo a palavra recuperação econômica da Amazônia, criticada por Leopoldo Neves (PTB/AM). Para o deputado, “recuperar” significaria reaver algo que se perdeu e a região, de forma alguma, estaria perdida. Caso a câmara aceitasse o termo estaria passando um “atestado de incompetência”.³⁷ Para Leopoldo Peres, o sentido de “recuperação” residia em dois fatores: a reparação aos abandonos e a recuperação econômica, assim esta seria uma palavra “atualíssima”, pois se referiria à restauração do extremo norte.³⁸

Álvaro Adolfo, senador eleito pelo PSD paraense, defendeu a saúde como fator fundamental para as estratégias de soerguimento do vale amazônico. Inicialmente, o senador afirmou que o atraso no desenvolvimento econômico de toda a região vinha da desproporção entre população e território, sendo desta forma, vital uma nova leva de imigração, inclusive estrangeira, para lá. O senador apontava que uma das chaves para a valorização, seria o “desafogo” desse contingente populacional para a Amazônia. Assim, a localidade revestir-se-ia de importância no cenário global. Outro fator para a receptividade desse excedente populacional seria o clima da região, favorável, e não impeditivo, à instalação do homem estrangeiro na região. Mas para o povoamento ser efetivamente levado a cabo, uma das exigências para a fixação do homem seria a salubridade do local:

Tem sido o estado de insalubridade o responsável por todas as acusações que se fazem contra o clima amazônico. Restitua-se (...) a salubridade que apresentava antes da invasão do impaludismo, sem contar as outras endemias que menos afetam a vida das populações e prejudicam a produção econômica, como a verminose, e teremos um dos rincões mais sadios do Brasil e um dos ambientes mais favoráveis no desenvolvimento da riqueza nacional, da civilização e da cultura.³⁹

Para o senador, a malária era o grande fator de entrave à população – além de constituir o mais poderoso embaraço para a recuperação econômica da região – e sua extinção seria a chave para a solução de todo o problema sanitário. Adolfo justificara a urgência

³⁶ Brasil. Diário da Assembleia, 22/05/1946, p. 1982.

³⁷ Brasil. Anais da Assembleia Constituinte, 28/5/1946, p. 334 (publicado em 1948).

³⁸ Idem, p. 335 (publicado em 1948).

³⁹ Brasil. Diário da Assembleia, 29/05/1946, p. 2157.

em acabar com a enfermidade com o argumento de que sua proliferação na mata atrapalharia a fixação do homem, por meio de uma colonização efetiva e no próprio cotidiano do trabalhador que iria para as florestas.⁴⁰ Como exemplo de saneamento, o senador citou a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, cujos índices de morbidade teriam chegado a zero. Fernandes Távora, (UDN/CE), interrompeu a fala do senador, sendo interpelado por Ademar Rocha (UDN/PI):

Fernandes Távora – Vossa Excelência pensa que a simples construção da Madeira-Mamoré trouxe o saneamento para a região?

Álvaro Adolfo – Foi uma obra necessária à própria construção (...)

Fernandes Távora – A construção da Estrada foi feita à custa de quinino preventivo. Não houve saneamento, que é coisa diferente.

Ademar Rocha – O saneamento foi pelo menos de 80%. Morei lá e nunca tive nada.

Fernandes Távora – Vossa Excelência tomou quinino.

Ademar Rocha – Nunca tomei quinino

Fernandes Távora – Então foi um felizardo.⁴¹

Para Álvaro Adolfo, a concepção de saneamento passava pelo advento de novas tecnologias oriundas da Segunda Guerra Mundial. Segundo o senador, o período deveria ser encarado com otimismo, pois aumentavam a cada dia as possibilidades de saneamento menos custoso das zonas infectadas em climas tropicais, com o aperfeiçoamento da técnica e descoberta de novos agentes profiláticos, o que resultaria na supressão do principal agente de atraso da Amazônia. A única forma de extermínio da doença seria um plano de educação sanitária de longo prazo, cuja execução deveria ficar a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o que implicava, naturalmente, sua defesa da permanência do órgão bilateral e conseqüentemente de sua política de colaboração ao desenvolvimento econômico e social da região amazônica. A discussão expõe diferentes pontos de vista acerca do conceito de saneamento; porém, acentua a centralidade dos cuidados com a saúde como elemento vital para o sucesso da “valorização econômica”. Em 17 de julho, Álvaro Maia discursou em defesa da salubridade e do clima da região, que não impediriam a “marcha da civilização” para lá.

⁴⁰ Brasil. Diário da Assembleia, 29/05/1946, p. 2157..

⁴¹ Idem, ibidem.

Dessa forma, a Amazônia na fala dos deputados, seria uma região carente apenas de braços, pois não interessaria aos trabalhos da valorização econômica prefigurações “fantasiosas”.

Diante dos debates entre pessedistas e udenistas sobre os projetos de desenvolvimento para região, o Partido Comunista Brasileiro, através do deputado gaúcho Abílio Fernandes, também apresentou proposta, que se caracterizava por uma redistribuição de terras para os colonos da região amazônica. A emenda, da autoria de Luiz Carlos Prestes, previa que um terço da quantia reservada à execução do plano fosse destinada à distribuição de pequenos lotes aos camponeses sem terra, valorizando assim, a pequena propriedade. Ou seja, para os comunistas, a Valorização Econômica da Amazônia se daria também pela reforma agrária e incentivo.⁴² Em defesa da proposta, Fernandes alegou que a região não produzia gêneros alimentícios suficientes para seu consumo e que grande parte dos insumos viriam de outras regiões. Para o deputado, isso ocorria devido à falta de estímulo necessário à produção, pois “ao lado dos latifúndios existe a população miserável de caboclos”.⁴³ Reforçando sua tese, o deputado argumentou que os comunistas temiam que a quantia destinada à execução do Plano fosse aplicada em benefício total dos grandes seringueiros e latifundiários da Amazônia, em detrimento da população pobre.⁴⁴ Através dessas medidas, o PCB acreditava que o homem, enfim, se fixaria à terra e que a produção dos camponeses se integraria à economia nacional. Álvaro Adolfo, em discussão sobre a emenda, a rejeitou, pois a aprovação de tal dispositivo significaria de antemão uma medida restritiva ao plano em curso.

Para Adolfo, a Amazônia se constituía como uma região na qual o problema da divisão de terras não se apresentava, pois devido à sua extensão territorial, todos os homens que viessem a trabalhar lá teriam direito a um pedaço de terra, que poderia ser distribuído gratuitamente. Afinal, de acordo com o senador, na Amazônia não existiriam terras apenas para quem a habitasse, mas para uma população muito mais extensa. Álvaro Adolfo argumentou que, com o passar do tempo e com o plano em execução, naturalmente a tendência seria a extinção dos latifúndios, para a divisão de propriedade e a fixação do trabalhador. Para embasar sua afirmação, o senador citou o dispositivo 147 da constituição provisória, o qual previa uma justa distribuição de propriedade, caso

⁴² Anais da Assembleia Constituinte, vol. XXIV, 4/9/1946, p. 182 (publicado em 1950).

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

fosse condicionada ao bem estar social.⁴⁵ O autor da emenda, Luiz Carlos Prestes, tomou a palavra e, em resposta a Álvaro Adolfo, argumentou que a verba requerida pelo PCB deveria servir de ponto de partida para o plano de reforma agrária e de entrega de propriedades às massas camponesas sem terras. Citando o mesmo dispositivo anteriormente referido, afirmou que, ao invés de “poderá” o texto necessitaria dizer “deverá” em relação à distribuição de terras visando ao bem estar social. O comunista continuou sua argumentação:

Com redação desta natureza, esse dinheiro vai ser posto nas mãos dos comerciantes, dos seringalistas, dos grandes proprietários, e as massas camponesas continuarão a ser exploradas nos seringais da maneira bárbara que são exploradas hoje (...) queremos que os camponeses tenham sua economia e possam progredir. (...) Pleiteamos que, pelo menos um terço da verba seja destinada ao plano de reforma agrária. Somos contra os monopólios, contra os exploradores de seringueiros.⁴⁶

Lameira Bittencourt, deputado pelo PSD do Pará e ex-secretário geral do mesmo estado durante o Estado Novo, respondeu a Prestes em tom irônico, ao afirmar que “se não devemos partir de um princípio de confiança aos homens públicos, então não poderemos sequer legislar, porque esses homens públicos não cumprirão as leis que aqui votarmos”.⁴⁷ Por fim, a emenda número 2.879, da autoria de Luiz Carlos Prestes, foi quase unanimemente rejeitada. O PSD era um partido formado em muitos casos (especialmente a bancada da Amazônia) por políticos experientes, que integravam a elite política regional desde a Primeira República, tendo sido muitos deles colaboradores de Getúlio Vargas no Estado Novo. O PSD procurou sempre o ponto de equilíbrio entre posturas mais conservadoras, exigidas pelas bases, e mais modernizantes, preconizadas pelos membros mais jovens.⁴⁸ Sendo assim, o partido apoiou medidas como iniciativas desenvolvimentistas, luta pela extensão do voto, mas opôs-se a medidas que ameaçavam suas bases clientelistas, como reforma administrativa, extensão da legislação trabalhista ao campo e realização de uma reforma agrária radical.⁴⁹

⁴⁵ Anais da Assembleia Constituinte, vol. XXIV, 4/9/1946, p. 183 (publicado em 1950).

⁴⁶ Idem, p. 185.

⁴⁷ Idem, p. 184.

⁴⁸ Hippolito, op.cit., p. 49.

⁴⁹ Idem, ibidem.

O dispositivo constitucional serviu de inspiração para que outros parlamentares buscassem a melhoria de suas regiões. Manuel Novais (UDN/BA) utilizou a equidade como justificativa para sua emenda, pois a região do Rio São Francisco sofria do mesmo mal que a Amazônia: atraso, fome e miséria. Para o deputado, não seria lógico que a União organizasse um plano de aproveitamento apenas para a região amazônica, pois assim, o governo estaria se esquecendo de outra localidade que necessitava de amparos do poder público.⁵⁰ Concomitante às discussões sobre o dispositivo constitucional, a oposição udenista, representada por Aureliano Leite (UDN-SP) e Paulo Sarasate (UDN-CE), com o apoio de Café Filho (PSP-RN), articulava a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a chamada “Batalha da Borracha”; em mira, o fato de que grande parte dos homens que participaram do esforço de guerra não retornou para seus lares.

Nas discussões, destacaram-se os esforços de parlamentares do PSD em tentar minimizar o destino dos “Soldados da Borracha”. Café Filho, em 28 de maio, pediu que o governo desse informações sobre o paradeiro desses trabalhadores. Segundo o deputado, a desorganização econômica do nordeste tinha como principal causa a remessa de elemento humano para a Amazônia, despovoando sua região natal.⁵¹ Para Paulo Sarasate, a batalha da borracha causara ao nordeste mais prejuízo em material humano do que a campanha brasileira da Itália na Segunda Guerra Mundial.⁵² Em fala irônica, Ferreira de Sousa (UDN-RN) completou: “Apesar de ter o discurso do Rio Amazonas salvo todos eles...”.⁵³

Café Filho, em 16 de junho, afirmou que em seu estado de origem recebera muitos apelos para que o destino dos trabalhadores recrutados para a Campanha da Borracha fosse apurado, e não obtivera resposta até então, pois a *Comissão dos Acordos de Washington* (responsável pelo esforço de guerra) não lhe tinha passado o quantitativo exato dos homens que foram para a Amazônia.⁵⁴ Paulo Sarasate corroborou a denúncia de Café Filho ao mostrar um jornal cearense que revelava ser a soma dos mortos superior a 20.000. No momento, Pereira da Silva pediu a palavra, justificando o desaparecimento dos imigrantes, afirmando que os nordestinos não teriam voltado da

⁵⁰ Brasil. Diário da Assembleia, 22/06/1946, p. 2855.

⁵¹ Brasil. Anais da Assembleia Constituinte, 28/05/1946, p. 358 (publicado em 1948).

⁵² Idem, ibidem.

⁵³ Idem, ibidem.

⁵⁴ Brasil. Diário da Assembleia, 20/06/1946, p. 2752.

Amazônia porque teriam encontrado ambiente lá para se estabelecer e continuar a trabalhar. Eles estariam vivos, trabalhando pelo Brasil.⁵⁵ Cinco dias depois, Aureliano Leite faria um discurso inflamado, a partir da leitura de uma reportagem do Jornal do Brasil, que fazia uma descrição de terror dos fatos passados na “Campanha da Borracha”:

A ditadura cavilosa e desumana arrancou dos seus labores rurais, em plena guerra, 50.000 nordestinos, e fê-los marchar para a fome e para a morte, com a legenda negaceadora de – soldados da borracha – seduzindo-os com lérias de patriotismo e falsas promessas às regiões inóspitas da Amazônia. (...) O DIP [Departamento de Imprensa e da Propaganda], entupia as colunas da imprensa com uma publicidade rica de grosseiras fantasias, acerca daquela providência falaciosa do chefe nacional. (...) Essa tropilha getuliana não é inconsciente, mas, por certo, apresenta um índice de sadismo larvado. (...) Daqueles 50.000 brasileiros (...) 23.000 apodreceram na lama, sem pão, sem assistência médica, sem remédios para atenuar o febrão, a avitaminose. (...) Lá ficaram sepultos naquele deserto.⁵⁶

Aproveitando-se da presença do então senador Getúlio Vargas na tribuna, Aureliano Leite dedicou seu discurso ao “pai dos pobres”. A discussão polarizou-se em duas conclusões relacionadas diretamente ao local de onde os parlamentares explanavam: de um lado, udenistas, defendendo números cada vez mais altos de trabalhadores que teriam ido e falecido na Amazônia (os números apresentados variam de 20.000 a 50.000 nordestinos); por outro lado, membros da bancada governista, afirmando que os trabalhados que lá estavam tinham se estabelecido na região. O pessedista Álvaro Maia enumerou, por exemplo, as consequências benéficas da campanha da borracha: auxílio às nações unidas, incorporação da Amazônia ao Brasil, principalmente ao parque industrial de São Paulo; reabertura dos seringais amazônicos; renovação dos processos de comércio e criação de escolas tropicais para os filhos de seringueiros.⁵⁷ Os debates tornavam-se cada vez mais acalorados à medida que o requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito ganhava mais ressonância no parlamento, como o diálogo abaixo pode demonstrar:

Paulo Sarasate – (...) há três ou quatro dias, em Fortaleza, morreu em plena rua um ex-soldado da borracha. E há os que têm vindo a pé, da Amazônia, por falta de meios de condução.

⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁶ Anais da Assembleia Constituinte, vol. XV, 21/06/1946, p. 292 (publicado em 1948).

⁵⁷ Anais da Assembleia Constituinte, vol. XVII, 28/06/1946, p. 89 (publicado em 1948).

Pereira da Silva – (...) O homem que vai da Amazônia ao Ceará a pé é de uma resistência notável! Devemos (...) bendizer a campanha da borracha por ter descoberto homens de tal fibra! (...) vamos aguardar os fatos concretos, por o assunto não permite demagogia

Paulo Sarasate – Protesto contra o termo demagogo! Demagogo é a Vossa Excelência!

Pereira da Silva, após essas falas, buscou desviar-se do assunto em pauta, afirmando que o tópico mais importante daquele dia era a Conferência de Paz das Nações Unidas e não algo pertencente à outrora. A pressão udenista, em conjunto com a série de reportagens que eram publicadas em jornais como o *Jornal do Brasil* e periódicos como *Tribuna da Imprensa* e *O Cruzeiro*, colaboraram para a vitória do projeto de Café Filho. Por meio do requerimento número 236, foi aprovada a abertura de inquérito sobre a campanha da borracha.⁵⁸ A *Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha* teve como presidente Fernandes Távora (UDN-CE), vice-presidente Álvaro Maia (PSD-AM) e relator Paulo Sarasate (UDN-CE).

Foram tomados os depoimentos de personagens importantes no episódio: Péricles de Carvalho, diretor do Departamento Nacional de Imigração; Ezequiel Burgos, ex-médico do Serviço Especial de Saúde Pública; Paulo de Assis Ribeiro, ex-chefe do Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA); Felisberto Camargo, diretor do Instituto Agrônomo do Norte (IAN); Rui Mário de Medeiros, diretor do Banco de Crédito da Borracha (BCB) e Valentim Bouças, diretor executivo da Comissão de Controle dos Acordos de Washington. A comissão também recebera o depoimento de quatro ex-soldados da borracha. Devido ao pouco tempo de trabalho, em virtude do fim da constituinte (um mês e meio de funcionamento), a Comissão ressentiu-se, em seu relatório final, de mais depoimentos e conclusões.

Partindo dos depoimentos, a comissão chegou ao número de 53.399 pessoas que foram à Amazônia. Mas em relação à morte de trabalhadores, o total continuou inconclusivo, não se chegando, portanto, a um número exato. Entre os problemas destacados, estava o alimentar, pois nos seringais ”faltava de tudo”, e o abastecimento feito pela empresa responsável, a Rubber Development Corporation (RDC), era insuficiente e mal planejado.⁵⁹ Pelos depoimentos colhidos, muita farinha de trigo foi inutilizada, pois não encontrava consumo e, em muitos casos, o ingrediente foi atirado ao mar pelos

⁵⁸ Brasil. Anais da Assembleia Constituinte, vol. XVIII, 19/07/1946, p. 418 (publicado em 1948).

⁵⁹ Brasil. Diário do Congresso Nacional, 26/09/1946, p. 37.

estrangeiros. Rui Medeiros chegou a afirmar que ocorreu especulação desenfreada de alimentos básicos, superando a valorização da borracha naquele período. Em relação à assistência médica, o trabalho do SESP foi o único dentre os órgãos criados que mereceu elogios. Mesmo assim, como apontou Ezequiel Burgos, um grande número de óbitos ocorreu devido à falta de assistência médica nos hospedários, que deveriam prestar atendimento aos trabalhadores enfermos.⁶⁰ Pimentel Gomes, ex-diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, prestou depoimento sobre os “desajustados”, como eram chamados os homens que voltaram da campanha da borracha em situação sofrível.

Nas hospedarias do DNI e da SAVA, os imigrantes que chegavam robustos e esperançados cruzavam com os estropiados que retornavam dos seringais. Eu os vi, pobres e doloridos trapos humanos, vencidos pelas agruras do meio. Famílias desaparecidas em sua quase totalidade. Vi um imigrante que tinha perdido no interior do seringal, em poucos meses, toda a família numerosa. Vi algumas viúvas cobertas de luto, com dois ou três filhinhos. Vi casais que haviam enterrado, em pouco tempo, toda a prole. Vi acidentados.

A Comissão tomou como ponto de partida para suas deliberações a recuperação dos “desajustados”, recomendando ao governo federal que desse apoio financeiro tanto aos retornados quanto aos que ainda estavam lá. Um ponto essencial nas conclusões da Comissão Parlamentar foi a necessidade de um plano imediato de assistência social e econômica para a Amazônia. O depoimento de Valentim Bouças reforça este argumento, pois o diretor executivo da comissão de controle dos Acordos de Washington afirmou que era necessário proceder imediatamente a uma revalorização do homem e da sociedade amazônica, para que situações como a campanha da borracha não se repetissem. No relatório final, a necessidade de recuperação se sobrepôs às denúncias de corrupção e desmandos no relatório final da comissão. Este foi o tom dos discursos de encerramento da CPI. É possível afirmar que, no limite, mais que levar adiante uma caça às bruxas dos colaboradores do Estado Novo, as investigações conseguiram, ao seu término, impulsionar as intenções da bancada amazônica em ratificar a necessidade de recuperar a região e seus habitantes.

Promulgada em 18 de setembro, a Constituição de 1946 ratificava a importância que a região tinha adquirido no plano federal, ao apontar, em seu artigo 199, para a “valorização econômica da Amazônia”.

⁶⁰ Brasil. Diário do Congresso Nacional, 26/09/1946, p. 38.

Art 199 – Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo único – Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo federal.⁶¹

Este dispositivo constitucional relaciona-se diretamente ao novo lugar da Amazônia no rol das preocupações federais desde os anos de 1940, com projetos políticos como a *Marcha Para o Oeste*, o *Plano de Saneamento da Amazônia*, e o drama humano da *Batalha da Borracha*.⁶² Ao ser inserida na *Carta Magna*, a Amazônia passa a ser tratada à luz das modernas técnicas de planejamento e viu contemplada a necessidade de serem geradas alternativas econômicas e sociais para a região, pois com o fim da Segunda Guerra Mundial, acabara a motivação original para o aumento de produção da borracha.⁶³

No ano de 1947, diante da crise setorial no pós-guerra, criou-se a *Comissão de Defesa da Borracha*, pelo decreto 23.990, de 31 de outubro do mesmo ano, que mantinha por um triênio os preços mínimos para o produtor e protegia os industriais da borracha no mercado interno. O governo monopolizou a compra e estocou as quantidades do produto que excedessem as necessidades do mercado nacional.⁶⁴ A região também foi inserida no Plano SALTE (sigla que significava Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) do presidente Eurico Gaspar Dutra, anunciado em 1948 e promulgado em 18 de maio de 1950, através da lei nº 1.102.⁶⁵ Em campanha eleitoral, Getúlio Vargas retornou à Amazônia em 1950 e prometeu continuar o trabalho que fora interrompido pela situação de guerra. No discurso, Vargas culpou o vazio demográfico pelo atraso da região:

⁶¹ Brasil, *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 1946.

⁶² Para mais informações sobre a Amazônia nos anos de 1940, ver Secreto, Maria Verônica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “discurso do Rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, n. 40, jul-dez. 2007, p.115-135; e Campos, André Luiz Vieira. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas - O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

⁶³ D’araújo, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 19, ano 7, junho de 1992, p. 1.

⁶⁴ Brasil, Decreto-Lei 23.990, 31/10/1947 apud D’araújo, op. cit, p. 15.

⁶⁵ “Plano Salte”. Cf. Abreu et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2000, Versão CD-ROM.

Vim, amigos da Amazônia, para dizer-vos que, se eleito (...) hei de promover medidas adequadas ao reforçamento das vossas energias, pondo em execução o vasto programa que a guerra interrompeu. Nas outras questões que dizem respeito, administrativamente, ao vosso Estado, quero reafirmar-vos que persisto nos planos antigos. O grande inimigo da vossa prosperidade é, sem dúvida, o deserto, é a fraqueza dos índices demográficos. (...) O homem só, isolado, como Robinson Crusó – é homem perdido. Vivemos socialmente, progredimos em sociedade. Assim, o que necessitamos é evitar a dispersão e promover o aglutinamento das populações.⁶⁶

A dispersão demográfica, razão histórica apontada pelos governantes como principal elemento responsável pelo atraso da Amazônia, é presença constante nos discursos presidenciais desde o início da República. A situação de abandono das fronteiras geográficas do Centro-Oeste e da Amazônia transformou-se em um “espectro geopolítico” que rondou o Estado brasileiro ao longo do século XX, especialmente após a Revolução de 30.⁶⁷ A discussão se repetiu nos anos 50 seguintes sob um novo contexto. Neste período, os discursos e os debates se multiplicaram devido à maior participação política e à consequente ampliação do espaço adquirido para a discussão pública no regime democrático. O caso do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA) retrata bem esses novos tempos.

O IIHA foi uma proposta do cientista Paulo Carneiro, então representante do Brasil na Unesco. Os debates iniciaram-se na Constituinte de 1946. Durante a tramitação do projeto do IIHA no Congresso Nacional, surgiram visões conflitantes sobre a proposta, especialmente no que dizia respeito à participação estrangeira. Carneiro, o formulador, alegava que a cooperação internacional era a melhor estratégia para desenvolver a Amazônia e integrá-la ao território nacional. Já o principal opositor do IIHA, o então presidente Artur Bernardes, apontava o projeto como uma estratégia imperialista para a internacionalização da Amazônia. O Instituto não foi adiante, mas impulsionou a criação do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA).

⁶⁶ CPDOC – Centro de Documentação em História Contemporânea/Arquivo Getúlio Vargas – AGV. Campanha eleitoral de 1950: 1950.08/09.00/2.

⁶⁷ O autor insere neste referencial a construção de Brasília, na década de 1960 e da rodovia Belém-Brasília, nos anos de 1970, além da reforma das instituições de desenvolvimento regional, com a criação da Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do banco da Amazônia e da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Contudo, foi a partir do Programa de Integração Nacional de 1970, que a ocupação massiva, a qualquer preço, da Amazônia, começaria a ser deslançada. Cf. Pádua, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 6 (suplemento), setembro, 2000, p. 803.

O debate acerca do abandonado projeto do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e a criação, em 1952, do Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica (INPA) indicam que a Amazônia tornara-se uma questão, senão fundamental, ao menos relevante para os políticos da época e para o poder federal. Outro projeto para a região tinha origem no dispositivo constitucional de 1946, que deu origem a uma comissão para discutir a destinação dos recursos para a região. Tratava-se da Comissão Parlamentar da Valorização Econômica, criada em 1947 e que se manteve até 1964, ano em que encerrou suas atividades, por conta de reformulações na agência regional. Os debates culminariam, nos anos seguintes, na aprovação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953.

2.4 – Valorização Econômica da Amazônia em sua época: conceitos e demandas

A discussão conceitual em torno do desenvolvimento da região adotou a ideia de *Valorização* em face da conotação econômica do termo. Gestava-se aí uma estratégia de impor uma modernização sem, no entanto, provocar rupturas radicais e profundas no ordenamento social.⁶⁸ Dessa forma, as políticas estatais dos anos de 1950 adotaram a ideia de recuperação econômica, unindo esta concepção ao nacionalismo da época, presente nas conclusões dos intelectuais, de que a região constituía "um espaço vazio, economicamente improdutivo e politicamente perigoso".⁶⁹ Retomando a crítica sobre o caráter "monolítico" do discurso do desenvolvimento, feita por Grillo a Escobar, sugerimos que, para uma melhor localização histórica das múltiplas vozes do discurso desenvolvimentista, é necessário analisar como tais ideias foram apropriadas a partir de demandas locais, por meio da análise de fontes produzidas na época. A exposição e críticas destas fontes responderão as seguintes perguntas:

- Como o desenvolvimento amazônica era visto pelos *policy-makers* brasileiros dos anos 1950?

⁶⁸ Brito, Daniel Chaves. *A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia*. Tese de doutorado apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, Pará, 1999, p. 146.

⁶⁹ Idem, p.147.

- Quais demandas históricas estão contidas nos planos de valorização da Amazônia?
- Qual o lugar da região no contexto de formação de quadros técnicos da época?

Os processos decisórios das políticas governamentais de desenvolvimento da região amazônica envolveram um fator decisivo na formulação destes projetos: o nacionalismo. Esta ideologia, nucleada pelo debate do petróleo durante o segundo Governo Vargas, estava em franca ascensão, alimentando a conscientização sobre a racionalização da economia em favor do desenvolvimento nacional.⁷⁰ No caso da Amazônia, tais sentimentos nacionais estavam exacerbados em decorrência do episódio envolvendo a malfadada proposta de criação do IIHA. Assim, a Amazônia, em especial a partir do Segundo Governo Vargas (1951-1954), prosseguiu como foco de debates e definições acerca das prioridades para o desenvolvimento local.

Em decorrência da precariedade de dados, foi convocada entre agosto e novembro de 1951 uma conferência técnico-administrativa com a finalidade de levantar problemas e soluções para a região amazônica. O presidente da conferência foi Rômulo Almeida, na época, integrante do quadro da assessoria econômica de Getúlio Vargas e um dos principais expoentes do pensamento desenvolvimentista com viés nacionalista elaborado pelo setor público, que tinha como projeto econômico básico a industrialização planejada, fortemente apoiada por empreendimentos estatais.⁷¹ Segundo Almeida:

Nossa preocupação foi fugir de um tratamento sentimental do problema amazônico, mas, pelo contrário, mostrar objetivamente que a Amazônia brasileira dispõe de recursos para eficiente aproveitamento imediato, capazes de torná-la uma região florescente, crescendo sobre seus próprios pés e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países vizinhos e amigos do Continente.⁷²

Um resumo dos principais pontos da conferência foi apresentado pelo próprio Vargas, em sua mensagem anual de 1952, na seção dedicada aos problemas regionais. Para fins práticos, a região foi considerada na sua unidade geográfica e sócio-econômica e não

⁷⁰ Bielschowsky, op. cit., p. 323.

⁷¹ Idem, p. 242-243.

⁷² Brasil, *Valorização Econômica da Amazônia – Subsídios para seu planejamento - Relatórios e principais contribuições da conferência técnica sobre Valorização Econômica da Amazônia, reunida no Rio de Janeiro entre setembro e novembro de 1951, por determinação do Presidente Getúlio Vargas*. Imprensa Nacional, 1954, p. VI.

nas divisões políticas, mesmo que esse fator fosse levado em conta. Além do levantamento das condições de vida da população local, foi projetada uma expectativa de crescimento para a Amazônia em 20 anos.

Por mais que se incentivasse o plantio de arroz, açúcar (tendo em vista a criação de usinas para a produção de álcool), óleos vegetais, cereais, grãos leguminosos, hortaliças e frutas, a borracha acabou por merecer especial atenção, pois Vargas apontou como imperativa a formação de seringais de cultura criados através de plantios racionais e técnicos.

O presidente projetou também um programa de plantação de 30 milhões de seringueiras, num prazo máximo de 10 anos, a partir de 1952.⁷³ Com vistas à exploração racional da madeira da região, foi aprovado um programa envolvendo quatro etapas. A primeira, reunir e criticar os conhecimentos e dados existentes; a segunda, abordar em detalhes os diferentes aspectos do problema, tendo como meta a melhoria das condições preexistentes nas atividades florestais da região, além de criar novos núcleos de indústria florestal; a terceira, planejar a exploração racional dos recursos florestais da Amazônia; a quarta, dedicar-se à pesquisa e experimentação, além do ensino em caráter permanente. Dessa forma, seria possível obter no futuro próximo maior volume e variedade de matéria prima por unidade de mata trabalhada, possibilitando o controle da floresta, em regime de produção continuada. A mão de obra para esse trabalho deveria ser formada na própria região, com recursos ali disponíveis e através de cursos práticos nos moldes já adotados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).⁷⁴

Segundo Vargas, a iniciativa privada deveria ter sua atuação estimulada pelo governo, pois até o momento era quem tinha sido mais presente na região. A gerência e distribuição dos fundos rotativos que viabilizariam o Programa ficariam exclusivamente a cargo do Banco de Crédito da Amazônia. As verbas arroladas pelo plano seriam assim distribuídas, em cinco anos:

⁷³ Brasil, 1954, p. 4.

⁷⁴ Idem, p. 5.

Tabela 1:

**APLICAÇÕES PREVISTAS DE VERBAS DO PLANO DE VALORIZAÇÃO
ECONÔMICA DA AMAZÔNIA EM CINCO ANOS (1955-1960) EM MILHÕES
DE Cr\$:**

Saúde	674,8
Colonização e Imigração	34,2
Transportes	1.182,4
Produção Agropecuária	423,2
Produção Florestal	50,0
Petróleo e Minerais	854,2
Produção Extrativa	1,0
Pesquisas, afora os programas especiais considerados nos itens acima	14,5
Novos recursos para crédito a longo e médio prazos	844,8
Total	4.079,1

Fonte: BRASIL, *Valorização Econômica da Amazônia – Subsídios para seu planejamento*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1954, p. 8.

Em 1955, o governo federal lançou o *Primeiro Plano Quinquenal para a Amazônia*, ratificando as conclusões postas nas conferências realizadas anteriormente. O documento levava em consideração a mesma distribuição de prioridades lançadas pelo programa de emergência, bem como a distribuição de verbas, como demonstra o gráfico abaixo feito à época:

Imagem 1: Gráfico do Primeiro Plano Quinquenal



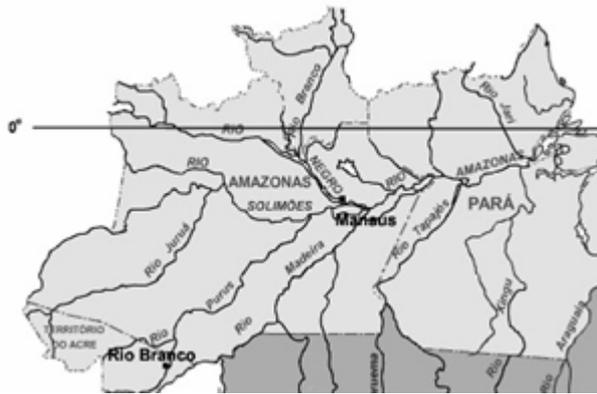
Fonte: Brasil, *Primeiro Plano Quinquenal*, SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação, p. 259.

Uma questão para a Amazônia era a nova abrangência das ações governamentais, pois o conceito do que seria a região, de acordo com os legisladores, relacionava-se a uma classificação mais cultural do que política, ou seja, tratou-se de exprimir mais uma consideração humana do que uma fórmula ou conceito geográfico. De fato, foi a condição humana, e não a paisagem natural que prevaleceu no critério de delimitação da Amazônia brasileira.⁷⁵ A região, antes formada pelos estados do Amazonas, Pará, território do Acre, Guaporé e Amapá, foi acrescida de três estados: Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Assim, a abrangência da SPVEA tornar-se-ia um de seus grandes desafios, pois fora acrescida ao conceito da Amazônia clássica, 1.451.892 km² e quase 1.800.000 de habitantes.⁷⁶:

⁷⁵ Moreira, Eidorfe. *Conceito de Amazônia – SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação*. Belém – Pará, 1956, p. 22.

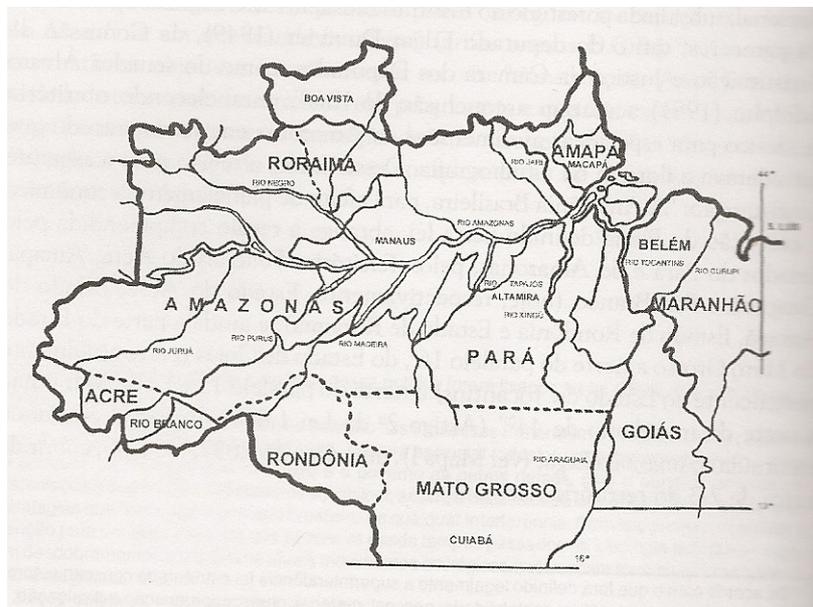
⁷⁶ Idem, p. 20.

Imagem 2: Divisão territorial em 1943



Fonte: adaptado do mapa de Evolução política e administrativa das divisões regionais do Brasil, disponível no sítio do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/evolucao.html>. Acesso em: 12/01/2007, 14h.

Imagem 3: a Amazônia Legal (lei 1.806/53)



Fonte: adaptado do mapa de Evolução política e administrativa das divisões regionais do Brasil, disponível no sítio do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/evolucao.html>. Acesso em: 12/01/2007, 14h.

Outro ponto que mereceu destaque na discussão do *Plano de Emergência* e do *Primeiro Plano Quinquenal* foi a questão do planejamento em longo prazo (as metas deveriam ser cumpridas em um prazo de vinte anos, sendo fiscalizadas a cada cinco anos) e a formação de quadros técnicos. A discussão sobre planificação econômica relacionada ao crescente intervencionismo estatal estava diretamente relacionada aos debates no exterior, onde as ideias de dirigismo estatal ganhavam força nas economias ocidentais no pós-guerra. O Estado seria o principal propulsor das políticas de desenvolvimento. Mas antes, deveria ter bem claro os conceitos de planejamento no qual elas se inseriam. Para a Amazônia, esta discussão teria fundamental importância, em virtude da acentuada carência de pessoal técnico especializado, um dos principais pontos do plano quinquenal proposto pelo poder central. Os cursos de Planejamento Regional oferecidos pela Fundação Getúlio Vargas em 1955 refletem essas preocupações.

2.5 – O Que Sabe Você da SPVEA? A Formação de técnicos na Era do Planejamento

O planejamento como instrumento de política econômica data de 1929, quando ocorreu o Primeiro Plano Quinquenal na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Este debate no mundo capitalista ocidental teve início durante o período de depressão entre as duas guerras mundiais: a “Crise de 1929”. Com o colapso da economia internacional e a Segunda Grande Guerra, tal ideia assumiu um caráter de maior urgência e aspiração. O planejamento surgiu diante da necessidade urgente destes países atingirem certos objetivos econômicos e sociais. A partir das críticas ao *Laissez-Faire*, tornou-se claro para as potências ocidentais que o simples jogo da força de mercado, com pouca intervenção do Estado, era incapaz de levar aos resultados desejados pela sociedade. A instabilidade do sistema econômico, com crises cíclicas na atividade, desemprego periódico em graus elevados e a nova ênfase no desenvolvimento econômico e luta contra a miséria e a mobilização das economias para a guerra tiveram como consequência a elaboração de modelos racionais de política econômica, que permitissem dominar as forças econômicas em direção à alocação eficiente de recursos.

De acordo com Lafer, “tinha sido definitivamente perdida a crença no automatismo de mercado e abandonada a teoria do *Laissez-Faire* nas decisões econômicas”.⁷⁷

Era grande a confiança na capacidade do governo para resolver problemas vultosos, mobilizando e direcionando pessoas e recursos para empreendimentos de proveito coletivo.⁷⁸ A ideia de planejamento foi abraçada por todos os países europeus que sofreram o trauma da Segunda Guerra Mundial.⁷⁹ Os desastres ocorridos no intervalo entre as duas guerras mundiais, parecia, ao olhar europeu, interligado ao fracasso total da tentativa de organização da sociedade. Como aponta Judt, "se a democracia haveria de funcionar, se a democracia haveria de recuperar seu apelo – precisava ser planejada".⁸⁰ O planejamento apresentou-se assim, como um tipo definido e variável de resposta política e técnica para o desafio das sociedades industriais de massas.⁸¹ Esta concepção relaciona-se integralmente às constantes reinvenções do capitalismo como sistema econômico hegemônico no tempo do pós-guerra. As histórias de sucesso em países capitalistas nesse período se reportavam a projetos de industrialização sustentados, supervisionados, planejados e administrados pelos governos, dirigidos pelo Estado.⁸² Como afirma Crosland, o capitalismo do pós-guerra reformou-se “a ponto de ficar irreconhecível”.⁸³

As lições tiradas das grandes tragédias mundiais influenciaram a análise econômica dos formuladores de decisões do período, cujas ideias passavam pela confrontação de quatro fatos: a catástrofe do entre guerras se devera em grande parte ao colapso do sistema internacional e à conseqüente fragmentação do mundo; o sistema global só poderia ser estabilizado pela centralidade da economia estadunidense e sua moeda (o dólar); a Grande Depressão de 1929 se devera ao fracasso do livre mercado irrestrito; por motivos sociais e políticos, não se deveria permitir um retorno do desemprego em massa.⁸⁴ Como conseqüência destas constatações, o mercado teria de ser suplementado

⁷⁷ Lafer, Betty Mindler. Introdução. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970, p. 12.

⁷⁸ Judt, Tony. *Pós-Guerra – Uma História da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 83.

⁷⁹ Idem, p. 81.

⁸⁰ Idem, ibidem.

⁸¹ Cardoso, Fernando Henrique. Aspectos Políticos do Planejamento. In: Lafer, Betty Mindler. *Planejamento no Brasil*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1970, p. 170.

⁸² Hobsbawm, Eric. *A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 264.

⁸³ Apud Hobsbawm, op.cit., p. 265.

⁸⁴ Idem, p. 267.

pelo esquema de planejamento público e administração econômica, ou trabalhar dentro dele.⁸⁵

O economista inglês John Maynard Keynes formulou a mais influente linha de argumentação contra o livre-mercado. Para o economista, o funcionamento do mercado não poderia ser automático, mas sim corrigido pela interferência do governo. Keynes afirmava que era possível haver um equilíbrio estático da renda a um nível inferior ao de pleno emprego, ao contrário do que se demonstrara anteriormente. Esta teoria permitiu compreender a crise dos anos de 1930 e demonstrou que os Estados tinham um importante papel a desempenhar na eliminação do desemprego.⁸⁶ De acordo com Lafer, o planejamento em uma economia capitalista pode ser feito em diversos graus de elaboração, abrangendo parte ou a totalidade da economia.⁸⁷ O planejamento global procura dar uma visão ampla do desenvolvimento da economia, fixando objetivos a atingir e procurando assegurar a consistência entre oferta e demanda de bens em todos os setores.⁸⁸ Começa geralmente com um programa de investimentos públicos, que pode limitar-se a alguns setores estratégicos da economia, como transportes, energia, educação e saúde.⁸⁹ O planejamento pode também referir-se a regiões econômicas sem estar inserido em um esquema para a economia com um todo, sendo feito com objetivos específicos, como o de desenvolver uma região (como a SPVEA e a SUDENE).⁹⁰

A interdependência gradual dos mercados, combinando-se com um Estado que assumia tarefas econômicas e sociais, propiciou um crescimento econômico inédito na história do capitalismo. Políticos, autoridades e homens de negócio do Ocidente no pós-guerra convenceram-se de que um retorno ao livre-mercado original estava fora de questão.⁹¹ Objetivos políticos como o pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias consideradas atrasadas eram prioritários e justificavam a presença mais forte do governo. Durante um período de cerca de trinta anos, houve consenso entre pensadores e formuladores de decisões ocidentais de que todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização. Estes ganhos poderiam ser obtidos por meio de um sistemático controle

⁸⁵ Hobsbawm, op. cit., p. 265.

⁸⁶ Lafer, op.cit., p. 15.

⁸⁷ Idem, p. 16.

⁸⁸ Idem, ibidem.

⁸⁹ Idem, ibidem.

⁹⁰ Idem, p. 17.

⁹¹ Hobsbawm, op. cit., p. 267.

governamental e administração de economias mistas.⁹² Era o início do ciclo que Eric Hobsbawm chamou de *Era de Ouro* do capitalismo, durante a qual imperou o consenso de que a economia de empresa privada precisava ser salva de si mesmo.⁹³

As ideias keynesianas, dentre as quais se destacava a tese de que uma sociedade sadia devia ter produtividade crescente sustentada em um forte mercado consumidor, reforçava a opção política dos partidos social-democratas da época de garantir pleno emprego, bons salários e razoável cobertura social.⁹⁴ O programa social-democrata do período sintetizou a combinação de crescimento econômico com uma mão de obra plenamente empregada, ganhando salários razoáveis e protegida pelo Estado de bem estar social. O impacto desta proposta foi tão influente que até setores políticos conservadores europeus a assumiram, mesmo que parcialmente.⁹⁵ Assim, o Estado foi instrumento de diversas ações encadeadas, como a realização de obras públicas, capacitação de mão de obra e criação de múltiplos programas sociais (assistência familiar, habitacional, auxílio financeiro e saúde).⁹⁶ Hobsbawm indica que o *Grande Salto Adiante* da economia capitalista ocorreu em grande escala e com consequências sociais sem precedentes.⁹⁷ Estava em curso uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço espetacular na globalização e internacionalização da economia. Como resultado, produziu-se uma “economia mista”, que tornou mais fácil aos Estados planejar e administrar a modernização econômica.⁹⁸

No Brasil dos anos de 1950, havia um reconhecimento do relativo sucesso das experiências de intervenção nos ditos países desenvolvidos. Aos poucos, ideologia e prática do planejamento foram incorporadas pelo poder público nacional como componentes fundamentais para o funcionamento do Estado brasileiro. Vários acontecimentos e processos, independentes e conjugados, convergiram no mesmo sentido, promovendo uma progressiva “racionalização” da política econômica

⁹² Hobsbawm, op. cit., p. 268.

⁹³ Idem, ibidem.

⁹⁴ Padarós, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. Filho, Daniel Aarão Reis et al. *O Século XX – O tempo das Crises – Revoluções, Fascismos e Guerras*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 248.

⁹⁵ Padarós, op. cit., p. 251.

⁹⁶ Idem, p. 250.

⁹⁷ Hobsbawm, op. cit., p. 264.

⁹⁸ Idem, ibidem.

governamental.⁹⁹ Os dois fatos convergentes foram as experiências de política econômica acumuladas ao longo dos anos de 1930 a 1945 e de 1946 a 1950, e a defrontação do poder público com a cada vez maior diferenciação social, econômica e política da sociedade brasileira.¹⁰⁰ Nesse contexto, constam diversos programas partidários e documentos elaborados em congressos de economistas, nos quais se encontravam posicionamentos favoráveis ao planejamento de atividades econômicas. Um esforço movido por “planejadores” da época era dissociar-se da ideia defendida por liberais, como Eugênio Gudín, de que a intervenção estatal resultaria inevitavelmente em uma ditadura.¹⁰¹

Como afirmava Machado Neto, diretor da Associação Comercial de São Paulo, em 1945: “hoje não é mais possível a escolha entre o plano e o velho *Laissez-faire*. Só há a escolher entre a boa e a má planificação, (...) a coexistência das duas verdades – democracia e planificação – é perfeitamente viável.”¹⁰² Para os industriais brasileiros dos anos de 1950, influenciados pelas ideias cepalinas, o Estado brasileiro assumiria uma responsabilidade estratégica com a programação de atividades e metas que permitiriam superar o *status* periférico que possuía. O enfoque no planejamento que esses industriais buscavam seguir era essencialmente global e envolvia dois conceitos: a coordenação das atividades do Estado com as das empresas privadas, deveria se dar de forma tal que a ação estatal não interferisse diretamente na esfera dessas últimas; o planejamento teria de abranger um amplo elenco de fatores relacionados ao desenvolvimento (investimento, emprego, consumo, importações).¹⁰³

No Brasil dos anos de 1950, o processo de industrialização foi acompanhado do crescimento desmesurado do setor terciário urbano, tendo início a diferenciação de um segmento mais qualificado e remunerado: o “técnico”:

A valorização do “técnico” tornou-se não apenas um requisito racional e científico do desenvolvimento econômico, como também uma modalidade de legitimação do intervencionismo e do planejamento estatais. A estes, o técnico emprestava sua capacitação, neutralidade e,

⁹⁹ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979, p. 130.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁰¹ Bielschowsky, op. cit., p. 300.

¹⁰² Apud Bielschowsky, op. cit., p. 300.

¹⁰³ Colistete, Renato Perim. A Força da idéia: a CEPAL e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50. In: Szmercsányi, Tamás e Suzigan, Wilson. *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: EDUSP-Editora Hucitec, 2002, p. 127.

especialmente, o seu suposto apoliticismo. Inversamente, isto fazia dele um profissional bem remunerado, apto a consumir certos artigos mais sofisticados, como eletrodomésticos ou automóveis...¹⁰⁴

Com o objetivo de formar esses profissionais, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), promoveu, em 1955, um curso de Planejamento Regional, com ênfase na Amazônia. Selecionamos para a presente análise duas palestras proferidas, respectivamente, por Arthur César Ferreira Reis (diretor da SPVEA) e John R.P. Friedmann, da *U.S. Operations Mission to Brazil*. O curso fazia parte da então recém-inaugurada Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), sendo publicado pela mesma instituição, no periódico *Cadernos de Administração Pública*, inaugurado em 1954.¹⁰⁵

Entre março de 1955 e fevereiro de 1956, a SPVEA e a FGV criaram, por meio de acordo assinado no mesmo ano, as condições necessárias para a realização de um curso de Planejamento Regional em Belém do Pará, cujo foco de interesse foi o programa de trabalho da Superintendência. Este foi primeiro curso de planejamento regional no Brasil e no mundo,¹⁰⁶ foi oferecido a funcionários públicos pertencentes aos quadros da SPVEA e das repartições federais, civis e militares, estaduais e municipais.¹⁰⁷ Os funcionários aptos a se matricularem pertenciam aos quadros das seguintes instituições: SPVEA, Governo do Estado do Pará, Prefeitura Municipal de Belém, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás, Banco de Crédito da Amazônia, Serviço Especial da Zona Aérea, Oitava Região Militar e do Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Porto do Pará (SNAPP).¹⁰⁸ O objetivo era a transmissão das principais ideias e informações sobre planejamento, administração e valorização dos recursos naturais, econômicos e humanos da Amazônia.¹⁰⁹ Os alunos tiveram aulas e leituras sobre *Psicologia do Planejamento*, *Planejamento Pós-Guerra na França e na África francesa*, *Aspectos*

¹⁰⁴ Mendonça, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 47.

¹⁰⁵ Estas informações foram obtidas no sítio EBAPE. *Cadernos EBAPE – sobre a revista – histórico*. Disponível em: <http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape/asp/dsp_sobre_revista_historico.asp>. Acesso em: 15/08/2009, às 03h30min.

¹⁰⁶ Silva, Benedicto. *A Vez do Planejamento – Introdução à versão brasileira*. In: Friedmann, John R.P. *Introdução ao Planejamento Regional (com referência especial à Região Amazônica)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960, s/p.

¹⁰⁷ Idem, ibidem.

¹⁰⁸ Idem, ibidem.

¹⁰⁹ Idem, ibidem.

*Políticos do Planejamento, Implementação do Planejamento, além de Planejamento Financeiro.*¹¹⁰

A primeira aula do curso foi ministrada por Arthur César Ferreira Reis, que, à época, era o superintendente da SPVEA. Interessa-nos aqui destacar suas conceituações acerca da valorização econômica da Amazônia. No início da palestra, o professor faz notar que a valorização econômica da Amazônia não poderia ser vista apenas como um desejo oriundo da constituinte de 1946, mas de raízes distantes:

Percorrendo-se a história da Amazônia, vamos verificar que a preocupação de mantê-la como área útil do país, seja no período colonial, seja já no período do Brasil autônomo, é uma constante. E, como decorrência dela, houve mesmo propósitos e práticas governamentais que permitiram a sua manutenção como espaço humanizado e como espaço produtivo, conquanto muito longe de ser realmente o que se imaginava pudesse vir a ser.¹¹¹

Ressaltando o caráter nacionalista do desenvolvimentismo brasileiro, Reis destacou duas razões fundamentais que explicariam o propósito da *Valorização Econômica*: a que diz respeito ao estabelecimento de condições iguais para o homem brasileiro nas várias regiões em que ele vive, e a que se refere à segurança nacional, ferida pela ambição de potências estrangeiras.¹¹² Explicitou que, mesmo a Amazônia sendo uma "região quase desértica", sempre foi detentora de matérias primas que representaram, em determinados períodos, produção da mais alta necessidade para o país. Desde a colônia, com os tratados de Utrecht, Madri e Santo-Ildefonso, Reis identifica uma preocupação do país em proteger a Amazônia de ambições imperialistas. Tal política se fez presente também no império, através da negativa para que navios estrangeiros percorressem o Amazonas. O ato de D. Pedro II teria como consequência a visão estrangeira de que o Brasil adotava uma "política chinesa" de porta fechada, ocorrendo inclusive a ideia de uma ação conjunta de outras nações obrigando o Brasil a franquear o rio Amazonas à navegação e à conquista econômica da humanidade.¹¹³ Esta fala é esclarecedora por expor os referenciais para a construção de um discurso sobre a região amazônica no pós-guerra: a área mais subdesenvolvida no Brasil, com intensa desertificação e sofrendo constantemente ameaça de invasões estrangeiras. Não é à toa

¹¹⁰ Friedmann, John R.P. *Insurgencies: essays in planning theory*. New York, Routledge, 2011, p.1.

¹¹¹ Reis, Arthur César. *Fundamentos, História, Estrutura e Funcionamento da SPVEA*. Curso de Planejamento Regional, Série: Conferências, EBAP/FGV, 1955, p. 5.

¹¹² Idem, p. 6.

¹¹³ Idem, p. 8.

que os planos para a Amazônia presentes nos documentos oficiais do período têm como meta a valorização da economia, do elemento humano e da defesa da região.

No decorrer da palestra, o superintendente também expôs sua concepção de desenvolvimentismo, de forte cunho nacionalista e centralizador:

Área realmente a mais subdesenvolvida do país, a promoção de uma política que lhe assegurasse novas condições de vida devia estar a cargo de uma entidade com a força essencial para o Planejamento e a execução dessa mesma política. Por fim, é preciso considerar que um planejamento em obra de tamanha extensão só pode ser realizado a longo e não a curto prazo. Apresenta um caráter de universalidade, pelo volume dos motivos a considerar. E possui mais, um sentido político de caráter eminentemente nacional, que deve fugir às influências do localismo imediatista. Ora, como é fácil de compreender, empresa de tal magnitude não está na capacidade dos estados e municípios executá-la. O planejamento e a execução – é isso de uma evidência cristalina – não podia deixar de ser atribuição do poder federal, melhor aparelhado e com consciência mais livre das injunções e do imediatismo local.¹¹⁴

Reis cita os estudos de Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro e Idealismo da Constituição*, como exemplos de trabalhos que exaltariam a centralização executiva. Dessa forma, o superintendente reforça sua tese, na qual afirma que o desenvolvimento da região deveria ser regido de forma centralizada pelo Estado, sem a participação de outros intermediários. Bielschowsky conceitua o desenvolvimento como o projeto de superação dos subdesenvolvimentos através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal.¹¹⁵ Entre as correntes levantadas pelo autor, a que melhor se relaciona ao pensamento de Arthur César Ferreira Reis é a "nacionalista", caracterizada pela centralização estatal através do planejamento econômico. Este modelo de intervenção estatal proposto por Reis daria origem às críticas à SPVEA, que ressaltariam as consequências deste método de recuperação marcado por um forte dirigismo estatal. As razões para o fracasso do plano estariam na criação de uma máquina burocrática "altamente emperrada", que nada deixava funcionar, além da transformação da Superintendência em um "superestado", com poderes maiores que os

¹¹⁴ Reis, 1955, p. 22.

¹¹⁵ Bielschowsky, op. cit., p. 33.

dos governadores da região, uma vez que detinha a maior parte da verba endereçada à Amazônia.¹¹⁶

Outro curso ministrado pelo convênio SPVEA-FGV foi o de John R. P. Friedmann da *U.S. Operations Mission to Brazil*. Friedmann, recém-egresso da Universidade de Chicago, foi posto à disposição da EBAP graças à colaboração do governo americano através do *Ponto Quatro*. O administrador também era à época colaborador do TVA.¹¹⁷ Na abertura da palestra, Benedicto Silva, economista da FGV, apresentou grande entusiasmo pela perspectiva da introdução de planejamento no país:

O planejador, mago moderno, passou a ser visto como artífice do progresso. O Brasil também despertou para as virtudes do planejamento. (...) Convenha-se em que nenhum país oferece melhores oportunidades para aplicação do planejamento regional que o Brasil. É que nos países de área continental, como o nosso, o fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se com extraordinária variedade de aspectos. Se aplicássemos a classificação de Wageman às várias regiões do Brasil, certamente se esgotaria seu esquema: temos desde zonas **supercapitalistas**, como São Paulo e o Distrito Federal, até zonas **acapitalistas**, como certas partes do Mato Grosso e Amazonas.¹¹⁸

O planejamento, na época, começaria a ser um conceito compatível com o de economia capitalista na consciência das elites brasileiras.¹¹⁹ O Plano Salte, de 1947, representou a gradual introdução dos conceitos de planejamento no cotidiano dos formuladores de políticas econômicas brasileiras. As ideias de planejamento necessitavam ser defendidas, pois constantemente a ideia de "planificação" era relacionada aos países socialistas. Friedmann atentou para a diferença entre planejamento e controle, pois, segundo o economista, nem todo ato de controle é "planejado". Planejamento, por sua vez, significaria antevisão, enquanto os controles eram impostos irracionalmente, sem cogitação do futuro.¹²⁰

No curso ministrado por Friedmann, as questões relativas às sociedades locais e ao desenvolvimento econômico chamam atenção, ao não se inserirem no referencial discursivo proposto por Escobar, em que controle e assimetria das nações ricas para

¹¹⁶ Benchimol, Samuel. *O Complexo da Amazônia – Análise do Processo de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1976, p. 209-210.

¹¹⁷ Silva, op. cit., s/p.

¹¹⁸ Idem, ibidem.

¹¹⁹ Bielschowsky, op. cit., p. 301.

¹²⁰ Friedmann, John R. P. *Introdução ao Planejamento Regional (com referência especial à Região Amazônica)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960, p. 7.

com as pobres ocupam um protagonismo relevante na análise. Segundo o economista, as culturas regionais se desenvolveram nos países que tinham regiões com deficiência de comunicações, fazendo com que cada lugar se desenvolvesse de modo mais ou menos independente dos demais, realizando suas próprias adaptações a um meio físico local. Friedmann se reportou também às contribuições dos sociólogos e antropólogos para esta questão, que por sua vez, afirmavam que os planos deveriam se adaptar aos gostos, valores e costumes do povo e que, se os planejadores pretendessem obter apoio do povo para o qual trabalhavam, deveriam planejar tendo vista as áreas que se distinguiam pela homogeneidade de suas características culturais e onde seriam mais fortes os sentimentos regionalistas.¹²¹ Mesmo sendo um trecho longo, é válido expor as considerações de Friedmann acerca do "subdesenvolvimento" e "desenvolvimento":

Ultimamente, está muito em moda falar nas áreas 'subdesenvolvidas' do mundo, incluindo-se entre elas dois terços da população mundial. Não há muito, usavam-se outras palavras para descrever a economia dessas áreas: "atrasada", "primitiva", etc. Pareciam bastante claros, nessa época, os padrões que se usavam para a avaliação de certo tipo de economia. Economia "civilizada" seria, por exemplo, a da Europa Ocidental, a dos Estados Unidos (...). Com a fundação, porém, das Nações Unidas, em 1945, termos como "civilizado" e "primitivo" tiveram de sair do uso corrente, cunhando-se a palavra "subdesenvolvido" para substituí-los. (...) Poderíamos dizer, por exemplo que, de certo modo, são os Estados Unidos uma das maiores áreas subdesenvolvidas do mundo de hoje. De acordo com certos cálculos, pode aquele país sustentar uma população total de seiscentos milhões de habitantes, num nível de vida apenas ligeiramente inferior àquele mantido pela maioria dos americanos de nossos dias. Se isso é verdade, então os Estados Unidos ainda estão bem longe de constituir uma economia completamente desenvolvida. São infinitas as dificuldades de nossa terminologia. Por exemplo, que quer dizer, precisamente "subdesenvolvido"? (...) Sabemos que muitos países e regiões do mundo que consideramos subdesenvolvidos chegaram a um alto grau de perfeição em muitas formas de cultura (...). Nesse caso, como falar em subdesenvolvimento? E, no entanto, bastará a introdução da técnica moderna em uma dessas velhas culturas para destruir as formas antigas. (...) a industrialização acaba sendo "ocidentalização". Voltamos, então, aos velhos pontos de vista de "primitivo" e "atrasado". Se um país escolhe a industrialização, escolhe paralelamente a "ocidentalização". E, segundo os padrões ocidentais, será por muito tempo ainda um país subdesenvolvido.¹²²

O longo extrato acima indica que essas questões, longe de representarem uma novidade das pesquisas antropológicas contemporâneas, já eram tratadas de forma crítica nos anos

¹²¹ Friedmann, 1960, p. 36.

¹²² Idem, p. 40.

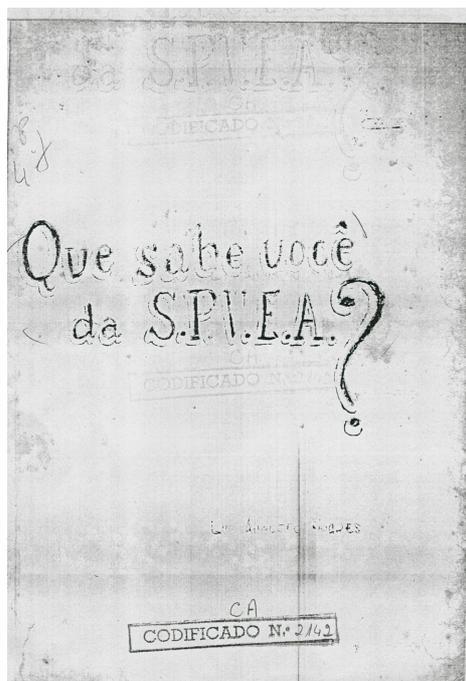
1950. Em uma coleção de ensaios lançada em 2011, Friedmann expõe suas impressões sobre o curso que ministrou para os futuros *developers* da Amazônia. Mesmo sendo *a posteriori*, as percepções do planejador dão conta da utopia tecnocrática daquele período, que pensava que, por meio de ações pontuais como o planejamento, elevaria o padrão de vida dos habitantes dos ditos países subdesenvolvidos. À parte as discussões sobre o “poder” e o “discurso”, é possível observar em personagens da época que uma visão apenas cética sobre este processo histórico não dá conta de sua análise. Se existia um jogo de poder presente na relação entre os países, também havia certo sentimento “missionário” dos homens daquele período, que também problematizavam suas ações. Na prática, as duas visões coexistiam. Em troca de ajuda internacional, os países deveriam submeter-se a tais projetos de planejamento, e os profissionais que foram aos países estavam imbuídos de certa visão do pós-guerra, de “salvação” dos países subdesenvolvidos por meio do desenvolvimento e planejamento.

Twelve days on the Amazon, that immense *rio-mar* of legend! And yet, as we steam up-river at what seems a snail’s pace, an experience new to most of us, we spend two cloistered hours each morning in a seminar on planning theory, a topic on which I got hooked in graduate school. Planning, especially in its version linked to development, and with the two distinctive terms often conflated, was the watchword of the post-war era, lately imported to Brazil. (...) It was time, I thought, to put some of my own, still incoherent thoughts together about what planning might mean, beginning with the question that puzzled many of us: *What is this new-fangled soft technology called planning?* It was a bizarre experience, to say the least. Young and inexperienced, profoundly ignorant of the country where I was teaching, **I nevertheless held forth with great assurance about how the Amazon might be “developed” through this imported, all-purpose and largely unanalyzed term.** My students were good-natured and put up with me. Later that year, while awaiting reassignment in Rio de Janeiro (...) I remained in Brazil for nearly three years, with all the missionary zeal of someone who was conscious of participating in an historical experiment in which countries whose economies were said to be “underdeveloped” would, by embracing rational, comprehensive planning, achieve higher levels of material well-being for their populations. With America’s Marshall Plan helping to rebuild Europe’s ravaged economies, their speedy recovery pointed the way. Donor countries, with the United States in the lead, were now insisting on the submission of development plans as a condition for their loans. (...) **As understood at the time, it was a technocratic utopia that allowed governments to announce their intentions in a cascade of long-, middle-, and short-range plans that for all their normative character often by-passed political realities.** But stating intentions of this sort was relatively cheap. (Grifos meus).¹²³

¹²³ Friedmann, 2011, p. 1-2.

Para o setor de coordenação e divulgação da SPVEA, tais conceitos, como os também apresentados por Friedmann e Ferreira Reis, deveriam ser passados de forma mais direta para o profissional que trabalhasse na agência de desenvolvimento regional. Como transformar o futuro funcionário em alguém “comprometido com a causa”? Buscando uma linguagem mais simples e contundente, Luiz Augusto de Castro Soares, redator da SPVEA, escreveu o manual para funcionários intitulado *Que Sabe Você da SPVEA?*, com o objetivo de informar e conscientizar os funcionários da instituição sobre o papel que lhes cabia. Conceitos de produtividade, coletivismo e comprometimento foram acionados pelo redator.

Imagem 4: Capa do folheto informativo *QUE SABE VOCÊ DA SPVEA?* de Luiz Augusto C. Soares



Fonte: Soares, Luiz Augusto de Carlos. *Que Sabe Você da SPVEA?*. Belém, SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação, 1955

Para Soares, o funcionário da instituição deveria ter em mente que aquele não seria um trabalho comum, no qual ele cumpriria apenas o previsto, como chegar a tempo de assinar o ponto, evitar incorrer em faltas graves e cumprir o que lhe determinavam fazer. Vista sob esse prisma, a profissão seria apenas um “mal necessário” para este indivíduo, algo forçado pelas circunstâncias, mas jamais ao ponto de despertar

interesse.¹²⁴ Somente quando todos tivessem o sentimento de que sua função não estaria limitada ao “ponto” e ao cumprimento mínimo de deveres é que se poderia atingir o ideal de um trabalho em conjunto, com perfeita identidade de propósitos para se chegar aos objetivos da SPVEA.¹²⁵ Também seria negativo se o clima de apatia imperasse nos trabalhadores, pois dessa forma, o plano de valorização passaria a funcionar inexpressivamente, pela incompreensão de suas finalidades por parte daqueles que atuassem nessa empreitada.¹²⁶

Mas não queremos acreditar que você – eleitor e patriota – você que é uma pessoa bastante evoluída para ter coragem de reagir a esse negativismo malsão, de quem não acredita mais na dignidade humana e só se preocupa em vencer na vida a custo do capachismo, da subserviência – queira ser responsável pelo fracasso de uma obra que transcende do aspecto regional para tornar-se de muito maior vulto, tal seja a de levar a civilização do litoral para o sertão, de recuperar, para o Brasil, enquanto é tempo, a sua maior área territorial.¹²⁷

Assim, o *Plano de Valorização Econômica* não deveria ser encarado como um emprego qualquer, mas como uma obra de pioneirismo, que demandaria trabalho de equipe, constância, idealismo, amor e exaltação cívica.¹²⁸ Para este trabalho de equipe seria fundamental que o “eu” desaparecesse para dar lugar ao “nós”, que simbolizaria a instituição.¹²⁹ Mas como esse funcionário, com ideal coletivo e incorporador dos valores da instituição, deveria pensar no objeto de seu labor, o povo e a própria região? O trabalho em vista teria uma função nacional, pois a região se apresentaria como uma solução para as cidades superpovoadas. Devido ao constante abandono em que o homem que habita a Amazônia vivia, a taxa de êxodo rural encontraria ali uma fonte de aumento, pois o destino desses habitantes seria a busca por oportunidades de emprego e a fuga da fome e da miséria. Como consequência de um mau trabalho por parte do funcionário *spviano*, as grandes cidades ficariam acrescidas de mais favelas, “onde habitam os marginais da sociedade”.¹³⁰

Esta seria uma das funções do trabalho na agência regional: cuidar do homem que mora na Amazônia, para impedir que este migrasse para as grandes cidades e que ocorresse o

¹²⁴ Soares, Luiz Augusto de Carlos. *Que Sabe Você da SPVEA?* Belém, SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação, 1955, p. 1.

¹²⁵ Soares, op.cit., p. 8.

¹²⁶ Idem, p. 7.

¹²⁷ Idem, p. 8.

¹²⁸ Idem, p. 6.

¹²⁹ Idem, ibidem.

¹³⁰ Idem, p. 3.

caminho inverso: a civilização do litoral é que deveria ir para lá e não o contrário. Diante desta constatação, o folheto recomendava ao funcionário que demonstrasse respeito pela causa pública e uma atenção maior pelo povo que, de acordo com o manual, sempre era atendido de má vontade. Este público era também explorado e não teria o direito de opinar e exigir que fosse bem tratado por um órgão público que, em última instância, foi criado para servi-lo.¹³¹ Por fim, o cuidado com o homem do campo seria essencial para o andamento do plano de valorização, pois esse indivíduo, que seria o foco do trabalho, estaria abandonado:

Veja você o homem do interior, esse caboclo maltrapilho e doente, com seu estoicismo forjado na necessidade de uma vida difícil, vivendo subalimentado, ignorante, sem a menor assistência social, feito um paria, um rebotalho humano, e isso na sua própria pátria! Talvez a você lhe pareça ser aquele pobre homem apenas um preguiçoso, um indolente. Mas não é nada disso, pode crer! (...) Contudo esses homens vivem esquecidos, ignorados pelos poderes públicos, e lembrados tão somente pela (...) realização das eleições pelos chefes políticos que saem de pires na mão mendigando votos. [Esses homens] não têm escolas nem hospitais, (...) são esmagados pela floresta imensa, isolados na selva, pigmeus perdidos num país de gigantes. A eles nada se lhes têm dado até agora, e da civilização só têm recebido o que há de pior.¹³²

O folheto ressalta que esses homens esquecidos também eram brasileiros e a SPVEA representaria a primeira oportunidade da história para que eles pudessem ser integrados à sociedade à qual pertenciam. Importante ressaltar a ideia de amazônida que o folheto traz: um indivíduo cuja batalha contra a natureza encontrava-se eternamente perdida e estava distante da civilização. Tais ideias-força sobre a realidade amazônica, calcadas nas leituras de naturalistas e escritores da região continuavam predominantes no Brasil dos anos 1950, que tentava “integrar” aquela região ao resto do país, tendo como parâmetro a “civilização” do litoral. O trabalho do funcionário da SPVEA seria também colaborar com o saneamento e a educação do homem rural. Só assim seria possível alcançar uma felicidade social, por meio do planejamento eficaz para a Amazônia. A região, de acordo com o texto, era uma área subdesenvolvida, cuja função seria absorver contingentes de áreas superpovoadas, produzindo o necessário para contrabalancear as áreas de fome no país e no mundo. Se nos documentos oficiais e comemorativos, o funcionamento da instituição parecia normal (por razões óbvias), na vida parlamentar não ocorreu dessa forma. A seguir, iremos ressaltar alguns momentos no qual a agência

¹³¹ Soares, op. cit., p. 7.

¹³² Idem, p. 2.

foi foco de denúncias variadas, tendo como consequência a substituição do primeiro superintendente, Artur César Ferreira Reis. Seu sucessor, o sanitarista Waldir Bouhid também sofreu diversas denúncias de corrupção.

2.6 – A Corte do Rei Arthur ou o Reino da Dinamarca: SPVEA em xeque

Inicialmente laureado por diversos setores da política da Amazônia, desde as Associações Comerciais dos estados que compunham a SPVEA até os governadores e políticos locais, a indicação de Arthur César Ferreira Reis trouxe consigo a culminância de um processo histórico, no qual o intelectual amazônida por excelência poderia colocar em prática suas reflexões sobre a região amazônica. Autor de livros bastante citados sobre a história da Amazônia e “padrinho” de uma série de escritores e pesquisadores da região, Reis tornou-se o primeiro dirigente máximo da SPVEA. Este fato foi descrito em diversos telegramas de personalidades políticas locais a Getúlio Vargas, então presidente, como “Justiça histórica”.¹³³ O primeiro nome pensado por Vargas para presidir a agência teria sido Juarez Távora, antigo interventor na época do Estado Novo, mas por questões de saúde ele não pôde assumir.¹³⁴ Mesmo que não pertencesse formalmente a partidos políticos, Reis já assumira cargos anteriores na administração pública: desde o governo Dutra (1946-1951) integrava a Comissão de Mão de Obra da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos. No Segundo Governo Vargas, secretariou a comissão técnica que preparou o Plano de Emergência para a Amazônia. Desta forma, sua nomeação para a agência não causara surpresa.

Reis não pertencia a nenhum partido, o que daria à Superintendência um *status* de órgão suprapartidário e acima dos interesses locais. Mas logo de início o superintendente encontrou dificuldades na composição e enfrentou críticas de todos os lados. Entre as acusações estava um possível favorecimento a correligionários e amigos. Além disto,

¹³³ Os telegramas acima referidos estão disponíveis no Centro de Documentação em História Contemporânea do Brasil, doravante CPDOC, no Arquivo Getúlio Vargas, doravante AGV, na série c1953.01.02/01, das p. 1 a 45.

¹³⁴ Reis, Artur César Ferreira. Cf. ABREU et al., op. cit.

Reis enfrentou o mesmo problema que seus sucessores no cargo: a liberação de verbas para a agência regional. Em correspondência a Getúlio Vargas, o petebista Plínio Coelho criticava o fato de o superintendente só se cercar de pessedistas e udenistas na *Valorização Econômica da Amazônia*. O nome indicado para a Delegacia de Manaus da SPVEA era o de Edmundo Fernandes Levy, trabalhista e sociólogo amazonense, que foi preterido em função de um “inimigo local”, cujo nome não foi citado, pertencente ao PSD.¹³⁵ Para os petebistas, Artur Reis só tinha simpatias com inimigos do governo e queria transformar a SPVEA em um “compartimento doméstico”.¹³⁶

O dirigente ainda enfrentaria problemas com Osório Nunes, dirigente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), responsável pela liberação das verbas para a superintendência. Em palestra em Belém aos técnicos da agência, Osório Nunes apontou que, como o cenário econômico não era favorável, o governo federal não teria condições de desprender o montante prometido para a SPVEA. Em tom de advertência, Nunes pontuou que, se não fosse bem encaminhado e executado, o Plano de Valorização teria profundas modificações, pois existia a impressão no DASP de que, na Amazônia, as verbas não seriam aplicadas adequadamente, em razão das disputas e barganhas políticas características da região. Na discussão, o superintendente respondeu que “o exemplo vem do alto”.¹³⁷ Em correspondência ao governo, Artur Reis afirmou que Osório Nunes levara ideias “estranhas”, que deixaram mal o governo, sendo o discurso dele uma verdadeira sabotagem contra o presidente Vargas.¹³⁸ Os conflitos com o DASP foram constantes na história da instituição, citados também nos relatórios oficiais de 1960, quando houve uma revisão do Plano Quinquenal. Conforme aponta Pereira, o DASP ultrapassou suas atribuições e, mesmo sem conhecimento da realidade regional, passou a interferir diretamente no orçamento dos programas elaborados pela Comissão de Planejamento. Assim, o DASP teria funcionado como um órgão supralegal da SPVEA, examinando não só o aspecto legal dos programas de trabalho, mas também seu mérito e conveniência.¹³⁹ A questão financeira foi um dos grandes problemas da agência, que sofria sucessivos cortes e atrasos na liberação de verbas, ocasionando reclamações dos governadores e deputados das bancadas locais, tendo reflexos políticos. O governador do Território Federal do Amapá, Jawary Nunes, queixou-se contra a

¹³⁵ CPDOC/AGV, c1953.01.02/01, p.64.

¹³⁶ Idem, p. 82.

¹³⁷ Idem, p. 98-102.

¹³⁸ Idem, p. 94.

¹³⁹ Pereira, op. cit., p. 120.

superintendência por conta do não repasse de verbas àquela unidade da federação. Isso levou a um rompimento entre os partidários do governador amapaense (janaristas) e os partidários do governador paraense (baratistas).¹⁴⁰

No Congresso Nacional, Reis também sofreu severas críticas da bancada da Amazônia, que inicialmente aprovara seu nome para o cargo máximo da superintendência. Plínio Coelho (PTB/AM) acusou o superintendente de ser “desinteressado no recebimento de verbas para execução do plano de emergência” para a Amazônia.¹⁴¹ As “nomeações em massa” também receberam destaque por parte do deputado. Segundo Coelho, os amigos de Reis estariam sendo privilegiados em detrimento de profissionais mais capazes e que, para tais nomeações, aceitava-se apenas pedidos de padrinhos políticos e o critério de domesticidade.¹⁴² O deputado ressaltava a pouca interlocução que Arthur César Ferreira Reis estabelecia com os deputados da bancada da Amazônia. Essa postura transformaria Reis no “Vice-Rei da Amazônia” nas palavras de Plínio Coelho. Continuando as denúncias, Reis teria feito o *Plano de Emergência* sem consultar a Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia, além de ter depreciado vários deputados da Câmara Federal, “para que parecessem seus atos como que emanados de um todo-poderoso vice-rei”.¹⁴³ As questões postas em relação à SPVEA trouxeram as diferenças regionais entre agrupamentos políticos. Por mais que, em nível nacional, PSD e PTB fossem aliados políticos, no âmbito regional as questões políticas eram mais complexas. O deputado terminou seu discurso com um poema publicado no jornal *O Liberal*, pertencente ao PSD do Pará, que fazia coro às acusações ao superintendente:

Na corte do Rei Arthur só tem prestígio,
Quem for poeta, for lírico ou inútil
E das glórias do poder terá o fastígio
Todo rabo de sala belo e fútil...
Pobre de quem precisar de trabalhar
Em prol dessa tristíssima Amazônia
E se tentar com Rei Arthur falar
Será insultado de vil e sem vergonha...
Pobre Amazônia! Lendária e decantada,
Gleba infeliz e desvalorizada... Entregue a sanha de mil “catitas”...
Exorta aos céus, Amazônia, por clemência!
Para que Deus te remeta, com urgência,

¹⁴⁰ Marques, Gilberto de Souza. *Estado e Desenvolvimento na Amazônia: A Inclusão amazônica na Reprodução Capitalista Brasileira*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado entregue ao ICHS – UFRRJ, p. 105.

¹⁴¹ Brasil. Diário do Congresso Nacional. 10/04/1954, p.1732.

¹⁴² Idem, 10/04/1954, p. 1733.

¹⁴³ Idem, 29/05/1954, p. 3320.

Coaracy Nunes (PSD/AP) reclamou de uma possível retaliação política por parte de Reis. Uma indicação do deputado à superintendência foi rejeitada após Nunes estabelecer críticas a gestão do então superintendente. O Senador Álvaro Adolfo, um dos responsáveis pela aprovação da SPVEA, concedeu longa entrevista ao periódico *Flasch*, de Belém, afirmando que o “Plano de Valorização” estava seguindo caminhos fracassados.¹⁴⁵ O senador criticava o papel meramente consultivo que a Comissão de Planejamento adquirira durante a execução da SPVEA, além de apontar a desordem financeira que o plano estava passando. Para Adolfo, ao invés de concentrar a maior soma de recursos na solução de seus principais problemas fundamentais, a superintendência estava dispersando a renda em serviços que não tinham qualquer sentido econômico, como o investimento em educação cultural.¹⁴⁶ Diante de tais acusações e da impopularidade com a bancada da Amazônia, Arthur César Ferreira Reis foi destituído do cargo e, em seu lugar, entrou Waldir Bouhid. Importante ressaltar que o período de Arthur Reis na superintendência correspondeu ao turbulento final do Segundo Governo Vargas, em que as acusações de corrupção davam o tom da vida política do país. Envolvido pelos problemas políticos regionais e nacionais, um dos mais profícuos escritores amazônidas não obteve êxito em levar adiante a SPVEA. Outro nome cogitado para a SPVEA foi o sanitarista Mario Pinotti, porém Bouhid possuía mais aceitação junto aos parlamentares da bancada da Amazônia. Posteriormente, em 1977, Arthur Reis, tornar-se-ia um entusiasta da sucessora da SPVEA, a SUDAM, além de colaborador do regime militar (exercera o cargo de governador do Amazonas entre 1964 e 1967, por indicação do então presidente Castelo Branco). Em conferência no auditório da SUDAM, em 1977, o ex-supervisor do SPVEA destacava os problemas enfrentados durante sua gestão:

O planejamento da SPVEA, no entanto, como todos sabem, não mereceu sequer o exame do Parlamento, que não o aceitava como uma disciplina na aplicação dos recursos mandados empregar por dispositivo constitucional. Antes da implantação da SPVEA, já havia utilização dos recursos pelo Parlamento. Figurava no orçamento da República e usava-se da maneira mais absurda possível. Vou citar dois fatos: figurava no Orçamento da República, com relação ao Estado do Amazonas, uma subvenção à Faculdade de Ciências Políticas do Amazonas. Ainda hoje não existe essa Faculdade, mas já se pagava

¹⁴⁴ Idem, 29/05/1954, p. 3321.

¹⁴⁵ Brasil. Diário do Congresso Nacional, 05/05/1954, p. 2249.

¹⁴⁶ Idem, 05/05/1954, p. 2250.

naquela época. Havia um hospital e um ginásio no Norte de Goiás, que figuravam duas vezes no orçamento, o hospital com nomes diferentes e era o mesmo. E assim outros. Tudo isso foi apurado quando se instalou a SPVEA, e se controlou. Resultado: tivemos imediatamente uma reação do Parlamento, que se sentiu impedido naquela aventura de usar os recursos sem uma disciplina.¹⁴⁷

Sanitarista formado em Manguinhos, Bouhid teve longa vida pública antes de ocupar o posto máximo da agência regional. Ocupou os seguintes cargos públicos: chefe do Laboratório de Pesquisas Clínicas do Ministério da Agricultura, em São Bento, na Baixada Fluminense (1935-1937); médico clínico integrante da Comissão do Ministério da Agricultura (1937-1938); membro da I Comissão de Malariologistas do Departamento Nacional de Saúde (1937-1938); chefe do Serviço Federal de Malária em Minas Gerais (1939-1940); inspetor federal da saúde do porto, no Maranhão (1941); chefe do Serviço Federal de Malária no Maranhão (1940-1941); membro da Comissão de Fiscalização de Entorpecentes no Maranhão (1941); delegado federal de saúde no Ceará (1941); chefe de distrito do Serviço Nacional de Malária no Distrito Federal (1942); diretor-geral do Departamento Estadual de Saúde da Paraíba (1943) e presidente da Comissão de Fiscalização de Entorpecentes do Ministério do Exterior na Paraíba (1943).¹⁴⁸ Durante o Estado Novo, foi interventor do Pará, para no período democrático, ser suplente de Magalhães Barata no senado. Bouhid já trabalhava na SPVEA no setor de saúde pública. Em 1955, foi nomeado superintendente da agência regional, representando os interesses do PSD no congresso nacional. As denúncias contra o sanitarista não tardariam a surgir no Congresso Nacional. O deputado Áureo Mello (PTB/AM) acusou Bouhid de favor a empresa Papel Amazonas nas licitações da agência. De acordo com Mello:

Chegavam-se notícias sobre gastos fabulosos que se estariam procedendo na Representação da SPVEA no Rio, sem que, sobre este assunto, seja o Sr. Bouhid zeloso ou amigo das formalidades excessivas. Esses gastos seriam, entre outros, contas fabulosas de hospedagem do mesmo Sr. Bouhid, nos mais caros hotéis do Rio. Por conta da valorização; banquetes quase diários a *personnas gratas*, por conta da SPVEA. Aumento assustador do número de funcionários da Representação da SPVEA, alguns dos quais somente vão lá no fim do mês, receber o dinheiro e assinar o ponto.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Reis, Arthur César Ferreira. População e Ocupação Territorial. *Painel do Desenvolvimento Social da Amazônia. Confederação Nacional do Comércio*. Belém, 1977, p. 89-90.

¹⁴⁸ Bouhid, Waldir. Cf. Abreu et al., op. cit.

¹⁴⁹ Brasil. Diário do Congresso Nacional, 02/06/1956, p. 4005.

Outras ponderações eram colocadas em relação às prioridades do governo federal, que alijava a Amazônia do processo de integração nacional. No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o abandono da Amazônia serviria para reforçar a necessidade de mudança de capital do país, como apontou Josué de Sousa (PTB/AM):

Ou a sua excelência muda a capital do país, colocando-a no Planalto Central, como a Constituição reza e recomenda, ou então jamais será o Presidente do Brasil. Há que limitar-se a ser Prefeito, bom ou mau, (...) do Rio de Janeiro. Não lhe sobrar tempo para mais, até porque os fenômenos que ocorrem à distância de nossos olhos não alcançam a mesma repercussão daqueles que estamos presenciando. Não é segredo para ninguém que um terremoto do Japão (...) nos emociona menos que um desastre em Copacabana que resulta na morte de duas pessoas.¹⁵⁰

Poucos meses depois, Áureo Mello voltou suas baterias contra o dirigente máximo da SPVEA. Em sessão de outubro de 1956, o deputado amazonense acusou Bouhid de agredir fisicamente Coaracy Nunes (PSD/AP), além de persegui-lo com capangas e carros de correligionários. Este último apontou em discurso ao congresso a necessidade de “comunhão política”, que o superintendente deveria ter com a bancada da Amazônia. Desta forma, o isolamento de Bouhid estaria prejudicando os já atrasados planos para a região amazônica. A SPVEA, segundo o deputado, não pertenceria ao PSD do Pará, Amapá, nem ao PTB do Amazonas ou do Mato Grosso. O que não excluía o fato de haver necessidade de o superintendente se esforçar em contar com o apoio de toda a bancada amazônica no congresso, ao invés de se sustentar politicamente em apenas uma facção e passar 60 dias no Rio de Janeiro, mendigando alianças.¹⁵¹ O depoimento de Nunes é esclarecedor sobre o jogo político da época. Segundo o pessedista, o dispositivo constitucional da Valorização Econômica da Amazônia só passou porque a bancada amazônica (46 deputados) começou a apoiar as reivindicações de São Paulo (44 deputados) e do Rio Grande do Sul (24 deputados), com a condição de estes políticos contribuírem com o seu voto em favor da Amazônia.¹⁵²

No curso do ano de 1957, uma série de denúncias contra a atuação da SPVEA deu origem a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo de investigar as verbas públicas aplicadas na agência regional entre 1954 e 1957. Entre as acusações estavam o favorecimento a determinadas empresas em licitações públicas, funcionários-

¹⁵⁰ Brasil. Diário do Congresso Nacional, 13/06/1956, p. 4341.

¹⁵¹ Idem, 11/11/1956, p. 11013.

¹⁵² Idem, ibidem.

fantasmas, verba excessiva em publicidade, além de desvio financeiro para a produção de matérias pagas. Coaracy Nunes, em pronunciamento ao congresso nacional, reclamou contra os métodos políticos de Waldir Bouhid. A SPVEA, por meio das propagandas, passava a impressão para o público externo de tratar-se de um “Reino da Dinamarca”:

O Senhor Bouhid não possui as credenciais exigidas, nem satisfaz ao requisito de cultura notável. Capacidade de realização? Ao contrário: apenas revelou uma vocação para surgir como astro nos “shows” berrantes de publicidade. É ele quem aparece, em propaganda paga nas revistas, com a sua fotografia encimando uma bela pele de onça, descrito (...) como um administrador genial, e sob o estranho epíteto de “Papai Grande da Amazônia”. (...) o “Papai” (...) colocou todo o seu evangelho caricato a serviço de culto do grupo baratista... E a SPVEA passou a ser então, principalmente, um campo aberto às incursões da política partidária (...) apoiada pelo governador do Pará. Funcionários foram demitidos ou nomeados à pressão de interesses e das preferências de Magalhães Barata.¹⁵³

Àquela época (1957), o pessedista Magalhães Barata tinha sido eleito governador do Pará com o apoio do então presidente Juscelino Kubitschek. Pereira da Silva, um dos deputados responsáveis pela aprovação da emenda constitucional, discursou ao parlamento em defesa da SPVEA. Fez parte da Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia até 1953, quando foi demitido por Juarez Távora sob a acusação de que fazia propaganda política utilizando-se do cargo que ocupava. Segundo ele, as críticas à Bouhid vinham do fato de este ser um baratista. Acusou Áureo Mello de forjar telegramas favoráveis à CPI para criar uma campanha caluniosa do estado do Amazonas contra o superintendente da SPVEA. Desta forma, o objetivo seria entregar a SPVEA para grupos políticos do Amapá e do Amazonas, deslocando-a do centro de poder, localizado no Pará, que comandava as ações da agência até aquele momento. Ao término da CPI, em 1959, a conclusão foi de que várias irregularidades foram apontadas, mas não comprovadas.¹⁵⁴ À época, a construção da Rodovia Belém-Brasília (que iremos expor no capítulo 4) também sofreu uma série de acusações, como o favorecimento a construtoras e desvios de verbas da SPVEA.¹⁵⁵ De acordo com os cálculos do deputado Gabriel Hermes, da UDN, o governo destinara até aquele momento, o montante de Cr\$14.000.000.000,00 à superintendência; porém, só teria

¹⁵³ Brasil. Diário do Congresso Nacional, 13/08/1957, p. 6108.

¹⁵⁴ Idem, 26/09/1959, p. 6765.

¹⁵⁵ Idem, 30/09/1959, p. 6387.

chegado aos cofres da SPVEA o total de Cr\$4.000.000,00.¹⁵⁶ Segundo Hermes, as verbas eram destinadas a “prioridades”, que curiosamente eram formadas por prefeituras do grupo de Magalhães Barata na Amazônia. Mesmo sofrendo críticas de membros tanto da base aliada quanto da oposição, Bouhid se tornaria o superintendente mais longo da SPVEA e permaneceria no cargo até 1961, no governo Jânio Quadros. Neste período, afastou-se da agência devido às acusações de desvios de verbas, feitas por uma CPI criada para apurar os gastos envolvendo sua gestão, além de investigar também os contratos realizados entre a Rodobras no período de construção da rodovia Belém-Brasília. Em seu lugar, entraria o Coronel Mario Dias Teixeira, que permaneceria pouco tempo no cargo, até 1964, quando o golpe civil-militar aconteceu e a superintendência teria uma nova interventoria, a cargo do general Ernesto Bandeira de Coelho, passando depois para o general Mario de Barros de Cavalcanti, que seria o responsável pelo fim da SPVEA e sua transição para a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Após o golpe, Bouhid foi um dos primeiros políticos a ter seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº1, saindo da vida pública até seu falecimento, em 1993.¹⁵⁷

No relatório da SPVEA de 1960, os cortes orçamentários são constantemente citados como os principais entraves para a instituição ter fracassado. Havia uma diferença de CR\$ 4.000.000.000,00 entre os recursos programados em orçamento e os recursos efetivos atribuídos à agência.¹⁵⁸ Além disso, entre 1959 e 1960, o governo reduziu as dotações à SPVEA no seu programa de contenção de despesas, retirando da execução orçamentária CR\$ 2,5 bilhões.¹⁵⁹ De acordo com o relatório, que foi escrito por Bouhid, duas ordens de fatores afetaram diretamente a atividade da SPVEA e estrangularam ou limitaram sua eficiência:

1 – os fatores intrínsecos: a SPVEA não conseguiu se estruturar de modo a cobrir eficientemente a complexidade da lei que deu origem à agência regional, devido à dificuldade de engajar pessoal técnico experiente, pela ausência de métodos racionais e pela estrutura administrativa da instituição, tendo como consequência uma má atuação. Outro ponto negativo da instituição residiu na insegurança da ação e de linhas de limite

¹⁵⁶ Brasil. Anais do Congresso Nacional, 12/06/1959, p. 448.

¹⁵⁷ Bouhid, Waldir. Cf. Abreu et al., op. cit.

¹⁵⁸ SPVEA. *Política de Desenvolvimento da Amazônia – SPVEA (1954-1960)*. Presidência da República, SPVEA, 1960, p. 67.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*.

entre os campos técnicos, administrativos e políticos. Para Bouhid, o principal problema deve ter se originado da composição mista da Comissão de Planejamento de Valorização Econômica da Amazônia, que foi formada por diretores técnicos e delegados administrativos (6 membros técnicos e 9 representantes políticos, dos governos dos Estados e Territórios Federais compreendidos na área da Amazônia Legal). Com os divergentes interesses no interior da comissão, ficou difícil esse órgão não enveredar em práticas que escapassem de suas funções essenciais.¹⁶⁰

2 – Os fatores extrínsecos: as más relações da agência com o DASP e o Congresso Nacional tiveram como consequência constantes conflitos jurisdicionais e de competência, fazendo com que as ações da SPVEA sofressem sensíveis deformações. De acordo com Bouhid, o DASP foi além de suas atribuições, tornando-se um fiscalizador da agência. Dessa forma, a SPVEA não teve autonomia de planejamento que a lei previra. O fato de o Plano Quinquenal e as destinações de verbas para a agência serem obrigatoriamente submetidos ao DASP e ao Congresso Nacional teve como consequência uma interferência direta na autonomia dos órgãos técnicos do planejamento regional para a Amazônia.¹⁶¹ Graças ao DASP, encargos financeiros inerentes aos ministérios, particularmente os da saúde, agricultura, educação e justiça, teriam sido indevidamente transferidos à SPVEA, reduzindo a sua margem de atuação programática no cumprimento dos preceitos à lei a que a agência obedecia.¹⁶²

Por fim, o superintendente fez um *mea culpa*, responsabilizando também a prioridade relegada à Amazônia nos planos governamentais:

É inegável que a SPVEA registrou certa insegurança e defeitos de funcionamento no domínio da apropriação de verbas, do disciplinamento nos calendários, dos controles nas aplicações financeiras. Mas isso derivou, em dose muito forte, da própria necessidade de fugir frequentemente à programação técnica original à força das omissões e irregularidades no recebimento das dotações orçamentárias. É evidente que uma política de desenvolvimento econômico executada ao bojo da pressão para utilizar recursos não inflacionados termina por atingir os setores e áreas mais vulneráveis. Nos escalões de prioridade, medida em termos de produtividade geral da economia nacional, a Amazônia figurava em posição secundária.¹⁶³

¹⁶⁰ SPVEA, 1960, p. 108.

¹⁶¹ Idem, p. 110.

¹⁶² Idem, p. 112.

¹⁶³ Idem, p. 112.

Logo após o golpe militar de 1964, ocorreu um Inquérito Policial Militar contra a instituição. A partir da “nova era” iniciada pela ditadura militar, era necessário realizar uma “varredura” na instituição até aquele momento para, posteriormente, reconstruí-la. Inúmeras irregularidades foram apontadas pelo então dirigente máximo da SPVEA, Mário de Barros Cavalcanti. A agência teria sido vítima de paternalismo, refletindo-se na distribuição de funcionários: dos 799 servidores, apenas oito possuíam nível superior – 2 economistas, 2 agrônomos, 1 técnico em pesca, 1 veterinário e 1 geólogo, septuagenário e já compulsoriamente aposentado.¹⁶⁴ Este fato teria reflexo na ausência de representantes da instituição em congressos e encontros internacionais. Outro ponto teria sido o excesso de gastos com comitivas da SPVEA nos melhores hotéis do país, ostentando contas “nababescas”, em conjunto com as empresas aéreas que cobravam da agência toda a conta pregressa. Grande parte do discurso moralizador de Cavalcanti dirigiu-se aos funcionários da instituição. Como afirmou o superintendente, “dos escombros da SPVEA surgiu a SUDAM”:

Uma parte aplicável de seu funcionalismo perdeu qualquer noção de espírito público, vendo na Superintendência apenas um instrumento de satisfação de interesses pouco recomendáveis. Entre os escândalos que encontramos e atacamos de frente, figura a indústria do salário-família, onde vimos servidores terem como seus dependentes até mesmo cunhados e primos, em virtude de graciosas autorizações fornecidas por juízes demitidos como corruptos pelo Ato Institucional.¹⁶⁵

A agência, no momento do golpe, possuía representações em Manaus, Cuiabá, Guanabara, São Luís e Goiânia. Segundo o superintendente “nada fizeram, a não ser constituírem-se locais de emprego. (...) Antes jamais tivessem existido!”¹⁶⁶ Como medidas consideradas por ele moralizantes, o superintendente extinguiu as representações de São Luís e Goiânia, além de colocar à frente de cada órgão “administradores experientes”, para escapar à centralização excessiva de poderes dados ao superintendente, que “tudo resolve, tudo decide”.¹⁶⁷ Por fim, o panorama encontrado pelo superintendente foi considerado por ele caótico, com recursos manipulados ao sabor da política regionalista de grupos interessados em fazê-la instrumento de prestígio local.¹⁶⁸ Comparando a agência com sua coirmã nordestina, a SUDENE, o

¹⁶⁴ Cavalcanti, Mario de Barros. *Da Spvea a Sudam (1964-1967)*. Belém-Pará: Sudam, mar. 1967, p. 324.

¹⁶⁵ Idem, p. 325.

¹⁶⁶ Idem, p. 26.

¹⁶⁷ Idem, p. 24.

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*.

superintendente afirmou que aquela logrou melhores resultados, pois já tivera a SPVEA como antecessora: vendo os erros e os poucos acertos, podendo se inspirar nessas ações anteriores. Esse contraste de eficiência somente se explicaria pelos aspectos físicos e socioeconômicos que emprestaram fisionomia distinta a cada uma das regiões.

De acordo com Cavalcanti, os problemas com que se defrontavam o nordeste emanavam de fatores próprios, como as pressões sociais e com um maior fator demográfico. A Amazônia, por sua vez, contaria com um “isolamento histórico” e um “vazio demográfico”, fora suas dimensões, pois tinha um tamanho quatro vezes maior que o nordeste e uma população oito vezes menor.¹⁶⁹ No lançamento da SUDAM, é perceptível as mudanças nos rumos que a agência seguiria. Se antes, as palavras de ordem eram “planejamento”, perspectiva ampla de desenvolvimento, abrangência e totalidade; na era da SUDAM, seriam “flexibilidade”, “descentralização”, “concentração de recursos”, “formação de grupos tendentes a autossustentação”.¹⁷⁰ Nada estranho em um governo cujo ministro do Planejamento era Roberto Campos, um dos cardeais do pensamento liberal no Brasil, em completa oposição às propostas Cepalinas. A SUDAM representaria, nesta chave argumentativa, a superação da SPVEA e de um passado político brasileiro, considerado por este discurso oficial como corrupto e entregue aos interesses políticos. Em anos posteriores, a SUDAM, também seria alvo de várias denúncias de favorecimento e corrupção, demonstrando que o “esforço moralizante” não dera tantos resultados.

Em análise sobre a instituição, Gilberto Marques conclui que a SPVEA ficou entre uma política nacional e uma instituição política regional, vivendo uma contradição entre a autonomia regional para elaborar políticas regionais *versus* as limitações estabelecidas pela União.¹⁷¹ O governo federal percebeu a necessidade de desenvolver políticas efetivas para a região, mas não tinha claro ainda que projeto a região cumpriria na acumulação capitalista nacional.¹⁷² A oligarquia regional não foi capaz nem de construir um projeto nem de tensionar significativamente o governo federal para este fim.¹⁷³ Desta forma, para Marques, falar em “fracasso da SPVEA” é antes de tudo falar em

¹⁶⁹ Cavalcanti, op. cit., p. 658.

¹⁷⁰ Idem, p. 662.

¹⁷¹ Marques, op.cit., p. 107.

¹⁷² Idem, ibidem.

¹⁷³ Idem, ibidem.

fracasso das expectativas regional (pelo menos todos os setores dominantes da região).¹⁷⁴ Em termos estatísticos, é possível também refutar a tese de um puro e simples “fracasso”, pois, conforme levantamento da Fundação Getúlio Vargas de 1966, o produto da chamada Amazônia Legal cresceu 8,2% ao ano, superior à média nacional de 6% ao ano.¹⁷⁵ A Amazônia Clássica (Amazonas, Pará e Acre) cresceu, no período entre 1955 e 1965, 9% ao ano. Tais números colaboram na relativização de um pleno fracasso enfrentado pela instituição.¹⁷⁶

Na prática, o dispositivo constitucional transformou-se em uma prisão financeira para os agentes da organização, pois todos os gastos e verbas dirigidas à região ficaram limitados aos 3% prometidos pela constituição. Em constante vigilância e fiscalização pelo DASP, além de ter enfrentado cortes orçamentários, pouco da verba foi de fato repassada à instituição. Entre as críticas à SPVEA, está sempre a de que faltava “um projeto claro” para a agência. Basta uma leitura dos planos quinquenais e do plano de emergência para percebermos que sim, existia o planejamento de longo prazo para a instituição. Porém, pouco foi feito. As constantes acusações aos dirigentes que ocuparam o cargo máximo da agência representaram, na memória construída posteriormente, um traço negativo da existência da SPVEA. Em uma perspectiva do contexto democrático, a instituição foi fruto de seu tempo, no qual as vozes caladas pela ditadura varguista enfim puderam se pronunciar. Não há aspecto negativo em fiscalizar e apontar desvios de conduta, que só foram possíveis graças ao dinâmico e intenso período vivido pelo país.

Na memória da instituição, é constantemente ressaltado o fato de a agência regional ter ficado à mercê das disputas políticas regionais, entronizando a nível nacional as disputas das oligarquias locais. Importante destacar que a própria agência já nasceu sob este contexto, já que sua criação foi fruto da costura de acordos políticos entre os grupos pertencentes e representantes das elites regionais da Amazônia. Com o curso do tempo, as disputas partidárias e locais deram o tom na agência, ocasionando uma quebra no pacto entre as elites regionais. A instituição, desta forma foi foco de disputas regionais entre os partidos da base aliada e da oposição pela liderança no processo de valorização econômica da Amazônia. Retornado a comparação entre o fracasso da SPVEA com o

¹⁷⁴ Idem, p. 108.

¹⁷⁵ Marques, op.cit, p. 108.

¹⁷⁶ Idem, ibidem.

sucesso (inicial) da SUDENE, é possível supor que, a agência regional amazônica não tenha contado com uma liderança política como Celso Furtado para se sobrepôr às disputas políticas das elites regionais. Em uma primeira observação, tal nome poderia ser o de Arthur César Ferreira Reis, mas este não resistiu à espiral de denúncias sofridas pela instituição.

À guisa de conclusão, é válido retomar o argumento de pensadores brasileiros que problematizaram o processo de desenvolvimento do país. Lafer aponta que a principal deficiência dos planos de desenvolvimento implementados no Brasil se deveu a fatores não inclusos nos modelos, ou seja, o irracional ou o aleatório. A coesão política em torno do plano, a coincidência entre objetivos dos membros da coletividade, a ligação entre a estrutura política e a eficácia do sistema, a consciência da necessidade de mudança e a vontade de levar à frente um programa, são variáveis que escaparam ao controle e à atuação.¹⁷⁷ Cardoso, por sua vez, ressalta o fato de que, ao contrário da URSS e dos EUA, os planos no Brasil foram definidos por grupos restritos de técnicos e políticos, e foram aprovados pelo sistema político tradicional, embora suas justificativas quase sempre tenham sido em nome dos que não estariam participando do progresso econômico e dele deveriam beneficiar-se por imperativos ético-políticos.¹⁷⁸ Dessa forma, é uma peculiaridade dos países subdesenvolvidos esta modalidade de ação política, em que se combinam modernização a partir da cúpula governamental e do tradicionalismo.¹⁷⁹ Nem a esfera econômica, nem a esfera política receberam informações adequadas ou redefiniram suas expectativas em função dos fenômenos novos dos planos de desenvolvimento. Assim, “modernização e rotina coexistem, desconhecendo-se”.¹⁸⁰

A necessidade de superação do tradicional, ou seja, das oligarquias, é ressaltada em Bresser-Pereira. Para ele, ocorreu no Brasil uma estranha metamorfose, que trouxe as modernas técnicas de desenvolvimento, junto a aspectos arcaicos da vida política nacional:

O desenvolvimento (...) só começa a ocorrer quando a sociedade tradicional entra em crise, quando os critérios racionais começam a superar os tradicionais, quando o capital passa a ter mais importância

¹⁷⁷ Lafer, op. cit., p. 27.

¹⁷⁸ Cardoso, op. cit., p. 172.

¹⁷⁹ Idem, p. 173

¹⁸⁰ Idem, p. 174.

do que a terra, quando a competência começa a sobrepor-se ao sangue, quando a lei se impõe aos costumes, quando as relações impessoais e burocráticas começam a substituir as de caráter pessoal e patrimonial, (...) quando o poder político deixa de ser o privilégio de uma oligarquia claramente definida e começa a se tornar cada vez mais difuso (...) e quando o desenvolvimento se torna o objetivo das sociedades. (...) ¹⁸¹

Para Celso Furtado, a economia e a sociedade não poderiam passar a condição de modernidade sem a destruição de estruturas anacrônicas, como o poder latifundiário e senhorial, a apropriação do Estado como ferramenta de interesses particularistas e a manutenção das diferenças regionais.¹⁸² Entre os problemas fundamentais do país estaria a estagnação econômica, que mantinha no poder os velhos setores atrasados da sociedade. Assim, como os obstáculos ao desenvolvimento só poderiam ser removidos pela ação do Estado, este ficaria refém da cristalização dos interesses retrógrados.¹⁸³ De acordo com Cepêda, a teoria do desenvolvimento furtadiana pressupõe um confronto com a anterior estrutura de poder existente na sociedade brasileira (via democrática), as oligarquias agrário-exportadoras. Este setor, que teria um peso inibidor para o pleno desenvolvimento das forças sociais é denunciado pelo economista como conservador e retrógrado. Desta forma, este anacronismo presente na estrutura política brasileira ameaçaria a estabilidade social.¹⁸⁴

A SPVEA, a partir das perspectivas acima expostas, constituiu-se então em um anacronismo ambulante. Trouxe as mais avançadas técnicas de planejamento, características do momento pós-Segunda Guerra, e incorporou, de certa forma, os valores salvacionistas dos projetos de desenvolvimento daquele período. Foi também pioneira em tal perspectiva no Brasil e oferecendo a futuros planos um modelo, no qual poderiam refutar ou abarcar suas práticas e ideias. O problema é que tal modernidade ficou a cargo de elites políticas tradicionais, ocasionando velhas práticas (corrupção, mandonismo, disputas). A SPVEA, mesmo com muitos problemas resultantes das disputas partidárias, conseguiu levar adiante muitos dos projetos propostos em seus documentos. Nos próximos capítulos, abordaremos as ações da agência na região amazônica, pensando assim o desenvolvimento da Amazônia como discurso e ação. A vida política não interferiu apenas nas concepções sobre os rumos dos projetos para a

¹⁸¹ Bresser-Pereira, op. cit., p. 24.

¹⁸² Cepêda, 2010, p. 11.

¹⁸³ Cepêda, 2001, p. 16.

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*.

região, mas também em suas práticas. No capítulo três, veremos como a saúde da Amazônia foi enquadrada por profissionais de um campo que se tornava cada vez mais presente no Estado brasileiro nas décadas de 1940 até 1960: a nutrição. Como demonstraremos, a ascensão destes profissionais veio ao encontro de reflexões de escritores e pensadores da Amazônia desde o início do século. Se a alimentação do amazônida era coadjuvante na elaboração dos primeiros planos de saneamento para a região, se transformaria então em protagonista. O próximo capítulo busca compreender este processo, enquanto no quarto e quinto capítulos da tese, verticalizaremos nossa análise para as políticas efetivas que a SPVEA e suas instituições colaboradoras levaram para a região amazônica.

Conclusão

Uma das hipóteses colocadas no capítulo anterior foi sobre a particularidade das políticas para a região amazônica nos anos 50, quando afirmamos que os projetos e debates sobre o desenvolvimento da região vieram ao encontro de um percurso histórico local, no qual programas de governo na área de imigração e saúde foram desenvolvidos, mas não foram executados de forma plena, em virtude do período de guerra, onde o esforço foi direcionado para a extração de látex para a fabricação de aparelhagem de batalha dos aliados. O quadro da região no pós-guerra rendeu críticas de opositores na Assembleia Constituinte de 1946, dando origem ao dispositivo constitucional que tinha como objetivo a recuperação e valorização econômica da região.

Mais do que pensar acerca do decantado fracasso da agência responsável pelos trabalhos de desenvolvimento, procuramos localizar os conceitos lançados nos documentos oficiais a partir do debate global acerca da possibilidade de recuperação de regiões ditas periféricas, inclusa neste referencial a Amazônia, tida como a “região mais subdesenvolvida do Brasil”. Por fim, ressaltamos como a questão do planejamento foi posta para os *policy-makers*, envolvida na preocupação maior de formação de quadros técnicos. Buscamos no curso do texto apontar também como os pensadores brasileiros do período deram conta do projeto global, salvacionista e tecnocrático do desenvolvimento. Tais autores uniram a “urgência” do desenvolvimento com o percurso

histórico local, criando teorias e hipóteses que buscavam dar conta da particularidade do caso brasileiro.

CAPÍTULO III

A CIVILIZAÇÃO DA MANDIOCA SOB OS CUIDADOS DA NUTRIÇÃO: ESCRITOS SOBRE A ALIMENTAÇÃO DA AMAZÔNIA

Introdução

*Ô Josué, eu nunca ví tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça
Peguei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola
Ia passando uma véia, pegou a minha cenoura
"Aí minha véia, deixa a cenoura aqui
Com a barriga vazia não consigo dormir"
E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar
Da lama ao caos, do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana
Da lama ao caos, do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana¹*

Nos anos de 1990, o *Mangue Beat*, movimento musical de Recife, recuperou aspectos da cultura pernambucana, como o Maracatu, além de valer-se dos conceitos de antropofagia cultural do movimento modernista brasileiro. Este trecho da música *Da Lama ao Caos*, do grupo *Chico Science e Nação Zumbi* presta homenagem à principal influência para o grupo que criou o *Manifesto Manguebeat*: Josué de Castro. Homem de seu tempo e ligado ao pensamento “terceiro-mundista”, era intelectual, político, nutrólogo, cientista social e considerado um dos grandes intérpretes do Brasil. Os conceitos e ideias presentes na obra de Josué de Castro servem até hoje como parâmetros para se pensar a fome e exclusão social, chagas detectadas pelo pensador que continuam presentes no cotidiano brasileiro. A permanência destes preceitos

¹ Science, Chico. *Da Lama ao Caos*. *Da Lama ao Caos*, 1995, Sony Music.

relaciona-se diretamente ao *homem público* Josué de Castro, que exerceu diversos cargos executivos no Estado, como coordenador de campanhas, deputado, membro da FAO, escritor e romancista. Sendo um homem de ideias e de ações, ele inseriu a Amazônia na conceituação do que seriam as chamadas *Áreas de fome* brasileiras. A região, para Josué, sofria de graves problemas relacionados à monotonia alimentar, à economia arcaica e à má educação sanitária. Suas reflexões sobre a fome no Brasil foram fundamentais para a elaboração e execução de planos que visavam a acabar com este problema. Josué, assim como muitos homens de seu tempo, acreditava que as ferramentas disponíveis no momento seriam suficientes para acabar com a má situação alimentar brasileira.

A fome na Amazônia, em suas mais diversas nuances políticas, técnicas e sociais, será o tema deste capítulo. De acordo com Ruxin, o termo “fome” é sinônimo de subnutrição e está relacionado a termos quantitativos, atacando pessoas de todas as idades, enquanto “desnutrição” se refere a termos qualitativos, sendo a inadequação de um ou vários nutrientes necessários para o bom funcionamento do corpo. Uma pessoa que sofre de desnutrição pode ingerir calorias o suficiente para a sobrevivência mas não ingere os alimentos corretos.² Os hábitos alimentares e a fome na região amazônica têm sido tema do escritores e de médicos desde o século XVIII, muito antes das publicações de Josué de Castro e do grupo de profissionais que empreenderam as primeiras políticas públicas do campo da nutrição no país.

O argumento deste capítulo é o mesmo que temos desenvolvido no curso da tese: discussões internacionais vieram ao encontro de demandas locais, colaborando assim, a dar forma ao desenvolvimento da região amazônica. Aqui, a emergência dos temas desnutrição e fome relacionam-se diretamente às discussões envolvendo os ditos países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. Assim, a formação de padrões de nutrição e pobreza está inserido neste contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Os médicos que fizeram inquéritos e buscaram compreender os hábitos dos homens da região partilhavam uma proposta de mudança. Eles compreendiam que era necessário conhecer aspectos da cultura local. A forma de a população se alimentar, os termos utilizados e o índice nutritivo dos alimentos seriam de fundamental importância para a intervenção

² Ruxin, Joshua Nailbow. *Hunger, Science and Politics: FAO, WHO, and Unicef Nutrition Policies, 1945-1978*. Londres: University College London, 1996, p. 10.

nestas comunidades. Somente com o conhecimento prévio destes hábitos seria possível levar ações de saúde pública para estes locais.

Se este foi o período em que a nutrição se tornou institucionalizada, também foi a época da criação de *standards* que serviriam como referência e meta para as ações de saúde pública no mundo. As preocupações com a fome e com a comida ingerida pela população da Amazônia não se iniciou apenas a partir do pós-Segunda Guerra. Desde o século XVIII é possível encontrar livros que mapeavam a agricultura local, assim como os hábitos alimentares que existiam na região amazônica. Alguns destes autores estarão presentes na primeira seção.

Posto isto, dividimos o capítulo em três partes. Inicialmente, vamos apontar os escritos que problematizaram o tema da fome na Amazônia até o período da Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, serão privilegiadas as transformações no campo da saúde que propiciaram que temas como alimentação, nutrição, subnutrição e fome fossem incorporados às agências internacionais, contando inclusive com a criação de uma organização específica. A segunda parte do capítulo privilegiará as discussões sobre a alimentação no Brasil, tendo como culminância as discussões envolvendo a nutrição dos homens da Amazônia. Além de Josué de Castro, vamos demonstrar alguns aspectos do pensamento de Dante Costa, um médico paraense que ocupou importantes cargos públicos na área de nutrição e dedicou parte de sua obra à situação da fome na Amazônia. Veremos também como a alimentação foi incorporada no rol das ações estatais voltadas para o desenvolvimento da região amazônica, chegando a fazer parte dos documentos oficiais que deram início às ações da SPVEA.

3.1 – A civilização da mandioca: a monotonia alimentar da Amazônia na mira dos intelectuais

A alimentação da região amazônica foi observada desde os primeiros viajantes que passaram pela região, como o padre João Daniel, ainda no século XVIII. Ele condenava a economia praticada pelos habitantes, considerada predatória além do produto principal do alimento mais consumido pela população: a mandioca. Mesmo com a opulência do

mundo natural, a miséria era completa na região, devido ao tipo de economia e produto escolhido pelos habitantes: a farinha-de-pau, feita de mandioca. O cultivo deste tubérculo também foi condenado pelo padre, pois a saída da miséria passava necessariamente por uma variação na agricultura. João Daniel apontava que a mandioca exauria rapidamente o solo, obrigando os moradores a tornarem-se nômades, sendo uma cultura que tinha grande demanda de mão de obra para ter um resultado modesto.³

Entre as propostas apresentadas pelo jesuíta estão a substituição do cultivo da mandioca por grãos como trigo, milho e arroz, e a introdução da agricultura familiar. O padre condenava a atitude dos colonos, pois, ao invés de civilizar os índios, acomodavam-se aos costumes deles, perpetuando a agricultura destrutiva praticada na região.⁴ O método de plantio da mandioca foi condenado por João Daniel. Ele condenava a coivara (queima do terreno para depois plantar) e recomendava o método utilizado por outros indígenas, que não derrubavam as árvores, mas apenas limpavam por baixo e concentravam a queimada, ao invés de espalhar por toda a plantação.⁵ Mesmo após dois séculos de distância, é possível perceber permanências destas práticas, como demonstra Charles Wagley, em 1943.⁶

O médico do SESP, em estudo de comunidade sobre Itá, cidade do Amazonas, ficou impressionado com a quase monocultura da mandioca na região. Alguns hábitos permaneciam, mesmo com Wagley não citando o jesuíta em seu estudo. A mandioca é robusta, adaptando-se muito bem aos trópicos e às condições de solo presentes na Amazônia. O problema apontado pelo médico é que a cultura do tubérculo tinha uma consequência nefasta: forçava os homens, tanto índios quanto os caboclos, a se tornarem nômades. Como a mandioca crescia muito lentamente, a colheita era realizada em 6 meses, ainda verde. Logo em seguida, a maioria dos lavradores já replantavam no local da raiz que tinham retirado. Como o segundo plantio era muito menos produtivo que o primeiro, o sítio normalmente era abandonado e invadido pelo mato. Desta forma, o “ciclo da mandioca” trazia consigo a marca da irracionalidade extrativista e o

³ Lobato, Ana Emília da Luz. *O Tesouro escondido na Amazônia: um estudo sobre natureza, trabalho e riqueza na obra do jesuíta João Daniel*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, na Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2009, p. 85.

⁴ Lobato, op. cit., p. 26.

⁵ Lobato, op. cit., p. 28.

⁶ Escrito em 1943 e publicado em 1956.

nomadismo.⁷ A “certeza” da plantação da mandioca era o fator primordial para a manutenção de seu cultivo. O mesmo Wagley, em um capítulo de seu estudo de comunidade, destacou as crenças, mitos e lendas amazônicas que rodeavam a caça, a pesca e a alimentação dos indígenas da região. Para ele, os períodos de escassez e fartura relacionavam-se diretamente à criação destas lendas. Mas sobre a mandioca não residiam explicações sobrenaturais, pois, mesmo que a agricultura local fosse extremamente precária e pouco produtiva, o cultivo do tubérculo era certo e dificilmente fracassava.⁸

Em 1944, Alberto José de Sampaio analisou a alimentação do sertanejo brasileiro. O autor, botânico do Museu Nacional, estudou os hábitos alimentares dominantes nas áreas rurais do Brasil, inclusive entre os grupos indígenas, analisando em que medida eles supriam as necessidades vitais. A obra, escrita em pleno contexto e “espírito” de integração nacional do Estado Novo, destacava vários aspectos da vida interiorana brasileira e as formas de levá-la aos padrões de vida do litoral. De acordo com ele, na Amazônia deveria ter ocorrido povoamento muito maior que no Nordeste brasileiro, pois lá sempre existira fartura alimentar. Mas não fora isso que aconteceu durante a história da região amazônica, que possuía um grande vazio demográfico, com o menor índice habitante/km² do país. A razão de tal dispersão populacional residiria, dessa forma, não na oferta de alimentos, mas na colheita, feita de forma rudimentar, e no nomadismo do homem.⁹ Além das questões econômicas, a educação do homem do interior seria vital para integrá-lo à civilização. Caso o trabalho de criação de hábitos alimentares não fosse constante, o mesmo homem poderia regredir para a sua condição “cabocla”, pois o sertanejo, para Sampaio, era uma regressão ecológica, um asselvajamento e embrutecimento do homem, por força das circunstâncias adversas. Citando artigos de Deffontaines, Sampaio destaca que era comum encontrar fazendeiros de zonas abandonadas que se caboclizaram.¹⁰ Somente um intenso trabalho de mudança na cultura destes homens do interior poderia salvá-los da perpetuação do “atraso”.

⁷ Wagley, Charles. *Uma Comunidade Amazônica* – estudo do homem nos trópicos. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988, p. 86. A Primeira edição deste livro no Brasil é de 1956.

⁸ Wagley, op. cit., p. 99.

⁹ Sampaio, Alberto José. *A Alimentação Sertaneja e do Interior da Amazônia – Onomástica da Alimentação Rural*. Rio de Janeiro: Companhia da Editora Nacional, 1944, p. 99.

¹⁰ Idem, p. 40-42.

Os trabalhos de Wagley e Sampaio estão inseridos no contexto dos anos 1940 e 1960, de institucionalização das ciências sociais e, em especial, do surgimento dos Estudos de Comunidade. De acordo com Oliveira e Maio, estes estudos configuraram uma modalidade de pesquisa em que a vida social de uma determinada comunidade, social e espacialmente localizada, era objeto de investigação minuciosa e detalhada.¹¹ O conhecimento do modo de vida das populações rurais produzido por estes autores ofereceu aos cientistas sociais dados empíricos que se coadunavam com a perspectiva de trabalho científico característica do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. De acordo com Oliveira e Maio, os Estudos de Comunidade contribuíram para que a realidade social das comunidades rurais brasileiras fosse conhecida.¹² Os dados colhidos por estes pesquisadores constituíram material utilizado na compreensão da dinâmica social brasileira entre as décadas de 1940 e 1960 e evidenciaram questões metodológicas e cognitivas que perpassaram a produção intelectual sobre o país no período. Por isso, Oliveira e Maio apontam estes estudos como uma marca importante na história das ciências sociais no Brasil, visto que estão ligados ao surgimento de instituições acadêmicas neste campo, além de constituírem um relevante elo entre seus trabalhos e amplos projetos de pesquisa social em sintonia com a temática do desenvolvimento.¹³ De forma geral, os autores concordam que estes estudos contribuíram significativamente para as interpretações dos cientistas sociais acerca da sociedade brasileira e estiveram comprometidos com uma perspectiva de mudança social.¹⁴ Retornaremos a este tema mais adiante, com as análises de Dante Costa sobre a educação alimentar dos homens da Amazônia.

Em conferência sobre os problemas do mundo no pós-guerra, em 1945, o geógrafo Castro Barreto teria declarado que “não conhecia civilização baseada na mandioca”, pois na Europa e nos Estados Unidos, o trigo e o milho serviram de suporte ao processo civilizatório daqueles países.¹⁵ A própria história da Amazônia negaria essa afirmativa. O médico Djalma Batista aponta que, mesmo antes da colonização europeia, a mandioca

¹¹ Oliveira, Nemuel da Silva; Maio, Marcos Chor. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. **Brasília:** Soc. estado. Brasília, v. 26, n. 3, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9922011000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01/08/2012.

¹² Idem, ibidem.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ Idem, ibidem.

¹⁵ Apud Batista, Djalma. *O Complexo da Amazônia (Análise do Processo de Desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1976, p. 56.

era fator preponderante e básico da alimentação amazônica, o que representava uma supremacia frente às outras culturas (70% em média). A cultura tinha vantagens para os locais, como a rusticidade, a facilidade do cultivo e a multiplicidade das formas de aproveitamento. Assim, as facilidades acabavam por sublimar as possíveis desvantagens (pobreza na composição e economia destrutiva).¹⁶ A mandioca tinha (e tem) 90% de sua produção transformada em farinha de mesa, nos seus três tipos: farinha branca ou seca, farinha d'água e farinha do Pará. Como alerta Batista, os processos arcaicos que envolviam o tubérculo estavam integrados à cultura da população. Para substituí-la, era necessário que surgissem atividades rentáveis e produtos que conseguissem satisfazer o paladar local.¹⁷ Como exemplo, o médico conta que, em certo ano, os ribeirinhos do Rio Solimões, atraídos por imensa propaganda, plantaram arroz ao invés de mandioca. Porém, não tiveram como descascar o arroz, que não serviu para a própria alimentação, nem dispuseram de transporte do mesmo para um centro consumidor para Manaus. Todos então teriam passado fome.¹⁸

Em 1907, no primeiro ciclo da borracha, Raymundo Pereira da Silva reclamava contra o abandono alimentar em que viviam os imigrantes que iam trabalhar na Amazônia. Esses homens iam trabalhar às 4 horas da madrugada e voltavam entre 10 e 11 horas da noite, comendo charque ardido ou conservas de lata e farinha mofada durante todo o período de safra. Diante deste quadro, estava explicada para Pereira da Silva a “aptidão” do trabalhador em contrair todas as espécies de moléstias.¹⁹

Outro exemplo de atenção sobre os hábitos alimentares da região está no autor destacado pelo próprio Josué de Castro em *Geografia da Fome*: o médico José Francisco de Araújo Lima. Em pesquisa sobre trabalhadores do baixo Amazonas, publicada em *Amazônia, a Terra e o Homem*, de 1933, foi destacado o resultado da má alimentação sobre a vida laboral desses homens – o que pode ser considerado como primeiro inquérito profissional realizado sobre a desnutrição reinante na Amazônia. Araújo Lima foi pioneiro também no destaque dado à alimentação como a base dos problemas sanitários da região. Alguns aspectos serão abordados na seção dedicada a Josué de Castro, mas outros merecem destaque nesse momento. Os trabalhadores da

¹⁶ Batista, 1976, p. 56.

¹⁷ Idem, p. 57.

¹⁸ Idem, p. 56

¹⁹ Costa, 1965, p. 110.

plantação de algodão vistos por ele ingeriam um singelo mingau de arroz ao amanhecer, como única refeição diária.²⁰ A preocupação de Lima residia no resultado que a má alimentação traria à capacidade laboral daqueles homens. Após observar 429 trabalhadores, notou que produziram 17.680 dias de trabalho útil, o que daria 41 dias úteis por ano para cada um, ocasionando em 2 dias úteis por mês para cada homem!²¹ Isso posto, ele concluiu que a má alimentação era causa principal do triste quadro nosológico da região. Partindo dos planos de saneamento para a região amazônica desde o início do século XX, como o relatório feito por Oswaldo Cruz em 1912, a malária, o “duende da Amazônia”, aparecia como a principal *causa mortis* do homem da Amazônia. Os estudos de Araújo Lima colaboraram para a inserção deste novo dado para o mosaico sanitário da região: a desnutrição.

Rendimento instável do trabalhador, descontinuidade do mecanismo de sua ação — são sintomas de uma deficiência orgânica, psicológica, constitucional, em função da carência alimentar, habitual e quase sistemática, que gera uma avitaminose consuetudinária. Essa abstinência, total ou parcial, essa frugalidade, essa resistência ao jejum é observação de todos quantos lidam com os nativos amazônicos; mas ainda não fora interpretada como um dos agentes da decantada indolência do homem daquelas paragens. Há nele um déficit nutritivo, orgânico, e também psicológico, cujo *substratum* fisiopatológico é a miséria alimentar. Se o caboclo é indolente, é inerte, é apático; se não tem atividade, nem iniciativa, nem aptidão para o trabalho, é porque se nutre mal, assimila insuficientemente, realiza um regime alimentar deficitário, do qual resulta um comprometimento do metabolismo, que inabilita o seu organismo para os insupríveis recursos reclamados pelo exercício pleno das mais amplas funções da economia humana.²²

A partir de 1945, a forma de se enxergar a fome sofreu influência direta da chamada “cultura do desenvolvimento” no mundo. Como demonstramos em capítulos anteriores, a saúde neste período sofreu influência direta do contexto da guerra fria e com a crença na tecnologia da época para acabar com os males que afligiam a população mundial. Para compreendermos como esse processo ocorreu, será necessário, nas seções seguintes, realizar um breve panorama sobre a ascensão da nutrição como ciência no século XX. Após o contexto internacional, veremos que estas ideias vieram ao encontro dos debates travados por médicos brasileiros no mesmo período. Dois deles terão destaque neste capítulo, o pernambucano Josué de Castro e o paraense Dante Costa. As

²⁰ Lima, Araújo. *Amazônia – A Terra e o Homem*. 2ª edição, 1937. Projeto Brasiliana Digital. Disponível em: < <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/72/amazonia-a-terra-e-o-homem>>. Acesso em: 27/05/2012, p. 116.

²¹ Idem, p. 118-120.

²² Idem, p. 119.

reflexões dos dois médicos proeminentes na trajetória da nutrição brasileira serão o elo entre este amplo contexto e a região amazônica, estudada por ambos. Somente assim, poderemos compreender como a situação alimentar da Amazônia se transformou em um problema a ser combatido nos projetos voltados para área de saúde da SPVEA.

3.2 – A emergência da Nutrição: da *League of Nations Health Office* aos primeiros anos da *Food and Agriculture Organization of the United Nations*

A partir do século XVIII, iniciaram-se estudos direcionados à questão dos gastos e das necessidades energéticas.²³ Lavoisier, considerado um dos criadores da nutrologia, (posteriormente denominada nutrição), estabeleceu a relação entre o processo de respiração com o metabolismo dos alimentos. Durante o século XIX, as pesquisas concentraram-se nas proteínas, culminando, no início do século XX, com a descoberta e o estudo aprofundado das vitaminas. O desenvolvimento científico do assunto, bem como os problemas de alimentação decorrentes da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), contribuíram para que a Nutrição começasse a se constituir em um campo científico, com instituições e apoio estatal em diversos países, com o objetivo de estudar a questão e de propor soluções para os “problemas alimentares” enfrentados pelo mundo²⁴.

Do ponto de vista da história das políticas públicas, é possível delimitar o enquadramento da fome para planos de ação a partir do momento em que ocorreu a definição do que seria considerado um padrão de vida razoável para as populações. Por mais que a preocupação com tais níveis datem do século XIX, foi após a “crise de 1929” que os países passaram a dar mais atenção e eleger políticas públicas prioritárias a partir de dados e pesquisas quantitativas.²⁵ Nos anos 1930, com o sucesso das ideias keynesianas e um maior interesse em macroeconomia os países industriais criaram institutos de pesquisas estatísticas. Desta forma, o atributo de padrões de vida tornou-se

²³ Barros, Maria Sylvania Carvalho; Tartaglia, José Carlos. A Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: Breve Histórico, Avaliação e Perspectivas. *Alimentos e Nutrição*, Araraquara, v. 14, n. 1, 2009, p. 117.

²⁴ Idem, p.118.

²⁵ Latouche, Serge. Standard of Living. Sachs, Wolfgang. (ed.) *The Development Dictionary – A Guide to knowledge as power*. London and New Jersey: Zed Books, 1992, p. 251.

um imperativo para todas as nações, mas em especial, as consideradas atrasadas, que naquele momento, poderiam encontrar números nos quais poderiam se espelhar.²⁶ A força destes números foi um dos fatores que ajudaram a configurar o que seria a “Era do Desenvolvimento”, em que tais padrões tornaram-se um objetivo e homogeneizaram o percurso histórico de diversas nações.²⁷ De acordo com Latouche, a ocidentalização do mundo, característica do discurso do desenvolvimento, impôs o conceito de padrão de vida como uma categoria dominante para a percepção da realidade social e tornou o aumento dos padrões de vida uma obrigação para os líderes de países emergente.²⁸

Esta discussão acentuou-se e ganhou forma no período de existência da Liga das Nações (1919-1946), considerada malfadada por certa história oficial, porém deixou legados importantes para as discussões sobre a saúde da população mundial no século XX, em especial a discussão acerca dos padrões de vida das populações.²⁹ A *League of Nations Health Office* (LNHO) preocupou-se principalmente com a padronização das estatísticas de mortalidade, pois as circunstâncias da Depressão revelaram o potencial social dos padrões internacionais. Em resposta à deterioração da economia internacional e política, a equipe técnica da LNHO e da *International Labour Office* (ILO) começaram a promover ambiciosos programas de saúde pública colaborativa e internacional.³⁰ O Instituto Internacional de Agricultura (criado em 1905), trabalhou em conjunto com a LNHO e a ILO, pois a (des)nutrição constituíra-se em prioridade para os médicos ligados a estas organizações.³¹ Comitês mistos relacionaram informações socioeconômicas com estatísticas. Estudos relacionados a grupos vulneráveis como crianças e gestantes foram lançados. Nutricionistas como John Boyd Orr apontavam que o círculo vicioso da depressão na agricultura e a desnutrição urbana poderiam ser remediados pelo aumento da produção de comidas saudáveis. Estes profissionais acreditavam que, pelo avanço de técnicas de agricultura e cooperação intergovernamental, as ideias malthusianas seriam refutadas: uma boa distribuição de alimentos poderia prover uma boa nutrição para todos.³² De acordo com Ruxin, o

²⁶ Latouche, op. cit., p. 252.

²⁷ Idem, p. 253.

²⁸ Idem, p. 257.

²⁹ Weindling, Paul. Social Medicine at the League of Nations Health Organisation and the International Labour Office, Weindling, Paul (Ed.) *International health organisations and movements (1918-1939)*. Cambridge: Cambridge University Press, s/d, p. 145

³⁰ Idem, p. 144.

³¹ Idem, ibidem.

³² Ruxin, op. cit., p. 12.

formato inovador da LNHO, como uma impressionante organização internacional de saúde autônoma que contava com um número nunca visto antes de países-membros, moldou e foi moldada por grandes nutricionistas que, nas décadas posteriores, dominariam a área.³³

Em 1935, o primeiro tratado internacional sobre dieta alimentar foi elaborado, definindo um quantitativo mínimo de vitaminas, proteínas, gorduras e calorias, que as pessoas deveriam diariamente ingerir, assim como a definição de o que seria desnutrição.³⁴ Como aponta Weindling, os padrões internacionais nutricionais forçaram os governos a aumentar o valor dado a benefícios de parturientes, bem como aos desempregados.³⁵ Em 1937, foi lançado o documento que seria a pedra fundamental das preocupações com o estado de nutrição da população mundial: *Nutrition – Final report of the Mixed Committee of the League of Nations on The Relation of Nutrition To Health, Agriculture and Economic Policy*.³⁶ De acordo com a publicação, a nutrição não era mais um problema exclusivamente fisiológico, mas também, uma questão para as organizações de saúde pública e para os economistas.³⁷ As políticas alimentares, se transformadas em realidade, abririam novas perspectivas para o melhoramento da espécie humana. As políticas nutricionais, de acordo com o relatório, teriam que ser primordialmente baseada no consumo de alimentos das populações.

Mesmo com poucas pesquisas e trabalhos de campo, a desnutrição e a fome no mundo eram vistas como um desafio e uma oportunidade: um desafio às consciências humanas e uma oportunidade para erradicar um mal social através de métodos que propiciariam um aumento da prosperidade econômica. As pesquisas da LNHO e da ILO foram, dessa forma, fundamentais para o que viria após o trauma nazista da Segunda Guerra Mundial: a necessidade e criação de uma nova e independente agência internacional de combate à fome. As pesquisas diminuíram com o advento da II Guerra Mundial, porém, as sementes foram lançadas e alguns trabalhos foram feitos neste período.³⁸ Um exemplo foi o relatório do *National Research Council*, em 1942, que previa uma possível crise proteica global após o fim da guerra. Em 1943, Franklin Delano

³³ Ruxin, op. cit., p. 35.

³⁴ Weindling, op. cit., p. 145.

³⁵ Idem, p. 144.

³⁶ Ruxin, op. cit., p. 35.

³⁷ Idem, ibidem.

³⁸ Idem, p. 37.

Roosevelt reuniu a Conferência das Nações Unidas de Alimentação e Agricultura em Hot Springs, Virgínia. Para Staples, a conferência foi diferente das demais, pois enfatizava questões técnicas, com a ampla participação de *experts*, abordando tópicos que iam além de discussões diplomáticas.³⁹ De forma geral, os delegados enviados eram especialistas em agricultura, nutrição, administração pública e nutrição e o mais importante, já tinham experiência com reuniões de caráter internacionalistas, pois muitos já tinham participado da LNHO.⁴⁰ O principal dilema de Hot Springs (que foi levado adiante durante as diferentes gestões da *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, FAO), era se a futura organização internacional teria o papel amplo de estimular a produção agrícola e estabilizar preço de mantimentos, ou se seria apenas uma agência que recolheria dados e faria trabalhos de campo para futuros congressos. Dessa forma, o documento final da conferência afirmava que a primeira causa da fome e desnutrição era a pobreza e que seria inútil que a produção de alimentos aumentasse sem a expansão dos mercados. Era preponderante ocorrer a expansão da economia global para que as populações garantissem uma dieta razoável.⁴¹

A filosofia que guiou os primeiros diretores gerais da FAO foi a utilização de novas tecnologias e informação científica para acelerar a agricultura dos países pobres, pois a melhora de índices de saúde e a estabilidade dessas regiões seriam a chave para a paz global.⁴² O desenvolvimento agrícola deveria figurar entre as prioridades para qualquer plano econômico de desenvolvimento. Como veremos nas próximas seções, estes objetivos figuravam entre as prioridades para o desenvolvimento da região amazônica, demonstrando assim, certa consonância da agenda global de saúde com as demandas locais. Como a FAO chegou ao Brasil? Para compreender quais preceitos da agência chegaram ao Brasil, é necessário apontar a mudança da FAO, que, de um caráter internacionalista em sua origem e com amplos e ambiciosos programas, redirecionou-se para aspectos pontuais de cooperação técnica, com o elemento econômico (ou economicista) cada vez mais predominante.

De acordo com Staples, a FAO, sob a direção de John Boyd Orr, antigo colaborador da LNHO, funcionou como uma força contra-hegemônica no contexto do início da Guerra

³⁹ Staples, Amy.L. S. *Constructing International Identity: The world Bank, Food And Agriculture Organization and the world health organization*. Dissertation, The Ohio State University, 1998, p. 184.

⁴⁰ Idem, *ibidem*.

⁴¹ Ruxin, op. cit., p. 44.

⁴² Staples, op. cit., p. 185.

Fria, cujas doutrinas de “segurança nacional” pretendiam-se totalizantes. A visão internacionalista e supranacional pretendida pela agência ia de encontro aos protecionismos econômicos locais. Mesmo não conseguindo deliberar decisões que iam além de suas fronteiras, era uma organização internacional que incluía a maior parte dos países, posto que suas críticas e sugestões não poderiam ser ignoradas completamente.⁴³ O *World Food Survey*, realizado em 1946, foi o primeiro projeto de larga escala realizado pela agência. Experts de mais de 70 países enviaram informações para a coleta de dados sobre distribuição de alimentos pelo mundo e confirmaram as suspeitas de que o mundo estava extremamente faminto.⁴⁴

Muitos dos membros da agência acreditavam que dois aspectos seriam essenciais para o fim da fome global: a determinação estatística de consumo e distribuição de alimentos e a provisão de alimento e tecnologia para as pessoas necessitadas.⁴⁵ Mesmo após a ambiciosa coleta de dados, o quadro da alimentação mundial ainda não parecia muito claro, pois mais da metade da população mundial consumia menos de 2250 calorias por dia e, mesmo as populações que as ingeriam, apresentavam, em sua maioria um quadro de desnutrição. A resposta a este diagnóstico foi proposta a *World Food Board* (WFB), com a ideia de que os métodos utilizados para o comércio de alimentos não eram ligados necessariamente a uma melhor alimentação global. O objetivo principal seria a distribuição de comida para todas as pessoas – uma certa ingenuidade que correspondia ao perfil de Orr, um homem que tinha perdido seu filho na guerra e acreditava que a alimentação seria a chave para o equilíbrio do mundo no pós-Segunda Guerra Mundial.⁴⁶ As principais funções da WFB seriam: estabilizar o preço de produtos agrícolas nos mercados mundiais; estabilizar e criar uma reserva mundial de alimentos para futuras emergências; criar fundos para financiar o desenvolvimento agrícola das nações pobres; cooperar com organizações ligadas a distribuição de créditos internacionais para o desenvolvimento agrícola e industrial.⁴⁷ O desejo de Orr de realizar políticas globais que, na prática, imporiam regras aos mercados internacionais de preços e de abastecimento de alimentos (um certo *Keynesianismo* alimentar) iam contra aos preceitos locais de protecionismo, preconizados principalmente pelos EUA.

⁴³ Staples, op. cit., p. 212.

⁴⁴ Ruxin, op. cit., p. 51.

⁴⁵ Idem, p. 52.

⁴⁶ Idem, ibidem.

⁴⁷ Idem, p.54.

O Departamento de Estado estadunidense considerou a WFB impraticável, pois ia contra a política de comércio internacional do país, com o viés de Livre-Comércio, por meio de órgãos como a Organização Mundial de Comércio (OMC), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Staples, o *American Way of Life*, baseado no consumo e na promessa de expansão econômica, estaria ameaçado por qualquer forma de autarquia supranacional, como a WFB.⁴⁸ Os planos do dirigente contrariavam a política econômica pretendida pelos estadunidenses e limitavam o retorno político que a distribuição de alimentos em países pobres poderia dar, em especial no primeiro momento da Guerra Fria, sob a administração histórica de Truman.

The creation of essentially three new international organizations – a buffer stock regulatory agency, a credit facility, and a distribution agency for concessionary and famine-relief supplies, each with its own need for funds and high-caliber personnel – was a lot to ask of national governments working hard to overcome the disruptions of World War II and restore their own economies (...) Orr might have overestimated the will of the world's people, already exhausted from the war, to undertake a new crusade against hunger, and he underestimated his Anglo-American rivals who wanted to shape the postwar world in their own image.⁴⁹

Em 1948, o dirigente deixou a FAO. Por mais que os ideais de Orr ainda permanecessem nas diretrizes de seus sucessores, ocorreu um redirecionamento na agência, centrando-se mais na cooperação técnica com os países pobres que necessariamente em políticas de distribuição de alimentos. A partir da administração de Norris E. Dodd, em 1949, a organização optou por práticas pontuais, se comparadas às ideias anteriores. O foco essencial destas operações da FAO era o chamado Terceiro Mundo, onde cooperações técnicas com vistas ao desenvolvimento agrícola tinham tomado lugar das ajudas às nações europeias – naquele momento, a cargo do Plano Marshall. Com estas ações pontuais, Dodd esperava que ocorresse uma consciência maior da necessidade de cooperação internacional e, com o sucesso destes projetos, as nações seriam levadas a pensar que a FAO era um grande departamento internacional de agricultura, moldando assim, a identidade definitiva da agência.⁵⁰

A construção desta imagem teve como consequência a constante diminuição do espaço que a nutrição passou a ter na agência em relação à Agricultura. Ruxin aponta que não

⁴⁸ Staples, op. cit., p. 218.

⁴⁹ Idem, p. 216

⁵⁰ Staples, op. cit., p. 231.

há nos relatórios da FAO o exato momento que a nutrição perdeu lugar, mesmo tendo um papel primordial na criação da agência.⁵¹ Em comparação aos outros setores, como economia, e levantamento florestal, a nutrição diminuiu sua participação, enquanto estes aumentaram em relação à demanda por cooperação internacional.⁵² Em entrevista de 1995, Ralph Phillips, que trabalhara na FAO nos anos 1950, afirmara que o setor de nutrição sempre foi um dos menores da agência e que os profissionais da área sempre reclamavam de que os países que seriam atingidos pelos programas não tinham interesse em colocar a área de nutrição à frente dos trabalhos na área de agricultura.⁵³ As alocações orçamentárias da organização eram de acordo com o pedido dos países – e nesse ponto a divisão de nutrição era preterida em relação às cooperações voltadas às áreas agrícolas e florestais. Como aponta Ruxin, mesmo que hipoteticamente cada divisão trabalhasse a partir de preceitos nutricionais, este fator não era visto nos resultados destas outras áreas. Os programas concentraram-se mais em distribuição de alimentos que em questões nutricionais, como vitaminas e calorias. A divisão que mais cresceu foi a de agricultura, cujas ações recebiam metade do orçamento total da agência. Os trabalhos deste setor centravam-se mais em controle de doenças de animais e em desenvolvimento agrário, uso de plantas e de água. Estas ações, na visão da FAO, eram muito mais tangíveis para os países pobres que a nutrição. Em relatório da instituição de 1954, foi sugerido que a divisão de nutrição estivesse falhando em melhorar os padrões de vida das populações dos países pobres.⁵⁴ Dessa forma, seria importante direcionar as atenções para os setores de maior eficácia, como o de agricultura, floresta e pescaria.⁵⁵

A concepção de Agricultura que se encontrava na FAO caracterizava-se pelo conjunto de ideias que sustentavam a assistência técnica como atividade programática, instrumentalizando assim, as teorias do desenvolvimento e assemelhando-se também com as premissas do Programa Ponto Quatro.⁵⁶ De acordo com Bizzo, na passagem do

⁵¹ Ruxin, op. cit., p. 79.

⁵² Idem, p. 80.

⁵³ Idem, p.81.

⁵⁴ Idem, p.82.

⁵⁵ Idem, ibidem.

⁵⁶ Bizzo, Maria Letícia Galluzzi. *Agências Internacionais e Agenda Local: Atores e Ideias na Interlocação entre Nutrição e País (1932-1964)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, FioCruz. Rio de Janeiro, 2012, p. 249.

ideário de nutrição entre a LNHO e a FAO, ocorreu uma redução na agenda em termos do valor da nutrição como hierarquizadora das demais áreas de mudança e avanço nas sociedades, em prol da saúde humana.⁵⁷ O documento considerado como base da doutrina sobre o desenvolvimento é o *Formulation and Economic Appraisal of Development Projects*, de 1951, valorizando a agricultura, assim como a indústria; mas nesse aspecto, com mais proximidade com os moldes do pensamento sobre desenvolvimento nos quais a economia sobrepujava as outras áreas.⁵⁸ Dessa forma, a nutrição perdeu força, perdendo seu lugar na hierarquia da agência.⁵⁹

Além das questões pragmáticas, pontos de ordem científica influenciaram nessa questão. Dúvidas pairavam sobre a aplicação prática das pesquisas de nutrição. Em um relatório sobre produção e plantação de arroz no mundo, os autores afirmavam que a ciência nutricional não era necessariamente traduzida em aplicações pragmáticas.⁶⁰ Os esforços da agência, deste momento em diante estiveram muito mais direcionados a cooperação técnica e desenvolvimento agrícola. Staples afirma que o programa de assistência técnica da FAO, por seu caráter internacionalista, foi mais acionado por países pobres que programas bilaterais. Diferente da lógica nacional, política ou militar, a assistência técnica era feita em nome da “humanidade” e não buscava concessões econômicas.⁶¹ Até a metade da década de 1950, diversos países (com características políticas diferentes e que não estavam necessariamente alinhados aos EUA ou à URSS) adotaram esses programas: Coreia do Sul, Afeganistão, China, Arábia Saudita, Peru, Síria, Etiópia e Equador.⁶² No caso brasileiro, as ações da agência vieram ao encontro de uma tradição intelectual e médica de se discutir a fome e suas implicações no mundo social, político e científico. Se no exterior, a emergência do campo da nutrição relacionou-se diretamente a eventos históricos traumáticas, como as duas Guerras Mundiais, no Brasil, mesmo antes da configuração de especialistas e de um campo de estudos institucionalizado, as preocupações em relação à fome se deveram mais aos aspectos estruturais e às deficiências de distribuição do país. Desde a época colonial eram discutidas as questões relativas ao abastecimento de gêneros alimentícios para as demais regiões do país por viajantes e contemporâneos daquele período.

⁵⁷ Idem, ibidem.

⁵⁸ Idem, ibidem.

⁵⁹ Idem, ibidem.

⁶⁰ Ruxin, op. cit., p. 84.

⁶¹ Staples, op. cit., p. 240.

⁶² Idem, ibidem.

Para o Brasil, a temática agrícola recebeu grande destaque nos nascentes debates sobre a alimentação do brasileiro. A permanência de um modelo de agricultura nas bases sociais, econômicas e políticas de então impediria a adequada alimentação da população e o progresso nacional.⁶³ Para os especialistas de nutrição, era necessário definir o que e quanto deveria ser plantado para atender a coletividade, ocorrendo assim, uma apropriação da temática agrícola pela nutrição.⁶⁴ O alimento da população deveria ser uma prioridade nacional e necessitavam medidas urgentes, através da criação de políticas e instituições públicas. De acordo com Bizzo, boa parte dessas ideias se localizou no cenário de discussões em torno do projeto ideal de Brasil ao longo do século XX.⁶⁵ Tais ideias foram muito importantes para a sedimentação de uma politização e institucionalização do tema alimentação na intelectualidade brasileira, a partir da década de 1930.⁶⁶ Assim como no contexto internacional, na esfera nacional a alimentação tornou-se um tema social e político definitivo.⁶⁷ Se a FAO chegava à metade dos anos de 1950 com preocupações e programas pontuais, o Brasil já contava com médicos e intelectuais que discutiam a questão da fome no país. Vasconcelos estabelece uma relação direta entre o crescimento da percepção da fome no país com o processo de urbanização e industrialização do país a partir da década de 1930.⁶⁸ No período entre 1930 e 1945, junto às transformações econômicas, políticas e sociais do Brasil, ocorreu a emergência do processo científico da fome, com o surgimento da ciência da Nutrição e a criação da prática profissional em Nutrição (os cursos para a formação de nutricionistas) e a instituição da política social de alimentação e nutrição.⁶⁹

⁶³ Bizzo, op. cit., p. 219.

⁶⁴ Idem, p. 220.

⁶⁵ Idem, ibidem.

⁶⁶ Idem, ibidem.

⁶⁷ Idem, ibidem.

⁶⁸ Vasconcelos, Francisco de Assis Guedes. Combate à Fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista Nutrição Campinas*, 18 (4); jul/ago, 2005, p.440.

⁶⁹ Vasconcelos, 2005, p. 441.

3.3 – A fome no Brasil: autores e (breve) percurso histórico

No Brasil, no mesmo período em que a nutrição ganhou destaque mundial, começou a formação de grupos de especialistas no combate à fome. Parte desses jovens médicos dedicou-se às pesquisas biológicas, clínicas e experimentais, aperfeiçoando assim o ramo da fisiologia da nutrição. Outra parte, influenciado pelo médico argentino Pedro Escudero (fundador e diretor do Instituto Nacional de Nutrição, em Buenos Aires), optou por estudar a nutrição na sociedade, procurando definir um padrão de “alimentação racional”, disponibilizando às pessoas, os elementos estudados pelos fisiologistas.⁷⁰ Os dois grupos relacionaram-se ao longo da história de forma complementar: o primeiro fornecia ao segundo a credibilidade científica necessária para fundamentar suas propostas de intervenção social e política; já o segundo garantia aos ‘fisiologistas da nutrição’ visibilidade e recursos.⁷¹ Neste contexto, há a ampla divulgação das primeiras pesquisas de campo, como o de Josué de Castro com os trabalhadores de Recife em 1932 e o de Dante Costa com os estudantes do Distrito Federal na mesma década, e, conseqüentemente, a incorporação do discurso dos nutricionistas ao Estado brasileiro.

A década de 1930 presenciou, além dos influentes trabalhos de campo supracitados, o surgimento da primeira cátedra de nutrição na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, além de núcleos especializados em experimentação no Recife, São Paulo e na então capital federal. Uma das primeiras incursões no Estado brasileiro ocorreu com a divulgação dos inquéritos alimentares promovidos pelo então diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS) João de Barros Barreto e Almir de Castro que, em conjunto com a pesquisa de campo de Josué de Castro, serviriam de base para a formulação e regulamentação do salário mínimo no Primeiro Governo de Getúlio Vargas (1937-1945). Este decreto estabeleceu a chamada ração essencial mínima que seria composta, em quantidade e qualidade dos alimentos necessários ao atendimento das necessidades nutricionais de um trabalhador adulto.⁷² No final dos anos 1930 estava definido um programa mínimo para a solução do problema alimentar brasileiro: de um lado, racionalizar a oferta, através de medidas que ajustassem a produção e a comercialização

⁷⁰ Barros e Tartaglia, op. cit., p. 118.

⁷¹ Idem, ibidem.

⁷² Vasconcelos, Francisco de Assis Guedes. Combate à Fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista Nutrição Campinas*, 18 (4); jul/ago, 2005, p. 441.

às necessidades da população, de outro, educar o povo, pela palavra e pelo exemplo, a se alimentar convenientemente.⁷³ Cátedra, publicação de livros, artigos em jornais e propaganda: a nutrição brasileira estabilizava-se cada vez mais como uma ciência próxima ao Estado brasileiro, além de contar com uma comunidade de especialistas que colaboravam na elaboração de um discurso cada vez mais atraente aos dirigentes brasileiros. Faltava apenas o próximo passo: a criação de órgãos estatais que entronizassem de vez os nutricionistas na elaboração de políticas públicas.

De acordo com Vasconcelos, as diferentes formas de intervenção estatal na área de alimentação e nutrição foram construídas, desconstruídas e/ou reconstruídas a partir do jogo de interesses econômicos, sociais e políticos que se operaram entre os distintos segmentos sociais das conjunturas econômicas brasileiras.⁷⁴ Em 1939, foi criado o Serviço Central de Alimentação (SCA), cuja direção foi entregue ao nutrólogo Josué de Castro. O serviço contava com abrangentes e ambiciosos objetivos, como o estudo de substâncias alimentares; investigação biométrica individual (para fixar os índices de boa ou má alimentação dos trabalhadores), a realização de inquéritos alimentares, divulgação de elementos alimentares e a criação de restaurantes populares.⁷⁵ Menos de um ano depois, ele seria transformado no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Mesmo com vida curta, o SCA trazia importantes elementos simbólicos: pela primeira vez, os médicos-nutrólogos entravam no Estado, encarregando-se de dirigir e operar as instituições políticas de alimentação, ampliando (e muito) o alcance do discurso da nutrição.⁷⁶ Com a criação do SAPS, o tema da alimentação apresentava-se importante o suficiente para dirigir-se à população como um todo e não apenas aos industriários, foco principal do SCA.⁷⁷ No que tange ao nosso tema específico, é importante destacar que um dos primeiros trabalhos do SAPS foi em colaboração com o Serviço Especial de Saúde Pública, em 1942, organizando a alimentação racional dos trabalhadores (em sua maioria, nordestinos) que se dirigiram à Amazônia para colaborar

⁷³ Coimbra, Marcos; Meira, João Francisco Pereira; Lima, Mônica Barros. *Comer e Aprender: Uma história da Alimentação Escolar no Brasil*. Relatório Final da Pesquisa: Alimentação Escolar no Brasil: Política e Instituição. Belo Horizonte, Instituto Nacional de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação e Cultura, março de 1982., p. 82.

⁷⁴ Vasconcelos, op. cit., p. 440.

⁷⁵ Coimbra, Meira, Lima, p. 94.

⁷⁶ Idem, ibidem.

⁷⁷ Idem, ibidem.

com o esforço de guerra.⁷⁸ O SAPS atuou também no treinamento de pessoal, oferecendo cursos de Voluntários da Alimentação e de Auxiliares de Alimentação, além de trabalhar na divulgação de material educativo, com o objetivo de melhorar os hábitos alimentares da população ativa no mundo do trabalho.⁷⁹

Outro órgão pioneiro e de suma importância para a institucionalização da nutrição no país foi a Campanha Nacional de Alimentação (CNA), criada em 1945 e, em consequência do dinâmico momento do país naqueles anos pós-ditadura, sofreu uma série de descontinuidades administrativas. Criada em 1945 e vinculada ao Conselho Federal do Comércio Exterior, foi transferida para o Ministério da Educação e Saúde e, apenas em 1951, foi regulamentada como órgão responsável por assistir o governo na formulação da política nacional de alimentação. Liderada por Josué de Castro, a CNA tinha como finalidade específica o fomento da produção de alimentos, além do inquérito sobre os hábitos alimentares no Brasil, em uma tentativa de nacionalizar as iniciativas de Josué de Castro no Recife e de Dante Costa no Distrito Federal. Assim, registra-se a emergência da política social de alimentação e nutrição, denotando que o Estado brasileiro procurava se aparelhar de novos mecanismos que lhe garantissem legitimidade e hegemonia.⁸⁰ Em relação às concepções científicas que permearam o trabalho deste grupo de profissionais, Vasconcelos afirma que a concepção que norteou este grupo de cientistas nos anos 1930-1940 foi a tese do valor eugênico da alimentação na construção da nação e do homem brasileiro, que procurava deslocar da questão racial para a questão sociocultural o preconceito racial/climático que se tinha sobre o povo brasileiro.⁸¹ Dessa forma, eles afirmavam a tese do aprimoramento eugênico da raça do povo brasileiro mediante uma alimentação racional.⁸² No segundo momento, entre 1950-1960, a matriz teórico-cognitiva sobre gênese, reprodução e enfrentamento da fome/subnutrição da população brasileira defendida pelos intelectuais da Alimentação e

⁷⁸ Não foram encontradas fontes específicas sobre o tema, porém o trabalho do SAPS no esforço de guerra promovido a partir dos Acordos de Washington constitui-se um importante tema de pesquisa. Mais informações sobre estes eventos, ver o capítulo 2 desta tese e, em especial, o livro de André Luiz Vieira Campos, *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas*, de 2006, lançado pela Editora FioCruz.

⁷⁹ Coimbra; Meira; Lima, op. cit., p. 82.

⁸⁰ Vasconcelos, op. cit., p. 441.

⁸¹ Vasconcelos, Francisco de Assis Guedes e Filho, Malaquias Batista. História do Campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. *Ciência & Saúde – Coletiva*, v. 1, n. 16, 2011, p. 83.

⁸² Idem, ibidem.

Nutrição relacionavam-se diretamente com as teorias do nacional-desenvolvimentismo do período.⁸³

Uma articulação necessária para a difusão deste emergente campo de conhecimento se daria na criação do primeiro periódico voltado ao campo da alimentação: os *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. A publicação da revista se iniciou em maio de 1944, ainda durante a II Guerra Mundial e o Estado Novo. O projeto de divulgação inerente à revista é fruto também da militância de Josué de Castro. Os editoriais da revista chamavam a atenção para os problemas mundiais e brasileiros de nutrição. Um exemplo é o editorial de 1950, onde foram divulgados os relatórios da FAO de 1949.⁸⁴ O texto colocava que, no relatório estava acentuada a “chocante disparidade entre os padrões de vida nos países ricos e nos países pobres”. A tendência apontada no texto era de que na década anterior, os países bem alimentados tinham apresentado melhora, ao passo que os mal alimentados pioraram suas condições. Daí a necessidade apontada de assistência técnica aos países “menos adiantados”, além do imperativo da abertura de novos rumos ao comércio de produtos alimentares.⁸⁵ Em um dos primeiros números da revista, foi publicado um editorial sobre a situação alimentar brasileira, analisando a formação histórica do país. Os problemas que o país vivia àquela época na área alimentar seriam fruto da estruturação do país no império colonial português, onde a única preocupação era produzir matérias primas e gêneros que tivessem vantagem na colocação do mercado exterior.⁸⁶ Mesmo com as transformações políticas do país, como o advento da República e da industrialização, a despreocupação com a produção de gêneros alimentícios ainda persistia.⁸⁷ Por isso que, para o editorial, os brasileiros ainda viviam em constante estado de subnutrição, tendo episódios periódicos de fome aguda.⁸⁸ A principal providência a ser tomada seria a modificação do sentido da política econômica brasileira, que deveria ser orientada para o consumo e não para o mercado.⁸⁹ Além

⁸³ Idem, *ibidem*.

⁸⁴ A Situação Alimentar no Mundo. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Instituto de Nutrição Universidade do Brasil. Tomo 7, Número 2, Março-Abril, 1950, p. 75.

⁸⁵ Idem, *ibidem*.

⁸⁶ A Situação Alimentar Brasileira. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Instituto de Nutrição Universidade do Brasil. Tomo 4, Número 6; dezembro, 1947, p. 7.

⁸⁷ Idem, *ibidem*.

⁸⁸ Idem *ibidem*.

⁸⁹ Idem, p. 8.

disso, seria necessário transformar o panorama agrário do país, tornando acessível para a classe trabalhadora, através de pequenas propriedades rurais.⁹⁰

Verticalizando nossa análise, selecionamos outros dois editoriais que buscavam estudar o apontamento dos nutricionistas em relação ao homem trabalhador e rural. A principal solução para estas pessoas seria a distribuição de terras, ou seja, a reforma agrária. Estes trechos lembram as discussões da Primeira República (1889-1930), quando sanitaristas apontaram que a indolência do sertanejo seria fruto das doenças e não uma questão meramente “natural” ou “racial”.⁹¹ De acordo com o artigo *Alimentação, Trabalho e Indolência*, nada seria mais injusto do que a acusação de indolente aos trabalhadores pobres do país. Tal estigma recorria em função do rendimento dos proletários e, só se cogitaria tal preguiça devido à visibilidade e mensurabilidade deste tipo de trabalho, mais braçal:

Em idênticas condições de nosso clima, em geral deprimente, sobre o operário pesa a duração do trabalho, mormente do trabalho rural, sempre mais extenso e a dureza do mesmo trabalho, já por ser braçal, já pelas condições do local, portanto mais desgastador de energias. Enquanto essas energias não são suficientemente refeitas por uma alimentação adequada, quer em quantidade, quer em qualidade, sem dispêndio é agravado pela ofensiva de moléstias (...) juntando-se (...) [à] ignorância de outros, ou, mais frequentemente, essas duas causas (...) Quem tem andado pelo interior, mesmo não tendo sido atingido pela malária ou pela anquilostomíase (...) não conhece o efeito aniquilador sobre o físico e o moral de seu portador, trazendo-o acorrentado àquele estado de desânimo tão bem retratado pelo nosso saudoso Monteiro Lobato nessa típica e triste figura do Jeca Tatu?⁹²

As soluções apontadas seriam o estabelecimento de uma alimentação adequada e uma melhor educação alimentar para estes trabalhadores. Em *O Problema da Alimentação e a Assistência ao Homem Rural*, era recomendado que os “alimentos básicos nacionais”

⁹⁰ A Situação Alimentar Brasileira. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Instituto de Nutrição Universidade do Brasil. Tomo 4, Número 6; dezembro, 1947, p.08..

⁹¹ Para uma discussão aprofundada sobre este tema, cf. Castro Santos, Luiz Antônio de. O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. In: Castro Santos, Luiz Antônio de. *O Pensamento Social no Brasil*. Campinas: Edicamp, 2003 e Lima, Nísia Trindade; Hochman, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: Maio, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 23-40.

⁹² Notas e Informações – Alimentação, Trabalho e Indolência. *Arquivos Brasileiro de Nutrição*. Instituto de Nutrição Universidade do Brasil. Tomo 6, Número 1, Janeiro-Fevereiro, 1949, p. 67.

deveriam ser escolhidos e divulgados.⁹³ Estes não deveriam ser uniformes, mas sim adequados à diversidade geográfica do país, procurando, dentro das possibilidades locais, os alimentos mais aconselháveis e também mais fáceis de obter-se.⁹⁴

É óbvio que o morador do Pará, região quente e úmida, não pode se alimentar da mesma forma que o habitante do sertão nordestino ou do extremo sul. Estabelecer, pois, um padrão único de alimentação para todo o país, seria laborar um grande erro e tornar quase impossível a solução do problema. É preciso que cada área alimentar se possa bastar a si mesma, não dependendo das demais, pelo menos, de uma maneira estrita, enquanto o problema de transporte não for solucionado adequadamente.⁹⁵

Dessa forma, foram enumeradas três razões da má situação alimentar no campo. A primeira seria decorrente do defeito de produção, incluindo a falta de técnica na exploração agrícola e pastoril e a diminuição das áreas cultivadas, consequência do abandono da terra pelo homem do campo; por fim, o latifundismo e a monocultura.⁹⁶ A segunda ocorreria devido aos defeitos de distribuição, como a deficiência dos transportes a ausência de uma indústria de alimentos bem organizada e desenvolvida.⁹⁷ A terceira razão repousaria sobre os defeitos de utilização, devido à ignorância geral em relação a assuntos de alimentação; erros e preconceitos no aproveitamento e utilização de certas substâncias alimentares de fácil obtenção.⁹⁸ Entre as principais indicações para a solução destes problemas estava o amparo sanitário, educacional, técnico e financeiro ao homem rural, além da criação de Núcleos de Colônias e de “Colônias Escolas” nas regiões onde o latifúndio predominava.⁹⁹

Estes editoriais e artigos sem autor foram publicados durante o período de gestão de Josué de Castro no comando da publicação (durante os anos 1944-1955, ano em que deixou oficialmente a revista para ocupar os cargos de deputado federal por Pernambuco e de embaixador brasileiro junto à ONU). Fato que nos leva a crer que, talvez fossem escritos pelo próprio. Com estas letras, a nutrição se pôs em um lugar superior ao de verdade científica: o de colaborar com a interpretação de um Brasil

⁹³ Notas e Informações – O Problema da Alimentação e a Assistência ao Homem Rural. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Instituto de Nutrição Universidade do Brasil. Volume 5, número 5, Setembro-Outubro, 1948, p.76.

⁹⁴ Idem, ibidem.

⁹⁵ Idem, ibidem.

⁹⁶ Idem, p. 80.

⁹⁷ Idem, ibidem.

⁹⁸ Idem, ibidem.

⁹⁹ Idem, p. 81.

doente, o “imenso hospital” de Miguel Pereira, cujas doenças não teriam origem apenas na pobreza, mas também na desnutrição, fator de origem destas enfermidades. Para Vasconcelos, através dos conhecimentos objetivos produzidos pelas pesquisas laboratoriais e ensaios biotecnológicos sobre a composição e o metabolismo dos alimentos; sobre os métodos de industrialização e enriquecimento dos alimentos e sobre os modernos princípios da dietética e da dietoterapia, os médicos nutrólogos vinculados aos *Arquivos Brasileiros de Nutrição* constituíram uma importante base cognitiva para a legitimidade da tese de que “a partir de uma alimentação racional, seria possível valorizar a raça, construir o homem brasileiro e forjar a nação”.¹⁰⁰ De acordo com o mesmo autor, os médicos vinculados à publicação buscavam gerar consenso e legitimidade para a regulamentação da CNA e do próprio SAPS.¹⁰¹

Entre 1944 e 1955, permanecia em evidência a tese da ignorância alimentar do povo brasileiro, presente em todas as camadas sociais, (...) portanto, tornava-se fundamental a proposta [de alimentação racional, como fundamento de vida] que legitimava a constituição do campo de nutrição no Brasil e da educação alimentar como um de seus princípios básicos. (...) Observa-se que a tese do mal da fome, e não o da raça, formulada por Josué de Castro nos anos 30 [que procurava desfocar da questão biológica para a questão sociocultural o preconceito de clima e de raça] continuava nos anos 1944-1955, ecoando entre os intelectuais do campo da nutrição.¹⁰²

Instituições criadas e difusão da informação por meio de periódicos demonstram que a nutrição tinha atingido um patamar elevado nas preocupações nacionais do período. Faltava apenas o início da elaboração de planos que dessem conta dessas carências. Mesmo com poucas verbas, inquéritos e planos, foram realizados sob a égide dos preceitos propagandeados pelos especialistas. Em 1953, foi publicado um ambicioso plano de ação intitulado *Conjuntura Alimentar*, cujos objetivos iam desde treinamento de técnicos até a formulação de planos de assistência e educação alimentar à infância e à adolescência. Dentro deste ponto, estavam os planos direcionados às demais regiões brasileiras. Coimbra, Meira e Lima apontam que a CNA não possuía fundos para levar a cabo estes propósitos no tempo estipulado (um ano) e que, os poucos frutos desta mobilização residiam em inquéritos e planos localizados na região amazônica. Um ponto de suma importância é que no mesmo ano a Superintendência de Valorização

¹⁰⁰ Tal tese foi atribuída a Josué de Castro. Cf. Vasconcelos, Francisco de Assis Guedes. Os Arquivos Brasileiros de Nutrição: uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*: Rio de Janeiro, 15, (2), abril-Junho, 1999, p. 313.

¹⁰¹ Idem, p. 312.

¹⁰² Idem, p. 313.

Econômica da Amazônia foi regulamentada por Decreto-lei, criando, mesmo que de forma precária, uma estrutura para a viabilização de planos de ação. Como resultado deste débil arranjo, algumas medidas incompletas foram tomadas. E mesmo antes da publicação do plano, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) já atuava na região desde 1942, criando assim, uma estrutura para possíveis cooperações entre as agências. Em 1952, Robert Harris, da Kellog Foundation, veio assessorar a CNA e o SESP no planejamento de um programa de trabalho de análise de alimentos da Amazônia, além de uma vasta pesquisa sobre alimentos e alimentação na região. Após acordos entre as duas instituições, foi julgado necessário o treinamento de alguns técnicos brasileiros nos Estados Unidos da América para a realização da pesquisa.¹⁰³

Entre os planos regionais pretendidos pela *Conjuntura Alimentar*, o único que teve algum andamento foi o da Amazônia, devido a sua ligação com o *Plano de Valorização* e, como iremos demonstrar nas próximas seções, está enumerado como prioridade na área de saúde do documento que previa sua implantação. Lá, ao menos a primeira etapa do trabalho foi cumprida: a realização de um inquérito alimentar, ou seja, uma “investigação preliminar”.¹⁰⁴ O inquérito durou dois anos para ser completado, tendo seus resultados publicados em periódicos ligados à CNA. Uma pequena equipe, composta por técnicos do SESP e da CNA, percorreu milhares de quilômetros em uma lancha do Serviço, levantando dados para um plano de ação que nunca foi executado.¹⁰⁵ O desdobramento do plano deveria ser a realização de um “Programa de Trabalho”, com uma parte educativa e outra de assistência alimentar, e algumas recomendações de racionalização da produção, industrialização e distribuição para o abastecimento local e o nacional.¹⁰⁶ Mesmo a divulgação dos inquéritos foi demorada, sendo publicada apenas em 1956. Coimbra, Meira e Lima afirmam que o retardo na publicação deve-se ao fato de o inquérito refutar o diagnóstico proposto por Josué de Castro em sua obra *Geografia da Fome* (que será analisada na próxima seção), de que a principal deficiência alimentar na Amazônia seria proteica.¹⁰⁷

Coimbra, Meira e Lima identificam duas matrizes diferentes na estruturação da política nacional de alimentação no Brasil. A primeira, centrada no SAPS, mas estatizada e

¹⁰³ Coimbra; Meira; Lima, p. 118.

¹⁰⁴ Idem, p. 119.

¹⁰⁵ Idem, p. 120.

¹⁰⁶ Idem, p. 121.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*.

dependente do papel do Estado, além de se voltar mais ao fornecimento de refeições para o trabalhador que à formulação de uma política nacional de alimentação. O modelo SAPS, que teve a liderança de Dante Costa, teria sido mais ligado à “tecnologia da refeição” que a qualquer ambição maior.¹⁰⁸ A chamada “matriz Josué de Castro”, de acordo com os autores, era menos estatizada, menos distributiva, menos clientelista e mais modernizante.¹⁰⁹ Dessa forma, o modelo que Josué buscava implantar relacionava-se muito mais ao “desenvolvimentismo” que à vertente trabalhista do Primeiro Governo Vargas.¹¹⁰ Os dois médicos, além de dirigirem órgãos técnicos, também publicaram obras que buscaram refletir sobre os aspectos médicos, técnicos e sociais da alimentação e da fome no país.¹¹¹ E, como veremos a seguir, dedicaram parte de seus estudos a análise da fome na região amazônica.

3.4 –A busca pela Alimentação e Progresso na Geografia da Fome

Nesta seção nos dedicaremos aos estudos de Josué de Castro e Dante Costa e às concepções destes autores sobre o problema da fome e da alimentação no Brasil e, em especial na Amazônia. A escolha dos dois autores justifica-se em dois pontos: as constantes citações recebidas por eles e o fato de, junto à análise sobre o país, dedicaram páginas e livros (no caso de Dante Costa) à desnutrição na região amazônica. Enquanto Josué de Castro identificava a fome como elemento (de)formador da nacionalidade brasileira, Dante Costa refletiu sobre aspectos mais práticos, como a merenda escolar e a educação alimentar. Mas em uma coisa os dois autores concordavam em seus textos: o binômio ignorância-pobreza eram fatores primordiais para a prisão de desnutrição e de fome em que o país vivia. Seguiremos por ordem cronológica, apesar de os livros não corresponderem necessariamente à época original em que foram produzidos. *Geografia da Fome*, obra mundialmente conhecida de Josué de Castro, originalmente lançado em 1946, teve inúmeras republicações, e, como especialistas sobre o autor comentam, o livro sofreu inúmeras alterações ao longo da

¹⁰⁸ Coimbra; Meira; Lima, p. 103

¹⁰⁹ Idem, p. 104.

¹¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹¹ Idem, ibidem.

História. A edição que utilizaremos é a publicada em 1984, correspondendo à 10ª republicação da obra.

No caso de Dante Costa, *Alimentação e Progresso*, originalmente lançado em 1949, foi republicado em 1960. Utilizaremos assim, a segunda edição da obra. Por fim, *Saúde, Alimentação e Pobreza na Amazônia* foi publicado em 1965, mas traz vários textos anteriores de Costa sobre a alimentação na região amazônica. Por mais que se intente aqui um equilíbrio entre os dois autores, na prática, torna-se difícil, pelo fato de Josué de Castro ter uma biografia ativa em diversos órgãos governamentais e não governamentais, bem como ter sido o primeiro brasileiro a ser presidente do conselho executivo da FAO. Além de um importante papel proeminente na elaboração de políticas públicas de nutrição no Brasil, Castro também atuou na política de forma ativa, sendo inclusive deputado federal por Pernambuco. Dante Costa, por sua vez, teve sua trajetória ligada a instituições estatais, elaborando planos voltados para a merenda escolar. Não menos importante que Castro, porém, sem a reluzente trajetória do pensador pernambucano.

Os prefácios presentes nas diferentes edições de *Geografia da Fome* dão o tom do impacto da obra no pensamento social e no campo político brasileiro. A fome é um problema que põe em jogo a própria sobrevivência da espécie humana, a qual para garantir sua perenidade, tem que lutar contra as doenças que a assaltam.¹¹² É desta forma que André Mayer, então professor da Universidade de Paris e ex-presidente do Conselho Executivo da FAO, inicia sua análise sobre a obra de Castro. Para ele, no livro de Castro, o problema da subnutrição e da carência alimentar aparece em toda a sua realidade, fazendo assim, uma obra viva.¹¹³ Alceu de Amoroso Lima, sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, publicou no *Jornal do Brasil* dois artigos sobre a obra de Josué que seriam relançados como prefácio à décima edição da Obra. Ambos os artigos refletem as preocupações da época (1973) com o golpe civil-militar e a restrição das liberdades constitucionais pautando a escrita. Para Lima, o regime político ditatorial,

¹¹² Mayer, André. Prefácio à Nona Edição. In: Castro, Josué de. *Geografia da Fome: o Dilema Brasileiro: Pão ou Aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984, p. 11.

¹¹³ Idem, p. 17.

que o perseguiu em vida, longe de afetar o valor de sua obra, não fez senão ressaltar seu valor permanente.¹¹⁴

Josué de Castro demonstrava a influência de fatores socioeconômicos sobre os próprios fatores biológicos da população, através da deficiência alimentar e dos interesses privados, junto à incapacidade equilibrante das instituições políticas.¹¹⁵ Assim, a “deficiência alimentar” afetava diretamente as estruturas políticas, ligadas a subestruturas econômico-sociais.¹¹⁶ Por fim, Lima busca compreender o caráter panfletário e pouco científico da denúncia mais impactante de Castro, a de que “Enquanto metade da humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo de quem não come”.¹¹⁷ A sentença, baseada em ideia semelhante lançada por John Oyd Borr em 1950, foi contestada por Colin Clak, da Universidade de Oxford, que refutara a “metade” contida na frase, considerada exagerada.¹¹⁸ Seria, para Clark, contraproducente o número de 50%, pois a reação imediata seria a inércia, diante de tal descabro.¹¹⁹

[A frase de Castro] era, evidentemente, uma imagem literária forjada precisamente para impressionar os espíritos e as consciências. (...) Penso exatamente o contrário [da afirmativa de Clark]. Justamente porque o homem médio, isto é, todos nós suficientemente bem nutridos, temos a tendência natural a não pensar nos desnutridos e a crer que realmente as cifras e os alarmes são exagerados, é que é preciso despertar as nossas consciências adormecidas para o flagelo (...) Acontece, porém, que a verdade sobre a fome incomoda os governos e fere as suscetibilidades patrióticas e, por isso mesmo, são frequentemente vedadas do grande público.¹²⁰

O texto de Amoroso Lima reflete o contexto ditatorial no qual foi escrito. Ao reclamar das liberdades básicas para a livre informação, o escritor também afirma que nem as obras faraônicas, nem os esforços de acabar com o analfabetismo nutririam os famintos. Os textos de 1973 falavam de forma clara sobre as obras do governo militar, como a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói, além do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), vistos como forma de desviar a atenção do público aos problemas sociais

¹¹⁴ Lima, Alceu Amoroso. Prefácio à Décima Edição. Josué de. *Geografia da Fome: o Dilema Brasileiro: Pão ou Açúcar*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984, p. 19.

¹¹⁵ Lima, op. cit., p. 25.

¹¹⁶ Idem, ibidem.

¹¹⁷ Idem, p. 22.

¹¹⁸ Idem, ibidem.

¹¹⁹ Idem, ibidem.

¹²⁰ Idem, p. 23.

enfrentados pelo país. A própria obra de Castro sofreu alterações. Se, no ano do lançamento da primeira edição o título era *Geografia da Fome: a fome no Brasil*; em 1958 foi renomeado para *Geografia da Fome: o dilema brasileiro – pão ou aço*. De acordo com Bizzo, o tema do desenvolvimento entra com toda a força na obra do autor, estabelecendo um diálogo com as ideias em movimento no período. Entre as razões para tal entrada está, além da ascensão do tema nos anos JK (1956-1961), o fato de Josué ter se tornado o presidente do conselho da FAO. Nas reedições posteriores de *Geografia*, em especial a nona, publicada em 1961, o nutrólogo tem uma opinião favorável ao momento que o país vivera desde a industrialização acentuada da década de 1950. A avaliação da diferença do Brasil que Josué pensara em fins dos anos 1940 e encontrara em 1961 é fundamental para a compreensão do dilema do *pão e do aço*:

Este livro foi publicado pela primeira vez em 1946. Nele tentou o autor esboçar um retrato do Brasil de cerca de quinze anos atrás. Do Brasil que era então um país tipicamente subdesenvolvido, com sua característica de economia do tipo colonial, na exclusiva dependência de uns poucos produtos primários de exportação. (...) Em sucessivas edições (...) procuramos sempre reajustar nosso trabalho à realidade vigente, o que não constituiu tarefa difícil. (...) Bastaram algumas atualizações dos dados estatísticos e pequenos retoques para que o retrato permanecesse válido e válida (...) a interpretação apresentada na realidade social brasileira. (...) Nos últimos anos vem entretanto o Brasil sofrendo uma profunda transformação em sua economia. (...) O Brasil inicia com vigor a sua emancipação econômica e fugindo ao círculo de ferro do subdesenvolvimento se projeta na fase construtiva do desenvolvimento autônomo.¹²¹

O conceito de desenvolvimento neste autor foi sendo construído ao longo de publicações e debates. Em congresso sediado na cidade de Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972, Castro expôs de forma clara seus conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Tais ideias estão completamente alinhadas ao pensamento de parte dos cientistas sociais latino-americanos sobre o tema, menos alinhados a questões pontuais e etapistas e mais ligados à compreensão do desenvolvimento como um fenômeno amplo, que teria como foco a melhoria das condições de vida do homem. O colóquio de que Castro participava era dedicado ao “meio”, já relacionado às discussões sobre poluição e meio ambiente, emergentes na década de 1970. Para ele, era falsa a ideia de que o conceito de desenvolvimento deveria ser avaliado unicamente à base da expansão da riqueza industrial e material. O desenvolvimento implicaria mudanças

¹²¹ Castro, Josué de. *Geografia da Fome: o Dilema Brasileiro: Pão ou Aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 10ª edição, 1984, p. 47.

sociais sucessivas e profundas, que acompanhariam inevitavelmente as transformações tecnológicas do contorno natural. O subdesenvolvimento representaria um tipo de poluição humana, pois seria fruto dos graves defeitos do desenvolvimento em países pobres:

O conceito de desenvolvimento não é meramente quantitativo, mas compreende os aspectos qualitativos dos grupos humanos a que concerne. Crescer é uma coisa; desenvolver é outra. Crescer é, em linhas gerais, fácil. Desenvolver equilibradamente, difícil. Tão difícil que nenhum país do mundo conseguiu ainda. (...) O mundo todo continua mais ou menos subdesenvolvido. (...) Ouvem-se gritos de alarme condenando o crescimento da população, a poluição do ar, (...) mas tudo isso revela uma visão limitada do problema, já que o clamor se refere apenas aos efeitos diretos da expansão econômica, enquanto deixa na sombra e reduz ao silêncio a insidiosa ação indireta do desenvolvimento sobre a totalidade dos grupos humanos. (...) o subdesenvolvimento representa um tipo de poluição humana localizada em alguns setores abusivamente explorados pelas grandes potências (...) o subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial (...).¹²²

Há, nos escritos de Castro, concepções características do pensamento “terceiro-mundista”, de independência política dos países pobres, ideias estas herdeiras do não alinhamento presente na Conferência de Bandung, de 1955. Junto a este fator, há também a influência em seus textos das concepções cepalinas de Raul Prebisch e de Celso Furtado. Como aponta Bizzo, Furtado e Castro inclusive trabalharam juntos em projetos voltados para o desenvolvimento do nordeste. A mesma autora ressalta que Castro tem uma interpretação não etapista do desenvolvimento, singularizando sua compreensão de desenvolvimento e da própria agricultura e padrão alimentar do brasileiro como produtos da história brasileira e das ações econômicas e sociais adotadas pelos governos do país desde o período colonial até o contexto contemporâneo.¹²³ Assim, o sujeito responsável pelo atraso deixa de ser a sociedade incapaz do país subdesenvolvido, e passa a ser o sistema mundial interdependente comercial e politicamente, associado a interesses privados e das camadas governantes dos países pobres.¹²⁴ Diante das apropriações da obra de Castro por distintos contextos,

¹²² Castro, Josué de. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. Castro, Anna Maria de (org.). *Fome – um Tema Proibido – Os últimos escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 136-137.

¹²³ Bizzo, op.cit., p. 251.

¹²⁴ Idem, p. 251.

podemos compreender quais ideias-força contidas em sua obra tornaram-se tão poderosas.

Josué de Castro afirma em sua obra que a maior parte dos estudos científicos sobre a alimentação centrava-se em apenas aspectos parciais. Diante deste panorama, o médico propôs uma nova visão, que compreendesse de maneira compreensiva ligações, influências e conexões dos múltiplos fatores que interferem nas manifestações do fenômeno. Ele pretende realizar uma sondagem ecológica, estudando as ações e relações dos seres vivos diante das influências do meio.¹²⁵ Castro busca analisar os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos ligados a determinadas áreas geográficas, procurando, de um lado, descobrir as causas naturais e as causas sociais que condicionaram os tipos de alimentação.¹²⁶ Não é pretendido na obra que a fome seja a mola única de evolução social, nem que os alimentos sejam a única matéria-prima “para a fabricação de tintas com que são coloridos os diferentes quadros culturais do mundo, mas tão somente destacar desses quadros os traços negros da fome e da miséria que tarjam quase todos eles com um friso mais ou menos acentuado.”¹²⁷

O objetivo de Castro em *Geografia da Fome* é analisar o fenômeno da fome coletiva (fome endêmica, epidêmica e inanição) em suas duas formas: as fomes totais, limitadas às áreas de extrema miséria e às contingências excepcionais e as fomes parciais, mais frequentes e mais graves, nas quais, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de população se deixavam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias.¹²⁸

O que tentaremos mostrar é que, mesmo quando se trata da pressão modeladora de forças econômicas ou culturais, elas se fazem sentir sobre o homem e sobre o grupo humano, em última análise, através de um mecanismo biológico: através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante. Não defenderemos, pois, nenhuma primazia na interpretação da evolução cultural brasileira. Nem o primado do biológico sobre o cultural, nem o do cultural sobre o biológico. O que pretendemos é pôr ao alcance da análise sociológica certos elementos do mecanismo

¹²⁵ Castro, 1984, p. 34.

¹²⁶ Idem, *ibidem*.

¹²⁷ Idem, p. 36.

¹²⁸ Idem, p. 37.

biológico de ajustamento do homem brasileiro aos quadros naturais e culturais do país.¹²⁹

A ideia da fome com causas biológicas, econômicas e sociais, na obra de Castro era o constructo que guiava todo o seu exame da sociedade como matriz em que essa fome se produzia e se mantinha, influenciando as características do Brasil como país e nação.¹³⁰ Assim como os pensadores do desenvolvimento brasileiro dos anos 1950, o nutrólogo buscou enxergar as raízes do atraso e, por meio de seu diagnóstico, construir um futuro, buscando assim uma ruptura com o passado monocultor e latifundiário do Brasil. Para Bizzo, a percepção de que a fome é um fenômeno coletivo na obra de Josué traria implicações em três graus. Primeiro, a percepção de que as causas da fome não seriam de ordem pontual, mas geral e de raízes estruturais (sendo a pobreza a principal). A segunda, a de que a questão deveria ser enfrentada de forma coletiva, por meio de soluções políticas. A terceira, a de que a fome e o problema de produção de alimentos são questões coletivas, atingido de forma grave todos os habitantes do país, mas em especial, aqueles que morassem em regiões mais pobres, como as populações do norte e do nordeste.¹³¹

De acordo com Eronildes da Silva Lima, a tese de Castro “mal da fome não da raça”, formulada pelo autor no livro *Alimentação e Raça*, de 1936, traz uma abordagem diferente e inovadora das tendências dos estudos na área médica daquele período. Até o momento da publicação dos estudos do médico, o interesse pela abordagem dos determinantes sociais sobre as doenças retrocedeu com o surgimento da microbiologia e das pesquisas epidemiológicas, só ressurgindo nas décadas de 1920 e 1930, sob a perspectiva da causalidade múltipla.¹³² Assim, a tese de Castro é um exemplo contra a canonização dos métodos disciplinares em voga naquela época. De acordo com Lima, essa foi uma marca de sua originalidade como pensador, pois a assimilação de diversos campos do saber para o estudo da alimentação e da fome ia de encontro à fragmentação dos saberes em ascensão na vida acadêmica, proporcionando novos conhecimentos de aspectos obscuros sobre o tema, considerado um ‘tabu’.¹³³

¹²⁹ Castro, 1984, p. 40.

¹³⁰ Bizzo, op. cit., p. 223.

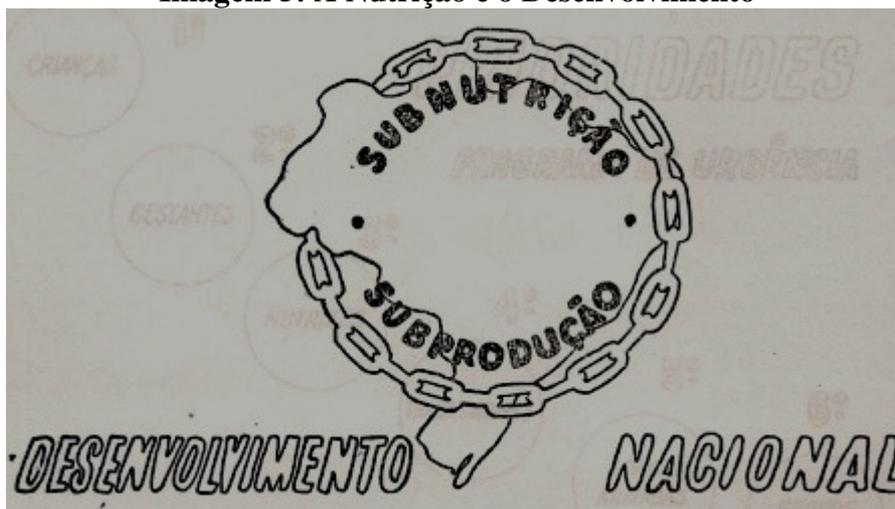
¹³¹ Idem, p. 231.

¹³² Lima, Eronildes da Silva. Quantidade, qualidade, harmonia e adequação: princípios-guia da sociedade sem fome em Josué de Castro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, n. 1, p. 174.

¹³³ Idem, ibidem.

Josué de Castro acompanhou, com entusiasmo, o período do governo JK. Ainda que, socialmente, o país não tivesse alcançado índices muito significativos, o nutrólogo acreditava que avanços ocorreram.¹³⁴ O dilema pelo qual o país passava seria promover o desenvolvimento em ritmo acelerado, mas sem sacrificar as aspirações de melhoria social de seu povo, pois a experiência brasileira, por sua originalidade e extensão, constituiria um exemplo significativo para orientar outros países que se esforçavam em vencer o subdesenvolvimento.¹³⁵ Os erros e acertos na vida política brasileira poderiam conduzir a uma nova teoria do desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas.¹³⁶ Por isso o dilema entre o pão e o aço, pois apoiar-se mais a economia no setor agrícola ou no setor industrial se apresentava como o fio da navalha que poria em perigo todos os sacrifícios e esforços despendidos pela coletividade.¹³⁷ O desenho abaixo (imagem 1), exposto no *Primeiro Plano Quinquenal* (1955) para a região amazônica, resume, de certa forma, as concepções presentes nos ideais do nutrólogo:

Imagem 5: A Nutrição e o Desenvolvimento



FONTE: BRASIL, *Primeiro Plano Quinquenal*, SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação, 1955, p. 257.

Devido à enorme extensão territorial do país e sua diversidade regional, Josué dividiu o Brasil em cinco diferentes áreas alimentares, cada uma dispendo de recursos típicos e com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos regionais, contando com uma certa uniformidade psíquica, biológica e cultural. Entre as cinco regiões estudadas pelo autor, duas (Centro-Oeste, Extremo Sul) não apresentavam carestia alimentar; enquanto

¹³⁴ Castro, 1984, p. 48.

¹³⁵ Idem, *ibidem*.

¹³⁶ Idem, *ibidem*.

¹³⁷ Idem, p. 49.

as outras três (Amazônia, Mata do Nordeste, Sertão do Nordeste) eram consideradas *Áreas de Fome*.¹³⁸ Estas áreas seriam aquelas em que pelo menos a metade da população apresentava nítidas manifestações carenciais em seu estado de nutrição, sendo manifestações permanentes (áreas de fome endêmica) ou transitórias (áreas de epidemia de fome). Para ser considerada *Área de fome*, era necessário que as deficiências alimentares se manifestassem e incidissem sobre a maior parte da população.¹³⁹

Imagem 6: As Áreas Alimentares do Brasil
MAPA DAS PRINCIPAIS CARÊNCIAS EXISTENTES NAS
DIFERENTES ÁREAS ALIMENTARES DO BRASIL
ORGANIZADO PELO AUTOR



Fonte: CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o Dilema Brasileiro: Pão ou Aço*. Rio de Janeiro, Edições Antares, 1984, p.42.

O foco em *Geografia da Fome* é o nordeste. Tanto pelos inquéritos realizados pelo autor na região, quanto por sua proximidade e vivência com a região. Mas Castro,

¹³⁸ Castro, 1984, p. 58.

¹³⁹ Idem, p. 59.

mesmo sem uma experiência empírica, dedicou um capítulo de seu livro à região amazônica. O autor enxergou o mosaico da região amazônica com cores desenvolvimentistas. Recorrendo a autores como Arthur César Ferreira Reis, Araújo Lima, Raimundo Moraes, e viajantes como o casal Agassiz, a Amazônia é vista a partir de seus estigmas históricos: desértica e com uma natureza opressora. Como um homem de seu tempo, Josué de Castro analisou a região amazônica a partir de escritos e obras que reforçaram uma concepção enraizada da gente e da natureza amazônica. A economia destrutiva da população local é apontada como uma das causas da fome. Um exemplo é a visão monolítica do que é a Amazônia, vista como um bloco cujas carências seriam as mesmas da população do Pará e do Amazonas, por exemplo. O que *Geografia da Fome* traz de novidade são as soluções para os problemas históricos. Se de um lado, estigmas foram reforçados, como o trecho a seguir mostra, soluções para a fome do amazônida seriam possíveis a partir das ferramentas disponíveis do Estado brasileiro:

Região com uma população de tipo homeopático, formada de gotas de gente salpicadas a esmo na intensidade da floresta. (...) Dentro da grandeza impenetrável do meio geográfico, vive este punhado de gente esmagada pelas forças da natureza, sem que possa reagir contra os obstáculos opressores do meio, por falta de recursos técnicos, só alcançáveis com a formação de núcleos demográficos de bem mais acentuada densidade. (...) Sem forças suficientes para dominar o meio ambiente (...) as populações regionais têm vivido até hoje, quase que exclusivamente num regime de economia destrutiva.¹⁴⁰

A Amazônia teria, assim, uma cultura primitiva apenas em zonas limitadas e o uso de processos rudimentares, com plantações apenas de milho, arroz e feijão. Tendo como ponto de partida a leitura de autores amazônidas, Castro citava a (má) herança indígena para a situação em que os habitantes se encontravam: “Herdamos do índio o sistema vampírico das derrubadas e das queimadas inclementes, sem as quais o lavrador não acredita que o milho possa deitar espigas bem granadas”.¹⁴¹ Tal situação resultava em uma alimentação pouco trabalhada e atraente, fruto da predominância da influência indígena sobre a cultura amazônida. A monotonia alimentar da região devia-se à hegemonia da farinha de mandioca na alimentação dos homens. O alimento básico era a mandioca, utilizada como complemento alimentar em quase todas as refeições. Em comparação aos elementos autóctones do México, o autor aponta que a mandioca é

¹⁴⁰ Castro, 1984, p.62.

¹⁴¹ Carvalho, Daniel de. Discursos e Conferências, Rio - 1941 apud Castro, 1984, p.63.

muito pobre em proteínas, mais pobre que o milho, consumido por aqueles habitantes. O que salvava os habitantes era o fato de não comerem farinha pura (mas sim, misturada com peixe), diferentemente dos mexicanos.¹⁴² Entre os dramas apontados pelo nutrólogo, está o das crianças indígenas, que pouco tomavam leite materno e já entravam no regime do chibé (mingau preparado com farinha de mandioca e às vezes adoçado com rapadura). Relatos davam conta de trabalhadores que consumiam a mingau como única fonte de alimentação diária.¹⁴³ O excesso de farinha de mandioca no cotidiano dos amazônidas fez Josué comparar a região à China e à Indochina, onde o arroz era o elemento básico da alimentação e era, assim como a farinha, misturada a outros alimentos. Tal situação equipararia a Amazônia às Áreas de Fome do sudeste asiático:

A análise biológica e química da dieta amazônica revela um regime alimentar com inúmeras deficiências nutritivas. (...) É uma alimentação parca, escassa, de uma sobriedade impressionante. O que um homem come durante um dia inteiro não daria para uma só refeição dos habitantes de outras áreas climáticas, condicionadoras de hábitos diferentes. (...) A verdade é que se trata de populações de apetite embotado, em estado de anorexia crônica. (...) Araújo Lima (...) fala-nos em “anorexia habitual” e escreve (...) “A parcimônia alimentar dos nossos caboclos reduz (...) o mérito da sobriedade japonesa, (...) o nipônico come pouco, mas o faz regularmente; o nosso caboclo, que é capaz de comer despropositadamente, em geral come pouco e irregularmente, jejuando por dias e semanas”.¹⁴⁴

Josué de Castro era um homem de seu tempo, operando com as ferramentas que possuía para escrever sua análise. Se, de um lado, citava estudos científicos sobre a qualidade do solo, natureza e alimentação, por outro, cita estudos históricos que reforçavam estigmas históricos sobre a região, como o vazio demográfico, a natureza aterradora e opressora e uma possível má formação da cultura local. O velho e o novo convivem no texto do nutrólogo. Desta forma, problemas históricos traziam novas soluções à luz da ciência da nutrição. De acordo com Castro, a resolução do problema do vazio demográfico passava necessariamente por uma alimentação suficiente, através de um plano de povoamento racional e de fixação colonizadora dos habitantes na terra. Para tal feito ser realizado, domar a natureza era essencial. Longe de representar um fracasso, a colonização da Amazônia traria aspectos heroicos, pois o homem amazônico, ao invés de formar grupos, tentou penetrar na floresta como indivíduo isolado, representando um destaque

¹⁴² Castro, 1984, p.78.

¹⁴³ Idem, p. 65.

¹⁴⁴ Idem, p. 73.

individual sem precedente na história das colonizações.¹⁴⁵ Citando Vianna Moog, Castro aponta que em uma região em que a natureza se concentrou para resistir, o homem se dispersou para agredi-la. A vitória sobre a situação epidêmica passava então, pela vitória contra a natureza:

Assim se apresenta o caso da conquista econômica da Amazônia: luta tenaz do homem contra a floresta e contra a água. (...) Água e floresta que parecem ter feito um pacto de natureza ecológica, para se apoderarem de todos os domínios da região. O homem tem que lutar de maneira constante contra esta floresta que superocupou todo o solo descoberto e que oprime e asfixia toda a fauna terrestre, inclusive o homem, sob o peso opressor de suas sombras densas, das densas copas verdes dos seus milhares de espécimes vegetais, do denso bafo de sua transpiração.¹⁴⁶

A leitura dos escritos do médico sobre a Amazônia traz marcas que, ao mesmo tempo em que carregam estigmas históricos, fogem dos clichês sobre os habitantes. A primeira, a do reforço de certa noção histórica sobre o homem amazônida, visto como alguém com uma má educação alimentar e que, devido à influência indígena em sua formação cultural, encontrava-se em estado de desnutrição constante. Neste referencial está a natureza, cuja opressão sobre o elemento humano estava na raiz do problema amazônico. Porém, a solução para este impasse estaria no manejo florestal adequado, na pesquisa e na técnica do solo local, no levantamento das riquezas naturais e das possibilidades de impulsionar a economia local. Esta é a segunda marca. Se estigmas históricos são trazidos à baila, o encaminhamento dos problemas traziam a força das tecnologias que a humanidade possuía até aquele momento.

Um exemplo é a forma com que Castro trata o tema do clima da Amazônia. Sendo de tipo quente e superúmido e com uma umidade relativa de 90%, o clima condicionaria forçosamente o organismo humano a uma sensível baixa do metabolismo.¹⁴⁷ Esta baixa representaria cerca de 20% do total calórico das cifras dos padrões universais de ingestão calórica. Assim, sob a ação do clima, baixavam o ritmo de vida vegetativa e neuromuscular, acomodando-se em um torpor funcional. Mas a visão do autor é positiva, pois esta baixa do metabolismo representaria uma adaptação vantajosa na luta contra o clima, assim como uma salvação contra os perigos da fome de energia.¹⁴⁸

¹⁴⁵ Castro, 1984, p. 103.

¹⁴⁶ Idem, p. 103.

¹⁴⁷ Idem, p. 75.

¹⁴⁸ Idem, p. 76.

Diante desta adaptação, o indivíduo poderia, mesmo que de forma descansada e com produtividade limitada, cobrir suas despesas básicas e realizar algum trabalho. Para o autor, a “preguiça” atribuída aos cidadãos das regiões tropicais seria providencial, pois era um meio de defesa de que a espécie dispunha para sobreviver, e funcionava como um sinal de alarme “numa caldeira que diminui a intensidade de suas combustões ou para mesmo automaticamente, quando lhe falta o combustível”.¹⁴⁹ Mesmo apontando as agruras do amazônida, o nutrólogo mostrava-se otimista com as possibilidades de recuperar a região:

A verdade é que se as riquezas da região amazônica não são tão fabulosas como suas lendas, nem o seu clima dos mais acolhedores do mundo, seria no entanto possível vencer tais dificuldades e desenvolver o povoamento da região desde que sua colonização fosse realizada dentro de um plano de aproveitamento racional e não de intempestiva destruição (...) O homem perdido na Amazônia é engolido irremediavelmente pela floresta. No entanto, para que se proceda à implantação de densas massas humanas fazem-se necessárias várias medidas preliminares. (...) Na luta contra os insetos transmissores de febre, o homem dispõe hoje de armas admiráveis, de inseticidas, de repelentes e de medicamentos imunizantes de efeito seguro, e já não é uma utopia pensar na completa higienização de todo o Vale Amazônico.¹⁵⁰

3.5 – Dante Costa e os hábitos alimentares dos amazônidas

Mesmo não portando o mesmo reconhecimento de Josué de Castro, Dante Costa teve importante papel na institucionalização da Nutrição no país, fazendo parte do primeiro grupo a organizar planos de ação alimentar e inquéritos. Já publicara em periódicos como a *Cultura Política* (principal periódico divulgador dos ideais do Estado Novo) sobre a necessidade e possíveis agendas de pesquisa para a ciência da nutrição no país. Paraense, Dante Costa ocupou os principais cargos nas instituições estatais relacionadas ao combate à fome. Iniciou sua carreira no setor de alimentação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, para logo após, ingressar no serviço público, de onde nunca sairia. Foi diretor executivo do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), docente de Higiene da Faculdade Nacional de Medicina, professor de nutrição do Departamento

¹⁴⁹ Castro, 1984, p. 76.

¹⁵⁰ Idem; p. 105.

Nacional de Saúde, além de vice-presidente da Comissão Nacional da UNESCO e Membro da Comissão Nacional da FAO. Por mais que não ocupasse cargos eletivos, Costa teve atuação na política, sendo, em 1945, um dos fundadores da “Esquerda democrática”, de onde surgiria o PSB. No partido, Costa teve papel destacado, apresentando em sua convenção, de 1949, um documento sobre “Diretrizes de uma Política Alimentar”.¹⁵¹

Mesmo com menos destaque que Josué de Castro, suas ideias a respeito da alimentação infantil e dos problemas do Brasil foram muito influentes para a nutrição brasileira. Ao lado de médico pernambucano, Costa teria dado origem a uma nutrologia política, que ao contrário da laboratorial, fechada nas universidades, teve muito mais peso político. Castro, com sua atuação no parlamento, e Costa, militante do Partido Socialista Brasileiro, pensaram a nutrição não apenas como uma questão biológica, mas como mais uma forma de contribuir para o crescimento do país. A militância partidária influenciou de forma decisiva ambos, encontrando um terreno fértil para a difusão de suas ideias no contexto democrático entre 1945-1964. Por mais que seja problemática uma separação “dura” entre uma nutrição política e outra laboratorial, é importante perceber que a reflexão dos dois autores relacionava-se ao contexto no qual foram difundidas:

No quadro político da República de 1945, essas ideias encontravam espaço largo para vicejar. Não fosse um discurso capaz de empolgar uma parcela ponderável da sociedade, que as via com interesse e curiosidade, mas sem entusiasmo notável. Eram, porém, afins com o momento ideológico vivido, marcado pelo nacionalismo, o desenvolvimentismo e o reformismo de base. Elas apontavam para um dos capítulos do esforço de construção de um país moderno, rico e capaz de corrigir os vícios do passado, mostrando que a alimentação era, ao mesmo tempo, efeito e causa do atraso nacional. Dante Costa e Josué de Castro (...) concordavam que, para corrigir a alimentação do brasileiro, era preciso corrigir o Brasil.¹⁵²

De todos os nutrólogos, foi o que mais se dedicou à alimentação das crianças e à elaboração de conselhos sobre as merendas escolares, interessando-se também por questões de pedagogia e educação, produzindo literatura sobre assuntos como a frequência infantil a cinemas, os parques infantis e a recreação.¹⁵³ Sua obra, *Alimentação e Progresso – O Problema no Brasil – Alguns aspectos da alimentação*

¹⁵¹ Coimbra, Meira e Lima, op. cit., p. 128

¹⁵² Idem, p. 278.

¹⁵³ Idem, p. 126.

humana, foi laureado com o prêmio nacional de alimentação, sendo publicado pelo próprio SAPS em 1951. Para Costa, a desnutrição brasileira não era um problema de classe, mas um problema de nacionalidade.¹⁵⁴ Desta forma, a alimentação do povo brasileiro seria o maior problema enfrentado pelo governo. A situação alimentar do país poderia ser explicada como a resultante de quatro fatores: a evolução histórica desfavorável, a estrutura econômica imperfeita, a pobreza instalada e a deseducação mantida.¹⁵⁵ Entre as maiores questões, estava o campo. Duas medidas seriam fundamentais para que a situação daqueles habitantes melhorasse: a reforma das condições de trabalho no campo e a reforma agrária. A primeira teria reflexo na produção de gêneros alimentícios, que não poderia ser apenas o objeto de interesse do patrão rural. As condições de vida do assalariado e do colono, para Costa, eram miseráveis, mais próximas do ajuntamento animal que de condições humanas.¹⁵⁶ A segunda medida deveria resultar em uma reforma agrária ampla, de forma que nela coubessem medidas de ordem econômica, educacional e sanitária, para assim, melhorar a situação alimentar do povo.¹⁵⁷ Dante Costa cita inclusive o Pará como um exemplo da necessidade de reformas urgentes:

No Pará, os grandes seringais são menos lugares da exploração agrícola extrativa que o cenário da solidão episódica de milhares de homens que nada de seu possuem, nem o chão sobre o qual dormem, nem as árvores que os braços diariamente ferem, nem mesmo a certeza de que a vida é um bem estável. Como as canoas de bubuia nos rios, eles flutuam na vida sobre uma terra que de um momento para o outro lhes poderá faltar.¹⁵⁸

Bandeira também defendia por Josué de Castro, a reforma agrária foi discutida sob várias matrizes nos anos de 1950. Costa, em especial, a partir de suas convicções políticas de esquerda, era um entusiasta da questão. Bielschowsky, em um amplo mapeamento do debate em torno da reforma agrária durante o chamado “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, aponta que o problema nunca foi discutido de forma aprofundada. Segundo o autor, não surgiram, na literatura econômica e social da época, tentativas sérias de aprofundamento da questão agrária brasileira.¹⁵⁹ A discussão

¹⁵⁴ Costa, Dante. *Alimentação e Progresso – O Problema no Brasil e Alguns aspectos sociais da alimentação humana*. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação e Previdência Social, 2ª Edição, 1960, p.16.

¹⁵⁵ Idem, p. 17.

¹⁵⁶ Idem, p. 36.

¹⁵⁷ Idem, p. 37.

¹⁵⁸ Idem, p. 37.

¹⁵⁹ Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 5ª Edição, 2000, p.305.

sobre a eficiência econômica da redistribuição das propriedades transmitia muito mais as posições políticas dos autores do que uma convicção oriunda de uma análise aprofundada da realidade rural brasileira.¹⁶⁰ A expressão “reforma agrária” poderia ter as mais diferentes conotações, sendo inclusive incorporada pela linguagem conservadora, que extraía seu caráter redistributivo.¹⁶¹ De qualquer forma, o debate sobre a reforma agrária deixaria uma marca no pensamento econômico do país: a ideia de que a baixa produtividade do campo determinava um mercado interno limitado, constituindo assim, um entrave básico ao desenvolvimento econômico.¹⁶² Porém, a questão da reforma agrária ficaria desprovida da característica de uma unidade temática que lhe atribuíram na conjuntura histórica dos anos de 1945 e 1947 e, posteriormente, nos anos de 1960.¹⁶³ Havia em ambas a esperança da conquista de reformas de base que ampliassem a justiça social e as condições de viabilização do desenvolvimento econômico. Dessa forma, esse tema ocupou apenas um espaço acessório e não principal nas análises das diversas matrizes econômicas daquele período.¹⁶⁴

Um ponto sempre destacado por Costa é a importância da educação alimentar. Na direção do SAPS, o nutrólogo reforçou a necessidade e ampliou as ações realizadas pelas “Visitadoras de Alimentação”, que iam, de lar em lar, buscar ensinar técnicas de cozinha e interferiam no cardápio das pessoas. O papel delas situava-se ao lado da visitadora social e da visitadora de saúde pública. A partir da formação da primeira turma de visitadoras em 1941, os trabalhos se iniciaram. Durante um mês, elas iam para as casas ao menos uma vez por semana, realizando a inspeção na sala de jantar e cozinha, com o intuito de inculcar nas pessoas os aspectos da “alimentação racional”, através de críticas e sugestões aos cardápios das famílias.¹⁶⁵ Vários depoimentos das visitadoras foram colhidos pelo autor, mas um, em especial chama atenção. Em visita no bairro de São Cristóvão, na então capital federal (Rio de Janeiro), a visitadora encontrou uma casa chefiada por um nortista, que comia com a família um quilo de farinha de mandioca por dia. Ela sugeriu alguns alimentos, mas recebeu resposta negativa do chefe da família: “se nortista fosse se alimentar com carne, leite e verduras,

¹⁶⁰ Bielschowsky, op. cit., p.305.

¹⁶¹ Idem, ibidem.

¹⁶² Idem, p. 306.

¹⁶³ Idem, ibidem.

¹⁶⁴ Idem, ibidem.

¹⁶⁵ Costa, 1960, p. 93.

ele se derrotava!”.¹⁶⁶ Tais programas de educação alimentar, como demonstra os depoimentos colhidos pelo autor, apresentavam grande resistência por parte da população, tanto entre as pessoas mais abastadas, quanto os mais pobres. A educação alimentar deveria trazer consigo também o patriotismo:

A importância da educação alimentar é um valor da ordem da previdência (...) e do patriotismo (...) que é a inteligência aplicada ao amor nacional. A educação alimentar é um dos primeiros deveres sociais, pois atua como uma força determinante de destinos. Será pela educação alimentar que o nosso homem da rua, o anônimo caminhante de qualquer calçada brasileira, adquirirá o poder de escolher acertadamente os seus alimentos. Esse poder é democrático: beneficia aos pobres e aos ricos, Todos lucrarão com o armar-se dessa capacidade: a de selecionar acertadamente os alimentos capazes de favorecer a saúde, o bom crescimento da criança, a alta produtividade do trabalho e o prazer de viver.¹⁶⁷

Grande parte das obras de Dante Costa direcionou-se à alimentação escolar, mas dedicou atenção também à alimentação da Amazônia. Segundo Costa, mesmo após ter deixado o Pará, sempre estivera o estado associado de modo permanente a preocupações sentimentais, ao labor científico e ao trabalho profissional.¹⁶⁸ Em 1939, pronunciou conferência em Belém denominada *O Problema da Alimentação na Amazônia*, sendo publicada em meio científico no ano seguinte. Na palestra, apontou um fato considerado por ele “doloroso”: as populações da Amazônia viviam desnutridas e subalimentadas, perdidas no interior, sem dar ao desenvolvimento da região toda a colaboração que poderiam dar, se outras fossem as condições alimentares. Costa enumerou os fatores que seriam responsáveis pela má situação alimentar da Amazônia.

Os primeiros estariam relacionados ao trabalho do homem e ao pouco desenvolvimento econômico, inclusos aí o afastamento excessivo entre os núcleos de população, a pouca agricultura, a pouca criação de gado, a exiguidade dos meios de transporte e o reduzido poder aquisitivo da população. Os segundos fatores eram relacionados à ausência de educação alimentar, devido ao pequeno consumo de leite e ao predomínio de determinados alimentos sobre outros. Por fim, os terceiros fatores eram relacionados à

¹⁶⁶ Costa, 1960, p. 96.

¹⁶⁷ Costa, 1960, p. 101.

¹⁶⁸ Costa, 1960, p. 105. Dante Costa publicou diversos livros dedicados ao estudo da nutrição, contando inclusive com traduções para o francês, inglês e espanhol. Entre as obras estão *Bases da Alimentação Racional*, de 1937; *A Criança, as atividades agrícolas e a alimentação*, de 1946; *Alimentação do Escolar*, de 1949; *O leite no crescimento aos 8 anos e o sensualismo alimentar*, de 1952. Uma lista completa das obras do autor, além das monografias e pesquisas de laboratório, está na contracapa da 2ª edição de *Alimentação e Progresso*, de 1960.

Geografia, devido à existência de inundações periódicas e da diversidade dos núcleos de população.¹⁶⁹ Além disso, a área cultivada da Amazônia era inferior a qualquer país com a agricultura minimamente avançada. Mesmo mencionando problemas, Costa afirmou que a queda da prosperidade financeira da região no início do século XX, com a borracha, foi positiva para a situação sanitária da Amazônia.¹⁷⁰ Com a suspensão da importação de vários gêneros alimentares, como feijão e arroz, as populações tiveram que dar atenção ao cultivo da terra, resultando daí um maior consumo de vegetais frescos. Doenças como o beri-beri, endêmicas em populações desnutridas, praticamente teriam desaparecido da região.¹⁷¹

Por ser da Amazônia e por ter trabalhado lá, Dante Costa possuía, obviamente, mais conhecimento sobre a região que Josué de Casto. Demonstrando um grande saber acerca dos alimentos consumidos pelos habitantes, o nutrólogo recomendava o maior uso do peixe, além de apontar a necessidade da realização de diferentes tipos de inquéritos alimentares: um para o interior e outro para as capitais. Sobre a alimentação do interior, a monotonia era característica pela pouca variedade alimentar (farinha d'água, charque e pirarucu), não bastando apenas a indicação de comida de alto valor biológico. Mesmo alimentos reconhecidamente inferiores teriam vez na região, pois a situação do amazônida se compararia a de algumas das regiões mais precárias do mundo.¹⁷² Para começar a solucionar o problema, Costa afirmava que havia urgência na elaboração de inquéritos que, mesmo que trabalhassem pequenas localidades e vilarejos, representariam o início de uma nova visão, menos romantizada e mais concreta sobre a fome na Amazônia. O nutrólogo destaca a preparação que os profissionais deveriam ter ao trabalhar nas comunidades ribeirinhas e do interior, pois um inquérito alimentar realizado em populações de nível econômico-social precário seria tarefa para técnicos mais experientes.¹⁷³ Entre as dificuldades que seriam enfrentadas, estariam o analfabetismo, a reserva das famílias pobres em relação ao salário, a discriminação quanto à composição das famílias e os regionalismos de linguagens. Costa destacava a necessidade de preparar bons técnicos para o inquérito, que fossem capazes de entender a linguagem local, integrando-se ao meio social. Ele explica inclusive como “decifrar” os regionalismos, citando uma entrevista realizada na própria Amazônia:

¹⁶⁹ Costa, 1960, p. 112.

¹⁷⁰ Dante Costa fez essa afirmação tendo como base *Amazônia, Terra e Homem*, de Araújo Lima.

¹⁷¹ Costa, 1960, p. 114.

¹⁷² Idem, p. 118.

¹⁷³ Idem, p. 125.

À indagação de: “Onde mora o Sr. Barbosa?”, informa o vizinho: “Mora na Rua do Itatiaia, conforme a casa do mingoleiro”. Chave: a Rua do Itatiaia é a rua onde está localizado o clube desse nome; “conforme” é “defronte a”; e a casa do mingoleiro é a casa de um indivíduo, ali também residente, que faz e vende mingaus. O diálogo [abaixo, entre a nutricionista realizadora do inquérito e uma dona de casa em Mocajuba, no Tocantins] é reproduzido para que se veja a necessidade de preparar bons técnicos para tal fim, afeiçoados à terra e à gente, capazes de entender a linguagem local, de aprender as medidas da terra, de pacientemente integrar-se no meio social (...)

P-Quanto a Sra. gasta [de açúcar] por dia, por semana, ou por mês?

R- ...

P-A semana passada, quanto a Sra. gastou?

R-Nós compramos uma quarta, que às vezes dá para uma semana tem vezes que nem pra isso dá

P-A Sra. costuma comprar uma quarta de açúcar por semana?

R-Umas pelas outras é mais ou menos isso...¹⁷⁴

O médico compreendia que, antes de realizar os inquéritos e demais intervenções nas populações pobres, deveria ser feito um prévio reconhecimento dos hábitos e costumes dessas pessoas. Costa colocava-se a si mesmo e aos seus funcionários como “tradutores”, ou seja, intermediários entre o conhecimento popular e o científico. A preocupação de Dante Costa em compreender e estudar as populações que seriam alvo destas ações está relacionada à emergência das ciências sociais nos quadros dos serviços de saúde pública. De forma mais ampla, estão também ligadas às tensões e aos fracassos gerados por programas de saúde pública direcionados a populações rurais em diversas regiões do mundo durante as décadas de 1940 e 1950.¹⁷⁵ De acordo com Maio e Lima, os sociólogos e antropólogos se colocaram na posição de “tradutores” entre os profissionais de saúde e as populações rurais. Desta forma, segundo os autores, a eficiência das ações de saúde dependeria diretamente de um conhecimento do universo cultural destas comunidades.¹⁷⁶ Os cientistas sociais passaram a ter uma posição relevante nas ações administrativas voltadas especialmente para a população rural brasileira.¹⁷⁷

Assim, o conhecimento das questões de natureza sociocultural deveria antecipar e orientar quaisquer intervenções. Um importante marco institucional neste contexto foi a criação da Seção de Pesquisa Social, em 1953, no âmbito da Divisão de Educação

¹⁷⁴ Costa, 1960, p. 126.

¹⁷⁵ Maio, Marcos Chor; Lima, Nísia Trindade. Tradutores, Intérpretes ou Promotores de Mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). *Sociedade e Estado, Brasília*, v. 24, n. 2, maio/agosto 2009, p. 530.

¹⁷⁶ Idem, p. 533.

¹⁷⁷ Idem, ibidem.

Sanitária do SESP.¹⁷⁸ Cientistas sociais ligados ou não ao campo da saúde, como Florestan Fernandes, Emílio Willems, José Artur Rios, dentre outros, tiveram o tema da resistência à mudança como obstáculo ao desenvolvimento em suas agendas de pesquisa. Saúde era considerado um importante tema para diagnosticar o que era visto na época como atraso e os meios necessários para se atingir a modernidade. Esta preocupação também é visível em Dante Costa. O médico buscava conhecer as particularidades destes habitantes em uma chave semelhante aos cientistas sociais das décadas de 1940 e 1960. Os hábitos alimentares destas populações deveriam ser conhecidos, para, em seguida, serem alterados para padrões considerados mais avançados, retirando estas sociedades do “atraso”. Um exemplo é Emílio Willems, que defendia um programa de intervenção nas zonas rurais com forte participação das ciências sociais.¹⁷⁹ Só assim seria possível alterar práticas culturais de forma congruente com o meio em que viviam. Desconsiderar estas particularidades poderia, no limite, gerar situações de miséria.¹⁸⁰ Um caso peculiar analisado por Maio e Lima é o estudo de Alceu Maynard de Araújo, que deslocou a atenção das resistências locais às mudanças para os equívocos dos homens que representavam a medicina ocidental.¹⁸¹ De forma geral, os autores apontam que os cientistas sociais deste período pensavam a mudança como algo imprescindível para a modernização destes hábitos e costumes:

Verificamos que a visão dos cientistas sociais acerca da inserção das comunidades rurais segundo a lógica e o modo de vida do mundo moderno é tão positiva quanto inexorável, e todos os impedimentos econômicos e sociais deveriam ser superados. As mudanças nas condições de saúde das populações rurais estariam acompanhadas, principalmente, de intervenções econômicas, sanitárias e educacionais, condições essenciais para a manutenção de uma agenda de modernização, de desenvolvimento do país.¹⁸²

Em um estudo dedicado à Amazônia intitulado *Saúde, Alimentação e Pobreza na Amazônia*, escrito em 1963 e publicado em 1965, Costa dedicou-se inteiramente à região na qual nascera. O nutrólogo reforçava a necessidade de compreender e analisar a Amazônia como um lugar de formações variadas, pois os objetivos que teriam de ser seguidos no interior ou nas comunidades servidas por ferrovias eram diferentes daqueles

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁹ Maio e Lima, 2009, p. 556.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁸¹ Maio e Lima, 2009, p. 555.

¹⁸² Idem, p. 557.

que seriam levados nas comunidades ribeirinhas.¹⁸³ A desnutrição do amazônida seria o pedestal trágico sobre o qual se amontoavam e se somavam as demais doenças humanas. No caso da região, o problema alimentar surgiria em situação extremamente dramática.¹⁸⁴ Uma causa geográfica (importante ressaltar que Costa não utiliza o termo “vazio demográfico” ou “deserto geográfico”) residiria na diversidade dos núcleos populacionais (enquanto alguns contavam com populações de 500.000 habitantes, outros eram grupos isolados, com centenas), o que indicaria a necessidade de estudos analíticos, regionalizados, e não esforços generalizantes de síntese, sobre os tipos de alimentação mantidos pelas pessoas.¹⁸⁵ Desta forma, ocorria na região uma insuficiência na oferta de alimentos. Até nas grandes cidades da região, o alto preço e o atraso tecnológico tornavam a comida inacessível à maioria dos habitantes, em especial para os trabalhadores, as gestantes e as crianças. Em algumas áreas, até os peixes tinham fome, ocasionando um baixo crescimento e uma alimentação ruim para os grupos humanos:

Os peixes do Lago Ariri são de pequeno talhe e pensava-se que isto ocorresse por excesso de pesca, que os atingiria e recolheria antes de terem completado o seu desenvolvimento. Hoje, sabe-se que a causa é outra: é fome. O que existe é superpovoamento de peixes no lago, que recebe os peixes de toda a área alagada e ali os concentra. O alimento existente no lago não dá para todos os peixes e por isso eles não crescem normalmente, ficam pequenos e curtos mesmo se comparados com peixes da mesma espécie vivendo em outras águas da Amazônia.¹⁸⁶

Provavelmente Dante Costa teve acesso ao relatório de Arno Meschkat, no qual técnico de pesca da FAO discute o tamanho dos peixes do lago Ariri, na Ilha de Marajó (PA). Mas o foco do relatório é outro: segundo Meschkat, o pouco tamanho dos peixes é devido à falta de pesca constante. Como no lago Ariri havia a interrupção de pesca por um longo tempo (afinal, o diagnóstico era de que os peixes não cresciam devido à pesca predatória), o excesso de peixes é que determinava a pouca quantidade de alimentos no fundo das águas.¹⁸⁷ Assim, os peixes pequenos prevaleciam sobre os maiores, por conseguirem, de forma mais rápida, atingir o fundo. Não à toa, o relatório recomendava que a pesca fosse mais intensa (sem interrupções), que as redes de pescar mais

¹⁸³ Costa, Dante. *Saúde, Alimentação e Pobreza na Amazônia*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965, p. 5

¹⁸⁴ Idem, p. 49.

¹⁸⁵ Idem, p. 52.

¹⁸⁶ Idem, p. 53.

¹⁸⁷ Meschkat, Arno. *Segundo Relatório do Técnico de Pesca da FAO*. Belém, S/d.

eficientes fossem permitidas e, por fim, que o incentivo à pesca fosse direcionado aos peixes pequenos, para que existisse uma renovação maior.¹⁸⁸ Desta forma, Dante Costa deu um tom dramático ao estudo da FAO.

À guisa de conclusão de seu estudo sobre a Amazônia, o nutrólogo destacou que o Amazonas e o Pará tinham um triste privilégio: o de serem, depois do Mato Grosso, os dois estados do Brasil em que a expectativa de vida era a menor: 38 anos, contando com índices maiores ainda em relação à mortalidade infantil. A saúde e a economia, consideradas “binômios” por Dante Costa, explicariam a situação do amazônida: a grande doença da região era a pobreza e o grande mal, o subdesenvolvimento. Todas as medidas tomadas até o momento eram meramente assistenciais e não conseguiam mudar o curso de um fenômeno econômico. Partindo de uma visão ampla de desenvolvimento, o médico destacava que não bastaria melhorar apenas o estado sanitário e nutricional de determinada população de um só local para que se pudesse acreditar que a saúde entraria nela para ficar. Estes benefícios só seriam permanentes se ocorresse a modificação das estruturas econômicas da sociedade local.

Além dos dois pesquisadores privilegiados nesta sessão, outros autores debruçaram-se sobre a (falta de) alimentação do homem da Amazônia. E, mais que reflexões, estes estudiosos realizaram inquéritos e promoveram planos para recuperar a população local. Na próxima seção, vamos destacar os inquéritos feitos pelas diversas agências na região amazônica e o Plano de Política Alimentar para a região amazônica, feito por Josué de Castro em 1952.

3.6 – Inquéritos sobre a alimentação na Amazônia (1940-1955)

Algumas intenções de se realizar um inquérito mais amplo sobre a situação alimentar da região amazônica datam de 1940, quando o então Departamento Nacional de Saúde (DNS) formulou o “Plano de Saneamento da Amazônia”, inserido na lógica de integração nacional do Estado Novo. Como indicamos no capítulo 2, uma das premissas

¹⁸⁸ Meschkat, op. cit..

do projeto da ditadura varguista para a região estava em ocupá-la e saneá-la. O plano fracassou frente ao acordo realizado entre o governo brasileiro e o estadunidense, os chamados Acordos de Washington, que deram origem ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP).¹⁸⁹ Redigido a mando de Getúlio Vargas para inseri-lo no contexto da *Marcha para o Oeste* discursada pelo então presidente, o Plano centrava-se mais no combate à malária, a principal doença que grassava a região.

Mesmo assim, o projeto trazia possíveis ações para a questão alimentar do homem da Amazônia. Entre as providências necessárias apontadas por João de Barros Barreto, estava a articulação de entidades administrativas interessadas no assunto para a fixação e execução de uma política de alimentação dirigida. O plano também previa a realização de inquéritos econômico-sanitários para precisar os hábitos e as verdadeiras condições alimentares nas diversas regiões, apurando os principais defeitos, a extensão do estado de má nutrição, das doenças de carência e estados pré-carenciais. Por fim, estimulava a promoção de medidas tendentes a fomentar a produção e o consumo de alimentos com valor nutritivo.¹⁹⁰ Barreto destacou no relatório também a necessidade da realização de pesquisas sobre o valor nutritivo de espécies pouco conhecidas na flora e fauna da Amazônia.

Em 1947, o então ex-diretor do DNS escreveria um plano específico para a alimentação da Amazônia, em conjunto com Tito Cavalcanti. De acordo com o sanitarista, apenas um inquérito tinha sido realizado por Oswaldo de Costa e Walter Silva, que abrangeu somente a cidade de Manaus. Desta forma, mais trabalhos técnicos para conseguir detectar os problemas nutricionais da região amazônica eram de extrema urgência. Entre os problemas apontados estava o de transporte, em especial quando acaba a comunicação marítima com os estados do sudeste.¹⁹¹ Além disso, a conservação dos alimentos era um dado importante a ser levado em consideração na escolha dos alimentos, sendo necessário levar a cabo um plano de distribuição de alimentos menos perecíveis.¹⁹² Mesmo utilizando os padrões recomendados pela *Food and Nutrition*

¹⁸⁹ Sobre o Plano de Saneamento da Amazônia e seu ocaso, ver Andrade, Rômulo de Paula; Hochman, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). *História das Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, dez. 2007, p. 257-277.

¹⁹⁰ Barreto, João de Barros et al. Saneamento da Amazônia. *Arquivos de Higiene*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, dez. 1941, p. 191-199.

¹⁹¹ Barreto, João de Barros; Cavalcanti, Tito A. de A. Contribuição ao estudo do problema alimentar da Amazônia. *Memórias do Instituto do Oswaldo Cruz*, v. 45, n. 4, 1947, p. 854.

¹⁹² Barreto, 1947, p. 855.

Board e do *National Research Council*, Barreto e Cavalcanti adaptaram tais critérios às particularidades locais, incentivando a utilização racional da piscicultura, ao invés do uso da pecuária, indicada por estas instituições.¹⁹³ O percentual de ferro recomendado para a alimentação do amazônida também deveria ser maior que o prescrito pelos padrões internacionais, devido aos problemas de malária e de ancilostomose que acometiam a região.¹⁹⁴

Além de incentivar o cultivo de outras culturas, como amendoim, verduras e frutas, os dois autores reforçaram a necessidade de se colocar a mandioca como a principal alimentação do amazônida. O incentivo à pesca se dá no relatório dos autores devido ao fato de uma das principais fontes de nutrientes para o amazônida estar sumindo: as tartarugas, devido às pescas predatórias. O artigo, de 1947, já fazia alusão ao *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, decidido e aprovado no ano anterior. A conclusão dos autores é de que a alimentação deveria estar obrigatoriamente incluída em um plano de soerguimento econômico da região. Para eles, as possibilidades existiam, e não seriam poucas, para que a Amazônia, de forma autônoma, conseguisse resolver os problemas de alimentação.¹⁹⁵ Dependeria, acima de tudo, dos esforços das autoridades locais, que poderiam incentivar a produção e o consumo de alimentos úteis, em conjunto com o incentivo à educação sanitária, para que estes esforços não fossem em vão.¹⁹⁶ Em 1949, o SESP publicava em seu boletim as *Considerações de ordem Prática em torno da realização de inquéritos alimentares na Amazônia*. Esse artigo contou com uma pesquisa, em estágio experimental, em três pequenas cidades do interior da Amazônia (Abaetetuba, Mocajuba e Anajás). Em Mocajuba, por exemplo, foram recenseadas 100 famílias e ali verificou-se que o desjejum diário de grande parte da população constava de apenas uma xícara de café puro.¹⁹⁷

Por mais que fosse em apenas uma cidade (Belém), a Amazônia passou pela preocupação dos primeiros inquéritos realizados pela FAO no Brasil. Nos anos de 1950, a agência internacional, em conjunto com a Organização Mundial de Saúde (OMS), realizou uma série de investigações sobre desnutrição proteica na África e na América Central. Estes estudos relacionam-se ao *framing* de uma doença que passou a ser

¹⁹³ Barreto, 1947, p. 858.

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁵ Idem, p. 869.

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁷ Costa, 1965, p. 111.

identificada como uma enfermidade característica dos países considerados subdesenvolvidos: o Kwarshiokor.¹⁹⁸ A doença, detectada inicialmente em um relatório no império britânico das Índias Ocidentais, consistia em deficiências proteicas com excesso de carboidrato nas populações. Após relatórios como o Brock-Autret realizado na África nos anos 1950, o Kwarshiokor passou a ser procurado em todas as regiões trabalhadas pela FAO no mundo. A melhor prevenção para a doença passava por uma educação alimentar e pelo consumo de leite, dando assim o impulso necessário à distribuição de leite em pó em escala mundial, capitaneada pela *United Nations Children's Fund* (UNICEF).¹⁹⁹ Mas a doença até aquele momento tinha sido detectada apenas na África. Com este objetivo que Arturo Vergara (FAO) e Conrad Waterlow (OMS) realizaram o inquérito brasileiro, entre maio e junho de 1953. As cidades estudadas foram Belém, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Mesmo o trabalho sendo realizado de forma rápida, devido à pressa em lançar o relatório, os autores concluíram que os brasileiros sofriam de distrofia pluricarencial, o nome brasileiro dado para a enfermidade. A doença mostrara-se mais rara em Belém que nas outras capitais, mas mesmo assim, fazia-se presente.²⁰⁰ As causas detectadas pelos pesquisadores seriam o desmame precoce, a falta de alimentos proteicos e o uso desproporcional de alimentos ricos em amido.²⁰¹

A alimentação do amazônida entraria definitivamente no rol das preocupações estatais a partir de 1952, quando Getúlio Vargas convocou uma reunião para realizar um Plano de Emergência para a região amazônica, por ocasião do lançamento da SPVEA. Para elaborar um projeto específico para a região amazônica, Josué de Castro, então presidente da Comissão Nacional de Alimentação, foi convocado. O *Plano de Política Alimentar na Amazônia* trazia tanto as análises retiradas de *Geografia da Fome* quanto novas possibilidades para a resolução dos problemas. O nutrólogo inicia o texto chamando a atenção da necessidade de um plano de alimentação para a *Valorização Econômica da Amazônia*:

¹⁹⁸ Utilizamos aqui a definição de Charles Rosenberg em Framing Disease. O “enquadramento” de determinada doença traz consigo significados, estigmas e, conseqüentemente, uma mobilização em termos de políticas públicas, como é o caso do Kwarshiokor. Cf. Rosenberg, Charles E. e Golden, Janet (ed.). *Framing disease. Studies incultural history*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1977.

¹⁹⁹ Ruxin, op. cit., p. 69.

²⁰⁰ Vergara, Arturo. Waterlow, J. La Malnutrition Proteique ao Brésil. *Bulletin World Health Organization*, n. 15, 1956.

²⁰¹ Idem, ibidem.

A verdade é que o objetivo de qualquer plano de revalorização econômica terá forçosamente, por base o aumento da produtividade, que é função da capacidade de trabalho e rendimento humano, decorrências irremovíveis do estado de nutrição da coletividade produtiva. Só com a melhoria das condições de alimentação e dos índices de nutrição é possível a elevação dos índices de produtividade de qualquer grupo humano subdesenvolvido. As consequências dessa alimentação defeituosa repercutem de maneira funesta sobre as características biológicas e culturais dos grupos humanos que ali vivem. A pouca capacidade produtiva, a falta de resistência a inúmeras doenças, os baixos índices de longevidade e os altos índices de mortalidade reinantes na região refletem em grande parte a subnutrição crônica em que vivem as populações da Amazônia.²⁰²

O médico foi escolhido por presidir a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), à época, o principal órgão elaborador de políticas públicas para a área de nutrição.²⁰³ Além disso, não era novidade o fato de Josué de Castro contar com bastante prestígio junto às instituições estatais. Castro destacou a necessidade de abranger o *Plano de Política Alimentar* em três aspectos: um plano de pesquisas acerca do problema, um plano de assistência alimentar de urgência e um plano de abastecimento alimentar a longo prazo. Inicialmente, deveria ser feito um projeto de pesquisas e investigações, que abordaria os aspectos biológicos, econômicos e sociais do problema, para fornecer dados à CNA, que por sua vez seria a responsável por levar o plano adiante. Talvez em razão da precariedade de orçamento presente para a execução, o nutrólogo envolveu uma série de instituições nacionais e internacionais para efetuar suas pretensões.

A Fundação *Kellog*, a OMS e a FAO contribuiriam conjuntamente com o intento, através de um plano de assistência técnica, enviando peritos para colaborar com a equipe brasileira nos diferentes aspectos que a pesquisa deveria abranger.²⁰⁴ O Instituto Agrônomo do Norte (IAN) estudaria a natureza ecológica da região, para compreender as possibilidades agrícolas regionais e os trabalhos de seleção de sementes, de correção dos solos, de defesa e proteção dos produtos agrícolas.²⁰⁵ O Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil estudaria os recursos alimentares, nos aspectos bioquímicos e dietéticos. Por fim, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) ficaria responsável pelos aspectos sanitários que envolviam o programa, bem como pelos levantamentos

²⁰² Castro, Josué. *Plano de Política Alimentar na Amazônia*. Brasil - *Plano de Emergência da Amazônia*. Rio de Janeiro: 1954, p. 210.

²⁰³ Josué de Castro presidiu a Comissão Nacional de Alimentação entre os anos de 1945 a 1954.

²⁰⁴ Castro, 1954, p. 212.

²⁰⁵ Idem, *ibidem*.

dos estados de nutrição, análise da incidência dos estados carenciais e influência da subnutrição nos índices epidemiológicos regionais.²⁰⁶

Na parte de assistência alimentar, o relatório recomendava a necessidade urgente de obtenção de produtos que escasseavam na região amazônica e em outras regiões do Brasil. Dessa forma, seria necessária a importação de produtos como leite em pó, farinha de trigo e batata, que seriam postos nos mercados da Amazônia por preços “infinitamente superiores” aos praticados pelos comerciantes. Este aspecto é bastante relevante, tendo em vista que um das principais constatações sobre a carestia alimentar da região estava no alto custo de vida e dos alimentos. Percebe-se neste trecho, a influência das concepções de John Boyd Orr, o primeiro presidente da FAO. Mas Josué de Castro preocupava-se também com as formas de distribuição deste alimento, ressaltando que seria vital que alguma comissão de abastecimento da Amazônia fiscalizasse os comerciantes locais sobre a prática do preço. Segundo o médico, o plano realizado desta forma impediria o sistema “antieconômico” e paternalista da distribuição direta e gratuita dos alimentos, utilizando como exemplo o *Food Stamp Plan*, realizado nos EUA, que objetivava melhorar as condições alimentares das classes menos favorecidas, proporcionado, ao mesmo tempo, o escoamento racional de produtos com estoques excedentes.²⁰⁷

Diferente do plano por Josué de Castro, a política de distribuição de alimentos dar-se-ia de forma gratuita, através da entrega de leite em pó e suplementos alimentares pela UNICEF, no final da década de 1950 e início de 1960. Contrariamente ao projeto do médico para a região amazônica, as medidas consideradas por ele “paternalistas” seriam predominantes na política alimentar brasileira nos anos posteriores ao lançamento do plano. Na parte relativa à política de alimentação a longo prazo, alguns pontos seriam fundamentais, como o fomento da produção regional de alimentos, a ampliação da capacidade aquisitiva dos habitantes (pela melhoria da produtividade) e um programa de educação alimentar, para a difusão de conhecimentos de higiene alimentar. Na campanha educacional, o autor defendeu a criação de zonas demonstrativas, como centros experimentais rurais de colonização e abastecimento para ser realizado em pequena escala um programa de política alimentar para que os resultados servissem

²⁰⁶ Castro, 1954, p. 212.

²⁰⁷ Idem.

como exemplos e, como em um jogo de escala, o sucesso destas medidas reverberaria para outras regiões da Amazônia.²⁰⁸

O texto de Josué de Castro serviu de base para a elaboração de um plano de ação realizado pela Comissão da Alimentação e Nutrição da Amazônia, composta pelos médicos Nunes Pereira, Walter Silva, Walter Santos, João Batista Pinheiro, dentre outros. De forma geral, seguiram as recomendações dadas pelo autor do *Plano de Política Alimentar para a Amazônia* e enfatizaram a necessidade de realização de inquéritos completos de dois tipos: um sobre hábitos alimentares e outro sobre o estado nutritivo das populações. A pesquisa, como apontava a comissão, teria uma função: a de considerar, em cada área da região amazônica, os diversos grupos sociais componentes da população, afastando a possibilidade de realizar levantamentos que não dariam conta da diversidade cultural da Amazônia.²⁰⁹ As equipes seriam coordenadas por um médico nutrólogo e seriam treinadas no Rio de Janeiro. Na Amazônia, seriam coordenadas por médicos do SESP e trabalhariam em conjunto com profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tanto o plano de Josué de Castro quanto o da comissão se notabilizam pela amplitude e pretensão de atacar a fome da Amazônia em todos os aspectos: no econômico (abastecimento), no dietético (pesquisas nutricionais) e no cultural (educação alimentar). Como apontam Coimbra, Meira e Lima, a Comissão Nacional de Alimentação contava com o destaque de Josué de Castro, mas não possuía muitas verbas. Tais problemas atingiam também a SPVEA, que seria o órgão executor destas políticas e que passava por problemas financeiros naquele período. Esses preceitos amplos, como veremos no próximo capítulo, foram levados ao primeiro plano efetivo de ação para Amazônia: o *Primeiro Plano Quinquenal*, de 1955.

Conclusão

Este capítulo foi uma ramificação de temas, autores e reflexões, oriundas do *Plano de Política Alimentar* de Josué de Castro, escrito em 1952. Acostumado com as

²⁰⁸ Castro, 1954, p. 216.

²⁰⁹ Brasil. Relatório da Comissão de Alimentação e Nutrição. *Plano de Emergência da Amazônia*, Rio de Janeiro, 1954, p. 198.

prioridades postas nos planos de saneamento para a região amazônica, que envolviam normalmente combate a malária e assistência médico-sanitária, foi revelador encontrar extensas páginas dedicadas à situação alimentar do homem amazônida. O lugar da nutrição ganhou tanto destaque nesse documento, que a fome passou a ser vista como a causa principal da miséria sanitária da região amazônica. O que teria levado à mudança de um “quase esquecimento” na década de 1940 a uma prioridade em 1955?

Para responder a essa pergunta, entramos em contato com uma tradição brasileira e internacional neste campo que, desde o período entre guerras, já se preocupava em conceituar a desnutrição e estabelecer critérios mínimos de calorias e nutrientes para o bem-estar da população. Estabelecendo uma ponte com o Brasil, mapeamos e analisamos as reflexões dos dois principais autores ligados a esta área (Dante Costa e Josué de Castro), para compreender a forma como eles entendiam as consequências do estado alimentar do amazônida para a economia e a vida local. O trabalho de Dante Costa demonstra a forma como os homens que buscavam levar o desenvolvimento às nações compreendiam a cultural local. Na década de 1950 e 1960, com o crescimento das ciências sociais, ocorreu o esforço de “tradução” entre os profissionais de saúde e as populações rurais do país. A busca de Dante Costa pelo conhecimento dos hábitos e linguagem das pessoas que seriam atingidos por essas ações é também reflexo de um período em que o conhecimento do contexto sócio-cultural deveria vir antes de qualquer intervenção na realidade local. A perspectiva partilhada pelos profissionais deste período era a de mudança social. A cultura regional deveria ser conhecida, para que a alteração efetiva fosse feita – ou nas palavras dos homens dessa época, para que fosse feita a “elevação dos níveis culturais”. Somente a partir da transformação de vários aspectos da sociedade amazônica que o desenvolvimento seria levado adiante: os hábitos e a agricultura rudimentares deveriam ser modernizados, para que a região deixasse de ser subdesenvolvida. De forma complementar, resgatamos também as análises de outros autores sobre a constante desnutrição e fome do homem da Amazônia. Consequentemente, mostramos os primeiros inquéritos realizados na região amazônica a partir dos acordos entre a FAO e a SPVEA. Como demonstrado, as soluções davam conta de uma ampla agenda de mudanças conjugada com trabalhos pontuais, como a distribuição de complementos alimentares. Veremos no próximo capítulo como essas ideias se adaptaram às possibilidades da época em que ocorreram tentativas de colocá-las em prática.

CAPÍTULO IV

IDEIAS AMPLAS, AÇÕES PONTUAIS: AGÊNCIAS INTERNACIONAIS E PROGRAMAS DE SAÚDE NA VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Introdução

No capítulo anterior, abordamos diversos apontamentos e discussões sobre a recuperação sanitária do homem da Amazônia. A institucionalização da ciência da nutrição e o aumento do capital político de profissionais desta área conseguiram elaborar uma “verdade científica” para a região amazônica: grande parte do drama sanitário que a região passava se devia em grande medida à desnutrição e aos maus hábitos alimentares de sua população. As soluções encontradas implicavam em um ambicioso e amplo programa, que previa o controle dos preços dos alimentos para a população, mudança de hábitos alimentares e distribuição pontual de vitaminas e leite em pó. Estas ideias alinhavam-se a certa concepção horizontal de saúde pública, na qual a mudança e o consequente soerguimento dos índices sanitários viriam com ações amplas, de profundas alterações estruturais, econômicas e sociais. O objetivo de todas estas concepções era a mudança na vida do homem da Amazônia. Seus hábitos, alimentos e estrutura econômica e social deveriam ser conhecidos, para que, a partir de intervenções de agências e do Estado, pudessem ser alterados,

John Farley, ao analisar as concepções presentes na agenda da saúde internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial, concluiu que os esforços para melhorar a saúde e o bem-estar econômico poderiam ser visualizados em pêndulos fixos em dois extremos. No campo da saúde, dois pêndulos seriam os principais: o primeiro balançava entre a concepção de que o controle ou erradicação de doenças transmissíveis seria um pré-requisito para o desenvolvimento socioeconômico e a noção de que o desenvolvimento socioeconômico seria um pré-requisito para a melhoria da saúde. O segundo pêndulo estaria entre aqueles que acreditavam que as campanhas poderiam ser direcionadas

verticalmente contra doenças específicas e que seriam impostas de “fora” e aqueles que argumentavam que as campanhas contra doenças transmissíveis necessitavam ser feitas de formas horizontal e envolviam um mínimo de infraestrutura de saúde pública e que as campanhas não poderiam ser impostas, de “cima” para “baixo”.¹ Como Hochman sugere, nem sempre estes pêndulos se moviam em igual velocidade ou de modo coincidente entre os dois vetores.² Neste capítulo, veremos que, em determinadas ocasiões, eles balançavam ao mesmo tempo e, de certa forma, coexistiam. No caso dos planos da nutrição e de saúde pública para a Amazônia, veremos, no curso do capítulo, que, se as concepções destes homens da saúde relacionavam-se às práticas “horizontais”, suas ações estiveram em perfeita ligação com as concepções “verticais” de saúde pública, como a distribuição do leite em pó e a experiência de controle e erradicação da malária, a partir da mistura entre um remédio contra a doença, a cloroquina, com o sal de cozinha.

Este capítulo tem também o objetivo de analisar as práticas de organizações internacionais e instituições locais a partir do documento que elaborou o plano de ação para a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia: o *Primeiro Plano Quinquenal*, publicado em 1955. As ações do SESP, da FAO e da UNICEF na região são uma oportunidade para problematizar as relações entre agências internacionais e governos nacionais e as adaptações pelas quais esses órgãos tiveram que passar para seguir adiante com seus trabalhos. Como grande parte dos estudos em História da Saúde Internacional tem demonstrado, não se trata aqui de uma mera recepção ou submissão dos países às ações destas agências, fato que exclui a possibilidade de uma “via de mão única”. Tanto os governos se beneficiaram desses acordos para efetivar seus próprios projetos, quanto esses organismos internacionais utilizaram-se de tais trabalhos para expandir suas ações no mundo, exportando projetos e ideias que, em muitos casos, foram absorvidos pelas agendas nacionais de saúde pública. As possíveis simetrias e assimetrias entre esses atores influenciaram a conformação de políticas de saúde pública e instituições no século XX. Tais desenlaces resultaram em arenas dinâmicas, na qual atores locais, profissionais transnacionais e agências internacionais interagiram, e se

¹ Farley, John. *To Cast Out Disease: a history of the international Health Division of the Rockefeller Foundation (1913-1951)*. Oxford, Oxford University Press: 2004, p. 284-285.

² Hochman, Gilberto. O Sal como solução? Políticas de saúde e endemias rurais no Brasil (1940-1960). *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 24, mai-ago 2010, p. 162.

modelaram.³ Neste capítulo, abordaremos também os ruídos e/ou ausência de comunicação entre as próprias agências nacionais de saúde pública, como a experiência do sal cloroquinado demonstrou.

Outro tema que permeia este capítulo é a resistência encontrada pelos homens de saúde pública e de agências internacionais que trabalharam. A instalação de um hidrômetro em comunidades do interior da Amazônia daria origem ao questionamento dos habitantes sobre a necessidade de mercantilizar um bem que, até aquele momento, era acessível a todos eles. Experientes técnicos e engenheiros florestais da FAO tiveram dificuldade em levar adiante o trabalho. Em alguns casos, confrontaram problemas antigos da região, como a economia do seringal e o latifúndio. Em outros, foram prejudicados pela doença e clima da região, além de sofrerem interferência política direta de membros da SPVEA sobre seu trabalho. Estes homens da FAO escreveram uma série de relatórios de caráter técnico, com o objetivo de mostrar a viabilidade ou não da região em desenvolver uma economia florestal. Mas não se furtaram, nestes mesmos escritos, a tecer considerações sobre a política local, imigração e sobre própria SPVEA.

Inicialmente, destacaremos a forma como o *Primeiro Plano Quinquenal* conceituava os problemas de saúde da Amazônia e encaminhava as possíveis soluções. Depois, veremos que, mesmo com pouca “força orçamentária”, foram feitos inquéritos e avaliações sobre a nutrição da região, desmistificando velhos estigmas que pairavam sobre a região. Na segunda parte do capítulo serão privilegiados os trabalhos da FAO na Amazônia que acreditava que, por meio do desenvolvimento de uma economia florestal seria possível recuperar economicamente a região. Dedicamos a seguir algumas páginas à Educação Sanitária e ao programa de distribuição do leite em pó da UNICEF. Por fim, vamos expor a ascensão e queda do Método Pinotti, que consistia na distribuição de sal de cozinha misturado com a cloroquina para os habitantes, com o intuito de controlar a malária. Posteriormente, com o sucesso do programa, o chamado ‘sal medicamentoso’ foi incluído no programa mundial de erradicação da doença. No término do capítulo, será exposta a relação entre os programas de saúde pública para a região amazônica e o contexto político no qual a SPVEA estava envolvida em críticas de opositores e

³ Hochman, Gilberto. From Autonomy to Partial Alignment: National Malaria Programs in the Time of Global Eradication, Brazil. *CBMH/BCHM*/Volume 25:1 – 2008, p.184.

constantes cortes orçamentários. Mostraremos assim, que a dimensão política deste período está intimamente relacionada às concepções de fracasso/sucesso destes projetos.

4.1 – Da desnutrição e outras doenças: a saúde no *Primeiro Plano Quinquenal* (1955-1960)

A saúde estava ratificada como uma das prioridades para o plano de Valorização Econômica, tendo como previsão o repasse de 18,5% do total de verbas destinadas à superintendência regional (a terceira dotação distribuída pela Superintendência). As linhas gerais dos objetivos a serem alcançados consistiam em aumentar a densidade demográfica da Amazônia, assegurar a ocupação territorial, construir no local uma sociedade economicamente estável, além de desenvolver a região em um sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.⁴ Alguns pontos colocados anteriormente por Josué de Castro foram incorporados ao programa de saúde do Plano Quinquenal. Em uma breve comparação com o último plano formulado por um órgão estatal para a região amazônica (*O Plano de Saneamento da Amazônia*, de 1940), percebe-se uma maior importância da alimentação como ponto para o soerguimento da região amazônica. Como destacamos, isto se deve à conformação estatal e institucional da ciência da nutrição entre a metade da década de 1940 e dos anos de 1950.

As ações de saúde SPVEA passavam pela liderança exercida pelo Serviço Especial de Saúde Pública, que já trabalhava na região desde 1942. Como demonstrado anteriormente, o crescente interesse no “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” levou economistas e políticos a dedicarem cada vez maior atenção à saúde como fator de crescimento econômico e os profissionais de diversas áreas começaram a pensar os problemas de saúde dos chamados países subdesenvolvidos nos termos de um ‘círculo vicioso da pobreza’, preconizado por Gunnar Myrdal.⁵ Assim, as precárias condições

⁴ Brasil. *Primeiro Plano Quinquenal*; SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação, 1955, p. 24-25.

⁵ Karl Gunnar Myrdal (1898-1987), nascido na Suécia, foi economista, sociólogo e político. Criou a teoria da causalidade circular, segundo a qual o círculo vicioso do atraso e da pobreza pode ser rompido pela aplicação planejada de reformas que provoquem modificações cumulativas e direcionadas no círculo de causas responsáveis pelas desigualdades econômico-sociais.

sanitárias do terceiro mundo estariam na raiz da pobreza desses lugares periféricos.⁶ Dessa forma, passou-se a considerar saúde como um investimento para o desenvolvimento, instrumento de eliminação da pobreza e, na conjuntura da Guerra Fria, propaganda política contra o comunismo.⁷ O SESP foi favorecido pelo contexto “otimismo sanitário” (devido às novas tecnologias que possibilitariam a erradicação de doenças) e da “cultura do desenvolvimento”, vinculando-se aos projetos governamentais, como a SPVEA.⁸ A década de 1950 foi o período no qual o SESP atuou em grande parte do território nacional, tendo sido elogiado nas tribunas do congresso brasileiro e pelos meios de comunicação da época.⁹

Previa-se para o quinquênio 1955-1960 a instalação de mais 22 hospitais regionais e cerca de 230 postos de higiene.¹⁰ Em linhas gerais, o plano pretendia ampliar, melhorar, construir e equipar hospitais, maternidades e subpostos de saúde, além de criar uma Assistência Obstétrica Domiciliar, como medida de emergência para amenizar a deficiência de leitos para maternidade na região.¹¹ Em apresentação ao *13º Congresso de Higiene*, em 1956, Amyntor Bastos, médico paraense e responsável pela coordenação e um dos elaboradores do planejamento do setor da saúde, discriminou as verbas que seriam repassadas à agência regional. A maior parte do investimento dar-se-ia em assistência média (40%), combate às doenças transmissíveis (27%), saneamento (27%), nutrição dos amazônidas (4%) e pesquisas científicas (2%).¹² A maior preocupação da comissão de saúde foi o esforço em integrar o projeto aos serviços federais, estaduais e territoriais que já operavam na região, sem a necessidade de erigir novos órgãos que, porventura, implicassem maiores dispêndios.¹³

A concepção de medicina utilizada no plano excluía a separação formal entre a medicina preventiva, e a de assistência médica propriamente dita. Na avaliação dos profissionais que elaboraram o plano, esta divisão resultara no fracasso das ações

⁶ Campos, André. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas – O Serviço Especial de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 194.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ Campos, op. cit., p. 212.

⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰ Brasil, 1955, p. 145.

¹¹ Idem, *ibidem*.

¹² Bastos, Amyntor. Os programas de saúde no planejamento da Valorização Econômica da Amazônia – XIII Congresso Brasileiro de Higiene; Fortaleza – Ceará, SPVEA – setor de coordenação e divulgação – Belém, Pará, Brasil, [s/d], p. 5.

¹³ Idem, p. 6.

sanitárias anteriores para a região.¹⁴ As medidas “não chegaram a empolgar nem a dar resultado prático”, sobretudo nos municípios do interior.¹⁵ O diagnóstico era de que os cuidados da assistência médico-sanitária sempre foram precários ou desconhecidos na maioria dos municípios, ressalvadas apenas as capitais, onde um ou outro encargo conseguiria se desenvolver.¹⁶ Dentro desta concepção, considerada arcaica, evitar a doença era obra do governo, enquanto tratar o doente seria ação da iniciativa particular.

Então aos governos competia assistir às coletividades, olhadas estas no conjunto e abstraído o indivíduo isoladamente como enfermo. O sanitarista, em última análise, tinha que se ater às doenças em função das medidas de caráter preventivo. (...) Sua função, quase primordial, (...) era evitar que o indivíduo adoecesse. (...) “Mais vale prevenir que remediar” era seu lema absoluto. Uma vez presa a enfermidade, o indivíduo passava à alçada das organizações assistenciais, das policlínicas, das Santas Casas (...) reservando-se ao governo, quando muito, nessa conjuntura, dar subvenções aos estabelecimentos (...) [Atualmente] não mais se concebe a distinção. As unidades de saúde pública (...) têm que cuidar [também] da assistência médica, que é providência simultânea para alcançar seu objetivo, que é o bem estar das coletividades que a servem.¹⁷

De acordo com o Plano, o problema de saúde na Amazônia era agravado pelas condições climáticas da região, pela dispersão do homem e pelas decorrências sociais e econômicas dessa condição de vida. O clima era culpado, devido à facilidade de proliferação de insetos, pois na região havia muitas precipitações fluviais, o que permitia uma fácil acumulação de águas paradas.¹⁸ A dispersão humana também era culpada, devido à dificuldade de contato entre o homem e os instrumentos de saneamento, tais como médicos, hospitais e poços de higiene.¹⁹ Além destes fatores, a debilidade da economia regional e a deficiência alimentar da região seriam condicionantes negativas no processo. Uma forma de se perpetuar as ações de saúde na região seria alterar os maus hábitos alimentares e higiênicos dos habitantes. No primeiro caso, a base da alimentação popular do amazônida, rica em farinha, com baixo valor alimentício. No segundo caso, sobre aos maus hábitos higiênicos, estes relacionavam-se ao diagnóstico e ao conceito de saúde para a região, que estavam definidos no documento:

¹⁴ Brasil, 1955, p. 138.

¹⁵ Idem, p. 139.

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ Brasil, 1955, p. 138.

¹⁸ Idem, p. 106.

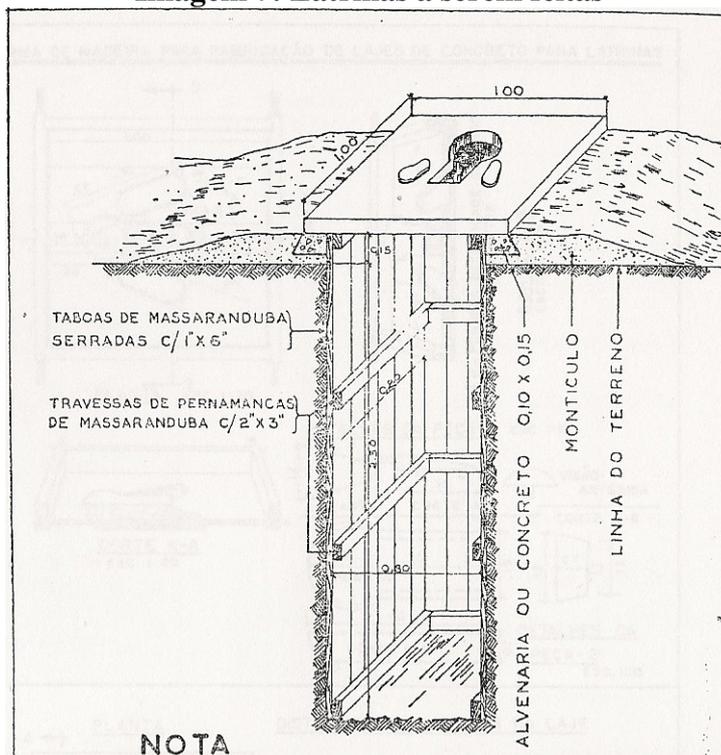
¹⁹ Idem, ibidem.

Onde e como viver são parcelas importantes da saúde. A habitação, os cuidados pessoais, a disposição adequada dos lixos e detritos ainda constituem o fundamento mais seguro de saúde do homem. Esse é um aspecto do problema de saúde puramente educacional e de organização social. Os hábitos higiênicos, sendo um costume, são mantidos em uso pela prática exercida em conjunto por todos os outros membros da sociedade. É nesse sentido que a dispersão do homem agrava ainda mais a condição sanitária geral. (...) **O problema de saúde é, em seus fundamentos, um problema econômico e de educação. Só uma sociedade que conseguiu alcançar satisfatórios níveis culturais, de produtividade e de distribuição de renda por aspirar à realização de boas condições sanitárias** (grifo meu).²⁰

Medidas pontuais não bastariam para a elaboração do plano. A saúde e medidas como o uso de remédios e campanhas não seriam suficientes para retirar o homem da Amazônia da sua situação de penúria. Estas ações seriam apenas paliativas sem reformas profundas – em especial as relacionadas à economia e à educação. No documento estava descrito, por exemplo, a forma como as latrinas deveriam ser feitas. Essas ações relacionavam-se mais à educação sanitária do que a obras emergenciais. Somente com educação e melhor renda econômica o amazônida poderia encontrar sua redenção junto à miséria local.

²⁰ Brasil, 1955, p. 107.

Imagem 7: Latrinas a serem feitas



NOTA

CAVAR UM BURACO QUE TENHA CAPACIDADE SUFICIENTE PARA SERVIR POR DOIS ANOS.

FAZER UM MONTICULO PARA IMPEDIR QUE AS ENXURRADAS ENCHAM O BURACO.

COLOCAR A BASE E A LAGE EM CIMA DO MONTICULO.

FONTE: BRASIL, *Primeiro Plano Quinquenal*, SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação, 1955, p. 248.

Outro ponto de preocupação preconizado pelo plano era o abastecimento de água. Até a chegada do SESP, em 1942, apenas cinco localidades possuíam água canalizada. O quadro era considerado muito grave também no restante do país. Até 1954, 88% da população brasileira não possuía água potável em suas casas.²¹ O suprimento de água potável para as populações, em especial do interior, era vista como prioritário. Seria uma forma de evitar doenças transmissíveis, em especial, as disenterias. O setor de engenharia sanitária da SPVEA criou um modelo de poço, denominado Amazonas, que era considerado a melhor forma de realizar o abastecimento de água para o interior com baixo custo. Amyntor Bastos, responsável pela elaboração do programa de saúde da SPVEA, publicou um estudo posterior no qual discutia a melhor forma de se realizar o abastecimento de água para as populações do interior da Amazônia. Em defesa dos poços, o médico apontou uma série de problemas resultantes da tentativa de implantação de hidrômetros e equipamentos importados. Bastos conta que, entre 1944 e

²¹ Bastos, Amyntor Virgolino de Amaral. *Contribuição ao plano de saúde pública para o interior da Amazônia*. Belém: SPVEA, 1959, p. 8.

1945, foram construídos diversos sistemas de abastecimento em prefeituras do interior, a título de demonstração dos serviços do SESP, com equipamentos diretamente importados dos Estados Unidos. Porém, devido à falta de manutenção, os equipamentos já estavam danificados, mesmo com a obrigatoriedade de preservação dos aparelhos constando nos acordos.²² Em busca de aperfeiçoamento, outras modalidades de participação foram adotadas, como o acordo entre municípios e o SESP; ou então entre a agência e os estados. Mesmo assim, os problemas continuaram: deficiência técnica dos encarregados responsáveis e falta de compra de produtos sobressalentes ocasionaram a falta d'água para a população, fazendo com que os habitantes tivessem que recorrer às águas contaminadas dos rios, lagoas ou poços artesanais.²³

Bastos aponta os esforços do SESP para a instalação de hidrômetros em Cametá (PA), que teria o objetivo de controlar melhor o fluxo de água utilizado pela população. Mesmo com o acordo feito e a verba repassada, oito anos depois da assinatura do contrato, os hidrômetros não estavam instalados. Desta forma, para evitar o encarecimento da água nestes locais, a agência empreendeu campanhas educativas, palestras, visitas de guardas sanitários e distribuição de folhetos para diminuir o desperdício.²⁴ Mais uma dificuldade apontada era a falta de pagamento pelos serviços, tanto por conta das repartições públicas quanto pela população. Levar a “civilização” aos moradores da região amazônica não seria tarefa simples. Os amazônidas mostravam-se desconfiados com as novíssimas e avançadas tecnologias trazidas pelo SESP e pelo governo central.²⁵ Mudar a tradição destes habitantes mostrava-se uma tarefa árdua para os técnicos do SESP. Dois casos ilustram este ponto de vista:

Afrontamos, há três lustres atrás, grandes obstáculos levantados por autoridades administrativas locais e povo em geral e até por gente de inteligência esclarecida, contra a água de abastecimento público, sob a alegação de que as gerações anteriores nunca tiveram o ensejo de gozar dessa facilidade, sempre utilizaram a água do rio fronteiro à cidade e nunca pagaram por isso, quer em dinheiro e quer em risco de vida.²⁶

Além da negativa financeira, os técnicos enfrentaram também, como destacamos, a desconfiança da população. Tal sentimento seria natural, visto que, se na teoria e nos

²² Bastos, 1959, p. 9.

²³ Idem, p. 10.

²⁴ Idem, p. 11.

²⁵ Idem, ibidem.

²⁶ Idem, p. 10.

planos, as obras funcionariam perfeitamente, na prática, isso não ocorreu. Mesmo após a integração das casas com a rede de distribuição de águas, todos os moradores ainda mantinham seus poços artesanais. Em Abaetetuba (PA), o Instituto Evandro Chagas realizou um inquérito destinado a medir a incidência de disenterias antes da construção do sistema de água potável, contando com campanha educativa no intuito de conscientizar os moradores.²⁷ Cinco anos depois, os técnicos ficaram decepcionados: os números permaneceram iguais e, em algumas localidades mais afastadas da cidade, aumentaram. O que ocasionou esses dados? Após novos inquéritos epidemiológicos e entrevistas com a população, constatou-se que as roupas, utensílios de cozinha e vegetais (normalmente consumidos crus) ainda eram lavados nos poços domésticos, que, segundo as respostas dos habitantes, eram conservados pela falta de confiança no suprimento contínuo da água canalizada.²⁸ Não à toa, em todas as áreas relacionadas à saúde neste plano da SPVEA, havia a ênfase na educação sanitária, como forma de fazer com que essas mudanças fossem permanentes, e não pontuais.

À época, a educação sanitária era compreendida como “uma série de processos que visam a informar os indivíduos e a comunidade e incentivá-los a agir individual e coletivamente em matéria de preservação de saúde e prevenção de doenças”.²⁹ Para os autores do projeto, o êxito da campanha sanitária passaria necessariamente pela educação massiva da população, pelas noções que viessem a adquirir dos problemas que as afetassem e pela aceitação de conselhos e providências que se fizessem necessárias.³⁰ Utilizando-se dos conceitos da *Joint Committee on Health Problems in Education* e da *American Medical Association*, a subcomissão expôs os objetivos da educação sanitária: I – Instruir crianças e adolescentes, habilitando-os a conservar e melhorar a própria saúde; II – Inculcar-lhes hábitos e normas de vida que, durante e após a fase escolar, conduzam à plenitude do vigor físico (...) III – Estimular a formação de hábitos e atitudes sadias, entre pais e adultos, (...) com programas adaptados e com os destinados às crianças (...)³¹

As doenças transmissíveis eram outro foco do plano. As enfermidades destacadas foram malária, filariose, esquistossomose e Doença de Chagas e, tendo em vista o

²⁷ Bastos, 1959, p. 12.

²⁸ Idem, p. 13.

²⁹ Brasil, 1955, p. 198.

³⁰ Idem, ibidem.

³¹ Brasil, p. 130.

desenvolvimento de novas tecnologias, o plano tinha o objetivo de estabelecer a fabricação local de vacinas, como a BCG, antivariólica, antitifóidica e antirrábica.³² Inserida neste contexto de medicina curativa-preventiva e educação sanitária, estava o projeto para a nutrição dos homens da Amazônia. Como temos demonstrado neste capítulo, ocorreu, no curso dos anos de 1950, a conformação de uma verdade científica: praticamente todas as doenças eram decorrentes dos maus hábitos alimentares da população e da carga nutricional trazida destes alimentos. O bócio endêmico seria um exemplo claro desta relação. Em inquérito realizado em 1952 entre escolares de Cuiabá, Goiânia e Goiás, os técnicos da seção de nutrição do DNS, Walter Silva e Pedro Borges, encontraram respectivamente 71,99%, 66,62% e 81,07% de crianças com tireoide aumentada, totalizando 50% da população destas cidades.³³

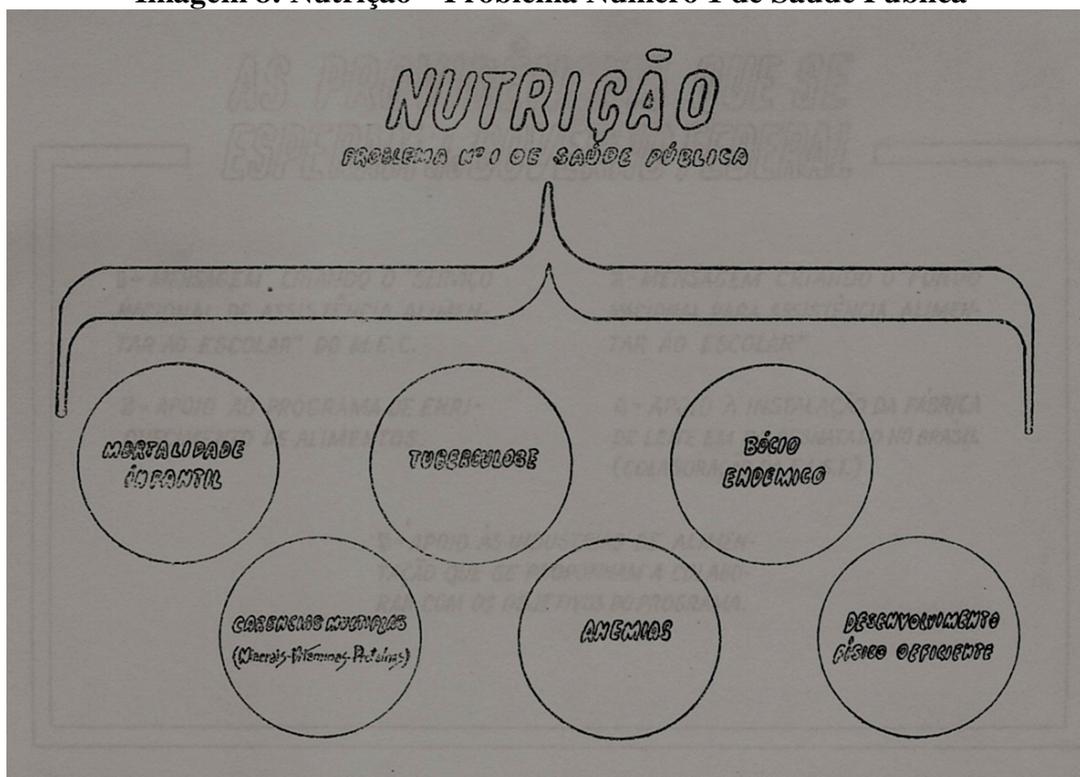
Os médicos rechaçaram a hipótese de que o bócio fosse devido a uma variante da doença de Chagas, pois o hospedeiro não tinha sido encontrado naquelas regiões.³⁴ Desta forma, a deficiência de iodo dos solos e águas nas zonas de incidência do bócio mostrava que a enfermidade tinha origem iódica. A forma encontrada para acabar com este quadro seria a junção do iodeto ao sal de cozinha. Em conformidade aos planos para melhorar as taxas nutricionais das merendas escolares, era necessário utilizar o sal iodado em crianças e especialmente, mulheres, antes do período da concepção, continuar durante a gravidez, e prosseguir na proteção da criança até a adolescência. Reforçando o programa previsto no *Plano de Emergência*, a subcomissão efetuou um levantamento de dados para que pudesse ser traçada uma política alimentar, além de um plano emergencial para suplementar a alimentação de determinados grupos da população, como gestantes, lactentes, pré-escolares e escolares.

³² Bastos, 1959, p. 19.

³³ Brasil, 1955, p. 158.

³⁴ Carlos Chagas, o descobridor da tripanossomíase americana (a doença de chagas) estabeleceu uma relação direta entre a enfermidade e o bócio endêmico, cuja manifestação foi considerada por ele um sinal clínico da doença. Médicos argentinos, entre 1914 e 1916, levantaram dúvidas a respeito do quadro clínico da doença (em especial sobre a correlação com o bócio). A partir dos anos de 1930, Chagas abandonou a antiga primazia dos aspectos endócrinos e passou a reforçar a necessidade de imprimir maior força e credibilidade ao diagnóstico clínico. Para uma análise aprofundada sobre a doença de chagas e os debates envolvendo esta enfermidade. Cf. Kropf, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, Doença do Brasil: ciência, saúde e nação*,(1909-1962). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

Imagem 8: Nutrição – Problema Número 1 de Saúde Pública



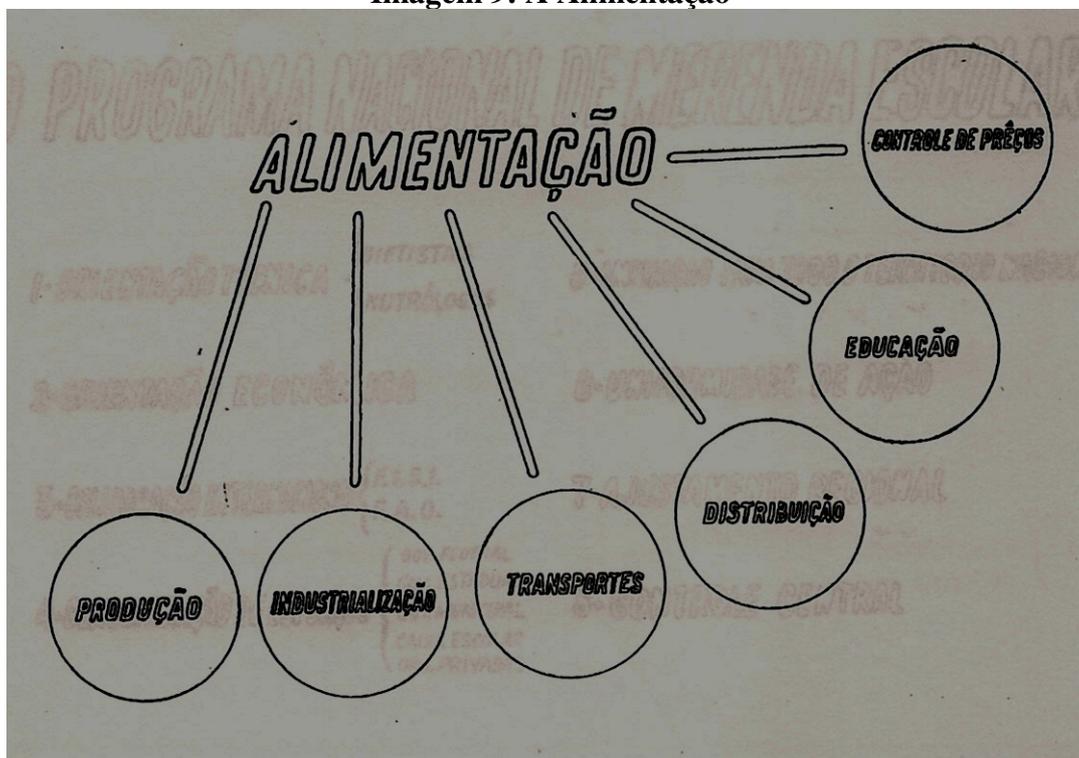
FONTE: BRASIL, *Primeiro Plano Quinquenal*, SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação, 1955, p. 251.

Para o setor de alimentação, ocorreu também a indicação de um programa abrangendo pesquisas (sobre condições locais, recursos, hábitos e disponibilidades econômicas das populações) e abastecimento alimentar, em cooperação com a FAO.³⁵ No setor agrícola, a juta, originalmente plantada pelos japoneses que colonizaram a região, foi considerada modelo para as outras culturas. Assim, o plano de alimentação para a Amazônia integrar-se-ia a projetos nacionais em curso, como a *Campanha da Merenda Escolar* e a *Comissão Nacional de Alimentação*. Quanto à merenda escolar, o plano previa a distribuição de farinhas enriquecidas, balas de açúcar aromatizadas, além do leite em pó, que seria oferecido pelo Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), o nome dado à UNICEF no país, e pela *Cooperative for American Relief Every Where* (CARE). Em resumo, o serviço de assistência alimentar da SPVEA tinha três focos principais: a alimentação de lactantes, gestantes e mães nutrizes; suplemento alimentar aos pré-escolares e escolares e a iodetação do sal de cozinha em áreas de incidência de bócio. Nos anexos do *Primeiro Plano Quinquenal*, estão gráficos e imagens explicativas sobre as concepções de alimentação presentes no projeto. É possível observar que as duas “matrizes” da nutrição brasileira (a do SAPS e a de Josué de Castro) foram

³⁵ Castro, 1954, p. 213.

privilegiadas, unindo tanto as concepções de educação alimentar preconizadas por Dante Costa e os projetos de melhoria do abastecimento alimentar quanto as mudanças econômicas observadas por Josué de Castro.

Imagem 9: A Alimentação



FONTE: BRASIL, *Primeiro Plano Quinquenal*, SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação, 1955, p. 252.

Estes projetos e linhas de ação para a saúde da região amazônica nunca foram plenamente cumpridos. As avaliações posteriores relacionam o ocaso da SPVEA com os problemas do setor de saúde. Porém, como temos ressaltado no curso da tese, a ideia de “fracasso” que perpassa a trajetória deste período histórico da região amazônica, não nos impede de analisá-lo de forma compreensiva, apontando dados e ações destes planejadores. Inquéritos e cooperações entre agências internacionais e nacionais foram feitos no período e, se não alteraram substancialmente a situação dos homens da Amazônia, colaboraram para expor sua situação frente ao contexto desenvolvimentista. Na próxima seção, serão privilegiados os inquéritos realizados, além da atuação da FAO e UNICEF na região. Por fim, o maior projeto relacionado à área de saúde para a Amazônia será destacado: a experiência do sal cloroquinado.

4.2 – A alimentação do amazônida entre inquéritos e organizações internacionais

Vários inquéritos foram realizados sobre a alimentação dos homens da Amazônia e, em especial, sobre o aspecto nutritivo da alimentação local. O que demonstra de certa forma a situação de precariedade financeira vivida pelo setor de saúde é que nunca houve a publicação de um balanço completo sobre os hábitos alimentares e os valores proteicos da região. Apenas em 1965, perto do fim da agência, um panorama mais claro e amplo da área de nutrição foi traçado em um congresso. Paralelamente aos inquéritos, algumas ações foram tomadas, como a distribuição de leite em pó para crianças, bem como a instalação de postos do SAPS em Belém. Outro trabalho realizado na região foi o da FAO que, por mais que efetuasse algumas ações voltadas para a nutrição, voltou-se mesmo para ação da economia florestal.

Em inquérito publicado no ano de 1950 em quatro cidades do estado do Pará (Abaetuba, Mocajuba, Anajás e Gurupá), foi identificado o primeiro dos problemas: os médicos não possuíam conhecimento do valor nutricional de vários alimentos consumidos pela população local.³⁶ Mas o relatório demonstra um conhecimento empírico maior que os panoramas teóricos traçados sobre a alimentação dos habitantes. Os autores reconhecem a diversidade regional da Amazônia, estudando-a não mais como um monolito, mas como um lugar com consideráveis diferenças entre as cidades. Como eles apontam, não existia uniformidade de produção agrícola ou animal, além dos costumes e recursos serem diferentes entre cada região. Devido à precariedade na agricultura, o suprimento dos habitantes, e conseqüentemente, seus hábitos alimentares, eram condicionados pela época de safra. Em vez de culpar apenas os maus hábitos pelo baixo consumo de gêneros alimentares, é destacado também “preço proibitivo” destes produtos.³⁷ Em alguns casos, como o do pão, o trigo não poderia ser produzido localmente, restando apenas a importação; mas em outros, havia a possibilidade de estimular a produção local. Junto a este estímulo, é destacado no artigo o papel dos programas de hortas e criação do SESP, que estimulavam a população a “corrigir” seus hábitos alimentares.³⁸ Mesmo com a ausência de alguns alimentos (leite e derivados, ovos, hortaliças) não havia motivo para considerar a situação destas cidades alarmantes.

³⁶ Costa, Oswaldo Lopes; Manceau, Jacques Noel; JR, Achilles Scorzelli; Moras, Nelson; Athayde, Manoel. Dados parciais de inquéritos de alimentação realizados em quatro cidades do Pará. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*. Tomo III, n. 2, janeiro de 1950, p. 531-539.

³⁷ Costa et al, op. cit., p. 536.

³⁸ Idem, p. 537.

Reconheciam que a situação das zonas adjacentes a essas cidades poderia ser pior, mas por questões de ordem prática, não conseguiram realizar o inquérito mais amplo. De qualquer forma, um dos principais diagnósticos sobre a alimentação da região era contrariado pela ciência: fome constante e subnutrição do amazônida não eram constatados na prática.³⁹

A partir do acordo com a SPVEA, a Comissão Nacional de Alimentação, sob orientação de Walter Silva, realizou, entre 1954 e 1956, um inquérito mais amplo sobre o consumo de alimentos e nutrientes da Amazônia. Devido às condições práticas, o inquérito limitou-se às populações suburbanas e urbanas de 36 cidades, sendo estudadas o total de 734 famílias. Os dados não foram submetidos à análise estatística. Entre as conclusões do inquérito estão o alto consumo de farinha de mandioca e um consumo de carne bastante razoável (desmistificando a máxima de que os amazônidas ingeriam apenas peixe).⁴⁰ Entre os problemas apontados estão os relacionados às gestantes, lactantes e nutrízes, com o baixíssimo consumo de leite. O médico Djalma Batista, esteve, em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), na localidade de Codajás (interior do Amazonas) e, além da farinha de mandioca (alimento mais consumido), demonstrou que o único leite consumido pelos habitantes era o cedido pela UNICEF, ou, como era chamado no Brasil da época, Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), distribuídos pela missão religiosa dos Redentoristas.⁴¹ A fim de analisar as consequências da desnutrição para os amazônidas em comparação ao Rio de Janeiro, Lira apontou que as médias de peso de crianças entre 7 e 15 anos eram bem inferiores ao mesmo grupo etário do Rio de Janeiro, demonstrando um baixo desenvolvimento. Como destacou Djalma Batista, nenhum inquérito tratou, especificamente do problema alimentar na zona rural (por mais que fosse uma das metas previstas no Plano Quinquenal), onde a maior parte da população da Amazônia vivia.⁴²

Devido à carência de estudos sobre o teor nutritivo dos alimentos consumidos pelos habitantes, Guimarães e Pechnik (técnicos do Instituto de Nutrição da

³⁹ Costa et al, op. cit., p. 538.

⁴⁰ Silva, Walter. Inquérito sobre o consumo de alimentos e nutrientes, avaliação do estado nutritivo e situação econômica da população da Amazônia. Inquérito sobre as condições de alimentação e nutrição das gestantes e nutrízes da Amazônia. *Boletim da Comissão Nacional de Alimentação*. Tomo 10, v. 2, 1960, p.1-60, Rio de Janeiro. In: BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia – (Análise do Processo de Desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1976.

⁴¹ Batista, op. cit., p. 61.

⁴² Idem, p. 62.

Universidade do Brasil – INUB) realizaram um trabalho com vistas à contribuição à pesquisa sobre a comida da Amazônia. Este trabalho de campo representou uma parte dos estudos da Comissão Nacional de Alimentação, realizados em conjunto com o INUB, SESP, Instituto Agrônomo do Norte e SPVEA. O projeto (nunca concluído) era levar a cabo um grande mapeamento sobre os hábitos alimentares e recursos da região amazônica.⁴³ No artigo, foi enfatizado o valor nutritivo de alimentos utilizados na região – em sua maior parte, nunca antes estudados. Na maior parte dos alimentos coletados, os autores indicaram o melhor modo de utilização e cozimento para potencializar a extração das fontes nutritivas. Entre as conclusões, um dado, de certa forma, surpreendente: as farinhas representavam boa fonte de carboidratos, em contraposição às opiniões anteriores.⁴⁴ Os mesmos autores voltariam, depois, a apresentar a continuação da pesquisa; desta vez, dedicando maior atenção aos frutos da região amazônica, como a pupunha, a sapota e a banana. Ocorreu, porém, um problema técnico: parte dos alimentos, devido à demora entre a coleta e a pesquisa, já apresentavam índices nutricionais baixos, como a ausência de vitamina C.⁴⁵ De qualquer forma, os autores recomendaram alimentos da região com proteínas semelhantes a outras iguarias ausentes. Um exemplo foi o incentivo ao uso de ovo de tartaruga e tracajá, dois répteis da família dos quelônios, em substituição ao ovo de galinha.

Outros inquéritos sobre os hábitos alimentares da região amazônica só ficariam disponíveis em 1965, através de trabalhos publicados no I Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição, realizado em Campinas (SP). Neste encontro, os relatores de cada uma das cinco regiões do país apresentaram aspectos gerais da produção de alimentos em suas regiões, aspectos econômicos da utilização dos alimentos produzidos e aspectos regionais de nutrição humana.⁴⁶ Contextualizando a época do simpósio, o Brasil encontrava-se no início da Ditadura Militar e um dos principais líderes da área de nutrição, Josué de Castro, já não possuía direitos políticos, pois fora cassado pelo Ato institucional nº 1 e encontrava-se exilado do país. O tom do simpósio era, acima de

⁴³ Guimarães, Luiz Ribeiro; Pechnik, Emília. Contribuição ao Estudo dos Alimentos da Região Amazônica. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, jul-dez. 1956, p. 9.

⁴⁴ Idem, 1956, p. 38.

⁴⁵ Guimarães, Luiz Ribeiro. Pechnik, Emília. Contribuição ao Estudo dos Alimentos da Região Amazônica - II. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan-jun. 1959, p. 23.

⁴⁶ I Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição (SIBAN) – Resumo dos trabalhos apresentados. Universidade de São Paulo – Secretaria de Agricultura de São Paulo – Comissão Nacional de Alimentação. Campinas, julho de 1965.

tudo, técnico, com variadas estatísticas e gráficos e com conclusões diretas e precisas. A ênfase, mais que ao consumo alimentar, era voltado à produção agrícola. Àquele momento, a (má) produção era consequência da flutuação de populações, em função dos surtos econômicos locais, com deslocamentos em direção a certas atividades de coleta de produtos extrativos, como a coleta de borracha, castanha e pimenta do reino.⁴⁷

Os responsáveis pelo relatório da Amazônia faziam parte da equipe técnica do Instituto de Pesquisa e Experimentação Agrícola do Norte (IPEAN). A área cultivada representava apenas 0,3% do total dos estados da Amazônia. O nível tecnológico era considerado baixo pelos técnicos responsáveis pelo relatório. Como os trabalhos de pesquisa existentes eram tidos como ineficientes, a agricultura tinha um caráter de devastação de terras, “transformando em areal o terreno pouco antes coberto de mata exuberante”.⁴⁸ Entre os problemas apontados, estavam o grande desconhecimento técnico, o baixo número de pesquisas, a ausência de uma instituição de nutrição localizada na região amazônica, que pudesse desenvolver o programa de forma autônoma e, por fim, o problema de armazenamento de alimentos, que impedia a boa conservação.⁴⁹ Entre as recomendações configuravam a necessidade de mais pesquisas, centros de formação profissional e que fosse aperfeiçoada a rede de comunicações fluviais da região, para que favorecesse um melhor escoamento e distribuição de produtos regionais.⁵⁰

Por fim, esses relatórios e inquéritos, mesmo que pouco abrangentes (de forma geral, consideram apenas alguns grupos de cidades ou vilarejos) colaboraram para um maior conhecimento sobre a real situação dos amazônidas, contradizendo, por meio do trabalho empírico, a imagem de “desnutrição constante” e as representações que, desde o início do século XX, davam a ideia de que a população da Amazônia “morria de fome”. Mesmo com poucas possibilidades financeiras para levar a cabo estes inquéritos, eles foram feitos. Como determinado no planejamento do setor da saúde para o quinquênio 1955-1960, as instituições nacionais fizeram uma série de acordo com organizações internacionais, como a FAO e a UNICEF. A seguir, vamos abordar o foco destas colaborações entre a SPVEA e essas agências.

⁴⁷ I Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição, 1965, p. 22.

⁴⁸ Idem, p. 23.

⁴⁹ Idem, p. 37.

⁵⁰ Idem, p. 38.

4.3 – A FAO na Amazônia: pouca nutrição, muita economia florestal

No âmbito da assistência técnica, a FAO realizou muitas atividades no Brasil e, em especial, na Amazônia. Como demonstraremos a seguir, a maior parte foi direcionada para possibilidades de desenvolvimento de uma economia florestal, visto que um levantamento completo de riquezas minerais da região nunca fora feito anteriormente. Bizzo destaca que este programa esteve fortemente ligado às preocupações com o desenvolvimento e com caráter bastante aplicado, ou seja, prático.⁵¹ Esta concepção, como demonstrado anteriormente, estava presente nas ideias da agência internacional na área de cooperação. Por mais que alguns trabalhos na área de nutrição fossem feitos, esta não foi a área mais destacada do trabalho da agência no Brasil. A mesma autora destaca que, na assistência técnica da FAO no Brasil, existem algumas marcas fundamentais que expressavam tendências internacionais, todas ligadas ao imperativo do desenvolvimento global. A primeira é que a assistência técnica era um movimento global, traduzindo mudanças na configuração de políticas internacionais da Guerra Fria.⁵² A segunda é o caráter aplicado que, através da inserção de elementos e artefatos estrangeiros no interior dos países, buscava dar conta de problemas históricos apresentados pelos locais.⁵³ Outra marca é a que relaciona a assistência técnica à produtividade e mercado, além da novidade: dela decorriam os aprendizados, adaptações, avanços e recuos que, de parte a parte, tiveram de ser exercitados, corroborando com a conformação de novas culturas científicas, burocráticas e de relações internacionais.⁵⁴

A aproximação da FAO com o Brasil data de 1947, quando começaram a ocorrer diversas visitas de diretores da agência no Brasil. Desta forma que, em 1951, o governo brasileiro assinou com a FAO o Acordo Básico de Assistência Técnica, e o Escritório da América Latina para Produtos Florestais, já existente no Rio de Janeiro, transformou-se em Escritório Regional da FAO para o leste da América Latina, mantido e cedido pelo governo brasileiro. A regência das relações entre FAO e Brasil pela via do

⁵¹ Bizzo, op. cit., p. 165.

⁵² Idem, ibidem.

⁵³ Idem, ibidem.

⁵⁴ Idem, ibidem.

desenvolvimento permitiu uma linguagem comum, facilitadora de negociações.⁵⁵ As atividades efetuadas tiveram caráter aplicado, refletindo forte preocupação com a produção. De acordo com os termos de assistência técnica, a agência deveria aconselhar técnicos e autoridades do governo a fornecer suprimento regular de publicações técnicas, monografias, relatórios e estatísticas, além da cooperação nas áreas de desenvolvimento agrícola, nutrição, produção animal, silvicultura e pesca.⁵⁶ Como aponta Bizzo, as demandas brasileiras situavam-se na linha de manter a identidade das instituições locais e seus objetivos, além de incorporar inovações que se relacionassem com o projeto de desenvolvimento inserido nas esferas governamentais e que angariassem condições para institucionalização em novas frentes de interesse.⁵⁷

Na área de nutrição, as linhas mestras de ação centraram-se no estímulo de políticas públicas nacionais abrangentes em nutrição e na recomendação da institucionalização de órgãos com efetivo poder de planejamento e execução. Bizzo destaca que este ponto das relações entre a agência e o Brasil na área de nutrição mostrou-se de alta relevância no contexto de estudos locais da mesma área, por envolver em seu bojo a análise das condições nacionais quanto ao problema alimentar, e o fomento à construção de saídas para o mesmo, aspectos bastante presentes na produção científico-intelectual nacional dos especialistas da área.⁵⁸ Através de simpósios, como o de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1950, foi possível apontar como as recomendações da agência foram seguidas em âmbito nacional, a partir da discussão de temas como a merenda escolar, a composição química de alimentos, a criação de Comitês nacionais de Nutrição e, não menos importante, na educação alimentar.⁵⁹ A agência não teve atuação muito presente nas políticas públicas locais para a área de nutrição, mas colaborou na assistência técnica e treinamento de profissionais que realizaram inquéritos na região amazônica, como os que apontamos na seção anterior, liderados pela equipe de Walter Santos, da CNA e do INUB. Para o campo da Nutrição no Brasil, a FAO foi fonte de legitimação do caráter essencial da formação da pesquisa científica para as dimensões das políticas

⁵⁵ Idem, p. 175.

⁵⁶ Bizzo, op. cit., p. 170.

⁵⁷ Idem, ibidem.

⁵⁸ Idem, p. 190.

⁵⁹ Idem, p.192.

públicas, além de criar um tripé para o campo científico, entre ensino, pesquisa e ação pública.⁶⁰

A perspectiva da FAO era de que seria possível mudar, via pesquisa, um dos maiores problemas da região: a agricultura exclusivamente extrativa, o que limitava a formação de um mercado consumidor e influenciava diretamente os hábitos alimentares da população. Em relatório ao governo brasileiro, os técnicos da agência ressaltavam a necessidade de criar e desenvolver pastagens na região amazônica, visto que, com incentivo à criação de gados, os habitantes da região poderiam diversificar sua alimentação, pobre em carne, leite e queijos.⁶¹ Em especial nos grandes centros, onde a população apresentava índices pobres em proteína animal. Para que este processo ocorresse de forma rápida e eficiente, seria necessária a coordenação de planejamento, pesquisa e trabalho de campo entre as principais instituições governamentais (SPVEA, Instituto Agrônomo do Norte, Departamento Nacional de Produção Animal, Fomento Agrícola e Instituto Nacional de Imigração e Colonização).⁶²

Se na maior parte dos escritos a questão técnica, com dados, estatísticas e proposições eram predominantes, em alguns, a análise dos técnicos ia além da objetividade dos números. Um exemplo é o relatório escrito pelos técnicos em 1960, que destacava que a criação de culturas geraria consideráveis benefícios para a região, cuja economia era baseada apenas na agricultura extrativa.⁶³ Mesmo assim, reconheciam que o problema de incentivar a diversificação de culturas era maior que apenas técnico: envolvia a natureza e problemas sociais e econômicos. Acreditavam que, por meio do incentivo, pesquisa e ensino, os habitantes da região poderiam plantar uma maior variedade de alimentos, como frutas e vegetais.⁶⁴ Porém, ressaltavam que o problema técnico não seria resolvido se outras questões não fossem consideradas. Um seria a verba, considerada reduzida (20% do total do orçamento da SPVEA), associada com a falta de comando que a subcomissão de cultura possuía junto aos outros órgãos que trabalhavam na região.⁶⁵ Dessa forma, as propostas da comissão não teriam quaisquer consequências

⁶⁰ Idem, p.196.

⁶¹ FAO. Development of Grazing and Fodder Resources in the Amazon Valley. *Fao Report n°1238*. Report to the Government of Brazil. Rome, 1960, p. 1.

⁶² Idem, p. 18.

⁶³ FAO. Crop Production in selected areas in the Amazon Valley. *FAO Report n° 1254*. Report to the Government of Brazil. Rome, 1960, p. 2.

⁶⁴ Idem, p. 4.

⁶⁵ Idem, ibidem.

práticas sobre a Amazônia. Outro problema destacado era o fato de o trabalho não ter feito caso a cooperação dos outros serviços federais não fossem mais efetiva, não só na área agrícola, mas também na imigração, transporte, educação e saúde.⁶⁶ Assim, a política federal deveria ser dirigida para o estímulo à produção da Amazônia, por meio da criação de leis, pois, de acordo com os técnicos, a legislação brasileira possuía o efeito reverso.⁶⁷ Para acabar com o desperdício de recursos naturais seria necessário auxiliar os habitantes com materiais (sementes, tecnologia), assim como com a expansão de crédito, o estabelecimento de cooperativas e o transporte barato, para que pudessem ter o retorno financeiro de sua empreitada. A imigração dirigida também era alvo de críticas. Na visão dos técnicos, não seria necessária a vinda de elementos estrangeiros, mas sim, a elevação dos níveis de vida da população existente na Amazônia, para que ela pudesse se multiplicar.⁶⁸

Em uma perspectiva mais ampla, as ideias contidas no relatório iam de encontro a duas questões da época: a primeira, a da necessidade de controle populacional. Como demonstra Hartmann, entre as décadas de 1920 e 1960, organizações como a *International Planned Parenthood* foram formadas e buscavam conscientizar as elites políticas locais da importância do controle populacional. Esta estratégia foi seguida nos anos seguintes, através da doação de bolsas de estudos da Fundação Ford e dos Rockefellers para estudos que estabelecessem a associação entre o "boom" populacional e os problemas sociais, como uma possível crise alimentícia em escala global.⁶⁹ Na escrita de intelectuais da Amazônia, a própria região poderia abrigar essa parcela que estava "sobrando" no mundo. Outra ideia era a de imigração, incentivada pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), nas regiões à beira da estrada. Como o então presidente afirmou, seria necessário surgir uma "civilização do nada". Mas o relatório, datado de 1960, demonstrava temor em relação aos imigrantes que começavam a ocupar os terrenos abertos pela rodovia Belém Brasília: para os técnicos da FAO, seria necessário que o governo brasileiro controlasse de perto os novos habitantes da região, devendo, inclusive, proibir a acomodação de pessoas que não morassem em colônias bem organizadas e com as atividades agrícolas controladas.⁷⁰ Por fim, havia a

⁶⁶ Idem, p. 20.

⁶⁷ Fao, 1960b, p.20.

⁶⁸ Fao, 1960b, p. 14.

⁶⁹ Hartmann, Betsy. Population Control I: Birth of an Ideology. *International Journal of Health Services*. Issue: v. 27, n. 3 / 1997.

⁷⁰ Fao, 1960b, p. 13.

preocupação com a situação política da agência governamental, em especial com os homens que comandassem este processo, vistos como responsáveis pelo fato de o Plano Quinquenal ter chegado longe de atingir suas metas:

(...) The first five years Plan did not develop in accordance with the program. The immensity of the area, the precarious condition of the communication facilities (...) make the task of SPVEA very difficult. But it is regrettable that in the development of countries often man himself is a negative element – here we do not have in mind the rural man of Amazonia, the “cabocle”, but those who were responsible for putting the valorization program into operation. It cannot be denied that the work funds and the technicians are not always used efficiently (...) [many] improvements were very urgently needed.⁷¹

O relatório destacava também que elementos conservadores da Amazônia pareciam preferir a continuação do sistema de economia extrativa, no qual o comércio (provavelmente o de aviamento) supria e dava crédito aos caboclos. Após cinco anos, a maior parte dos pequenos agricultores da região trabalhava em grandes fazendas, o que perpetuava o espaçamento entre a população local.⁷² Outra ação da agência internacional foi na área de pesquisa em doenças de animais, tendo em vista a possível criação de uma estação de tratamento veterinário. Entre os principais problemas enfrentados, estava a deficiência mineral presente nos gados, sendo considerada uma das principais fontes de perda econômica na Amazônia. O veterinário da agência Paul Suttmoller redigiu relatório no qual apontava as dificuldades em seu trabalho. O laboratório de análise localizado em Belém estava passando por muitas dificuldades àquela época (1960) e não contava com aparelhos suficientes para a elaboração de um diagnóstico que pudesse ser considerado razoável.⁷³ Não foi possível ao veterinário visitar Maranhão, Goiás e Mato Grosso, pelo fato de estar ocorrendo um surto de malária nestas regiões. Devido à grande área que teria que ser estudada, ao pouco tempo destinado ao trabalho de campo, e às dificuldades de transporte entre as regiões, o levantamento de dados foi considerado por Suttmoller, superficial, carecendo de mais análises.

Mas a maior parte do trabalho da agência na Amazônia ocorreu mesmo na área de desenvolvimento florestal. A história dos estudos da agência na região tem início em

⁷¹ Fao, 1960b, p. 16.

⁷² Idem, p. 17.

⁷³ Suttmoller, Paul. *Veterinary Medicine In The Amazon Valley – Contributions to the knowledge of animal diseases in particular of mineral deficiencies*. Rome: Fao, 1960.

1950, quando o engenheiro florestal Pierre Terver foi destacado dos quadros da FAO para instalar os serviços da organização no Brasil e, em visita à Amazônia, registrou em relatório que a região possuía uma considerável riqueza potencial em material lenhoso, mas que só poderia ser alcançado se fosse bem utilizado pelas técnicas de transformação e de uso, que poderiam permitir a comercialização desses produtos.⁷⁴ Terver fez um diagnóstico da situação para que o plano de ação fosse pensado: a exploração floresta, não existia; o custo dos transportes era proibitivo; as indústrias de transformação de madeiras se limitavam a serrarias mal equipadas e o financiamento à indústria e ao comércio de madeiras não existia em condições favoráveis.⁷⁵ Em abril de 1951, o então ministro da agricultura João Cleophas assinou um acordo para a assistência florestal da agência na Amazônia, constituindo a missão que ficou constituída inicialmente pelos engenheiros florestais René Gachot, Kelvin McGrath e Maurice Gallant. A tarefa básica do acordo era localizar e estudar uma grande área florestal, onde a produção de madeiras pudesse ser feita em condições favoráveis, visando o melhor rendimento econômico.

Em 1956, por meio do decreto 39.443, foi aprovada a Comissão Nacional da FAO, sendo composta por membros do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Agricultura, Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Ministério da Saúde e pela Comissão Nacional de Alimentação.⁷⁶ Pelo decreto, a Comissão era subordinada diretamente ao ministro das Relações Exteriores, e tinha como função coordenar as atividades da FAO no país e servir de órgão intermediário entre a agência e as repartições oficiais e entidades públicas e privadas brasileiras que desejassem cooperação.⁷⁷ Também cabia à Comissão divulgar informações, receber, orientar e prestar assistência às missões técnicas, além de auxiliar a FAO no contato com cientistas e técnicos brasileiros.⁷⁸ Entre 1950 e 1966, as áreas estudadas cobriram um total de 19.095.000 hectares, formando uma faixa irregular de

⁷⁴ Heinsdijk, Dammis. Bastos, A. de Miranda. *Boletim n. 6 – Inventários Florestais na Amazônia*. Ministério da Agricultura – Serviço Florestal – Setor de Inventários Florestais. Rio de Janeiro, 1963.

⁷⁵ Heinsdijk, 1963, p. 7.

⁷⁶ Decreto nº 39.443, de 20 de junho de 1956.

⁷⁷ Idem, *ibidem*.

⁷⁸ Idem, *ibidem*.

500 km de largura por 1.500 de comprimento. Pela primeira vez foram realizados levantamentos aereofotométricos sobre a região.⁷⁹

A colaboração da FAO no setor da indústria madeireira e na valorização econômica da Amazônia se relaciona diretamente às ações do governo federal que, desde os anos 1940, preocupava-se com a questão das reservas naturais do país, tendo em vista a escassez de combustível e a necessidade de programas de reflorestamento.⁸⁰ Desta forma, instituições foram criadas, como o Instituto Nacional do Pinho (INP) e o Instituto Nacional do Mate (INM). A colaboração da agência internacional foi mais um passo no sentido de ampliar os conhecimentos técnicos sobre as florestas e sua subsequente exploração dos recursos. Além destas atribuições, a SPVEA também tinha o objetivo de formar mão de obra qualificada, a partir da criação de escolas, cujos profissionais seriam técnicos e engenheiros florestais. Em cooperação com os departamentos do Ministério da Agricultura, cursos de treinamentos para assistentes veterinários foram organizados, para o auxílio em investigações sobre doenças de animais, formação de pastos e, em cooperação com os geólogos da FAO, o trabalho de reconhecimento de solos.⁸¹

⁷⁹ Heinsdjik, 1963, p. 7.

⁸⁰ Ioris, Edviges Marta. Na trilha do manejo científico da floresta tropical: Indústria madeireira e florestas nacionais. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*. Belém, v. 3, n. 3, set-dez 2008, p. 290.

⁸¹ Brasil. *O Planejamento Transforma a Amazônia*. Rio de Janeiro, SPVEA, 1960, p. 31.

Imagem 10: Barco utilizado pela Missão FAO



Fonte: *Planejamento Transforma a Amazônia*. Belém, SPVEA, 1960, p.30

A Missão FAO, em seus anos de atuação, contribuiu para o surgimento do primeiro curso superior de ciências florestais no Brasil, a Escola Nacional de Florestas, criada em 1960, na cidade de Viçosa, em Minas Gerais.⁸² Foi criado também o centro de treinamento da FAO em Santarém (Pará), que concedia diplomas aos operários. O plano de trabalho da FAO foi dividido em duas partes. A primeira seria um programa de curto prazo para a melhoria imediata da produção madeireira existente, com introdução de serrarias mecânicas e cursos de capacitação profissional. A segunda resultaria em um plano de longo prazo, que incluía vários inventários florestais para avaliar as áreas mais favoráveis ao desenvolvimento da indústria madeireira; a implantação de estações de pesquisa para o estudo de silvicultura tropical, e a instalação de um projeto piloto para produção de polpa para fabricação de papel. O inventário florestal foi levantado por doze especialistas da agência, oriundos de diversas nacionalidades: holandeses, ingleses,

⁸² Idem.

estadunidenses, franceses, alemães, canadenses e australianos. Além destes, dois geólogos da UNESCO foram designados para os trabalhos.⁸³

A partir da região amazônica, a missão mista FAO/SPVEA teve suas atividades estendidas em 1955 e 1956 a outros campos, a pedido do governo brasileiro.⁸⁴ Este foi o primeiro levantamento deste tipo feito no país. Os trabalhos de cooperação entre SPVEA e FAO durante o período de Juscelino Kubitschek no poder (1956-1961) foram divulgados em exposição feita em Belém, em 1960, para comemorar os cinco anos da agência. O detalhe é que a SPVEA já existia desde 1953; porém, o *Primeiro Plano Quinquenal* fora publicado apenas em 1955. Na prática, ocorreu a celebração de cinco anos do plano de ação. Entre as atrações da exposição, destacavam-se maquetes da rodovia Belém-Brasília, além de aspectos da cultura local e exemplos de riquezas minerais da região amazônica recolhidos pela FAO.⁸⁵

Imagem 11: Exposição de cinco anos de atividades da SPVEA realizada em Belém



Fonte: Brasil, *Planejamento Transforma a Amazônia*. Belém, SPVEA, 1960, p. 16.

Em relatório para o governo brasileiro, os engenheiros florestais Gachot, Gallant e McGrath mostravam-se pessimistas em relação ao solo da Amazônia. Segundo eles, a região estava sofrendo grandemente com as divulgações de jornalistas mal informados

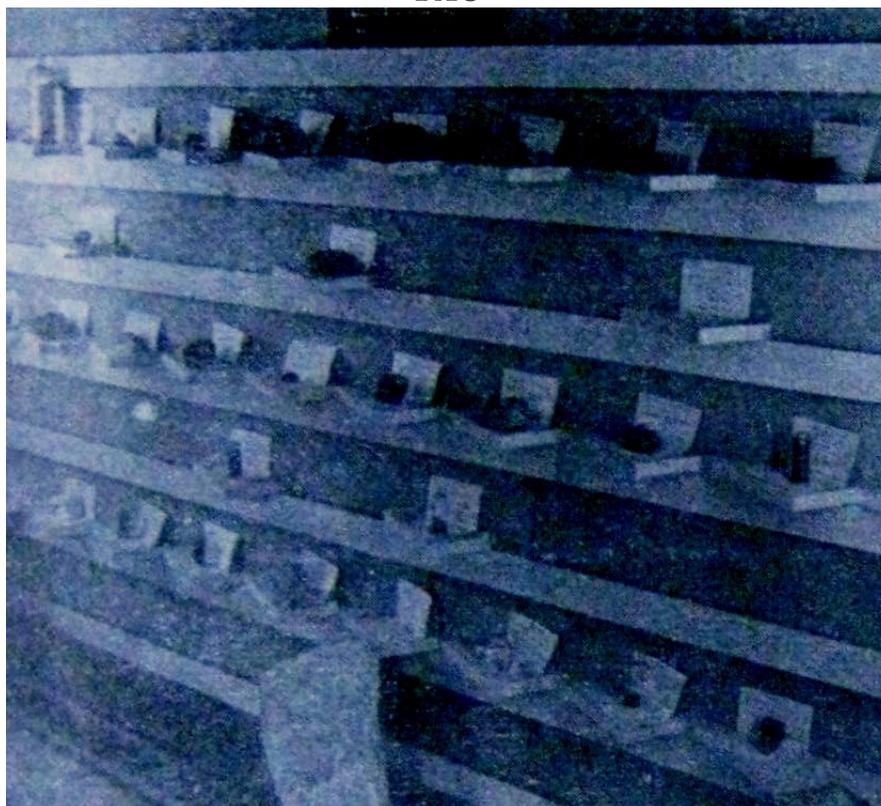
⁸³ Brasil, *Planejamento Transforma a Amazônia*. Belém, SPVEA, 1960, p. 31

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Brasil, *Planejamento Transforma a Amazônia*. Belém, SPVEA, 1960, p.25.

que criaram a alcunha de “Inferno Verde” e de que lá seria o “celeiro do mundo”. Na verdade, tratava-se de um região de solo pobre e, de acordo com os padrões tropicais, de florestas de qualidade pobre. Fora áreas limitadas de várzea, os 99% restantes ofereceriam poucas perspectivas para a colonização de tipo tradicional, baseada na produção agrícola.⁸⁶ Tais impressões foram reforçadas em relatório posterior, escrito pelo técnico florestal O.H. Knowles, de 1971, com a agência internacional já sob a égide da SUDAM. Existiriam muito poucas informações positivas a respeito da composição da floresta amazônica. Os inventários exploratórios realizados pela Missão de assistência técnica indicaram que a região possuía tipos florestais contíguos, com natureza botânica heterogênea.⁸⁷

**Imagem 12: Riquezas minerais da Amazônia recolhidas pelos técnicos da Missão
FAO**



Fonte: Brasil, *Planejamento Transforma a Amazônia*. Belém, SPVEA, 1960, p. 16.

⁸⁶ Gachot, René; Gallant, M. N.; McGrath, K. P. *Desenvolvimento Florestal no Vale do Amazonas – Relatório ao governo do Brasil* (FAO Report n. 171), p. 7.

⁸⁷ Knowles, O.H. *Perspectiva das oportunidades de investimentos no desenvolvimento da indústria florestal da Amazônia brasileira*. Belém, Assessoria de Programação e Coordenação, Divisão de Documentação, SUDAM, 1971, p. 7.

Mesmo frustrando as expectativas quanto às riquezas naturais da Amazônia, o trabalho da FAO foi visto por alguns membros da agência como uma vitória do redirecionamento da agência para a área de cooperação técnica. N. A. Osara, então diretor do setor de florestas, afirmou, após visita de inspeção, que a viagem para a Amazônia tinha sido inspiradora, pois lá estava um ótimo exemplo do que os trabalhos feitos pela agência, por meio da assistência técnica, poderiam realizar.⁸⁸ Assim, este tipo de trabalho deveria se expandir de forma mais rápida possível. Ou seja, o trabalho da agência apontava para uma vitória do desenvolvimento, tanto no âmbito internacional, quanto no país. Um exemplo deste êxito foi a descoberta de mogno às margens da então recém construída Rodovia Belém-Brasília.⁸⁹ A intenção de Osara era realizar, de forma conjunta, o trabalho de desenvolvimento de indústria madeireira na região com um serviço de colonização dirigida pelo Estado brasileiro.⁹⁰ Mesmo com tantas vitórias, a missão FAO não teria uma trajetória tranquila no país. O ingresso da Amazônia na modernidade esbarrava em problemas clássicos da região, como a economia do seringal. Alguns percalços ocorreram nos trabalhos da agência internacional, como demonstra o relatório produzido pelo especialista em Geologia C. Mahadevan:

Devo levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Senhor Caetano Costa, da firma Costa & Rocha, Seringalistas do Machadinho (...) não somente recusou-me cooperação e ajuda, mas enviou mensagem secreta aos seus gerentes, instruindo-os a não nos dar qualquer assistência. Alguns deles fizeram-me compreender que se eu prosseguisse com o serviço estaria trespassando propriedade alheia. (...) A jornada somente poderia ser feita com mulas e as mulas não nos puderam ser fornecidos pelos seringueiros, posto que eu tivesse oferecido pagamento pelo aluguel. Estive sob perigo de ser atacado por alguns ex-sentenciados, como Anorine, de Anápolis, foragido da justiça, que já tem em seu crédito várias mortes, que é o gerente dos seringalistas de Anápolis.⁹¹

O trecho acima expõe as dificuldades enfrentadas pelos técnicos na intervenção e tentativa de mudança na sociedade amazônica. As resistências culturais às mudanças propostas não vinham somente das comunidades da região, mas também de elementos que comandavam a economia local. Os seringalistas não aceitariam as mudanças na região de forma simples. Além das questões políticas locais, os técnicos encontravam problemas com a própria situação física da Amazônia. Mahadevan, em seu relatório,

⁸⁸ Heinsdijk, D. Forest Survey in the Amazon Valley. *Unasylva*, v. 15, n. 4, 1961, p. 1.

⁸⁹ *Idem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ Mahadevan, C. Relatório sobre o reconhecimento geológico das regiões do Rio Machadinho e do Rio Jaci-Paraná-Rio Branco, Território de Rondônia. *Relatório FAO n° 1538*. Belém, 26 de maio de 1956.

ressaltou as dificuldades de se levar a pesquisa adiante. Considerou as regiões por ele visitadas como absolutamente subdesenvolvidas e esparsamente habitadas, apresentando perigo nas cachoeiras e corredeiras.⁹² Em outro trabalho de campo, o técnico Fritz Ackermann foi enviado para a mesma região do Rio Machadinho, no território do Guaporé, para pesquisar sobre um suposto depósito de minério de estanho. A viagem foi um completo fracasso, pois o técnico e sua equipe nada encontraram. As dificuldades de locomoção foram muitas, como expõe Ackermann em seu relatório. Ele aponta o tempo percorrido para chegar até o ponto de pesquisa “Para fazer uma ideia do que significa viajar naquela região”: De Belém a Porto Velho, por avião, demoraram 11 horas; de Porto Velho à Angustura (Rio Ji-Paraná), 48 horas.⁹³ Andaram de burro por cinco horas até chegarem em Boa Vista e, de lá foram a pé para Anápolis (GO), viagem que durou 7 horas.⁹⁴ Por fim, no relatório, além da frustração em não encontrar o minério, Ackerman expôs o desconforto que membros de sua equipe foram submetidos:

Embora que se tratava de um trabalho perdido conseguimos levar tudo até o fim sem que houvesse o mínimo desgosto de parte a parte. Como não se pode evitar, a viagem foi uma prova dura para Dr. Ross, nosso companheiro. Desacostumado a vida rude aqui na Amazônia não foi tudo como se desejasse que fosse. Mas cremos que ele não terá motivos para queixas fora do nosso alcance.⁹⁵

Como apontado no capítulo 2, a SPVEA passou por dificuldades no curso de sua trajetória, atingindo inclusive as cooperações internacionais. Entre os problemas enfrentados estava principalmente o não repasse de verbas previstas para a agência. Conseqüentemente, em 1964, os trabalhos da FAO na Amazônia foram praticamente interrompidos. Diante de problemas enfrentados pela Missão, o então superintendente Mário de Barros Cavalcanti discursou na entrega dos diplomas aos operários:

Quando assumimos a direção da SPVEA, deparamos com uma situação de descrédito, e até mesmo de indiferença por parte dos técnicos da missão. Nada mais natural, senhores, que esse sentimento de tristeza diante de tudo quanto se fez em detrimento dos superiores interesses da coletividade. Não seria admissível aos ilustres técnicos da FAO que essa identidade (FAO-SPVEA), cuja criação representa uma elevação de atitude de todos os povos, em atenção às necessidades dos menos favorecidos, permanecesse alheia ao que se

⁹² Mahadevan, op. cit., p. 1.

⁹³ Ackermann, Fritz L. *Relatório de viagem de pesquisas sobre um suposto depósito de minério de Estanho (cassiterite) no Rio Machadinho, afluente do Rio Ji-Paraná – Território Federal do Guaporé*. Belém, FAO, s/d [1960], p. 1.

⁹⁴ Ackermann, op. cit., p. 2.

⁹⁵ Idem, p. 20.

passava na SPVEA de ontem. Fizemos ponto final em tudo isso, restituído aos especialistas da Missão FAO o tratamento adequado ao seu elevado merecimento, pela convicção que temos de que de seu criterioso trabalho, muitos benefícios advirão para a Região, que ainda hoje é tão carente de conhecimento das suas próprias riquezas e possibilidades.⁹⁶

Djalma Batista, médico e contemporâneo desta empreitada, destacou que um dos principais aspectos negativos da SPVEA foi o “destrato” com a FAO. Para o médico, a demora no pagamento de verbas foi uma das dificuldades desanimadoras atravessadas pelo programa, o que levou a uma procrastinação “insuportável” na execução dos programas.⁹⁷ Assim, teria faltado também o envolvimento de brasileiros para trabalharem ao lado dos técnicos estrangeiros, os quais deveriam manter a continuidade do trabalho. Essas dificuldades fizeram com que os programas perdessem consistência e estímulo de tal maneira que apenas dois técnicos da FAO continuaram a trabalhar na Amazônia na década de 1970: Jean Dubois, engenheiro florestal, e H.O. Knowles, técnico em madeira.⁹⁸ Além de questões de ordens financeiras, a dificuldade no trato entre os comandantes das agências também deram o tom da relação entre a SPVEA e a FAO.

Entre as reclamações da agência estavam as condições administrativas locais desfavoráveis e a desavença com o então superintendente da SPVEA, Arthur César Ferreira Reis. O representante regional da FAO, William Cásseres registrou em correspondência suas impressões sobre Reis, que, por sua vez, quando deixou o comando da SPVEA, não lhe dirigiu a palavra e nem para o engenheiro responsável, René Gachot. Cásseres afirmou que esta atitude era fruto da ignorância, da vaidade e do orgulho ferido.⁹⁹ Em palestra por ocasião do *Painel do Desenvolvimento Social da Amazônia*, em 1977, o ex-superintendente da SPVEA também apontou os problemas com a agência internacional, demonstrando que a relação entre ambas as organizações apresentavam desconfianças mútuas:

E o caso da FAO ainda foi mais grave. A FAO veio trabalhar conosco, para fazer os inventários regionais. Passados uns três meses, chamei o coronel Gachot, oficial do Exército Francês, chefe da delegação da FAO, e perguntei: "E os relatórios que vocês iam elaborar?" – Ah!

⁹⁶ Cavalcanti, op. cit., p. 471.

⁹⁷ Batista, Djalma. *O Complexo da Amazônia – (Análise do Processo de Desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1976.

⁹⁸ Batista, op. cit.

⁹⁹ Este episódio é narrado por Bizzo, 2012, p. 177-178.

Estamos mandando para a FAO – Mandando para a FAO? Em Roma? Espere. Vocês estão a serviço do Governo Brasileiro. Os relatórios vão ser entregues aqui! – Ah, não mandamos para lá. Respondi: "Vão ficar informados do seguinte: se dentro de 24 horas esses relatórios não estiverem em minhas mãos, e de agora por diante se os originais dos relatórios não forem entregues à Superintendência de Valorização, vocês hoje mesmo deixarão Belém do Pará, regressando ao Rio de Janeiro, e de lá pra Roma, porque eu não admito isso. Estão aqui a serviço do Governo Brasileiro. O que apurarem é para nós, e não para Roma." Imediatamente os relatórios apareceram. De vez em quando temos de deixar de lado um pouco a cerimônia e usar certos processos. Daí porque me dizem que sou violento.¹⁰⁰

A circulação dos relatórios também era problemática entre os pesquisadores brasileiros. Se, com dificuldade, eles iam para o superintendente da agência regional, é possível imaginar o quão deficitária era a divulgação para a comunidade científica brasileira.¹⁰¹ Como destaca Bizzo, os projetos de assistência técnica voltados para itens não-alimentares não trouxeram resultados mais diretamente aplicados à melhoria do consumo alimentar, mesmo que inseridos na lógica de ‘elevação de níveis de vida’, preconizados pela agência naquele momento.¹⁰² Os trabalhos práticos relacionaram-se mais à área imediatista de produtividade e de crescimento econômico do país.¹⁰³

Mesmo as atividades de Agricultura, segundo maior foco da assistência técnica da agência no país, poderiam dar mais resultados à área de saúde, através do aumento da disponibilidade de alimentos, porém se direcionaram mais a certa linha produtivista.¹⁰⁴ Compreenderam viagens e missões majoritariamente ligadas a programas de desenvolvimento, conjugando-se a atividades de silvicultura.¹⁰⁵ De certa forma, essas informações não são surpreendentes. Como o *Primeiro Plano Quinquenal* apontava, a prioridade no Plano de Política Alimentar era voltada para as crianças, nutrízes e lactantes. O que os relatórios demonstram é que, via cooperação técnica, a fome poderia ser sanada, através do incentivo à criação de pastos para os gados, por exemplo. Dado o diagnóstico de que uma das grandes causas da fome na Amazônia seria o tipo de agricultura não-racional feita pelos habitantes, a melhor forma seria fornecer

¹⁰⁰ Reis, Arthur César Ferreira. *População e Ocupação Territorial. Painel do Desenvolvimento Social da Amazônia*. Confederação Nacional do Comércio. Belém, 1977, p. 90.

¹⁰¹ Bizzo destaca as reclamações da cientista Berta Lutz em reunião com os membros da FAO do Brasil, na qual era afirmado que os relatórios “pertenciam exclusivamente ao governo brasileiro e que somente este poderia dar-lhes o destino que melhor julgasse conveniente”. Cf. Bizzo, op.cit., p. 183.

¹⁰² Bizzo, op. cit., p. 184.

¹⁰³ Idem, ibidem.

¹⁰⁴ Idem, ibidem.

¹⁰⁵ Idem, ibidem.

ferramentas para transformá-la. Dessa forma, a preocupação relacionada diretamente a atividades voltadas para a melhoria da alimentação da população tinha como foco principal a transformação dos hábitos alimentares por meio de campanhas de educação alimentar e de merenda escolar, contando com a distribuição de leite em pó para as famílias. Neste contexto, se insere também a emergência da educação sanitária como questão para os médicos sanitaristas, através da formação de profissionais direcionados a esta questão. Mesmo que pouco documentada, vamos dedicar as breves páginas a seguir para estes pontos.

4.4 – Notas sobre educação sanitária, alimentar e merenda escolar ou leite em pó: a panaceia universal

Ponderar sobre o histórico da preocupação do país com a educação alimentar é estabelecer relações diretas com a ascendência no mundo e no Brasil da Educação Sanitária como uma forma poderosa de perpetuar as conquistas que o campo da técnica poderia atingir no combate às enfermidades. No país, apesar de poucas iniciativas na Primeira República, foi a partir do Estado Novo (1937-1945) que ocorreu de fato a estruturação de um Serviço de Educação Sanitária, cujo objetivo seria formar na coletividade brasileira uma consciência familiarizada com problemas de saúde.¹⁰⁶ Os trabalhos neste primeiro período ficaram marcados pela publicação de folhetos e cartazes, pela edição de periódicos e divulgação na imprensa do país de pequenas notas nos jornais. Assim, os esforços concentravam-se mais em propaganda sanitária, considerada falha por um dos educadores sanitários do SESP, pois o país possuía nos anos de 1940 cerca de 60% de analfabetos.¹⁰⁷ De acordo com Bastos, foi com a criação do Serviço Especial de Saúde Pública em 1942 que se processou um trabalho profundo de modificação da mentalidade sanitária brasileira, pois a agência reconhecia a Educação Sanitária como atividade básica em seus planos de trabalho, atribuindo aos vários profissionais a responsabilidade de tarefas educativas junto a indivíduos, gestantes, mães e adolescente, exibindo filmes educativos, muitos deles preparados pelo

¹⁰⁶ Bastos, N. C. de Brito. Educação Sanitária (Relatório). *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*. T. XV, n. 2. Rio de Janeiro – Brasil, 1970, p. 72.

¹⁰⁷ Idem, p. 73.

próprio serviço.¹⁰⁸ Campos destaca que a sustentação do modelo do SESP transitava pela política de Educação Sanitária que, em contrapartida, exemplifica bem como os planos originais da agência foram redefinidos pela realidade brasileira.¹⁰⁹

O conceito de Educação Sanitária seguia dois princípios: o de que a ignorância e os maus hábitos eram responsáveis pelos problemas sanitários e a noção de que, pela educação como prática técnica e científica, poderia mudar o comportamento das classes populares.¹¹⁰ Uma ação adotada pelo SESP foi a de “desenvolvimento comunitário”, cuja estratégia passava pelo estímulo e apoio às comunidades locais para que se organizassem e resolvessem seus problemas localmente; desta forma, era preconizada a luta pela transformação dos aspectos técnicos e educacionais e pela capacidade de superação de indivíduos que viviam em grupos, desviando do foco os problemas sociais e despolitizando a questão sanitária.¹¹¹ A pedagogia adotada pelo SESP visava a incentivar a participação popular e persuadir famílias e comunidades sobre a importância das ações preventivas de saúde.¹¹² Assim, o investimento em educação sanitária tinha por princípio o envolvimento de todos os membros da equipe dos serviços de saúde em conjunto com a comunidade na resolução dos problemas sanitários individuais e coletivos.¹¹³ Um exemplo deste trabalho está no periódico *Boletim do SESP*, em 1958, onde é reportada a colaboração entre os médicos, técnicos e visitantes e a população local em Coari-Am. Desde 1955, o SESP tinha instalado uma Unidade Sanitária lá, porém, não alcançara bons resultados.¹¹⁴ Os profissionais então fizeram um trabalho “de esclarecimento” junto aos líderes da comunidade para a mudança na forma de trabalhar os dejetos dos habitantes. Feita a “conscientização” dos líderes, o SESP desenvolveu ampla educação sanitária que alterou radicalmente os hábitos da população.¹¹⁵

¹⁰⁸ Idem, p. 74.

¹⁰⁹ Campos, 2006, p. 231.

¹¹⁰ Idem, p. 232.

¹¹¹ Campos, 2006, p. 232.

¹¹² Silva, Tânia Maria de Almeida; Ferreira, Luiz Otávio. A higienização das parteiras curiosas: o Serviço Especial de Saúde Pública e a assistência materno-infantil (1940-1960). *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [on-line]. 2011, v. 18, s. 1 [cited 2012-06-10], p. 95-112. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-5970. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000500006>. Acesso em: 10/06/2012.

¹¹³ Idem, ibidem.

¹¹⁴ SESP. Coari-AM - Um Exemplo da cooperação entre as comunidades e o SESP. *Boletim do SESP*, n. 6, junho 1958, p. 1.

¹¹⁵ Idem, ibidem.

Nesse processo, o conceito de Ciências Sociais foi incorporado pelo programa de educação sanitária em 1953, quando, liderada pelo sociólogo José Arthur Rios, foi criada a Seção de Pesquisa Social. A ciência social da época enfatizava a importância do desenvolvimento de comunidades rurais para o processo de mudança social.¹¹⁶ Assim, buscava-se conhecer melhor as comunidades em foco, preparando funcionários para possíveis resistências que estas pessoas poderiam ter em relação à “medicina científica” e também interpretar para os funcionários do SESP os valores da “cultura tradicional” das populações-alvo do programa.¹¹⁷ Como destaca Campos, ao veicular valores, hábitos e atitudes, o programa de Educação Sanitária do SESP também deve ser entendido como instrumento de fortalecimento do Estado Nacional e de ampliação de autoridade pública, na medida em que se constituiu em um fator de construção de homogeneidade cultural das populações rurais do Brasil.¹¹⁸

Atendendo a esta concepção, vários cursos foram criados: Visitadoras Sanitárias, Auxiliares de Enfermagem, laboratoristas, além de curso rápido de higiene para professores primários e do técnico em Educação Sanitária. Uma das grandes heranças do trabalho do SESP na Amazônia foi a criação da Escola de Enfermagem de Manaus, que também oferecia cursos para a formar auxiliares e visitadoras sanitárias.¹¹⁹ Também existiam os Clubes de Saúde, que fomentavam e expandiam os preceitos de educação sanitária para as comunidades. Assim, com os cursos de formação para professoras primárias, era possível passar para os alunos as ideias da agência sobre hábitos alimentares e nutrição. Um exemplo, conforme a imagem abaixo, é a criação de hortas dirigidas pelos Clubes de Saúde, como a de Santarém (PA).

¹¹⁶ Lima, Nísia Trindade; Maio, Marcos Chor. Ciências sociais e educação sanitária: a perspectiva da Seção de Pesquisa Social do Serviço Especial de Saúde Pública na década de 1950. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000200014&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702010000200014>. Acesso em: 10/06/2012.

¹¹⁷ Campos, 2006, p. 232.

¹¹⁸ Idem, p. 234.

¹¹⁹ Para mais informações sobre a formação de visitadoras sanitárias na Amazônia, cf. Silva, 2011 e Campos, André Luiz Vieira de. Cooperação internacional em saúde: o serviço especial de saúde pública e seu programa de enfermagem. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, Jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000300010&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000300010>. Acesso em: 10/06/2012.

Imagem 13: Crianças aprendendo a plantar nos Clubes de Saúde (1949)



Fonte: Casa de Oswaldo Cruz, Arquivo Histórico da Fundação SESP, AMS/00/CT/PC/26.

A ênfase na educação foi forte também na nutrição, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando as consequências para a saúde dos civis foram desastrosas, em especial para as crianças. Martha Elliot, diretora do *United States Children's Bureau* afirmou em 1943 que “um dos maiores fatores vitais na restauração econômica e estabilidade política para o mundo serão os passos dados na alimentação, proteção e atenção para as crianças”, pois, “na cabeça de todas as pessoas, elas simbolizam o futuro”.¹²⁰ Medidas para melhorar a saúde das crianças seriam um teste crucial para agências britânicas e estadunidenses na reconstrução do mundo do pós-guerra. Como destaca Gillespie, os debates sobre o gerenciamento de problemas imediatos desse contexto representavam também argumentos sobre o quadro institucional da formação das agências internacionais, as quais teriam o objetivo de promover uma paz duradoura sobre o mundo.¹²¹ Acompanhando os debates sobre a padronização presente no período entreguerras, a saúde das crianças também foi alvo deste intento. Em 1937, ocorreu, no

¹²⁰ Gillespie, James A. International organizations and the problem of child health, 1945-1960. *Dynamis. Acta hisp.Med.Sci.His.Illus*, n. 23, 2003, p. 115.

¹²¹ Idem, p. 116.

âmbito da já mencionada LNHO, a tentativa de apontar o período no qual a saúde da criança deveria ser controlada pelos médicos.¹²²

Nesse contexto se insere a ação da *United Nations Relief and Rehabilitation Administration* (UNRRA), criada na conferência de Atlantic City, em 1943, que posteriormente, seria uma das bases para a criação da *United Nations International Children's Emergency Fund* (UNICEF), em 1946. De acordo com Gillespie, o leite tornou-se o símbolo do fracasso e sucesso da UNRRA, pois, se de um lado, comprometera todo o seu orçamento nesta direção, em detrimento da ajuda a desabrigados e refugiados na Europa do pós-guerra, por outro criou um modelo para uma colaboração internacional prática e rápida.¹²³ Esse processo também levou a um avanço tecnológico na conservação do produto, pois no início ocorriam muitas reclamações quanto ao sabor do leite em pó. Posteriormente, com a criação da embalagem a vácuo, o produto pôde manter um gosto razoável e um longo tempo de conservação, inclusive para os chamados países tropicais.¹²⁴ A ênfase no leite poderia ser justificada através das pesquisas nutricionais feitas no período entre guerras, quando os programas de emergência poderiam ser substituídos logo que as indústrias nacionais se recuperassem, mas acabaram se tornando, aos olhos das agências internacionais, uma panaceia universal.¹²⁵

Essa visão seria herdada pela recém-inaugurada agência, cujo foco agora se destinava totalmente aos infantes do mundo. Inicialmente, a maior parte do orçamento da UNICEF foi direcionado para os programas de conservação de leite, que tinham sido recomendados pela FAO e representavam uma continuidade dos trabalhos da UNRRA.¹²⁶ A FAO, que desde o início pregava a necessidade de assinar acordos com outras instituições devido a questões orçamentárias e de abrangências, viu com muito bons olhos o possível incremento que a UNICEF daria a suas missões pelo mundo, em especial com a ênfase no trabalho de distribuição do leite, detectado como uma necessidade das crianças em países dos continentes africanos e latino americanos. O projeto em torno da distribuição de leite em pó tinha uma enorme abrangência para a

¹²² Idem, p. 120.

¹²³ Gillespie, op.cit., p. 127.

¹²⁴ Idem, ibidem.

¹²⁵ Ruxin, op. cit., p. 128.

¹²⁶ Idem, p. 60.

recém-inaugurada agência e era visto como a forma mais eficiente para melhorar os índices de nutrição das crianças nos países onde ela trabalhava.¹²⁷

O programa não ficou imune a críticas de outras agências. D. Aykroyd, então diretor da divisão de nutrição da FAO, pontuou que a mera distribuição de suplementos alimentares não daria uma base satisfatória para um programa a longo prazo de melhoria da saúde das crianças. O ideal seria incentivar as indústrias locais para que fizessem leite de boa qualidade.¹²⁸ A própria Organização Mundial de Saúde, em 1954, pediu o fim da distribuição do produto em centros de saúde, pois a experiência tinha demonstrado que a mera doação interferia no principal objetivo destes centros, que seria educar a família para que tivessem meios próprios para ter bons níveis de saúde. Outro nutricionista, B.S. Platt, destacou que este programa estava eclipsando as campanhas de conscientização para o aleitamento materno.¹²⁹ De acordo com Gillespie, este programa seria reflexo também da adoção de um modelo vertical de saúde, uma das características dos programas globais:

Despite the efforts (...) the focus remained on the providing cheap and effective food supplements. Broader social and public health contexts had been lost. Any analysis of the formation of international health policy needs to move beyond rational models that assume a logical selection based on global burden and the availability of cost effective interventions.¹³⁰

A UNICEF começara seus trabalhos como uma organização de emergência, distribuindo leite e outros alimentos para as crianças, tendo como foco o trabalho com grupos escolares. À medida que a Europa começou a se recuperar com a ajuda financeira do Plano Marshall, estes programas foram estendidos para outras áreas do mundo, como o Brasil. As aproximações da UNICEF com o país se iniciaram por intermediação do Itamaraty no início dos anos 1950. Coimbra, Meira e Lima creditam ao Itamaraty o fato de o Brasil ter sido um dos primeiros países a realizar acordos com o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) (nome dado no Brasil à UNICEF), pois o ministério teria construído uma política de boa vizinhança com a agência ao estimular que a burocracia brasileira estimulasse seus fundos.¹³¹ O Brasil ocupou uma

¹²⁷ Idem, p. 100.

¹²⁸ Ruxin, op. cit., p. 136.

¹²⁹ Idem, p. 138.

¹³⁰ Gillespie, op. cit., p. 142.

¹³¹ Coimbra, Meira e Lima, op. cit., p.156. Como dito anteriormente, no Brasil daquele período, a UNICEF recebeu o nome de Fundo Internacional de Socorro à Infância, doravante FISI.

posição vantajosa na alocação de recursos da agência, desproporcional às contribuições realizadas e aos gastos nacionais em programas de auxílio às crianças, assim como em relação aos outros países latino-americanos.¹³² Dessa aproximação, resultariam os primeiros grandes programas brasileiros voltados para a saúde e o bem estar da criança, compreendendo várias formas de intervenção, com destaque à alimentação supletiva.

Em 1949, o país seria, inclusive, um dos responsáveis pela proposta de manutenção da agência e de expansão de suas atividades, ao contrário de EUA, Reino Unido e Canadá, que pretendiam a sua extinção.¹³³ Já em 1951, da ajuda total aprovada para a América Latina, 44% destinavam-se ao Brasil, um índice bastante significativo. No acordo Brasil-FISI, a maior parte do orçamento seria destinado à provisão de leite em pó, margarina e cápsulas de vitaminas para crianças, nutrizes e gestantes; seguido de melhoria de hospitais materno-infantis; vacinas contra difteria; treinamento de parteiras e, por fim, Campanha de Educação e Saúde para mães.¹³⁴ Outro programa entre a FAO e a OMS foi o Programa Integrado de Nutrição Aplicada (PINA) em alguns países da América Latina nos anos 1960, adotado no Brasil pelo então (e breve) presidente Jânio Quadros. O enfoque principal era educativo: era um programa que buscava integrar setores por meio de ações nas escolas, nos centros de saúde e na agricultura. As escolas, com a assessoria dos órgãos da agricultura, passaram cultivar hortas, envolvendo as crianças em um processo educativo de produção e consumo dos alimentos. Nos centros de saúde, as mães recebiam educação alimentar para repassarem às crianças.¹³⁵

As ideias da FISI de ação sobre a merenda escolar vieram ao encontro de discussões já travadas pelos médicos nutrólogos brasileiros, em especial no âmbito do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e também entre os especialistas presentes no Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (INUB). Por meio dos artigos escritos no periódico *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, esses profissionais discutiam e opinavam sobre essa questão. Pontuaremos breves exemplos de como esta discussão era

¹³² Coimbra, Meira e Lima, op. cit., p. 160.

¹³³ Idem, p. 157. Estados Unidos e seus aliados pretendiam extinguir a UNICEF, pois viam que a situação europeia já tinha razoavelmente melhorado com o advento do Plano Marshall. Iniciativas privadas, como a CARE (*Committee of American Remittances to Europe*) tinham se mostrado mais eficazes, pois permitiam uma identificação imediata de quem estava beneficiando a quem, sem intermediação da ONU (p. 158).

¹³⁴ Idem, p.1 62.

¹³⁵ Stefanini, Maria Lucia Rosa. *Merenda Escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança*. Tese apresentada ao Departamento de Nutrição da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 30.

dada no país, que se relacionavam também às preocupações destes profissionais com a educação alimentar dos brasileiros. Um dos mais proeminentes estudiosos já foi citado no capítulo anterior: o dirigente maior do SAPS do período, Dante Costa. Em artigo de 1949, intitulado *A Escola como Instituição Alimentar*, ele lamentava o fato de a escola brasileira, que experimentava um progresso sem limites pelas mãos dos estudiosos Afrânio Peixoto, Fernando Azevedo, Anísio Teixeira (conhecidos por elaborarem o *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, de 1932), dentre outros, não tinha passado pelo mesmo avanço no campo da alimentação pública.¹³⁶ Esta seria a nova reforma: fazer da escola brasileira uma instituição de dupla utilidade alimentar: de um lado, as vantagens de ordem assistencial, e de outro, a possibilidade de realizar, durante a infância, uma extensa educação alimentar pela formação de novos hábitos alimentares e informação sobre as exigências da nutrição normal, através do trabalho escolar e da recreação.¹³⁷ Para Costa, a escola teria uma posição chave na luta pela boa alimentação da criança, podendo abordar o problema em um triplice aspecto: educacional, assistencial e de produção hortícola. Para tanto, seria necessário organizar desjejuns e almoços escolares.¹³⁸

É neste campo que se insere a educação alimentar, que é um ramo da educação sanitária e que, de acordo com Walter Santos, poderia ser definida como um conjunto de técnicas destinadas a difundir os conhecimentos práticos da Nutrição, com o objetivo de melhorar os hábitos alimentares e desse modo contribuir para a saúde e bem estar da coletividade.¹³⁹ O objetivo seria formar bons hábitos e criar uma consciência, tornando os regimes alimentares condizentes com os ensinamentos da nutrologia.¹⁴⁰ Em editorial dos *Arquivos Brasileiro de Nutrição*, os problemas da merenda escolar brasileira foram apontados pelos nutrólogos. Segundo o texto, os “espíritos generosos” que tentavam ajudar os escolares falhavam por se aproximarem do problema sem o exato conhecimento dos detalhes técnicos e psicológicos que existiam:

¹³⁶ Costa, Dante. *A Escola Como Instituição Alimentar*. 1949. In: COSTA, Dante. *Alimentação e Progresso – O Problema no Brasil e Alguns aspectos sociais da alimentação humana*. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação e Previdência Social, 2ª Edição, 1960, p. 161.

¹³⁷ Costa, 1958, p. 162.

¹³⁸ Costa, Dante. *O Papel da escola na política Alimentar Brasileira*, 1948. In: COSTA, Dante. *Alimentação e Progresso – O Problema no Brasil e Alguns aspectos sociais da alimentação humana*. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação e Previdência Social, 2ª Edição, 1960, p. 155-156.

¹³⁹ Santos, Walter J. *O Problema da Educação Alimentar no Brasil*. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, T.8, n. 5. Rio de Janeiro: Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, 1951, p. 365.

¹⁴⁰ Idem, p. 368.

É atualmente a merenda escolar oferecida sob a forma de dádiva do rico ao menino pobre: portanto, humilhação, fonte de complexos inferiorizantes e também delito contra o sentimento de solidariedade que deve irmanar todos os membros da família humana. (...) A preparação por leigos na matéria e em local inadequado, ressentido da imprescindível assistência técnica orientadora: logicamente, pouca segurança na higiene e na uniformidade de composição do alimento apresentado.¹⁴¹

A Amazônia só seria privilegiada por esta cooperação entre a FISI e o Brasil a partir de 1951, com a inclusão do Maranhão na cota de distribuição do leite em pó. Mas como alguns estudos destacam, pouco pôde ser feito, em razão das precárias verbas destinadas ao programa.¹⁴² A forma encontrada para superar as dificuldades orçamentárias foi o direcionamento das ações da FISI com programas em curso no Brasil, como o *Programa Nacional de Merenda Escolar*, capitaneado pela *Campanha Nacional de Alimentação* (CNA). Um objetivo traçado por essas campanhas foi envolver agências que possuíam recursos próprios, com autonomia financeira, mesmo que pouca. O panorama se alterou apenas depois do acordo com a SPVEA, que dedicou parte de sua dotação orçamentária para auxiliar financeiramente o programa da agência internacional. Não à toa, as primeiras cooperações da CNA dar-se-iam com o SESP e com a SPVEA, em outubro de 1954, para a realização de um programa de merenda escolar nos Estados do Amazonas, Guaporé e Acre – à exceção de Goiás, onde a CNA se encarregaria de alguns custos que nos demais estados ficariam a cargo da agência da Amazônia.¹⁴³ Entre as cláusulas do convênio, estavam os seguintes pontos: fornecimento do leite em pó destinado exclusivamente para o uso em merendas escolares; fornecimento de cápsulas de vitamina complementares ao leite; fornecimento de farinhas enriquecidas; preparação de supervisores e monitores e, por fim, contribuição para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à instalação de cantinas escolares.¹⁴⁴

Entre os registros encontrados sobre a Campanha na Amazônia está um exemplar do *Boletim da Campanha Nacional da Merenda Escolar* de 1957, quando foi promovida em Belém a *I Semana da Merenda Escolar*, que teve o objetivo de reconhecer publicamente o trabalho realizado pelas crianças, professoras, autoridades e pelo pessoal

¹⁴¹ O problema da merenda escolar. *Arquivos brasileiros de Nutrição*. Tomo 5, n. 3, maio-junho, 1948, p.1.

¹⁴² Coimbra, Meira e Lima, op. cit., p. 231.

¹⁴³ Idem, op.cit., p. 183.

¹⁴⁴ Idem, ibidem.

do CNME, além de divulgar os trabalhos da campanha para pessoas que não a conhecessem.¹⁴⁵ Elaborado pela representação regional da agência, a programação da semana contou com palestras radiofônicas sobre o valor nutritivo dos alimentos, demonstrações, exposição de cartazes e desenhos relacionados com o assunto. O retorno que as unidades escolares deveriam dar à CMNE seria o envio de mapas em que constasse o número de alunos, para que fosse calculado o quantitativo de alimentos a serem enviados para as escolas. Provavelmente ocorriam falhas nesta correspondência, pois, segundo a publicação da campanha, a importância desses mapas tinha tal grandeza que decidiram suspender os benefícios concedidos às escolas que faltassem com o dever.¹⁴⁶

A distribuição do leite passou por algumas dificuldades no país e na própria Amazônia. Em 1958, Aluizio Alves, deputado pela UDN do Rio Grande do Norte, discursou na câmara dos deputados sobre uma notícia do *Diário Carioca*, que informava que a FISI estaria propensa a interromper as remessas de leite em pó para o Brasil devido ao atraso na distribuição do produto. As remessas de leite estariam paradas e apodrecendo nos portos de Santos e do Rio de Janeiro porque o Brasil não teria providenciado crédito para pagamento do frete.¹⁴⁷ Outra reportagem de *o Globo*, lida em voz alta na câmara, comunicava que o leite em pó encontrava-se armazenado já fazia um ano nos portos brasileiros, devido ao não pagamento das taxas aduaneiras para alfândega.¹⁴⁸ O leite em pó da FISI serviu inclusive para acirrar querelas políticas locais. Em 1956, o então jovem deputado José Sarney, do PSP do Maranhão, denunciou na tribuna do Congresso Nacional que o leite da agência enviado ao Maranhão tinha sido desviado e o que chegava era mal empregado, entregue para aliados políticos e, pior, vendido para a população, ao invés de distribuído gratuitamente.¹⁴⁹ Newton Belo, deputado pelo PSD maranhense, reconheceu que poderia ter havido desvio, mas não foi com conhecimento da administração do estado.¹⁵⁰ O leite, segundo o pessedista, seria um pretexto para acentuar a rivalidade entre ambos os partidos na disputa pelo poder no Maranhão.¹⁵¹

¹⁴⁵ CNME. I Semana da Merenda Escolar em Belém. *Boletim da Campanha Nacional da Merenda Escolar*. Rio de Janeiro, 1957, p. 3.

¹⁴⁶ Idem, p. 1.

¹⁴⁷ Brasil. *Diário do Congresso Nacional*, 20/11/1959, p. 7202.

¹⁴⁸ Idem, 22/08/1958, p. 1940.

¹⁴⁹ Idem, 27/08/1956, p. 7119.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*.

Como é possível perceber, as agências internacionais encontraram no país um contexto político intenso, ao qual tiveram que se adaptar. Segundo apontam Coimbra, Meira e Lima, existem poucos registros das campanhas da FISI no país, devido à falta de prosseguimento das pesquisas prometidas nos contratos assinados. Um exemplo disso está nos inquéritos realizados entre a FAO e as agências nacionais sobre a alimentação dos amazônidas. Em 1976, Shrimpton destacava que os únicos inquéritos sobre alimentação infantil tinham sido realizados em 1954 e 1956, e mesmo assim, sem cobrir toda a extensão da região amazônica. Uma das metas do *Plano Quinquenal*, a de incentivar o aleitamento materno, foi pouco ou quase nada cumprida. O retrato da região de Manaus, em 1976, demonstra como a campanha da CNA não teve resultados duradouros. Atente-se ao fato de que o trabalho foi feito em uma das principais capitais da Amazônia:

A falta de conceito das mães entrevistadas sobre a maneira de alimentar seus filhos é composta pela não identificação do leite materno como “alimento”. O conceito geral (...) é de que ele é fraco e incapaz de sustentar o crescimento normal. O objetivo para a maioria das mães parece ser a obesidade, com uma grande confusão entre uma criança “forte” e “gorda”. Não adianta dar “folhetos” para a mãe ler em casa como foi frequentemente encontrado em nosso inquérito, já que 43% das mesmas eram analfabetas.¹⁵²

Outra experiência que teve a nutrição não como fim, mas como meio (a imposição de hábitos alimentares) para a erradicação de uma doença foi a experiência do sal medicamentoso, que consistia na mistura entre o sal de cozinha e um remédio anti-malárico, a cloroquina. A ascensão e queda do chamado “Método Pinotti” se relacionaram à trajetória de seu criador, Mario Pinotti, como veremos a seguir.

4.5 – O sal cloroquinado e o sonho da erradicação da malária

A malária é uma doença causada pelo protozoário *plasmodium*, que é transmitido para os seres humanos por meio dos mosquitos infectados do gênero *Anopheles*, e sempre foi uma das principais causas de mortalidade na Amazônia. Seu nome vem do italiano *mala*

¹⁵² Shrimpton, Roger; Giuliano, Rodolfo. Nutrição em lactentes de um bairro de Manaus. Amazonas. *Acta Amazonica* 7(2), 1976, p. 252.

(mal) *aria* (ar), termo do século XVII referente às febres intermitentes de que os doentes sofriam (consideravam que a doença era fruto da exposição aos “maus ares”).¹⁵³ Mais do que apenas uma enfermidade, a malária também foi causadora de uma série de estigmas recorrentes sobre os caboclos, como “indolentes” e “não afeitados ao trabalho”. A doença, de acordo com Araújo Lima e Djalma Batista, não é natural da região, mas encontrou lá terreno propício para sua proliferação. O mesmo processo teria ocorrido com o seu principal vetor, o *Anopheles Gambiae*, trazido pelo Vale do Açu pelas lanchas da *Air France*, que faziam o correio de Dakar a Natal nos anos de 1930.¹⁵⁴ No início do século XX, começou-se a pensar a malária como a doença causadora do atraso econômico da região. Vários planos de ação foram pensados, mas a execução, normalmente falha e com pouca continuidade, nunca solucionou tais problemas. As diversas campanhas feitas por diferentes governos brasileiros conseguiram extinguir a doença em quase todo o território nacional, menos na Amazônia, responsável por quase a totalidade da incidência da doença no país.¹⁵⁵ Não à toa, Oswaldo Cruz, em seu relatório sobre as doenças na região, chamava a malária de “duende da Amazônia”, por constituir tanto um mistério que acompanhava a mítica região, como uma realidade que desafiava os mais confiantes cientistas.¹⁵⁶

Nos anos 1950, as concepções e políticas de saúde no país relacionavam-se com o “otimismo sanitário” que prevaleceu no mundo nas duas décadas posteriores. Isto foi devido à disponibilidade de novos recursos e tecnologias (inseticidas, antibióticos e antimaláricos), que davam impulso aos projetos governamentais e de agências bilaterais de cooperação formulados para implementar programas que visavam a controlar e erradicar doenças do chamado mundo subdesenvolvido. Um dos desafios centrais seria romper com o chamado “círculo vicioso da pobreza”, preconizado por Gunnar Myrdal em 1952. Nesse contexto, surge uma contribuição brasileira para a luta contra a malária: a adição de cloroquina (um dos antimaláricos mais utilizados) ao sal utilizado nas residências. A inspiração para esta ideia foi a iodetação do sal, pensada para dar fim à

¹⁵³ Dunn, Frederick L. Malaria. In: Kiple, Frederick. *The Cambridge Historical Dictionary of Disease*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2003, p. 203-207.

¹⁵⁴ Batista, 1946, p. 183.

¹⁵⁵ Cf. Cives. Centro de Informação em Saúde para Viajantes. Disponível em: <<http://www.cives.ufrj.br/informacao/malaria/mal-iv.html>>. Acesso em: 11/06/2012.

¹⁵⁶ Sobre as ações contra a malária e outras doenças na região amazônica durante a Primeira República, cf. Schweickardt, Julio Cesar. *Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)*. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde) – Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

grande incidência do bócio endêmico no país. Assim, o sal de cozinha foi considerado o melhor instrumento para superar esses desafios da saúde pública e transformou-se em elemento central de tais projetos.¹⁵⁷

Duas doenças distintas, tanto do ponto de vista etiológico, como das respostas profiláticas e terapêuticas, convergiam diante do mesmo objetivo: seu controle e erradicação com os recursos médicos disponíveis, tendo como desafio a vastidão territorial do país, a dificuldade de acesso a certas áreas, além da pobreza de grande parte da população rural e urbana daquela época.¹⁵⁸ Proposta desde os anos 1940, a obrigatoriedade da iodetação do sal só se tornou efetiva em meados da década de 1970, demorando três décadas para ser implantado de fato em escala nacional.¹⁵⁹ Já, por outro lado, inspirados no sal iodado, os malariologistas brasileiros propuseram, em 1953, a distribuição gratuita de sal de cozinha misturado com cloroquina, então o antimalárico mais utilizado. Diferente do caso do iodo, o sal cloroquinado começou a ser testado em 1952 e tornou-se política nacional em 1959, passando a integrar também o *Programa de Erradicação de Malária da Organização Mundial de Saúde*.

Como apontam Hochman e Silva, a ascensão e queda do novo método de controle da malária relacionam-se diretamente à ascensão e queda de seu criador, Mário Pinotti, que, desde 1942, ocupava o cargo máximo no Serviço Nacional de Malária (SNM).¹⁶⁰ Em menos de uma década, o Método Pinotti foi formulado, testado e celebrado como uma inovação brasileira, além de ter reconhecimento internacional, passando a integrar estratégias de luta contra a malária. Porém, no início da década de 1960, o método foi criticado e rapidamente desapareceu das agendas de pesquisa do país. De acordo com os autores, a trajetória de Mario Pinotti e de seu método foi exemplar na saúde pública do período que se inicia com a Segunda Guerra Mundial, marcado pela crença na necessidade de ações estatais coordenadas e verticais em nível nacional – em especial pela compreensão de que a doença era um obstáculo ao desenvolvimento.¹⁶¹ Esse

¹⁵⁷ Hochman, Gilberto. O Sal como solução? Políticas de saúde e endemias rurais no Brasil (1940-1960). *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 24, mai. 2010, p.163.

¹⁵⁸ Idem, ibidem.

¹⁵⁹ Para mais informação sobre a trajetória do sal iodado cf. Hochman, 2010, p.171-174.

¹⁶⁰ Silva, Renato da; Hochman, Gilberto. Um método chamado Pinotti: sal medicamentoso, malária e saúde internacional (1952-1960). *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, June. 2011, p.536. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000200012&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000200012>. Acesso em: 11/06/2012.

¹⁶¹ Idem, op. cit., p.537.

percurso esteve diretamente relacionado ao programa de desenvolvimento dos anos 1950, que visavam a superar as endemias rurais, recuperando, assim, a população do interior do Brasil para o trabalho rural e incorporando as áreas afetadas aos projetos de modernização de agricultura.¹⁶²

Voltando a Pinotti, o malariologista ganhou vulto a partir do sucesso de seus trabalhos: a redução drástica da malária no início da década de 1950 em várias regiões do país, que foi celebrada como resultado de novas descobertas da ciência (inseticidas de ação residual e antimaláricos) e uma conquista do sanitarismo brasileiro associado ao dirigente máximo da SNM. Suas pesquisas por novas ferramentas de combate à enfermidade relacionam-se à busca de cientistas daquela época por alternativas ao método mais utilizado nas campanhas pelo mundo: o uso do Dicloro-Difenil-Tricloroetano, ou como ficou mais conhecido, o DDT. Inicialmente desenvolvido pela empresa suíça Gelgy para controlar uma epidemia de tifo, o DDT se tornou rapidamente, após a Segunda Guerra Mundial, rotineiro na vida, na saúde pública e na agricultura.¹⁶³ O DDT teve grande impacto em países que contavam com condições sanitárias desenvolvidas, fazendo com que o mosquito transmissor não tivesse condições de desenvolver nichos ecológicos e alternativos para a reprodução.

No Brasil, a partir do sucesso na campanha no estado Rio de Janeiro, a utilização em larga escala do DDT transformou-se em modelo de ação para o resto do país, obtendo bons resultados no controle da enfermidade.¹⁶⁴ Mas sua eficácia não era a mesma em áreas de difícil localização, razão pela qual os malariologistas brasileiros buscavam outra alternativa. Por isso, foi proposta a distribuição gratuita do sal de cozinha cloroquinado como método complementar para a ação de inseticidas.¹⁶⁵ Um dos grandes desafios para os malariologistas era a malária endêmica na região amazônica, caracterizada na época como uma localidade onde vivia uma população dispersa, com áreas de difícil acesso, residências precárias; acresce-se a isso, o fato de o mosquito transmissor apresentar hábitos silvestres que dificultam o uso do inseticida nas casas e abrigos.¹⁶⁶ Não à toa, regiões do estado do Pará e do Maranhão, zonas endêmicas de

¹⁶² Silva; Hochman, op. cit., p. 536.

¹⁶³ Um dos locais utilizados como teste para o DDT foi o município de Breves, no Pará, em 1944. Cf. Campos, 2006.

¹⁶⁴ Silva; Hochman, op.cit., p. 523.

¹⁶⁵ Idem, p. 524.

¹⁶⁶ Hochman, 2010, p. 175.

malária, foram utilizadas como teste para provar a eficácia do novo medicamento. Além disso, foram feitas experiências com doentes hospitalizados para verificação da dose diária de cloroquina necessária para debelar o acesso febril de malária e eliminar os parasitas do sangue periférico dos pacientes.

Entre junho de 1952 e maio de 1953, o Serviço Nacional de Malária levou a cabo uma pesquisa de campo na região do Rio Capim, no Pará, para testar a eficácia do sal cloroquinado. A equipe foi liderada pelo entomologista Reginaldo Damasceno, quadro do SNM e colaborador de Pinotti em artigos. O Serviço, por sua vez, emprestou aos funcionários uma lancha para transporte do sal e abrigo dos funcionários designados para colaborar no trabalho. A região fora escolhida para realizar a experiência pelas seguintes razões: índice parasitêmico satisfatório na ocasião do início das experiências com o sal; predomínio de alimentação fresca (caça e pesca), o que demonstra que a população local faria a ingestão regular do sal cloroquinado, nas doses diárias previstas; alta infestação do vetor da malária; alto preço cobrado no comércio local pelos antimaláricos, o que praticamente impossibilitava ou reduzia a doses insuficientes a medicação dos habitantes. Basicamente, nota-se que os pesquisadores estavam em busca de locais ermos, nos quais a utilização do DDT seria inviável ou impossível, ou seja, lugares miseráveis por excelência. Prova disso é que outras regiões também pesquisadas (rio Cupijoca, em Cametá e vila do Acará, às margens do Guamá) foram excluídas da experiência, pois tinham índices parasitários relativamente baixos, unidades distribuidoras de antimaláricos funcionando perfeitamente e a predominância de alimentação naturalmente salgada (charque, pirarucu), prejudicando a ingestão regular de sal.

Através de entrevistas, os pesquisadores descobriram que a população do Rio Capim e suas habitações nunca tinham sido protegidas por inseticidas de ação residual, transformando a região em um objeto de estudo praticamente “ideal”.¹⁶⁷ A prova disso era o fato de, em nenhuma das casas visitadas, terem sido encontradas fichas de aplicação de DDT. O abastecimento do sal comum no comércio local era feito por uma embarcação motorizada, a única que fazia linha na região, ou era adquirido diretamente na sede do município e transportado pelos próprios comerciantes em embarcações a vela ou remo. O argumento dos pesquisadores era de que, devido a este limitado transporte,

¹⁶⁷ Arquivo Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Rostan Soares, caixa 73, 19520124.

o controle do produto seria melhor. As condições de vida da população eram as piores possíveis: as crianças e mulheres empregavam-se na agricultura da mandioca para o preparo da farinha e os homens dedicavam-se à extração da madeira e do comércio de animais silvestres. As próprias habitações tornavam os habitantes nômades. Durante a inundação dos rios no inverno amazônica (janeiro a abril), a população se retirava para os barrancos, para que, logo que o período de chuvas cessasse, voltassem para as margens. No período de experiências, os pesquisadores contavam que algumas famílias tiveram que se mudar até cinco vezes no período de dez meses.¹⁶⁸ Desta forma, seria impossível usar o DDT diante destas condições. Um ponto crucial para o teste do medicamento na região do Rio Capim era que o consumo de sal na região era elevado, pois devido à distância entre o comércio e os habitantes e a abundância de caça e peixe, a população sempre estocava uma quantidade regular de sal em casa.¹⁶⁹

A distribuição do sal cloroquinado no comércio era feita pelo sistema de permuta: recolhiam o sal comum para ser cloroquinado e davam em troca o produto pronto; já nas habitações, os agentes recolhiam todo o sal comum existente e davam a mesma quantidade em troca. Com os dados do relatório, é impossível imaginar como foi o contato dos pesquisadores com a população. Algumas dúvidas cabem: a população e o comércio aceitaram passivamente a “troca” do sal? Ocorreu alguma resistência? Infelizmente não possuímos tais informações, mas a partir da análise dos relatórios é possível inferir alguns pontos. Durante quase um ano, foram distribuídos 10.977 quilos de sal cloroquinado, positivados em 2.065 amostras de sangue. Por fim, os pesquisadores conseguiram comprovar que o uso regular do sal reduzia a plasmodiose a índices muito baixos, demonstrando o sucesso da experiência.¹⁷⁰ Em julho de 1953, uma nova comissão de estudos foi ao Maranhão, em busca de municípios que constituiriam “tipos ideais” para os testes com o sal cloroquinado. Liderados por Ramon Affoso Anhel, chefe do Setor maranhense da SNM, escolheram duas localidades que pertenciam à São Luís (capital), cujo único acesso possível era de barco à vela: Aracaji,

¹⁶⁸ Arquivo Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Rostan Soares, caixa 73, 19520124.

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁰ Damasceno, R. M. G. Programa de Sal Cloroquinado no Pará. 1953-1953. Arquivo Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Rostan Soares, caixa 73, 19520124.

com população total de 90 habitantes, e Guarapiranga, que contava com 40 habitantes.¹⁷¹

Assim como a região do Rio Capim, a população só possuía um comerciante que era o distribuidor central de sal para região; porém, contavam com uma vantagem: por estarem próximas a São Luís, tinham acesso fácil a antimaláricos e contavam com unidades distribuidoras de remédios, para a infelicidade dos pesquisadores da SNM. Desta forma, para evitar a aquisição dos medicamentos, a equipe fechou a unidade distribuidora mais próxima das duas comunidades, praticamente impossibilitando o acesso da população.¹⁷² Diante de pedidos insistentes, distribuíram comprimidos de cálcio e sulfas para acalmar os ânimos dos maranhenses. Mas, mesmo fechando as unidades próximas, as populações, por dedicarem-se à pesca, faziam migrações diárias e acabaram adquirindo os remédios em outras localidades pelo mar, conseguindo, inclusive, a compra dos medicamentos na capital, São Luís. Mesmo apontando estes percalços, Anhel constatou que “não restava dúvida” quanto à eficiência do método, pois em ambas as localidades, a contagem dos plasmódios no sangue dos habitantes baixou de 18,6% para zero nos 60 dias de trabalho.¹⁷³

Os resultados positivos impulsionaram Pinotti a publicar artigos divulgando sua nova descoberta científica. O malariologista publicou no periódico oficial do SNM sua palestra no XI Congresso Brasileiro de Higiene, ocorrido em novembro de 1953 – ou seja, pouco tempo depois da aplicação dos trabalhos de campo no Pará e no Maranhão. Na comunicação, Pinotti destacava os benefícios que o controle de malária tinha trazido ao país até aquele momento, citando inclusive dados que davam conta da drástica diminuição do total de vítimas da doença, redução estimada em 95%.¹⁷⁴ Desta forma, o controle doméstico e a aplicação do DDT no litoral continuariam trazendo diminuições nos números de enfermos. Porém, para se atingir a erradicação da doença seria necessário lançar mão de novas metodologias, como a distribuição de sal cloroquinado, considerada pelo malariologista como a melhor forma de se atingir o interior do país,

¹⁷¹ Anhel, Ramon Affonso. *Aplicação e controle do sal cloroquinado nas localidades de Guarapiranga e Arajacají, Inquéritos hemoscópicos realizados antes e depois da aplicação, no período de 14/04/1953 a 19/6/1953*. São Luís, 18/07/1953. Arquivo Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Rostan Soares, caixa 73, 19520124.

¹⁷² Idem, *ibidem*.

¹⁷³ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁴ Pinotti, Mario. Um novo Método de Profilaxia da Malária: Associação de uma droga antimalárica ao sal de cozinha usado na alimentação diária. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. Rio de Janeiro, v.VI, janeiro de 1954, n.1, p. 5.

em especial nos locais que contavam com habitação precária, o que fazia com que o mosquito transmissor se abrigasse fora da casa das pessoas.¹⁷⁵ Em locais como a Amazônia, que contava com densidade demográfica reduzida e áreas quase inacessíveis, o controle pelo DDT tornar-se-ia extremamente custoso, além de ineficaz.¹⁷⁶ Por isso a união entre o sal de cozinha e a cloroquina poderia se transformar em uma alternativa mais barata e efetiva para se atingir todos os rincões do Brasil. Pinotti indicava o sal cloroquinado para eliminar o resíduo de malária mantido por transmissão extradomiciliária e, eventualmente, para substituir o DDT em áreas com malária transmitidas por anofelinos que não frequentassem as habitações.¹⁷⁷ Desta forma, o sal cloroquinado seria uma “arma preciosa” que seria usada como complemento do DDT.

Como forma de divulgar as pesquisas do malariologista para um público mais amplo, foi lançado o documentário intitulado *Malária no Inferno Verde*, produzido pela *Jean Manzon Films*. Neste filmete de cerca de seis minutos, é demonstrado, pelo ponto de vista da ciência, a forma de retirar a Amazônia da condição de um dos locais mais subdesenvolvidos no Brasil. Jean Manzon, conhecido fotógrafo da revista *O Cruzeiro*, tinha uma produtora que elaborava cinejornais e documentários por encomenda.¹⁷⁸ Não encontramos as cláusulas de contrato do cinejornal, tampouco informações sobre os contratantes, mas é de se supor que o filme tenha sido feito sob encomenda do Serviço Nacional de Malária, tal o protagonismo das ações do serviço no cinejornal.¹⁷⁹ Bizzello caracterizou os documentários da Jean Manzon Films como curta metragens de prestação de serviços orientados para a promoção e a venda de informação positiva.¹⁸⁰ De acordo com a pesquisadora, o cliente, em primeiro lugar, definia o “espírito”, ou seja, o objetivo e a mensagem do filme. Sem seu aval, a montagem não prosseguia. A ele eram submetidas a primeira versão, para depois serem feitas as modificações sugeridas.¹⁸¹ Os documentários eram exibidos normalmente antes de a sessão cinematográfica começar. Não é possível afirmar se o *Malária No Inferno Verde* foi amplamente veiculado no cinema, mas estas pistas dão conta de que o filmete serviu

¹⁷⁵ Pinotti, 1954, p. 5.

¹⁷⁶ Idem, p. 6.

¹⁷⁷ Idem, p. 10.

¹⁷⁸ Uma amostra dos documentários de Jean Manzon (inclusive *Malária no Inferno Verde*) estão no sítio www.acervojeanmanzon.com.br.

¹⁷⁹ Bizello, Maria Leandra. *Imagens Otimistas: Representações do desenvolvimentismo nos documentários de Jean Manzon*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Múltiplos Meios do Instituto de Artes da UNICAMP. Campinas, 1995, p.29.

¹⁸⁰ Idem, p. 31.

¹⁸¹ Idem, ibidem.

para, ao menos, reafirmar o prestígio de Mario Pinotti e confirmar sua ascensão nos quadros políticos da época. Desta forma, o dirigente do SNM aliava pesquisa científica ao próprio projeto político, delineando uma trajetória semelhante à de muitos homens de ciência do século XX.¹⁸²

Com a narração de Luiz Jatobá (conhecido pela apresentação do *Repórter Esso*), e com texto do poeta Paulo Mendes Campos, o documentário mostra, sob um plano aéreo, Mario Pinotti sobrevoando a Amazônia brasileira e os trabalhos de distribuição do sal cloroquinado na região. O texto reforça vários clichês sobre a Amazônia, apresentando o sal cloroquinado como uma ferramenta da ciência para integrá-la ao Brasil (“*Estes Brasileiros só agora estão sentindo que pertencem ao Brasil*”). A região é caracterizada como um Inferno Verde, imensa e bravia. Retomando uma retórica característica do Estado Novo, há, no documentário, o imperativo do saneamento e a conquista definitiva da Amazônia.¹⁸³ Importante lembrar que o próprio Pinotti fez parte da administração de Vargas durante seu período ditatorial, sendo que, possivelmente, partilhava deste discurso. De acordo com o documentário, graças ao SNM e ao sal cloroquinado, os homens da região estariam sendo tirados de seu abandono. Como Hochman destaca, o uso do sal cloroquinado só se dá de forma extensiva a partir de 1959, mas pelas imagens divulgadas no filme, percebe-se a intenção de aumentar a abrangência do uso do produto, como se fosse aplicado em toda a região amazônica.¹⁸⁴ Até este momento (1954), o medicamento tinha sido testado apenas em localidades de baixa densidade demográfica do Maranhão e do Pará, demonstrando assim, o exagero do documentário. De qualquer forma, a retórica divulgada no documentário era de que o SNM, liderado por Pinotti, estava integrando a Amazônia definitivamente ao país:

Qualquer trabalho na Amazônia é duro, penoso e sacrificado. Tudo é arrancado da natureza pelo braço do homem. O homem denodado da Amazônia luta contra o clima, as águas, as feras, a distância, a solidão e as febres. Seu lar é a mata virgem, povoada de perigos e de mistérios. (...) As vanguardas do serviço nacional de malária penetraram na Amazônia, num posto avançado na floresta. Preparam-se armas defensivas contra a malária. Embarcações de toda a espécie distribuem o sal cloroquinado. O maior trabalho, porém, na complicada geografia da Amazônia é a sua distribuição entre a

¹⁸² Como exemplo desta articulação, temos Evandro Chagas, que aliou pesquisa científica e contatos políticos na elaboração de seu projeto de poder, abortado em virtude de sua inesperada morte. Cf. Andrade, 2007.

¹⁸³ Para mais informações, ver capítulo 2.

¹⁸⁴ Hochman, 2010.

população rarefeita e dispersa. E o sal deve chegar, custe o que custar! Para recuperar o brasileiro da Amazônia! Não existem dificuldades! Os modestos servidores do Serviço de Malária são um admirável exemplo de dedicação e sacrifício! Nas florestas e rios da Amazônia, desconhecem repouso. Arriscam a vida, expõem a saúde para levar aos irmãos distantes defesa e proteção contra o mal. São os soldados desconhecidos de uma grande batalha que se trava no perigo e na aspereza das selvas.¹⁸⁵

O que demonstra o prestígio e a articulação política de Pinotti é o fato de o programa ainda estar, na época, em caráter experimental e já fazer parte de projetos políticos, como é o caso do *Primeiro Plano Quinquenal*. Publicado em 1955, o documento já direcionava grande parte das ações referentes ao combate à malária para o sal cloroquinado e o colocava como prioridade no plano de ação para a Amazônia. Segundo a subcomissão de saúde, a inclusão do novo medicamento tinha ocorrido por sugestão do SNM. O projeto ainda dedicava atenção ao uso extensivo do DDT e destacava que o órgão “ensaiava” um novo método de combate à doença, que, mesmo em estágio de experimentação, já gozava de prestígio junto à comunidade científica brasileira.¹⁸⁶ Mesmo em fase de testes, algumas questões já teriam sido resolvidas, como o paladar, a resistência do produto à degradação e o modo de distribuição, com emprego do disofato de cloroquina, que já era uma das armas por excelência distribuídas pelas unidades de distribuição.¹⁸⁷ Como a maior parte do sal consumido pelos estados do Amazonas, Pará, Território do Acre e Amapá era distribuída no porto de Belém e de Manaus, deixando o controle da entrega do sal mais fácil, somente essas regiões ficariam compreendidas na campanha de uso do novo medicamento. Passaria à responsabilidade do SNM escolher, entre esses lugares, as áreas indicadas para emprego exclusivo do uso de sal cloroquinado, suspendendo-se, desta forma, a dedetização domiciliar.¹⁸⁸

Assim, o chamado “Método Pinotti” angariava cada vez mais prestígio no país. Em 1955, com a divulgação dos resultados dos trabalhos de campo no Maranhão, no Pará e no Paraná, reforçou-se a certeza de que o plano funcionaria.¹⁸⁹ O sucesso do método também atingia nível internacional, quando alcançou expressiva repercussão em um

¹⁸⁵ Manzon, Jean. *Malária no Inferno Verde*. Rio de Janeiro, Jean Manzon Films, 1954. Disponível em: <www.acervojeanmanzon.com.br>. Acesso em: 11/06/2012.

¹⁸⁶ Brasil, 1955, p. 165.

¹⁸⁷ Idem, p. 166.

¹⁸⁸ Idem, p. 167.

¹⁸⁹ Pinotti, Mario. Lôbo, Ary G.S., Damasceno, G., Soares, Rostan. Experiências de campo com o sal cloroquinado. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. V. VII, n. 1, Janeiro de 1955, p.7.

cenário no qual era debatida a possibilidade de erradicação da malária. Especialistas e dirigentes de instituições de saúde internacionais solicitavam esclarecimentos das pesquisas feitas pelos brasileiros. Isso posto, o sal cloroquinado passou a ser uma possível alternativa para superar as restrições técnicas e operacionais do uso do DDT, podendo viabilizar primeiro o controle e, posteriormente, a erradicação da doença.¹⁹⁰ Como forma de reconhecer a importância que o sal tinha adquirido para a saúde pública, o governo federal criou, em 1957, o Instituto Brasileiro do Sal (IBS), em substituição ao antigo Instituto Nacional do Sal. Uma das atribuições deste órgão era fomentar a fabricação do sal iodetado e do sal cloroquinado para consumo nas regiões atingidas pelo bócio endêmico e pela malária.¹⁹¹

Após participação em congressos internacionais e reportagens em periódicos como o *Journal of the American Medical Association*, Emilio Pampana, malariologista e chefe da Divisão de Malária da Organização Mundial da Saúde, formalizou o interesse da organização no desenvolvimento do sal cloroquinado.¹⁹² Após corresponder-se com Pinotti e conhecer melhor a metodologia de ação do novo medicamento, Pampana passou a considerá-lo um potencial complemento ao DDT ou uma alternativa em regiões onde a aplicação do inseticida era inviável.¹⁹³ A ascensão do malariologista brasileiro coincidiu com uma mudança de prioridades do programa de saúde do então presidente da época, Juscelino Kubitschek, do qual Pinotti, em 1958, seria o ministro de saúde – além de além de colaborador no programa de saúde quando JK ainda era candidato. No programa de governo do então candidato JK, o Brasil não era mais visto como um imenso hospital, pois ele acreditava que melhorias relevantes tinham ocorrido com a erradicação da febre amarela e outras áreas da saúde pública brasileira.¹⁹⁴ O futuro presidente colocou no topo de sua agenda sanitária o controle de doenças de endemias rurais, dando prosseguimento à tradição médica brasileira que, desde o início do século XX, preocupava-se em eliminar essas enfermidades. A malária, de acordo com o programa, poderia ser, em breve, banida do país graças ao trabalho persistente dos profissionais brasileiros.¹⁹⁵ Esta visão positiva sobre o controle da doença já tinha

¹⁹⁰ Silva; Hochman, op. cit., p. 527.

¹⁹¹ **Brasil. LEI Nº 3.137, DE 13 DE MAIO DE 1957.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1950-1969/L3137.htm>. Acesso em: 11/06/2012.

¹⁹² Silva; Hochman, op.cit., p. 531.

¹⁹³ Idem, ibidem.

¹⁹⁴ Hochman, Gilberto. From Autonomy to Partial Alignment: National Malaria Programs in the Time of Global Eradication. Brazil: *CBMH/BCHM/v. 25:1* – 2008, p. 163 e Hochman, 2009.

¹⁹⁵ Idem, p.163.

sido divulgada no período inicial da borrifação por DDT, nos anos 1940. Charles Wagley, médico do SESP, afirmou em 1948 que o controle da malária já não constituía um problema sério para o desenvolvimento das regiões tropicais, como a Amazônia.¹⁹⁶ Até aquele momento, a sensação compartilhada pelos especialistas era de que bastava apenas borrifar para eliminar o mosquito e a doença.

Durante o mesmo período (maio de 1955), a OMS aprovava uma resolução para lançar no mundo um programa de erradicação da malária, que previa o fim da doença em um prazo estipulado. A própria organização sanitária panamericana também reforçaria esta proposta para os países-membros. Ao contrário do discurso de JK, o Brasil foi considerado um dos principais locais em que a campanha seria levada adiante, devido a uma tradição que o país já possuía em colaborações internacionais, como o trabalho realizado pela *International Health Division* da Fundação Rockefeller, entre 1939 e 1941. Três anos depois do lançamento da resolução da OMS, o Brasil também colocaria a erradicação da doença como uma de suas prioridades. Os fatores que propiciaram tais mudanças relacionam-se ao contexto internacional na política externa brasileira, em especial com o papel proeminente que os EUA ocuparam no programa de erradicação da malária.

Com a necessidade de financiamento para os planos nacionais que visavam ao fim do subdesenvolvimento, JK deu prosseguimento ao histórico alinhamento nacional com os estadunidenses e lançou a Operação Pan Americana (OPA), em 1958, que partia da premissa de que os EUA financiariam programas que visavam ao fim do subdesenvolvimento latino americano. Em um contexto de Guerra Fria, os baixos índices apresentados pela América Latina poderiam resultar em um terreno fértil para o avanço do comunismo nestas regiões. Não à toa, Dwight Eisenhower declarou a “guerra contra a malária”, tendo como consequência o envolvimento de agências estadunidenses que eram o suporte técnico para o programa. O programa de erradicação também daria ao governo brasileiro a oportunidade de obter verbas internacionais as quais poderiam colaborar com os trabalhos dos médicos brasileiros, que poderiam terminar o trabalho iniciado na década de 1940.¹⁹⁷ O sal cloroquinado, já envolvido como um dos principais métodos que auxiliariam na erradicação da doença, continuou a ser discutido em artigos

¹⁹⁶ Wagley, op. cit., p. 36.

¹⁹⁷ Estas relações entre contexto internacional, nacional e políticas públicas de combate à enfermidade encontram-se mais aprofundados em Hochman, 2008.

da época. De forma geral, mesmo identificando possíveis problemas, os profissionais estavam convencidos de que este seria a melhor forma de eliminar a malária do resto do país.

Fernando Bustamante, então coordenador da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) no Brasil, demonstrava otimismo sobre a erradicação da doença. Partilhando um discurso comum ao que temos apontado aqui, o sanitarista acreditava que o homem possuía técnica e conhecimento o suficiente para eliminar a enfermidade. Assim, a erradicação da malária era “tudo ou nada”.¹⁹⁸ Se os inseticidas de ação residual possuíam problemas, novas drogas estavam disponíveis, como a cloroquina e a amodiaquina, além do daraprin, componente ativo da pirimetamina.¹⁹⁹ E se, mesmo assim, o uso extensivo e regular destes medicamentos não fosse possível, o sal cloroquinado poderia ajudar de forma fundamental, pois este relacionava-se à alimentação, tornando-se assim uma maneira mais prática e menos custosa de acabar com a doença. Para Bustamante, a erradicação da malária era um problema muito mais financeiro e administrativo do que técnico, já que a maioria dos países que contavam com altos índices da enfermidade estavam entre os chamados subdesenvolvidos e muitos deles não possuíam condições técnicas, administrativas e financeiras para levar a cabo a tarefa de forma autônoma.²⁰⁰ Ele acreditava que a assessoria técnica e as facilidades do treinamento de pessoal oferecidos pela OMS e pela OSPA levariam o continente americano a eliminar a doença em 30 anos.

Em artigo de 1959, o coordenador da campanha no Brasil ainda apresentava otimismo em relação ao método Pinotti, mas já tecia algumas considerações sobre os possíveis problemas enfrentados na aplicação do produto, mesmo confiando que seriam perfeitamente contornáveis. Um problema seria o custo, que ficaria mais elevado, porque parte do sal consumido não se destinava ao preparo de alimentos, mas à salga de peixes e carnes, por exemplo.²⁰¹ Dessa forma, o tratamento total do sal ficaria mais encarecido. Em outras regiões, como o vale do Araguaia, no Pará, o sal grosso era preferido para a salga de carne, podendo assim, levar ao consumo de sal não tratado

¹⁹⁸ Bustamante, Fernando Machado. Estado Atual do Problema de Malária. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. V. X, n. 1, jan. 1958, p. 98.

¹⁹⁹ Bustamante, 1958, p. 96.

²⁰⁰ Idem, p. 99.

²⁰¹ Bustamante, Fernando Machado. Considerações sobre certos problemas especiais relacionados com a erradicação de malária no Brasil. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. V. XI, n. 1, janeiro, 1959, p. 16.

com o medicamento.²⁰² O médico recomendava a adoção de regras legais que proibissem a venda e consumo de sal grosso na região, embora soubesse que tais medidas poderiam ser mal recebidas, devido ao aumento de custo e, principalmente, por contrariarem hábitos tradicionais.²⁰³ Outro problema era o sal de mesa, consumido pelos habitantes das capitais, cuja entrada não era controlada.

Em 1960, os primeiros problemas na adoção do sal cloroquinado eram detectados por profissionais ligados ao Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERU), que, mesmo assim, permaneciam otimistas. O químico Ernest Paulini, por exemplo, foi solicitado pela OMS para instalar serviços de sal cloroquinado em regiões da Ásia e África, pois fora detectado que estas regiões tinham características semelhantes às encontradas na Amazônia brasileira.²⁰⁴ O método Pinotti foi utilizado inclusive no programa de erradicação da enfermidade na Guiana Inglesa. O próprio Paulini publicou artigo no qual apontava métodos de controle para o programa. Recomendava o controle periódico da presença do sal cloroquinado nas casas por meio da reação de iodo e exame de urina para detectar a cloroquina.²⁰⁵ Além disso, destacava que a estabilidade da reação entre o sal e a cloroquina só era possível em regiões de umidade baixa (80%). Se passasse disso, haveria perda da droga e diminuição da uniformidade da mistura.²⁰⁶

O também malariologista René Rachou reconhecia, em 1960, que o Método Pinotti ainda não estava “totalmente desenvolvido” para que se pudesse assegurar que era uma arma exclusiva e absoluta na erradicação da malária.²⁰⁷ Entre os obstáculos enfrentados para o uso extensivo do sal estavam a necessidade de assegurar que todo o sal consumido em uma determinada área malárica fosse consumido; o pequeno consumo de sal por certas populações, exigindo um aumento do teor da cloroquina no sal a ser distribuído e a alta solubilidade do disfosfato de cloroquina, fazia com que, em regiões de alta umidade, o sal moído ou triturado absorvesse grande quantidade de vapor d’água a ponto de dissolver a substância, diminuindo o teor da mistura. Por fim, havia o fato de que os lactentes não recebiam sal e as crianças de pouca idade ingeriam-no em pouca

²⁰² Bustamante, 1959, p. 17.

²⁰³ Idem, *ibidem*.

²⁰⁴ Rachou, René G. O Método Pinotti nas Atuais Campanhas de combate à Malária. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*, v. XII, n. 2, abr. 1960, p. 336.

²⁰⁵ Paulini, Ernest. Further Studies on Chloroquinized table salt. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*, v. XII, n. 2, abr. 1960, p. 343.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

²⁰⁷ Rachou, *op. cit.*, p. 336.

quantidade.²⁰⁸ Rachou esperava que a importância deste grupo que não receberia o sal fosse pouca para a transmissão de malária.²⁰⁹

Junto às críticas em relação ao sal, o criador do novo método também passava por um período de inferno político. No período das eleições presidenciais, Pinotti foi afastado do Ministério da Saúde por Juscelino Kubitschek devido a suas relações com o Partido Social Progressista (PSP) de Ademar de Barros e aos ajustes políticos que antecederam as eleições de outubro de 1960. Posteriormente, durante o governo Jânio Quadros, ele e seus colaboradores foram alvo de acusações e inquéritos. O médico então se retirou da vida pública para sempre. Durante o regime militar, seu inquérito foi arquivado por falta de provas.²¹⁰ Ao mesmo tempo, pesquisas científicas apontavam problemas no uso extensivo da cloroquina. Em 1961, a OMS promoveu uma reunião técnica sobre quimioterapia na malária, na qual foi reconhecida a emergência de cepas de *Plasmodium falciparum* resistentes à cloroquina, representando assim, uma ameaça ao Programa de Erradicação de Malária.²¹¹ Em anos posteriores, as notícias de baixas de soldados americanos acometidos pela malária na guerra do Vietnã ajudaram a consolidar a noção de que as pesquisas em torno dos medicamentos deveriam ser redirecionadas.²¹² Artigos científicos da época mostraram uma mudança dos alvos das pesquisas no tocante à quimioterapia como peça fundamental na cura da doença, trazendo alterações na estratégia de interrupção do ciclo do parasito.²¹³ Nos relatórios da OMS, também circulavam notícias sobre a resistência do *Anopheles* ao DDT. Após insistentes anúncios de casos de resistência à cloroquina e da inadequação das estratégias do programa em diversas regiões, (Tailândia, Colômbia, sul e sudeste asiático, bacia amazônica e vários países da África subtropical) ficou clara a necessidade de reavaliação dos protocolos e das ações de combate à doença.²¹⁴

²⁰⁸ Rachou, op.cit., p. 336-337.

²⁰⁹ Idem, ibidem.

²¹⁰ Silva; Hochman, op.cit., p. 522.

²¹¹ Sá, Ivone Manzali de. A resistência à cloroquina e a busca de antimaláricas entre as décadas de 1960 e 1980. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 18 (2), 2011, p. 407-430. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000200008&lng=en&tlng=pt>. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000200008>>.

Acesso em: 21/06/2012.

²¹² Idem, ibidem.

²¹³ Idem, ibidem.

²¹⁴ Idem, ibidem.

Como aponta Silva, o questionamento em relação ao sal cloroquinado teria ocorrido inicialmente em contexto nacional, após a saída de Pinotti.²¹⁵ Logo depois, as críticas no cenário internacional surgiram apontando diversas falhas, como as citadas acima. Diante disso, o sal cloroquinado deixou de ser utilizado na Amazônia, em 1961, que retornou ao estágio preparatório da campanha. O esquecimento do Método Pinotti, em conjunto com descontinuidades administrativas, foram simbólicos para o fracasso do Programa de Erradicação de Malária. Pelos planos, a erradicação completa deveria ocorrer em 1967. Na década de 1970, verificou-se que a crença no fim da doença era insustentável por razões epidemiológicas, econômicas, sociais e entomológicas que impediam a erradicação a longo prazo.²¹⁶ A Campanha de Erradicação da Malária não obteve êxito na Amazônia, mas a transmissão da enfermidade foi interrompida nas regiões do Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.²¹⁷

Retornando ao contexto nacional, críticas foram feitas na III Conferência Nacional de Saúde (CNS), em 1963, decretando definitivamente o fim do Método Pinotti no combate à doença. Segundo o relatório, verificou-se, em 1961, que somente 51% das amostras recolhidas no comércio e em áreas urbanas e rurais continham cloroquina e que, somente 10,5% apresentaram concentração dentro da faixa considerada necessária à eficiência do produto.²¹⁸ Ficou também evidente que os comércios locais provavelmente forneciam sal sem cloroquina, afetando o controle da substância. Outro problema era o gosto da cloroquina, que se tornava preponderante em relação ao sal.²¹⁹ Em publicação contemporânea à III CNS, o já citado Dante Costa defendeu o uso do sal cloroquinado. Segundo o nutrólogo, a alta mortalidade que a malária estava adquirindo era fruto de uma inversão: até 1962, o *Plasmodium vivax*, menos mortal, era o responsável pela maior parte dos casos da doença.²²⁰ Posteriormente, 87% dos casos passaram a ser provocados pelo *Plasmodium falciparum*, muito mais ativo e mortal, além do problema crescente da resistência do mosquito ao DDT.²²¹ Costa defendeu a continuação do Sal Pinotti, pois, segundo ele, o valor do método estava provado pelo

²¹⁵ Silva, Renato. *Malária e Desenvolvimento: a Saúde Pública no governo JK (1956-1961)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008, p. 227.

²¹⁶ Idem, p. 233.

²¹⁷ Idem, p. 234.

²¹⁸ Brasil. *Anais da III Conferência Nacional de Saúde*. Brasília, 1963, p. 71.

²¹⁹ Idem, ibidem.

²²⁰ Costa, 1965, p. 35.

²²¹ Idem, ibidem.

não recrudescimento da doença entre 1959 e 1960, período em que, devido à falta de inseticida, o combate à malária ficou sob a responsabilidade exclusiva do sal cloroquinado, e as estatísticas não assinalaram avanço da doença.²²²

Os índices de malária ainda subiriam na década de 1960 por conta da principal obra da SPVEA na região amazônica: a rodovia Belém-Brasília. Durante a presidência de João Goulart (1962-1964), o médico Amílcar Martins foi destacado pela agência para fazer um relatório sobre a enfermidade, provavelmente entre os anos de 1961 e 1962, e teceu diversas críticas ao uso extensivo e, segundo ele, “sem controle” do sal.²²³ Entre as razões para os novos surtos, estavam o constante deslocamento de pessoas pelos vilarejos surgidos ao longo da estrada, que, de tempos em tempos, abandonavam os antigos povoados para se deslocarem para as áreas mais férteis. Predominava, nessas regiões, a forma clínica “terçã-maligna”, produzida pelo *Plasmodium falciparum*, de extrema virulência.²²⁴ Os sintomas apareciam subitamente, às vezes com aspecto de enfermidade desconhecida e frequentemente mortal. Como a propagação era rápida, existiam áreas onde praticamente a totalidade da população era atingida.

Nas regiões submetidas ao longo dos anos ao regime do sal cloroquinado surgiram, além das raças de plasmódios cloroquino-resistentes, formas clínicas atípicas, com lesões orgânicas muito graves, mascaradas com sintomatologia de meningite, hepatite, pneumonia, doenças renais ou cardiovasculares, psicoses e, às vezes, coma.²²⁵ Esses fatos alarmaram as populações, dando-lhes a impressão de se acharem em presença de uma nova entidade mórbida, desconhecida e, nas palavras do médico, “maligna e mortal”. Outra crítica, que encontra eco em outras avaliações sobre o uso do sal, é a falta de conhecimento sobre os costumes locais. Segundo Amílcar Silva, mesmo que todo o sal distribuído contivesse rigorosamente igual dose de cloroquina (segundo ele, impossível na prática), nem todos os habitantes ingeriam os alimentos com a mesma quantidade de sal, sendo que alguns nem utilizavam o tempero na alimentação.²²⁶ Dessa forma, existia a possibilidade de os parasitas resistirem no sangue das pessoas e, quando

²²² Idem, *ibidem*.

²²³ Silva, Amílcar Martins. *Modernos Conceitos sobre Malária*. Rio de Janeiro, SPVEA, s/d [1962-1964], p. 17.

²²⁴ Idem, p. 20.

²²⁵ Idem, *ibidem*.

²²⁶ Idem, *ibidem*.

fossem passados para os mosquitos, surgiria assim um mutante de plasmódio, resistente à cloroquina.²²⁷

Este fato demonstra também a falta de coordenação e comunicação entre as diversas esferas governamentais. Em quase todos os relatórios analisados, fruto dos inquéritos alimentares realizados pela CNA, SESP, DNS e FAO, era destacado o fato de que os amazônidas, de forma geral, ingeriam pouco sal. Ou, como os relatórios do SNM demonstraram, havia a rejeição dos habitantes ao sabor do sal. Como a cloroquina é bastante solúvel em água, ela se depositava no fundo do saco em zonas muito úmidas. Com isso, a população ingeria uma quantidade inadequada nas partes superficiais e quando chegava ao final, o sal ficava muito amargo.²²⁸ Desta forma, jogava-se fora a parte de baixo. Não era um produto comum na mesa dos habitantes, em especial devido à dificuldade de abastecimento do tempero para a Amazônia, cuja distribuição concentrava-se em poucas regiões, principalmente nas capitais, transformando o comércio do sal em algo difícil, dependente de fornecedores locais, que viajavam por estradas ruins e, em muitos casos, dependiam do transporte pelos rios locais.

A falta de conhecimento das pessoas deu origem inclusive a anedotas sobre o sal medicamentoso. Jarbas Passarinho, superintendente da Petrobras na Amazônia entre 1958 e 1959, afirmou em depoimento que o sal cloroquinado era utilizado no controle de malária nos técnicos que estavam trabalhando na região. Certo dia, vários funcionários reclamaram de febres, e, após inspeção médica, confirmou-se que tratava-se de um surto de malária. Descobriram então que o sal cloroquinado fora substituído pelo sal comum na venda local. Inquirido, o chefe da equipe teria dito ao médico responsável que todos haviam se negado a continuar ingerindo o tal sal porque corria um forte boato de que provocava impotência sexual.²²⁹ A falta de conhecimento sobre a cultura local dava a o tom dos trabalhos de controle de malária, mesmo nos anos subsequentes, lançando estigmas sobre a população local. Em relatório da Campanha de

²²⁷ Silva, s/d, p. 20.

²²⁸ Tauil, Pedro; Deane, Leônidas; Sabroza, Paulo; Ribeiro, Cláudio. (1985). A malária no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 1(1), p. 71-111. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1985000100009&lng=en&tlng=pt>. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1985000100009>>. Acesso em: 21/06/2012.

²²⁹ Passarinho, Jarbas. Depoimento concedido ao sítio “Ninho da Natureza” – O Petróleo da Amazônia, de Eliezer de Oliveira Martins. Disponível em: <<http://www.eliezer.ninhodanatureza.nom.br/02/04/index.htm>>. Acesso em: 20/06/2012.

Erradicação da Malária, de 1965, do setor Roraima, então um território pertencente à circunscrição da SPVEA, os técnicos apontavam suas opiniões sobre os indígenas:

Os índios são e serão ainda por muito tempo um dos fatores mais decisivos na persistência da transmissão [da malária]. (...) Além de não ingerirem as drogas, quando o fazem é a troca de terçados, machados, etc. e só ingerem uma dose, internando-se no mano onde não mais podemos alcançá-los. No rio Apiaú, reside a nossa maior área-problema (...) eles descem aos grupos de 40 a 50 índios, se aproximam de uma habitação, ali ficam a 8 dias e se retiram quando nem sequer chegamos a medicá-los. Como quase todos são portadores de malária, já introduziram a mesma em dos os habitantes das casas sem paredes e se retiram deixando um grupo de moradores infectados. (...) Não temos lei como na Guiana Britânica, onde é obrigatório o uso do sal cloroquinado e a retirada de lâminas do sangue e ingestão do comprimido de cloroquina.²³⁰

Um triste réquiem para o sonho de erradicação foi o surto de malária ocorrido nos vilarejos da Ilha de Marajó, no Pará, em 1966, período coincidentemente igual ao do fim da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia. Em 16 de outubro daquele ano, o *Jornal do Brasil* noticiava que mais de duas mil pessoas tinham morrido em poucos dias em consequência da doença que, segundo o jornal, ameaçava dizimar os 25 mil habitantes da ilha. Pracuúbuá, um pequeno vilarejo de 400 habitantes, estava ocupada somente por animais domésticos, muitos dos quais tinham se retirado para o campo, fugindo do mau cheiro que dominava a cidade, onde numerosos cadáveres permaneciam insepultos. Os cinco cemitérios da ilha estavam inteiramente lotados. A população de Muana reunia-se todos os dias diante da igreja e rezava, pedindo a ajuda de Deus contra a malária, pois a ilha não contava sequer com um posto de saúde, farmácia ou médico. A CEM não tinha tomado qualquer providência e, de acordo com o jornal, Salomão Atias, o superintendente, procurou esconder a gravidade da situação, desmentindo os fatos. A reportagem destacava que a cena mais vista era dos barracos com apenas os cachorros e os papagaios, porque os membros da família estavam mortos dentro das casas. A maior parte das vítimas era constituída de crianças até sete anos de idade, sendo que parte dos doentes encontrava-se na fase aguda, e, segundo a reportagem, expelindo sangue por todas as partes do corpo. A Igreja de Muana tinha

²³⁰ Brasil. *Campanha de Erradicação da Malária – Setor Roraima – Relatório Especial – 1965*. Roraima, 1965, p. 30.

deixado de repicar os sinos em sinal de protesto contra o abandono que as populações da Ilha ficaram relegados.²³¹

Esse quadro desesperador relaciona-se também às críticas recebidas pela SPVEA em todos os setores. A saúde não ficou de fora deste panorama. Os problemas de repasse de verbas vivenciados pela agência (conforme foi exposto no capítulo 2) afetaram diretamente o SESP, responsável por coordenar as ações de assistência médica para a região amazônica, rendendo defesas dos trabalhos do Serviço na imprensa e no Congresso Nacional. Em comunicação ao Congresso Nacional no ano de 1959, Wilson Calmon (PSP-AM), destacava que o SESP não estava realizando seu trabalho na Amazônia da forma como devia. Em visita a municípios do interior do Amazonas, ele notou que a maioria dos postos do Serviço estava sem médico. Em outros pontos de atendimento, existiam materiais e medicamentos, menos médicos. Nos municípios de Canutama, Boca do Acre e Lábrea, os postos estavam fechados por falta de funcionários.²³² No mesmo ano, mais dois pronunciamentos na câmara referiam-se ao caos financeiro enfrentado pelo Serviço. Antunes de Oliveira (PTB-AM) levou à câmara recortes de jornais do Pará que afirmavam em suas manchetes que o SESP ameaçava abandonar a Amazônia, face aos embaraços financeiros oriundos do não repasse de verbas da SPVEA.²³³ Segundo o deputado, a má situação financeira da agência regional era devido à falta de coragem de “dizer sim” à Amazônia e “não” aos grupos econômicos nacionais que usavam o dinheiro público a favor de interesses particulares. A retirada do SESP seria o maior crime contra a Amazônia já feito pelo governo federal. O deputado leu em voz alta a reportagem do periódico *O Jornal*, de Manaus, que mostrava que a SPVEA não pagava as verbas necessárias ao SESP havia dois anos.²³⁴

Em 1963, Jundino Piaget, diretor regional adjunto do SESP, reclamava que a outrora conceituada instituição estava reduzida naquele momento às tarefas de rotina administrativas, devido à demora no repasse de verbas. Ele propôs então que todas as comunidades trabalhadas por eles deveriam enviar ao Presidente da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional telegramas sucintos, expondo as dificuldades que o SESP (nesta época, uma Fundação) atravessava naquele momento e reforçando a

²³¹ Surto de Malária mata dois mil em poucos dias em Marajó; *Jornal do Brasil*, 16/10/1966, p. 3. In: INERU. Fundo Ineru, série Administração Geral, subsérie DNERU

²³² Brasil. *Diário do Congresso Nacional*, 08/04/1959, p. 450.

²³³ Idem, 21/01/1959, p. 441.

²³⁴ Idem, *ibidem*.

necessidade de que aprovassem verba suplementar para o prosseguimento normal das atividades para o ano seguinte, e que enfatizassem, em especial, a necessidade de conclusão das obras de abastecimento de água que se arrastavam já há vários anos.²³⁵ O Relatório da Fundação SESP de 1964 informava que, desde 1962, eles se defrontavam com graves problemas oriundos da carência de recursos financeiros, dificultando assim o desenvolvimento de seus trabalhos e impedindo o cumprimento dos objetivos e finalidades.²³⁶ A principal causa era a inadimplência dos compromissos dos órgãos de valorização, que (incluída aí a SPVEA) acarretou impasses “irremovíveis” à administração, prejudicando o nível do padrão de serviços da Fundação SESP.²³⁷ Assim, unidades médico-sanitárias foram fechadas e obras de saneamento paralisadas, medidas mal recebidas e interpretadas pelas autoridades e público.²³⁸

No relatório de atividades de 1960, o setor saúde da SPVEA buscou explicar as razões pelo não cumprimento das metas estabelecidas no *Primeiro Plano Quinquenal*. De acordo com o documento, a política de compressão de despesas adotada pelo governo central, no mandato de Juscelino Kubitschek, foi a principal responsável pela falta de execução dos planos previamente estabelecidos.²³⁹ Desta forma, a agência buscou realizar um programa mínimo de obras e serviços. Em virtude da falta de experiência em relação aos problemas da área e da escassez de pessoal especializado, o objetivo passou a ser operar em conjunto com organizações que já tivessem trabalhado na região, repassando atividades de maiores vultos a instituições como o DNERU e o SESP.²⁴⁰ A SPVEA ficaria assim, apenas com tarefas prioritárias, como a construção de serviços de água potável, esgotos e assistência médica e, à medida que as verbas aumentassem, a abrangência do plano seria maior.

Os responsáveis pelo setor saúde da agência pensavam, segundo o relatório, que a simples instalação de serviços de água e de remoção de dejetos influenciaria a queda do coeficiente de mortalidade infantil, um dos grandes problemas da região. Mas nem esse programa pôde ser seguido, porque o setor de saúde pública foi considerado supletivo no esforço de desenvolvimento econômico na política federal de contenção de despesas

²³⁵ Arquivo Histórico Fundação SESP – BR.Fiocruz. COC-FSESP/AMS/00/SM/AM/18.

²³⁶ Brasil. *Relatório Geral da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 1964, p. 1.

²³⁷ Idem, ibidem.

²³⁸ Idem, ibidem.

²³⁹ SPVEA. *Política de Desenvolvimento da Amazônia – SPVEA (1954-1960)*. Presidência da República, SPVEA, 1960, p. 57.

²⁴⁰ Idem, ibidem.

públicas.²⁴¹ Estava programada a instalação de novos serviços de esgoto nas capitais dos estados e territórios que constituíam a SPVEA, mas, devido ao problema orçamentário não chegou a acontecer, mantendo alta a incidência de enfermidades como a filariose. Mesmo as campanhas sanitárias levadas a cabo pelo DNERU foram “estranguladas” pelo corte de verbas.²⁴² Já em plena ditadura militar, a SPVEA fez nova avaliação do seu setor saúde em 1965. A agência contava com o general Mário de Barros Cavalcanti em sua coordenação, uma espécie de interventor posto para comandar as ações. Neste relatório, o projeto presente no *Primeiro Plano Quinquenal* foi taxado de “liberal”, e ineficaz. A razão para o planejamento não ter dado certo teria sido econômica, pois à medida que a SPVEA distribuía os recursos orçamentários para as organizações sanitárias na região, esses serviços tiveram suas verbas retiradas pelo governo federal, levando estes órgãos a um difícil equilíbrio financeiro entre as verbas repassadas pela agência e suas próprias dotações. Com o passar dos anos, as organizações sanitárias tiveram que desempenhar maiores atividades com menores recursos. Diante deste quadro, os recursos destinados à saúde pública pulverizaram e “nada de objetivo, de duradouro, de definitivo se realizou em matéria de saúde, nesses 10 anos, em decorrência desta triste experiência”.²⁴³

Os nutrólogos Josué de Castro e Dante Costa não se furtaram a avaliar as ações da agência regional. O primeiro apontava que, infelizmente, os resultados práticos obtidos pela SPVEA estavam longe de falar de sucesso, em especial quanto à melhoria dos níveis de vida e de alimentação das populações locais.²⁴⁴ Já o segundo propôs, em 1963, profundas reformas na organização da agência. Mesmo com um grande acervo de serviços prestados e de erros cometidos, a SPVEA ainda seria um grande instrumento de ação pública para oferecer à Amazônia vitória contra o atraso e o subdesenvolvimento. Mas para isso, era necessário encontrar alguém que a levasse para um porto seguro.²⁴⁵ Uma forma de este processo acontecer seria realizar uma reforma em sua estrutura administrativa, que objetivasse fazer prevalecer nas decisões do seu conselho dirigente o interesse técnico e não o político. O sistema de representação na Comissão Parlamentar de Valorização Econômica também deveria mudar, com um peso

²⁴¹ SPVEA, 1960, p. 57.

²⁴² Idem, ibidem.

²⁴³ SPVEA-MECOR-RODOBRAS. *Relatório SPVEA-MECOR-RODOBRÁS de 1965*. Rio de Janeiro, 1966, p. 2.

²⁴⁴ Castro, 1984, p. 110.

²⁴⁵ Costa, 1965, p. 72

maior nos votos para os membros do corpo técnico em relação ao corpo político, além de dar-lhes mais autonomia e proteção em relação às investidas dos interesses políticos.²⁴⁶ Assim, com alguma modificação, a SPVEA seria reconduzida ao seu papel de órgão dinamizador da recuperação da Amazônia:

Para recuperar esta região, tão vital para o Brasil, é necessário terminar com a inexistência generalizada de recursos, sufocar a miséria reinante e findar com a descaridade do poder central. Grande é a heroicidade do homem que vive na Amazônia! Maior, só a urgência em socorrê-lo na sua vida cotidiana e nos seus bruxoelantes caminhos de esperança.²⁴⁷

Conclusão

O capítulo teve o objetivo de analisar as várias ações na área de saúde propostas no *Primeiro Plano Quinquenal*. As reflexões dos homens de ciência da Amazônia se coadunavam às concepções amplas sobre a saúde, relacionadas a alterações profundas e estruturais nas péssimas condições de vida dos homens da região. Em um contexto dinâmico, marcado por acordos entre agências nacionais, agências internacionais, governos e precariedade financeira, as ações se caracterizaram muito mais por práticas verticais, atingindo aspectos pontuais. Se havia fome, leite em pó era a panaceia universal; existindo malária, o sal resolveria. Ruídos entre membros da FAO e da SPVEA contribuem para problematizar a relação entre as organizações que tentaram recuperar a Amazônia.

As intervenções nas realidades locais tinham o objetivo de mudá-las a fim de, no caso da Amazônia, integrá-la a avançados padrões alimentares e sanitários. O que destacamos neste capítulo é que, em muitos casos, a tentativa de modernizar a região confrontou problemas históricos locais, insolúveis pelas medidas pontuais adotadas pelas organizações que lá trabalharam. Alguns casos expostos demonstram isso. O fracasso da instalação de hidrômetros em uma comunidade acostumada com o acesso à água é um deles. Os problemas enfrentados pelos técnicos da FAO com a estrutura econômica do seringal e os aspectos físicos da Amazônia também são prova de que a tentativa de implantar (e em muitos casos impor) mudanças não se daria de forma tranquila e pacífica.

²⁴⁶ Costa, 1965, p. 73

²⁴⁷ Idem, *ibidem*.

Outro ponto que temos reforçado ao longo da tese é o fato de ser impossível dissociar as ações na área de saúde pública do contexto político, das disputas partidárias, das querelas locais e nacionais. Como demonstramos, o leite em pó serviu, em alguns casos para fomentar disputas políticas locais. Este aspecto interferiu diretamente no prosseguimento de ações deste setor, como o sal cloroquinado. Sobre o Método Pinotti, é importante destacar que o programa praticamente ignorou todo o esforço empreendido pelos técnicos e nutrólogos em compreender os hábitos alimentares dos homens da Amazônia. Não encontramos nos artigos que defendiam o uso extensivo do sal cloroquinado citações ou conexões com o material produzido pelos técnicos e pesquisadores da nutrição brasileira. Essa ponte serve de reflexão para duas possibilidades de conclusão: a primeira, expor os limites de um programa vertical que ignorou pesquisas, inquéritos e uma certa narrativa existente sobre os hábitos alimentares dos homens da Amazônia. A segunda, dimensionar o real tamanho que instituições como o SAPS e a CNA possuíam junto às prioridades do governo federal. A política é também um elemento de interferência nestas práticas.

Aqui, discutimos e apresentamos medidas propostas pelas agências lideradas pelo SESP na tentativa de eliminar problemas antigos da região. A crença nas possibilidades da ciência e da tecnologia da época levou estes homens a acreditar que, mediante o uso de novos medicamentos, técnicas de racionalização agrícola e educação sanitária, a realidade da Amazônia mudaria. No próximo capítulo, veremos a responsável pela maior interferência na região durante os anos de funcionamento da SPVEA: a construção da rodovia Belém-Brasília, cuja trajetória mobilizou intelectuais para a escrita de artigos e reportagens, os quais creditavam à estrada uma vitória sobre algumas questões históricas da Amazônia, como o vazio demográfico, a natureza.

CAPÍTULO V

E A SELVA FOI CONQUISTADA...: NATUREZA E PROGRESSO NA CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA

Introdução

*Vencida a distância e vencida a floresta...
Finalmente a vitória!
O encontro perseguido acaba de se dar após tantos rigores,
Tanta surpresa cruel, naquele decidido
E duro morejar dos bravos lidadores!
Cedera a natureza. O “inimigo” vencido
Vai agora assistir, no gemer dos motores,
À invasão do progresso e ao profundo estrupido
Da civilização marchando entre esplendores..¹*

Lauro de Azevedo Rolim, jornalista, escritor e poeta, publicou *Transbrasiliiana – um poema brasilista* (1960), dedicado ao então presidente Juscelino Kubitschek, pela “concretização de um monumento nacional”. Outros homenageados com o poema foram Bernardo Sayão, engenheiro responsável pela construção da rodovia e morto durante as obras, bem como os operários que tombaram pela Transbrasiliiana. De forma direta e cronológica, Rolim descreve em sua obra a construção da Belém-Brasília, com os mais diversos epítetos, como uma autêntica “epopeia”; e a vitória definitiva do homem sobre a natureza.

Em 1958, o Congresso Nacional autorizou o início da construção da rodovia Belém-Brasília. Longe de significar uma simples efeméride, a construção da BR-14, também chamada de *Transbrasiliiana*, mobilizou um poderoso arsenal de propaganda política, envolvendo reportagens, livros e documentários, com o objetivo de defender o projeto, alvo de severas críticas da oposição. A análise das fontes históricas produzidas no período dá luz ao pensamento social brasileiro sobre a integração nacional, e a um

¹ Rolim, Azevedo. *Transbrasiliiana – Poema Brasilista*. Rio de Janeiro, 1960, p. 34.

pensamento (anti)ambiental presente nos discursos oficiais. Para o capítulo em tela, apontaremos as visões de natureza que emergiram durante a construção da rodovia, bem como o lugar da Amazônia no projeto nacional desenvolvimentista capitaneado por Juscelino Kubitschek. A construção da estrada será problematizada a partir da articulação entre o pensamento social da região, a história ambiental e os projetos políticos do governo do período. Tal processo, face aos questionamentos direcionados ao governo pela construção de Brasília e do chamado “cruzeiro rodoviário”, mobilizou um arsenal de propagandas que, eivadas de concepções renitentes, “inventaram” uma Amazônia do período Kubitschek: uma região selvagem, repleta de espaços vazios, que deveria ser tomada pelo progresso via integração nacional, conceitualmente tratada como uma incorporação da região amazônica ao sudeste. A Amazônia “juscelinista” seria desbravada por rodovias, indústrias e carros, numa utópica marcha rumo à civilização (entendida aqui a partir de *standards* urbano-industriais).

A “redescoberta da Amazônia” é algo constante nos regimes republicanos do século XX. Ocorreu, de certa forma, a ressignificação, no curso deste período, de imagens e representações sobre a Amazônia, vista constantemente como um “vazio” demográfico, cuja natureza fazia do homem um “estrangeiro em sua própria terra”, nas palavras de um autor sempre citado pelos governantes: Euclides da Cunha. Nos anos Vargas, o “Inferno Verde” (alcunha criada pelo romancista Alfredo Rangel e também constantemente utilizada) seria domado pelo homem em um contexto autoritário, integrado ao programa de governo *Marcha para o Oeste*. Nos anos JK, a *Marcha* e sua ideologia de integração se faziam presentes, porém em um contexto democrático no qual vozes dissonantes puderam ser (mesmo que em menor parte) ouvidas.

A integração passava como um apêndice da interiorização iniciada pela construção da nova capital. Outro fator importante para compreender os esforços do governo JK era o fato de a SPVEA, até aquele momento, apresentar resultados pouco relevantes, além de sofrer constantes denúncias dos parlamentares opositores. Outra diferença entre os presidentes supracitados residia no próprio projeto de nacionalismo. O de JK se distanciava do getulista devido à ênfase concedida ao capital estrangeiro, cujo ingresso privilegiado constituiria um dos principais motivos de críticas de setores, tanto conservadores, quanto de esquerda, do Brasil daqueles anos. Como aponta Benevides:

A meu ver, a ambiguidade mais visível nos discursos juscelinistas refere-se, de início, à conjugação entre o nacionalismo da herança varguista e um novo modelo de desenvolvimento amarrado ao capital estrangeiro. Tais contradições compõem o perfil ideológico do governo e se inserem no projeto político que, no caso do juscelinismo, era o projeto do desenvolvimento econômico, aqui entendido não como crescimento “tradicional”, mas crescimento com mudança estrutural, (...) no juscelinismo está clara a proposta para o futuro, em termos ideológicos da “construção do novo” – país, Estado e nação.²

Mais que escrever a história da rodovia, pretendemos, neste capítulo, mostrar que a BR-14 é um exemplo de como a região amazônica foi interpretada pela agenda desenvolvimentista; e compreender as interferências desencadeadas por este processo, com todas as possíveis nuances e peculiaridades inerentes à sua concepção e construção. Pela análise dos conceitos de progresso, natureza e vazão demográfico representados nos discursos do período, temos uma amostra qualificada para compreender a trajetória histórica da Amazônia no período pós-guerra. Inicialmente, vamos apontar os textos que se dedicaram à história da Belém-Brasília. Dessa forma, aspectos históricos, visões e acontecimentos do período serão levados em consideração. Em um segundo momento, vamos expor o aparato cultural e ideológico do governo Kubitscheck, utilizado para justificar a construção da rodovia. Por fim, vamos analisar as construções subjacentes a este processo: a integração nacional, o desenvolvimento e a visão homem *versus* natureza.

5.1 – Um histórico do *isolamento* da Amazônia: textos e efemérides

*Oh! Musa esplendorosa e inspiradora esquiva
acode ao estro meu! Da inspiração a chama
Ajuda-me a cantar, de maneira expressiva,
essa obra gigantesca e bela, cuja fama
alarga-se no mundo e no Brasil, festiva,
a pujança, a grandeza e o despertar proclama.*³

Não é possível afirmar que exista uma historiografia sobre a construção da Belém-Brasília ou uma produção acadêmica sobre as rodovias brasileiras e sua relação com o *nation building*. Entre os trabalhos que se esforçaram em sistematizar os eventos históricos do período, destaca-se o de Valverde e Dias (1967), muito tributário da visão heroica e triunfalista do progresso sobre a natureza. Publicado pelo Instituto Brasileiro

² Benevides, Maria Victoria. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: Gomes, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 15.

³ Rolim, op. cit., p. 12.

de Geografia e Estatística (IBGE), trata-se, na verdade, do relatório resultante de um convênio firmado entre o próprio órgão e a SPVEA. O texto coincide com a retomada das obras da rodovia, capitaneadas pelo governo ditatorial de Castelo Branco. Entre julho e agosto de 1965, a equipe do Instituto realizou um levantamento geoeconômico e social da região que era ou poderia ser atingida pela rodovia. Em anexo à publicação, existem alguns artigos do geógrafo Orlando Valverde que relatam a história da construção da Belém-Brasília até o seu ocaso no governo Jânio Quadros. O argumento utilizado pelo autor é o do isolamento relegado à região amazônica e sua história. Mesmo não sendo citado, percebe-se o uso dos discursos do período JK, bem como do vasto material publicitário produzido no período de construção da rodovia:

Os grandes domínios florestais constituem um obstáculo tão difícil de vencer quanto as altas montanhas (...) a mata amazônica criou assim verdadeira obsessão para os estadistas e planejadores brasileiros, pois tendo permitido a penetração até o âmago do continente, (...) isolou quase totalmente essa região do resto do Brasil. (...) Desse modo, o isolamento da região amazônica desafiou os brasileiros durante mais de quatro séculos.⁴

O antropólogo Otávio Velho também se dedicou, em um capítulo de sua obra *Capitalismo autoritário e Campesinato*, à construção da rodovia. Na obra, a Belém-Brasília se insere em um amplo projeto que passou pelos regimes republicanos, em especial a partir dos anos de 1930, de expansão da fronteira em movimento. Para tal, recorre às apropriações das teses de Frederick Jackson Turner sobre a fronteira estadunidense, bem como à obra de Cassiano Ricardo, a fim de analisar o processo de ocupação do Oeste brasileiro, tendo como princípio a expansão do capitalismo para essas regiões e suas consequências. Para Velho, apenas na década de 1950 o capitalismo brasileiro atingiu as possibilidades de efetivar uma autêntica expansão de áreas habitáveis para o norte brasileiro. A BR-14 seria assim um indicador da necessidade de manutenção do sistema:

(...) é por isso que o aspecto aventuroso desses desenvolvimentos foi de fato uma realidade, aliás, bem viva na memória dos habitantes das regiões atravessadas pela estrada. De um ponto de vista liberal, Brasília e a estrada Belém-Brasília eram totalmente injustificáveis. Não eram economicamente viáveis e os recursos que engoliram deveriam ter sido utilizados, de acordo com a racionalidade liberal,

⁴ Valverde, Orlando. A Epopéia da BR-14. In: Valverde, Orlando e Dias, Catharina (org.). *A Rodovia Belém-Brasília – Estudo de Geografia Regional*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1967, p. 324.

nas partes já ocupadas do país. (...) o fato de terem sido construídas (...) é certamente um indicador forte do autoritarismo subjacente a um governo considerado um dos mais liberais (no sentido político) que o país já teve. É também um indicador paradigmático da necessidade de ação política não só para manter o sistema, mas também para promover o seu desenvolvimento.⁵

Dessa forma, a lógica desenvolvimentista se sobreporia à lógica da racionalidade econômica. Como veremos nas sessões seguintes, não só a lógica econômica do período foi eclipsada pelos projetos de JK, mas também a questão ambiental. O argumento de Velho ressalta que o método *top-down*, característico do desenvolvimentismo, se sobrepôs a determinadas conformações do período. Compreender a Belém-Brasília sem relacioná-la a um espectro mais amplo de preocupações do Estado com os ditos “vazios demográficos” e à necessidade de planos de curto prazo, tendo em vista resultados rápidos, seria cometer uma análise superficial. Avançando na discussão, dois capítulos foram publicados na obra coletiva *A (Trans)formação Histórica do Tocantins*, organizada por Odair Giraldin, cujo foco é o impacto da construção da estrada no processo de urbanização do Estado do Tocantins. Sônia Souza ressalta que a conjuntura de construção de Brasília é vital para a compreensão do porquê de a estrada ter sido necessária.

Segundo ela, a construção de Brasília desempenhou o papel de consolidação de um espaço geográfico nacional que se tornava necessário a partir da industrialização.⁶ Ou seja, a interiorização da capital federal do Brasil, uma vez realizada, aceleraria o engendramento do espaço nacional integrado a uma nova divisão inter-regional do trabalho.⁷ É neste contexto que surgiria a solução de construir a rodovia.⁸ Napoleão Aquino busca compreender as implicações da Belém-Brasília nos processos de modernização e urbanização do antigo norte de Goiás e, conseqüentemente, do Estado de Tocantins. Abrangendo um longo período histórico (dos anos de 1950 a 1990), o autor apresenta aspectos da distribuição espacial da população (as relações agrário-urbanas), assim como aspectos das transformações verificadas na sociedade e na cultura

⁵ Velho, Otávio. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (edição on-line), 2009, p. 146.

⁶ Souza, Sônia Maria de. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no Norte goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. Giraldin, Odair. (org.). *A (Trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 2002, p. 351.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ Idem, *ibidem*.

regional.⁹ De forma geral, apontando pontos positivos ou negativos, os trabalhos reafirmam, à exceção de Velho, a crença no isolamento imposto por governos anteriores à região amazônica, e a Belém-Brasília como parte resultante do triunfo da política desenvolvimentista frente a esse imobilismo. Um aspecto importante ressaltado por outros autores é o fato de a rodovia estar inserida em um processo histórico mais amplo de *desbravamento* da região, que será exposto a seguir.

Retornando ao século XVIII, Pombal reconheceu o isolamento da Amazônia, ao dividir a colônia em duas administrações: a do Estado do Brasil, com sede no Rio de Janeiro e a do Estado do Maranhão, com sede em São Luís, englobando a Bacia amazônica. Entre as prévias iniciativas de retirar a região de seu isolamento característico, o autor aponta como exemplo a Companhia de Navegação do Araguaia e Tocantins, de Couto de Magalhães, no século XIX, assim como o projeto da Estrada de Ferro Central do Brasil, que em seu traçado inicial chegaria até Belém. Entretanto, faltaram verbas para a conclusão do ambicioso projeto. Para Valverde, a causa fundamental do não prosseguimento do programa residia em sua base antieconômica: a ferrovia redundava em um investimento grande, destinado a servir uma região pobre.¹⁰ A escolha, dessa forma, foi integrar o transporte ferroviário com o fluvial, visto a partir da construção das estradas de ferro Piranhas-Jatobá, Paulo Afonso e Itaparica, Madeira-Mamoré e Tocantins. No entendimento de Valverde, as conexões ferro-fluviais não resolviam o problema dos transportes, pois os trechos ferroviários eram de baixa especificação técnica, diferindo das estradas que compunham o Brasil sudeste.¹¹

Mesmo o Plano Geral Nacional de Viação, de 1934, ainda priorizava o transporte ferroviário, porém foi o primeiro a dedicar-se à construção de rodovias no país, ainda que tal dedicação contasse com pouco efeitos práticos.¹² Medidas efetivas para impulsionar o desenvolvimento de uma malha rodoviária no país foram encetadas em especial a partir de 1937, com a autonomia concedida à Comissão de Estradas de Rodagem Federais, dando origem ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem,

⁹ Aquino, Napoleão Araújo. A Construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado de Tocantins. Giralдин, Odair. (org.). *A (Trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 2002, p. 316.

¹⁰ Valverde, op. cit., p. 325.

¹¹ Idem, ibidem.

¹² Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/historico-do-planejamento-de-transportes>>. Acesso em: 8/6/2012.

por meio da lei 467.¹³ Somente em 1940, a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), foi construído o primeiro trecho (Anápolis-Belém) do que viria a ser a rodovia Belém-Brasília, sob a responsabilidade de Bernardo Sayão, futuro engenheiro responsável pela coordenação da Rodobras. Em 1942, durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, foi elaborado o Primeiro Plano Rodoviário Nacional, por uma comissão organizada pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), com a intenção de interligar o país entre seus centros produtores.¹⁴ O Plano foi aprovado em 1944 e previa 27 diretrizes principais, distribuídas em seis rodovias longitudinais, 15 transversais e seis ligações, totalizando, na época, 35.574 km, os quais receberam o símbolo BR.¹⁵

No bojo do Plano SALTE, elaborado pelo Governo Dutra em 1947, surgiu o Plano Nacional de Transportes, ampliando o trajeto feito pela CANG. Dessa forma, o trecho Anápolis-Belém deveria abranger mais seis cidades, aproveitando o trecho navegável do rio Tocantins. O deputado udenista Jalles Machado (GO) apresentou ao congresso um projeto que previa a ligação rodo-fluvial entre Anápolis e Belém, passando pelas seguintes localidades: Araguaia, Tocantins, Marabá e Araguatins, alcançando assim o extremo norte da Estrada de Ferro de Tocantins (Imagem 1). Este trecho, à época, também foi chamado de Rodovia Transbrasiliana. De acordo com Valverde, o plano rodo-fluvial não extirpava os problemas oriundos de uma ligação ferro-fluvial, podendo resultar em um eventual isolamento dessas regiões em situação de guerra.¹⁶

Valverde argumenta que, somente em meados dos anos 1950, com o desenvolvimento da Petrobrás e a implantação da indústria automobilística no Brasil, é que as estradas de rodagem longas e com melhores especificações puderam ser construídas, indo além das conexões ferro-fluviais.¹⁷ A noção de *atraso* é presente no seu texto: “o isolamento e a precariedade dos transportes fluviais faziam da Amazônia, barrada pelo tremendo

¹³ Brasil. Lei nº 467, de 31 de Julho de 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-467-31-julho-1937-555595-publicacaooriginal-74903-pl.html>>. Acesso em: 12/12/2011, 23:47.

¹⁴ Souza, op. cit., p. 357.

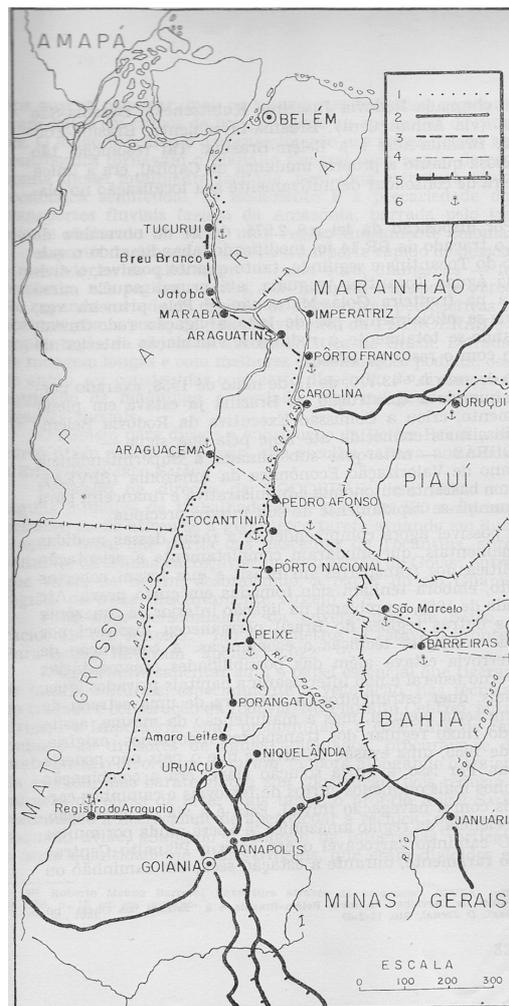
¹⁵ Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/historico-do-planejamento-de-transportes>. Acesso em: 08/06/2012. O Plano Rodoviário Nacional foi aprovado pelo Decreto nº 15.093, de 20 de Março de 1944. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-15093-20-marco-1944-460172-republicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 12/12/2011.

¹⁶ Valverde, op. cit., p. 326.

¹⁷ Idem, p. 329.

obstáculo da selva, uma região tipicamente colonial”.¹⁸ Continuando, afirma que o atraso na integração da Amazônia ao restante do país deveu-se à carência de condições técnicas e econômicas, pois a construção de ferrovias estava além das possibilidades orçamentárias do governo federal e não interessava ao capital privado estrangeiro e nacional.¹⁹ A única solução viável foi a combinação de trechos mais ou menos curtos de ferrovias e caminhos carroçáveis com a navegação fluvial.²⁰

Imagem 14: Sistema de Estradas previsto pela lei Jales Machado (1948)



Referência: Valverde, Orlando e Dias, Catharina. *A Rodovia Belém-Brasília – Estudo de Geografia Regional*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1967, p. 327

¹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹ Valverde, op. cit., p. 328.

²⁰ Idem, ibidem.

Os textos, de forma geral, indicam certa teleologia da história da rodovia. Assim, todos os fatos citados levariam ao ápice do movimento histórico: a construção da BR-14, somente possível devido à atenção reservada pelo governo JK para a região amazônica. O engenheiro Bernardo Sayão, responsável pela construção de duas frentes da estrada, é tido como personalidade marcante por Valverde: “O homem para dirigir a construção da Belém-Brasília estava ali à mão; sua escolha saltava aos olhos: o engenheiro Bernardo Sayão”.²¹ Como registra o relatório da agência responsável pela empreitada, a Lei Jales Machado teria conseguido dar maior velocidade à implantação da Transbrasiliana, porém as obras ocorreram de forma precária e, dessa forma, “continuava [...] relegada ao futuro a possibilidade de ser, finalmente, dominada a floresta e posta a Amazônia, em definitivo, em ligação terrestre com o país”.²² As condições para tal acontecimento só seriam possíveis no governo JK. Na próxima sessão apresentaremos aspectos da Era JK, contextualizando os principais acontecimentos da construção da rodovia.

5.2 – JK: otimismo e desenvolvimento

*No tempo se manteve, incólume e fecundo,
o sonho secular de brasileiros outros
até que o realizasse um grande Presidente. Ousado em suas metas
à Pátria ele ofertou a rodovia enorme
que aos séculos dirá, sem falsos ditirambos,
na mais alta expressão dos temerários feitos,
a fibra e a decisão do povo brasileiro!*²³

O governo de Juscelino Kubitschek foi pródigo em ideias-forças que ainda povoam a política e o imaginário nacional: a crença no Brasil “país do futuro”, a consolidação de uma identidade nacional, o desequilíbrio entre os “dois brasis”, por fim, a velha questão atraso *versus* modernização.²⁴ Mesmo a palavra existindo anteriormente no jargão político, foi no governo JK que o vocábulo “desenvolvimentismo” se consagrou definitivamente.²⁵ O governo JK foi, de longe, o mais bem-sucedido da experiência

²¹ Valverde, op. cit., p. 329.

²² Rodobras, *Rodovia Belém-Brasília: a Rodovia da Unidade Nacional e suas implicações de ordem técnica, econômica e política*. Rio de Janeiro, 1960, p.18.

²³ Rolim, op. cit., p. 13.

²⁴ Benevides, op. cit., p. 9.

²⁵ Idem, *ibidem*.

democrática (1946-1964), pois a partir de um quadro social e político tenso, acoplado a interesses divergentes, conciliou o processo democrático e a intensificação do desenvolvimento do tipo capitalista.²⁶ Durante sua administração, o desenvolvimentismo, ou o nacional-desenvolvimentismo, consolidou-se como estilo de governo e como projeto social e político.

A “linguagem do desenvolvimento”, balizada por números e estatísticas, não fazia parte do estilo político da época. Um exemplo deste novo “vocábulo” está no *Plano de Metas*, um documento essencialmente econômico, dividido em trinta objetivos. Em contrapartida ao nacionalismo varguista, o desenvolvimentismo possuía vantagens que o tornavam um importante agente legitimador do projeto político de JK em face de seu caráter pragmático, tornando-se assim, um recurso eficiente de mobilização.²⁷ Esta vantagem residiria inclusive no campo da retórica, atingindo de forma positiva diversos setores da sociedade: para a burguesia industrial, ao contrário do getulismo, o desenvolvimentismo evitava a ênfase no dirigismo estatal da economia; para os trabalhadores, o nacionalismo seria uma mera abstração ao passo que o desenvolvimentismo estava calcado em ações concretas, pois dele resultavam demandas específicas por empregos e serviços básicos; para os militares, o desenvolvimentismo dava cores ao que no futuro seria identificado como a ideologia do “Brasil, grande potência”, além da multiplicação de recursos para aparelhamento bélico, comunicação e transportes.²⁸

O estilo da política do presidente foi caracterizado como *Juscelinismo*, que representaria, ao lado de uma posição inovadora quanto à industrialização e ao crescimento econômico, uma aliança política conservadora, que reunia os interesses da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe média tradicional; Representada pela aliança PSD-PTB, caracterizada pelo apoio à industrialização modernizadora, contraposta à manutenção de certo imobilismo no campo. Esse período representaria um equilíbrio instável, graças aos mecanismos de compensações, como a aliança entre o PTB e o PSD (que deu força para o governo devido às fortes disputas orçamentárias), o

²⁶ Moreira, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁷ Benevides, op. cit., p. 17.

²⁸ Idem, ibidem.

desenvolvimento do próprio *Plano de Metas* e, o que nos interessa aqui, a *Administração de Notáveis*, que se caracterizaria como um módulo de eficiência, paralelo à administração formal, que, em nome da estabilidade política, deveria ser mantida.²⁹ Assim, essa administração paralela seria uma forma de evitar o imobilismo sem contestá-lo, já que os novos órgãos criados funcionariam como centros de assessoria e execução, enquanto os antigos continuariam a corresponder aos interesses das clientelas políticas, em especial as regionais.³⁰ É o caso da Rodobras, sigla da Comissão Executiva da Rodovia Belém Brasília, criada em maio de 1958, pelo decreto 43.710.³¹ Pelo decreto-lei, a Rodobras estava subordinada à SPVEA, porém, ao analisar o texto, percebe-se a autonomia do órgão:

Art. 3º Tendo em vista a urgência dos serviços e das obras fica o Superintendente da S.P.V.E.A., autorizado a dispensar, a seu critério, a concorrência pública ou administrativa para aquisição de materiais e equipamentos.

Parágrafo único. Quando o valor das aquisições for inferior a Cr\$100.000,00 (cem mil cruzeiros), a autorização poderá ser, a juízo do Superintendente da S.P.V.E.A., delegada ao Diretor Executivo da Secretaria de Administração Geral da RODOBRAS.³²

No decreto que regulamentou as atividades da Rodobras e que criou normas especiais para o funcionamento do órgão, é possível perceber também a autonomia gozada, justificada pela necessidade de dar mais dinamismo às possíveis obras:

(...) 4 – À Rodobras incumbe especialmente executar, orientar, dirigir e finalizar os trabalhos de construção e de pavimentação da rodovia Belém-Brasília. (...) **As admissões feitas pela Rodobras não assegurarão nenhum direito ao pessoal, após a conclusão das obras** (grifo meu). Durante o exercício das funções o pessoal estará subordinado às normas vigentes para as respectivas categorias funcionais no serviço público civil federal.

35 – Como preceito de ordem geral, os serviços e obras devem ser adjudicados a terceiros mediante concorrência. De acordo com a urgência ou outros fatores que exijam a dispensa daquela formalidade, **poderá a Comissão Executiva solicitar a dispensa da concorrência ao Presidente e para isso será necessário a apresentação de exposição circunstanciada onde se encontre o motivo do pedido e a sua conveniência** (grifo meu). O Presidente em ato expresso, poderá dispensar a concorrência e, se julgar conveniente, indicará as normas especiais para o caso.

²⁹ Benevides, op. cit., p. 12.

³⁰ Idem, ibidem.

³¹ Decreto nº 43.710, de 15 de Maio de 1958. Fonte: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43710-15-maio-1958-382550-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10/08/2010.

³² Idem, ibidem.

36 – **As obras e serviços, de pequeno vulto**, não excedentes de uma previsão de Cr\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), que não interfiram na execução de outros serviços ou de obras adjudicadas a empreiteiras, **poderão ser diretamente executados pela Rodobras ou adjudicados a terceiros** (grifos meus), de concorrência, sendo esse ato previamente aprovado pelo Presidente. (...) cabe à Rodobras como órgão integrante daquela Superintendência, o direito de dispensar as concorrências, em face da urgência na realização das obras de construção da rodovia a seu cargo.³³

Um departamento especial para a construção de rodovias estava longe de representar uma novidade, pois o governo contava com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas desde 1945. De acordo com JK em sua autobiografia e pela propaganda oficial do período, o DNER já estaria bastante ocupado com a construção da rodovia Régis Bittencourt (que ligaria o sul ao sudeste do país) e da rodovia Fernão Dias. Para tal tarefa, seria mister a criação de um órgão que agilizasse o processo. A Belém-Brasília estava localizada como um apêndice da “meta-síntese” do *Plano de Metas*, a construção de Brasília. Concomitante à criação da nova capital, impulsionar-se-ia o chamado “cruzeiro rodoviário”, composto pelas rodovias Belém/Brasília, Acre/Brasília, Fortaleza/Brasília, Belo Horizonte/Brasília e Goiânia/Brasília, porquanto a análise econômica da equipe governamental apontava como um dos principais pontos de estrangulamento do desenvolvimento industrial a falta de comunicação entre as regiões industriais do sudeste e as zonas agroprodutoras do interior.³⁴

Pela análise da equipe econômica, o interior possuía um potencial mercado consumidor de produtos industrializados, subaproveitado por falta de meios e vias de comunicação e, assim sendo, dificilmente o salto industrial do nacional-desenvolvimentismo alcançaria sucesso. A “integração nacional”, composta pelo cruzeiro rodoviário e por Brasília, realmente funcionou como um passo contundente no processo de integração territorial e do sistema produtivo nacional, até então represado pela carência de vias de comunicação, que sufocavam o crescimento global do país.³⁵ O final dos anos de 1950 pareceu representar de muitas maneiras o início de uma nova era, pois o processo de

³³ Decreto nº 43.909, de 16 de Junho de 1958. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43909-16-junho-1958-383078-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14/4/2009.

³⁴ Moreira, op.cit, p. 97.

³⁵ Idem, p. 99.

substituição de importações estava então atingindo uma fase avançada.³⁶ Os representantes das regiões que seriam agraciadas pelas construções das estradas e de Brasília logo perceberam as novas possibilidades que estes projetos trariam. As obras passariam a ser definidas como o retorno definitivo da *Marcha para o Oeste*, programa executado durante o Primeiro Governo Vargas, cujos objetivos eram a ocupação e o saneamento dos rincões do Brasil.

Em análise oposta, Velho sugere que a suposta identificação do início do soerguimento econômico da Amazônia com a construção da Belém-Brasília e a criação de agências de desenvolvimento revela-se uma meia-verdade, pois nenhuma medida, por si, teria efeito considerável, não fosse a existência de certas condições prévias que vinham lentamente amadurecendo. Apesar do peso crescente das iniciativas do Estado no processo de desenvolvimento, o fato é que elas, geralmente, só se tornam viáveis quando carregadas do senso de aproveitamento de determinados movimentos sociais, como foi o caso da rodovia Belém-Brasília. Por pura desinformação, esta obra continuaria a ser identificada de maneira errônea como um esforço absolutamente heroico de ação sobre um deserto; fato contestado por outro apontamento: o impulso demográfico experimentado pela região nos anos de 1950, revelador da simbiose entre as obras executadas e um processo anterior que já estava em curso³⁷.

Com sedes no Pará e Goiás, a construção iniciou-se em três frentes simultâneas, em especial devido ao pouco tempo disponível para a passagem por 2.260km, visto que a previsão de término deveria coincidir com a inauguração de Brasília. A primeira frente de trabalho, a cargo de Waldir Bouhid (superintendente da SPVEA), com base em Belém, tinha o objetivo de efetuar a travessia de máquinas, veículos e trabalhadores através do rio Guamá. De acordo com o relatório da Rodobras, esta foi a frente que apresentou as maiores dificuldades, pois o traçado apresentava-se em zona de floresta equatorial típica, de traçado montanhoso, contendo numerosas travessias de cursos d'água.³⁸ A segunda frente de trabalho foi sediada na cidade de Imperatriz, ao sul do Maranhão. Sua missão era possibilitar o avanço dos serviços de construção em duas

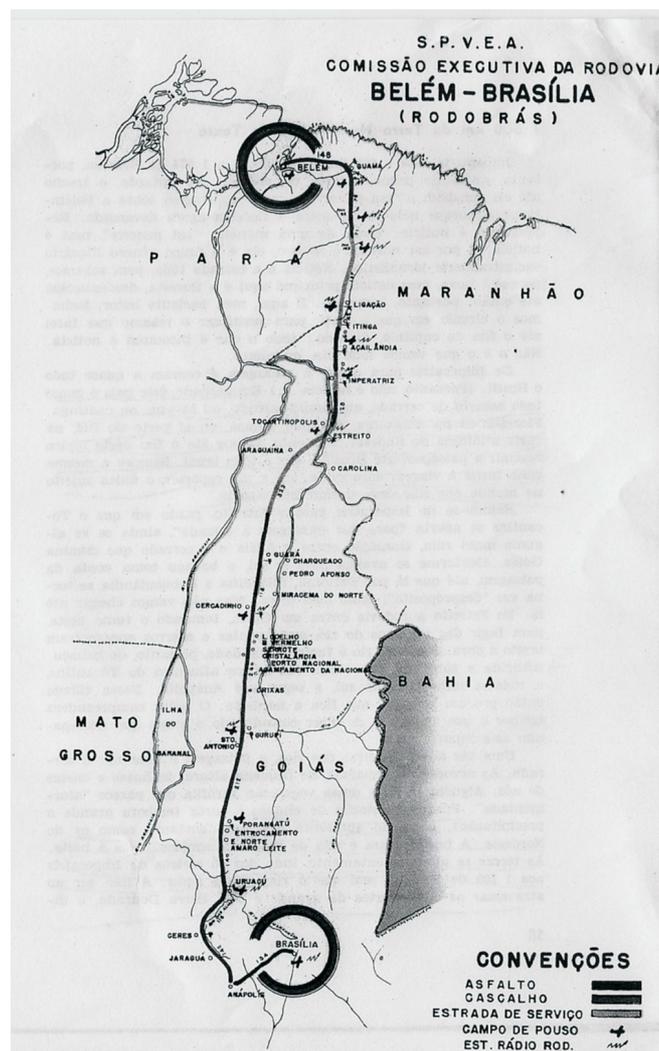
³⁶ Velho, op. cit., p. 146.

³⁷ Velho, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e estrutura agrária – estudo do processo de penetração em uma área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (Edição on-line), 2009, p. 87.

³⁸ Rodobras. *Rodovia Belém-Brasília: a Rodovia da Unidade Nacional e suas implicações de ordem técnica, econômica e política*. Rio de Janeiro, 1960, p. 20.

direções: uma no sentido da divisa do Maranhão com o estado do Goiás, no rio Tocantins, e outra no sentido inverso rumo à divisa MA/PA. A terceira frente de trabalho partia de Brasília e Goiânia, sob a responsabilidade de Bernardo Sayão, e tinha dois encargos: realizar os trabalhos de conservação do trecho pré-existente da rodovia e providenciar o lançamento das obras entre a localidade de Gurupi e a divisa do Estado de Goiás com o Maranhão.

Imagem 15: Esquema de ligação da Belém-Brasília



FONTE: PIERRE, Arnaud. *Primeira Viagem na Belém-Brasília*. Cadernos Belém-Brasília, SPVEA, Rio de Janeiro, 1960, p.61.

As obras contaram também com apoio da Força Aérea Brasileira, demandando a construção de nove campos de aviação na mata. JK, inclusive, teria colocado um helicóptero seu à disposição do exército. O Coronel Lino Romualdo Teixeira ficou responsável pelo abastecimento aéreo, com materiais, combustíveis, mão de obra

especializada, além da instalação de um sistema geral de comunicações rádio-telegráficas. Até a data de inauguração (31/01/1959), tinha sido desmatada, destocada e limpa uma área total de 52.000 km². No trecho final da estrada, alguns acontecimentos teriam papel fundamental na memória construída sobre a rodovia: a morte de Rui de Almeida, engenheiro responsável pelo desmatamento da frente de Brasília, e, principalmente, a morte de Bernardo Sayão. O engenheiro, às vésperas do encontro em Ligação (nome criado para homenagear a conexão das duas vias), encontrava-se em uma espreguiçadeira após o almoço, quando uma árvore, isolada após o desmatamento, partiu um galho e o atingiu. Sua morte representou a criação do mito em torno do engenheiro, tido como bandeirante moderno pela propaganda presidencial. Sobre este assunto nos estenderemos nas sessões seguintes. O encontro das frentes ocorreria no mês de janeiro de 1959, porém, os trechos construídos não coincidiram, fazendo com que a ligação entre todas as equipes ocorresse somente em outubro, data em que finalmente se completou o traçado da rodovia.³⁹

Imagem 16: O encontro das três frentes



FONTE: MEMÓRIA DO COTIDIANO – JORNAL PESSOAL, IN:
<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=1510>, ACESSO em: 5/1/2012.

Para celebrar a construção das estradas e promover a indústria automobilística nacional, foi criada a Caravana de Integração Nacional, antes da inauguração de Brasília. Saindo dos quatro pontos cardeais e encontrando-se na nova capital, foram organizadas quatro caravanas, com origem em Porto Alegre (Coluna do Sul), Cuiabá (Coluna do Oeste),

³⁹ Barreto, Roberto Menna. *Aventura Através do Progresso*. Rio de Janeiro, SPVEA, 1965, p. 20.

Belém (Coluna Norte) e São Paulo (Coluna do Leste). A Caravana também buscava promover a construção da estrada Belém-Brasília, mesmo que poucos trechos estivessem asfaltados.

Imagem 17: Caravana de Integração Nacional



FONTE: <http://antigoscpvaj.blogspot.com/2011/10/caravana-de-integracao-nacional.html>. Acesso em: 5/01/2011.

De acordo com Afrânio Melo, repórter que acompanhou a Coluna Norte, tratou-se de uma “viagem histórica”. Assim, muitos a acompanhariam com inveja, entusiasmo e outros certos de que seriam comidos por índios. Tratava-se, segundo o repórter, de um “espetáculo admirável”:

Espetáculo admirável, o de ver-se centenas de cidadãos armando e desarmando redes e camas de campanha, carregando-as e descarregando-as de suas viaturas, disputando alegremente um lugar à mesa, ou um canto do riacho para o banho diário, sem definições de ordem social.⁴⁰

Para o repórter, a caravana trazia à tona a vitória do homem sobre a natureza, bem como uma visão nada aterradora da região, vista como monótona:

Sente-se, contudo, que, mais uma vez, o homem venceu a selva, dominou-a por completo e, rompendo-a, deixou a sua passagem, enfeitada de galhos e de árvores batidas, de queimadas, de campo de pouso e de acampamentos. (...) Depois do [rio] Guamá, entramos na

⁴⁰ Melo, Afrânio. Dez Dias na Belém-Brasília. Cadernos Belém-Brasília, Rio de Janeiro: Editora SPVEA, 1960, p. 14.

floresta virgem, na monotonia da paisagem, quebrada, aqui e ali, pelas queimadas na beira da estrada. A perder de vista (...) as árvores majestosas, como a desafiar, com a sua imponência, novos desbravadores.⁴¹

De fato, a construção da rodovia rendeu momentos dignos de aventura, com a morte dos envolvidos e o desafio de acender clareiras na floresta amazônica. Um exemplo é descrito no relatório da Rodobras, quando, impossibilitados de abrir uma clareira por terra para construir uma pista de aterrissagem, um grupo de funcionários desceu por cabo e guincho, dentro da mata, durante 60 dias consecutivos. Dessa forma, conseguiram estabelecer um campo de pouso para aviões leves poderem realizar o abastecimento das turmas. De acordo com os jornalistas presentes à época das obras e na inauguração, a fome era um dos grandes problemas enfrentados pelos lambaios, como eram chamados os funcionários que trabalharam na construção da rodovia.

Outro exemplo “aventureiro” foi descrito pelo jornalista Arnaud Pierre, que narra casos de debandada geral por conta da carência alimentar. Os lambaios embrenhavam-se nas matas próximas em busca de caça, mas o fato de não poderem se afastar muito da clareira aberta limitava o sucesso da empreitada, passando eles a depender do abastecimento aéreo, não só para a continuidade das obras, mas sobretudo para a própria sobrevivência. Muitos desses trabalhadores morreram durante as obras em virtude da escassez de alimentos e do acometimento da malária. Os alimentos eram jogados através de paraquedas, e, como citam as testemunhas oculares do processo, pequenos animais vivos (principalmente porcos) eram arremessados sobre as picadas abertas na mata. Era comum ver porcos estatelados no chão ou mesmo pendurados nos galhos das árvores. Como aponta o jornalista: “Isso, naturalmente, causará horror às senhoras da Sociedade Protetora dos Animais, mas é que a luta contra a fome não conhece leis, nem piedade”.⁴² As narrativas, mesmo em relatórios oficiais, tinham o tom de aventura e epopeia, ao expor fatos como a falta d’água durante grande parte do período de execução obras:

(...) já no mês de outubro, 4.000 homens trabalhavam num regime de sol a sol, procurando vencer a batalha contra o tempo, numa epopeia sem precedentes e ainda agravada pela quase absoluta falta d’água decorrente do intenso verão então verificado, o que se constitui quase

⁴¹ Melo, op. cit., p. 16.

⁴² Pierre, Arnaud. Primeira Viagem na Belém-Brasília. *Cadernos Belém-Brasília*, SPVEA, Rio de Janeiro, 1960, p. 24-25.

um paradoxo na hileia amazônica (...) cumprida a (...) grande missão, a até então indevassada floresta amazônica dobrava-se, vencida à conta de mais forte do trabalhador nacional. [o quantitativo de material humano utilizado] diz bem do incomensurável esforço desenvolvido pela Rodobras no sentido de implantar em regiões [...] entregues ao capricho da natureza e ao domínio das lendas, o traçado da rodovia.⁴³

Nas penas dos apoiadores do governo, os acontecimentos aqui descritos tornaram-se uma autêntica epopeia (por mais que fossem, de fato, dignos de atenção), mediante da apropriação e ressignificação da dicotomia histórica entre homem e natureza, civilização e atraso, que agora poderia ser superada pela política desenvolvimentista. Tais cores formaram o mosaico heroico das narrativas aventureiras sobre a BR-14. O que ocorreu com a construção da Belém-Brasília não foi algo particular, pois é possível encontrar paralelo em outras expedições e excursões realizadas por agentes estatais. Os relatórios resultantes da Fundação Brasil Central reforçam essa abordagem epopeica, incorporando os modos clássicos de narrar a ação humana sobre o espaço e embutindo a ideia de aventura, estranha à impessoalidade característica de escritos burocráticos. A linguagem do ineditismo e da aventura imiscuiu-se, portanto, na prática discursiva dos agentes governamentais.⁴⁴ Este fenômeno também é detectado nas narrativas sobre a Belém-Brasília, mas de forma um pouco diferente: o agente estatal *per se*, Juscelino Kubitschek, incorporou tais concepções em sua memória, fruto de diversos artigos e obras escritas por agentes não estatais, mas partidários dele, como os jornalistas Arnaud Pierre, Maurício Vaitsman e Afrânio Mello. Contando com a colaboração de uma extensa rede de confiança, JK conseguiu que essa construção ideológica tomasse forma em jornais, livros, revistas e filmes. Como demonstraremos a seguir, tais ideias conferiram sentido à *nova* região que estava sendo *descoberta* pelas “máquinas do progresso”.

⁴³ Rodobras, 1960, p. 21.

⁴⁴ Maia, João Marcelo Ehlert. As idéias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 2010, p. 647-648.

5.3 – Ideias que fazem o Estado andar: Imaginação Espacial, Pensamento Brasileiro e Território na Belém-Brasília

*Esse é o mundo assombroso, o mundo extraordinário,
cuja grandiosidade, assaz impressionante,
passa a ser fecundada
pelo arrojo invulgar, o feito rodoviário
que é a Brasília-Belém, da Pátria, de ora em diante, a portentosa estrada!*⁴⁵

O título acima faz referência ao artigo de João Marcelo Maia sobre o efeito social produzido pelas obras e ideias de obras clássicas nacionais no entendimento da conexão entre pensamento social e *nation-building*. As proposições teórico-metodológicas do autor contribuem para a análise do material de divulgação sobre a rodovia. As discussões apresentadas dão conta de que as ideias não agem como variáveis independentes, fixas e imóveis e sim, ativadas em função de dinâmicas histórico-institucionais específicas. Assim, como se daria esta relação não causal?

(...) ao invés de resolvermos o problema simplesmente postulando a existência de um Estado “Leviatã”, coeso e compacto, que distribui ordens e sentidos de forma linear, trata-se de analisar as práticas estatais tais como operadas por agentes enredados em redes sociais. Essa perspectiva implica analisar as práticas e os processos, e não a substância específica de um ator hipostasiado (...) a questão dos efeitos sociais pode (e deve) ganhar mais concretude se recortada a partir de situações específicas nas quais um repertório cultural articula-se a um conjunto de práticas estatais.⁴⁶

Dito de outra forma, ideias estatais e ações não constituiriam uma relação meramente causal, bem como o Estado não seria uma máquina coesa, impondo regras assimétricas para o restante da sociedade.⁴⁷ Maia aponta em seu estudo sobre a *Fundação Brasil Central* que os funcionários e outros participantes da empreitada empregavam um amplo repertório de imagens, categorias e conceitos para se referiam aos espaços interiores do país, trazendo reminiscências de narrativas, objetos e personagens como referência ao tratar do objeto de trabalho. Este simbolismo não caracterizava apenas ideologia justificadora do projeto estadonovista de capitalismo autoritário, mas criava, sobretudo, linguagens específicas que conferiam existência e concretude ao que se acreditava ser o Brasil Central.⁴⁸ O pensamento social brasileiro instituiu assim, modos de cognição desta região. A hipótese de Maia é de que a geografia do lugar não era

⁴⁵ Rolim, op. cit, p. 32.

⁴⁶ Maia, op. cit, p.628.

⁴⁷ Idem, p. 626.

⁴⁸ Maia, op.cit., p.622.

dada, mas sim recortada pelo trabalho simbólico que fornecia pressupostos cognitivos, criava fronteiras e caracterizava os personagens, objetos e as qualidades daquele universo.⁴⁹ O autor demonstra assim, o poder configurador do pensamento brasileiro, enfatizando como o mesmo trabalho simbólico era mobilizado por agentes estatais. Dito de outra forma: ocorre assim o *making* (invenção) das regiões caracterizadas historicamente como abandonadas, vazias.

O que é necessário ressaltar sobre a rodovia e tais representações sobre a região amazônica é que não se trata apenas, no caso dos escritos produzidos durante o governo JK, de conferir existência ao lugar, mas também a formação de imagens e representações do lugar (no caso, a Amazônia) para o poder central e as populações do sul-sudeste, a partir de um contexto específico, desconsiderando as particularidades e o local, que, obviamente, não era um lugar sem a decantada “vazio”, onde o “nada” reinava. O curioso na análise das fontes é perceber que grande parte desta “construção” para outrem conta com o auxílio de membros da elite local impulsionados por interesses políticos e econômicos específicos, e pelas alianças partidárias do período. Necessário se faz, portanto, encontrar as origens e influências desta concepção sobre a Amazônia, para conseguirmos desnaturalizar o *novo mundo* que a estrada estaria construindo.

No caso da Belém-Brasília, as ideias que buscavam justificar a existência da rodovia trouxeram à tona um vasto repertório de imagens preexistentes da região amazônica, como o vazio demográfico, exotismo, assim como representações dos habitantes que lá estavam quando da abertura da estrada. Tal repertório cultural não se deu de forma espontânea e descompromissada: foi construído a partir das críticas dos opositores do governo JK à construção de Brasília e às subsequentes rodovias de integração. O jogo parlamentar e as disputas envolvendo a União Democrática Nacional (UDN) e os dois partidos que sustentavam o governo (Partido Social Democrata – PSD – e o Partido Trabalhista Brasileiro) mostram-se fundamentais para nossa análise. Além deste fato, também existia uma ampla rede de contatos entre o presidente e a imprensa, bem como as reportagens publicadas pela SPVEA, que passava à época por intensas críticas por parte da Comissão de Valorização Econômica da Amazônia, então presidida pelo deputado opositor Gabriel Hermes, da UDN. Assim sendo, a articulação aqui pretendida não pode ser compreendida a partir dos escritos dos colaboradores, mas

⁴⁹ Idem., p.623.

também de considerar o projeto político do governo JK, caracterizado como nacional-desenvolvimentismo ou desenvolvimentismo associado. Tais aspectos devem ser ressaltados inclusive para escapar de uma eventual “naturalização” das fontes, que viriam a enxergar este intenso processo histórico como um autêntico “desbravamento dos sertões”.

Representações da fronteira (vista como a vitória da “civilização” contra o “atraso”, o *neobandeirantismo*) expostas na caracterização de Juscelino Kubitschek como desbravador, a mitificação de Bernardo Sayão, e as imagens negativas da natureza e da floresta amazônica deram o tom dos discursos sobre a rodovia. No caso aqui tratado, não temos apenas a manifestação de relatórios e falas oficiais, mas sim, a mobilização de toda a imprensa favorável ao governo JK, resultando na produção de livros e cinedocumentários. Como identificar a genealogia dessas concepções que buscaram se afirmar como únicas verdades sobre a construção da Belém-Brasília? Torna-se necessária, desta forma, uma análise da *Marcha Para o Oeste* do governo Vargas e sua apropriação pelo governo Kubitschek.

5.3.1 – A *Marcha para o Oeste* de JK: ecos do Estado Novo

Como temos ressaltado no transcorrer do trabalho, a retórica oficial, durante o século XX se pautou no paradoxo “abandono” *versus* “empreendedorismo governamental”. A situação de abandono das fronteiras geográficas do Centro-Oeste e da Amazônia transformou-se em um “espectro geopolítico” que rondou o Estado brasileiro por longas décadas, especialmente após a Revolução de 1930.⁵⁰ Por essa razão, provavelmente, um projeto governamental que resultou mais em representações do que em ações efetivas foi apropriado pelo contexto desenvolvimentista do final dos anos 1950: a *Marcha para o Oeste*.

O programa teve a colaboração intelectual de Cassiano Ricardo, com sua obra *Marcha para Oeste (a influência da bandeira na formação social e política do Brasil)*, segundo

⁵⁰ Pádua, José Augusto, 2000, p. 803.

a qual a integração se realizaria através da conquista e ocupação de fronteiras do país, dentre as quais a Amazônia. Para Cassiano Ricardo, *A Marcha para o Oeste* seria a plenitude do imperialismo brasileiro, ou seja, a retomada dos próprios territórios que, de acordo com o discurso oficial, nunca teriam recebido a devida atenção do poder central. Este seria o “sentido bandeirante” do novo regime. Redimensionado e, ao mesmo tempo, recriando a história do Brasil a partir das inúmeras expedições que se sucederam na conquista dos interiores do país, o Estado Novo seria o refundador dessas bandeiras e, após séculos, daria conta da conquista e do espaçamento do próprio território a partir de um “espírito unitário”, “antifederalista”, pois só assim o Brasil se veria livre de povos estrangeiros que poderiam se apoderar dos grandes espaços vazios do país.⁵¹ Em grande medida, tanto a obra literária quanto ensaística de Cassiano Ricardo se voltam de forma muito veemente para a formulação do caráter nacional brasileiro:⁵²

Assim, o brasileiro seria caracterizado pelo individualismo contrabalançado pela bondade que, por sua vez, tem seus excessos restringidos pela desconfiança. A estas características associa-se o que Cassiano Ricardo denominou de democracia hierárquica, constituída fundamentalmente no movimento bandeirante, no qual ocorre a integração – hierárquica – dos elementos raciais nele envolvidos (...) Ressalte-se que o autor insiste na formação de um caráter nacional sobre o qual deve ser constituída a nação.⁵³

A grande influência de Cassiano Ricardo para escrever sua obra foi o livro de Frederick Jackson Turner, *The Frontier in American History*, de 1893, onde a clássica conceituação de fronteira foi elaborada. Aqui nos interessa o que essa ideia significou para a relação entre a Amazônia e poder central, tendo em vista que a região passou a ser encarada como um lugar a ser conquistado. A obra de Turner foi bastante influente no pensamento ocidental, sendo apropriada para contextos e usos específicos, como os casos de Cassiano Ricardo e do governo Vargas. Mas o que significa esta “conquista?”

Quando o deserto (*wilderness*) é visto como uma fronteira, transforma-se em mundo bárbaro no alvorecer da civilização, e assim, sua conquista representa o início de uma épica história nacional.⁵⁴ Pois este é justamente o aspecto que o autor de *Marcha para o*

⁵¹ Ricardo, Cassiano. O Estado Novo e seu sentido bandeirante. *Cultura Política* – revista de estudos brasileiros, v.1, n. 1, 1941, p. 132.

⁵² Wegner, Robert. *A Conquista do Oeste* – a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 231.

⁵³ Idem, ibidem.

⁵⁴ Não há uma tradução correspondente em idioma nacional. Nós nos utilizamos aqui da palavra que dá mais sentido ao nosso objetivo: deserto. Ou seja, a área selvagem que deveria ser conquistada pela

Oeste apropriou do pensamento de Turner: o caráter civilizatório da fronteira que interpretou a história estadunidense como a vitória da civilização (brancos) contra a barbárie (índios). Na obra de Ricardo a relação entre a natureza e o bandeirante desbravador caracterizava um atitude de enfrentamento.⁵⁵ Ao descrever o bandeirante e sua relação com o universo fabuloso e religioso, o autor procurava estabelecer uma distinção entre o místico (que se fundamenta no sobrenatural religioso) e o animista (fundamentado na crença dos mitos), afirmando ter o bandeirante muito mais de mito que de animista.⁵⁶ Assim, mitos e lendas tinham a função de serem superados, sendo por isso, a função motriz de seu próprio processo de destruição:

(...) o próprio bandeirante recriava esse universo de fábulas e lendas como elemento motivador para a expansão geográfica e, ao mesmo tempo, tornava-se parte do enredo fabuloso, na medida em que o deslocamento reconstituía o mito no imaginário da Bandeira (...) Ricardo defende que nem mesmo os mitos inibidores pelo medo ou pela religiosidade (...) foram capazes de impedir a força que o sertão enigmático exercia na imaginação do bandeirante (...).⁵⁷

O destino histórico do bandeirante consistia em abrir os caminhos nos sertões, incorporar a população selvagem, dar nomes aos rios e às montanhas, devassar terras virgens, descobrir riquezas, manter vivo o amor pelo sertão, fixar fronteiras geográficas e promover a unidade social e territorial do país.⁵⁸ Entre os “bandeirantes” destacados por Ricardo estavam Roosevelt (devido ao valor do seu conhecimento da geografia nacional), Rio Branco (pela anexação do Acre), Rondon e Roquette Pinto (pelos trabalhos que possibilitaram o conhecimento do interior).⁵⁹ No referencial “desbravador” que Ricardo impõe a Rondon, também se localiza Hermano Ribeiro da Silva, chefe de uma bandeira que partiu de São Paulo para Mato Grosso em 1937:

[Hermano Ribeiro da Silva] perguntava, com toda a razão: “como remover esse manifesto anacronismo que subsiste nas veleidades da nossa civilização e da nossa cultura? Como agir, a fim de acordar nas gerações presentes uma atração verdadeiramente apaixonada pelos

fronteira de movimento. Cronon, William. *Uncommon Ground – Rethinking the human place in nature*. New York -London: W.W. Norton & Company, 1995, p. 79.

⁵⁵ Silva, Sandro Duarte. A natureza contra o progresso: mitos e narrativas do “destino bandeirante” na expansão desenvolvimentista. *Textos de História*, v. 17, n. 1, 2009, p. 86.

⁵⁶ Idem, p. 87.

⁵⁷ Idem, p. 86.

⁵⁸ Idem, ibidem.

⁵⁹ Ricardo, Cassiano. *Marcha Para o Oeste – A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Livraria José Olympio Editora, 4ª edição, 1970, p. 611.

problemas desse deserto territorial em que permanecemos, na inércia de perdulários inconscientes?”

A bandeira estabeleceu o ritmo da civilização brasileira, além de ter originado uma mentalidade mais apropriada à realização do Brasil, no sentido oposto à ocupação histórica do litoral.⁶⁰ Em relação ao ambiente, as imagens trazidas pelo bandeirante tinham um tom de enfrentamento, no qual elementos como fé e coragem qualificariam o desbravador, cujo objetivo final seria fazer dos mitos de conquista algozes dos mitos de inibição. Os mitos de inibição seriam os responsáveis por impedir o avanço da bandeira, como o medo da natureza e das lendas brasileiras, enquanto os mitos de conquista seriam a força-motriz das bandeiras, como as riquezas que eles encontrariam no desbravamento.⁶¹ Na concepção de Turner e Ricardo, a fronteira atuaria como matéria-prima da elaboração de mitos que, por sua vez, deveriam ser destituídos para a formação de uma identidade nacional.⁶² Enquanto o primeiro pensaria a fronteira como *locus* onde se desenvolveria a democracia estadunidense, para o segundo, a mesma experiência levaria ao desenvolvimento do autoritarismo brasileiro, criando assim, uma teleologia da história nacional, cujo espírito bandeirante atingiria seu ápice na *Marcha do Estado Novo*. O discurso autoritário de Cassiano Ricardo utilizou-se da fronteira como o fio condutor que daria unidade ao modo de desenvolvimento capitalista. Assim, a ênfase em percebê-la como um meio de preencher os espaços vazios, relembram o tema autoritário da “unidade nacional”, “integração”, e de uma perspectiva centralizadora, em oposição às visões regionalistas. Por fim, tal discurso reforçou o caráter de uma terra rica em recursos mal aproveitados.

Retornando a Turner, era na fronteira que ocorreria a verdadeira história estadunidense, pois o encontro de brancos com índios (vistos como obstáculos e parte do ambiente) formaria a sociedade norte-americana.⁶³ Na fronteira de Turner, pouco a pouco o homem da fronteira, após diversos problemas iniciais, começaria a inverter a balança entre o ambiente e a cultura, aprendendo com o nativo tudo o que necessitava para a sua sobrevivência.⁶⁴ A apropriação da tese de Turner em Cassiano Ricardo se deu de tal forma que até a Amazônia, situada majoritariamente ao norte do Brasil, tornou-se oeste

⁶⁰ Ricardo, 1970, p. 624.

⁶¹ Silva, 2009., p. 91.

⁶² Velho, Otávio. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (Edição on-line), 2009, p. 132.

⁶³ Arnold, David. *La naturaleza como problema histórico – el médio, la cultura e la expansión de Europa*. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 98.

⁶⁴ Arnold, op. cit., p. 97.

para o ideário varguista. Porém, isso não exclui o fato de a tese de Ricardo ter importantes particularidades, em especial por ser uma obra em constante construção e adaptação aos períodos históricos subsequentes, como veremos a seguir. Em suma, a ideia empreendida nos discursos oficiais refere-se principalmente ao caráter civilizatório da fronteira, que traria para as regiões ditas abandonadas do país, o progresso que o Estado Novo alegava realizar nas localidades centrais, como Rio de Janeiro e São Paulo.

A *Marcha* continha importantes aspectos simbólicos, pois nenhum presidente havia feito o mesmo trajeto de Vargas pelas regiões mais remotas do país, quando este lançou o programa em visitas às diversas localidades do país, dentre elas os estados constituintes da Amazônia.⁶⁵ O primeiro movimento de ocupação e legitimação de áreas mais afastadas estava sendo feito pelo próprio líder da nação. Assim, ao chegar às regiões mais afastadas do Brasil, o presidente daria o primeiro passo para a retomada desses territórios. Para Velho, a *Marcha para o Oeste* serviria para evitar a reforma estrutural do coronelismo nas áreas rurais brasileiras, não lhe parecendo que Vargas a concebesse como um movimento de massa que ocuparia e desenvolveria metade do país em curto espaço de tempo. Ou seja, o programa de governo poderia ser retratado mais como um discurso e menos como uma política sistemática de ocupação, pois os recursos que o Estado brasileiro possuía, à época, eram escassos.⁶⁶ Ideologicamente, o programa de governo foi da maior importância no estabelecimento de um ponto de convergência com o movimento bandeirante e sua reencenação através do cultivo de um “espírito bandeirante”.⁶⁷

O surto migratório decorrente da conquista de novas fronteiras provocaria um desenraizamento do homem, servindo para acalmar quaisquer tentativas de conflitos sociais internos e convergindo para o ideal de harmonia social amplamente difundida pelo governo central.⁶⁸ Castro Santos afirma que na ideologia varguista o oeste simbolizava a fronteira política em expansão e que nas áreas de antiga dominação

⁶⁵ À época: Amazonas, Pará e Território do Rio Branco.

⁶⁶ Velho, Otávio. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (Edição on-line), 2009, p. 148-150.

⁶⁷ Idem, p. 137.

⁶⁸ Cabreira, Márcia Maria. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia Brasileira – Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP, 1996, p. 32.

coronelistas, Vargas praticou uma política de acomodação, concessões e barganhas.⁶⁹ A Otávio Velho parece que, quando Vargas falava em termos concretos, restringia-se, em termos de política governamental, a medidas como saúde, educação e transporte, que constituiriam os pré-requisitos para a ocupação. Como dito anteriormente, os recursos do Estado brasileiro à época eram escassos, fazendo com que a retórica varguista não refletisse a política estatal, mas fosse ela mesma parte desta política, substituindo, dessa forma, ações concretas. Em suma, o programa teve um forte caráter simbólico e, embora no sentido prático não resultasse em grandes ocupações, colaborou para que a retórica governista se fizesse presente nas regiões-alvo, pois, conforme o editorial do jornal *A Vanguarda*, “os seus habitantes conheciam mais de perto as coisas dos países limítrofes e próximos do que os [seus]”.⁷⁰

Como a *Marcha para o Oeste* teria sido apropriada pelo período Kubitschek? Uma possível resposta estaria na própria obra de Cassiano Ricardo, modificada ao longo do tempo pelo próprio autor, tendo em vista as constantes ressignificações do espírito bandeirante pelos governos brasileiros, posteriores à primeira edição da obra (1940). Não à toa, a capa interna da 4ª edição traz um mapa da Belém-Brasília, como um exemplo das novas fronteiras em movimento. O ano de reedição do livro (1970) faz referência à construção da rodovia Transamazônica pelo governo ditatorial de Emílio Garrastazu Médici. Na 4ª edição, Ricardo acrescentou dois capítulos referentes às novas roupagens do bandeirismo (o capítulo XXV, *As Bandeiras do Século XX*, e o capítulo XXVI, *Outras Modalidades de Bandeirismo*), que fazem referência aos projetos do governo militar, como a construção de rodovias e o Projeto Rondon. Tais medidas se fizeram necessárias, pois, à exceção de Kubitschek e Vargas, os outros governos representaram o aprofundamento da política do litoral, esquecendo-se das populações bandeirantes:

O engurgitamento do litoral só é explicável como reminiscência da colonização do tipo costeiro (...) [assim como] pela ausência de um coração que, no centro do nosso corpo geográfico, levasse o sangue a circular pelo Brasil todo (...) Hoje, a bandeira continua a existir (...) pela inclusão da marcha para Oeste nos programas de organização nacional e conseqüente retomada do espírito bandeirante (...) [pelo]

⁶⁹ Castro Santos, Luiz Antônio de. *O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade*, In: Castro Santos, Luiz Antônio de. *O Pensamento Social no Brasil*. Campinas: Edicamp, 2003, p.247-248.

⁷⁰ Brasil. *A visita do presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas*, Manaus: Imprensa Pública, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Amazonas, 1940, p. 8.

Projeto Rondon e [pela] transamazônica. Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que, de novo caminha para o oeste, realizando o seu imperialismo interno, palmo a palmo (...) a estrada Belém-Brasília e a Transamazônica abrem novas perspectivas para o país na posse de si mesmo. A grandeza do Brasil exige o espírito bandeirante para a sua própria conquista – dado o imperialismo brasileiro, que é o nosso “expansionismo interno”- e o fenômeno bandeira não terá, portanto, deixado de existir.⁷¹

Ricardo enaltece a atuação de JK por ter concretizado a cruzada “rumo a oeste” que culminou na construção de Brasília. Antes, algumas medidas teriam representado um novo olhar para o interior, como a criação da Fundação Brasil Central. Porém, a mudança da capital do Brasil para o planalto goiano representou o maior marco da marcha para o Oeste; o ajuste das fronteiras econômicas às fronteiras políticas brasileiras.

A realização de tal obra só poderia ficar a cargo do “mais bandeirante” dos homens do governo até então: Juscelino Kubitschek. A nova capital com sua nova fronteira teve consequências positivas para o país, tais como a incorporação da área central do país ao ritmo do litoral, a correção de uma civilização apenas longitudinal e a superação do histórico vazio demográfico.⁷² A Belém-Brasília, por sua vez, incrementou o bandeirismo do século XX em um sentido geoeconômico e geossocial, por meio das zonas pioneiras abertas pela estrada. Ademais, a rodovia teria dado importantes lições à sua sucessora, a Transamazônica, pois os problemas enfrentados – tais como condições extremamente desfavoráveis ao desenvolvimento da agricultura, falta de assistência direta ao lavrador e precariedade dos meios de transporte – serviriam de referência para evitar possíveis erros detectados no desenrolar de sua construção.⁷³ Mesmo assim, para o autor, as duas palavras, “bandeirismo” e “desenvolvimento”, se justapunham a um só e idêntico conteúdo, graças às novas bandeiras que abririam o Brasil naquele momento.

Afinal, o “sentido bandeirante” era uma condição para que a terra possuísse o homem e este a possuísse. Kubitschek, Vargas e Médici estavam inseridos em um dos novos bandeirismos do século, o bandeirismo estatal, que fazia parte dos programas de organização nacional.⁷⁴ Esse contexto produzia uma espécie de Estado em movimento, que construía sua legitimidade à medida que se expandia pelo que se acreditava serem

⁷¹ Ricardo, 1970, p. 622-623.

⁷² Idem, p. 630.

⁷³ Idem, ibidem.

⁷⁴ Ricardo, 1970, p. 644.

os espaços vazios do país. Maia, em seu estudo sobre a Fundação Brasil Central, aponta como marca das práticas estatais da agência o *neobandeirantismo*, ou seja, a forma pela qual os atores concebiam a produção do Estado naquele contexto histórico por intermédio de representações espaciais da nação, valendo-se assim de uma concepção aventureira da expansão estatal, empregando categorias como “desbravamento” e “penetração”.⁷⁵

5.4 – Enguiçou, morreu: loas e críticas à Belém-Brasília

*O futuro dirá dessa obra-monumento
incompreendida, agora, e até, por despeitados,
por adversários cruéis e pelos maldizentes,
subestimada assaz – do seu merecimento
como avanço sem par, dos mais acelerados
na história rodoviária em nossos continentes!*⁷⁶

A análise de Velho (de que a “novidade” representada pela Belém-Brasília seria fruto de mera desinformação) é relevante para a argumentação proposta neste capítulo, porém é importante ressaltar que tal “desinformação” foi articulada a partir de um grande aparato de propaganda política, composta por reportagens favoráveis, filmes, fotos e discursos presidenciais, que intentaram levar ao público a construção da rodovia como uma vitória inegável do homem sobre a natureza. Esse aspecto revela aos olhares contemporâneos a relação existente entre o projeto nacional-desenvolvimentista e a natureza daquele período. Uma amostra do esforço em colocar a Belém-Brasília como a integração definitiva da região amazônica ao país encontra-se nas próprias memórias escritas por Juscelino Kubitschek, *Por que construí Brasília*. De acordo com o então presidente, a rodovia estava integrada a um processo histórico anterior, formando assim, a concretização de um sonho de vários brasileiros de gerações precedentes. O primeiro “desafio à floresta” teria sido o do tenente Pedro Teixeira que conduzira o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque pela mata até São Luís do Maranhão.⁷⁷ Paulo de Frontin, devido ao plano de ligar Pirapora (MG) a Belém, também estava inserido neste

⁷⁵ Maia, op. cit., p. 620.

⁷⁶ Rolim, op. cit., p. 53.

⁷⁷ Kubitschek, Juscelino. *Por que Construí Brasília*. Brasília, Senado Federal – Coleção Brasil 500 Anos, 2000.

referencial, bem como Getúlio Vargas, por ocasião do Plano Geral de Viação Nacional em 1934. Desta forma, JK seria o responsável por cumprir esta missão histórica. Porém, o grandioso projeto do governo Kubitschek não passaria sem críticas da imprensa e políticos. Roberto Menna Barreto, entusiasta da rodovia, publicou suas impressões de viagem no livro *Aventura Através do Progresso*, no qual apontou as críticas direcionadas à rodovia:

Pouco sabe o Brasil sobre a BR-14. Desse pouco, boa parte constitui impressão sem qualquer fundamento, temores fantásticos. É como se o país acreditasse em um novo Mar Tenebroso, no meio do seu próprio território. Como explicar tais receios e despropósitos? Consultamos as reportagens publicadas em duas revistas. Uma delas clama no título: “Três mulheres vencem a estrada condenada à morte!” E legendas: “A cada passo, no leito da estrada, reduzido a um caminho de índios (ou de onças) os caminhões atolam”.⁷⁸

À época da construção, entre 1958 e 1960, outras vozes desfavoráveis se fizeram ouvir. Plínio Coelho, então governador do Amazonas, teria classificado a obra de “Sonhovia”.⁷⁹ O jornalista Maurício Vaitsman publicou em uma reportagem para *O Globo*, uma crítica feita por um político não identificado, que, segundo ele, seria fruto de uma generalização da época:

A topografia da Amazônia – com seu dédalo de rios e igarapés, o seu piso incerto e movediço, como se a natureza ainda não houvesse resolvido onde iria ser a água, onde terra – qualquer estudante sofrível do curso secundário não hesitaria em descrevê-la como a mais inadequada para o traçado de uma rodovia.⁸⁰

Mauro Borges, senador pelo Partido Social Democrata (PSD), opinou em plenário, sobre a rodovia: “fala-se até mesmo que será caminho somente das onças, e adverte-se, por alguns jornais, aos motoristas que lá trafegam, com o sinistro aviso ‘enguiçou, morreu”.⁸¹ Segundo Borges, a estrada nada mais era do que um grande trecho da Anápolis-Belém, que já estava em construção desde a década anterior. A única novidade seria o fato de o governo enfim, conceder à rodovia alta prioridade. Ferro Costa, deputado pela UDN, lançou suspeitas sobre irregularidades na construção da Belém-Brasília, tendo como resposta uma nota oficial do superintendente da SPVEA, Waldir Bouhid.

⁷⁸ Barreto, Roberto Menna. *Aventura Através do Progresso*. Rio de Janeiro, SPVEA, 1965, p. 8.

⁷⁹ Vaitsman, Maurício. *Rodovia de Unidade Nacional*. SPVEA, 1958, p. 7

⁸⁰ Vaitsman, Maurício. A Cobiça Estrangeira espreita a Amazônia. In: *Rodovia de Unidade Nacional*. SPVEA, 1958, p.77.

⁸¹ Brasil. Diário do Congresso Nacional, 20/08/1959, p. 523.

As dúvidas sobre a eficácia dos resultados da obra chegaram inclusive à cultura popular, como no filme *Marido de Mulher Boa*, de 1960, no qual o comediante Zé Trindade afirmou a uma colega de elenco: “A senhora parece até a BB”. Feliz com o galanteio, a atriz pergunta “Quem? a Brigitte Bardot?” e o comediante responde “Não. A Belém-Brasília: comprida e mal acabada”.⁸² Talvez o mais conhecido comentário seja o de Jânio Quadros que, em 1959, teria afirmado que a “a Belém-Brasília é a estrada das onças. Liga o nada a lugar nenhum”.⁸³ O então governador de São Paulo enviou carta para o jornal responsável pela publicação desta frase, exigindo retratação: “Como poderia, em sua consciência, como filho de Mato Grosso, ser contrário aos empreendimentos públicos que venham enriquecer a sua região natal? Há tempo me foi dado opinar em Goiás que o ‘Brasil precisa de ser governado de costas para o mar’”⁸⁴ De acordo com Lúcio Flávio Pinto, o verdadeiro autor da frase foi o então presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Rui Gomes de Almeida.⁸⁵

Expostas todas essas opiniões, é possível analisar a construção da rodovia em um contexto mais específico do mosaico político da época, no qual situação e oposição travavam acalorados debates no Congresso Nacional. A construção da BR-14, se de um lado traz projetos anteriores de integração econômica à região, por outro, também serviu às acusações oposicionistas sobre a SPVEA. Um dos críticos mais contundentes do governo JK e da política encetada pela superintendência de planejamento foi Gabriel Hermes, deputado federal pela UDN/PA. Em discurso anterior ao anúncio da construção da estrada, foi ao congresso tecer diversas críticas à agência, apontando o governo federal como culpado pela sua insatisfatória atuação. Segundo ele, o governo estaria tratando de duas nações, usando dois pesos e duas medidas, prejudicando assim, a região amazônica. Mesmo contando com o dispositivo constitucional, o governo estaria fazendo vista grossa aos problemas da Amazônia que, além de não receber as verbas previstas, não participara, até então, dos planos de eletrificação, saúde, habitação e

⁸² História contada em: Augusto, Sérgio. *Esse mundo é um pandeiro: chanchada de Getúlio a JK*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 173.

⁸³ Esta frase e a autoria a Jânio Quadros foi publicada recentemente na revista *Veja especial – Brasília 50 anos*.

⁸⁴ Brasil. *Diário do Congresso nacional*, 19/01/1959, p. 622.

⁸⁵ Pinto, Lucio Flávio. *Memórias do Cotidiano*. Belém: Editora Jornal Pessoal, 2009, p. 120.

irrigação elaborado pelos órgãos de planejamento.⁸⁶ Para o deputado, a construção de Brasília estaria subtraindo os recursos destinados à região:

O Governo Federal, nas suas famosas metas – entre as quais se inclui a loucura de Brasília, nenhum programa estabeleceu em defesa da região amazônica. A meta especial de Brasília está absorvendo os minguados recursos de que dispomos, esgotando assim a nossa capacidade de realizar o indispensável em outros setores (...) A inflação com a sua gritante e desenfreada marcha aniquila as iniciativas e provoca a miséria dos homens da Amazônia, beneficiando poucos.⁸⁷

Em outro discurso de 1958, o deputado muda o direcionamento de suas críticas, o que torna sua fala peculiar e reveladora de outros aspectos da política de então. Inicialmente, Hermes citou o estudo de David Azambuja, segundo o qual a destruição das reservas florestais do Brasil avançava em uma proporção de 30 km² anualmente e que, portanto, dentro de 25 anos, o país não teria mais florestas.⁸⁸ Como exemplo, cita a Estrada de Ferro de Bragança, cujos 200 quilômetros de mata teriam sido devastados pelos nordestinos que ali se instalaram, sem nenhuma orientação ou colaboração do Governo Federal.⁸⁹ O Udenista também faz referência a uma denúncia do periódico *Correio da Manhã*, segundo a qual grandes incêndios estavam calcinando as florestas ao longo da Belém-Brasília. Sua provável causa estaria na imigração espontânea de nordestinos, que, por sua vez, derrubavam árvores e lançavam fogo nas matas, resultando num “desperdício imenso da riqueza florestal e num prejuízo tremendo para o futuro”. Por fim, o deputado adverte:

O grande mal que se faz não será recuperado com facilidade, porque uma floresta secular não se recompõe nem se replanta em dez nem vinte anos (...) agora se fala com tanto entusiasmo de uma estrada que vai ser útil não sei daqui a quantos anos, que é a Belém-Brasília. Que não se faça desde já, agora, nesse caminho de dois mil quilômetros, a desastrada derrubada que já se processou naqueles caminhos longos de Belém a Bragança (...) Aqui fica uma (...) advertência para que pensem no mal que representa este caminhar, este derrubar de árvores, esta marcha sem nenhuma planificação como a que está sendo feita ou que se vai fazer ligando Belém a Brasília.⁹⁰

Ao longo de sua trajetória parlamentar, Gabriel Hermes manteve suas críticas direcionadas aos projetos públicos para a Amazônia, em geral, e à SPVEA, em

⁸⁶ Brasil, Diário do Congresso Nacional, 26/03/1958, p. 307.

⁸⁷ Idem, p. 309.

⁸⁸ Brasil, Diário do Congresso Nacional, 28/08/1958, p. 505.

⁸⁹ Idem, ibidem.

⁹⁰ Brasil, Diário do Congresso Nacional, 28/08/1959, p. 506.

particular. Sua postura combativa pode ser atribuída, em parte, ao fato de integrar o grupo de oposição ao principal dirigente da SPVEA, Waldir Bouhid (PSD). De seus planos, constava a intenção de instalar uma CPI para investigar a aplicação dos recursos destinados àquela superintendência. Sua frequência e posição de destaque na tribuna do parlamento provinham da importância do cargo que ocupou durante a maior parte do governo Kubitschek: presidente da Comissão para a Valorização Econômica da Amazônia. Posteriormente, durante o período ditatorial, Hermes se transformaria em partidário da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e comporia grupos de trabalho sobre o desenvolvimento da Amazônia. O deputado, assim como o primeiro superintendente, Arthur César Ferreira Reis, seria um entusiasta da sucessora da SPVEA, a SUDAM.

Em 1960, já no final do governo Kubitschek, ainda se ouviam ponderações sobre a Belém-Brasília. Em aparte ao discurso do deputado Oscar Corrêa (UDN/MG), Carmelo D'agostino (PSD/SP), da própria base aliada do governo (que, àquele momento, apresentava turbulências) criticou a construção da estrada, em especial do ponto de vista econômico. Considerava a BR14 uma obra “ciclópica”, sem a devida contrapartida econômica para ocupá-la:

Esta grandiosidade da obra, se me permite, caiu no abstrato. Não há produtividade que se lhe possa dar, no sentido do aproveitamento econômico brasileiro. Eis aí está. O que teremos para trafegar nessas estradas, para integrá-las no sentido nacional e econômico? Produtos produzidos nas suas margens? (...) Quer ir à integração da nossa grandeza geográfica, deixando a econômica. (...) Enquanto se construíam as grandes estradas, nós sentíamos falta da carne, do feijão (...) mergulhando numa das mais graves carestias por que passou o país. (...) Isso não se admite mais no estatismo moderno, menos ainda que uma população se sacrifique pela falta de racionalização dos projetos governativos.⁹¹

Mantiveram-se, portanto, até os tempos finais do governo JK, as críticas – agora não só da oposição, mas também da base aliada – ao seu Plano de Metas e à sua falta de visão quanto ao maior aproveitamento econômico das obras. Importante ressaltar que a propaganda oficial se impôs sobre as vozes dissonantes, tendo em vista a pluralidade de mídias utilizadas pelo governo Kubitschek para divulgar a “nova” descoberta da Amazônia. Esse aparato envolveu jornalistas que apoiavam o governo e, em grande medida, teve origem na necessidade de justificar os gastos com a construção da rodovia.

⁹¹ Brasil, Diário do Congresso Nacional, 11/02/1960, p. 230

A associação entre o contexto político democrático e a força de JK, junto a grandes veículos de comunicação, ajudou a construir a imagem pública do “Presidente Bossa Nova”, com direito à trilha sonora e que jogou no limbo as eventuais inconsistências do Plano de Metas, prevalecendo, afinal, o slogan dos anos JK, “50 anos de progresso em 5 anos de governo”. Como exemplo de tratamento dado aos críticos das realizações governamentais, transcrevemos a publicação estatal (produzida pela própria SPVEA) denominada *O Planejamento Transforma a Amazônia*, na qual a tensão entre a defesa contra denúncias e a propaganda das obras se fazem presentes.

Agora que todo o país se lança em um programa de obras a que se deu o nome de metas, surgem os reclamos, os protestos, sob as alegações mais diversas, algumas paradoxais. (...) Doze anos de redemocratização mostraram que o essencial em matéria de política partidária é procurar destruir o adversário e substituí-lo no poder. Nenhuma outra lei ou política rege a conduta política senão esse. Daí o clamoroso abuso e conseqüente descrédito no Poder Legislativo, das Comissões Parlamentares de Inquérito, que de tanto procurarem escavar episódios (...) terminam reconhecendo a inutilidade de esforço vão, tanto foi o tempo perdido.⁹²

As opiniões desfavoráveis ao governo sempre mereceram resposta oficiosa (através de artigos em jornais e/ou revistas) ou oficial (via departamento de imprensa dos órgãos públicos). Para ficar no exemplo, Maurício Vaitsman, jornalista entusiasta dos projetos juscelinistas, respondeu, através de uma publicação da SPVEA, *Brasília e Amazônia*, às críticas de Gustavo Corção, que considerava tanto Brasília quanto a estrada verdadeiros “disparates”.⁹³ Para Corção – escritor e pensador católico, membro da UDN e um expoente do pensamento conservador no Brasil – era considerada antieconômica qualquer estrada que não servisse de imediato a núcleos demográficos progressistas já existentes no traçado.⁹⁴ Para Vaitsman, este seria um “absurdo pensamento”, que refletia o “espírito mercantilista” de certas camadas influentes (pertencentes à oposição):

Escrevendo como o fez, contra a maior das tentativas nacionais para aproveitamento, pelos próprios brasileiros, dessas imensas áreas despovoadas (...) o ilustre escritor Gustavo Corção presta um péssimo serviço a este país, justificando aqueles que seus colegas estrangeiros

⁹² Brasil. *O Planejamento Transforma a Amazônia*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960, p. 2-3.

⁹³ Vaitsman, Maurício. *Brasília e Amazônia* – Reportagens. SPVEA, Rio de Janeiro, 1959, p. 123.

⁹⁴ Vaitsman, 1959, p. 124.

que protestam contra os vazios territoriais do Brasil em um mundo pletórico de gente faminta...⁹⁵

Assim, essas duas dimensões (entusiastas e opositoristas) são presentes nas narrativas do período. Na próxima sessão, vamos apontar a “rede de confiança” estabelecida pelo presidente e que possibilitou a elaboração de vasto material propagandístico sobre a Belém-Brasília.

5.5 – A conquista da selva: uma aventura *ciclópica*

*Aproxima-se o início da batalha!
Máquinas, aos milhares, se acumulam
nas frentes de combate onde trabalha
a técnica e os homens se articulam para a luta remenda.
Um, dois, cinco mil bravos soldados,
sem túnica, embornal e capacete,
não trazendo fuzil mas os terçados
e do entusiasmo o delgado florete para a dura contenda...⁹⁶*

A propaganda política entendida como fenômeno da sociedade e da cultura de massa adquiriu enorme importância nas décadas de 1930-1940, pois se relacionou ao avanço dos meios de comunicação.⁹⁷ Como marcos desse período estão a propaganda nazista e, no caso brasileiro, a gama de difusão do ideário varguista por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). De acordo com Capelato, a propaganda política constitui um elemento preponderante da política de massas que se desenvolveu no período entre guerras a partir das críticas ao sistema liberal, considerado incapaz de solucionar os problemas sociais.⁹⁸ A autora afirma que a propaganda política vale-se de ideias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos. Assim, os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que é transmitido pelos meios de comunicação. A

⁹⁵ Vaitsman, 1959, p. 122.

⁹⁶ Rolim, op. cit., p. 33.

⁹⁷ Capelato, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena - Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. Campinas, editora Papirus, 1998, p. 35.

⁹⁸ Capelato, op. cit., p. 39.

referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas.⁹⁹

Por mais que o governo JK não dispusesse de um aparato de propaganda estatal atuante, como no Estado Novo de Getúlio Vargas, é possível identificar um núcleo de elaboração, sistematização e divulgação, localizada no Ministério da Educação e Cultura, em conjunto com órgãos privados do período.¹⁰⁰ A propaganda do governo caracterizava-se mais pelo fortalecimento de uma legitimação através da sua imagem e de suas metas, pois as urnas não foram suficientes para tal processo. É importante ressaltar que JK foi eleito com uma diferença inferior a 6% do total de votos de seu principal oponente, Juarez Távora e que a oposição representada pela UDN (Juarez Távora) e PSP (Adhemar de Barros) recebera cerca de 56% dos votos válidos.¹⁰¹ As revistas ilustradas de circulação nacional, *O Cruzeiro* – e todos os jornais e rádios pertencentes aos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand – e *Manchete* apoiaram sua candidatura na época da campanha presidencial, assim como os jornais *Última Hora*, de Samuel Wainer e o *Correio da Manhã*, ou seja, todos os veículos que alcançavam grande parte da audiência nacional da época. O apoio continuou após a posse, e, dessa forma, JK manteve alianças formais e informais, utilizando-se de favores pessoais para ter ao seu lado os proprietários dos meios de comunicação. Segundo Bizello, JK foi capaz de usar ao mesmo tempo seu poder natural e pessoal de conquista e sedução e apresentar suas propostas e estratégias de governo num crescente processo de convencimento dos segmentos sociais e econômicos.¹⁰²

Como exemplo das relações estabelecidas pelo presidente, podemos apontar as diversas publicações sobre a Belém-Brasília, desde o início de sua construção em 1958 até 1960, todas consonantes com a visão “heroica” divulgada pelo governo. O mito criado em torno da morte de Bernardo Sayão é um reflexo deste processo. Dois cinedocumentários da *Jean Manzon Films* foram produzidos na mesma época, com o objetivo de expor a Amazônia como uma região esquecida, porém integrada ao restante do país pelo governo federal e cuja natureza selvagem deveria ser combatida. Nesses escritos,

⁹⁹ Capelato, op. cit., p.36.

¹⁰⁰ Bizello, op. cit.

¹⁰¹ A diferença foi realmente pouca. Juscelino Kubitschek (PSD) – 35,68%; Juarez Távora (UDN) – 30,27%; Adhemar de Barros (PSP) – 25,77%. Segundo Bizello, este é o argumento que baliza a quantidade de propagandas presentes no governo JK.

¹⁰² Idem, ibidem.

encontramos questões como visões dualistas de natureza “intocável” (éden/inferno), clima, população e fronteira, que serão trabalhadas à luz de discussões da história ambiental, que se apresenta como uma inovação teórico-metodológica e lança um novo olhar sobre as fontes. Natureza, como demonstra Raymond Williams, é uma palavra cuja significação é continuamente construída ao longo da história humana. Nesta época, era representada como “selvagem” e, conseqüentemente, “um lugar a ser conquistado” pela “fronteira” em movimento. Repórter do *Diário da Noite* e do *Globo*, Vaitsman publicou dois livros trazendo todas as notícias por ele produzidas na época da Belém-Brasília, ambos publicados pela própria SPVEA. O primeiro foi redigido à época da construção, enquanto o segundo (*Integração Nacional – A Conquista das Selvas*), de 1960, consiste em reportagens sobre a inauguração da rodovia. Inicialmente, trataremos da autobiografia de Juscelino Kubitschek, que traz os conceitos trabalhados pelo amplo material publicitário do período, para depois abordarmos o restante dos escritos.

Como abordamos anteriormente, as ideias de aventura não foram exclusivas da Belém-Brasília. Mesmo o salto parecendo distante, vamos expor um trabalho acadêmico sobre tais concepções na União Soviética pós-revolucionária, para compreender a forma pela qual governos criam repertórios culturais para a penetração em locais estigmatizados por construções históricas de longa duração. Segundo Bolotova, a exploração de territórios desconhecidos tem sido uma constante na história da Rússia czarista, porém, este processo se incrementou a partir do intenso programa de industrialização soviético que teve início na década de 1920.¹⁰³

Nessa época, as autoridades estatais passaram a realizar expedições com o objetivo de conseguir recursos para o desenvolvimento industrial. Diretamente relacionado a este processo está o crescimento e institucionalização da Geologia no país, cujos profissionais produziram os relatos analisados pela autora em suas expedições pelos territórios distantes da capital, Moscou. Também a Literatura desempenhou um importante papel na conquista ideológica sobre a natureza. Políticos, escritores e poetas definiram a retórica do discurso soviético hegemônico sobre a natureza, que foi adotado pela imprensa, transformando-se assim, em uma articulada mitologia sobre a conquista das regiões distantes. Esse discurso possuía dois pontos importantes: o primeiro dizia respeito à natureza como uma metáfora para a batalha e a conquista bolchevique,

¹⁰³ Bolotova, Alla. Colonization of Nature in the Soviet Union. State Ideology, Public discourse, and the experience of geologists. *Historical Social Research*. v. 29, n. 3, 2004, p. 107.

representando a vitória da nova ordem sobre a velha. O segundo aspecto era a analogia estabelecida entre a luta soviética contra a natureza e a continuação da luta de classes e o conflito contra o mundo capitalista.

Nesse tempo, as reportagens traziam descrições detalhadas das alterações do ambiente para as necessidades do homem. Trotsky, em *Literatura e Revolução*, escreveu que “sob o socialismo, o homem tornar-se-á sobre-humano, mudando os cursos dos rios e montanhas de acordo com sua necessidade, mudando sua própria natureza”.¹⁰⁴ Esta construção hegemônica via a natureza como passiva, separando, assim, o povo soviético da natureza, tendo como principal aspiração a liberdade da dependência dos processos naturais.¹⁰⁵ Ou seja, via industrialização, a população transformaria o caos em ordem. A autora afirma que a ideologia construída foi além de palavras, tornando-se característica de Estados autoritários que encontravam obstáculos a seus projetos políticos. Tais ideias relacionavam-se diretamente à brusca mudança na paisagem do país no período de 74 anos do poder soviético. A partir do programa de industrialização, o país mudou de uma economia agrícola para uma economia industrial. Tal paralelo é possível realizar com o tema tratado neste capítulo. O Brasil passava por um processo, desde a década de 1930, de industrialização, sendo reforçado no Segundo Governo Vargas e no período Juscelino Kubitschek. Dessa forma, a vitória do homem brasileiro sobre a natureza representaria também a vitória do perfil industrialista sobre o perfil agrário exportador. As narrativas de aventura também ocorreram na URSS:

In order to awake from its sleep, a lot of energy was needed. Therefore, the discourse of conquering nature was directly most prominently to the youth capable of answering the call of authorities to go to distant land to explore new territories. Articles juxtaposed the wild and desolate land with the enthusiasm and energy of young people: “Young scientists in the search (...) mark out places for futures cities, establish production of the most valuable metals. Their label transfigures the formerly unsettled, neglected land” [citação de Bolotova ao Pravda de 19/01/1962].¹⁰⁶

No que nos interessa, quais conceitos e imagens foram divulgados e expostos nas narrativas de exploração da rodovia? Os conceitos empreendidos pelos partícipes desta construção encontram-se, de certa forma, resumidos nos escritos do principal agente político do período: Juscelino Kubitschek.

¹⁰⁴ Bolotova, op.cit., p.110.

¹⁰⁵ Idem, p. 114.

¹⁰⁶ Idem, p. 112.

5.6 – O presidente bossa-nova encontra o *Inferno Verde*: autobiografia e narrativas de progresso

*É Brasília que surge
no coração da pátria e volta-se de início,
para o Amazonas vasto a deslizar, distante...
Levar-lhe a mão de amiga, é imprescindível, urge...
o grande presidente Juscelino,
cuja vontade, indômita, decide, com segurança, habilidade e tino,
os graves entreveros...*¹⁰⁷

Esta seção dedica-se inicialmente à autobiografia de Juscelino Kubitschek e tem como objetivo expor os conceitos que pautaram as narrativas de “descoberta” sobre a construção da estrada. Ao tomarmos uma obra ou escrito autobiográfico como fonte, devemos relativizar seus conteúdos em função da sua historicidade, ou seja, levar em consideração que o discurso foi elaborado a partir de um momento específico da existência de seu narrador, e que suas expectativas estavam direcionadas para expressar determinadas ideias sobre si, sobre seu tempo e sobre os seus. “Só a partir daí se pode compreender a lógica dada pelo narrador ao desenrolar de fatos individuais, bem como o princípio de sua seleção: as zonas de sombras e de luz, a saliência de certos pontos da existência julgados fortes, e o esquecimento de outros considerados pouco lisonjeiros ou secundários”.¹⁰⁸ Nessas obras, existe uma aura de veracidade dos fatos narrados e de sinceridade, muitas vezes consideradas características inequívocas da escrita de caráter autobiográfico, uma vez que esses textos refletem, ao mesmo tempo, o discurso de seu produtor quanto a sua visão de mundo e a sua maneira de exprimir-se.¹⁰⁹ Longe de simplesmente refletir o social, o indivíduo coloca-se como polo ativo em face desse mesmo social, dele se apropriando, filtrando-o, retraduzindo-o e projetando-o em outra dimensão, que é a de sua própria subjetividade. Cada indivíduo representa a reapropriação singular do universo social e histórico que o circunda; assim, a autobiografia de JK é decisiva para a compreensão dos conceitos expostos neste capítulo.¹¹⁰

O livro, publicado em 1975, cuja primeira edição foi lançada pela velha colaboradora editora Bloch, é posterior cronologicamente às fontes históricas que serão descritas e

¹⁰⁷ Rolim, op. cit., p. 20.

¹⁰⁸ Pereira, L. M. L. Algumas reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. *História Oral* (Rio de Janeiro). São Paulo, v. 3, 2000, p. 126.

¹⁰⁹ Idem, p.121.

¹¹⁰ Idem, p.121-122.

analisadas a seguir. Porém, a obra do presidente serve como base para a compreensão dos conceitos acerca da natureza e da própria região amazônica presentes no discurso presidencial do período. O livro condensa um discurso muito bem articulado entre os mais diversos autores, com a ideia de compor um mosaico homogêneo sobre a construção da Belém-Brasília. Como anteriormente relatado, tais concepções não se tornaram hegemônicas, pois falas contrárias, características do período democrático, lançaram críticas sobre os projetos governamentais. As narrativas de aventura e desbravamento encontram na biografia de Juscelino um terreno fértil. O contexto de produção da escrita é um apontamento para a reconstrução *a posteriori* da trajetória política e pessoal de JK, pois o país vivia sob os tempos difíceis da ditadura militar, durante a qual o ex-presidente teve seus direitos políticos cassados. O ufanismo que permeia o texto de sua obra autobiográfica pode ser exemplificado no trecho que se segue:

Ainda não apareceu um Euclides da Cunha para fixar, em páginas que seriam imortais, a epopeia dessa luta contra a floresta. (...) Quando um cedro ou uma maçaranduba gigante parecia irremovível, encaixavam-se bananas de dinamite em fendas, abertas nas raízes, e estrondava-se o tronco. A queda de um desses reis da floresta era um espetáculo inesquecível.¹¹¹

À primeira vista, causa espanto ao leitor tais convicções sobre a natureza presentes nos discursos de JK. Como temos demonstrado, a abertura de rodovias tornara-se um imperativo para o projeto de governo do então presidente. A análise de sua autobiografia colabora para a compreensão da forma pela qual tais ideias foram apreendidas e adaptadas ao contexto em que, tanto a oposição quanto o governo, de formas diferentes, acentuavam o mesmo ponto: Brasília e a Belém-Brasília estariam sendo construídas praticamente num espaço vazio. O espectro do “vazio demográfico” encontrava eco, portanto, nas mais diferentes vozes daquele período. De acordo com o então presidente, a razão primordial da construção da BR-14 estava nas viagens feitas por ele, a partir das quais começou a planejar uma possível integração nacional através do implante de uma extensa malha rodoviária. A preparação para a “grande aventura” que estava por vir é descrita minuciosamente por JK:

Lembrava-me das muitas vezes que havia sobrevoado a Amazônia. O avião parecia estar parado, dada a uniformidade do grandioso cenário que o cercava. Em cima, era o céu (...) que dava a impressão de uma

¹¹¹ Kubitschek, op. cit., p. 249.

descomunal bola de vidro. Embaixo, o oceano da floresta tropical – cerrada, densa, ameaçadora. Aquela floresta (...) era uma presença opressora, que se estendia por três quartos do território do país. Vista do alto, infundia medo e causava apreensão, e o que se ocultava sob sua galharia era de afugentar o mais intrépido furador do mato. Tratava-se de um verdadeiro tecido conjuntivo – intransponível até para os índios. (...) Como o homem branco, não afeito à agressividade da selva, poderia conquistar aquela terra?¹¹²

O trecho acima demonstra o significado de progresso para o pensamento do governo JK: a floresta deveria ser vencida a qualquer custo, como Vaitsman também apontou em sua série de reportagens. Trazendo imagens humboldtianas (ou seja, certo ar de *novidade* imputado à região amazônica), o jornalista afirmou que a Amazônia seria um mundo novo, descoberto pelo novo bandeirante, o próprio presidente. Assegurou ainda que a ligação dos extremos norte e sul do país estava sendo impedida, justamente, pela agressividade da selva amazônica.¹¹³ O tom das reportagens era de desbravamento e aventura, reforçado por fatos pitorescos descritos pelos autores. Juscelino, em sua obra autobiográfica, lançou mão de todos esses conceitos, reforçando-os. Importante lembrar que, em 1972, três anos antes do lançamento do livro, a Amazônia passara por duas grandes intervenções estatais: os planos de colonização e, principalmente, a rodovia Transamazônica, cuja construção serviu de mote para a retomada dos discursos “desbravadores” e “civilizatórios”.

De acordo com JK, um dos objetivos da rodovia BR14 seria resolver a posição da Amazônia quanto à segurança nacional, pois lá situavam-se três quartas partes das fronteiras brasileiras, assumindo o projeto um caráter estratégico.¹¹⁴ Na obra, a tese da integridade territorial e defesa de uma possível ameaça estrangeira foi reforçada, incorporando à estrada um certo nacionalismo, por mais que este termo, no governo Kubitschek, pudesse assumir várias significações, aparentemente contraditórias se vistas apenas do ponto de vista político.¹¹⁵ Segundo Oliveira, observava-se de fato a defesa de interesses privados que se aglutinavam em forças mais ou menos coesas que defendiam a manutenção de um certo *status quo*. Por isso, não teria surgido no interior de nenhum

¹¹² KUBITSCHKEK, op.cit., p. 83.

¹¹³ VAITSMAN, 1958, p. 26.

¹¹⁴ Kubitschek, op. cit, p. 209.

¹¹⁵ Oliveira, Nildo Dias. O governo de Juscelino Kubitschek e o mito da democracia representativa: a vigilância do Serviço Secreto do DOPS-SP nas agremiações democráticas 1956-1960. *Antíteses*, v. 4, n. 7, [p. 267-289] p. 269-270, jan./jun. 2011, Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 20/05/2012.

dos segmentos que disputavam o poder político da época, uma liderança capaz de promover qualquer alteração significativa na condução do desenvolvimento do país.¹¹⁶

Este caráter de “defesa territorial” e ameaças externas foi bastante explorado por Vaitsman em sua série de reportagens publicadas pela SPVEA, à época da construção e da inauguração da Belém-Brasília. O jornalista vaticinava que, se a construção da estrada não fosse levada a cabo, o país estaria permanentemente sob ameaças “terríveis a sua soberania”.¹¹⁷ Citando o episódio da Hileia Amazônica como uma das ameaças estrangeiras ao Brasil, afirma que a Amazônia já esteve sob a mira de Hitler em sua busca pelo espaço vital.¹¹⁸ Mencionando o estudo de Arthur César Ferreira Reis, intitulado *A Amazônia e as áreas desérticas do Brasil*, assegurava que a Amazônia, por tratar-se de região despovoada, estaria no foco internacional. As ameaças se cristalizavam nas obras do sociólogo indiano S. Chandraeskhari e do pesquisador Robert Brittain. Chandraeskhari defendia a utilização de áreas pouco populosas, como Brasil (em especial a Amazônia) e Canadá, como destino de contingentes humanos oriundos de locais onde a fome grassava, como a Índia. O livro de Robert Brittain sobre a luta contra a fome propagava a ideia de que, em nome de uma emergência maior como as calamidades, não deveriam ser consideradas as convenções sobre soberania nacional.¹¹⁹ Esses pensamentos revelariam a cobiça que rondava a Amazônia e calariam a voz dos que seriam contra a construção da rodovia, pois como consequência, surgiriam novos núcleos de colonização que fortaleceriam a unidade do país, constituindo-se a estrada em um “baluarte contra as especulações externas”.¹²⁰ Outra perspectiva desta linha de raciocínio, presente também no texto de JK, seria a de uma integração econômica que poderia amenizar as diferenças socioeconômicas entre as regiões brasileiras.

Para o presidente, não era possível continuar a existir um nordeste que passava fome ao lado de uma São Paulo exemplo de riqueza. Seria necessário deslocar o eixo do país, recuando o meridiano das decisões nacionais para o Oeste, de forma a situá-lo no centro geográfico do país. Assim, em suas memórias, Juscelino apontava a necessidade de progresso, visto como o imperativo do país. Mas não em qualquer lugar. O progresso não poderia ocorrer onde já existia, mas ser estimulado a partir do “nada”, recuperando

¹¹⁶ Oliveira, Nildo Dias, op. cit., p. 269-270.

¹¹⁷ Vaitsman, 1958, p. 80.

¹¹⁸ Idem, ibidem.

¹¹⁹ Idem, p. 81.

¹²⁰ Idem, p. 82.

esse “vazio” para a “civilização”.¹²¹ A perspectiva não seria, de acordo com JK, construir pontes ou abrir estradas, mas sim, povoar, criar núcleos geradores de progresso e “civilizar”. O elemento que estaria impedindo a entrada do progresso seria a natureza:

A natureza, quase indomável, cuja hegemonia se fazia presente em dois terços do território nacional (...), uma civilização, porém, não é construída através de imagens. A realidade, que se pressentia lá embaixo, era aterradora. (...) Que aconteceria ao homem isolado, desprotegido, sob um regime de alimentação racionada? Daí a minha preocupação. Desejava plantar carvalhos, e não couves.¹²²

A “poeira do progresso” estava pedindo passagem pela estrada. *Surtos* de progresso também eram percebidos pelos jornalistas que cobriram a construção. Em todas as reportagens retratando o assunto, ocorria sempre a substituição do “nada” pela “civilização”. A perspectiva adotada de progresso referia-se majoritariamente à imposição de padrões urbano-industriais em localidades que não partilhavam de tais normas. Onde “nada exista”, surgiam campos de pouso, agricultura, cidades e produção econômica. Um exemplo foi a cidade de Gurupi (GO), criada em decorrência da estrada. Segundo Afrânio Melo, a cidade era um produto típico da abertura da estrada, pois com três anos de vida, já contava com mais de 6 mil habitantes. Cortada no meio pela rodovia, estariam em construção casas e um “comércio progressista”.¹²³ De acordo com Arnaud Pierre, a Belém-Brasília não deu origem, mas desenvolveu Gurupi. A região pertencia a Porto Nacional e emancipou-se após a construção da rodovia. Conforme aponta Pierre, “isso prova que, de alguma maneira, a região pedia a estrada”.¹²⁴ Vaitsman, que esteve também na construção da estrada, mostrou-se impressionado com os resultados obtidos:

Surpreendente tudo aquilo. A trilha da Açailândia, que havíamos conhecido em setembro de 1958, era agora um povoado em franca prosperidade, com várias famílias ali entregues ao labor construtivo. Depois a estrada de Imperatriz: vencemos em pouco mais de uma hora os 72 quilômetros que nos haviam exigido mais de cinco horas de jipe

¹²¹ Kubitschek, op. cit, p. 128.

¹²² Idem, *ibidem*.

¹²³ Melo, Afrânio. *Dez Dias na Belém-Brasília*. Cadernos Belém-Brasília. Rio de Janeiro: Editora SPVEA, 1960, p. 55.

¹²⁴ Pierre, Arnaud. *Primeira Viagem na Belém-Brasília*. Cadernos Belém-Brasília, SPVEA, Rio de Janeiro, 1960, p. 71.

[da última vez que estivemos aqui]. (...) E Imperatriz, que parecia uma cidade morta (...) renasce agora sob o impulso da estrada.¹²⁵

Outro local seria Paragominas, o “exemplo mais pujante de desenvolvimento”. A narrativa sobre as mudanças da cidade merece destaque:

A história de Paragominas é mais ou menos a de tantas outras: em 1959, imperava ali a jangal amazônica; em 1960, com a trilha pioneira sangrada, instala-se ali uma serraria, destinada a fornecer madeira para as pontes provisórias da estrada. Quase que ao mesmo tempo, chega a ela o primeiro fazendeiro: um mineiro jovem de Uberaba (...) Antônio Fernandes declara-se engenheiro para a caboclada que toma conta das balsas, cruza o Tocantins, e instala-se nas terras férteis que cercam a serraria. (...) Em breve, chegam outros: do Pará, de Goiás e de Minas [dando o nome à cidade]: Paragominas.¹²⁶

Como visto, a noção de progresso está intimamente ligada à questão material, urbana e tecnológica, ou seja, à medida que determinada população passa a seguir os ditames de sociedades consideradas avançadas (formação de cidades, máquinas, técnicas), é que se dá o progresso propriamente dito. Tal fato remonta a construções de séculos anteriores, como aponta Paolo Rossi. O filósofo, ao perseguir as concepções de progresso no curso dos séculos, aponta sua relação com a perspectiva de superação das condições naturais da humanidade. Sua origem remonta aos séculos XVI e fins do século XVIII quando, no confronto entre magia e ciência como técnicas de dominação da natureza, o resgate e a salvação de que, em muitas vezes, a ciência encarregou-se, trazia tonalidades religiosas, de messianismo e redenção.¹²⁷ O caminho da trajetória de progresso acompanhou *pari passu* a separação entre homem e natureza. A ideia de progresso é constitutiva da imagem moderna de ciência, pois entre os séculos XVII e XIX, a concepção de um avanço de saber acompanhou vários programas científicos nas academias espalhadas pela Europa. A polêmica contra a imagem tradicional da natureza como estrutura harmoniosa desenvolveu-se conjuntamente à concepção de progresso, em especial após a Revolução industrial:

Quem crê no progresso (...) não se contenta com escolhas efetuadas no reino da imaginação. Não tende à fuga da história. Conta ou julga poder contar com possibilidades que interpreta como reais. Vê presentes na história algumas possíveis confirmações das suas esperanças, julga que ela procede (...) segundo uma e não outra

¹²⁵ Vaitsman, 1960, p. 31.

¹²⁶ Barreto, op. cit., p. 36.

¹²⁷ Rossi, Paolo. *Naufrágios sem espectador* - A ideia de progresso. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 48.

direção. Considera em todo caso que tem sentido operar no mundo como base em projetos regidos pela esperança em um futuro desejável, melhor que um presente cujos limites e influências são visíveis.¹²⁸

Segundo Rossi, a ideia moderna de progresso encontrou sua expressão clássica nos textos de Condorcet e Turgot e depois nos de Saint-Simon e Comte. A concepção de um crescimento e desenvolvimento do gênero humano transformou-se, em fins do século XVIII, em uma teoria própria, onde entravam em jogo a ideia de uma história unitária ou universal do gênero humano e os discursos sobre civilização e barbárie.¹²⁹ O autor refere-se a uma fé no progresso e à busca por uma lei do progresso. Essa fé repousava em três convicções: a de que na história está presente uma lei que tende, através de graus ou etapas, à perfeição e à felicidade do gênero humano;¹³⁰ a de que o processo de aperfeiçoamento desta lei é geralmente identificado com o desenvolvimento e com o crescimento do saber científico e da técnica; e a de que ciência e técnica são a principal fonte de progresso político e moral, constituindo assim, a afirmação de tal progresso.¹³¹ De acordo com Shanin, essa ideia, de forma geral, dava conta de que todas as sociedades estariam avançando naturalmente em uma rota, passando da pobreza, barbarismo, despotismo e ignorância para riqueza, civilização, democracia e racionalidade.¹³² Kubitschek, ao relacionar a rodovia com Brasília, afirmava que esta seria “um foco irradiador de civilização”, que tornaria possível dar à Amazônia um salto de seu “estágio primitivo, configurado na satisfação apenas das necessidades primárias, para o esplendor da era eletrônica, característica dos padrões de vida inerentes à civilização que iria nascer no Planalto.”¹³³ O padrão civilizacional, apontado por Juscelino se daria, assim, pela “fusão” dos dois Brasis. Em seu discurso, é perceptível que tal integração tratar-se-ia, na verdade, de uma autêntica anexação da Amazônia:

(...) Pude constatar, de visu, o acordar para a civilização de toda a imensa região. À proporção que a rodovia avançava, iam surgindo, nas suas margens, povoações, núcleos humanos, arremedos de vilas, que logo se transformariam em localidades florescentes. Os dois Brasis finalmente se encontravam – o civilizado e o selvagem – e se fundiam, sem que a fusão importasse em derramamento de sangue, como acontecera nos Estados Unidos. Ao invés de armas, os

¹²⁸ Rossi, op. cit., p. 52.

¹²⁹ Rossi, op. cit., p. 95.

¹³⁰ Idem, p. 95-96.

¹³¹ Idem, ibidem.

¹³² Shanin, Theodor. *The Idea of Progress*. In: Rahnama, Majid e Bawtree, Victoria. *The Post-development Reader*. New York: Zed Books, 2005, p. 65.

¹³³ Kubitschek, op. cit., p. 192.

conquistadores do vale amazônico levavam tratores e sementes. Os tratores derrubavam as árvores gigantescas e, nas clareiras, ia-se semeando o grande Brasil do futuro.¹³⁴

Expandindo o argumento de Rossi, Shanin argumenta que a ideia de progresso (seu aparato conceitual, valores, imagens e emoções) não se restringiu aos filósofos, mas penetrou em todos os estratos das sociedades contemporâneas até se tornar um senso comum. Segundo o autor, mesmo quando alguma outra experiência histórica desafiava tal visão, esse ideal transformava-se em algo diferente e adaptado aos novos tempos. Assim, modernização, desenvolvimento, crescimento seriam sinônimos conceituais e transmodações da ideia original de progresso.¹³⁵ Para Shanin, o impacto deste ideário teve uma representação tripla: um mecanismo de orientação geral, uma ferramenta poderosa de mobilização e uma ideologia. Além desses aspectos, o “progresso” contribuiu também para ordenar, classificar e compreender a realidade humana.

Tempo histórico, sociedade, cidadãos, natureza: todos seriam passíveis de explicação e, principalmente, cada um teria o seu lugar neste mundo com um futuro promissor. Esta concepção tornou-se então uma ferramenta energizante de política e contrapolítica, servindo para mobilizar a devoção e prontidão de seus seguidores, que estariam prontos para se sacrificarem, incluindo as próprias vidas, visando a acelerar a inevitável aproximação com um necessário e glorioso futuro. Este era o discurso recorrente sobre as mortes de funcionários do baixo e alto escalão responsáveis pela construção da rodovia. JK, ao apontar os sacrifícios feitos pelos trabalhadores da rodovia afirmava que “o caboclo da Amazônia sentia que, ao fazer aquele enorme sacrifício, estava preparando dias melhores para os filhos”.¹³⁶ A morte os converteria em mártires de uma autêntica transformação. Como aponta Shanin, o progresso justificaria todas as ações humanas em prol desta ideia:

The idea of progress, with many derivations, has also become an important ideology (...) [the] service to progress became an important justification employed by both development experts and hardened politicians, enabling them to override whatever did not fit their vision – and to award themselves massive privileges of power, status and well-being, while most people were turned into objects of manipulation. (...) For the majority, the cause of progress took away, for the sake of scientific planning, the right to chose and even to

¹³⁴ Idem, p. 214.

¹³⁵ Shanin, op. cit., p. 66.

¹³⁶ Kubitschek, op. cit., p. 407.

understand why their own experience was increasingly being negated.¹³⁷

O trecho acima expõe apenas uma parte de nossa concepção sobre este processo. Se, por um lado, os *policy-makers*, imbuídos dos padrões desenvolvimentistas de forma até missionária, alijaram a população do processo de concepção das ações estatais, recorrendo ao método *top-down*, por outro, existe a prática de tais políticas e a própria população, que respondeu a esta “missão” de diferentes formas, ressignificando, aceitando, rejeitando ou, inclusive, aproveitando-se de tais projetos. De qualquer forma, tais percepções tornaram-se fortes em fins do século XIX, entrando em crise durante as guerras mundiais do século XX. Mesmo o autor não afirmando isso, complementamos que existem fortes reminiscências de tais concepções no período pós-guerra, encontradas nos discursos do período JK, sua manifestação mais clara no Brasil. O que se esboçava antes, nos governos Dutra e Vargas, explicita-se no governo de Kubitschek. As concepções adotadas anteriormente foram apropriadas para a construção do maior mito envolvendo a construção da rodovia: a trágica e irônica morte do engenheiro responsável por parte da obra.

5.7 – Um exemplo do espírito bandeirante: Bernardo Sayão

*A floresta, impassível, não sofre a derrota fatal.
Muito menos assiste,
sem demais exigir do progresso à invasão.
E a vingança, brutal, ela exerce, de chofre,
num assalto imprevisto e, ao mesmo tempo, triste,
a existência apagando a Bernardo Sayão!*¹³⁸

Nas narrativas sobre a Belém-Brasília, o presidente Juscelino Kubitschek é visto como “o” exemplo máximo da incorporação do espírito bandeirante, mas um acontecimento próximo à inauguração da estrada mudou os rumos desta apropriação: a morte de Bernardo Sayão, ironicamente atingido pelas mesmas árvores que a Rodobras derrubava. Tal fato reforçou o caráter desbravador e pioneiro do engenheiro. Esta última característica faz referência às pessoas que se deslocaram para trabalhar e habitar as

¹³⁷ Shanin, op.cit., p. 69.

¹³⁸ Rolim, op. cit., p. 42

idades rejuvenescidas ou criadas após a construção. Dessa forma, Sayão, nivelado pelas reportagens, discursos e narrativas aos outros funcionários como um igual, tinha sua personalidade mitificada. Sua representação como o “tipo ideal” de bandeirante serviu para justificar os discursos sobre a natureza, apresentando, em decorrência do fato, aspectos “vingativos” e reforçando a necessidade de incursão, expansão territorial e desenvolvimento.

Ao invés de sua morte ser vista como uma das consequências de descaso com a natureza e a fatalidade que a envolveu ser apresentada como advertência, as narrativas desenvolvimentistas reforçavam a necessidade de ampliar o enfrentamento à natureza, ao mesmo tempo em que o engenheiro recebia as glórias do bandeirismo.¹³⁹ Um aspecto revelador da apropriação do fato pela propaganda sobre a rodovia encontra-se na junção de todas as reportagens e discursos favoráveis ao engenheiro em uma publicação do Serviço de Documentação da Presidência da República intitulada *Bernardo Sayão – Bandeirante Moderno*, em 1959, mesmo ano de sua morte. Sayão foi também o primeiro morto enterrado no cemitério de Brasília, ressaltando, ironicamente, sua trajetória pioneira.¹⁴⁰

Carioca do bairro da Tijuca e nascido em 1901, sua carreira se assemelha à de vários homens públicos da época, trabalhando desde os anos 1940 no ministério da agricultura, ocupando diversos cargos. Nomeado por Getúlio Vargas, dirigiu a Colônia Agrícola Nacional (CANG), que deu origem às cidade de Ceres e Rialma, em Goiás. Radicado lá, elegeu-se, em 1954, vice-governador pelo PSD, na chapa encabeçada por José Ludovico de Almeida. Após a deliberação de JK de transferir a capital federal para Brasília, o engenheiro foi incumbido de executar o plano-piloto idealizado por Lúcio Costa. Em 1958, assumiu a supervisão da Rodobras, comandando uma das frentes de trabalho. Uma trajetória relativamente comum, transformada em epopeia pela propaganda favorável ao governo. No funeral de Sayão, Juscelino discursou sobre o engenheiro, revelando a transformação do homem em mito:

Até então, nós sabíamos que [Sayão] não media sacrifícios para tornar maior e mais forte esse país. Hoje, seu nome se inscreve na legenda; é

¹³⁹ Silva, Sandro Duarte. A natureza contra o progresso: mitos e narrativas do “destino bandeirante” na expansão desenvolvimentista. *Textos de História*, v. 17, n. 1, 2009, p.94.

¹⁴⁰ Até a presente data (e esperamos que mais adiante também), o enterro de Sayão está disponível no sítio youtube. Cf. Corpo do engenheiro Bernardo Sayão chega a Brasília em 1959. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=CvLbVRwv2hY&feature=related>>. Acesso em: 10/01/2011.

um dos heróis da nacionalidade. Só nos consola de sua perda essa glória que começa a iluminar, agora, o vulto que acaba de consumir o seu sacrifício até a mais trágica consequência. (...) era o comandante da batalha que desencantarà a Amazônia de sua prisão, que virá retirar da pré-história tão grande, tão obscura e tão importante zona da nossa pátria. (...) Caiu num golpe fatal, vibrado por toda a selva, através de um dos seus gigantes vegetais. Foi uma vingança da natureza na pessoa desse bandeirante moderno, desse desbravador incomparável.¹⁴¹

No senado, Gilberto Marinho (PSD/RJ) discursou em homenagem ao engenheiro, ressaltando seu caráter desbravador. De acordo com Marinho, a humanidade estaria formada em duas classes de homens: os que se resignavam em andar entre as coisas criadas por outros e os que se conformariam andando pelas próprias obras. Obviamente, Sayão pertencia ao segundo grupo. As obras o transformariam no principal artífice da rodovia, que, em sua ausência, choraria a perda de seu pioneiro.¹⁴² Como aponta reportagem de *O Globo*, com Sayão morto, a Rodobras perdera seu grande construtor e o Brasil, seu exemplo mais vivo de bandeirante da época.¹⁴³ Danton Jobim, em artigo ao *Diário Carioca*, definia o engenheiro como uma espécie de visionário prático, a quem seduzia a conquista do novo e do desconhecido e a dominação dos obstáculos.¹⁴⁴

Além do caráter “fantástico” de sua trajetória, a morte do engenheiro serviu de mote para a imprensa favorável a JK tecer comentários negativos aos críticos das obras do governo. Se não é possível apontar uma evidência pela presença, podemos ressaltar pela constante citação às ausências. O discurso construído pela imprensa dos grupos pertencentes a Assis Chateaubriand e Roberto Marinho se pretendia hegemônico mediante a publicação de reportagens via imprensa nacional e SPVEA, nas quais o tom das críticas revela o ambiente hostil entre situação e oposição do Brasil naquele momento. Essas publicações reforçam nosso argumento de que o discurso desenvolvimentista construiu-se a partir da dinâmica política do período, aliada ao papel da imprensa nesta contenda.

A reportagem do *Última Hora*, de janeiro de 1959, sugeria que a morte de Sayão foi característica dos contrastes que o Brasil apresentava à época, ocorrendo assim, uma antinomia crítica entre um Brasil conservador, comodista, que estranharia a celeridade

¹⁴¹ Brasil. *Bernardo Sayão – Bandeirante Moderno* – Rio de Janeiro, Presidência da República, Serviço de Documentação, 1959, p. 15-16.

¹⁴² Idem, p. 23.

¹⁴³ Idem, p. 44.

¹⁴⁴ Idem, p. 47.

do progresso, e um outro país que romperia com o tradicional, procurando se libertar em direção ao crescimento:

A antinomia encontra correspondência nas atitudes de espírito: contrastando os vencidos, os desesperados, os negativistas, os amargurados, aqueles que estão em todo o instante falando na tal “beira do abismo”, e nos julgam incapazes, ineficientes, subordinados a obstáculos insuperáveis, com aqueles que acreditam no Brasil e trabalham, e se esforçam, e lutam. Nada poderemos construir com os primeiros, mas são os segundos que estão fazendo do Brasil o grande país com que todos sonhamos.¹⁴⁵

O neobandeirismo presente no desenvolvimentismo juscelinista mantinha os velhos mitos da natureza, mas substituía os referenciais dos velhos mitos motivadores (montanhas de ouro e esmeralda) pelo discurso do progresso e desenvolvimento nacional.¹⁴⁶ O mito inibidor serviria também para reforçar o caráter messiânico e desbravador da vida de Sayão, como aponta a reportagem do Diário: “Quis assim o destino, que lhe permitiu, entretanto, na sua misteriosa sentença, que tivesse um fim simbólico, vítima da floresta que vencera”.¹⁴⁷ Wladimir Bernardes, em artigo ao *A Notícia*, destacou ter o engenheiro enfrentado perigos e canseiras para trazer a civilização ao Brasil, que ainda era um prisioneiro da natureza.¹⁴⁸

Destacamos aqui duas reportagens que trazem à tona o real vilão do progresso e desenvolvimento, de acordo com os escritos: a natureza. Estes textos são importantes, pois enfatizam e apontam explicitamente a noção de natureza e seu uso para a mitificação do engenheiro. Em 22 de janeiro, o *Última Hora* noticiou o fato de a rodovia homenagear o engenheiro, assumindo, a partir daquele momento, seu nome. No artigo, sem autor afirmava-se que a Belém-Brasília constituía-se de 2 mil quilômetros de madeira, umidade, bichos, índios, chuvas – e falta e excesso de tudo.¹⁴⁹ O esforço na construção da rodovia representaria, para Sayão, que Brasília estaria a salvo de qualquer tentativa de abandono por parte de futuros governos. Assim, o plano só dependeria do engenheiro, que seria também um desbravador, poeta e idealista.¹⁵⁰

Dou minha palavra que se os homens que fazem oposição injusta aos planos de Brasília acompanhassem o Engenheiro Sayão nas suas

¹⁴⁵ Brasil, 1959, p. 52.

¹⁴⁶ Silva, 2009, p. 97-98.

¹⁴⁷ Brasil, 1959, p. 53.

¹⁴⁸ Idem, p. 55.

¹⁴⁹ Idem, p. 62.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*.

penetrações de helicóptero (...) terminariam por capitular. Nada resiste ao seu entusiasmo, à sua vontade de lutar e de ganhar a partida. Ele sabia que o inimigo era a floresta. Se aqueles milhões de soldados (as árvores) fossem vencidos, os homens de terno branco (da oposição) não teriam outro jeito a não ser se calar. O seu negócio era com a natureza, a sua briga contra os elementos, mesmo porque ele sabia que a outra natureza (a dos homens) é mais fácil de vencer.¹⁵¹

Em outro artigo escrito por Henrique Pongetti ao *O Globo*, é reforçada a ideia do bandeirantismo presente nas ações de Bernardo Sayão como fruto de algo mais objetivo: a Amazônia enfim destruiria seus mitos. Um fato novo passaria por cima das mitologias tradicionais amazônicas: o desenvolvimento, representado pelos tratores e pela estrada. A Belém-Brasília representa nesses escritos o próprio desenvolvimento e suas características, ao trazer para a região o fim das lendas e o início de uma era urbana, caracterizada pelo padrão industrialista ocidental. Como afirma Silva, se nos anos 1940 a Marcha para o Oeste caracterizava-se pela busca de uma “brasilidade”, nos anos 1950, concentrava-se no sistema simbólico do desenvolvimentismo.¹⁵² Este novo referencial trazia imagens ao contexto em foco, conformando-se ao modo como o mito da riqueza e prosperidade – identificados como o novo sentido nacional do progresso e desenvolvimento – suplantava os mitos inibidores da floresta.¹⁵³ O artigo de Pongetti faz referências constantes às lendas amazônicas, vistas como aterroradoras, temíveis, e, assim como a natureza, passíveis de destruição, pois seriam todos vilões do progresso. Inicialmente, o jornalista destaca o fato de a Amazônia ser intransponível até aquele momento. Os mitos, os animais e a selva constituiriam verdadeiras resistências à civilização. Porém, com a abertura da estrada, chegaria ao fim essa era. Assim, o corte da floresta não mais se abriria, e o cimento esterilizaria a “fecundidade desumana da selva tropical”.¹⁵⁴ Lá passariam as “divisões blindadas do progresso”:

Andei pelo labirinto da selva amazônica, posso imaginar a façanha de se rasgar uma imensa e larga senda derrubando a linha Currupira feita de barreiras lígneas seculares; de mitos arrancados do seu sono a esbarros de tratores; de bichos assustados e enraivecidos pela presença do estranho bípede homem, (...) os rios eram os caminhos permitidos pelos mitos e pelos totens. Quanto à selva, o homem devia entrar, no máximo, com um terçado para marcar o roteiro da volta, lanhando a casca do tronco ou cortando um galho abaixo. A linha do Currupira é mais terrível do que foram a Maginot e a Sigfried: está armada de mistério e sobrenaturalidade. E defende da fúria organizada do

¹⁵¹ Brasil, 1959, p. 63

¹⁵² Silva, 2009, p. 98.

¹⁵³ Idem, p. 99.

¹⁵⁴ Brasil, 1959, p. 54

progresso seu mundo autóctone, apasmaçado e bárbaro. (...) **Quero ver o mundão das árvores arrancadas; mitos e totens zanzando de raiva na sua impotência. Quero ver o Brasil derrotar o Currupira e tomar conta do que havia esquecido que lhe pertencia. Quero me vingar dos meus terrores no rio, do estrondo das terras caídas, da presença do inimigo invisível.**¹⁵⁵ (grifo meu)

Os fatos descritos da trajetória de Sayão (em especial a partir de sua atuação na CANG), transformaram-se em exemplo de postura e desbravamento contra os vilões do período (a natureza e a oposição aos projetos juscelinistas). Dessa forma, a história contada sobre a Belém-Brasília já contaria com o seu messias (Juscelino), um mártir (Sayão), fiéis (pioneiros – os lambaios) e a grande vilã (a natureza). A saga estaria completa. A morte do engenheiro reforçou a necessidade de as máquinas do progresso ingressarem no imenso deserto amazônico. Esta concepção de “vazio demográfico” também é fruto de uma construção histórica, como demonstraremos a seguir.

5.8 – Amazônia: a *wilderness* brasileira

*Esse é o mundo assombroso, o mundo extraordinário
cuja grandiosidade, assaz impressionante,
passa a ser fecundada
pelo arrojo invulgar, o feito rodoviário
que é a Belém-Brasília, de pátria, de ora em diante,
a portentosa estrada!*¹⁵⁶

Todos os livros lançados sobre a Belém-Brasília têm em comum as respostas às acusações de que a rodovia seria uma “estrada das onças”. O exotismo presente na região é ressaltado pelos acontecimentos ocorridos com os repórteres. O jornalista Afrânio Melo passou dez dias na estrada durante o período de sua inauguração, na Caravana de Integração nacional, sendo convidado para fazer parte e relatar os acontecimentos. Melo buscou durante boa parte de sua reportagem, reafirmar as boas condições em que se encontrava a Belém-Brasília, além de desmentir os boatos que, segundo ele, circulavam pela imprensa oposicionista do sudeste:

¹⁵⁵ Brasil, 1959, p. 63-65.

¹⁵⁶ Rolim, op. cit., p. 32.

Nada faltou aos caravaneiros – acomodação de campanha, banho, comida e bebida. Até mesmo jornais nos chegavam às mãos, trazidos de avião. E eram o avião e as estações de rádio dos acampamentos da estrada que [nos traziam] notícias chistosas, como aquela de que estaríamos sendo atacados pelos índios (...) [Apenas encontramos índios como] os Gaviões e Urubus (...) São índios pacíficos, contudo, que praticam uma agricultura singela, de subsistência, e que comerciavam com os brancos (...) Contrariando os prognósticos, a Caravana Norte não encontrou, em seu caminho, uma onça sequer, ou um gato do mato.¹⁵⁷

Esta ideia relacionava-se à necessidade de ocupação para fugir de possíveis ambições imperialistas. Vaitsman afirmava que a construção da nova capital e da estrada estariam “levando a civilização ao recôndito de regiões que até há pouco eram gigantescos vazios demográficos, sobre os quais se voltavam de quando em quando os apetites de potências imperialistas.”¹⁵⁸

A partir dos estudos de Moreira, é possível estabelecer uma relação entre a publicada pouca presença indígena e o ideário em torno dos *vazios demográficos*. A certeza de que partes do Brasil ou até mesmo o país como um todo teria se transformado, depois de três séculos de colonização portuguesa, em um imenso vazio demográfico encontra suas primeiras tintas impressas no século XIX. Essa crença, reforçada por relatos de viajantes, tinha fundamento em dois pontos. O primeiro foi a catástrofe demográfica causada pelos primeiros contatos entre os ameríndios e os europeus. Embora dados e estatísticas variem enormemente sobre o quantitativo da população nativa antes e depois do contato, este se tornou um fenômeno aceito por todos os estudiosos do tema.¹⁵⁹ O outro ponto estaria relacionado à dinâmica da colonização europeia, que, por sua vez, minimizou e desconsiderou a presença das populações nativas dos territórios de suas fronteiras coloniais. Assim, áreas da Ásia, África e América eram vistas pelas elites europeias como regiões disponíveis ao expansionismo econômico europeu, dando origem a visões distorcidas e ideológicas sobre essas regiões e populações.¹⁶⁰

Tais concepções não se deram apenas sob o prisma estrangeiro: as próprias elites locais dos estados que se formaram no continente americano reproduziram, atualizaram e

¹⁵⁷ Melo, Afrânio. Dez Dias na Belém-Brasília. Cadernos Belém-Brasília, Rio de Janeiro, Editora SPVEA, 1960, p. 41.

¹⁵⁸ Vaitsman, Maurício. Integração Nacional – Conquista das Selvas. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1960, p. 1.

¹⁵⁹ Moreira, Vânia Maria Losada. Vazios Demográficos ou Territórios indígenas? *Dimensões – Revista de História da UFES* – Dossiê (des)caminhos da colonização. n. 11, jul./dez. 2000, p.138.

¹⁶⁰ Idem, p. 139.

adaptaram a ideologia de uma terra selvagem e vazia, disponível à colonização, ao desenvolvimento econômico e à modernização.¹⁶¹ Se nos três primeiros séculos, a questão indígena relacionava-se à recorrente carência de mão de obra, a partir do século XIX, o foco incidiu sobre as terras do povo nativo, mais que sobre seu trabalho. Dessa forma, não foi à toa que o conceito de vazio demográfico tornou-se um jargão político corriqueiro entre as décadas de 1940 e 1970. Foi nesse período que o expansionismo brasileiro ganhou fôlego, em especial com três marcos bem definidos: a Marcha para o Oeste de Vargas, a construção de Brasília e do Cruzeiro Rodoviário e a política de ocupação da Amazônia, da gestão militar.¹⁶² Todas estas políticas foram justificadas como medidas que tinham como objetivo o povoamento, a colonização e o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte e Centro-Oeste. Não por acaso, regiões que carregavam o estigma do vazio demográfico:

Vazio demográfico é, portanto, um clichê produzido pelo Estado e por parcelas da sociedade brasileira, com profundas raízes na história nacional do século XX. Na maior parte das vezes indica senão a completa ausência de traços humanos em dado território, pelo menos a existência de uma densidade demográfica muito baixa. Na boca dos políticos, a noção de vazios demográficos foi mais longe, pois via de regra serviu para justificar medidas ou políticas para incrementar o nível de povoamento.¹⁶³

O geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, ao criticar tal noção, busca relativizar o conceito de densidade demográfica. Para Gonçalves, a relação população-área deve ser equacionada com relações sociais que regem a vida dos homens e mulheres entre si e destes com a natureza.¹⁶⁴ Dessa forma, subjacente à ideia de vazio demográfico, esconde-se uma preocupação herdada do período colonial, que revela mais a respeito das dificuldades dos que querem colonizar a região. Assim, esta “verdade” é frequentemente reiterada para justificar a necessidade de ocupação, com vistas à garantir a integridade territorial.¹⁶⁵

A visão de uma terra desocupada e pronta para ocupação e colonização remete, fatalmente, ao conceito de *wilderness*, originário das narrativas de colonização dos Estados Unidos da América. A ideia, originalmente, fazia referência a adjetivos como

¹⁶¹ Moreira, 2000, p. 139.

¹⁶² Idem, ibidem.

¹⁶³ Idem, p.141.

¹⁶⁴ Gonçalves, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Editora Contexto, 2001, p. 33.

¹⁶⁵ Idem, ibidem.

“deserto”, “selvagem” e “desolado”, sendo um possível lugar para o início de uma nova história e, de forma prática, um lugar para ser temido. Como aponta Cronon, o *wilderness* transformou-se, no curso do século XIX, em um espaço sagrado, o último lugar onde existia certa “pureza”, frente às abruptas transformações industriais pelas quais os Estados Unidos da América passaram. No caso brasileiro, encontramos nos escritos sobre a natureza da época muito da visão original descrita pelo autor.¹⁶⁶ Junqueira aponta que a compreensão do significado da palavra está geralmente relacionada a um lugar onde a percepção humana está abalada, ampliada ou perturbada.¹⁶⁷ A relação dar-se-ia de permanência do homem em um ambiente estranho, no qual a civilização que ordena e controla sua vida, estaria ausente. Dessa forma, qualquer lugar em que o homem se sentisse sem orientação poderia ser chamado assim.¹⁶⁸ Para Cronon, o mito de *wilderness* entendido como uma terra virgem e inabitada foi, na história da humanidade, especialmente cruel se visto da perspectiva das populações que habitavam estes locais.¹⁶⁹ Esta concepção, no curso da história, passou por diferentes transformações:

Seen as the original garden, it is a place outside of time, from which human beings had to be ejected before the fallen world of history could properly begin. Seen as the frontier, it is a savage world at the dawn of civilization, whose transformation represents the very beginning of the national history epic. Seen as the bold landscape of frontier heroism, it is the place of youth and childhood, into which men escape by abandoning their pasts and entering a world of freedom where the constraints of civilization fade into memory.¹⁷⁰

Tais representações da região amazônica e da América Latina foram bastante difundidas entre os anos de 1940 e 1970 no periódico *Seleções (Reader's digest)*. As abordagens sobre o território amazônico davam conta de que se tratava de local vazio e abandonado, sem as condições necessárias para atingir o progresso e o desenvolvimento de um mundo moderno.¹⁷¹ Dessa forma, tal construção cultural colocava o latino americano como um ser passivo, sem interesse e iniciativa, em oposição aos Estados Unidos da América, que teriam resolvido o problema dos territórios vazios e dos índios no século

¹⁶⁶ Cronon, op. cit., p. 81.

¹⁶⁷ Junqueira, Mary A.. Representações políticas do território latino-americano na Revista *Seleções*. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 42, 2001, p. 328.

¹⁶⁸ Idem, ibidem.

¹⁶⁹ Cronon, op. cit., p. 97.

¹⁷⁰ Idem, p. 100.

¹⁷¹ Junqueira, op. cit., p. 324.

XIX.¹⁷² Esses territórios, em especial os do interior do Brasil, foram classificados pela versão brasileira da revista como *Oeste, fronteira, última fronteira*, e em sua versão estadunidense, *wilderness*.¹⁷³ Longe de representar uma imposição de valores, estas ideias encontraram terreno fértil no debate cultural brasileiro no período de 1940 a 1970, pois periódicos de grande circulação, como *Manchete* e *Cruzeiro*, debatiam temas semelhantes aos apresentados pela revista estadunidense: a Marcha para o Oeste varguista, a mudança de capital e a implementação das rodovias.¹⁷⁴ A Amazônia e seus habitantes eram retratados pelas publicações locais como desconhecidos e entraves ao progresso, mostrando os Estados Unidos como referência e modelo a ser seguido para se atingir o patamar de “país desenvolvido”.¹⁷⁵ Como afirma Juscelino Kubitschek:

A Amazônia lá estava – sombria, aterradora, misteriosa – sempre envolta no manto verde de sua floresta impenetrável. Aquela floresta era, a um só tempo, riqueza e sudário. Tudo poderia ser encontrado ali, se o acesso fosse fácil e vigorassem na região condições de salubridade.¹⁷⁶

Retornando às narrativas de Vaitsman, uma vantagem da derrubada das matas seria o povoamento da região, pois o governo de Goiás, através da lei dos posseiros, incentivara a população a se fixar no local: “o dono da terra é quem chega primeiro e se instala”.¹⁷⁷ A abertura da estrada parecia um sonho: “estávamos violando com os nossos pneus uma selva que sempre foi uma barreira para o progresso”.¹⁷⁸ A população local também era temida pelos “desbravadores”. O tom pitoresco e exótico comandava as descrições. O temor em relação aos nativos também inspirava cuidados, pois eles não tinham como tomar conta de si próprios. O jornalista conta a história de dois indígenas fornecidos pelo Serviço de Proteção ao Índio (para estabelecer contato com os silvícolas locais) que estavam maravilhados com “a tal da injeção”.¹⁷⁹ Ao chegarem a Belém, um deles tinha comprado uma seringa e a injetara, com água suja, em si mesmo, tendo como consequência sua morte. A construção de um “outro” selvagem é forte nos relatos. De forma geral, a população “descoberta” após a passagem das máquinas e tratores era vista como dócil e pouco inteligente, necessitando, conseqüentemente, de se

¹⁷² Junqueira, op. cit., p. 324.

¹⁷³ Idem, p. 325.

¹⁷⁴ Idem, p. 339.

¹⁷⁵ Idem, ibidem.

¹⁷⁶ Kubitschek, op. cit., p. 192.

¹⁷⁷ Vaitsman, 1958, p. 38.

¹⁷⁸ Idem, p. 43.

¹⁷⁹ Idem, p. 23

integrar à civilização trazida pela Belém Brasília. Por fim, o exotismo e a ferocidade da natureza (tendo como ápice a morte de Bernardo Sayão) dão o tom geral do discurso. Como se dava esta construção sobre a natureza? Existiriam alternativas a esta percepção da natureza enquanto uma “resistente ao progresso”?

5.9 – Da Natureza

*Entre a máquina e a selva, o duelo tremendo
a que empresta o machado um papel decisivo,
abatendo, implacável, os gigantes da mata!
Ao furor combativo toda a selva estremece.
A fauna, amedrontada, se embrenha
Mas na face da terra encantada e ubertosa
vai ficando o perfil retilíneo da estrada!*¹⁸⁰

Como temos apontado ao longo do capítulo, a natureza, nas palavras da propaganda, era vista como a grande vilã do progresso. Nesta sessão, vamos analisar tal concepção a partir dos textos da época, em diálogo com fotografias da região, para, no fim, apontar as variáveis deste discurso. É importante, de forma inicial, tomar como referência a observação de Martins, segundo a qual, em relação à natureza, não existem somente interesses.¹⁸¹ Em qualquer sociedade, a natureza é fonte de valores e representações intrincados, complexos, contraditórios, que nutrem as artes, as religiões, os mitos e os saberes.¹⁸² A natureza seria, assim, uma construção cultural, concretizada nas concepções de mundo. Estamos nos referindo aqui, a um constructo cultural específico, fruto de prefigurações seculares sobre a região amazônica que, de certa forma, radicalizou os discursos anteriores sobre o local da natureza nos projetos governamentais. As alternativas a este discurso de “destruição” no país datam do período colonial, por mais que as preocupações não fossem necessariamente conservacionistas, para utilizar um termo contemporâneo.¹⁸³

¹⁸⁰ Rolim, op. cit., p. 41

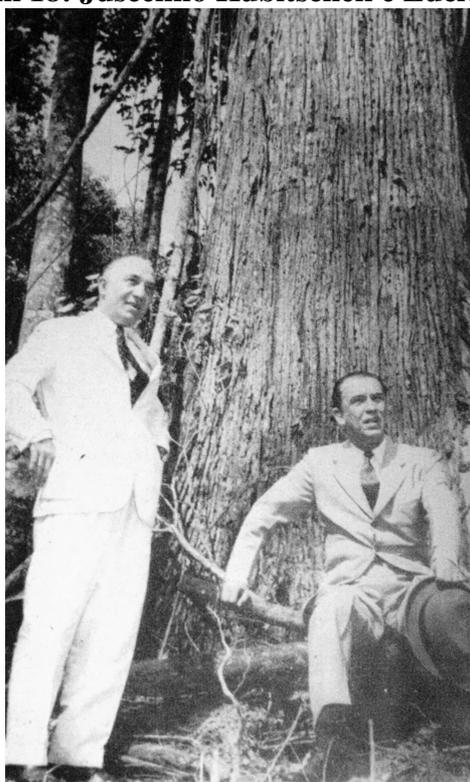
¹⁸¹ Martins, Marcos Lobato. História e Meio Ambiente. São Paulo: Editora Annablume – Faculdades Pedro Leopoldo, 2007, p. 30.

¹⁸² Idem, ibidem.

¹⁸³ Pádua, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

A construção da Belém-Brasília gerou fotografias de forte caráter simbólico. A produção da obra fotográfica diz respeito ao conjunto de mecanismos internos do processo de construção da representação, concebido conforme certa intenção, construído e materializado, estética/ideológica e tecnicamente.¹⁸⁴ Essas fotografias relacionam-se a uma tradição nacional e internacional de se prestarem a uma fixação de memória e, neste caso, a uma finalidade propagandística, financiada por instituições oficiais interessadas em divulgar certo tipo de progresso.¹⁸⁵ Assim, essas fotos, como afirma Barthes, não seriam meramente uma “cópia” do real, mas sim emanações do real passado.¹⁸⁶ Tais imagens, trazem as concepções ideológicas dos seus autores e do contexto em que foram produzida. Não seria difícil imaginar quais ideias estariam por trás da publicação destas fotos. Na imagem 18, observamos o presidente e o ministro Lúcio Meira, em um momento de descanso das obras. Fotografar o próprio presidente no campo onde estariam ocorrendo as obras é colocar em cena o principal ator político do projeto, comprometido com as possíveis mudanças que a obra traria.

Imagem 18: Juscelino Kubitschek e Lúcio Meira



Fonte: BRASIL. O Planejamento Transforma a Amazônia. Rio de Janeiro, SPVEA, 1960, p.13.

¹⁸⁴ Kossoy, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê editorial, 2002, p. 42.

¹⁸⁵ Kossoy, 2002, p. 81.

¹⁸⁶ Barthes, Roland. *A Câmara Clara.- nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 132.

Para compreender a mensagem implícita nas fotografias é necessário cotejá-las com os discursos do período, buscando verificar com que substrato do real estamos nos defrontando. Uma possível interpretação pode ser encontrada na análise da fala de JK sobre a natureza, na qual ele reafirma as concepções presentes nas peças publicitárias da época da construção e inauguração da BR14. Alguns meses após a morte de Sayão, ocorreu o evento que ligaria os trechos da rodovia (em especial dois: o que viera de Belém e o que tinha origem em Brasília). O ato simbólico que daria concretude a essa definitiva conexão seria a derrubada de um jatobá pelo próprio presidente. A forma pela qual o acontecimento é narrado por Juscelino expõe o papel daquela árvore em particular (e da mata em geral) no seu projeto de governo:

(...) impedindo a ligação (...) [lá estava] a árvore imensa. Media-a com os olhos. O caule projetava-se contra o céu quase sem galhos e abria-se, lá em cima, a fronde majestosa. (...) o que parecia impossível estava acontecendo. (...) Num canto, via-se um trator amarelo. Era a arma de que me utilizaria para a batalha contra o último guerreiro. (...) sentia-me orgulhoso da tarefa que me fora reservada. Dera a ordem para derrubar a primeira árvore e eu próprio iria fazer a última. (...) ouviu-se um estrondo subterrâneo das raízes que se desprendiam. (...) O último tamoio caíra, e, com sua morte, desfizera-se a superstição da inviolabilidade da selva.¹⁸⁷

Imagem 19: Nelson de Mello, Juscelino Kubitschek e outros na construção da rodovia Belém-Brasília



¹⁸⁷ Kubitschek, op. cit., p. 232.

Ora, a natureza não é uma ideia, mas sim, muitas ideias, significados, pensamentos e sentimentos, empilhados uns sobre os outros, frequentemente da forma menos sistemática possível.¹⁸⁸ Seria, assim, uma criação da mente humana que, por mais que se esforce para ver o que ela é objetivamente em si mesma, acaba prendendo o olhar nas grades da própria consciência e na rede de significados humanos. Por isso se faz imprescindível descobrir como uma determinada cultura, de determinada época, avaliou e representou a natureza. Se, de um lado, a floresta significa perigo, também traz ideias de deslumbramento diante de seu tamanho. Arnaud Pierre, em sua excursão à rodovia, afirmou que o que mais o impressionava era a floresta: “a hileia domina de tal modo a todos aqui, principalmente a nós, que tudo observamos para escrever, que se eu não me precatar, ela me descaminha nesta reportagem (...) Quero me desvencilhar da floresta de vez.”¹⁸⁹

Imagem 20: JK e autoridades estrangeiras na Belém-Brasília



PIERRE, Arnaud. Primeira Viagem na Belém-Brasília. *Cadernos Belém-Brasília*, SPVEA, Rio de Janeiro, 1960, p.12.

Vaitsman vaticina que a floresta amazônica durante séculos desafiara a penetração do “homem civilizado”, diante de sua “exuberância prodigiosa” e “mistérios insondáveis”. Com as máquinas, as “espadas do progresso”, os homens estariam descobrindo um

¹⁸⁸ Worster, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 210.

¹⁸⁹ Pierre, op. cit., p. 27.

“mundo novo”, “desconhecido” e “cheios de segredo”, protegido pela “agressividade da natureza”.¹⁹⁰ A própria chamada da reportagem afirmava que os trabalhadores estariam diante de um sonho: a violação da selva, uma “barreira para o progresso”, com os pneus dos tratores:

A selva amazônica, que desafiava o progresso desde os tempos do Grão-Pará, está sendo finalmente dominada pela máquina e pelo homem. Centenas de quilômetros de modernas rodovias cortam a floresta bruta, transmitindo o fluxo da civilização ao “hinterland” caboclo, escravizado pelo extrativismo da borracha. Um punhado de homens está mudando a fisionomia da Amazônia para integrá-la na unidade nacional do país.¹⁹¹

De que forma tal discurso se insere nas imagens? Para responder essa pergunta, é necessário conhecer, compreender e interpretar, à luz das evidências históricas, que têm na imagem fotográfica uma das manifestações, os sentidos que os indivíduos, isoladamente ou em grupo, quiseram atribuir às suas práticas sociais.¹⁹² Compreendemos aqui tais imagens relacionadas aos discursos produzidos no período – e não isoladas deles. Dessa forma, as fotografias buscam colocar a floresta dominada pela ação humana. Uma característica comum a três fotos selecionadas é a posição dos personagens perante as árvores (imagem 18, 19 e 20). De um lado, é possível perceber, nas imagens 18 e 19, a representação política do sucesso da obra, com membros do alto escalão governamental e do exército demonstrando o êxito da construção da estrada. Na imagem 19, personagens do exército trazem à luz a questão nacionalista do período. Assim, a vitória sobre as condições naturais e o “efetivo domínio” daquelas plagas reforçavam a vitória do Brasil sobre ele mesmo. Rememorando imagens varguistas da *Marcha para o Oeste*, tratava-se aqui do imperialismo brasileiro, conquistando a si próprio. Para o historiador Peter Burke, as imagens são testemunhas dos estereótipos (e também das mudanças graduais), pelas quais indivíduos ou grupos veem o mundo social. Dessa forma, as imagens aqui apresentadas representam também a concepção construída por estes agentes políticos e culturais sobre a região amazônica e seu processo de desenvolvimento.¹⁹³

¹⁹⁰ Vaitsman, 1958, p. 25-26.

¹⁹¹ Idem, p. 43.

¹⁹² Borges, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008, p. 112.

¹⁹³ Burke, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 232.

A imagem 20 não pode ser descolada do texto que a acompanhava. Além do caráter simbólico já referido acima, a fotografia foi também a celebração do encontro entre o presidente e os embaixadores da Inglaterra, Alemanha, Equador e Tchecoslováquia. A viagem serviria para os representantes de nações amigas do Brasil conhecerem aspectos do país. Assim, JK mostraria a outros países o que seria o desenvolvimento nessas regiões. Na afirmativa de Vaitsman, “quatro embaixadores (...) tiveram o privilégio de ver como o homem brasileiro e as máquinas estão afrontando a misteriosa floresta amazônica”.¹⁹⁴ Além de a comitiva estrangeira conhecer aspectos da cultura local e sua culinária (foi oferecido um banquete em plena picada), este ato demonstrou a forma pela qual a imagem do país deveria ser levada ao exterior: um lugar que contava com questões de cultura tradicional, como a alimentação, mas que também possuía características progressistas, como demonstrava a abertura da mata.

Retornando ao argumento de Borges, a fotografia pressupõe um jogo de inclusão e exclusão, ou seja, trata-se de escolhas que, como tal, não constituem apenas uma representação do real, mas integram um sistema simbólico pautado por códigos oriundos da cultura que as produz.¹⁹⁵ Um aspecto de exclusão presente em todas as fotografias levantadas é a ausência de elementos indígenas. Uma explicação é possível: em grande parte das narrativas dos repórteres, eram sempre apontados chistes de membros da oposição ao governo, sugerindo que os jornalistas e políticos seriam atacados por índios e onças. Quando os indígenas surgem nos textos, são somente oriundos de “tribos dóceis” ou “devidamente civilizados”, e parte do grupo de mateiros (trabalhadores responsáveis pela abertura das picadas) constituía-se de indígenas “civilizados”. Na imagem 21, trata-se de uma vingança às avessas por parte dos “seguidores” de Sayão, os lambaios – trabalhadores, em geral caboclos amazônidas, que fizeram a obra. A presença deles na fotografia corrobora a imagem construída pelos memorialistas do engenheiro, que o definiam como uma pessoa com relação próxima aos seus encarregados, que se alimentava junto a eles e não se furtava em realizar trabalhos manuais pesados. No local onde Bernardo Sayão teve sua vida ceifada foi erguida uma cruz, simbolizando e reforçando o mito do “pioneiro”. A fotografia recorre a um signo visto nas imagens anteriores (homens sobre as árvores) de forma a

¹⁹⁴ Vaitsman, 1958, p. 57.

¹⁹⁵ Borges, op. cit., p. 82-83.

representar a predominância humana sobre a natureza, demonstrando que, mesmo com a morte do engenheiro, a civilização teria vencido a barbárie.

Imagem 21: Lambaios sob o local da morte de Bernardo Sayão



Fonte: www.infoglobo.com, 30/01/1960.

Como temos demonstrado, o discurso sobre progresso/desenvolvimento *versus* natureza baseou-se na antinomia entre ambos. Melhor dizendo, a existência de um teria como pressuposto a inexistência do outro. Rossi tece considerações sobre tal relação:

Essa ideia de progresso que não põe limite às esperanças dos homens, que identifica o progresso como um processo necessário, (...) pertence irremediavelmente ao passado, é expressão de um mundo que não é mais o nosso. Nesse mundo, o “sucesso” parece baseado nas ilimitadas capacidades criativas do homem; a ideia de luta e de conquista se associa ao culto pelo *homo faber* capaz de domesticar a natureza e de civilizar os povos bárbaros; a sensação de aventura no grande jogo da sociedade e na grande competição entre o homem e a natureza acompanha a fé na continuidade e na eternidade do *regnum hominis*. A natureza se configura, assim, como uma entidade integralmente dominável.¹⁹⁶

O autor ressalta que uma das ideias-forças deste progresso seria identificar, na luta entre homem e natureza, a capacidade de provocar ilimitados melhoramentos e interpretá-la como mais um elemento do progresso. Desta forma, constituem-se duas visões sobre a

¹⁹⁶ Rossi, op. cit., p. 96.

natureza, de que seria, simultaneamente, objeto de domínio e objeto de reverência; de que deveria ser “torturada” e “dobrada a serviço do homem”. Não seria difícil identificar que uma percepção de vitória rege os objetivos em expor e divulgar a imagem 22. Afinal, se os discursos oficiais do próprio presidente davam conta da intransponibilidade da natureza, nada mais comemorativo que mostrar a primeira clareira aberta na Belém-Brasília. As imagens desempenharam, pois, importante papel na “construção cultural” da sociedade, sendo testemunhas dos arranjos sociais e sobretudo das maneiras de ver e pensar o passado.¹⁹⁷

Imagem 22: Picada na mata



Fonte: PIERRE, Arnaud. Primeira Viagem na Belém-Brasília. Cadernos Belém-Brasília, SPVEA, Rio de Janeiro, 1960, p.6.

A fotografia, apesar do amplo potencial de informação contida, não substitui a realidade tal como se deu no passado. Ela apenas traz informações visuais de um fragmento do real, selecionado e organizado esteticamente e ideologicamente.¹⁹⁸ Dessa forma, as imagens aqui apresentadas trazem uma determinada visão construída sobre a natureza e sua relação com o homem. Em uma primeira leitura, seria possível afirmar que tal concepção constitui-se hegemônica. Porém, em alguns momentos, é possível ver, mesmo que de forma breve, alternativas ao processo de destruição. Vaitsman, em uma

¹⁹⁷ Burke, op.cit., p. 234.

¹⁹⁸ Kossoy, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo, Editora Ateliê Editorial, 2001, p. 39.

de suas reportagens à época da construção, em 1958, apontou vozes contrárias ao desmatamento, que então se promovia em nome de um suposto progresso, temerosas de que a penetração pela floresta pudesse causar danos irreparáveis, com a exploração indiscriminada das matas.¹⁹⁹ Sua posição pessoal, entretanto, era outra. Fazendo constantes referências ao naturalista Le Cointe e a Barrington Moore, afirmava que a colonização do país só poderia ser feita com o sacrifício de boa parte das florestas e não havia motivos para alarme em excesso com os “pequenos estragos” que a obra teria causado.²⁰⁰ Desaconselhou também a adoção de medidas de proteção rigorosas à floresta amazônica, pois “o remédio seria pior do que o mal”. Assim, a destruição da floresta amazônica seria um sacrifício necessário para o avanço do progresso desenvolvimentista. Deixando de lado, temporariamente, o maniqueísmo que dominava seus escritos – e provavelmente por dever do ofício, já que se tratava do presidente do órgão que publicava suas reportagens – Vaitsman cita também a fala de Waldir Bouhid, que, em palestra aos governadores dos estados pelos quais a rodovia passava, aconselhava que a ocupação das terras próximas à rodovia fosse regulamentada, visando a resguardar as florestas da destruição e permitir uma colonização que pudesse prosperar sem a necessidade de prisão dos mateiros.²⁰¹

De todas as fontes analisadas, este foi o único momento em que encontramos um diálogo, mesmo que distante, com as concepções de proteção e conservação da natureza que existiam à época. Não obstante silenciadas por uma ampla propaganda, essas ideias existiam e ocuparam um espaço relevante no debate sobre a agenda pública brasileira a partir dos anos de 1920. Um grupo de pesquisadores, como Alberto Sampaio, Armando Magalhães, Cândido de Mello Leitão e Frederico Hoehne, vinculava preocupações pontuais, como o estabelecimento de reservas naturais, a um projeto mais amplo de nacionalidade. Assim, conseguiram sensibilizar associações cívicas e obter espaço nas instâncias deliberativas do governo Vargas.²⁰² Esses atores engajados na proteção da natureza apropriaram-se de tradições de pensamento que envolviam um conhecimento

¹⁹⁹ Vaitsman, 1958, p. 79.

²⁰⁰ Idem, p. 80.

²⁰¹ Idem, ibidem.

²⁰² Franco, José Luiz de Andrade. Drummond, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil - anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 13.

científico do mundo natural e a ideia de que esse mundo deveria ser conservado, por motivos econômicos e estéticos.²⁰³

Um exemplo de pensador brasileiro com ideias que podem ser consideradas “conservacionistas” foi Alberto Torres, visto como um crítico da modernidade, porque, em seu modo de entender, o progresso do industrialismo vinha acelerando a exaustão dos recursos naturais do planeta.²⁰⁴ Para Torres, a chave do progresso estaria no uso previdente dos recursos naturais e no investimento em educação e saúde.²⁰⁵ Entre os anos de 1920 e de 1940, os conceitos de proteção, conservação e preservação eram intercambiáveis, indicando que a natureza deveria ser protegida, tanto como conjunto de recursos produtivos a ser explorado racionalmente no interesse das gerações presentes e futuras, quanto como diversidade biológica a ser objeto da ciência e contemplação estética.²⁰⁶ Organizações civis, como a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, Centro Excursionista Brasileiro e Sociedade dos Amigos das Árvores, assumiram posturas ativas na preservação da natureza. Criticavam o desmatamento, clamavam por reformas na agricultura, defendiam a promulgação de uma lei florestal, distribuíam sementes e ministravam palestras.²⁰⁷ O ponto culminante desta mobilização foi a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934. A comissão organizadora, formada por funcionários públicos, cientistas, médicos e professores buscava concretizar suas propostas por meio de pressão e influência pessoal sobre as autoridades públicas que ocupavam posições de destaque naquela época. O entusiasmo presente nas reuniões e deliberações do grupo transformou-se em frustração com a não incorporação das propostas à constituição brasileira e à pouca reverberação que estas ideias tiveram no âmbito da sociedade civil. A razão deste fracasso residiria na difusão da ideologia do desenvolvimentismo, que se definia, àquela época, como corrente hegemônica dentro da articulação política do Estado.²⁰⁸

Esta ideia teria galvanizado todos os componentes do espectro político e de todos os grupos sociais. Assim, o desenvolvimentismo presente na sociedade brasileira fizera com que muitos recursos naturais fossem intensivamente explorados e consumidos.

²⁰³ Franco, op. cit., p. 26.

²⁰⁴ Idem, p.34.

²⁰⁵ Idem, p.36.

²⁰⁶ Idem, p.49.

²⁰⁷ Idem, p.42.

²⁰⁸ Idem, p.13.

No plano mais geral da sociedade e das economias nacionais, prevaleceu o projeto político mais amplo do desenvolvimentismo, que se tornou hegemônico até os dias atuais. Esse projeto prioriza o crescimento econômico, mesmo que às custas da devastação da natureza. Fosse a iniciativa privada ou o Estado a explorar os recursos naturais, a nossa sociedade e os seus governos apoiaram, e continuam a apoiar o crescimento econômico a qualquer custo.²⁰⁹

Segundo Warren Dean, o desenvolvimento foi imbuído dos valores positivos de independência e autorrealização.²¹⁰ Enquanto sistema de crenças era milenarista: o atraso se encerraria, o tradicionalismo daria lugar à modernização e o país alcançaria o desenvolvimento, que constituía um patamar edênico de civilização.²¹¹ Assim, a ideia de desenvolvimento econômico penetrava a consciência da cidadania, justificando cada ato de governo e de extinção da natureza.²¹² O que presenciamos na análise da Belém-Brasília é que tal discurso de progresso, desenvolvimento, e demais sinônimos, atinge um clímax no governo JK, em especial porque tais concepções estavam entranhadas nos projetos governamentais, como o Plano de Metas. Conforme acompanhamos sessões atrás, existiram críticas para a construção da rodovia com caráter de preservação da natureza, e não meramente oposicionista. Porém, o discurso do desenvolvimento aliado ao progresso imbuía-se de valores com forte penetração social e política. Desta forma, existiram vozes discordantes, porém abafadas pelo forte aparato construído pelo governo JK e seus apoiadores na imprensa escrita e na câmara e senado federais.

5.10 – A epopeia chega ao fim...

*É a Transbrasiliana, a fabulosa estrada.
A Pátria, através dela, encontrou-se a si mesma
Não mais existe, agora, a Amazônia isolada,
que o homem, contrariando a própria natureza,
ao coração da pátria uniu-a com essa estrada.*²¹³

Mesmo com a história da rodovia sendo contada em prosa e verso, reforçando o aspectos épicos e desbravadores, os problemas não foram excluídos dos livros

²⁰⁹ Franco, op. cit., p. 219.

²¹⁰ Dean, op. cit.

²¹¹ Idem, ibidem.

²¹² Idem, ibidem.

²¹³ Rolim, op. cit., p. 50.

publicados pela SPVEA. Em todos, há menção ao problema da grilagem de terras, ocorrida em função do rápido crescimento das cidades, mas pela riqueza dos detalhes, o livro de Arnaud Pierre é o escolhido aqui. Os maiores problemas, segundo o jornalista, seriam a ocupação desordenada das terras e a especulação, pois até aquele momento (1960), posseiros e grileiros estavam em oposição em 35 pontos diferentes de Goiás. Um exemplo é Gurupi, cidade que foi emancipada após a chegada da rodovia. Um morador, em depoimento a Pierre, afirmou: “em 1957, comprei cinco lotes por 19.600 cruzeiros, e em 1958, vendi três por 86.000 cruzeiros. E hoje me arrependo.”²¹⁴

(...) hoje a terra vale ouro. Quem não tem dinheiro se apossa de um bocado: entra nela, planta, faz casa e diz que a terra é sua. Quem tem dinheiro não vai lá, nem pensa nunca ir. Mas compra terra, e muita, e espera valorizar. A questão da terra em Goiás vai dar trabalho, nos próximos anos. Muita gente vai chorar, jogada pra fora da que pensa ser sua, muita gente vai esbravejar, ao perceber que caiu no conto do vigário, comprando terras lá (...)²¹⁵

Em depoimento ao pesquisador Napoleão Aquino, George Yunes (chamado de Gaúcho), dono da empreiteira responsável pela construção de parte da estrada, afirmou que, ao longo do percurso, eram reservados seis quilômetros de cada lado para serem distribuídos entre os colonos. Porém, grandes fazendeiros chegavam ao local, compravam as terras e formavam extensos latifúndios nas margens da estrada.²¹⁶ Outro problema sofrido pelos moradores que se instalavam ali era a dificuldade de permanecer nos lotes: “É raro você achar uma casa na beira da estrada porque o pessoal já está fugindo (...) porque na estrada passa bandido, passa tudo”.²¹⁷ Os piores locais da região eram oriundos dos antigos acampamentos das empreiteiras da Rodobras. Um exemplo era Paraíso, que mesmo junto a acampamentos da empresa, tinha casos constantes de assassinatos devido a disputas de terras e “de mulheres”. Para conseguir certa conscientização dos moradores das cidades, os engenheiros e funcionários da Rodobras buscaram fazer um “desarmamento geral”, para servir de exemplo aos residentes locais, visto que, por questão de segurança, os próprios engenheiros tinham que andar armados. Aqui entra o registro “fantástico”, pois segundo o jornalista, as armas também tinham a função de matar as onças, mesmo que, até aquele momento, elas fossem inexistentes.

²¹⁴ Pierre, op. cit., p. 71.

²¹⁵ Pierre, op.cit., p. 75-76.

²¹⁶ Aquino, op. cit., p. 328.

²¹⁷ Idem, ibidem.

O ocaso da Belém-Brasília é diretamente relacionado ao final do governo JK, marcado por denúncias de corrupção que deram origem ao famoso *jingle* “varre vassourinha” de Jânio Quadros, cujas acusações ao então presidente fortaleceram sua campanha política, além de enfraquecer o candidato da situação, Marechal Henrique Teixeira Lott. Jânio apresentava-se como a autoridade que “daria ordem ao caos” em que se encontrava o governo Kubitschek. O esgotamento das virtualidades do modelo desenvolvimentista revelou seus aspectos mais discutíveis: as consequências, em longo prazo, da entrada em massa do capital estrangeiro, a descapitalização do meio rural, desemprego e subemprego, a inflação e o crescimento da dívida externa e o desequilíbrio do balanço de pagamentos.²¹⁸ Assim, o sistema vigente mostrava-se estável do ponto de vista das forças políticas, porém instável do ponto de vista institucional, ou seja, as próprias variáveis que garantiram o apogeu do governo JK – o Programa de Metas, a aliança PSD-PTB, a mobilização pelo desenvolvimento e a cooptação dos militares – foram responsáveis pela sua decadência. Pois, à medida que mudaram as zonas de incerteza na economia, devido ao crescimento econômico, à perda de eficácia da “administração paralela”, e por fim à questão econômica, o recurso à inflação e ao capital estrangeiro estagnou, não apenas em termos pragmáticos, mas também em termos de legitimação do nacionalismo característico de JK.²¹⁹ Mesmo a inflação sendo baixa (em relação a níveis anteriores), ela se tornaria no principal foco de ataques ao governo.

Assim, não à toa, logo após a vitória de Jânio Quadros, a Rodobras foi extinta e incorporada ao DNER e as obras da Belém-Brasília paralisadas. Importante lembrar que, durante o governo Kubitschek, a estrada fora apenas aberta, sem asfaltamento. Segundo Barreto, foi o período no qual a estrada passou por maior desgaste. O decreto-lei 50.272, de 15.02.1961, tirou da SPVEA o plano de viação da Amazônia, deixando-o todo para o DNER. No governo João Goulart, a Rodobras foi recriada, ficando a administração da aplicação dos recursos destinados à complementação da Belém-Brasília (decreto 420, de 21.12.1961) novamente a cargo da SPVEA. O traçado definitivo foi acrescido de 350 quilômetros, com o objetivo de restabelecer o trânsito na rodovia. Durante os meses de janeiro a dezembro de 1963, o tráfego foi interrompido em diversos trechos da estrada, ocasionando prejuízos ao abastecimento da região. A solução foi retornar ao abastecimento aéreo, realizado pelo exército. Após o golpe civil-

²¹⁸ Benevides, op. cit, p. 19.

²¹⁹ Idem, ibidem.

militar de 1964, o general Mário Barros de Cavalcanti tornou-se o novo dirigente da Rodobras e da SPVEA. Período também, segundo Barreto, de enorme desgaste da BR-14:

(...) em março e abril de 1964, mais de 200 caminhões ficaram efetivamente detidos, atolados na estrada. As fotografias aéreas da estrada durante esse período são deprimentes, lembram cenas de guerra, comboios danificados. (...) é frequente encontrar-se na estrada caminhões, tratores, carregadeiras e motoniveladoras abandonadas, imprestáveis, retorcidos de ferrugem. Vítimas muito da descontinuidade administrativa (...) ²²⁰

Logo após assumir a administração da rodovia e da recém-restabelecida Rodobras, o general Mário de Barros Cavalcanti, em relatório, criticou o estado em que se encontrava a estrada. Relembrando a discussão travada no primeiro capítulo da tese, rata-se, para além de questões reais de má administração dos gastos públicos, de certa construção acerca da história democrática anterior ao golpe de 1964. O relatório do general censura a forma como a rodovia foi rasgada sem as devidas análises prévias que permitissem a elaboração de um projeto definitivo e explica que, para atingir a normalidade administrativa, foi necessário eliminar os elementos “corruptos e subversivos” e revisar a tabela numérica de vencimentos do pessoal que trabalhava na construção.²²¹ Ainda de acordo com o relatório, a complexidade e extensão dos serviços da SPVEA absorviam as atividades dos auxiliares da Rodobras, cujos interesses ficavam relegados a segundo plano, entrvando o trabalho do pessoal de campo, que nunca via os pedidos de peças e combustíveis atendidos a tempo. Os atrasos atingiam também o pagamento dos salários. Por considerar a construção da rodovia como o projeto mais importante “senão, o único” da SPVEA é que o general se dispôs a enfrentar as críticas e a superar todos os problemas oriundos de um passado duvidoso.²²² Entre os fatores negativos apontados, três se destacavam: a falta de recursos financeiros próprios, a liberdade de ação facultada aos dirigentes do poder público e a grandiosidade da obra em relação ao pouco tempo disponível.²²³ A estrada só viria a ser concluída (completamente pavimentada) no governo Médici, em 1974.

²²⁰ Barreto, op. cit., p. 24-25.

²²¹ Cavalcanti, op. cit., p. 436.

²²² Idem, p. 461.

²²³ Idem, p. 462.

Nos trabalhos de campo realizados em 1965 pelo IBGE, já era notório que, determinadas regiões da rodovia serviram apenas à especulação, resultando em áreas muito pobres, como no caso na faixa de lenha de Belém:

Para aqueles não habituados ao estudo de Geografia Agrária de países tropicais, causa espanto encontrar uma região tão devastada e abandonada, nas imediações de uma grande cidade. Esta é uma região vazia, onde vive uma população rarefeita de caboclos miseráveis, que fazem rocinhas de mandioca para subsistência (...) É possível que parte das terras, longe das rodovias, sejam devolutas, talvez abandonadas pelos primitivos posseiros que as devastaram; a maior parte, no entanto, deve pertencer a particulares, que aguardam valorização.²²⁴

Em 1977, Bertha Becker assinalava que a área da Belém Brasília não apresentava nível elevado de desenvolvimento, além de não ser espacialmente homogêneo, assim como não houvera, até aquele momento, melhorias significativa nas condições de vida da população que migrou para a área.²²⁵ Em dissertação apresentada à UFRJ em 1978, Maria Rodrigues demonstrava que, em comparação com o período pré-Belém Brasília (tendo como marco zero 1960), a população, em um espaço de tempo de 14 anos, aumentou de 100.000 habitantes para 2.000.000 e que o número de cidades e povoados cresceu de 10 para 120.²²⁶ Por mais que tivesse se diversificado a agricultura para plantação de milho, feijão, arroz e algodão, a maior parte da população ainda vivia basicamente de agricultura de subsistência.²²⁷ Uma das maiores consequências do processo desordenado de colonização da estrada foi a concentração de terras nas mãos de poucos fazendeiros, fazendo a maior parte da população empregar-se no desmatamento e plantio de capim para os rebanhos. A malária foi a doença mais endêmica deste processo de “picada” da mata, porém, em muitos casos, este era o único trabalho disponível para os migrantes, em sua maioria, nordestinos. Tal situação empregatícia levava os peões a ficarem a mercê dos recrutadores (chamados de

²²⁴ Valverde, op. cit., p. 19.

²²⁵ Becker, Bertha. *A implantação da Rodovia Belém-Brasília e o Desenvolvimento Regional*. Comunicação apresentada ao I Congresso Internacional de geógrafos Latino-Americanistas. Colômbia, 1977.

²²⁶ Rodrigues, Maria de Lourdes. *Uma forma de ocupação espontânea na Amazônia: povoados do trecho norte da Belém-Brasília*. Dissertação submetida ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, Rio de Janeiro, 1978, p. 22. A autora cita como fonte para o dado uma pesquisa do DNER publicada em 1974. A referência para este estudo é: Paes Leme, Ivan Gomes. *Rodovias na Amazônia*. In: *Simpósio de Integração de Projetos de Mineração e siderurgia, Transporte e Energia na Amazônia*. Rio de Janeiro, 1974.

²²⁷ Idem, *ibidem*.

“gatos”), sem direitos trabalhistas e sociais, resultando em constantes trocas de habitação, conforme novas oportunidades surgissem.²²⁸

Para Lúcio Flávio Pinto, as estradas de rodagem foram o acontecimento mais traumático da história da Amazônia:

O acontecimento mais traumático na história da Amazônia, depois (e por causa) da chegada dos europeus, foram as estradas de rodagem. A presença do colonizador branco na região tem meio milênio. A dos habitantes primitivos, chamados pelos europeus (impropriamente, como de regra) de índios, mais de 10 milênios. As estradas são um fato de apenas meio século. Mas demarcaram o tempo amazônico, que pode ser descrito como antes e depois delas. (...) Sua marca mais profunda é a de não admitir retorno. A história que existiu antes delas pôde ser refeita. A atual é definitiva, irremediável. O colono, que cruzara os espaços para se tornar proprietário, virou posseiro e, agora, assentado, cliente do agrarismo de compadrio dos companheiros. (...) A floresta era derrubada, os animais mortos, o ambiente desfigurado, as comunidades nativas desorganizadas, a cultura local corroída para que desse anacrônico Éden resultasse um volume crescente de divisas (...).²²⁹

Outros autores também apontaram as consequências da estrada sobre a região amazônica. Ronaldo Costa Couto, biógrafo de Juscelino Kubitschek, afirmou que a rodovia atraiu latifúndios e enxame de madeireiras e serrarias, facilitando a devastação da floresta, resultando em exploração predatória sem qualquer planejamento.²³⁰ Enquanto estrada de penetração, a Belém-Brasília trouxe muito prejuízo aos povos indígenas da área, desconsiderando suas tradições e culturas.²³¹ Aquino também reforça os impactos negativos para as populações nativas e o meio ambiente. Ambos acreditam que não existia “consciência ecológica” naquele período e que não se falava em medidas que atenuassem impactos ambientais. Demonstramos no trabalho que sim, havia já certa tradição local de se pensar as consequências da destruição da natureza para o meio ambiente. Porém, mais que uma política, o desenvolvimento transformou-se em um valor, imperativo de tal forma, que silenciou estas vozes dissonantes.

²²⁸ Rodrigues, op. cit., p. 77.

²²⁹ Pinto, Lúcio Flávio. *O Trauma Amazônico: as Estradas de Rodagem*. Belém: Jornal Pessoal, 15/07/2010. Disponível em <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=1518>>. Acesso em: 25/01/2011.

²³⁰ Couto, Ronaldo Costa. Brasília Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, p. 159.

²³¹ Este aspecto não pôde ser trabalhado neste capítulo, mas para uma futura agenda de pesquisa, dois temas são primordiais: o trabalho do Serviço de Proteção Indígena (SPI) durante a construção da rodovia, analisando o impacto da rodovia no cotidiano dessas populações, e a relação entre a política regional (dita pelas fontes como a “grande vilã” da Belém-Brasília) e nacional - críticas e elogios oriundos dos estados amazônicos.

A história da rodovia Belém-Brasília é também oportunidade de, por meio de um fato histórico específico, analisar o percurso histórico da Amazônia, as representações que eivaram das políticas e das interferências estatais sobre a região. Como temos ressaltado no presente texto, as representações sobre a Amazônia conferiram certa identidade à região, em muitos casos, caricatural (inferno/paraíso). Um objetivo constante na escrita deste capítulo foi o de fortalecer os esforços de pesquisa empreendidos no sentido de desnaturalizar o estoque de classificações existentes sobre o que chamamos de Amazônia. Desde a colonização – não importa de que ângulo a região seja observada – é sempre sugerido que ela se acomoda em um lugar definido como seu, formando olhares que insinuariam uma direção e procederiam assim, a uma submissão.²³² Como aponta José dos Santos Reis Filho, por mais que se incorra em erros de generalização, é válida e louvável a pretensão de apontar, desde o momento em que foi incorporada à expansão mercantilista europeia, certa tríade matricial para a história da Amazônia:

Essa tríade matricial de percepções e atitudes – rica, vazia, vulnerável – é a presença implícita ou explícita nos olhares que descrevem e explicam a existência da Amazônia (...) ela [a tríade matricial] parece ser o registro cognitivo que dá forma e sedimenta o conjunto de imagens que expressam ideias através das quais a região é representada e identificada. (...) é rica em recursos como terras, minerais, vegetais. É vazia desde o ponto de vista demográfico, mas também de capital, de meios de transporte, de veículos de comunicação de massa, de cérebros (...) É vulnerável já que, sem defesa, está sempre à mercê de inimigos internos e externo.²³³

A década de 1950 configura-se como um momento importante de inflexão para a história da atenção governamental à Amazônia, pois é o momento em que se percebe a neutralização dos elementos constitutivos da matriz que continuavam pautando os registros sobre a região.²³⁴ Relacionando esta tríade com o que apontamos no presente capítulo, é possível concluir que esses mesmos três elementos foram utilizados no jargão político da época para justificar a empreitada de construção de uma rodovia fora dos padrões do liberalismo clássico, porém repleta de significações históricas reapropriadas, como o “glorioso” destino reservado à região, a fuga de um isolamento eterno e a possibilidade de o Estado fazer-se presente lá. Em tempos de Guerra Fria, os

²³² Filho, José dos Santos. *A instituição imaginária da Amazônia Brasileira* - Registros Cognitivos e práticas sociais. Disponível em: <<http://www.santiagodantasp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/reis1.pdf>>. Acesso em: 26/01/2011.

²³³ Idem, *ibidem*.

²³⁴ Idem, p.21.

argumentos de defesa da estrada tinham por mote a forte possibilidade de o “elemento vermelho” conquistar a Amazônia, em razão de sua pouca densidade demográfica. Esta tríade, de acordo com o autor, pretende um espelhamento da realidade, que também ocasionaria um ocultamento, imbricado na classificação, interpretação e orientação que a própria tríade oferece à região.²³⁵ Assim, seria perceptível historicamente a ampliação do domínio do que se pode, se sabe e se faz sobre a Amazônia, tendo como marcos principais os anos de 1950 e 1960, quando teria ocorrido uma espécie de estímulo ao “poder-saber-fazer” para lá.²³⁶ Dessa forma, o poder público tornar-se-ia um catalisador desta tríade em nível macro e micro, estabelecendo uma imagem de que a região é tomada ao mesmo tempo como caricatura, objeto de análise e alvo de intervenção.²³⁷

Conclusão

*Mais uma vez venceu o homem civilizado,
vencera a inteligência e do trabalho a força
semeadora de luz, que cria e que constrói.*²³⁸

Como exposto no início, nosso objetivo neste capítulo foi analisar a construção da Rodovia Belém-Brasília, Transbrasiliana ou BR-14, a partir de contrapontos e cotejamentos entre o percurso histórico vivido pela própria estrada e os discursos e permanências sobre a Amazônia. Tentou-se apontar que o objeto em questão dá margem para uma ampliação do foco de análise, tal como um jogo de escalas, devido à riqueza das fontes levantadas. As citações do livro de Lauro de Azevedo Rolim que nos acompanharam neste capítulo são exemplos de como um fato concreto (construção da rodovia), aliado a questões políticas (plano de metas, dinâmica oposição-situação), deu origem a diversas visões sobre aspectos relevantes e representativos para a história da região amazônica (natureza, progresso e vazio demográfico), os quais, de certa forma, impuseram estigmas sucessivos sobre a região. A estrada é, também, um exemplo de como as concepções ideológicas do desenvolvimentismo juscelinista se fizeram presentes na Amazônia.

²³⁵ Filho, op.cit., p. 41.

²³⁶ Idem, p. 42.

²³⁷ Idem, p. 43.

²³⁸ Rolim, op.cit., p. 45.

A perspectiva de integração revelou-se, na prática, uma política enviesada (por meio do uso e apropriações de representações anteriores) que tinha o objetivo de trazer a Amazônia (apresentada como rural, vazia e, principalmente, atrasada) para o padrão urbano-industrial que começava a se mostrar majoritário no sudeste. O esforço em construir a estrada não foi apenas material e humano, mas também publicitário. Apoiadores, desde os tempos da campanha presidencial, como os veículos pertencentes a Assis Chateaubriand, publicaram séries de reportagens cobrindo o período de construção e inauguração da estrada. A relação entre o poder público e o privado foi tão conspícua que essas reportagens tornaram-se livros publicados pela então questionada SPVEA. A análise desse acervo mostrou-se fundamental para compreensão da forma pela qual estes veículos “viam” a Amazônia, e, sendo publicados por agências governamentais, esses documentos tornaram-se também, o discurso oficial sobre a região. Um objetivo que intentamos atingir foi a “desnaturalização” das ideias formuladas sobre a Amazônia, a partir da reflexão e problematização de conceitos utilizados em discursos oficiais e peças promocionais. Como apontamos, é impossível perceber a publicação destes livros, revistas, reportagens e filmes sem levar em consideração a feroz disputa política envolvendo oposição e situação. Por mais que o governo JK seja caracterizado pela historiografia por certa estabilidade política entre os membros componentes, a dinâmica partidária do período se fez presente com críticas e elogios à estrada.

Também buscamos mostrar que, por mais que existissem (poucas) vozes dissonantes à Belém-Brasília, a construção da rodovia expõe uma faceta da relação entre o nacional-desenvolvimentismo e a natureza, vista por aqueles agentes estatais e privados como um empecilho, repetindo assim, antigas representações oriundas do pensamento social brasileiro do século XX. A partir da análise da bibliografia, observamos que discursos “conservacionistas” não representavam novidade para época, ou como apontam alguns autores, “praticamente não existiam”. Possuíam, de certa forma, bom trânsito inclusive com o poder central. Porém, ficaram alijados deste processo, tendo em vista o desenvolvimento que, de questão política e ideológica, transformou-se, de certa forma, em um valor imperativo. Se no âmbito internacional, tal ideia representou a hierarquização de sociedades pobres que, em uma teleologia fictícia, alcançariam as ricas, no âmbito local representou o reforço do estigma que perpassava regiões ditas

historicamente atrasadas que, de algum jeito, deveriam incorporar-se aos “padrões civilizacionais” do sudeste.

A pergunta que não conseguimos responder nem neste capítulo nem na tese foi o porquê da permanência dessas ideias sobre a região amazônica. Se uma resposta em um caráter de longa duração não foi possível, ao menos pudemos apontar que tal discurso é, não apenas problemático, mas confortável para os *policy-makers*. Afinal, se existe uma região intransponível, impenetrável e impossível ao convívio humano, existe também a força-motriz desta resposta: a intervenção estatal, tentando moldar os aspectos físicos da região, bem como os aspectos culturais (interferência nas atividades econômicas locais). Se as perguntas sobre a possibilidade de progresso da Amazônia persistem, as respostas sim, mudam de acordo com o contexto histórico e de acordo com a forma pela qual o Estado *dá sentido e concretude* à região. Desta forma, as questões *apriorísticas*, bem como a tríade matricial proposta por José dos Santos Filho, emanavam, repetidamente (Governo Vargas, Kubitschek e militares), do Estado, alijando do processo de formulação e reflexão os principais atingidos por estas políticas: as populações locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da articulação entre os temas desenvolvimento, saúde e meio ambiente, tivemos a intenção de reconstituir uma história da Amazônia que já tinha sido alvo de diversos estudos, cujas análises buscaram reforçar uma noção de “fracasso”. O período no qual a valorização da Amazônia foi concebida, planejada e executada serviria de lição para a formulação de políticas que se livrassem do estigma da corrupção, loteamento de cargos e disputas políticas. Tentamos aqui escrever uma história que compreendesse o período, analisando o contexto histórico no qual os anos 1946 e 1966 estão inseridos. Este período de vinte anos presenciou a experiência democrática brasileira entre duas ditaduras e o surgimento, em contexto internacional, de um conceito que trazia consigo intenções geopolíticas de controlar as ideias comunistas e levar determinados padrões aos países considerados periféricos. A partir da articulação entre a conjuntura histórica local e internacional, busquei demonstrar que a Amazônia não seria apenas uma princesa adormecida, acordada apenas em um de seus “ciclos econômicos”, como preconizou a historiadora Barbara Weinstein.

Os acontecimentos históricos que ali ocorreram, por mais que tivessem a particularidade local, relacionavam-se com o que acontecia além dos limites geográficos da maior região do Brasil. Se existia, no mundo e nos governos democráticos brasileiros, uma urgência pelo desenvolvimento, esta veio ao encontro de demandas históricas locais, fruto de um percurso histórico marcado pela pouca presença estatal e pela constante criação de estigmas. O maior desafio para o historiador que pesquisa a região amazônica é conseguir se sobrepor ao *Inferno Verde* e às demais representações que se configuraram como estigmas. Estas noções, verdadeiros clichês que, ao intermediar o pesquisador com o objeto de estudo, confundem, generalizam e empobrecem qualquer análise que se pode fazer sobre a história da região. Problematizá-los foi uma das tarefas primordiais postas nesta tese. Ir além deles traz à tona uma história rica, com momentos trágicos e outros nos quais a crença em um futuro melhor fez parte da vida dos homens

que comandaram a região, por mais que, em grande parte deste processo, desconsiderassem os anseios e as vozes da população. Estas “visões de Amazônia” não podem ser esquecidas, pois, a partir delas, as intervenções estatais foram formuladas. Sob um contexto de otimismo em relação às técnicas então disponíveis, estes mitos serviram como um ponto de partida para a mudança destas realidades. A natureza, representada como uma inimiga do progresso não seria mais um problema. A abertura de estradas e sua conseqüente colonização poriam fim, nesta concepção, a este “inimigo histórico” da Amazônia. A malária, o “duende da Amazônia”, poderia enfim ser erradicada. Aqui se tratou de um peculiar contexto (que é o que torna essa história interessante) no qual ideias de ações “participativas”, “sustentáveis”, ou perspectivas de “empoderamento” não faziam parte das práticas dirigidos pelos Estado ou pelas organizações que realizaram intervenções na Amazônia.

O Desenvolvimento nunca foi (e ainda não é) um conceito fechado, passível de ser generalizado. Através de um razoável panorama, demonstramos que, desde sua gestação, este conceito passou por críticas e reformulações. Trabalhos da década de 1990 e dos anos 2000 (os *post-developmentists*) compreenderam o fenômeno histórico do desenvolvimento como formulador de um discurso fechado, que, mediante interferências no cotidiano das populações, criou uma trajetória generalizante da história da humanidade, na qual os países enquadrados como “subdesenvolvidos” teriam que necessariamente ter os países chamados “desenvolvidos” como meta. Através da criação de índices e estatísticas que quantificavam a qualidade de vida e saúde das populações, o desenvolvimento, enquanto um discurso, lançou aos países periféricos um desafio considerado impossível: atingirem os mesmos padrões das potências ocidentais. Em um contexto marcado pelas disputas da “guerra fria”, este conceito teria como missão primordial impedir o avanço do comunismo em locais considerados “férteis” para essas ideias. Tais sugestões teórico-metodológicas originaram debates e controvérsias sobre a forma de ver esse contexto histórico. Estaríamos chegando à era do “pós-desenvolvimento”?

Em busca de novas fontes para este debate, recorreremos a autores que escreveram sobre o tema no “olho do furação”, quando os EUA, através da chamada doutrina Truman, propagavam o desenvolvimento como uma missão do país para com as outras regiões do mundo. Tendo como base a leitura de autores estrangeiros, foi possível destacar que

o desenvolvimento, um conceito que trazia consigo uma pretensão iluminista e uma certa noção de progresso, foi criticado e reformulado durante todo o período das intervenções dirigidas aos países pobres. Intelectuais da ala liberal, como Röpke, criticavam o desenvolvimento, o planejamento e o Estado de Bem-Estar Social, pois estas ideias traziam consigo conceitos que, em um futuro próximo, incentivaria o avanço comunista, ao invés de rechaçá-lo. Friedmann, em uma chave oposta, criticava a ideia etapista, de que os países considerados “subdesenvolvidos” deveriam necessariamente chegar a um patamar único. Intelectuais brasileiros não se furtaram desse debate. Pelo contrário: foram partícipes ativos do período e buscaram trazer e adaptar essa discussão para o contexto brasileiro. O mundo ocidental tinha a urgência do “moderno”, mas como fazê-lo em um lugar que não tinha se livrado de suas características arcaicas? Estes intelectuais buscaram formular as próprias ideias e conceitos sobre o que seriam o desenvolvimento e o planejamento. Além disso, problematizaram as maneiras como essas ideias poderiam se relacionar com as questões históricas enfrentadas pelo Brasil.

Mais que um debate, as ações dirigidas que visavam a desenvolver a Amazônia não ficariam a cargo de alguma elite burocrática formada a partir dos mais avançados padrões ocidentais e estadunidenses. A *Valorização Econômica da Amazônia*, como demonstramos, foi sim, formulada a partir das “modernas técnicas de planejamento”, procurando formar, através de cursos com dirigentes, eficientes técnicos e demais profissionais. Mas, em grande parte, este processo foi entregue e dirigido pelas antigas elites e grupos políticos locais que já comandavam a região desde antes de 1946. A elite política que dirigiria a SPVEA era, em grande parte, a mesma que tinha participado do fracasso da *Batalha da Borracha* durante o Estado Novo, e a mesma responsável pela situação em que a Amazônia se encontrava. Retomando um ponto anterior, não foram apenas os debates e conceitos que eram debatidos nos anos 1950 e 1960, mas também suas práticas. Os projetos de desenvolvimento para a Amazônia – em suas diversas áreas, como a saúde e a chamada “integração nacional” – sofreu interferência política direta das disputas envolvendo os partidos políticos em escala nacional, e também as querelas regionais. O mosaico do desenvolvimento da Amazônia tem fortes cores políticas, com intervenções diretas da dinâmica partidária do período democrático, envolvendo os confrontos e alianças entre PTB, PSD, UDN e demais agremiações. Na análise, vimos que a *Valorização Econômica da Amazônia* foi fruto e sofreu

interferência direta de barganhas, alianças e disputas políticas, acusações de corrupção e ruídos entre a SPVEA e órgãos governamentais.

Demonstramos que não se tratou de um único discurso sobre o desenvolvimento, mas sim, de vários que traziam divergências entre si. Mas existiu um ponto em comum entre todas essas formulações: a necessidade de *mudança*. Não havia espaço, ao menos na teoria, para a manutenção de estruturas e realidades consideradas “arcaicas”. As formas de efetivar as mudanças, por sua vez, variavam de acordo com as intenções dos homens da ciência e da política daquele período histórico. Retomando a análise de John Farley sobre os pêndulos que se moviam em concepções distintas em relação à intervenção no cotidiano destas populações, destacamos que, em muitos momentos, as ideias de intervenções pontuais (chamadas posteriormente de “verticais”) e amplas (conceituadas *a posteriori* como “horizontais”) coexistiram e não foram excludentes. As formas de levar tais interferências adiante possuíam variações. De forma geral, não havia nesses trabalhos a perspectiva de realizar a desejada mudança a partir da realidade e dos saberes locais. Em alguns casos, este processo deveria ocorrer apesar deles. Em outros, era importante conhecê-los, quantificá-los, para, enfim, alterá-los.

Sob uma chave mais “compreensiva” de interferência na realidade local, apresentamos as preocupações de homens de ciência de uma área que, nos anos de 1950, passou a figurar como protagonista das políticas de saúde pública: a nutrição. Josué de Castro e Dante Costa trouxeram propostas para aqueles que seriam os maiores problemas de saúde enfrentados pela região amazônica: a desnutrição e, conseqüentemente, a fome. O pernambucano Josué de Castro formulou, em 1955, um ambicioso *Plano de Política Alimentar*, o qual previa profundas alterações na estrutura econômica da região, através da racionalização da agricultura. Outro ponto que o médico ressaltou foi a necessidade de se conhecer os hábitos alimentares da população, através de inquéritos sobre os valores nutritivos dos itens consumidos pelos amazônidas.

A partir desse conhecimento, seria possível mudar a educação alimentar daqueles homens e, assim, mudar o quadro de desnutrição, considerada “reinante” na Amazônia. Esse ponto foi o mais estudado pelo paraense Dante Costa, profundo conhecedor da dieta e dos hábitos de sua região. Ele compartilhava ideias resultantes do crescente papel das ciências sociais nos quadros das instituições de saúde. A partir de uma avaliação dos fracassos de intervenções anteriores, os homens do campo de saúde, em

conjunto com os cientistas sociais, acreditavam que, antes de levar qualquer plano adiante, seria necessário identificar e descrever a cultura local. Dante Costa ressaltou em seus escritos a necessidade de os técnicos e visitadoras terem o pleno conhecimento dos costumes, cultura e “dialetos” das pessoas que seriam alvo destas ações. Era ressaltado, neste contexto, a importância destes profissionais serem “tradutores” do conhecimento científico com as práticas populares.

Se as ideias eram amplas, as práticas tiveram que se adaptar às possibilidades financeiras e estruturais da Amazônia e da SPVEA. Neste sentido, as ações foram mais pontuais, centradas em medidas específicas, como a distribuição de leite em pó realizada pela UNICEF (ou FISI). As intenções de mudanças sofreram interferência direta e se chocaram também com problemas sociológicos clássicos da região. As ações resultantes do acordo FAO-SPVEA demonstram que nem sempre foi possível levar adiante os planos de racionalização da agricultura local e da criação de uma indústria madeireira na Amazônia. Os técnicos e engenheiros da organização estrangeira enfrentaram problemas com os seringalistas, doenças, e com a própria estrutura física da região. Em seus relatórios, os homens que representaram a FAO na Amazônia não se furtaram em fazer críticas à SPVEA, aos homens que a comandavam e à estrutura política da agência de desenvolvimento regional. As relações entre as duas agências sofreram ruídos, com a negativa de entregar os relatórios aos dirigentes da SPVEA. Em meio a números, quantificações e estatísticas, os homens da FAO fizeram críticas severas aos programas de colonização dirigidos para a região amazônica, o que demonstra, de certa maneira, a forma pela qual eles “enxergavam” o local onde fariam o trabalho.

Na chave dos trabalhos de Dante Costa, existia uma perspectiva mais compreensiva em relação à importância de conhecer-se a cultura local – como um pré-requisito para uma posterior intervenção. Em outras intervenções realizadas pela SPVEA, esta preocupação não existia. Mencionamos dois casos na tese. O primeiro, foi a experiência da distribuição da mistura de sal de cozinha com o antimalárico cloroquina. O chamado Método Pinotti, como demonstra a bibliografia, teve seu sucesso e queda diretamente relacionados à situação de seu criador, Mário Pinotti. Em suas intervenções na região amazônica, os profissionais do Serviço Nacional de Malária não levaram em consideração as particularidades locais, como a baixa ingestão de sal de cozinha pelos

habitantes. Outro caso, e, o mais impactante na realidade social amazônica, foi a construção da rodovia Belém-Brasília. Na retórica do governo de Juscelino Kubitschek e de seus apoiadores na imprensa, a estrada representaria a integração definitiva da região amazônica ao restante do país. Um ponto levantado é que essa incorporação seria, de certa forma, uma anexação da Amazônia e uma tentativa de “elevá-la” aos padrões urbano-industriais, cada vez mais crescentes no Brasil daquele período. Os discursos resultantes deste processo histórico deram traços épicos à construção da BR-14: antigos mitos da região, como o vazio demográfico e a natureza aterradora, poderiam enfim ser vencidos pelo “neobandeirantismo” presente nas ações do governo JK. Se a abertura das estradas provocaria grilagem e destruição da natureza, essas seriam consequências menores frente às melhorias que o desenvolvimento poderia atingir.

Por fim, a tese teve a intenção de contribuir, em perspectiva regional, com estudos sobre um contexto histórico no qual a saúde e a natureza foram compreendidas a partir da chave do desenvolvimento. A crença na possibilidade efetiva de mudança enquadrou estes temas nas ferramentas disponíveis daquele particular e rico momento histórico. Mas como buscamos demonstrar no curso do presente trabalho é necessário observar e problematizar como estas questões se resolveram também na prática. Pensar o desenvolvimento da Amazônia como ideia e ação possibilitou descortinar esta conjuntura histórica a partir das discussões daquele período específico. Foi nossa intenção trazer esta discussão com os termos existentes na época. Respeitá-los e historicizá-los é uma forma de contribuir com este debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – Instituições visitadas

Fundação Getúlio Vargas

- Biblioteca Mario Henrique Simonsen
- Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil
 - Arquivo Getúlio Vargas
 - Arquivo Gustavo Capanema
 - Arquivo Nelson Mello

Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará

Biblioteca da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Biblioteca e Arquivo do Instituto Evandro Chagas

Biblioteca Nacional

Arquivo Nacional

Banco Nacional de Desenvolvimento

- Biblioteca do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento

Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz

Departamento de Arquivo e Documentação – Casa de Oswaldo Cruz

- Fundo Serviço Especial de Saúde Pública
- Fundo Instituto Nacional de Endemias Rurais
- Fundo Rostan Soares
- Fundo Família Chagas / Documentos de Evandro Chagas.

2 – Bibliografia

ABREU, Alzira Alves et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2000 (Versão CD-ROM).

ACKERMANN, Fritz L. *Relatório de viagem de pesquisas sobre um suposto depósito de minério de Estanho (cassiterite) no Rio Machadinho, afluente do Rio Ji-Paraná – Território Federal do Guaporé*. Belém, FAO, s/d [1960].

ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir: saúde e saneamento na Amazônia do primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). *História das Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, dez. 2007.

ANHEL, Ramon Affonso. *Aplicação e controle do sal cloroquinado nas localidades de Guarapiranga e Arajacají, Inquéritos hemoscópicos realizados antes e depois da aplicação, no período de 14/04/1953 a 19/6/1953*. São Luís, 18/07/1953. Arquivo Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Rostan Soares, caixa 73, 19520124.

AQUINO, Napoleão Araújo. A Construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado de Tocantins. In: Giraldin, Odair (org.). *A (Trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 2002.

ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico – el médío, la cultura e la expansión de Europa*. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Econômica, 2001.

ARQUIVO Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Rostan Soares, caixa 73, 19520124.

AUGUSTO, Sérgio. *Esse mundo é um pandeiro: chanchada de Getúlio a JK*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARRETO, João de Barros et al. Saneamento da Amazônia. *Arquivos de Higiene*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, dez. 1941.

BARRETO, João de Barros; CAVALCANTI, Tito A. de A. Contribuição ao estudo do problema alimentar da Amazônia. *Memórias do Instituto do Oswaldo Cruz*, v. 45, n. 4, 1947.

BARRETO, Roberto Menna. *Aventura Através do Progresso*. Rio de Janeiro, SPVEA, 1965.

BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. A Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: Breve Histórico, Avaliação e Perspectivas. *Alimentos e Nutrição*, Araraquara, v. 14, n. 1, 2009.

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara.- nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BASTOS, Amyntor Virgolino de Amaral. *Contribuição ao plano de saúde pública para o interior da Amazônia*. Belém: SPVEA, 1959.

_____. Os programas de saúde no planejamento da Valorização Econômica da Amazônia – XIII Congresso Brasileiro de Higiene; Fortaleza – Ceará, SPVEA – setor de coordenação e divulgação – Belém, Pará, Brasil [s/d].

BASTOS, Carlos Pinkusfeld. e BRITTO, Gustavo. Introdução. In: Agarwala, A.N.; Singh, S.P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto – Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

BASTOS, N. C. de Brito. Educação Sanitária (Relatório). *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*. T. XV, n. 2, Rio de Janeiro – Brasil, 1970.

BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia – (Análise do Processo de Desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1976.

_____. *O Paludismo na Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, 1946.

BENCHIMOL, Samuel. *O Complexo da Amazônia – Análise do Processo de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1976.

_____. Estrutura Geo-Social e Política da Amazônia: uma síntese com achegas de Cordel. Benchimol, Samuel. *Amazônia – Pouco Antes e Além Depois*. Coleção Amazoniana – 1. Manaus: Editora Umberto Calderano, 1977.

_____. O Problema do Desenvolvimento Econômico: Política, Economia e Planejamento; Conferência proferida na faculdade de Direito da Universidade do Amazonas, outubro, 1964. In: Benchimol, Samuel. *Amazônia – Pouco Antes e Além Depois*. Coleção Amazoniana – 1. Manaus: Editora Umberto Calderano, 1977.

BECKER, Bertha. *A implantação da Rodovia Belém-Brasília e o Desenvolvimento Regional*. Comunicação apresentada ao I Congresso Internacional de geógrafos Latino-Americanistas. Colômbia, 1977.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: Gomes, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BERNARDES, Arthur. Prefácio. In: Pereira, Osny Duarte. *Desnacionalização da Amazônia – Um chamamento à consciência dos Brasileiros*. São Paulo: Editora Fulgor, 1958.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo (1930-1964)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIRN, Anne-Emanuelle. Latin America. In: Mark, Jackson (ed.). *The Oxford Handbook of History of the Medicine*. Oxford: Oxford Univerisy Press, 2011.

_____. The stages of international (global) health: Histories of success or successes of history? *Global Public Health*, v. 4, n. 1, jan. 2009.

BIZZELO, Maria Leandra. *Imagens Otimistas: Representações do desenvolvimentismo nos documentários de Jean Manzon*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Multimeios do Instituto de Artes da UNICAMP. Campinas, 1995.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. *Agências Internacionais e Agenda Local: Atores e Ideias na Interlocação entre Nutrição e País (1932-1964)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, FioCruz. Rio de Janeiro, 2012.

BOLOTOVA, Alla. Colonization of Nature in the Soviet Union. State Ideology, Public discourse, and the experience of geologists. *Historical Social Research*, v. 29, n. 3, 2004.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946 – Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, Coordenação de Publicações, 1998.

BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte – 1946/1960.

BRASIL. *Anais da III Conferência Nacional de Saúde*. Brasília, 1963.

BRASIL. *Bernardo Sayão – Bandeirante Moderno* – Rio de Janeiro, Presidência da República, Serviço de Documentação, 1959.

BRASIL. Boletim da ACA, ano II, n. 31, fev. 1944.

BRASIL. Boletim da ACA, ano III, n. 33, 04/1944.

BRASIL. Boletim da ACA, ano IV, n. 48, 07/1945.

BRASIL. *Campanha de Erradicação da Malária – Setor Roraima – Relatório Especial – 1965*. Roraima, 1965.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm; Acesso em: 22/07/2010, 3h10min.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 1946.

BRASIL. Decreto nº 15.093, de 20 de Março de 1944. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-15093-20-marco-1944-460172-republicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 12/12/2011.

BRASIL. Decreto nº 43.710, de 15 de Maio de 1958. Fonte: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43710-15-maio-1958-382550-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10/08/2010.

BRASIL. Decreto nº 43.909, de 16 de Junho de 1958. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43909-16-junho-1958-383078-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14/4/2009.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/historico-do-planejamento-de-transportes>>. Acesso em: 8/6/2012.

BRASIL. Diário do Congresso Nacional. – 1946/1966.

BRASIL. Diário do Congresso Nacional. Anais – Vol. I/Vol. XX.

BRASIL. Diário da Assembléia – 1946/1966.

BRASIL (Ineru). Surto de Malária mata dois mil em poucos dias em Marajó, *Jornal do Brasil*, 16/10/1966, p. 3. In: Fundo Ineru, série Administração Geral, subsérie DNERU.

BRASIL. Lei nº 467, de 31 de julho de 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-467-31-julho-1937-555595-publicacaooriginal-74903-pl.html>>. Acesso em: 12/12/2011.

BRASIL. lei nº 3.137, de 13 de maio de 1957. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1950-1969/L3137.htm>. Acesso em: 11/06/2012.

BRASIL. *O Planejamento Transforma a Amazônia*. Rio de Janeiro, SPVEA, 1960.

BRASIL. *Primeiro Plano Quinquenal*, SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação, 1955.

BRASIL. Relatório da Comissão de Alimentação e Nutrição. *Plano de Emergência da Amazônia*, Rio de Janeiro, 1954.

BRASIL. *Valorização Econômica da Amazônia – Subsídios para seu planejamento*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1954.

BRASIL. *A visita do presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas*. Manaus: Imprensa Pública, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Amazonas, 1940.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

BRITO, Daniel Chaves. *A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia*. Tese de doutorado apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, Pará, 1999.

_____. *A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia*. Belém: Ed.UFPA/NAEA, 2001.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

BUSTAMANTE, Fernando Machado. Considerações sobre certos problemas especiais relacionados com a erradicação de malária no Brasil. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. V. XI, n. 1, janeiro, 1959.

_____. Estado Atual do Problema de Malária. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. V. X, n. 1, jan. 1958.

CABREIRA, Márcia Maria. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia Brasileira – Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP, 1996.

CAMPOS, André Luiz Vieira. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas – O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. Cooperação internacional em saúde: o serviço especial de saúde pública e seu programa de enfermagem. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, Jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000300010&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000300010>. Acesso em: 10/06/2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena – Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. Campinas: editora Papirus, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo. *Diálogos*, DHI/UEM, n. 2, pp. 47-64, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos Políticos do Planejamento. In: Lafer, Betty Mindler. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense / CEBRAP, 1978.

CARNEIRO, Paulo E. de Berredo. *O Instituto Internacional da Hileia Amazônica – Razões e Objetivos de sua criação*. Rio de Janeiro, Brasil, 1951.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: Bolle, Willi; Castro, Edna; Vejmelka, Marcel. *Amazônia – Região Universal e Teatro do mundo*. São Paulo: Editora Globo, 2010.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o Dilema Brasileiro: Pão ou Aço*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

_____. Plano de Política Alimentar na Amazônia. Brasil – *Plano de Emergência da Amazônia*. Rio de Janeiro, 1954.

_____. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. In: Castro, Anna Maria de (org.). *Fome – um Tema Proibido – Os últimos escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. In: Castro Santos, Luiz Antônio de. *O Pensamento Social no Brasil*. Campinas: Edicamp, 2003.

CAVALCANTI, Mário de Barros. Relatórios Rodobrás –1964-1966. *Da Spvea a Sudam (1964-1967)*. Belém-Pará: Sudam, mar. 1967.

CEPÊDA, Vera. Capital, trabalho e intelligentsia: modernização e desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado. *Revista Ideias*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2010.

CEPÊDA, Vera. O Pensamento político de Celso Furtado – Desenvolvimento e Democracia. In: Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Rego, Marcio (orgs.). *A Grande Esperança de Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.

O CICLO do Caranguejo. Projeto Memória. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/cont_bio2.htm>. Acesso em: 12/02/2012.

CIVES – Centro de Informação em Saúde para Viajantes. Disponível em: <<http://www.cives.ufrj.br/informacao/malaria/mal-iv.html>>. Acesso em: 11/06/2012.

CNME. I Semana da Merenda Escolar em Belém. *Boletim da Campanha Nacional da Merenda Escolar*. Rio de Janeiro, 1957.

COIMBRA, Marcos; MEIRA, João Francisco Pereira; LIMA, Mônica Barros. *Comer e Aprender: Uma história da Alimentação Escolar no Brasil*. Relatório Final da Pesquisa: Alimentação Escolar no Brasil: Política e Instituição. Belo Horizonte, Instituto Nacional de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação e Cultura, março de 1982.

COLISTETE, Renato Perim. A força da idéias: a CEPAL e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50. In: Szmrecsányi, Tamás e Suzigan, Wilson. *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: EDUSP / Editora Hucitec, 2002.

COOPER, Frederick; PACKARD, Randall. Randall. History and Politics of development knowledge. In: Edelman, Marc; Hauguerud, Angelique. *The Anthropology of Development and Globalization: From Classical Political Economy to contemporary neoliberalism*. Oxford: Blackweel Publishing, 2005.

CORPO do engenheiro Bernardo Sayão chega a Brasília em 1959. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=CvLbVRwv2hY&feature=related>>. Acesso em: 10/01/2011.

COSTA, Dante. *Alimentação e Progresso – O Problema no Brasil e Alguns aspectos sociais da alimentação humana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação e Previdência Social, 1960.

_____. A Escola Como Instituição Alimentar. 1949. In: COSTA, Dante. *Alimentação e Progresso – O Problema no Brasil e Alguns aspectos sociais da alimentação humana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação e Previdência Social, 1960.

_____. A Importância da Saúde nos Planos de Desenvolvimento Econômico. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*, v. 15, n. 1, jan.-mar. 1963.

_____. O Papel da escola na política Alimentar Brasileira, 1948. In: COSTA, Dante. *Alimentação e Progresso – O Problema no Brasil e Alguns aspectos sociais da alimentação humana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação e Previdência Social, 1960.

_____. *Saúde, Alimentação e Pobreza na Amazônia*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965.

COSTA, Oswaldo Lopes; MANCEAU, Jacques Noel; JR, Achilles Scorzelli; MORAS, Nelson; ATHAYDE, Manoel. Dados parciais de inquéritos de alimentação realizados em quatro cidades do Pará. *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*. Tomo III, n. 2, janeiro de 1950.

COSTA, Selda Vale da. Por rios amazônicos: conversas epistolares com Nunes Pereira. In: Bastos, Elide Rugai; Pinto, Renan Freitas (orgs.). *Vozes da Amazônia – Investigação sobre o Pensamento Social Brasileiro*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

COUTO, Ronaldo Costa. Brasília Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

CPDOC – Centro de Documentação em História Contemporânea/Arquivo Getúlio Vargas – AGV. Campanha eleitoral de 1950: 1950.08/09.00/2.

CPDOC – Centro de Documentação em História Contemporânea/Arquivo Getúlio Vargas – AGV. Série c1953.01.02/01.

CRONON, William. *Uncommon Ground – Rethinking the human place in nature*. New York -London: W.W. Norton & Company, 1995.

CUETO, Marcos. International Health, the Early Cold War and Latin America. *Canadian Bulletin of Medical History*, v. 25, n. 1, 2008, p. 27.

CUETO, Marcos. *Cold War, Deadly Fevers*. [S.I]: The Johns Hopkins University Press, 2007.

CUETO, Marcos. *O Valor da Saúde: História da Organização Pan-Americana da Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

DAMASCENO, R. M. G. Programa de Sal Cloroquinado no Pará, 1953-1953. In: Arquivo Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Rostan Soares, caixa 73, 19520124.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 19, ano 7, jun. 1992.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: Ferreira, Jorge. Reis, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil. Volume 2 - Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, maio-agosto de 2009.

DUNN, Frederick L. Malaria. In: Kiple, Frederick. *The Cambridge Historical Dictionary of Disease*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2003, p. 203-207.

EBAPE. *Cadernos EBAPE – sobre a revista – histórico*. Disponível em: <http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape/asp/dsp_sobre_revista_historico.asp>. Acesso em: 15/08/2009.

ELIAS Norbert. Processos de formação de Estados e construção de nações. In: *Escritos & Ensaios 1 – Estado, Processo, Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. Mato, Daniel (coord.) *Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciências Econômicas y Sociales, Universidade Central de Venezuela, 2005.

_____. *La invención del tercer mundo: Construcción e desconstrucción del desarrollo*. [S.I]: Grupo Editorial Norma, 1998.

_____. Anthropology and Development. *International Social Science Journal*, n. 154, 1997.

ESCOREL, Sarah; TEIXEIRA, Luiz Antonio. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista. In: Giovanella, Lígia et al. *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2008.

FAO. Development of Grazing and Fodder Resources in the Amazon Valley. *Fao Report n°1238*. Report to the Government of Brazil. Rome, 1960.

FARLEY, John. *To Cast Out Disease: a history of the international Health Division of the Rockefeller Foundation (1913-1951)*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

FILHO, José dos Reis Santos. *A instituição imaginária da Amazônia Brasileira - Registros Cognitivos e práticas sociais*. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/reis1.pdf>>. Acesso em: 26/01/2011.

FONSECA, Cristina. *Local e Nacional: Dualidades da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nacionalismo e economia: o segundo Governo Vargas. *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, EDUSP, Editora Hucitec, 2002.

_____. O ecletismo inovador: Bresser-Pereira e o desenvolvimento brasileiro. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), abr. 2007.

FOOD and Agriculture Organization of the United Nation. Disponível em: www.fao.org. Acesso em: 8/6/2012.

FRANCO, José Luiz de Andrade. Drummond, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil – anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

FRIEDMANN, John R.P. *Insurgencies: essays in planning theory*. New York, Routledge, 2011.

FRIEDMANN, John R.P. *Introdução ao Planejamento Regional* (com referência especial à Região Amazônica). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Centro de Documentação em História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 8/6/2012.

FURTADO, Celso. *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, MEC-ISEB, 1958.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. São Paulo, Editora Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. A Operação Nordeste. In: Furtado, Celso. *O Nordeste e a saga da Sudene:1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2009.

GACHOT, René; GALLANT, M. N.; McGRATH, K. P. *Desenvolvimento Florestal no Vale do Amazonas – Relatório ao governo do Brasil* (FAO Report n. 171).

GILLESPIE, James A. International organizations and the problem of child health, 1945-1960. *Dynamis. Acta hisp. Med. Sci. His. Illus.*, n. 23, 2003.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: Ferreira, Jorge; Reis, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil. Volume 2 – Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2007.

GOW, David. *Anthropology and development: Evil twin or moral narrative?*. *Human organization*, v. 61, n. 4, 2002.

GRILLO, R. D. Discourses of Development: The View from Anthropology. In: Grillo, R. D.; Stirrat, R.L. (Eds.) *Discourses of Development: Anthropological Perspectives (Explorations in Anthropology)*. [S.I]: Berg Publishers, 1997.

GUIMARÃES, Luiz Ribeiro. PECHNIK, Emília. Contribuição ao Estudo dos Alimentos da Região Amazônica. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, jul-dez. 1956.

_____. Contribuição ao Estudo dos Alimentos da Região Amazônica - II. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan-jun. 1959.

HARTMANN, Betsy. Population Control I: Birth of an Ideology. *International Journal of Health Services* Issue, v. 27, n. 3, 1997.

HEINSDJIK, Dammis. BASTOS, A. de Miranda. *Boletim n. 6 – Inventários Florestais na Amazônia*. Ministério da Agricultura – Serviço Florestal – Setor de Inventários Florestais. Rio de Janeiro, 1963.

HEINSDJIK, Dammis. Forest Survey in the Amazon Valley. *Unasyuva*, v. 15, n. 4, 1961.

HIPPOLITO, Lucia. *De Raposas e Reformistas – O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. Hochman, Gilberto. A Saúde Pública em Tempos de Capanema: Inovações e Continuidades. In: Helena Bomeny (org.). *Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

HOCHMAN, Gilberto. Cambio político y reformas de la salud pública en Brasil. El primer gobierno Vargas (1930-1945). *Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Ilus. Dynamis*, n. 25, 2005.

HOCHMAN, Gilberto. From Autonomy to Partial Alignment: National Malaria Programs in the Time of Global Eradication. Brazil. *CBMH/BCHM*, v. 25, n. 1, 2008.

HOCHMAN, Gilberto. O Brasil não é só doença: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 15, supl.1, jul. 2009.

HOCHMAN, Gilberto. O Sal como solução? Políticas de saúde e endemias rurais no Brasil (1940-1960). *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 24, mai. 2010.

HOCHMAN, Gilberto, *A Era do Saneamento – As bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC – ANPOCS, 1998.

I Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição (SIBAN) – Resumo dos trabalhos apresentados. Universidade de São Paulo – Secretaria de Agricultura de São Paulo – Comissão Nacional de Alimentação. Campinas, julho de 1965.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. 3ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE. <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/evolucao.html>>. Acesso em: 12/01/2007.

IORIS, Edviges Marta. Na trilha do manejo científico da floresta tropical: Indústria madeireira e florestas nacionais. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*. Belém, v. 3, n. 3, set-dez 2008.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra – Uma História da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *Dois Projetos Radicalmente Diferentes*. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/durval-muniz-um-convite-a-reflexao.html>>. Acesso em: 12/3/2012.

JUNQUEIRA, Mary A. Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300004&lng=en&nrm=iso, <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000300004>>. Acesso em: 14/01/2012.

KNOWLES, O. H. *Perspectiva das oportunidades de investimentos no desenvolvimento da indústria florestal da Amazônia brasileira*. Belém, Assessoria de Programação e Coordenação, Divisão de Documentação, SUDAM, 1971.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Puc-Rio, 2000.

KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, Doença do Brasil: ciência, saúde e nação, (1909-1962)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que Construí Brasília*. Brasília, Senado Federal – Coleção Brasil 500 Anos, 2000.

KUZNETS, Simon. Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados: uma tentativa de comparação. In: Agarwala, A.N.; Singh, S.P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto – Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

LABRA, Maria Eliana. 1955-1964: O Sanitarismo Desenvolvimentista. Teixeira S. M. F. *Antecedentes da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: PEC, Ensp, 1988.

LAFER, Betty. Introdução. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LATOUCHE, Serge. Standard of Living. SACHS, Wolfgang. (ed.) *The Development Dictionary – A Guide to knowledge as power*. London and New Jersey: Zed Books, 1992.

LEHMAN, David. An Opportunity Lost: Escobar's deconstruction of development. *Journal of Development Studies*. April, 1997, v. 33, n. 4.

LIMA, Alceu Amoroso. Prefácio à Décima Edição. Josué de. *Geografia da Fome: o Dilema Brasileiro: Pão ou Aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

LIMA, Araújo. *Amazônia – A Terra e o Homem*. 2ª ed., 1937. Projeto Brasilianas Digital. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/72/amazonia-a-terra-e-o-homem>>. Acesso em: 27/05/2012.

LIMA, Eronildes da Silva. Quantidade, qualidade, harmonia e adequação: princípios-guia da sociedade sem fome em Josué de Castro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, n. 1.

LIMA, Nísia Trindade; MAIO, Marcos Chor. Ciências sociais e educação sanitária: a perspectiva da Seção de Pesquisa Social do Serviço Especial de Saúde Pública na década de 1950. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000200014&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702010000200014>. Acesso em: 10/06/2012.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: Maio, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

LOBATO, Ana Emília da Luz. *O Tesouro escondido na Amazônia: um estudo sobre natureza, trabalho e riqueza na obra do jesuíta João Daniel*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, na Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2009.

LOVE, Joseph L. *A Construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

LLEYS, Collin. The Rise and Fall of Development Theory. In: Edelman, Marc; Hauguerud, Angélique. *The Anthropology of Development and Globalization: From Classical Political Economy to contemporary neoliberalism*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

MAGALHÃES, Rodrigo César da Silva. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 14, 2007.

MAHADEVAN, C. Relatório sobre o reconhecimento geológico das regiões do Rio Machadinho e do Rio Jaci-Paraná-Rio Branco, Território de Rondônia. *Relatório FAO n° 1538*. Belém, 26 de maio de 1956.

MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia – uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MAIA, João Marcelo Ehlert. As idéias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 2010.

MAIO, Marcos Chor. LIMA, Nísia Trindade. Tradutores, Intérpretes ou Promotores de Mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). *Sociedade e Estado, Brasília*, v. 24, n. 2, maio/agosto 2009.

MAIO, Marcos Chor; Sá, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), Rio de Janeiro, v. 6, 2000.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: Malerba, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MANZON, Jean. Memórias do Brasil. Disponível em: <www.acervojeanmanzon.com.br>. Acesso em: 11/06/2012.

MANZON, Jean. *Malária no Inferno Verde*. Rio de Janeiro, Jean Manzon Films, 1954. Disponível em: <www.acervojeanmanzon.com.br>. Acesso em: 11/06/2012.

MAYER, André. Prefácio à Nona Edição. In: Castro, Josué de. *Geografia da Fome: o Dilema Brasileiro: Pão ou Aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

MARQUES, Gilberto de Souza. *Estado e Desenvolvimento na Amazônia: A Inclusão amazônica na Reprodução Capitalista Brasileira*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado entregue ao ICHS – UFRRJ.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e Meio Ambiente*. São Paulo: Editora Annablume – Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

MELO, Afrânio. *Dez Dias na Belém-Brasília*. Cadernos Belém-Brasília, Rio de Janeiro: Editora SPVEA, 1960.

MELLO, João Manuel Cardoso e NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: Novais, Fernando e Schwarcz, Lilia Moritz (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil Volume 4 – Contrastes da Intimidade Contemporânea*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

MENDONÇA, Sônia. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

MENESES, Ulpiano T. Beserra. Carneiro, Henrique. A História da Alimentação: balizas historiográficas. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 5, jan./dez., 1997.

MESCHKAT, Arno. *Segundo Relatório do Técnico de Pesca da FAO*. Belém, S/d.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v. 7, n. 1, jun. 2004, ISSN 1516-6481.

MOREIRA, Eidorfe. *Conceito de Amazônia – SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação*. Belém – Pará, 1956.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Vazios Demográficos ou Territórios indígenas? *Dimensões – Revista de História da UFES – Dossiê (des)caminhos da colonização*. n. 11, jul./dez. 2000.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência – A política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

MUNIZ, Durval. Um convite à reflexão. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/durval-muniz-um-convite-a-reflexao.html>>. Acesso em: 20/07/2012.

NEVES, Lucília Delgado. Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: Ferreira, Jorge (org.). *O Populismo e sua história*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2001.

_____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Notas e Informações – O Problema da Alimentação e a Assistência ao Homem Rural. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Instituto de Nutrição Universidade do Brasil, v. 5, n. 5, set.-out. 1948.

Notas e Informações – Alimentação, Trabalho e Indolência. *Arquivos Brasileiro de Nutrição*, Instituto de Nutrição Universidade do Brasil, tomo 6, n. 1, jan.-fev. 1949.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva; MAIO, Marcos Chor. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. Brasília: Soc. estado. Brasília, v. 26, n. 3, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9922011000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01/08/2012.

OLIVEIRA, Nildo Dias. O governo de Juscelino Kubitschek e o mito da democracia representativa: a vigilância do Serviço Secreto do DOPS-SP nas agremiações democráticas 1956-1960. *Antíteses*, v. 4, n. 7, [p. 267-289] p. 269-270, jan./jun. 2011, Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 20/05/2012.

PACKARD, Randall. Visions of the Postwar Health and Development and Their Impact on Public Health Interventions in the Developing World. In: Cooper, Frederick; PACKARD, Randall. *International Development and the Social Sciences*. [S.I] University of California Press, 1997.

_____. Malaria Dreams: Postwar Visions of Health and Development in the third world. *Medical Anthropolgy*, v. 17, 1997.

PADARÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de Bem Estar Social. Filho, Daniel Reis et al. *O Século XX – O Tempo das Crises – Revoluções, Fascismo e Guerras*. Rio de Janeiro, 2000.

PÁDUA, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 6 (suplemento), setembro, 2000.

_____. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PASSARINHO, Jarbas. Depoimento concedido ao sítio Ninho da Natureza – O Petróleo da Amazônia, de Eliezer de Oliveira Martins. Disponível em: <<http://www.eliezer.ninhodanatureza.nom.br/02/04/index.htm>>. Acesso em: 20/06/2012.

PAULINI, Ernest. Further Studies on Chloroquinized table salt. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*, v. 12, n. 2, abr. 1960.

PEET, Richard. *Theories of Development*. New York: The Guilford Press, 1999.

PEREIRA, L. M. L. Algumas reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. *História Oral* (Rio de Janeiro). São Paulo, v. 3, 2000.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. *Paradoxos da Burocracia – Um Estudo de Caso na Amazônia Brasileira*. Dissertação entregue ao Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1976.

PIERRE, Arnaud. Primeira Viagem na Belém-Brasília. *Cadernos Belém-Brasília*, SPVEA, Rio de Janeiro, 1960.

PINOTTI, Mario. Um novo Método de Profilaxia da Malária: Associação de uma droga antimalárica ao sal de cozinha usado na alimentação diária. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. Rio de Janeiro, v. VI, janeiro de 1954, n.1.

PINOTTI, Mario; LÔBO, Ary G. S.; DAMASCENO, G.; SOARES, Rostan. Experiências de campo com o sal cloroquinado. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. V. VII, n. 1, Janeiro de 1955.

PINTO, Lúcio Flávio. A Amazônia que mudou quatro décadas depois. *Observatório de Políticas Públicas Ambientais da América Latina e Caribe*. <http://www.opalc.org.br>. Acesso em: 7/7/2012.

_____. *Memórias do Cotidiano*. Belém: Jornal Pessoal, 2009.

_____. *O Trauma Amazônico: as Estradas de Rodagem*. Belém: Jornal Pessoal, 15/07/2010. Disponível em <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=1518>>. Acesso em: 25/01/2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3.

O problema da merenda escolar. *Arquivos brasileiros de Nutrição*. Tomo 5, n. 3, maio-junho, 1948.

RABELLO, Antônio Cláudio Barbosa. *A invenção do outro: representações do desenvolvimento e da fronteira amazônicas*. Tese de doutorado apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, 2004.

RACHOU, René G. O Método Pinotti nas Atuais Campanhas de combate à Malária. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*, v. 12, n. 2, abr. 1960.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Integridade do Brasil - Coleção Brasil 500 anos*. Brasília: Edição Senado Federal, 2001.

_____. *Fundamentos, História, Estrutura e Funcionamento da SPVEA*. Curso de Planejamento Regional, Série: Conferências, EBAP/FGV, 1955.

_____. *População e Ocupação Territorial. Painel do Desenvolvimento Social da Amazônia*. Confederação Nacional do Comércio. Belém, 1977.

RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e seu sentido bandeirante. *Cultura Política* – revista de estudos brasileiros, v.1, n. 1, 1941.

_____. *Marcha Para o Oeste* – A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Livraria José Olympio Editora, 1970.

RIST, Gilbert. *The History of development – from Western Origins to Global Faith*. Zed Books: London, 2002.

RODOBRAS, *Rodovia Belém-Brasília: a Rodovia da Unidade Nacional e suas implicações de ordem técnica, econômica e política*. Rio de Janeiro, 1960.

RODRIGUES, Maria de Lourdes. *Uma forma de ocupação espontânea na Amazônia: povoados do trecho norte da Belém-Brasília*. Dissertação submetida ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, Rio de Janeiro, 1978, p.22.

ROLIM, Azevedo. *Transbrasiliana* – Poema Brasilista. Rio de Janeiro, 1960.

RÖPKE, Wilhelm. *Os países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora Saraiva, 1963.

ROSENBERG, Charles E. e GOLDEN, Janet (ed). *Framing disease. Studies incultural history*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1977.

ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador* - A ideia de progresso. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ROSTOW, Walt Whitman. *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

RUXIN, Joshua *Hunger, Science and Politics: FAO, WHO, and Unicef Nutrition Policies, 1945-1978*. Londres: University College London, 1996.

SÁ, Ivone Manzali de. (2011). A resistência à cloroquina e a busca de antimaláricos entre as décadas de 1960 e 1980. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 18 (2), 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000200008&lng=en&tlng=pt>. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000200008>>. Acesso em: 21/06/2012.

SACHS, Wolfgang. Introduction. Sachs, Wolfgang (Ed.). *The Development Dictionary – A Guide to Knowledge as Power*. New York: Zed Books, 1999.

SAMPAIO, Alberto José. *A Alimentação Sertaneja e do Interior da Amazônia – Onomástica da Alimentação Rural*. Rio de Janeiro: Companhia da Editora Nacional, 1944.

SANTOS, Walter J. O Problema da Educação Alimentar no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, T.8, n. 5. Rio de Janeiro: Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, 1951.

SCHWEICKARDT, Julio Cesar. *Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)*. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde) – Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “discurso do Rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, n. 40, jul-dez. 2007.

SENADO Federal. Em: www.senado.gov.br. Acesso em: 8/6/2012.

SESP. Coari-AM - Um Exemplo da cooperação entre as comunidades e o SESP. *Boletim do SESP*, n. 6, junho 1958.

SESP. Arquivo Histórico Fundação SESP – BR.Fiocruz. COC – FSESP/AMS/00/SM/AM/18.

SHANIN, Theodor. *The Idea of Progress*. In: Rahnema, Majid e Bawtree, Victoria. *The Post-development Reader*. New York: Zed Books, 2005.

SHRIMPTON, Roger; GIULIANO, Rodolfo. Nutrição em lactentes de um bairro de Manaus. Amazonas. *Acta Amazonica* 7(2), 1976.

SILVA, Amílcar Martins. *Modernos Conceitos sobre Malária*. Rio de Janeiro, SPVEA, s/d [1962-1964].

SILVA, Benedicto. A Vez do Planejamento – Introdução à versão brasileira. In: Friedmann, John R.P. *Introdução ao Planejamento Regional (com referência especial à Região Amazônica)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960.

SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, Renato. *Malária e Desenvolvimento: a Saúde Pública no governo JK (1956-1961)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Renato da; HOCHMAN, Gilberto. Um método chamado Pinotti: sal medicamentoso, malária e saúde internacional (1952-1960). *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, June. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000200012&lng=en&nrm=iso>. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000200012>>. Acesso em: 11/06/2012.

SILVA, Sandro Duarte. A natureza contra o progresso: mitos e narrativas do “destino bandeirante” na expansão desenvolvimentista. *Textos de História*, v. 17, n. 1, 2009.

SILVA, Tânia Maria de Almeida and FERREIRA, Luiz Otávio. A higienização das parteiras curiosas: o Serviço Especial de Saúde Pública e a assistência materno-infantil (1940-1960). *Hist. cienc. saude – Manguinhos* [on-line]. 2011, v. 18, s. 1 [cited 2012-06-10], p. 95-112. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-5970.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000500006>. Acesso em: 10/05/2012.

SILVA, Walter. Inquérito sobre o consumo de alimentos e nutrientes, avaliação do estado nutritivo e situação econômica da população da Amazônia. Inquérito sobre as condições de alimentação e nutrição das gestantes e nutrizes da Amazônia. *Boletim da Comissão Nacional de Alimentação*. Tomo 10, v. 2, 1960, p.1-60, Rio de Janeiro. In: BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia – (Análise do Processo de Desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1976.

A Situação Alimentar Brasileira. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Instituto de Nutrição Universidade do Brasil. Tomo 4, Número 6, Dezembro, 1947.

A Situação Alimentar no Mundo. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Instituto de Nutrição Universidade do Brasil, tomo 7, n. 2, mar./abril 1950.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1975.

SMITH, Anthony D. O Nacionalismo e os historiadores. In: Balakrishnan, Gopal (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SOARES, Luiz Augusto de Carlos. *Que Sabe Você da SPVEA?* Belém, SPVEA – Setor de Coordenação e Divulgação, 1955.

SOUZA, Sônia Maria de. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no Norte goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. In: Giralдин, Odair (org.). *A (Trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 2002.

SPVEA. *Política de Desenvolvimento da Amazônia – SPVEA (1954-1960)*. Presidência da República, SPVEA, 1960.

SPVEA-MECOR-RODOBRAS. *Relatório SPVEA-MECOR-RODOBRÁS de 1965*. Rio de Janeiro, 1966.

STAPLES, Amy. L. S. *Constructing International Identity: The world Bank, Food And Agriculture Organization and the world health organization*. Dissertation, The Ohio State University, 1998.

STEFANINI, Maria Lucia Rosa. *Merenda Escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança*. Tese apresentada ao Departamento de Nutrição da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

SUTMOLLER, Paul. *Veterinary Medicine In The Amazon Valley – Contributions to the knowledge of animal diseases in particular of mineral deficiencies*. Rome: Fao, 1960.

TAUIL, Pedro; DEANE, Leônidas; SABROZA, Paulo; RIBEIRO, Cláudio. (1985). A malária no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 1(1). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1985000100009&lng=en&tlng=pt>. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1985000100009>>. Acesso em: 21/06/2012.

TESSER, Paula. Manguê Beat: húmus cultural e social. *LOGOS 26: comunicação e conflitos urbanos*, ano 14, 1º semestre 2007.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

TRUMAN, Harry S. *Inaugural Adress – 20/01/1949*. Disponível em: <<http://www.bartleby.com/124/pres53.html>>. Acesso em: 12/04/2010.

VAITSMAN, Maurício. *Rodovia de Unidade Nacional*. SPVEA, 1958.

VAITSMAN, Maurício. *Brasília e Amazônia – Reportagens*. SPVEA, Rio de Janeiro, 1959.

VAITSMAN, Maurício. *Integração Nacional – Conquista das Selvas*. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1960.

VALVERDE, Orlando. A Epopéia da BR-14. In: Valverde, Orlando e Dias, Catharina (org.). *A Rodovia Belém-Brasília – Estudo de Geografia Regional*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1967.

VARGAS, Getúlio. O Discurso do Rio Amazonas. *Cultura Política – Revista de Estudos Brasileiros*, v. 1, n. 8, 1941.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Combate à Fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista Nutrição Campinas*, v. 18, n. 4, jul./ago., 2005.

_____. Notas e Informações – O Problema da Alimentação e a Assistência ao Homem Rural. *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, Instituto de Nutrição Universidade do Brasil, v. 5, n. 5, set./out. 1948.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes; FILHO, Malaquias Batista. História do Campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. *Ciência & Saúde – Coletiva*, n. 16, v. 1, 2011.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (edição on-line), 2009.

_____. *Frentes de Expansão e estrutura agrária – estudo do processo de penetração em uma área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (edição on-line), 2009.

VERGARA, Arturo. WATERLOW, J. La Malnutrition Proteique ao Brésil. *Bulletin World Health Organization*, n. 15, 1956.

VERNON, James. *Hunger – A Modern History*. Cambridge, Massachussets and London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007.

VINER, Jacob. A economia do desenvolvimento. In: Agarwala, A.N.; Singh, S.P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto - Centro Internacional Celso Furtado, 2010

VIZENTINI, Paulo G. Do Nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília Neves (org.). *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

_____. A Guerra Fria. In: Filho, Daniel Reis et al. *O Século XX – O Tempo das Crises – Revoluções, Fascismo e Guerras*. Rio de Janeiro, 2000.

WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica – estudo do homem nos trópicos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.

WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste – a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WEINDLING, Paul. Social Medicine at the League of nations Health Organisation and the International Labour Office, Weindling, Paul (Ed.) *International health organisations and movements (1918-1939)*. Cambridge: Cambridge University Press, s/d.

WEINSTEIN, Bárbara. Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 9, n. 2, pp. 261-272, maio-ago. 2002.

WEINSTEIN. Barbara. Modernidade Tropical: visões norte-americanas da Amazônia nas vésperas da Guerra Fria. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 45, 2007.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.